



Rodrigo Martins Ramassote

**A vida social das formas literárias: crítica literária e ciências sociais
no pensamento de Antonio Candido**

**CAMPINAS
2013**



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Rodrigo Martins Ramassote

**A vida social das formas literárias: crítica literária e ciências sociais
no pensamento de Antonio Candido**

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Heloisa André Pontes

**Tese de Doutorado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Antropologia Social do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade de Campinas, para obtenção do
Título de Doutor em Antropologia Social.**

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA PELO ALUNO RODRIGO
MARTINS RAMASSOTE, E ORIENTADA PELA PROF^ª. DR^ª. HELOISA ANDRÉ PONTES.**

**CAMPINAS
2013**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/338

R141v Ramassote, Rodrigo Martins, 1979-
A vida social das formas literárias : crítica literária e ciências sociais no pensamento de Antonio Candido / Rodrigo Martins Ramassote. – Campinas, SP : [s.n.], 2013.

Orientador: Heloisa André Pontes.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Candido, Antonio 1918- - Crítica e interpretação. 2. Sociologia - Brasil. 3. Intelectuais - História. I. Pontes, Heloisa André, 1959-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The social life of literary forms : critical literacy and social sciences at the thought of Antonio Candido

Palavras-chave em inglês:

Candido, Antonio 1918- - Criticism and interpretation
Sociology - Brazil
Intellectuals - History

Área de concentração: Antropologia Social

Titulação: Doutor em Antropologia Social

Banca examinadora:

Heloisa André Pontes [Orientador]
Antonio Dimas de Moraes
Fernanda Arêas Peixoto
Guilherme Simões Gomes Júnior
Luiz Carlos Jackson

Data de defesa: 07-10-2013

Programa de Pós-Graduação: Antropologia Social



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 07 de outubro de 2013, considerou o candidato RODRIGO MARTINS RAMASSOTE aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Prof. Dra. Heloisa André Pontes Heloise Pontes

Prof. Dra. Fernanda Areas Peixoto [Handwritten Signature]

Prof. Dr. Antonio Dimas de Moraes [Handwritten Signature]

Prof. Dr. Luiz Carlos Jackson [Handwritten Signature]

Prof. Dr. Guilherme Simões Gomes Junior Guilherme Gomes

AGRADECIMENTOS

Esta tese foi redigida entre janeiro de 2011 e agosto de 2013, de modo intermitente e nos interstícios de compromissos profissionais, deslocamentos constantes e problemas corriqueiros. Não fosse a colaboração inestimável das pessoas que seguem nomeadas, sem dúvida não teria conseguido concluir o que me propus a realizar.

Durante todas as etapas de minha trajetória na pós-graduação, tive o privilégio de ser orientado pela Prof^ª. Dr^ª. Heloisa Pontes. Sua excelência e comprometimento intelectual, retidão moral e generosidade humana são exemplos raros no meio acadêmico e fora dele. Inestimáveis foram seus comentários sobre os capítulos que pouco a pouco surgiam; imprescindíveis os encaminhamentos internos na Pós-Graduação em Antropologia Social; inesquecíveis as aulas do curso de “Teoria e História da Antropologia I”. Sua atenção, incentivos, sugestões e encorajamentos pelo meu trabalho foram o estímulo para continuar minha trajetória acadêmica, apesar de todas as minhas hesitações (algumas reais, outras puramente imaginárias).

Quero agradecer a Luis Carlos Jackson, pelas aulas cursadas na pós-graduação em Sociologia da FFLCH/USP (o curso sobre “Formação da Sociologia Brasileira”, que se tornou uma reflexão sobre a sociologia dos intelectuais), pelos conselhos em diversas e diferentes ocasiões, pela confiança em mim depositada – especialmente no tocante ao material inédito cedido – e pelos comentários em meu exame de qualificação. Na verdade, considero este estudo uma extensão de algumas de suas idéias – sem que ele, naturalmente, tenha qualquer responsabilidade sobre os possíveis exageros e equívocos que talvez tenha cometido (aliás, foi dele a preciosa sugestão de examinar o conjunto de rodapés assinados por Candido na grande imprensa paulista).

Manifesto meus melhores agradecimentos, ainda, a Joaquim Alves de Aguiar pela leitura sensível e atenta do texto de qualificação, bem como sua preocupação em encaminhar suas correções por e-mail e pelas valiosas sugestões de aprimoramento do trabalho, o que muito me ajudou a dirimir pequenos deslizes.

Fui aluno de Fernanda Peixoto em 2005, em curso sobre “Experiência social e produção artística”, em cujas aulas apresentei um primeiro esboço da análise da segunda parte desta tese e recebi comentários encorajadores. Fernanda também participou de minha banca examinadora de mestrado, e desde então tenho tentado responder às suas sugestões e apontamentos.

De Antonio Candido recebi, em duas entrevistas atentas, informações e comentários preciosos. Sua presença, nas poucas mas inesquecíveis vezes que nos encontramos, me deixou impressionado. Se

isso provo(ca)cou uma adesão estreita entre pesquisador/objeto ou sujeito de pesquisa neste estudo, não me importo: conhecê-lo foi uma das mais importantes recompensas por todos esses anos de esforços.

Com Antonio Dimas realizei uma excelente e iluminadora entrevista, e desde então nos correspondemos e, oportunamente, nos encontramos, o que é um para mim uma alegria e uma fonte de estímulo.

Vinicius Dantas me recebeu em sua residência para uma longa conversa, e, mesmo não concordando com tudo que eu dizia, soube esclarecer minhas ideias e sugerir caminhos inesperados de prospecção, sobretudo no tocante à produção crítica de Candido na década de quarenta, assunto em que ele é o maior especialista.

Eduardo Martins Vieira, neto de Mário Pereira de Souza Lima, me ofereceu materiais e me ajudou a compreender melhor a figura do avô. Sua gentileza e atenção foram importantes para a redação desta tese.

Alexandre Hecker me concedeu uma ótima entrevista sobre a militância política de Antonio Candido, fundamental para o primeiro capítulo.

Roberto Schwarz me recebeu, juntamente com Lidiane Rodrigues, com elegância e cortesia, e conversamos sobre aspectos importantes da trajetória de Candido e da sua própria.

Pude entrevistar Jose Aderaldo Castello poucos meses antes de sua morte, em maio de 2010. Conversamos durante uma hora em sua bela e austera casa. Embora a idade avançada de Castello não tenha permitido que a conversa enveredasse por detalhes da estrutura e dinâmica da Cadeira de Literatura Brasileira, o encontro rendeu boas informações e pude confirmar algumas impressões. Fica aqui minha deferência à sua memória.

Maria da Glória Bonelli me inseriu nos meandros da pesquisa acadêmica e facilitou minha migração da UFSCar para a Unicamp. Embora não tenhamos mais nos encontrado pessoalmente nos últimos anos, o reconhecimento que ficou é grande.

Piero Leirner me ajudou durante a graduação e me encorajou a investir na pesquisa. Além dos conselhos e de uma ótima argüição à minha monografia de conclusão de curso, ele me apresentou ao seu amigo Luiz Carlos Jackson, do qual recebi as primeiras sugestões e estímulos para pesquisa sobre Candido, nos idos de 2001.

Aos meus pais (Sergio e Roseli), irmãos (Camila e Rafael) e sobrinho (Gabriel) e seus respectivos cônjuges, cujo suporte, amor e compreensão ao longo da vida tornaram possíveis minhas realizações, agradeço com profunda ternura e emoção.

Sou grato a Luiz Gustavo Freitas Rossi e Marília D'Ottaviano Giesbrecht, pelas conversas, disponibilidade e calorosa acolhida no primeiro semestre de 2010, quando me dividi entre as cidades de Brasília, São Carlos e Campinas. Sem esse apoio não teria, decididamente, realizado um primeiro

semestre tão produtivo – o que não foi pouco, visto que nele surgiu o arcabouço geral da tese. Em nossas longas conversas sobre folclore e pensamento social brasileiro, Gustavo sempre foi um arguto comentador e interlocutor privilegiado, sempre me colocando em dúvida e revolvendo a fundo minhas inapeláveis certezas.

Com os colegas do doutorado (Luis Felipe Sobral, Bernardo Freire, Paula, Mariana, Roberto, Laura Santonieri, Natália) passei bons momentos em sala de aula (num clima de respeito e harmonia) e fora dela: nos efusivos e bem-humorados - hoje, saudosos – fins de tarde no célebre Bagdá Café, ao longo do segundo semestre de 2010. Embora as contingências do regime de pós-graduação tenham dispersado cada um para sua região etnográfica ou, mais modestamente, para suas respectivas residências, estou convencido que as amizades formadas se estenderão no tempo.

Laura Santonieri e Liliana Sanjurjo me abrigaram com atenção e solicitude durante o segundo semestre de 2010. Sem isso, não teria suportado o constante vai-e-vem das viagens, o ritmo infrene das aulas, os prazos exíguos dos compromissos acadêmicos e profissionais. Obrigado a ambas.

A Luis Felipe Sobral devo mais do que nossas estimulantes conversas e toda sorte de gentilezas. Ouvindo-o aprendi mais do que ele imagina, sua postura em sala de aula (seja durante os cursos que fizemos juntos, seja como monitor da disciplina História e Teoria da Antropologia I, sob a responsabilidade de Heloisa Pontes) e escritos trocados foram incentivos importantes para que eu pudesse encontrar o caminho neste estudo.

Lidiane Rodrigues, para além de minha principal interlocutora, foi cúmplice dos principais lances desta tese. Discutimos muito nossos respectivos estudos, fizemos entrevistas juntos e muito fui auxiliado no levantamento de documentação acadêmica – uma de suas muitas especialidades. De minha parte, aprendi muito com ela: seu rigor e competência sempre foram um estímulo para que eu aprofundasse cada vez mais minhas reflexões.

Deixo consignados meus agradecimentos à Superintendência do Iphan no Maranhão e à Superintendência do Iphan no Distrito Federal, onde passei a exercer atividades profissionais a partir de agosto de 2006, em nome de Kátia Bogéa, Cláudio Nogueira, Alfredo Gastal, Guilherme Cabral Junior, Ana Clara Gianecchini e Thiago Perpétuo. E ainda a Loise Benício, Tânia Bigato, Cláudia Nascimento, Luizão, Messias, Vinícius, Amaral, Paulinho.

Ao Leomir Marques Martins e ao Marcos Aurélio Tavares, companheiros da Superintendência do Iphan no DF, pela fina e instrutiva arte de jogar conversa fora no horário de almoço. Não houve assunto que não tenha sido exaustiva e galhardamente discutido nesses dois últimos anos. Ambos tornaram a rotina muitas vezes cansativa bem mais amena.

Nos derradeiros momentos da redação desta tese, fui acolhido com generosidade e simpatia pela equipe multidisciplinar e polivalente da Ceduc (Coordenação de Educação Patrimonial), vinculada ao

Departamento de Apoio e Fomento (DAF). Devo ter sorte, pois não há, atualmente, melhor lugar para se trabalhar dentro do Iphan. Em consonância com os preceitos apregoados em sua respectiva área de atuação, as discussões, iniciativas e atividades institucionais aí empreendidas são, de fato, dialógicas, horizontais e inclusivas. Nessa equipe multidisciplinar, agradeço a Sônia Rampim Florêncio, pelo convite e pela confiança depositada. Sua postura vibrante, seu entusiasmo e a incansável disposição para debater e são fundamentais para a manutenção do clima descontraído e ao mesmo tempo compenetrado da “Ceduquinha”.

O temperamento reservado de Juliana Bezerra não a impede, contudo, de interagir com bom humor e afabilidade, tornando-a uma colega de trabalho das mais agradáveis. Agradeço ainda pela ajuda com formatação, abstract, etc., num final de tese quando eu já estava esgotado.

Devo agradecer a Maria Vitória, antropóloga sensível e artista promissora, pelas conversas, auxílios e incentivos; e a Juno Alexandre Carneiro, historiador e especialista em arquivos mineiros, que me passou preciosas informações e estimulou vivamente minhas incursões, ainda que breves, pelas Minas Gerais.

As amigadas cultivadas com George Bessoni, Pedro Clerot e Kleber Matheus, técnicos do Iphan, foram essenciais para nos últimos anos. Em certa medida, o que realizei em Brasília, na área de patrimônio imaterial, foi uma extensão daquilo que George aqui fundamentou, algo que, sem dúvida, permitiu que eu pudesse avançar sem maiores desventuras. Que dizer de alguém tão carismático e benquisto por todos? Com Kleber, pude falar da vida e ouvir conselhos que me calaram fundo. Sua inteligência atilada só não é maior que sua generosidade e boa companhia. Clerot sempre me apoiou quando as coisas ficavam confusas ou difíceis de solucionar, com o indefectível ar de bom moço que naturalmente emana dele. O que, no fundo, corresponde à realidade. Devo também a ele minha ida para a Ceduc, razão pela qual redobro meus agradecimentos.

Ao pessoal do Instituto do Patrimônio História e Artístico Nacional (Iphan), gostaria de destacar aqueles com os quais compartilhei momentos importantes dessa trajetória de sete anos: Caio Roberto Burg de Mello, Cláudio Nogueira, Ivo Barreto, Daniela Freitas, Alithéia Fernandes, Carô Pádua, Fabiana, Juliana Souza, Carlão, Getúlio, Ivana Cavalcante, Mônia Silvestrin, Diana Dianovsky (que me passou um estudo que desconhecia sobre Candido e pelo auxílio inestimável com a formatação) e Desirée Tozi.

Desde janeiro de 2013, tenho participado do INRC do Boi de Seu Teodoro, num grupo coordenado por Letícia Vianna, Lyvian Sena e Marcelo Manzatti. Já disse a eles em particular, mas gostaria de deixar registrado aqui: foi muito importante o aprendizado com, Paique, Caio Csemark, Maria Paz Fuenzelida, Duda Freire, Tamatatiua Freire. Letícia, companheira de Iphan e patrimônio imaterial, sempre foi uma referência constante em leituras e conversas.

Um agradecimento a Paulo Roberto Pinto, pelas soluções visuais, parceiras de trabalho e conversas em vários projetos em Brasília.

Com Marcelo Reis trabalhei, debati e aprofundei meus conhecimentos sobre Vale do Amanhecer e religiosidades candangas nos últimos três anos. Fraterno amigo, seu bom senso, finesse e conversa boa nunca me faltaram durante os últimos três anos. Patrícia Montenegro, sua esposa, me auxiliou com a formatação e sempre me recebeu, nas visitas de trabalho, com atenção e solicitude, pelo que lhe agradeço.

Aos amigos de São Carlos, desde os tempos em que frequentávamos os bancos escolares - e que ainda hoje acompanham minhas incursões pelas sendas e veredas desse país: Cleber, Paulo, Léo, Rodrigo, Maíke e Marinaldo. Em especial, Paulo e Cleber, conhecidos desde longo tempo, pelas saídas e boas conversas. Ao lado dos familiares, ambos são minhas referências em minha cidade natal, fazendo com que eu sempre volte para revê-los.

Ao Douglas Ferreira de Magalhães, e suas oportunas visitas em São Carlos. Seus e-mails encharcados de som e fúria (e amenizados depois que ele conheceu a Malú, diga-se) foram leituras prazerosas, e sua companhia, ainda que, infelizmente, entrecortada e espaçada - mas sempre renovada -, sempre foi importante. Aprendemos juntos sobre Joaquim Pedro de Andrade, o que é muito importante para mim.

Fabio Oliveira foi sempre um interlocutor atento e amigo desde os tempos em que éramos bolsistas na área de “Sociologia das Profissões”, na UFSCar, em priscas eras. A partir de então, a companheirismo somente cresceu. Ele ficou; eu parti; mas a amizade perdurou.

Em Cássia (MG), terra do Barão de Cambuí, bisavô de Antonio Candido, fui recebido com solicitude, confiança e simpatia por Ronaldo de Barros, Maria do Carmo Campos, José Armando Cardoso e Mariangela Pinto de Azevedo Barros. Deles recebi informações de bastidores, materiais inéditos ou de existência quase clandestina e auxílio em minhas pesquisas documentais. Com o historiador Antonio Grilo, em Passos (MG), realizei uma estimulante conversa sobre a histórica econômica, política e social da região. O mesmo ocorreu com José Jobson Arruda, historiador conhecido e filho ilustre de Cássia, radicado na FFLCH-SUP, que me repassou matérias importantes e me ensinou, em linhas gerais e em breve espaço de tempo, a importância das fazendas mineiras para a histórica econômica do país.

Pude participar, durante os anos de 2010 e 2011, das reuniões mensais do Projeto Temático “Formação do campo intelectual e da indústria cultural no Brasil Contemporâneo”. Embora minha excessiva timidez e exagerada auto-cobrança tenham impedido me expor mais vezes, pude me beneficiar do alto nível das discussões coordenadas por Sergio Miceli e animadas pelos demais integrantes do grupo. Realizei no dia 27 de agosto de 2011 uma leitura de parte do esqueleto do primeiro capítulo deste estudo, submetida a vários comentários precisos e sugestões valiosas, num clima de respeito e colaboração. Com

Flávio Rosa, Alexandro Blanco, Guilherme Simões, Sergio Miceli e Fernando Pinheiro, Heloisa Pontes e Guilherme Setto Monteiro.

Deixei-a por último pois ela merece um destaque especial. Conheço minha esposa Liliam há muito tempo: para ser exato, desde os oito anos de idade. Por uma dessas obscuras, mas certeiras, afinidades eletivas entre *habitus*, sempre nos entendemos e estamos vivendo juntos há seis anos e meio. É virtualmente impossível imaginar algum momento do meu percurso em que ela não estivesse presente, e sei bem que precisou suportar, estoica e heroicamente, minha ausência no primeiro ano de doutorado, e minhas manias, devaneios e oscilações ao longo dos dois anos e meio que demandaram a redação deste estudo. Quando as coisas pareciam insuportáveis, conversávamos e concluíamos que, a despeito do meu incorrigível fatalismo, tudo irá melhorar, algum dia. Sem tal estímulo, eu nunca teria concluído este estudo. Por tudo isso, e pela indizível e rara alegria de conviver, o que segue é a ela dedicado.

Por uma série de razões, esta pesquisa foi realizada sem qualquer tipo de auxílio financeiro de agências de fomento à pesquisa científica, sendo integralmente custeada por seu autor, com exceção da aquisição de 40 rodapés da *Folha da Manhã*, viabilizada sob as expensas do Projeto Temático “Formação do campo intelectual e da indústria cultural no Brasil Contemporâneo”, vinculado à FAPESP, a cuja coordenação fica registrada minha gratidão.

Recordo uma noite na casa de Edmund Wilson em Princeton, em 1953. Ele estava passando o inverno lá. A romancista Elizabeth Bowen fazia-lhe uma visita, e Jonh Berryman e eu aparecemos depois do jantar. Berryman estava escrevendo 'Homage to Mistress Brandstreet', e o poema ocupava todo o seu ser, de modo que toda hora ele parecia transbordar; havia trazido algumas páginas que acabara de escrever. [...]. Edmund pediu que Berryman lesse um trecho da obra inacabada. O poeta, que ainda não havia cultivado uma barba à Whitman, tinha na época um rosto de linhas duras, e sua voz era tensa. Engrolava seus versos, falava baixo demais, muitas vezes omitia palavras, afogado em sua angústia pessoal, seguindo em frente às cegas, atentando apenas em parte o que lia. Sentado a seu lado Edmund o ouvia com toda a concentração de que era capaz. Depois de algum tempo, começou, em voz baixa, a devolver alguns dos versos de Berryman - e, necessariamente a nós. Fazia-o com uma voz suave que era quase uma carícia. O poeta sofredor mal o ouvia; seguia em frente com ímpeto. A mim, parecia-me estar ouvindo um canto gregoriano desencontrado, em que as palavras confusas de Berryman eram seguidas de uma réplica modulada e repetitiva. Era a poesia da reiteração, um abraço vocal, uma ajuda: Neoptolemo e Filoctetes. Senti que estava presenciando a forma mais elevada de crítica construtiva - o crítico como auxiliar, explicador, amigo, não apenas do leitor comum, mas do próprio artista (p.37).

EDEL, Leon. "Retrato de Edmund Wilson" In: WILSON, Edmund. *Os Anos Vinte*: extraídos dos cadernos e diários. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

RESUMO

Esta tese tem como objetivo discutir as possíveis intersecções entre crítica literária e ciências sociais no conjunto da produção intelectual de Antonio Candido. Embora bastante comentada – ainda que, na maior parte das vezes, com intuito desqualificador –, são poucos os estudos que avançam na análise substantiva das implicações, efeitos e repercussões dessa estreita convivência entre as áreas de atuação, reflexão e pesquisa em que ele se dividiu ao longo de sua trajetória. Nesse sentido, pretendo contribuir para a ampliação de uma linha investigativa que pouca atenção despertou, mas que nos últimos anos vem recebendo contribuições significativas: a sondagem das conexões temáticas e desafios analíticos comuns que atravessam o conjunto da obra de Candido. Para tanto, selecionei parcela representativa de sua produção, no esforço mais geral de aprofundar-lhe a leitura e interpretação a partir de informações procedentes, de um lado, de sua experiência social e familiar, filiação política e percurso institucional, e, de outro, dos principais debates acadêmicos e intelectuais nos quais ele participou. Sua estrutura encontra-se dividida em duas partes: na primeira, o enfoque recai sobre os rodapés literários assinados por Candido na grande imprensa paulista, bem como parte expressiva dos livros deles derivados. Na segunda, a atenção se volta para dois de seus principais estudos literários, averiguando as repercussões no estudo analítico de clássicos do romance brasileiro de certas teses sociológicas defendidas pelo autor em seus escritos na área das ciências sociais.

Palavras-Chaves: Antonio Candido; Crítica literária brasileira; Pensamento social brasileiro; Itinerários intelectuais e etnografia do pensamento.

ABSTRACT

This thesis aims at discussing the possible intersections between literary criticism and social sciences throughout the intellectual production of Antonio Candido. Although well commented - though, in most cases, in a rather disqualifying manner - there are few studies that advance in the direction of a substantive analysis of the implications, effects and impacts of this close interaction between the fields, reflections and researches to which he was dedicated along his trajectory. Accordingly, I intend to contribute to the expansion of a line of investigation that evoked scarce attention, but in recent years has been receiving significant contributions: a survey of the thematic connections and common analytical challenges that are found throughout the work of Candido. Therefore, I selected a representative portion of his production, in a broader effort to deepen its reading and interpretation, departing from information coming from his social and familial experiences, his political affiliation and institutional path, and, on the other side, major academic and intellectual debates in which he participated. This thesis is divided into two parts: first, the focus is on the literary footnotes signed by Candido in the main newspapers of São Paulo as well as a significant portion of his books thereof. In the second, the attention turns to two of his main literary studies by examining the effect of certain sociological theses defended by the author in his writings in the area of social sciences in the analytical study of classic Brazilian novel.

Key-words: Antonio Candido; Brazilian critical literacy; Brazilian social thought; Intellectual itineraries and ethnography of thought.

SUMÁRIO

Introdução	21
Primeira Parte: Inquietudes do método crítico de Antonio Candido	
1.1 Modernização bifronte	35
1.2 O método crítico de Antonio Candido	51
1.3 Crítica literária em tempos de guerra	73
1.4 Dois livros, um concurso	85
1.5 Agruras de Teseu	109
1.6 Da crítica e da nova crítica	147
1.7 Modernização concluída	171
Segunda Parte: A sociologia clandestina de Antonio Candido (uma segunda incursão)	
2.1 Literatura e Sociedade	185
2.2 Malandragem, família extensa e descentralização político-administrativa	189
2.3 Retratos de família	197
2.4 Raça, classe e mercado	237
Apontamentos finais	253

INTRODUÇÃO

Aclamado como um dos principais expoentes da crítica literária brasileira contemporânea, Antonio Candido tornou-se ao longo dos anos referência praticamente indispensável no exercício da disciplina que o consagrou. Em particular, no meio acadêmico paulista sua obra converteu-se em fonte de inspiração e debate para inúmeras pesquisas relacionadas à literatura brasileira. Ao mesmo tempo, nos últimos anos vem se ampliando consideravelmente a fortuna crítica voltada para o exame de seu legado intelectual, objeto de apropriação e disputa no interior do setor das letras e, de modo menos acentuado, mas significativo, nos domínios das ciências sociais.

No conjunto dessa vasta bibliografia¹, predomina o esforço em deslindar as diretrizes teórico-metodológicas do projeto crítico do autor, meditando sobre os principais achados e juízos analíticos de sua reflexão. Aferrada, via de regra, à leitura interna de sua contribuição para o avanço do debate no âmbito dos estudos literários, tais estudos passam ao largo, de um lado, das circunstâncias institucionais e intelectuais subjacentes à produção dos textos e, de outro, da natureza transdisciplinar que caracteriza essa obra - não obstante sejam constantes (e quase sempre com intuito desqualificador)² as referências ao perfil sociológico de crítica adotado por Candido.

Embora o seu renome e reputação estejam, em larga medida, associados aos estudos literários, o conjunto de sua obra sociológica não deixou de despertar o interesse de comentadores e pesquisas investigativas. Desde o artigo pioneiro assinado por Fernando Henrique Cardoso sobre *Os parceiros do Rio Bonito*: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida (1964), incluído em volume lançado em 1979, para homenagear o sexagésimo aniversário de Candido, ensaios dedicados à discussão, grosso modo, dos desafios, das implicações e da atualidade dos fundamentos teórico-

¹ Para um exaustivo levantamento da bibliografia sobre Antonio Candido, ver Dantas (2002).

² São conhecidas as invectivas e animosidades envolvendo parte dos integrantes do Grupo Concretista e alguns discípulos de Candido. Embora ele próprio nunca tenha se envolvido em tais escaramuças, não raro elas o alcançam e atingem. Na mais conhecida delas, a polêmica leitura realizada por Roberto Schwarz do poema “Pós-Tudo”, de autoria de Augusto de Campos, nas páginas semanais do suplemento cultural *Folhetim*, do jornal *Folha de S.Paulo*, o autor de *O Balanço da Bossa* (1974), ao replicar, em carta-aberta, o estudo analítico de seu poema, não se furta a comentar que: “Não podia esperar outra coisa de você quem sempre tem afirmado a ‘incompetência’ (para que eu seja aqui mais ameno e desarmado, leia, se quiser, ‘inapetência’, ‘indisposição’) ‘cósmica’ do sociologismo ou sociologismo literário, de ascendência ‘chato-boy’, para com a poesia” (“Dialética da maledicência”, 1989, p. 176). Em 1989, com a publicação de *O Sequestro do Barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Matos*, Haroldo de Campos discute criticamente os pressupostos historiográficos da *Formação da literatura brasileira* (1959). Sem nunca ter entrado no mérito do assunto, Candido, contudo, não deixou de aludi-lo, em entrevista: “Eu não creio que há sequestro do Barroco. Teria havido sequestro do Barroco se eu tivesse querido escrever uma história da literatura brasileira. Mas está explicado na “Introdução” que eu não quis fazer isso [...] É curioso que minha “Introdução” foi sempre treslada, mesmo por pessoas muito inteligentes” (Candido, 1997a, p. 10).

metodológicos de sua principal obra na área da sociologia foram se amoldando³. É, contudo, com a publicação da dissertação de mestrado de Jackson (2002) que a avaliação do conjunto da produção sociológica de Candido se aprofunda. Nela, o autor dedicou-se ao estudo da importância de *Os parceiros do Rio Bonito* (1964) “no conjunto da obra de Antonio Candido e na formação da sociologia brasileira” (Jackson, 2002, p. 14). Para tanto, acompanhou a trajetória acadêmica e intelectual de Candido ao longo do período em que ele exerceu a função de professor-assistente da Cadeira de Sociologia II, na FFCL-USP, destacando: a) a sua contribuição acadêmica na área (doze artigos publicados entre 1947 e 1957); b) a prevalência de uma “concepção de sociologia menos formal e científica e mais intuitiva e literária” (*Idem*, p. 69); c) as afinidades de sua obra sociológica, particularmente *Os parceiros do Rio Bonito*, com a tradição ensaística dos anos trinta e quarenta (em especial, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr.); d) a possível inclusão de *Os parceiros do Rio Bonito* em uma certa tradição de abordagem do mundo rural, iniciada por Euclides da Cunha, que tem como ponto de partida a existência relativamente autônoma das populações rurais em face da sociedade abrangente.

Mais recentemente, alguns trabalhos dedicaram-se, de um lado, à análise da fecundidade de suas propostas no quadro mais geral das vertentes modernas de análise literária de cunho sociológico e, de outro, à sondagem da intrincada relação existente entre as áreas das ciências sociais e dos estudos literários no cerne de seu pensamento, salientando afinidades eletivas e aspectos convergentes. Nessa vertente, composta de poucos mas significativos estudos⁴, distinguem-se os de Schwarz (1988), Peirano (1992), Pontes (1998) e, novamente, Jackson (2002).

Em “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da malandragem’”, publicado originalmente em *Esboço de figura*⁵, e pouco depois de seu autor retornar ao país do autoexílio passado na França e lançar *Ao vencedor as batatas: forma literária e processos sociais nos inícios do romance brasileiro* (1977)⁶, Schwarz, embora adstrito à discussão do método crítico de seu mestre - em particular sua vinculação ao programa de estudos literários marxista -, registra sugestões pertinentes sobre o referente sociológico contido em “Dialética da malandragem”, destacando a proximidade do ensaio com a reflexão de autores como Maria Sylvia de Carvalho Franco, Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Gilberto Freyre.

³ Em especial, o bloco de textos “Mudança e Tradição”, incluído em *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido* (1992), publicação resultante da III Jornada de Ciências Sociais de Marília. Cf. D’Incao e Scarabôto (1992).

⁴ Não obstante a copiosa bibliografia passiva, Dantas assinala que “a obra de Antonio Candido só começou há pouco a merecer estatuto específico de objeto de estudo – o que anuncia o que está por vir” (Dantas, 2002, p. 9).

⁵ Cf. Lafer (1979).

⁶ É possível afirmar que, para além da leitura crítica, o ensaio tenha o duplo objetivo de entroncar a proposta crítica de seu autor na tradição de estudos literários promovida por Candido e, simultaneamente, reativar as intervenções intelectuais de Schwarz, interrompidas pela longa temporada europeia, quando de sua volta ao país, no final dos anos setenta. Sobre a trajetória formativa e acadêmica do autor, ver Rodrigues (2012). Para uma apreciação apurada das particularidades do método analítico desenvolvido por Schwarz, ver os ensaios constantes do volume organizado por Ohata e Cevasco (2007).

No ano de 1980, em tese de doutorado defendida na Universidade de Harvard (EUA)⁷, sob a orientação de David Maybury-Lewis, a antropóloga Mariza Peirano, interessada nas diferentes versões assumidas pela perspectiva teórica antropológica em contextos nacionais particulares, por meio do exame das obras de um conjunto de eminentes cientistas sociais brasileiros (dentre eles, Roberto DaMatta, Roberto Cardoso de Oliveira, Octávio Velho, Darcy Ribeiro, Florestan Fernandes), dedicou um capítulo à discussão do “lado antropológico da obra de Antonio Candido, tanto na sua vertente sociológica quanto na sua crítica literária” (Peirano, 1992, p.25)⁸. Na esteira das reflexões de Marcel Mauss, Louis Dumont e Norbert Elias e atenta aos paradoxos implicados na relação entre a universalidade do discurso científico e as circunstâncias históricas e socioculturais que o legitima, a autora empreendeu um esforço auto-reflexivo a respeito do processo de consolidação da identidade institucional das ciências sociais e, particularmente, da antropologia no Brasil, a partir da década de 1930, indicando seu compromisso inevitável com problemas de *nation-building*.

Embora o interesse da autora repousasse na discussão mais ampla sobre a pluralidade da antropologia - e, para tanto, lançasse mão de uma postura etnográfica, comparativa e universalista -, a apreensão sensível da trajetória intelectual de Candido supera, em larga medida, o enquadramento do recorte de análise, trazendo à luz importantes questões para discussão: a) a “afinidade que seu trabalho tem com certas posturas antropológicas” (*Idem*, p. 26); b) o confronto de sua trajetória acadêmica com a de Florestan Fernandes; c) os dilemas de inserção institucional enfrentados por ele; d) a leitura dos principais ensaios de *Literatura e Sociedade* (1965) na perspectiva de uma “antropologia da literatura”- “dimensão etnograficamente relevante” para a compreensão da vida intelectual brasileira.

No final dos anos 80 (1987-1990), sob a coordenação-geral do sociólogo Sergio Miceli, o projeto “História das Ciências Sociais no Brasil”, desenvolvido no âmbito do Instituto de Estudos Econômicos e Sociais de São Paulo (Idesp), promoveu ampla pesquisa dedicada à “análise e reflexão sociológicas das Ciências Sociais, de seus praticantes e instituições”, “buscando conciliar o tratamento das dimensões institucional e profissional da história dos cientistas e das Ciências Sociais no país ao empenho em dar conta do processo de constituição das disciplinas que são o objeto central da investigação, a saber, Sociologia, Antropologia e Ciência Política” (Miceli, 2001, pp.11-12). Dessa iniciativa intelectual, surgiram vários estudos importantes para a compreensão, entre outros, do processo de implantação das Ciências Sociais no país, da sua relação com as demais faculdades, instituições e disciplinas já instaladas, da diversidade de características regionais e seu impacto no conjunto, da origem social e étnica e o perfil

⁷ Cf. “The Anthropology of Anthropology”. *Série Antropológica*. Vol. 110. Brasília, 1991. E ainda: Peirano (2004).

⁸ São várias as alterações feitas pela autora quando da republicação de capítulos da tese original no volume *Uma antropologia no plural* (1992). No essencial para meu argumento, porém, não houve modificações substantivas, de modo que utilizo ambas as versões indiscriminadamente.

ideológico de seus principais praticantes, das modalidades de inserção dos cientistas sociais no mercado de trabalho que se constituía (acadêmico, jornalístico e editorial)⁹.

Entre eles, destaca-se o estudo de Heloisa Pontes sobre o *Grupo Clima*, epíteto pelo qual ficaram conhecidos os editores e colaboradores (destacando-se, em especial, Décio de Almeida Prado, Paulo Emílio Salles Gomes, Lourival Gomes Machado, Ruy Coelho, Gilda Rocha [depois Mello e Souza] e Antonio Candido) da revista cultural de mesmo nome, impressa em São Paulo entre os anos de maio de 1941 e novembro de 1944. À maneira de uma biografia coletiva, centrada, inicialmente, no exame do “círculo de juventude desses autores”, forjado tanto pela existência de “fortes laços de amizade e intensa sociabilidade” (Pontes, 1998, p.13) quanto pelos esforços conjugados na confecção das edições de *Clima*, e, num segundo momento, no desenrolar “de suas trajetórias intelectuais e institucionais dentro e fora da Universidade de São Paulo” (*Idem*, p.14), ao longo dos três decênios seguintes, o percurso analítico do estudo permite “alcançar uma compreensão mais alargada desse círculo de intelectuais”, ao situá-los “na intersecção do modernismo e das ciências sociais em sentido estrito, praticantes do melhor ensaísmo produzido entre nós” [...], “eles são uma das vertentes mais bem sucedidas do sistema acadêmico que se implantou na capital paulista por intermédio da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” (*Idem*, p. 18).

Se, por um lado, a autora não se deteve no exame das convergências entre crítica literária e sociologia na obra de Candido, por outro, o tratamento conferido por ela ao seu objeto de estudo, baseado na investigação concomitante da “experiência cultural, social, intelectual, política e institucional de seus membros mais importantes” (*Idem*, p. 14) e interessado na definição do perfil da concepção de trabalho e do padrão de carreira instaurado pelos colaboradores da revista em relação aos modernistas e aos demais cientistas sociais (com destaque para Florestan Fernandes) com os quais eles conviveram na Universidade de São Paulo, contribuiu para uma apreensão renovada e estimulante da geração de Clima - particularmente da constituição do curso de ciências sociais dentro da FFCL-USP e das áreas de atuação e produção de conhecimento em que seus integrantes se notabilizaram. Em especial, suas indicações sobre os desafios intelectuais e constrangimentos institucionais enfrentados por Candido ao longo de sua carreira, a crescente polarização estabelecida pelos sociólogos uspianos, no decorrer do decênio de 50, entre as atividades consideradas científicas e aquelas qualificadas como culturais e o contraponto do perfil dos idealizadores da revista com o percurso de vida e academia de Florestan Fernandes foram fundamentais no encaminhamento de minha análise.

Em estudo já mencionado, Jackson, para além dos interesses acima destacados, preocupou-se com a “relação íntima entre crítica e sociologia na produção intelectual de Antonio Candido. Assim, apesar da aparente distância que separa seus poucos escritos no campo da sociologia e da antropologia do restante

⁹ Cf. Miceli (2001 /1989/; 1995).

de sua obra, interpretamos *PRB* [Parceiros do Rio Bonito] não como trabalho isolado, mas como expressão de preocupações concretas do autor que influenciaram, também, parte de sua produção na crítica” (*Idem*, p. 15). Nesse sentido, o autor sustenta que:

“Embora a parte mais substantiva de sua obra esteja comprometida com a crítica literária, em muitos momentos esta se aproxima da sociologia, como acontece na *Formação da literatura brasileira* (1959), obra mais importante do autor. A pesquisa e a escritura do texto aconteceram praticamente ao mesmo tempo em que Antonio Candido escreveu *PRB*. Esta ‘coincidência’ é indicativa da importância de se pensar a relação da sociologia com a crítica literária na obra de Antonio Candido. Não pretendemos discutir se a crítica literária de Antonio Candido é sociológica, para validar ou não sua preocupação com o meio social e a história. Nosso problema é outro; aparentemente, a produção especificamente sociológica, cujo núcleo é *PRB* não ligação estreita com a crítica. A primeira hipótese deste trabalho afirma ao contrário; apesar da evidente distância temática, *Os parceiros do Rio Bonito* e *Formação* respondem de forma diferenciada à mesma preocupação, apontando para uma unidade interna à diversidade de sua produção que a vincula a problemas típicos de uma tradição específica do pensamento social brasileiro” (*Idem*, p. 14)¹⁰.

Em que pesem a extrema pertinência e relevância das contribuições mencionadas – das quais muito me beneficiei e com as quais irei dialogar, com frequência, ao longo deste estudo -, em função dos recortes cronológicos, propósitos analíticos ou preocupações de fundo, minha abordagem do assunto delas se distancia em alguns pontos, os quais convêm explicitar. De modo geral, apesar das indicações certas sobre as afinidades entre crítica literária e sociologia em parte da produção intelectual de Candido, nenhum dos estudos indicados preocupou-se em averiguar as implicações, efeitos e repercussões dessa estreita convivência no cerne de sua obra.

Desde a publicação de “A sociologia clandestina de Antonio Candido” (2008), evidenciei, ainda que de modo exploratório e sem extrair todas as implicações possíveis, os princípios gerais das correlações em apreço, desentranhadas da leitura dos ensaios “Dialética da malandragem” (1971) e “De Cortiço a cortiço” (1993). Aos poucos, fui-me dando conta que certas diretrizes analíticas e pressupostos interpretativos acionados por Candido para refletir seja sobre nossa produção literária seja sobre nossa formação social dialogavam, em boa medida, entre si, compartilhando uma espécie de sensibilidade compreensiva comum. Nessa direção, decidi formular meu objeto rejeitando divisões disciplinares *a priori*, e colocando em suspenso princípios classificatórios que escandem e fragmentam a unidade interna de uma obra que, cada vez mais, me parece indivisível¹¹. Em vez de me preocupar em apenas diagnosticar pontos

¹⁰ Em outras ocasiões, Jackson retomou, com maior ou menor ênfase, o debate sobre o assunto. Cf. Jackson (2001; 2004; 2006; 2007).

¹¹ Inspirei-me livremente, nesse passo, nas formulações de Foucault (1971).

de contato no interior da obra de Candido – e com isso perpetuar a ideia corrente de áreas de atuação e estudo separadas - prefiro sustentar, como certa vez o fez Edmund Leach, a propósito de algo bem diverso¹², a existência de gradações dentro de uma escala contínua em cujos extremos se situam os escritos de crítica literária e os de ciências sociais e cuja dinâmica é consequência e ao mesmo tempo função das condições acadêmicas e intelectuais objetivas.

Outro ponto importante que me separa dos estudos indicados é a ênfase que confiro aos compromissos e às inclinações político-ideológicas de Candido. Embora bastante comentada, não há, salvo engano, nenhum estudo aprofundado sobre a repercussão das atividades e discussões políticas empreendidas por ele no âmbito de sua produção intelectual¹³. Inicialmente conduzida em pequenos grupos clandestinos de oposição à ditadura de Vargas, durante os anos finais do Estado Novo, passando, em seguida, ao interior dos quadros da Esquerda Democrática (ED) e, pouco depois, o Partido Socialista Brasileiro (PSB), para chegar, por fim, às posições “não-partidárias”¹⁴ assumidas a partir do começo da década de cinquenta, quando se afasta das reuniões e atividades da agremiação, sem contudo deixar de perpetrar atos de solidariedade pessoal e profissional e manifestar-se contra a opressão e arbitrariedade nos anos de chumbo do regime militar, a trajetória militante de Candido, de modo explícito ou sublimado, encontra-se incrustada em boa parte de seus escritos, definindo posturas, alianças e compromissos.

Não se deve perder de vista, contudo, que o ativismo político de Candido passa por diversas modificações nesse extenso arco temporal, no qual as reivindicações, alianças, desafios e opositores se alteram. Subjacente à fidelidade ao ideário socialista, são bastante distintas as experiências políticas vividas em agrupamentos de oposição durante o declínio do autoritarismo no desfecho do Estado Novo, a participação nas fileiras do Partido Socialista Brasileiro no contexto de redemocratização de 1945 a 1951, o enfrentamento da ditadura dos quartéis nas décadas de 1960 e 1970 e o renome acadêmico e intelectual emprestado à afirmação do Partido dos Trabalhadores (PT), no princípio da reativação política dos anos 80.

* * *

¹² Trata-se da rejeição à polarização inflexível entre as esferas do sagrado e profano prevalecente na obra de Émile Durkheim, em especial *As formas elementares de vida religiosa* (1912). Em *Sistemas políticos da Alta Birmânia* [1953], Leach observa que “os antropólogos sociais ingleses, em sua maioria, seguiram Durkheim ao dividir as ações sociais em duas grandes classes – a saber, ritos religiosos que são *sagrados* e atos técnicos que são *profanos*” (Leach, 1996, p. 74 - grifos do autor). Em consequência, o conceito de ritual passou a designar “ações sociais que ocorrem em situações sagradas” (*Idem*, p.74). Ao contrário, para o antropólogo inglês toda ação comporta elementos sagrados e profanos, em graus variados, inexistindo entre eles uma separação radical - “ou dicotomia absoluta” -, mas antes uma escala contínua: “Desse ponto de vista, técnica e ritual, profano e sagrado não denotam tipos de ação, mas aspectos de virtualmente qualquer tipo de ação” (*Idem*, p. 76).

¹³ Com exceção do estudo de Jackson (2002), que destaca a proposta política avançada por Candido nas considerações finais de *Os parceiros do Rio Bonito*.

¹⁴ Cf. Galvão (1999).

É possível especular sobre algumas das razões e fatores responsáveis pela escassa atenção dispensada por intérpretes à avaliação das confluências que me interessam. Em primeiro lugar, declarações do próprio Candido que minimizam a importância da coexistência dessas áreas disciplinares no conjunto de sua produção intelectual. Não se pode esquecer que durante dezesseis anos (1942-1958) ele atuou como primeiro professor-assistente junto à Cadeira de Sociologia II, participando de eventos e congressos científicos, publicando artigos e balanços bibliográficos e lecionando disciplinas na graduação do curso de Ciências Sociais da FFCL-USP. Não obstante tal engajamento profissional e intelectual, transparece, da parte de Candido, um forte empenho em reduzir, na maior parte das vezes, a pertinência e o alcance das quase duas décadas de sua condição de sociólogo. Para que se possam apreciar os termos em que o autor coloca essa questão, basta a seguinte afirmação: “Aliás, eu não me considero sociólogo. Assim como o professor de matemática não é necessariamente matemático, fui professor de sociologia, dei conta do recado, mas nunca me considerei sociólogo” (Candido *apud* Jackson, 2002, p. 125). Na mesma direção, a ausência de indicações explícitas dos modelos teóricos e debates de fundo no corpo do texto também contribuem para o desapeço pela questão. Avesso a preâmbulos teórico-metodológicos e a parcimonioso quanto a declarações sobre suas afinidades e débitos intelectuais, nos ensaios de Candido prevalece como ideal de escrita, em expressão cunhada por ele a respeito da obra de Roger Bastide, a “urbanidade crítica”, isto é, um formato expositivo que procura “disfarçar ao máximo a erudição, dissolvendo na tonalidade ensaística o peso da informação e a abstração dos princípios teóricos” (Candido, 1997b, p. 14).

A principal premissa que sustenta minha abordagem reside na convicção de que conexões temáticas e desafios analíticos comuns atravessam as frentes de atuação e pesquisa em que Candido se dividiu ao longo da carreira, reivindicando um estudo analítico específico. Nesse sentido, não creio, como parece supor boa parte de sua recepção crítica, que contingências de ordem institucional e profissional sejam suficientes para decretar uma separação radical e intransponível entre os estudos sociológicos e literários no conjunto de sua obra. Ao contrário, sugiro que ambos encontram-se de fato inextricavelmente imbricados em seus principais escritos e que o interesse despertado por eles, para além das fronteiras curriculares dos cursos de letras, deve-se à constante e sistemática refrega dessas, se quisermos, duas vocações¹⁵.

¹⁵ Aliás, se, de fato, não houvesse afinidades eletivas e pontos de contato entre a sociologia e a crítica literária por Candido, seria o caso de congratulá-lo pela flexibilidade de espírito e pela personalidade múltipla fora do comum, posto ter ele suportado conviver, durante quase vinte anos, com duas atividades cognitivas e intelectivas completamente desligadas e distantes, sem que isso lhe tenha custado qualquer transtorno dissociativo... Na verdade, para usar uma imagem gasta mas expressiva, são o verso e reverso de uma mesma moeda, que se nutriram mutuamente e - estou cada vez mais convicto - responderam pelo próprio dinamismo de sua produção intelectual.

Com isso subscrevo um juízo crítico comum que reponta com certa insistência em parte da recepção crítica de Candido: seu arraigado e recalcitrante sociologismo crítico¹⁶. Mais do que subscrevê-lo, levo a sério esse aspecto – e, ao contrário do habitual, vejo essa tensão criativa, como se poderia esperar, não como algo redutor, mas bastante produtivo. Se insisto nesse ponto é porque julgo que tal enfoque parece produtivo para compreender a lógica interna da produção intelectual de Candido, cuja principal característica se define em torno de uma “auspiciosa compenetração” (expressão forjada por ele, a respeito de algo diverso) entre as áreas de conhecimento e pesquisa em questão. Portanto, em lugar de acatar a imagem de conjuntos isolados e estanques, reivindico uma leitura voltada para a sondagem de convergências e imbricações, uma vez que não me parece mais apropriado examinar as duas frentes separadamente, sem incorrer a uma dissecação que levaria a perder de vista a unidade central que as reúne e anima. Se não é o caso de concebê-lo como um sociólogo travestido de crítico literário, ou vice-versa, é importante reconhecer a confluência entre elas de categorias analíticas, obsessões temáticas, interlocutores privilegiados e leituras frequentadas, para além das aparentes discrepâncias entre as matérias tratadas.

Por outro lado, é evidente que minha posição não deixa de reconhecer a especificidade de cada modalidade de conhecimento, tampouco o predomínio de cada uma delas nas distintas etapas de seu percurso acadêmico - não obstante o próprio Candido ter afirmado, reiteradas vezes, que: “Era então [nas décadas de 1940 e 1950], simultaneamente, assistente de Sociologia e crítico de literatura, gosto de deixar isso bem claro, não foi uma coisa que veio depois da outra. Eu utilizava muito a Sociologia no começo de minha carreira, sobretudo como ponto de vista. Depois me desprendi bastante dessa visão. **Não houve, portanto, passagem no sentido de atividade intelectual, elas sempre foram paralelas, houve passagem do ponto de vista profissional**” (Candido, 1997a, p. 15 – grifos nossos).

Se na pesquisa de mestrado enfoquei preferencialmente os meandros institucionais do curso¹⁷, e posteriormente área, de Teoria Literária e Literatura Comparada (TLLC), entre os anos de 1961 a 1975¹⁸ –

¹⁶ São frequentes as referências ao perfil sociológico dos trabalhos produzidos por Candido. Eis alguns poucos exemplos, coligidos de modo aleatório: Flora Sússekind observa, a propósito dos rumos tomados pela crítica literária brasileira na década de setenta, a importância “da vertente de crítica sociológica, desenvolvida sobretudo em São Paulo, em torno da USP e de Antonio Candido” (Sússekind, 2004, p. 54); Silviano Santiago, por seu lado, assinala que a modalidade de crítica produzida no campo das letras paulista estaria marcada “por uma preocupação maior com os aspectos sociológicos da abordagem do texto brasileiro” (Santiago, 1982, p. 195). Já Perrone-Moisés declara que Candido “é um crítico de formação e inspiração sociológicas” (Perrone-Moisés, 2000, p. 330).

¹⁷ Com destaque para a investigação simultânea do regimento disciplinar, da estrutura curricular, das características do quadro docente, do conteúdo das disciplinas oferecidas, das áreas e linhas temáticas de pesquisa e, por fim, dos mecanismos mais gerais envolvidos na construção da identidade profissional de seus membros componentes. Cf. Ramassote (2006). Em poucas palavras, a proposta investigativa estava interessada, de modo especial, na descrição dos princípios e contornos da morfologia organizacional do curso de TLLC. Para tanto, procurei levar a efeito a célebre exortação de Geertz: “já que os estudiosos modernos não são nem um pouco mais isolados do que os bosquímanos, é possível que o mesmo [métodos e técnicas de investigação utilizados originalmente no estudo das sociedades tradicionais ou de pequena escala] se aplique também a eles” (Geertz, 2002, p. 234). De fundamental

o que não deixou, por sinal, de fornecer subsídios para a leitura de parte da obra de Candido -, nesta proposta investigativa a ênfase analítica incidirá na leitura interna de parte de seus principais livros e ensaios. Estes, porém, serão concebidos enquanto (arte)fatos sociais totais, isto é, eles cristalizam, ao mesmo tempo e de uma só vez, a trama de variáveis e dimensões que convergem para sua inteligibilidade, inspirando-me no célebre “princípio heurístico” formulado por Marcel Mauss [1925]. Mais concretamente, isso significa que as obras selecionadas, base de operações e epicentro da análise, serão tomadas como o “ponto de chegada”¹⁹ de um percurso investigativo ancorado na sondagem dos condicionantes sociais e familiares, constrangimentos profissionais²⁰ e acadêmicos e posicionamentos ideológicos subjacentes às condições de produção dos bens simbólicos.

Nessa direção, minha abordagem se inspira numa tradição explicativa que se alinha com as proposições analíticas de Pierre Bourdieu para uma “ciência das obras” (1989; 1996; 1997a; 1997b; 2001). Desse conjunto, destaco o pequeno texto “Como ler um autor?” (2001), no qual o sociólogo francês se vale da expressão antropologia histórica²¹ para designar uma operação de leitura atenta à contribuição e ao esforço (a originalidade criativa, em suma) de cada autor para a construção de seu projeto intelectual em meio ao universo de relações objetivas que o cercam. Servindo-se, “como uma espécie de parábola, do caso de Baudelaire o qual, de leitura em releitura, foi vítima, mais do que qualquer outro, dos efeitos de canonização, eternização que desistoriciza e desrealiza”, Bourdieu rejeita a crença escolástica cujos princípios de leitura lançam numa espécie de espaço etéreo, desvinculado de quaisquer restrições de ordem concreta, o empenho empreendido por um autor no interior de um campo no qual e contra o qual ele se esbate.

Somente pela “análise reflexiva da posição social do *lector*”, assevera ele, do “olho acadêmico” como “exigência prévia de toda leitura”, aliada ao exame do espaço de possíveis admitido pelo campo no

importância, também, foram os trabalhos de Kuper (1978) e os dois volumes organizados por Miceli (1995; 2001), ambos operando, cada um a seu modo, a partir de um recorte analítico de feito institucional.

¹⁸ E ainda: Ramassote (2009a; 2009b; 2010).

¹⁹ Expressão utilizada por Lígia Sigaud (1996) em apresentação de *Sistemas políticos da Alta Birmânia*, de Edmund Leach. Os ensaios da autora sobre Marcel Mauss também se fizeram importantes para minha reflexão (1999; 2006). Até onde se pode saber, eles faziam parte de um programa de estudos centrado na reflexão sobre as “condições sociais da originalidade na antropologia social”, interrompido pelo falecimento prematuro da autora. Informação extraída do site: <http://www.ppgasmuseu.etc.br/museu/pages/homenagem-lygiasigaud.html>, acessada em 01 de março de 2013.

²⁰ Não posso deixar de assinalar a preocupação insistente e obstinada – e, talvez não seja precipitado dizê-lo, indelével – com autores e leituras, proposições analíticas e discussões teórico-conceituais hauridas da subárea da sociologia das profissões, marcante no período inicial de minha formação acadêmica e intelectual. Com efeito, nos anos de 2001 e 2002, ainda estudante de graduação na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), fui bolsista do projeto “Ideologias do profissionalismo em disputa no mundo do direito”, extensão do projeto mais amplo “O mundo profissional do Direito e as relações entre profissionalismo e Estado”, ambos coordenados pela Prof^a. Dr^a. Maria da Glória Bonelli. Cf. Bonelli (2002).

²¹ A mesma expressão aparece no capítulo “A gênese social do olho” de *As regras da arte* (1999). Devo ao amigo e colega de doutorado Luiz Felipe Sobral a lembrança.

“momento em que o autor trabalha para definir sua intenção artística”, poder-se-ia compreender a irreduzível distância histórica e cultural entre o “mundo literário encontrado por Baudelaire e aquele que ele nos deixou”, tão pouco familiar “quanto aqueles com que defronta o historiador ou etnólogo ao decifrar uma sociedade desconhecida” (*Idem*, p. 103-106).

Igualmente, este estudo se integra a uma tendência crescente no âmbito da antropologia de pesquisas dedicadas, para usar uma expressão cunhada por Peirano, à reflexão sobre a “alteridade mínima” (Peirano, 1999, p. 247). Conforme sustenta a autora, num balanço crítico da produção antropológica brasileira em que o exotismo fornece o parâmetro de comparação, pode-se observar, desde, pelo menos, a década de oitenta, o despontar de uma tendência progressiva em que a disciplina se afasta do estudo das populações indígenas (a alteridade radical) em direção à pesquisa da produção científica dos próprios cientistas sociais (alteridade mínima). Em particular, me apoiei nos estudos de Vilhena (1997), Grynszpan (1999) e Corrêa (2001), os quais, cada uma a seu modo, empreenderam análises interessadas, respectivamente, pela “reconstrução etnográfica” do apogeu e ocaso do movimento folclórico no país; uma “sociologia histórica” da teoria das elites, a partir da investigação das trajetórias sociais e formulações teóricas de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto, seus dois principais representantes; ou então uma “leitura antropológica” da produção teórica e atuação concreta do médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues e seus autoproclamados discípulos.

Com a expressão “Etnografia da Ciência”, em texto programático visando ao lançamento das bases conceituais para a criação e consolidação da área temática “Itinerários Intelectuais e Etnografia do Saber”²², Roberto Cardoso de Oliveira defendeu a importância do estudo de “modalidades de conhecimento ou saber constituídas disciplinarmente” (Cardoso de Oliveira, 2003, p. 163). Essencialmente multidisciplinar, assumindo-se como uma “disciplina híbrida”, e valendo-se da contribuição de Gilles-Gaston Granger, Clifford Geertz, Thomas Kuhn e Pierre Bourdieu, Cardoso de Oliveira reivindica o exame conjugado e/ou complementar de “fatos epistemológicos” (ou internos,

²² A partir de seus esforços, e, ao que consta, com o auxílio dos professores Mariza Corrêa e Guillermo Raúl Ruben, fundou-se dentro do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp uma área temática de extensão conhecida como “Itinerários Intelectuais e Etnografia do Saber”, da qual várias pesquisas surgiram. Cf. Rubim (1997). Embora tenha reivindicado a necessidade do registro articulado das duas frentes de pesquisa indicadas, em estudo monográfico sobre o filósofo e antropólogo francês Lucien Lévy-Bruhl, Cardoso de Oliveira não levou a efeito tal “modalidade de investigação” posto que não lhe “foi possível estendê-la a Paris, como desejava inicialmente, onde tentaria entrevistar alguns remanescentes, seus contemporâneos – especialmente ex-alunos ou testemunhas ainda vivas dos últimos anos de Lévy-Bruhl – ou vasculhar instituições e arquivos, como uma desejável busca dos ‘fatos datados’ e inéditos” – restringindo, por conseguinte, sua análise à leitura interna do esquema conceitual em que se movimentava o pensamento do autor de *A mentalidade primitiva* (1922) (Cf. Cardoso de Oliveira, 2002, p.13).

restritos à reconstituição da lógica interna do “discurso e de sua dinâmica”) e “fatos datados” (ou externos, envolvendo a “dimensão micropolítica da produção científica”) na produção de conhecimento²³.

Em conformidade com a minha dissertação de mestrado (Ramassote, 2006), confiro crucial valor heurístico à documentação de ordem acadêmica (memoriais acadêmicos, ementas e guias de cursos, anuários informativos, etc.), fontes de informação preciosas que permitem enquadrar (e, muitas vezes, retificar) as interpretações e leituras depositadas nas obras. Como lembra Corrêa, na etnografia da ciência, diversamente do que ocorre nas etnografias tradicionais, nas quais “as lembranças, os depoimentos, os documentos pessoais passam, assim, a segundo plano, atuando como uma espécie de reforço às instituições que vão surgindo a partir da leitura das evidências. Ganham ênfase, por contraste, a análise institucional e a análise de textos produzidos no contexto de criação de instituições. Documentos públicos, a instituição e o texto ali produzido, podem ser lidos e interpretados também publicamente” (Corrêa, 1995, p.30)²⁴.

* * *

Este estudo se desdobra em duas partes correlacionadas, cada uma delas dedicada à leitura de parte das obras mais significativas de Candido. Em se tratando de uma produção intelectual extensa, foi necessário definir, preliminarmente, alguns critérios de relevância na seleção do material expressivo que integrou a análise, de forma a evitar certa dose de arbitrariedade – inevitável, no limite: a) em primeiro lugar, a identificação dos momentos fortes de seu pensamento no que se relaciona ao assunto mais geral

²³ Como enfatiza Pontes: “A primeira [postura internalista] é herdeira das contribuições teóricas fornecidas pela linguística estrutural, pela semiologia e pelos debates travados no campo da história da arte. Visa principalmente uma análise interna das obras e dos produtos culturais, os quais têm sua inteligibilidade assegurada no sistema interno de sua produção [...]: reconstruir a lógica da composição interna das obras, é simultaneamente o grande desafio e a maior contribuição da postura ‘internalista’. Para a postura ‘externalista’, ao contrário, a produção cultural e intelectual – configurada no plano das ideias e das obras – explica-se não apenas por razões internas, mas sobretudo externas. Seu foco analítico é deliberadamente posto nas condições sociais de produção das obras e não na forma e nos conteúdos substantivos. Essa perspectiva pretende dar conta tanto no perfil sociológico dos produtores de bens culturais, intelectuais e simbólicos, de suas representações, ideologias e práticas sociais, quanto do campo particular em que estão inseridos” (Pontes: 1997, p. 61). E, ainda, Pontes (1999).

²⁴ Não é casual que, ao recolher em livro as ementas/programas de curso oferecidos por Luís de Castro Faria à frente ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional do Rio de Janeiro, Antonio Carlo de Souza Lima comente que: “A observação do conteúdo dos cursos ministrados num dado período do tempo, assim como de outros documentos, fornece-nos um relance de como se formam e como se desconstruem os “pensamentos de escola” (Bourdieu, 1974). Lidar com esses artefatos é também uma forma de contra-restar tendências ao memorialismo monofônico destituído de suportes documentais e de reagir à naturalização das problemáticas em jogo num dado momento histórico [...]” (Souza Lima, 1998, p. 8). De igual maneira, reafirmo a sugestão de que parte dos escritos de Candido, em sua grande maioria derivados dos cursos oferecidos por ele na FFCL-USP, constitui uma via de acesso privilegiado ao conteúdo discutido em sala de aula, e vice-versa. Como já escrevi em outra ocasião: “Se levamos a sério uma afirmação de Candido que assinala o fato de que “as aulas estimulavam meus escritos, e **quase todos os meus ensaios são sucedâneos de cursos e conferências**” (Candido, 1993c, p. 39 - grifos nossos).

que me interessa, baseando, para tanto, em avaliações e juízos críticos emitidos pela recepção crítica e pelo próprio autor que as reputam como os pontos altos de sua trajetória, e, de outro, como não poderia deixar de ser, pela importância de cada um deles para a construção de meu argumento analítico de fundo; b) em segundo lugar, a preocupação em contemplar, numa amostra minimamente representativa e equilibrada, as principais etapas da trajetória intelectual do autor. Em entrevista concedida à revista *Transformação*, em 1979, Candido (1992b) identifica três fases sucessivas em sua produção intelectual, correspondentes às décadas de 1940, 50 e 60. Na primeira, seus interesses estavam ligados à discussão das causalidades e condicionamentos, alinhadas às posições políticas assumidas pelo autor no início de sua carreira como crítico; em seguida, o esforço se voltou para o problema da funcionalidade, sob a influência da antropologia social inglesa e das ideias de T.S. Eliot e do new criticism; na última, imperou a ambição pela questão da estruturação e da formalização estética de elementos contextuais; c) por fim, a opção de conferir maior destaque a escritos que passaram despercebidos ou então não receberam a devida atenção da recepção crítica, em que pese a sua importância significativa para o delineamento do projeto intelectual do autor.

Daí a unidade desta tese não ser apenas de ordem temática. No conjunto, ela se escora num movimento analítico recorrente e obstinado, que parte, sempre, de materiais esquecidos, laterais ou subsidiários para neles desembocar na leitura dos escritos escolhidos. Elegendo como plataforma tais fontes bibliográficas, operando pelas margens e interstícios do conjunto da obra, aos poucos me fui convencendo de que esse subterfúgio analítico permitiria ao mesmo tempo afastar os automatismos e lugares-comuns que eclipsaram grande parte da leitura da obra de Candido e propiciar, por essa via, uma certa lufada de inovação – explorando questões e ângulos de análise que ainda não foram plenamente desenvolvidos ou aprofundados.

Na primeira parte, intitulada “Inquietudes da crítica literária militante de Antonio Candido”, minha atenção se volta para o exame da crítica literária militante do autor e dos seguintes livros dela derivados ou associados: a coletânea *Brigada Ligeira* (1945), a tese “Introdução ao método crítico de Sílvio Romero” (1945) e *O Observador Literário* (1959). Para chegar a eles, parto dos rodapés literários assinados por Candido na grande imprensa paulista ao longo de boa parte da década de 1940 e em fins da década de 1950. Entre janeiro de 1943 e janeiro de 1945 e setembro de 1945 e fevereiro de 1947, ele ficou responsável pela coluna “Notas de crítica literária” respectivamente nos jornais *Folha da Manhã* e *Diário de S. Paulo*. Após um longo período ausente das páginas da grande imprensa, torna-se, entre outubro de 1956 e junho de 1960, colaborador frequente das páginas do *Suplemento Literário* do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Apoiado na aquisição, transcrição, leitura e análise dos 157 rodapés publicados na coluna “Notas de crítica literária” e das 46 contribuições distribuídas nas seções de “Literatura Brasileira” e “Resenhas

bibliográfica” do *Suplemento*²⁵, pude: a) aprofundar minha compreensão do método e atitudes críticas defendidas por Candido nos períodos indicados; b) identificar os seus principais interlocutores, alvos privilegiados e preferências literárias do autor nessa altura; c) qualificar de maneira mais concreta os contornos do decantado sectarismo que lhe afetava os juízos avaliativos do em início de carreira, aspecto várias vezes por ele reafirmado, mas pouco explorado²⁶; d) avançar na compreensão das linhas de força e critérios seletivos que subjazem à reunião e organização das coletâneas mencionadas, bem como detectar, com maior clareza, os fundamentos das discussões avançadas pelo autor na tese sobre Sílvio Romero.

Demarcando as balizas cronológicas que englobam o *corpus* de escritos considerado, descrevo em detalhe dois concursos em que Candido participou: o primeiro, em 1945, no qual ele disputou, mas não obteve, a vaga de professor para a Cadeira de Literatura Brasileira; o segundo, em 1974, em que conquistou o cargo de professor titular à frente da área de Teoria Literária e Literatura Comparada. Para além de fornecerem uma moldura narrativa para o conteúdo tratado ao longo dos capítulos desta parte, ambos podem ser tomados como uma espécie de microcosmo das configurações pelas quais a crítica literária brasileira passou na segunda metade do século XX, a partir de dois períodos bastante distintos: no primeiro caso, o apogeu da crítica de rodapé e do ensaio literário, de ampla ressonância pública e produzidos por diletantes e generalistas, mas de incipiente institucionalização e ainda cortejando o debate geral de ideias; no segundo, a hegemonia praticamente incontestada da pesquisa acadêmica sistemática e especializada, insulada dentro dos muros universitários, de impacto restrito e repercussão circunscrita, em larga medida, entre os pares e praticada por especialistas munidos de sólida formação universitária.

A segunda parte, denominada “A sociologia clandestina de Antonio Candido (uma segunda incursão)”, privilegia a leitura dos ensaios “Dialética da malandragem” (1970) e “De Cortiço a cortiço” (1993). O ponto de partida, dessa feita, é o exame atento de parte substantiva de parte da produção sociológica do autor – sobretudo aquela dedicada ao mundo rural paulista ou a ela associada – registrada nos ensaios “The Brazilian Family” (1951) e “A vida familiar do caipira” (1954), bem como na tese *Os parceiros do Rio Bonito* (1964). Num primeiro momento, procuro extrair as linhas de força (padrões explicativos, eixos temáticos, repertório de questões) que costuram os escritos sociológicos mencionados, cotejando-os com informações ligadas à experiência familiar e pessoal do autor em Cássia (MG); à interlocução com clássicos do pensamento social brasileiro e aos cursos oferecidos por ele à frente da

²⁵ Desse total, apenas 80 foram estampadas em diferentes publicações. Os rodapés assinados na *Folha da Manhã* foram por mim adquiridos junto ao da Empresa *Folha de S. Paulo* S.A. Já os rodapés do *Diário de S. Paulo*, bem como os do *Suplemento* foram comprados junto ao Arquivo Público do Estado de São Paulo. Alguns dos arquivos digitais apresentavam trechos reproduzidos ilegíveis, de modo que foi necessário retornar ao local e fotografar as versões impressas originais, com a anuência dos funcionários.

²⁶ Entre tantas, destaco: “Então, quando era crítico literário dos jornais, da *Folha de S. Paulo* sobretudo – que naquele tempo se chamava *Folha da Manhã* –, puxava para o aspecto ideológico o mais que podia; tendia, às vezes, a fazer a avaliação crítica com base na importância ideológica. Nunca cheguei a ser esquemático, nem fanático, mas era um pouco redutor” (Candido *apud* Jackson, 2002, p. 128).

Cadeira de Sociologia II. Em seguida, averiguo as convergências e ressonâncias entre e a abordagem empregada por Candido na leitura das relações humanas dos universos ficcionais das *Memórias de um sargento de milícias* (1855) e de *O Cortiço* (1890).

PRIMEIRA PARTE:
INQUIETUDES DA CRÍTICA LITERÁRIA MILITANTE
DE ANTONIO CANDIDO

“O mais curioso do concurso foi que Antonio Candido, tendo alcançado cinco indicações para primeiro lugar (a unanimidade da banca), foi, afinal, colocado em segundo posto, preterido pelo concorrente que era catedrático interino.

Esta mágica, que parece impossível, foi obtida, contudo, sem infração da lei.

De acordo com ela os examinadores podiam votar em dois nomes, desempatando afinal. Deu-se, então, seguinte: Léo Vaz e eu votamos só em Antonio Candido; Gabriel Resende e Jorge Americano votaram em Antonio Candido e [Mário Pereira de] Souza Lima, Guilherme de Almeida votou em Antonio Candido e Oswald de Andrade.

Na reunião final, Resende e Americano desempataram em favor de Souza Lima, e Guilherme preferiu Oswald. Ficaram, assim, Antonio Candido e Souza Lima com dois votos, subindo a decisão à Congregação, que opinou pelo último.

O mais engraçado foi que no debate conclusivo, eu lembrei a Guilherme que ele, logicamente, não podia desempatar em favor de Oswald, porque este não teria nenhuma chance. O grande poeta, porém, com um quê de menino que nunca abandona, deu-me uma resposta desconcertante: “Voto no Oswald porque ele é meu amigo e porque não gostei de um artigo de Candido a meu respeito...”

Calei-me. Era, sem dúvida, uma razão de poeta. Mas não me parecia que servisse para examinador”²⁷.

(Afonso Arinos de Mello Franco. *A alma do tempo* – memórias (formação e mocidade). Rio de Janeiro, Editora Livraria José Olympio, 1961, p. 416).

1.1. – Modernização bifronte

Membro da banca examinadora do concurso para provimento da Cadeira de Literatura Brasileira, ocorrido entre 23 de julho e 04 de agosto de 1945, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), testemunha presencial - e privilegiada²⁸ - dos bastidores que

²⁷ Ao que tudo indica, o artigo que desagradou Guilherme de Almeida foi “Classificações”, publicado na coluna “Notas de crítica literária” da *Folha da Manhã*, em 09 de maio de 1943. Adiante comentarei seu conteúdo.

²⁸ Privilegiada, pois, conforme ele relata, pouco antes do concurso foi procurado por um dos seus candidatos, o escritor paulista Oswald de Andrade: “No dia seguinte ao da minha chegada, Oswald de Andrade veio ver-me no quarto do hotel. Eu gostava dele, do seu admirável talento, de sua decisiva intervenção demolidora na renovação mental do Brasil. Admirava seus versos, divertia-me, como toda gente, com as suas extraordinárias *boutades* dos seus casos amorosos, da sua vida de inconformado, iconoclasta e generoso [...].

De qualquer forma recebi-o e mandei subir um café. Oswald vinha, apenas, pedir-me que eu lhe indicasse as perguntas que lhe ia fazer, na defesa da tese. Nem mais nem menos.

É possível que o incorrigível gravoche estivesse brincando, querendo me assustar, mas eu fechei a cara. “Oswald – falei -, se houvesse outras pessoas presentes eu achava que você estava brincando. Mas somos só nós dois, e, por isso, peça-lhe que respeite o seu amigo.

Oswald pôs-se a rir. “Você é um pequeno-burguês sentimental – retrucou. – Você vai me dar a cadeira porque sabe que eu estou casado, minha mulher espera neném e andamos de bonde.” (A esposa, agora, era outra. Era mineira e chamava-se Ana Maria Alkmin.)

Rimos juntos, tomando o nosso café [...]” (*Idem*, p. 415).

definiram o resultado do certame, Afonso Arinos de Mello e Franco²⁹ (1905-1990) recorda no primeiro de seus vários volumes de memórias, um evento marcante na trajetória profissional e intelectual de Antonio Candido.

Dada a incipiência das instituições de ensino superior no país, composto até então por faculdades e institutos isolados (dedicados, sobretudo, às carreiras liberais tradicionais de direito, engenharia e medicina), são poucos os diplomados e, menos ainda, os titulados com formação profissional nas áreas e disciplinas que começavam a ser oferecidas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. No setor das Letras, em particular, os dois primeiros cursos universitários criados no país foram o da FFCL-USP, a partir de 1934, e da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, de 1939 em diante.

Conforme os termos do Decreto n.º 13.426, de 23 de junho de 1943, que deliberava sobre o regimento de concurso para o provimento dos cargos de professor catedrático e livre-docente, poderiam concorrer a eles

“[...] diplomado por institutos de ensino superior da Universidade de São Paulo, ou de outros estabelecimentos superiores oficiais ou oficialmente reconhecidos pelo Governo Federal, em curso de que faça parte a disciplina da cadeira em concurso ou disciplinas afins; § 1.º - também poderão concorrer os portadores de diploma universitário que possuam obras de indiscutível valor, versando a matéria da cadeira a cujo concurso se propõem; § 2.º - Quando a matéria da cadeira em concurso for lecionada apenas nas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, ficarão os candidatos isentos da exigência de apresentar diploma de escola superior em cujo concurso se contenha tal matéria, até que a lei federal disponha sobre o assunto” (Decreto n.º 13.426 de 23 de junho de 1943, p.6).

²⁹ Afonso Arinos de Mello Franco (1905-90) nasceu em Belo Horizonte (MG), filho de uma tradicional família de políticos, diplomatas e escritores. Seu pai, Afrânio de Mello Franco, foi ministro da Viação no governo Delfim Moreira (1918-1919), embaixador do Brasil na Liga das Nações (1924-1926) e ministro das Relações Exteriores de Getúlio Vargas (1930-1933). Seu tio homônimo foi renomado escritor da escola regionalista, autor, entre outros, de *Pelo Sertão* (1898). Após cursar os estudos primários e secundários na capital mineira e no Rio de Janeiro (nos colégios Anglo-Americano, Arnaldo e Colégio Pedro II), bacharela-se, em 1927, pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Distrito Federal. Passa então a exercer a advocacia como promotor de justiça em Belo Horizonte e a colaborar na imprensa, assumindo a direção, em 1933, dos jornais *O Estado de Minas* e *Diário da Tarde*, pertencentes à cadeia dos *Diários Associados*, de Assis Chateaubriand. Em 1936, após estudos realizados em Genebra, torna-se professor de História do Brasil e da Civilização na Universidade do Distrito Federal. Nos anos seguintes, ministra cursos no exterior (Montevideu, França, Buenos Aires). Sua produção bibliográfica espelha a formação intelectual e diversidade de interesses do autor. Ao lado de ensaios sociológicos e políticos, reuniu em livros parte dos artigos de crítica literária assinados na grande imprensa (entre outros: *Ideia e Tempo* [1939]; *Mar de Sargãos* [1944]; *Portulano* [1945]).

Para habilitar-se, os postulantes deveriam encaminhar requerimento dirigido ao diretor da FFCL-USP, acompanhado de documentação de ordem pessoal, memorial acadêmico³⁰ e cem exemplares de uma tese inédita sobre assunto de livre escolha, mas pertinente à matéria do concurso.

Desmembrada da Cadeira de Literatura Luso-Brasileira em 1939³¹, a Cadeira de Literatura Brasileira foi regida interinamente, por decreto oficial, a partir de 11 de julho de 1939, por Mário Pereira de Souza Lima. Nascido a 6 de novembro de 1893 em Juiz de Fora (MG), filho de Victor Manuel de Souza Lima e Dalila Pereira de Souza Lima, Souza Lima realizou o curso primário e secundário no Colégio São Luiz, em Itú (SP), entre os anos de 1905 a 1911. Na capital do estado, formou-se bacharel em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo (1912-1916), cursando ainda filosofia na Faculdade S. Bento (1922-1923) – sem chegar a concluí-lo. Nunca tendo exercido a magistratura, após a conclusão do curso passou a lecionar as disciplinas de *Latim, História do Brasil, Literatura Brasileira e Portuguesa, Gramática e Filologia Românica e Portuguesa* nos principais estabelecimentos de ensino secundário e superior da capital (Colégio São Luís [1920-1922], Colégio Anglo-Brasileiro [1921], Escola Normal da Praça da República [1922-1923], Ginásio do Estado de São Paulo [1923-], Ginásio Des Oiseaux [1930-1950], Ginásio São Bento [1930-35], Ginásio Nossa Senhora de Sion [1930-1935], Curso Pré-jurídico da Faculdade de Direito de São Paulo [1933-1934], Colégio Universitário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras [1938], Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Sede Sapientae” [1933] e Faculdade de Filosofia S. Bento [1937 -nomeado]).

Autor de *Teoria da Construção Gramatical* (1923), tese apresentada para concurso à Cadeira de Língua Portuguesa do Ginásio Oficial de São Paulo, e da *Gramática expositiva da língua portuguesa (para uso das escolas secundárias)*, editada em 1937 pela Editora Companhia Nacional, na coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, coordenada por Fernando Azevedo, Souza Lima, ao assumir o posto,

³⁰ Com o seguinte conteúdo especificado: “tudo o que se refere à formação intelectual, vida e atividades profissionais do candidato, dividido em três partes: a) indicação pormenorizada de sua formação científica; b) relato de toda a sua atividade científica; c) relação minuciosa de todas as funções públicas ou particulares, de exclusivo interesse profissional ou científico, diretamente ligados à matéria em concurso” (*Decreto nº 13.426 de 23 de junho de 1943*, p. 6).

³¹ Criada em 1934, a Cadeira de Literatura Luso-Brasileira foi dirigida, inicialmente, pelo teólogo e gramático Otoniel Mota, substituído, em 1938, pelo pesquisador português Fidelino de Figueiredo, que permaneceu no cargo até a extinção da mesma. Já em 1935, o Conselho Universitário propunha desdobrá-la em Cadeira de Literatura Brasileira e Cadeira de Literatura Portuguesa. Conforme informações presentes no *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo* do ano de 1936, “a cátedra de Literatura Luso-Brasileira, pela dificuldade de seu preenchimento, impondo, como o faz atualmente, conhecimento profundo das literaturas de dois povos, afins pela origem, pela tradição histórica e pela língua comum, mas afastados pela peculiaridade de seu desenvolvimento mental e literário, precisa ser desdobrada em cadeiras de Literatura Brasileira e de Literatura Portuguesa” (*Anuário*, 1936, p.154). Não obstante a aprovação da medida pelo Conselho Universitário em 12 de dezembro de 1935, o desdobramento se efetiva apenas em 1939. Com a extinção da cadeira, Fidelino transfere-se para a Cadeira de Literatura Portuguesa, onde permanece até sua aposentadoria em 1951, quando então é substituído por Antonio Soares Amora, seu primeiro-assistente.

passou a lecionar, conforme consta do *Guia da FFCL-USP*, para a 1ª série do curso de Letras Clássicas³², conjuntamente com as aulas de Literatura Portuguesa, seguindo o seguinte currículo: “1) Fatores, épocas históricas e tendências da literatura brasileira. O folk-lore. O problema da língua; 2) O romance romântico e o romance naturalista; 3) O mundo poético da segunda geração romântica; 4) As correntes poéticas pós-romântica; 5) O pensamento crítico e filosófico dos séculos”³³.

Para disputar a cátedra sob sua responsabilidade, Souza Lima entregou à banca examinadora o estudo “Os problemas estéticos na Poesia Brasileira do Parnasianismo ao Modernismo”³⁴. Recorrendo à tipologia formulada por Wilson Martins (1952), pode-se afirmar que a monografia se enquadra num ensaio de crítica gramatical³⁵, tratando, em suas 58 páginas, das divergências entre a concepção poética do Parnasianismo (“Estética da Ordem”) e do Modernismo (“Estética da Aventura”) em termos da linguagem e do estilo literário empregado por cada escola, os problemas dos modos distintos de conhecimento da realidade enfrentados pela prosa e poesia e o papel dos meios de expressão (ritmo, harmonia, estilo, etc.) nesse processo.

Embora não se possa precisar se a notícia sobre o concurso já estivesse sendo divulgada antes mesmo da abertura do edital³⁶, sua publicação ocorreu no Diário Oficial de São Paulo, edição de 19 de outubro de 1944, quinta-feira, página 20, tal como segue transcrito:

“Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
Concurso para o provimento do cargo de Professor Catedrático da Cadeira de Literatura Brasileira
XXXVI Cadeira

³² Originalmente, a Cadeira de Literatura Luso-Brasileira fazia parte da subseção de Letras Clássicas e Português, composta de cinco cadeiras: Filologia Grega e Latina; Literatura Grega, Literatura Latina; Literatura Luso-Brasileira e Filologia Portuguesa. A outra seção, a de Letras Estrangeiras, era formada também por cinco cadeiras: Língua e Literatura Espanhola, Língua e Literatura Inglesa, Língua e Literatura Francesa, Língua e Literatura Italiana e Língua e Literatura Alemã. Cf. *Guia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras* para 1966, p. 12.

³³ Informações disponíveis no Guia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para 1943. São Paulo – Brasil. Cf. Guia (1943). Ao contrário de minha expectativa inicial, são pouquíssimas as referências a Mário de Souza Lima registradas em publicações internas da FFLCH-USP, com exceção de esparsas indicações estampadas nos Anuários da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. Foi somente quando entrei em contato com Eduardo Vieira Martins, professor do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFLCH-USP e neto de Souza Lima, que pude ter acesso a um currículo profissional – cujos dados foram acima transcritos – e a informações privilegiadas de um membro da família.

³⁴ Exemplar disponível para consulta na Biblioteca Florestan Fernandes da FFLCH-USP.

³⁵ Segundo ele, os “críticos da linhagem gramatical são os que reduzem a literatura a uma questão de ‘estilo’ e o estilo uma questão de gramática [...]. Resolve-se o problema estilístico de um ponto de vista gramatical pelas medidas nem sempre coerentes do purismo, do casticismo; bom escritor é o que escreve ‘certo’ e escreve certo quem se limita a repetir, sem violá-las, as construções sintáticas e o vocabulário dos ‘clássicos’ da língua” (Martins, 1952, p. 49).

³⁶ Tal dúvida deve-se ao seguinte fato: são diferentes as datas apresentadas por Candido quanto à redação da tese sobre Sílvio Romero. Em alguns momentos, ele comenta que o estudo foi redigido ao longo de 1944; em outros, fornece com precisão o período: 1º de fevereiro a 11 de março de 1945. Como veremos, o primeiro registro escrito de Candido sobre o crítico sergipano surge no rodapé “Literatura Brasileira (I)”, datado de 18 de março de 1943.

De ordem do exmo. sr. André Dreyfus, e em cumprimento e deliberação da Congregação, acham-se abertas na Secretaria desta Faculdade, por não ter havido pedido de transferência de catedráticos, as inscrições pelo prazo de 150 dias, de acordo com o artigo 12 do Decreto 13.426 de junho de 1943, ao concurso para provimento do cargo de professor catedrático de Literatura Brasileira (XXXVI Cadeira). As inscrições deverão ser feitas nos dias úteis das 15 às 16 horas e aos sábados das 10 às 11 horas da manhã. As provas do concurso, de acordo com o artigo 27 do mesmo decreto serão sucessivamente as seguintes: a) prova de títulos; b) prova escrita; c) prova prática, quando houver; d) defesa de tese; e) prova didática e leitura da prova escrita, pelo candidato. Ao inscrever-se, deverá o candidato preencher as exigências do artigo 14 do mesmo decreto, que são as seguintes: requerimento com firma reconhecida, dirigido ao Diretor da Faculdade, e no qual indique nome, idade, filiação, naturalidade, estado civil e local de residência, acompanhado dos seguintes documentos: a) prova de ser brasileiro nato ou naturalizado; b) prova do alegado no requerimento; c) prova de quitação com o serviço militar; d) diploma profissional ou científico, em original ou certificado pelo Instituto por onde se diplomou; e) provas de sanidade e idoneidade moral; f) memorial, na forma indicada no artigo 15 do Regimento e destinado ao concurso de títulos; g) 100 exemplares de uma tese inédita sobre assunto de livre escolha, pertinente à material em concurso. As inscrições para o presente concurso serão encerradas no dia 17 de março de 1945, às 11 horas da manhã. São isentos de selos a tese e os trabalhos apresentados como títulos, devendo os demais documentos serem selados na forma da lei. O programa da cadeira, aprovado pela Congregação, poderá ser obtido na Secretaria da Faculdade, bem como todas as informações desejadas pelos interessados.

Secretaria da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 19 de outubro de 1944 – (a) Horácio Poltronieri Secretário Substituto” (Cf. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 19 de novembro de 1944, p. 20).

De acordo com aqueles que o testemunharam, e segundo as repercussões e manifestações surgidas na grande imprensa³⁷, pode-se afirmar que a abertura, o andamento e o resultado final do concurso constituíram um verdadeiro “acontecimento no meio intelectual paulista”³⁸. Com efeito, se lembrarmos que se tratou de um dos primeiros concursos públicos realizados na FFCL-USP³⁹, envolvendo intelectuais e escritores conhecidos do grande público por suas obras literárias e científicas, parte dos quais atuantes na grande imprensa, não é estranho que sua realização tenha suscitado uma atenção e um interesse que transbordaram os limites do ambiente universitário.

Incentivado por André Dreyfus⁴⁰, então Diretor da FFCL-USP, o célebre escritor paulista Oswald de Andrade resolveu se candidatar à vaga em aberto⁴¹. Nascido em São Paulo em 1890, descendente de

³⁷ Em *Bibliografia de Antonio Candido*, Dantas transcreve o artigo “Critérios Diferentes”, assinado por Lúcia Miguel-Pereira, no qual a crítica questionava o resultado do concurso. O organizador também menciona, em entrevistas, a existência de um artigo de Décio de Almeida Prado sobre a questão, surgido no calor da hora, que infelizmente não foi encontrado. Cf. Dantas (2002; 2004).

³⁸ Expressão utilizada por José Aderaldo Castello, em conversa pessoal sobre o assunto, ocorrida em maio de 2010.

³⁹ Conforme informações do Anuário da FFCL/USP, “já em 1937 realizou-se o primeiro concurso para provimento efetivo de cátedra, cabendo essa prioridade de Biologia Geral, regida, desde o início dos cursos, sob o regime de contrato, pelo Prof. André Dreyfus”. Pouco depois, no ano de 1939, realizaram-se mais quatro concursos, para o preenchimento das seguintes cadeiras: Etnografia Brasileira e Língua Tupi-Guarani; História da Civilização Brasileira, Fisiologia Geral e Animal e Filologia Portuguesa. Em 1944, ocorrem mais dois: Mecânica Racional e Mecânica Celeste; Análise Matemática. Finalmente, em 1945, tem lugar o concurso da Cadeira de Literatura Brasileira. Portanto, tratou-se do oitavo concurso de cátedra na Universidade de São Paulo. O *Anuário* não informa, contudo, se nos demais concursos houve mais de um candidato inscrito. Cf. Anuário da FFCL/USP, 1939-1949, vol. I, pp. 381-384.

⁴⁰ André Dreyfus (1897–1952) nasceu em Pelotas (RS), em 1897. Com a família, transfere-se em 1922 para o Rio de Janeiro, onde se forma em Medicina, pela prestigiosa Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1925, funda um curso particular de Histologia e Embriologia, de grande sucesso e frequência. Em 1927, conclui a graduação e se

família tradicional e abastada, José Oswald de Souza Andrade formou-se em 1919 pela Faculdade de Direito de São Paulo, não tendo jamais exercido profissionalmente a carreira escolhida. Jornalista, poeta, romancista, teatrólogo e agitador cultural, principal nome, ao lado do Mário de Andrade, do movimento estético modernista de São Paulo, em evidência desde 1943, quando retornou à cena literária com o lançamento do romance *A revolução melancólica*, primeiro volume do projeto *Marco Zero*⁴², Oswald encontrava-se em plena atividade intelectual ao longo do ano de 1945. Além da redação da tese para o concurso e da publicação de *Ponta de Lança* (1945), miscelânea de ensaios de crítica literária e escritos polêmicos⁴³, lançado nos primeiros meses do ano, surgem ainda o volume *Poesias reunidas de O. Andrade* (1945) e *Chão* (1945), o segundo e último tomo de *Marco Zero*⁴⁴.

Embora apuros financeiros decorrentes da fase adiantada de dilapidação de sua fortuna familiar possam ser apontados como os motivos responsáveis pela candidatura de Oswald, por outro lado, conforme aponta Martins (2001), o escritor modernista acalentava, desde a sua candidatura à Academia Brasileira de Letras, o desejo de restituir dignidade literária à sua obra, ofuscada em grande parte pela mitologia e contendas que cercavam a sua figura. Redigida às pressas, e com base em consultas improvisadas e escassa pesquisa⁴⁵, a tese entregue por Oswald, intitulada “A Arcádia e a Inconfidência Mineira” (1945)⁴⁶, revela a distância e inobservância de quaisquer expedientes e cacoetes expressivos de

torna professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1932, muda-se para São Paulo, tornando-se professor do curso preparatório da Faculdade de Medicina de São Paulo. Com a criação da FFCL-USP, integra-se ao Departamento de Biologia Geral, do qual se torna catedrático, em 1937. Assume a direção da FFCL durante os anos de 1943 e 1947. Sobre a biografia de Dreyfus, ver Cunha (1994).

⁴¹ Conforme Candido recorda: “Tenho uma vaga ideia de que Oswald foi estimulado a se apresentar por André Dreyfus, Diretor da Faculdade, que já havia tentado convencer Mário de Andrade no mesmo sentido, quando se falou (1944) da abertura das inscrições. Mário recusou, dizendo que não tinha formação universitária nem conhecimentos sistemáticos sobre no assunto (!) (...) Oswald, o oposto dos escrúpulos e inibições de Mário, apresentou-se fagueiro com uma pequena tese, improvisada e defendida com presença de espírito. Não assisti à sua prova didática, sobre o Caramuru. Na escrita, sobre o ponto sorteado para todos nós, “O Modernismo”, fez o trabalho mais sintético: quatro páginas escritas a tinta verde” (Candido, 1995a, p. 82).

⁴² O romance foi escolhido, juntamente com *Jubiabá* (1943), uma das obras-primas de Jorge Amado, para concorrer ao prêmio do II Concurso Literário Norte-Americano. Cf. Andrade (1990).

⁴³ Recolhendo artigos de jornal (boa parte dos quais vazados em formatos expressivos diversos - cartas, bilhetes, diálogos imaginários, crônicas, declarações públicas) e conferências, *Ponta de Lança* expressa as várias facetas intelectuais e os diversos desafios perseguidos do autor no período: a) a reivindicação insistente da importância do modernismo nos rumos da literatura brasileira; b) a influência da militância política; c) as alianças estético-ideológicas, os desafetos, as polêmicas. Como veremos à frente, é possível que, a exemplo de *Brigada Ligeira*, livro de estreia de Candido, lançado também pela Editora Martins na *Coleção Mosaico*, o volume visasse legitimar a pretensão do autor para a matéria posta em concurso.

⁴⁴ Cf. Andrade (2004).

⁴⁵ É o que relata Afonso Arinos de Mello e Franco, em livro de memórias já citado. Em suas palavras: “Oswald de Andrade concorrera à vaga com uma tese sobre a Escola Mineira, mas, no decurso da redação, veio a Petrópolis, onde estávamos Manuel Bandeira e eu, e passava os dias a nos consultar da Quitandinha, pelo telefone, sobre o andamento do trabalho. Manuel e eu trocávamos impressões sobre as consultas de Oswald e nos estarrecíamos de como o admirável arlequim do Modernismo ousava escrever uma tese fazendo pesquisas pelo telefone” (Mello e Franco, 1961, p. 415).

⁴⁶ Cf. Andrade (1970).

um trabalho acadêmico. Interessado pelo assunto desde, pelo menos, a conferência “O caminho percorrido”⁴⁷, proferida em Belo Horizonte, em 1944, na qual aproximava os eventos históricos da Inconfidência Mineira com a Semana de 22 em São Paulo, Oswald aborda, de maneira livre, irreverente e digressiva, questões ligadas aos principais nomes da chamada Escola Mineira, defendendo a tese de que a emergência do sentimento nativista e de nossa emancipação cultural se inicia no século XVIII. Em sintonia com o espírito de devoração antropofágica⁴⁸, o autor sustenta, de um lado, a contribuição autóctone para o desenvolvimento da metrópole e, de outro, a influência produtiva do contato com a paisagem natural e social do Brasil para os poetas árcades.

Conforme Candido lembra, Manoel Cerqueira Leite era o único, dentre os candidatos inscritos, com formação no curso de Letras. Nascido a 13 de agosto de 1915 em Sarapuí (SP), fez os estudos primários na cidade natal e, depois, em Itapetininga, no Colégio da Imaculada Conceição e no grupo escolar “Peixoto Gomide”. Nesta cidade, frequentou, de 1928 a 1930, o curso de contador e guarda-livros, na Escola do Comércio e, de 1931 a 1934, o da Escola Normal “Peixoto Gomide”. Já nessa época, iniciava-se na vida literária, fundando periódicos e publicando trabalhos de poesia e de crítica. Em 1935, se fixa na capital e faz os estudos preparatórios para a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde veio a cursar, de 1936 a 1938, Letras Clássicas e Português. Após formar-se, recebe o prêmio “Souza Cruz” de literatura luso-brasileira, ao mesmo tempo em que é convidado pelo professor Fidelino de Figueiredo para assumir o cargo de professor-assistente da Cadeira de Literatura Portuguesa. Em 1942, é admitido no curso de Doutorado em Letras. Dois anos depois, em 1944, torna-se assistente da Cadeira de Literatura Brasileira, por indicação de Mário de Souza Lima⁴⁹.

No prefácio de “Do fato literário, sob o ponto de vista funcional”⁵⁰, trabalho com o qual Cerqueira Leite concorreu ao concurso, esclarece o autor que o estudo constitui a parte introdutória de sua tese de doutorado em preparo sobre a poesia de Amadeu Amaral. Discutindo o método de educação funcional defendido pelo pedagogo e psicólogo genebrino Édouard Claparède (1873-1940), baseado na premissa de

⁴⁷ Cf. Andrade (2004).

⁴⁸ Como se sabe, desde 1945 Oswald de Andrade se afastara do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e do marxismo, retomando e aprofundando os temas da Antropofagia, a “filosofia do primitivo tecnizado”, que ele renunciara com o “Manifesto Antropofágico” de 1928 e que irá desembocar na tese “A crise da filosofia messiânica”, redigida com vistas à participação do autor no concurso – que ao final não se realizou – para provimento da Cadeira de Filosofia na FFCL-USP em 1950. Sobre a trajetória militante do autor, ver Dantas (2006).

⁴⁹ Informações extraídas do currículo profissional do autor, acessível no Setor Administrativo da FFLCH/USP, onde se encontra a documentação encaminhada por ele em 19 de setembro de 1944 a André Dreyfus, então Diretor da FFCL-USP, solicitando a determinação das “datas para a prestação de seus exames em matérias subsidiárias e para a defesa de sua tese” no qual ele estava inscrito desde 1942, sob a orientação de Mário Pereira de Souza Lima. Redigida entre 1942 a 1944, a tese “A poesia compensatória de Amadeu Amaral” foi apresentada, mas não defendida, à Cadeira de Literatura Brasileira, “sendo publicada parcialmente na *Revista Brasileira*, da Academia Brasileira de Letras, do número 16 a 20 (março de 1946 a abril de 1948), menos no número 19” Cf. Cerqueira Leite, 1972a, p. 6.

⁵⁰ Cf. Cerqueira Leite (1972b).

que “toda necessidade tende a provocar reações próprias a satisfazê-la”, Cerqueira Leite defende sua aplicação aos fenômenos literários, que visam a “satisfazer uma necessidade individual de expressão”. Nesse sentido, ao crítico cabe desvendar as motivações expressivas que se encontram na gênese psico-estética da criação artística, investigando a correlação da obra com a biografia do autor. Articulando as áreas de interesse de sua formação e trajetória escolar, Cerqueira Leite aproximava a discussão oriunda da área de pedagogia à de crítica literária em torno da leitura da produção poética de Amadeu Amaral, poeta e folclorista do interior de São Paulo⁵¹.

Quando decidiu concorrer ao concurso, Antonio Candido estava com 26 anos de idade e exercia, desde 1942, a função de professor-assistente da Cadeira Sociologia II na FFCL-USP. Nascido em 24 de julho de 1918, descendente, pelo lado paterno, de uma família de fazendeiros e chefes locais na região de Cássia (MG) e, pelo lado materno, de funcionários da elite da administração pública e médicos da região fluminense e fazendeiros de Araxá (MG), Candido desde muito cedo recebeu apoio dos pais para dedicar-se à leitura e comentário de livros. Além da educação recebida em casa, residiu com família durante a uma temporada na Europa, onde entrou em contato, sobretudo, com a história, a geografia e a alta cultura francesas, por meio de aulas particulares ministradas por uma preceptora, especialmente contratada para aprimorar a sua educação e de seus dois irmãos⁵².

No currículo profissional, trazia a graduação em ciências sociais (realizada entre 1939-1941), experiências profissionais de docência no ensino secundário (Ginásio e Escola Normal Perdizes [1942], Colégio Visconde de Porto Seguro [1943]) e superior (assistente da Cadeira de Sociologia II da FFCL-

⁵¹ De acordo com informações colhidas junto aos entrevistados, suas origens interioranas e certo desconforto com a vida na capital eram nítidos e conhecidos por todos – a ponto de Antonio Soares Amora descrevê-lo no prefácio de *Água de cuia* (1948), livro de poemas publicado por Cerqueira Leite em 1948, da seguinte forma: “Manuel Cerqueira Leite é o homem mais esquisito que conheço. Esquisito aqui não significa apenas excêntrico; significa, sobretudo, difícil de se compreender, de estrutura psicológica ou emotiva complexa, enigmática. Conheço-o há mais de dez anos; os anos têm estreitado cada vez nossa amizade; hoje vivo muito na intimidade de sua vida e das suas ideias; quero-o com um amor fraternal, alimentado pelas suas qualidades morais (...) Cerqueira Leite é antes de tudo um homem da terra: nela nasceu, na sua intimidade fez-se adulto, e na saudade da terra vive hoje. Trazido para o meio da vida cidadina, por ambições intelectuais, aqui tem vivido desajustado, contrafeito, torturado pelo drama da inadaptação ao meio que em tudo lhe é estranho...e às vezes hostil. É este desajustamento que já o levou a crises morais, e é este apego à terra distante, e por fim a ambição intelectual, que explicam a essência de sua poesia, o melhor de sua poesia (...) O que primeiro se observa, na poesia campesina deste poeta, e que a meu ver constitui um título de valor para o livro, é uma comparticipação do poeta com a vida cabocla. Os poemas de *Água de cuia* não são os de um poeta cidadão cuja sensibilidade se volta para o pitoresco da vida caipira, vendo-o nos aspectos mais exteriores; nem são poemas de um poeta caipira, canhestro na expressão poética e à busca de uma estilização civilizada. Nos poemas de *Água de cuia* – e eu me refiro aos melhores e mais típicos, como “Minha viola”, “Pingo de orvalho”, “Dança de tangará” – o que temos é um poeta, raro conhecedor dos segredos do seu ofício, a ver e sentir a vida do caboclo. Despidendo-se de todo o acervo cultural do homem da cidade, menos dos segredos da técnica formal, transforma-se, por forças atávicas e pela experiência da infância e da puberdade, no homem da terra, e como ele, vê e sente o mundo” Cf. Amora (1948).

⁵² Sobre a infância e juventude de Candido, ver Jackson (2002); Pontes (1998; 2001a), Candido (1993a).

USP desde 1942)⁵³, a participação na seção de crítica literária dos dezesseis números da revista *Clima* (28 contribuições, distribuídas entre artigos, resenhas e notas - algumas delas com pseudônimos), editados entre maio de 1941 a novembro de 1944, a produção de 90 artigos, na condição de crítico literário titular na coluna “Notas de Crítica Literária”, no jornal *Folha da Manhã*, entre 7 de janeiro de 1943 a 21 de janeiro de 1945, e o livro de estreia, a coletânea *Brigada Ligeira*. Afastado da grande imprensa desde fins de janeiro de 1945, quando assinou o último rodapé na *Folha da Manhã*, o quarto artigo sobre a poesia de T.S. Eliot⁵⁴, pouco antes de se demitir em solidariedade aos colegas de redação, Candido redige, após aconselhar-se com amigos próximos e recorrer à opinião de Mário de Andrade⁵⁵, o estudo “Introdução ao método crítico de Sílvio Romero”, alentada monografia dedicada ao crítico sergipano, primeiro trabalho de fôlego do então jovem sociólogo e crítico literário militante.

Ao término do prazo de 150 dias de inscrição, seis candidatos se apresentaram: Mário Pereira de Souza Lima, regente interino da Cadeira de Literatura Brasileira; Manoel Cerqueira Leite, professor-assistente da mesma cadeira; José Oswald de Souza Andrade, advogado, escritor e uma das principais lideranças do movimento modernista em São Paulo; Antonio Candido de Mello e Souza, crítico literário titular da *Folha da Manhã* e professor-assistente da Cadeira de Sociologia II; Jamil Almansur Haddad, médico, poeta, tradutor e ensaísta de renome e Antônio Sales Campos, professor de Literatura Brasileira do Colégio Universitário⁵⁶.

⁵³ Informações coligidas do memorial acadêmico do autor. Cf. Candido (1974a).

⁵⁴ Segundo consta, Candido chegou a redigir um quinto artigo dedicado ao poeta e ensaísta norte-americano, então radicado na Inglaterra. Porém, ele somente foi publicado em 2000, no nono número de revista *Inimigo Rumor*. De acordo com ele, foi Augusto Massi que o encontrou em meio aos seus papéis. Cf. Candido (2000e).

⁵⁵ Cf. Candido “Mário e o concurso” (1993d).

⁵⁶ A reconstrução integral das etapas do concurso da Cadeira de Literatura Brasileira não foi possível. Em diferentes tentativas junto ao setor administrativo da FFLCH-USP, não pude encontrar documentos que reputo essenciais para a descrição pormenorizada de seu andamento. São os casos, por exemplo, dos memoriais apresentados por Oswald de Andrade, Antonio Candido, Jamil Almansur Haddad e Antonio Sales Campos. Tampouco foi possível localizar maiores informações sobre a trajetória intelectual e profissional de Antonio de Sales Campos e Jamil Almansur Haddad, seja na documentação acadêmica, seja em dicionários especializados. Sabe-se, porém, que o primeiro formou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito e foi professor do Colégio Universitário. A tese por ele apresentada, “Origens e evolução dos temas da primeira geração de poetas românticos brasileiros”, recebeu comentários de Nitrini (2000). Poeta e ensaísta de valor reconhecido, Jamil Almansur Haddad nasceu na cidade de São Paulo, a 13 de outubro de 1914. Após realizar o ensino primário e o secundário no Colégio Sírio-Brasileiro, Escola Americana e Colégio Mackenzie, formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, em 1938. Já durante a graduação, publicou, em 1935, seu primeiro livro de poesia, intitulado *Alkamar, a minha amante* e tornou-se colaborador dos principais jornais da capital. Para concorrer ao concurso, redigiu a tese “O romantismo brasileiro e as sociedades secretas do tempo”. Boa parte dela foi republicada em Haddad (1960). Ambos, salvo engano, não se integraram à vida acadêmica. Em compensação, tive a boa fortuna de encontrar o memorial acadêmico de Manoel Cerqueira Leite e o currículo profissional de Mário Pereira de Souza Lima foi gentilmente cedido a mim por Eduardo Martins. O que inicialmente teria apenas um caráter narrativo, acabou, aos poucos, direcionando a perspectiva analítica dessa parte, ao revelar as contradições da fase inicial de implantação da FFCL-USP e, sobretudo, a trajetória de institucionalização dos estudos literários na academia brasileira, em especial em sua vertente paulista.

Compondo a banca examinadora, foram indicados, pelo Conselho Universitário (que à época operava como Congregação, posto que a FFCL-USP não dispunha do número mínimo de catedráticos requeridos para compô-la), Jorge Americano⁵⁷, então Reitor da Universidade de São Paulo (1941-1946), e Gabriel Resende⁵⁸, Diretor da Faculdade de Direito; e, pelo Conselho Técnico Administrativo, Afonso Arinos de Mello e Franco, Leonel Vaz de Barros⁵⁹ e Guilherme de Almeida⁶⁰.

No dia 24 de julho, data em que Candido completava 27 anos de idade, tiveram início as etapas do concurso, as quais, tal como determinava o edital, seguiram a seguinte ordem: avaliação dos títulos dos

⁵⁷ Jorge Americano nasceu em São Paulo (capital), a 25 de agosto de 1891. Após cursar o ensino primário na Escola Modelo Caetano de Campos e o secundário no Ginásio São Bento, bacharelou-se em Direito na Faculdade de Direito de São Paulo, em 1912. Passa, então, a atuar como funcionário do Tesouro do Estado, Oficial de gabinete do Secretário da Fazenda, subprocurador fiscal interino, promotor público em Bebedouro (1915-1918) e de Atibaia (1921-1928), procurador geral do Distrito Federal (1928-1930), diretor da Faculdade de Direito de S. Paulo (1938-1939), da qual foi Livre-Docente (1927) e catedrático em Direito Civil. E ainda: Conselheiro da Ordem dos Advogados, presidente do Instituto dos Advogados, presidente da Fundação da Escola Livre de Sociologia e Política, do Fundo Universitário de Pesquisas, Juiz da Corte de Arbitragem em Haia, entre outras atividades.

⁵⁸ Gabriel de Rezende Filho nasceu na capital paulista a 23 de junho de 1893, onde realizou o ensino secundário no Colégio do Carmo e no Ginásio São Bento (1904-1908) e bacharelou-se, em 1913, pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1917, ingressa, por concurso, na Cadeira de Teoria e Prática do Processo Civil e Comercial, na faculdade onde se diplomou. Em 1919, é nomeado Livre-Docente, passando a reger, a partir de 1921, por força do falecimento do catedrático, a cadeira. Foi secretário de Washington Luís quando presidente do estado (1920-1924), diretor do Tribunal de Contas (1925-1930), procurador da Curadoria Fiscal do Estado (1930-1937), membro do Conselho Nacional de Ensino, como representante da classe de Livre-Docentes da Faculdade de Direito de São Paulo, nas sessões periódicas de fevereiro a agosto de 1927 a 1930. Em 1934 torna-se catedrático de Direito Judiciária Civil e também diretor, a partir de 1945, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

⁵⁹ Paulista de Capivari, Leonel Vaz de Barros nasceu em 6 de junho de 1890, no seio de uma família tradicional local. Passou a infância em Piracicaba, onde realizou os estudos primários. Diplomado em 1911 pela Escola Complementar de Piracicaba, exerceu, durante anos, o magistério, abandonando-o, anos depois, por falta de vocação. Desde 1912, tornou-se colaborador frequente na imprensa piracicabana e de outras pequenas cidades do interior. Em 1918, entrou para a redação do jornal *Estado de S. Paulo*. Em 1921, fundou a *Folha da Noite* e, em 1925, o *Diário da noite*, com Clóvis Ribeiro, Mariano Costa e Pinheiro Junior. Convidado por Monteiro Lobato, encarregou-se de orientar a Revista do Brasil, de que se tornou então supervisor. Seu livro de estreia na ficção, *O professor Jeremias* (1920), foi bem recebido pela crítica. Nos anos seguintes, publica o volume de contos *Ritinha e outros casos* (1923) e o romance *O Burrico Lúcio* (1951).

⁶⁰ Guilherme de Almeida nasceu em Campinas, a 24 de julho de 1890, primogênito do advogado, juriconsulto e professor da Faculdade de Direito de São Paulo, Estevão de Araújo Almeida. Após passar a infância em diferentes cidades do interior, a família se fixa na capital, e Guilherme realiza os estudos secundários no Colégio São Bento e no Colégio Nossa Senhora do Carmo, no qual diploma-se em Ciências e Letras em 1907. Em seguida, ingressa na Faculdade de Direito de São Paulo, concluindo o curso em 1912. Durante a graduação, redige suas primeiras colaborações na grande imprensa, se integra ao grupo de *O pirralho*, semanário irreverente dirigido por Oswald de Andrade, e também se aproxima do grupo de redação do jornal *Estado de S. Paulo*. Após formar-se, exerce a magistratura em pequenas cidades do interior, até retornar à capital, para atuar, por algum tempo, no escritório de advocacia da família. Em 1916, estreia na vida literária com o volume *Théâtre brésilien*, em parceria com Oswald de Andrade, colega do Largo São Francisco, composto de duas peças escritas em francês: *Mon coeur balance* e *Leur âme*. O ano marca também o abandono em definitivo da carreira jurídica, com sua incorporação ao grupo de redatores do jornal *Estado de S. Paulo* e a preparação de seu primeiro livro, *Nós*, reunindo 33 sonetos e lançado em 1917. A ele se seguiram 27 livros de poesia, 6 de prosa de ficção e 4 traduções. Exerceu, ainda, os cargos de secretário normal da Escola Normal “Padre Anchieta”, chefe da divisão de expansão cultural da Prefeitura, adido ao gabinete do Interventor Federal Fernando Costa, diretor-fundador da Sociedade de Instrução Artística do Brasil (1913), secretário do Conselho Estadual. Em 1928, entrou para a Academia Paulista de Letras na vaga de seu pai. Em 1930, para a Academia Brasileira de Letras, sucedendo a Amadeu Amaral.

candidatos, prova escrita, defesa de tese e prova didática. Em 5 de agosto de 1945, a *Folha da Manhã* noticiava o seu desfecho:

“Em sessão realizada às 9 horas, na escola ‘Caetano de Campos’, sob a presidência do prof. Jorge Americano, procedeu-se à leitura das provas escritas dos candidatos, na ordem da sua inscrição no concurso e que é a seguinte: Antonio Sales Campos, Antonio Candido de Melo e Souza, Manoel Cerqueira Leite, Mário Pereira de Souza Lima, José Oswald de Souza Andrade e Jamil Almansur Haddad.

Às 15 horas, reuniu-se novamente a comissão julgadora, composta dos srs. Jorge Americano, Afonso Arinos de Melo e Franco, Leo Vaz e Gabriel Resende, procedendo-se à leitura pública das notas dos candidatos e sua respectiva classificação final, de acordo com o regulamento da Faculdade.

Segundo a decisão individual da comissão julgadora, três foram classificados em primeiro lugar, sendo que dois deles por dois votos, e o terceiro por um voto.

O candidato Antonio Candido de Melo e Souza obteve dois votos para a classificação em primeiro lugar. Os candidatos Antonio Candido de Melo e Souza e Mário Pereira de Souza Lima obtiveram, segundo dois membros da comissão julgadora, o mesmo número de pontos, indicando-os para primeiro lugar. Em caso de empate, conforme prevê o Regulamento da Faculdade, cabe aos examinadores decidirem o desempate, o que foi feito em favor do candidato Mário Pereira de Souza Lima, que desta forma ficou cotado para o primeiro lugar, também com dois votos. Finalmente, o candidato José Oswald de Souza Andrade obteve um voto para primeiro lugar.

Como resultado da decisão da comissão julgadora, os candidatos Antonio Candido de Melo e Souza e Mário Pereira de Souza Lima estão classificados em primeiro lugar, ambos com dois votos.

Em casos semelhantes, segundo prevê o regulamento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, caberia à Congregação da Faculdade dar a sua decisão final. Mas isso exigiria o mínimo de dois terços de Catedráticos efetivos, o que a Faculdade de Filosofia não possui no momento. Dessa forma, caberá ao Conselho Universitário resolver em sua próxima reunião, na semana vindoura, o desempate dos dois candidatos classificados em primeiro lugar no concurso para provimento da Cadeira de Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” (*Folha da Manhã*, 1945, p.11).

E assim foi feito. Em reunião do Conselho Universitário datada de 09 de agosto de 1945, por meio de escrutínio secreto e com 12 votos contra 5⁶¹, consagrou-se vencedor Mário Pereira de Souza Lima. Longe de constituir um episódio apenas injusto, o concurso revela, na maneira como foi decidido, os limites do processo de modernização pela qual passava o campo intelectual paulista nesse momento de transição, com a implantação e consolidação da FFCL-USP. Com efeito, conforme previa as normas de preenchimento da vaga, o certame seguiu rigorosamente todas as fases e avaliações estipuladas pelo edital. Na decisão final, contudo, prevaleceram critérios que não constavam dos termos do edital (a idade do candidato vencedor; o fato dele já exercer as atribuições da cadeira), numa decisão polêmica que suscitou, na imprensa, manifestações de desagravo e questionamento⁶², revelando a coexistência do rigor e da

⁶¹ Cf. Ata da 210ª Sessão do Conselho Universitário, realizada em 09/08/1945.

⁶² Não se pode encontrar nenhuma declaração de Candido feita à época sobre o assunto. Porém, no rodapé “Mais poetas”, datado de 03 de janeiro de 1946, ele comenta, a propósito da tradução do *Cancioneiro* de Petrarca, efetuada por Jamil Almansur Haddad: “É o que vêm revelando os seus trabalhos críticos, é o que revela esta tradução, e foi o que revelaram, há alguns meses, o brilho e a segurança com que concorreu à Cadeira de Literatura Brasileira, na Faculdade de Filosofia da nossa Universidade. A sua tese – “O romantismo brasileiro e as sociedades secretas do tempo” – foi, sem dúvida, a melhor, mais bem escrita e mais original entre as apresentadas. Da mesma forma, a sua prova escrita sobre o modernismo – de tal modo que a classificação, embora honrosa, com que obteve a livre-docência e o doutoramento em letras, foi uma surpresa inadmissível para os que o julgavam a dois dedos da cadeira, em virtude da excelência de suas provas. Mas...os concursos são caixas de surpresa, senão para as divindades

imparcialidade próprios do regimento burocrático-administrativo com decisões e arbítrios de ordem pessoal, baseados em lealdades e critérios consuetudinários. A inoperância de uma Congregação, o perfil intelectual e profissional dos membros da banca examinadora e de parte dos candidatos são indícios eloquentes da incipiência do processo em curso, os primeiros passos na implantação de um aparato universitário em terras paulistas.

Em lugar de uma visão moralista (e, sejamos francos, muitas vezes pró-Candido), talvez seja mais produtivo apreender os eventos relacionados ao concurso no âmbito dos impasses e dilemas inerentes ao processo em curso de profissionalização no campo das Letras, cuja plena consolidação ocorrerá somente na década de sessenta, com a instauração do sistema nacional de pós-graduação. Com a entrada em cena da nova geração de formados dentro do espírito universitário e da aspiração científica preconizados pela FFCL/USP, as condições de produção e o perfil do trabalho intelectual na capital paulista começam a se alterar, num movimento crescente e irreversível. Se até então a Faculdade de Direito de São Paulo era responsável, incontestemente, pela seleção, treinamento, credenciamento e consagração da elite intelectual paulista, de cujas Arcadas saíam o grosso dos integrantes da vida política, dos encargos da administração pública, do magistério superior das chamadas humanidades, sem mencionar as vocações literárias, a criação dos cursos de Letras, Filosofia, História e Geografia lançou no mercado intelectual especialistas, concorrendo, com a velha guarda, pela hegemonia e legitimidade nas disciplinas indicadas - situação que não deixou de provocar inquietude⁶³. Não é casual, aliás, que os membros da banca sejam, em sua grande maioria, formados em direito nas mais tradicionais faculdades do país, com atuação destacada no alto escalão da burocracia estatal e privada e na grande imprensa, bem como contando com incursões na crítica de rodapé e na produção ficcional⁶⁴.

caprichosas e antecipadoras que os dirigem, ao menos para os que têm a ingenuidade de os julgar pelos resultados públicos e concretos” (Candido, 1946a).

⁶³ Como lembra Moreira Leite: “O pensamento e as práticas da nova escola entraram em conflito com as práticas dominantes nas escolas tradicionais – Medicina, Politécnica e Direito. Ao dogmatismo opunham a liberdade de criação, julgamento e crítica estimulando o conhecimento baseado em critérios científicos, no aprofundamento das especializações. [...] Depoimentos e entrevistas comprovam imagens e lembranças desses esforços contraditórios dos primeiros tempos. De um lado, os professores estrangeiros se desdobrando através de conferências livres, programas de cursos e de pesquisa para aperfeiçoamento nos níveis educacional, profissional e intelectual dos alunos efetivos e ouvintes das primeiras turmas. De outro, o coro dos professores nacionais preteridos, os conservadores das escolas profissionais e o governo estadual ameaçando continuamente a vida da jovem escola” (Moreira Leite, 1994, p. 171). Na reflexão que segue, acompanho de perto o diagnóstico produzido pelo projeto “História das Ciências Sociais no Brasil”, coordenado por Sergio Miceli. Cf. Miceli (1995; 2001).

⁶⁴ Em sua coluna, Sergio Milliet comenta que uma injustiça “foi a que se cometeu no concurso recém-realizado para o provimento da cadeira de História da Literatura Brasileira (*sic*) da Universidade de São Paulo. Preterindo, na sua escolha, os melhores elementos a fim de manter na cátedra um honesto representante da velha guarda, a banca examinadora prestou sem querer um grande serviço aos dois jovens literatos da nova geração que ousaram enfrentar a anquilosada organização Universitária” (Milliet, 1981, p. 182). De passagem, cumpre lembrar que Oswald e Candido não mantinham, nesse momento, relações amistosas com parte dos membros da banca. O primeiro havia rompido relações com Guilherme de Almeida “desde fins de 20” (...). Após o concurso, “tocado pela atitude do amigo de infância, Oswald consegue se reconciliar. A intermediação é feita por Antonio Candido, num reencontro

Nesse sentido, se fosse possível traçar uma linha divisória entre os candidatos inscritos baseada na pertença geracional, formação acadêmica, expectativas e ambições profissionais e perfil compositivo dos estudos apresentados à banca examinadora, teríamos, de um lado, Mário Pereira de Souza Lima, Oswald de Andrade e Antonio Salles Campos e, de outro, Antonio Candido, Manoel Cerqueira Leite e Jamil Almansur Haddad. Com efeito, nascidos em fins do século XIX, os três primeiros formaram-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo sem nunca ter exercido a profissão, subsistindo através do desempenho de atividades ligadas ao ensino de língua e literatura brasileira ou do espólio familiar. Com exceção de Oswald de Andrade, oriundo de família endinheirada e influente, cuja posição privilegiada lhe permitiu dedicar-se exclusivamente a empreendimentos de caráter literário e artístico, os dois outros passaram, logo após a formatura, a lecionar em vários estabelecimentos de ensino da capital, encontrando-se, então, numa etapa avançada da carreira, com reputação intelectual já assentada. Para concorrer à vaga, redigiram estudos que se valeram de um formato expressivo ensaístico (em menor medida, nos dois primeiros; escancaradamente no último), elegendo como tema assuntos convencionais e de larga tradição no debate literário, estudados a partir de um enfoque histórico ou filológico, característicos dos estudos literários então produzidos no país.

Completamente diversa é a situação dos membros do segundo grupo. À semelhança do público ingressante no curso de Ciências Sociais da FFCL-USP⁶⁵, a composição social e a origem étnica do trio correspondem, em grande parte, às modificações operadas com a sua instalação, atraindo membros egressos de setores tradicionais em decadência de estados circunvizinhos, descendentes de origem imigrante radicados na capital paulista e estudantes de origem modesta provenientes de escolas normais do interior. Beneficiados pela formação distinta e renovada recém-adquirida no interior do sistema universitário, e dando os primeiros passos das trajetórias profissionais e intelectuais, investiram na redação de trabalhos afinados ao modelo e padrão de excelência que começava a ser instaurado, apostando em temas (a maçonaria e o romantismo) ou orientações metodológicas (o método funcional propugnado por Claparède; o enfoque funcional e a sociologia do conhecimento; a compreensão sociológica e psicológica das sociedades secretas e da Maçonaria) pouco tradicionais.

Ao decidir candidatar-se ao concurso, espicaçado pelo incentivo de amigos próximos, Candido não mediu esforços para conquistar a cadeira, objeto de interesse e disputa entre Faculdade de Direito e

emotivo que se realiza na casa de Oswald” (Fonseca, 1990, p. 247). Também havia se desentendido com Léo Vaz, como atesta o artigo “Correspondência”, incluído em *Ponta de Lança* (1991a). Candido, por sua vez, como já mencionamos, havia desgostado Guilherme de Almeida com o rodapé “Classificações”. Também Léo Vaz, juntamente com Oswald, havia sido alvo de suas críticas no rodapé “Carta a Luís Martins” (Candido, 2002b).

⁶⁵ Embora esteja circunscrito à análise do curso de Ciências Sociais da FFCL-USP, pressuponho que o padrão do público discente aferido por Miceli seja extensivo aos demais cursos da faculdade. Cf. Miceli (2001) e Limongi (2001).

FFCL-USP, por sua importância política na formação da língua, consciência e Estado nacionais⁶⁶. Mas se sua atuação à frente dos rodapés literários reivindicava novas bases para o exercício profissional e para o estatuto científico da crítica literária, por outro lado os princípios de estruturação universitária em vigor nessa conjuntura ainda se ressentiam de condições de funcionamento e consagração assegurados por pressões e prerrogativas exógenas e pautadas em acertos prévios e parâmetros intelectuais tradicionais⁶⁷ (a influência social dos bacharéis, a triagem ideológica e o capital de relações sociais do candidato), ainda profundamente enraizados na tradição intelectual brasileira.

* * *

Os quatro capítulos seguintes dedicam-se ao exame dos dois principais estudos lançados ou elaborados por Candido no período, ambos derivados tanto da atividade exercida por ele na grande imprensa quanto de sua participação no concurso da Cadeira de Literatura Brasileira: a coletânea de ensaios *Brigada Ligeira* e a tese “Introdução ao método crítico de Silvio Romero”. Para chegar a eles e entender os impasses a que seu autor chegou quando abandonou militância crítica, empreenderei uma leitura crítica do conjunto dos rodapés literários assinados por Candido na grande imprensa paulista entre os anos de 1943 e 1947, à frente da coluna “Notas de crítica” nos jornais *Folha da Manhã* (de janeiro de 1943 a janeiro de 1945) e *Diário de S. Paulo* (de setembro de 1945 a fevereiro de 1947). No total, foram 157 escritos publicados (90 na *Folha da Manhã*; 67 no *Diário de S. Paulo*), dos quais 80 foram recolhidos em livros (*Brigada Ligeira* /1945/ e *Observador Literário* /1959/) e revistas (*Literatura e Sociedade*, *Remate de Males*, *Inimigo Rumor*, entre outras), bem como parcela expressiva foi reunida em volume organizado por Dantas (Candido, 2002a).

⁶⁶ Sobre as implicações do assunto na Cadeira de História da FFCL/USP, ver Rodrigues (2012).

⁶⁷ Ao rememorar o desfecho do concurso, anos depois, Candido comenta: “Jamil Almansur Haddad, um dos concorrentes e meu amigo, garantia que a famosa Bucha da Faculdade de Direito havia atuado em favor do vitorioso. É possível. O certo é que houve pedidos e pressões pelos menos antes e durante o concurso [...]; Altino Arantes, personagem de alto revelo em São Paulo, ex-presidente do estado, autor entre outros escritos de um intitulado A devoção mariana perante a razão e o coração, o [Afonso Arinos de Melo Franco] visitou em nome do cardeal-arcebispo d. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, solicitando a indicação de Souza Lima. Um líder católico disse ao meu editor e amigo José de Barros Souza Lima que ‘nós [católicos] não podemos permitir que uma cadeira dessa importância vá parar nas mãos de um socialista agnóstico como o Antonio Candido...’” (Candido, 1993b, p. 244). Sobre a atuação da célebre Bucha, Hermes de Lima, em livro de memórias, explica: “Sociedade fechada, integrada por lentes e alunos selecionados pelos próprios colegas na base estatutária de requisitos como caráter e inteligência. Tinha por lema Fé, Esperança e Caridade. As reuniões, solenizadas por ritual de inspiração maçônica, eram secretas. Debatiam-se assuntos da faculdade, locais e do país, e cuidava-se de auxílio a estudantes pobres [...]. Ouvi muitas vezes que a Bucha governou o Brasil. Certamente, governou a faculdade. Ainda na década de 20, os estudantes dela falavam criticamente como se fosse a mão invisível que movia os cordéis na Escola do Largo São Francisco” (Lima, 1974, p. 55).

Nas páginas dos rodapés, desfilam comentários sobre os principais lançamentos literários e científicos do período, abrangendo uma extensa gama de autores, questões e assuntos tratados. Acompanhados na ordem cronológica em que surgem, semana a semana, como episódios de uma série, os rodapés fornecem uma visão expressiva dos fundamentos metodológicos, posturas doutrinárias, critérios estéticos e desafios analíticos que alicerçavam a produção intelectual de seu jovem autor. A leitura desse material será realizada a partir da sondagem simultânea de quatro frentes correlatas de investigação. Em primeiro lugar, os contornos mais gerais do contexto intelectual e clima político-ideológico desses anos. Período de intensa agitação política, os anos de 1943 a 1945 marcam, no plano interno, o declínio do Estado Novo (e seus corolários: os primeiros movimentos contestatórios, a reorganização da vida política, o abrandamento da censura, etc.) e, no externo, o desfecho da Segunda Guerra Mundial. Em segundo lugar, a alternância vivida por Candido entre a atividade de crítica literária e a profissionalização acadêmica na área da sociologia. A inserção na FFCL-USP - como professor-assistente da Cadeira de Sociologia II (sob a direção de Fernando de Azevedo) - e o prosseguimento das etapas da carreira acadêmica ao ingressar no curso de Especialização, repercutiram profundamente na perspectiva analítica adotada por ele nos rodapés. Em seguida, a militância política em pequenos grupos de esquerda. Aderindo à luta contra a ditadura varguista, Candido assume posições políticas e intelectuais combativas, participando de agrupamentos de oposição na esteira do processo de retomada da democracia. Por fim, a apreensão, por parte do jovem crítico, do movimento e vida literária do início da década, assinalado pelo convívio entre os remanescentes do modernismo e as novas tendências e autores que despontavam.

1.2. – O método crítico de Antonio Candido⁶⁸

“E enquanto todos se crispam diante dos fatos que decidem a sorte do homem, qual o valor da obra literária, e qual a atitude a se tomar diante dela?”

Antonio Candido de Mello e Souza, *Clima*, nº1, maio de 1941

Como se sabe, com o prestígio amealhado pela participação na seção de crítica literária da revista *Clima*⁶⁹, quando ainda era estudante no curso de Ciências Sociais (1939-1941) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), Candido viabilizou seu ingresso na imprensa diária de São Paulo⁷⁰. Indicado por Lourival Gomes Machado, também formado em Ciências Sociais e colaborador da seção de artes plásticas, e sob o aval de Hermínio Sacchetta⁷¹ (diretor de redação), assumiu a condição de crítico titular no jornal *Folha da Manhã* – que, nessa altura, passava por uma série de reformas gráficas e mudanças em seu perfil editorial -, com a obrigação de “fornecer semanalmente, sobre livros do momento, um comentário que ocupava toda a parte inferior de uma das páginas internas, o ‘rodapé’ (antigamente, ‘folhetim’), subordinado a uma rubrica geral invariável, que dava nome à secção e vinha impressa acima do título de cada artigo” (Candido, 1992a, p. 10).

De acordo com os principais estudos disponíveis sobre a crítica literária no Brasil, a década de quarenta e a seguinte constituem o momento de apogeu do rodapé, em cujas seções e colunas atuavam representantes já veteranos da “crítica modernista”⁷² (Tristão de Athayde, Mário de Andrade, Sergio Buarque de Holanda, Sergio Milliet, para citar os mais conhecidos), ao lado de jovens bacharéis (Álvaro Lins, Wilson Martins, Carlos Burlamáqui Kopke, entre outros) e recém-licenciados pelas faculdades de filosofia e letras que surgiam pelo país (José Aderaldo Castello, Antonio Soares Amora).

⁶⁸ Uma versão abreviada do que segue neste segmento e em parte de “Dois livros, um concurso”, já foi publicada em Ramassote (2011).

⁶⁹ Editada entre maio de 1941 e novembro de 1944, a revista *Clima* perdurou por dezesseis edições. À frente da seção de crítica literária, Candido assinou 28 contribuições, distribuídas entre artigos, resenhas e notas (algumas delas com pseudônimos). A respeito de *Clima*, ver Pontes (1998).

⁷⁰ No dizer de Pontes: “A revista *Clima* ocupa um lugar muito preciso na trajetória de seus editores e colaboradores mais próximos. Por meio desse experimento cultural de juventude, com forte conotação de marco inaugural, conseguiram um tríplice feito: fixaram os contornos da plataforma cultural e política da geração e, em particular, do grupo de que faziam parte; lançaram as bases para a construção de uma dicção autoral própria; viabilizaram o início de suas carreiras como críticos profissionais” (Pontes, 1988, p. 112).

⁷¹ Ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) - com o qual rompe, por divergências ideológicas, em 1937 – e então dirigente da organização trotskista Partido Socialista Revolucionário (PSR), o jornalista paulista Hermínio Sachetta (1909-1982) iniciou sua carreira como revisor no jornal *Correio Paulistano*. Em novembro de 1937, assumiu o cargo de diretor de redação na *Folha da Manhã*. Em entrevista a mim concedida, Candido recorda: “Naturalmente, o Hermínio Sachetta foi consultado, e ele então me chamou para uma sabatina. Ele era trotskista, muito marxista, e nesse momento eu estava em lua de mel com o marxismo – eu nunca me declarei marxista, mas estava em lua de mel com a atividade política – o que agradou o Sachetta. Ele então me perguntou: ‘O que você pensa sobre a crítica?’ Eu expliquei a ele qual o meu desejo naquele tempo: fazer uma crítica que se ligasse com a sociedade, onde a política estivesse presente o mais possível. Então fui aceito e passei a fazer a crítica semanal, com remuneração de 100 mil réis por mês” (Entrevista com Antonio Candido, 28/01/2011).

⁷² Expressão cunhada por Wilson Martins (1999).

Em “Rodapés, tratados e ensaios”, Sússekind apanha parte significativa dos traços característicos dessa modalidade de produção intelectual, no período que nos interessa:

“Os anos 1940 e 1950 estão marcados no Brasil pelo triunfo da ‘crítica de rodapé’. O que significa dizer: por uma crítica ligada fundamentalmente à não-especialização da maior parte dos que se dedicam a ela, na sua quase totalidade ‘bacharéis’; ao meio em que é exercida, isto é, o jornal – o que lhe traz, quando nada, três características formais bem nítidas: a oscilação entre crônica e noticiário puro e simples, o cultivo da eloquência, já que se tratava de convencer rápido leitores e antagonistas, e a adaptação às exigências (entretenimento, redundância e leitura fácil) e ao ritmo industrial da imprensa; a uma publicidade, uma difusão bastante grande (o que explica, de um lado, a quantidade de polêmicas e, de outro, o fato de alguns críticos se julgarem verdadeiros ‘diretores de consciência’ de seu público, como costumava dizer Álvaro Lins; e, por fim, a um diálogo estreito com o mercado, com o movimento editorial seu contemporâneo” (Sússekind, 2002, p. 17)⁷³.

Dada a centralidade da literatura e da imprensa diária na vida intelectual do período, o exercício regular de uma coluna ou rodapé de crítica literária consistia numa ocupação bastante cobiçada, atraindo o interesse e atizando as pretensões de seus possíveis postulantes. De modo geral, a conquista desse espaço ou suporte permitia ao seu responsável, além da suplementação do orçamento financeiro – em alguns casos, constituindo mesmo a fonte principal –, acumular prestígio intelectual e visibilidade pública, para capacitá-lo a assumir ocupações mais vantajosas ou melhor remuneradas nos principais setores em expansão do mercado de trabalho das décadas de 1930 e 1940 – nas diversas áreas do aparelho burocrático estatal, no mercado editorial e, em menor número, nas agremiações políticas ou doutrinárias⁷⁴. Emitindo juízos, aclamando ou condenando lançamentos literários, estabelecendo classificações e hierarquias, formando cânones e definindo panteões, o estatuto adquirido e o papel exercido pelo crítico, nesse momento, conferiam-lhe influência e autoridade para arbitrar legitimamente sobre a dinâmica da vida cultural⁷⁵.

⁷³ A propósito, não obstante a agudeza de seus comentários, o estudo de Sússekind não deixa de revelar certa dose de anacronismo ao situar os pressupostos de sua avaliação num momento em que o processo de institucionalização dos estudos literários no interior do sistema de ensino universitário já havia completado sua trajetória, bem como apreender a crítica de rodapé como um bloco monolítico e indiviso. Ora, como reduzir, sem violentar os fatos, os rodapés e escritos assinados na grande imprensa por críticos como Sergio Buarque de Holanda, Otto Maria Carpeaux, Sergio Milliet e Mário de Andrade (com exceção do último, autodidata que adquiriu, a partir de amplo investimento pessoal em leituras, um sólido cabedal cultural, os demais contraíram ou aprimoraram a formação científica na Europa) à mera crônica e ao noticiário?

⁷⁴ Cf. Miceli (1979).

⁷⁵ De acordo com Miceli: “A grande imprensa constituía um esteio profissional bastante cobiçado pelos jovens intelectuais da nova geração [formada na FFCL/USP]. E um teste de fôlego a que se submetiam os aspirantes mais ambiciosos não podia deixar de ser o desempenho diário ou regular como responsável por uma coluna ou rodapé de crítica literária ou de arte” (Miceli, 2001, p. 126).

Com a criação do curso de Letras da FFCL-USP, em 1934, e do curso de Letras da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Rio de Janeiro, em 1939, o panorama da vida intelectual começa a se modificar⁷⁶. No começo da década de 1940, substituindo a figura do bacharel polígrafo, até então dominante, irrompe em cena o especialista, munido de formação científica adquirida no interior das salas de aulas. Com a chegada dessa nova geração, os princípios e critérios de legitimidade da atividade intelectual se redefinem, instaurando um acentuado conflito geracional, expresso em posturas políticas, formação científica e profissional e gêneros de investimento intelectual distintos, e consubstanciado em balanços críticos, manifestos programáticos e escaramuças e provocações recíprocas⁷⁷.

Particularmente habilitado a assumir o encargo, em razão do intenso estímulo encontrado no ambiente familiar em direção ao estudo das letras e das humanidades, o que lhe espicou desde jovem os pendores e veleidades literárias⁷⁸, Candido rapidamente se destacou entre seus pares profissionais, impressionando os leitores com a sólida bagagem de conhecimentos e a seriedade de seus comentários, num momento em que tem início o processo irreversível de substituição da crítica de caráter impressionista pela especializada⁷⁹.

⁷⁶ Na verdade, a década de 1940 marca o ponto de partida de um longo processo de institucionalização e de profissionalização da crítica literária no país cujo desfecho somente ocorrerá no final nos anos sessenta, com a expansão da pós-graduação e inclusão da disciplina de “Teoria Literária” nos currículos dos cursos de Letras. Sobre o assunto, ver Lima (1997) e Rocha (2011).

⁷⁷ Entre outros, conferir: *Testemunho de uma geração* (1944), organizado por Edgar Cavalheiro, e *Plataforma da nova geração* (1945), coordenado por Mário Neme. Sobre as tensões geracionais de então, ver ainda Santiago (2004a) e Pontes (1998).

⁷⁸ Com exceção de “uns três meses” passados num curso primário em Cássia (MG), cidade onde passou a infância, Candido recebeu os primeiros estudos em casa, sob a orientação de sua mãe, Clarice Tolentino, que frequentou na juventude um colégio de freiras e lhe ensinou “tudo: ler, escrever, aritmética, geografia, história, um pouco de francês” (Candido, 1993c, p. 30). Seu pai, Aristides Candido de Mello e Souza, formado em medicina pela prestigiosa Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, alternava os estudos em sua área de formação com o interesse por livros de filosofia, história e literatura, e inculcia nos filhos o gosto pela leitura, formando um ambiente onde os livros tinham um lugar de destaque. Em conversa com Fanny Abramovich ele comenta que: “Meus primeiros professores foram meus pais...Não fiz escola primária, minha escola foi minha mãe, que me ensinou a ler, escrever, os rudimentos da aritmética...Ela não era professora formada, mas meus pais eram pessoas cultas. Meu pai era médico, com grande interesse em filosofia e literatura, e minha mãe lia muito...Certos hábitos e interesses vêm do ambiente doméstico...” (Candido *apud* Abramovich, 1985, p. 90). Por sugestão da mãe, aliás, ele adquiriu “desde os quinze anos este hábito de comentar as leituras em cadernos. Por isso, aos vinte e três pude começar a escrever na revista *Clima* sem nenhuma experiência anterior. Desde cedo gostei de ler os críticos brasileiros e franceses, nos jornais, nas revistas, nos livros de meus pais. Digo isso para sublinhar minha identificação profunda com a atividade que sempre exerci a partir dos vinte e três anos, mesmo quando profissionalmente fazia outra coisa na Universidade” (Candido, 2004, p. 53).

⁷⁹ Além de passar parte da infância na Europa, Candido residiu durante a adolescência em Poços de Caldas, que vivia nessa altura seu apogeu econômico e projeção nacional com a instalação de estação de águas e balneário. Deixando para trás suas características mais rústicas, o município ostentava ao longo da década de 1930 as marcas da modernização – boas livrarias, restaurantes e hotéis de luxo, afluxo de turistas de todo o país e exterior –, conduzida pelas mãos de proprietários de terras, médicos sanitaristas e poder público. Nas melhores livrarias da cidade, Candido teve acesso aos principais lançamentos literários nacionais e estrangeiros do período. Sobre o processo de urbanização de Poços de Caldas e as suas práticas terapêuticas aquíferas, cf. Marras (2004).

À cultura literária precocemente adquirida somou-se a aparelhagem científica adquirida tanto nas salas de aula do curso de Ciências Sociais da FFCL-USP quanto nos círculos de sociabilidade por ele frequentados⁸⁰. Ao longo da graduação, Candido recebe sólida formação acadêmica pelas mãos dos mestres estrangeiros contratados para implementar renovados padrões e critérios intelectuais de docência e pesquisa universitária, rompendo com o modelo praticado nos demais centros tradicionais de ensino superior pelo país, no qual imperava a mentalidade jurídica encarnada na figura do bacharel.

Conforme prescrevia a tradição, em seu artigo de estreia na *Folha da Manhã*, intitulado “Ouverture”, Candido delinea o programa de trabalho a ser seguido, destacando os princípios de seu método crítico e a afinidade dele com o contexto histórico abrangente. Recusando o impressionismo⁸¹ como finalidade última do julgamento crítico, admite, contudo, sua validade como “fase” ou “prolegômeno a toda atividade crítica” (Candido, [1943] 2002c, p. 25). Por outro lado, a chamada “crítica científica”, pautada pelo ânimo de superar as “condições personalíssimas” que constituem a base dos critérios de avaliação em nome da “descoberta de fórmulas aplicáveis ‘objetivamente’”, consiste, no fundo, numa quimera: “pedantismos criados pela pretensão dos homens de letras” (*Idem*, p.24). Etapa preliminar, deflagrada pelas impressões pessoais, a qualidade e penetração da leitura realizada nessa fase, ainda subordinada a “aventura do espírito”, da qual, no entanto, é “escusado querer fugir”, será superada, em seguida, pelo esforço de “integrar a significação da obra no seu momento cultural”, visando explicá-la (*Idem*, p.25).

Não resta dúvida que um dos principais destinatários e o interlocutor privilegiado dos comentários de Candido nesse rodapé de cunho programático seja o pernambucano Álvaro Lins, nessa altura o principal nome da crítica militante em atividade. Convidado pelo editor Paulo Bittencourt, em 10 de agosto de 1940, Lins assumia a coluna “Jornal de crítica” do jornal carioca *Correio da Manhã*, extinto desde o falecimento de Humberto de Campos⁸². Seu artigo de estreia, “Itinerários”, expressa com precisão

⁸⁰ Refiro-me, obviamente, ao grupo formado em torno da revista *Clima*. Cf. Pontes (1998).

⁸¹ Segundo consta, quem primeiro empregou o termo foi o crítico francês Jules Lemaître, em fins do século XIX.

⁸² Nascido em Caruaru (PE) em 14 de dezembro de 1912, Álvaro Lins era filho único de Pedro Alexandrino Lins, natural da região de Rio Formoso e descendente de senhor de engenho empobrecido, e D. Francisca de Barros Lins, filha de um próspero comerciante em Caruaru. Em sua terra natal, Lins cursa os estudos primários e, após deixar a escola por seis meses para auxiliar um tio materno nos afazeres do comércio, matricula-se no Colégio Salesiano (anos depois, com as reformas de ensino, Ginásio do Recife) de Recife, passando a residir na capital, a partir de 1924, sob as expensas do avô. Nesse mesmo período, perde a mãe, vítima de uma congestão cerebral e, em seguida, em 1928, o pai. Com o falecimento dos pais, e, na sequência, a bancarrota do avô, Lins somente consegue ingressar na Faculdade de Direito do Recife em 1931 graças à apresentação de um “atestado de pobreza”, que lhe garante a gratuidade dos três primeiros anos de estudo. Enquanto estuda, aceita, para sobreviver, o convite do Diretor do Ginásio do Recife para ser inspetor de alunos, exercendo ainda a função de professor de História no mesmo estabelecimento de ensino, em cujas dependências internas encontra residência. Na faculdade, torna-se membro da Congregação Mariana da Mocidade Católica, liderada pelo padre português António Fernandes, e se destaca como membro do diretório do Centro Acadêmico, aderindo, também, ao Movimento Integralista local, juntando-se a grupo formado por Gilberto Osório, Mauro Mota, Paulo Cavalcanti e outros. Antes mesmo de concluir o curso, em 1934, é

as duas grandes influências formativas de seu programa crítico: de um lado, os baluartes da crítica impressionista francesa; de outro, a afinidade com posições católicas avançadas. Na opinião de Lins, numa conjuntura marcada pela anulação da personalidade, da individualidade e da liberdade em favor da totalidade e da coletividade, a importância do espírito de análise e de crítica avulta, se ocupando de “levantar, ao lado ou além das obras dos outros, ideias novas, direções insuspeitadas, novos elementos literários e estéticos, sugestões de bom gosto, sistematizações, esquematizações, quadro de valores” (Lins, 1941, p. 11). Entendida enquanto gênero literário de criação, “elemento de aventura de personalidade, de desdobramento pessoal, de livre caminho e, extensão e profundidade” (*Idem*, p. 12) e, ao mesmo tempo, divergindo da “crítica científica, dogmática, didática”, hoje “falida e desacreditada”, Lins concebe seu ofício com base na chancela autorizada por Sainte-Beuve e Jules Lemaître e, também, “pelos grandes críticos modernos: as obras de André Gide, de Charles Du Bois, de Gabriel Marcel, de André Rousseaux, de Benjamin Cremieux, de Ramon Fernandes, e também dos mais novos, de um Jean-Pierre Maxence ou de um Thierry Maulnier. E ainda as obras críticas de grandes poetas como Paul Valéry e Paul Claudel” (*Idem*, p. 14).

Nessa linha de considerações, defende que os seus juízos críticos incidirão sobre a “personalidade, e não sobre a repercussão social” das obras, posição que garante “uma mais límpida compreensão e de uma visualidade mais completa nos momentos de interpretação e julgamento. Ficamos mais livres para reagir contra os preconceitos e os *parti-pris* que são quase todos de origem social e não pessoal” (*Idem*, p. 16). O método do crítico, segundo Lins, deve ser o “de sua própria pessoa” (*Idem*, p. 20). Ao praticar sua vocação e ofício, ele assume, assim, a posição de “um diretor de consciência, [a] orientar o público para o

convidado pelo governador Cavalcanti de Lima para ser seu Secretário de Gabinete; em 1936, é nomeado secretário do Governo de Pernambuco. No mesmo ano, já com o título de bacharel e a situação econômica mais estabilizada, casa-se com Heloisa de Barros Lins, sua aluna no Ginásio do Recife. Em 1º de novembro de 1937, com o golpe de Estado, é demitido – e também vê frustrada sua candidatura ao cargo de suplente de deputado federal, na chapa de José Américo, nas eleições de dezembro. Desempregado, retorna às salas de aula em colégios particulares do Recife e inicia colaboração na redação do *Diário da Manhã*, na qual publica uma série de artigos satíricos retratando figuras políticas locais por meio dos personagens literários de Eça de Queirós, ainda bastante influente e lido no país. Por sugestão de José Condé, amigo de infância de Caruaru e então funcionário da Livraria José Olympio Editora, recebe o convite de seu proprietário para escrever um livro sobre o escritor português, projeto que lhe toma um ano de estudos. Lançado em fins de 1939, *História literária de Eça de Queirós* obtém um inesperado êxito, sendo elogiado pelos principais nomes da crítica em atividade. A repercussão favorável do livro e súbita fama alcançada pelo autor, no entanto, provocam dissabores e a demissão em dois dos colégios particulares católicos em que lecionava, que o acusam de defender um autor profundamente anticlerical. A isso se acresce a perseguição sofrida em função de seus artigos políticos, tendo sido preso algumas vezes, e um incidente em concurso para a Cadeira de História do Ginásio do Recife, tornando sua permanência na capital pernambucana insustentável. Encorajado pelas críticas positivas recebidas por seu livro de estreia, decide radicar-se no Rio de Janeiro, por uma temporada de seis meses, na condição de correspondente do *Diário da Manhã*. Por recomendação de Gilberto Freyre e José Lins do Rego, o editor-chefe do Correio da Manhã, Paulo Bittencourt, que já conhecia o trabalho realizado por Lins na grande imprensa, propõe-lhe que assumo o rodapé de crítica literária do jornal, desativado desde o falecimento de Humberto Campos. Sobre o autor, ver Perez (1971); Bolle (1979); Brasil (1985) e Holanda e França (2007).

seu verdadeiro gosto e para a sua verdadeira finalidade no caminho da arte. Creio que foi pensando neste aspecto da crítica que Sainte-Beuve deu do seu ofício esta justíssima definição, muito orgulhosa e muito humilde ao mesmo tempo: ‘Le critique n’est qu’un homme qui sait lire, et qui apprend à lire aux autres’” (*Idem*, p. 17).

Em apoio à concepção funcional de crítica adotada, Candido invoca, em “Ouverture”, os nomes de Mário de Andrade e Ruy Coelho, e defende como diretriz geral de sua orientação analítica a preocupação em perscrutar a

“[...] significação geral da obra – entendendo por tal coisa o sistema de relações que a prendem ao seu momento e a posição dele, leitor, ante ambos. É quase um esforço para não tomar a obra como resultado último da investigação, mas, num esforço de transcender, que se vem juntar ao que já pôs em segundo plano a própria pessoa, procurar tirar da obra, graças à compreensão de seus liames com o tempo, a inteligência deste e uma orientação para a conduta. Interpretar a obra, numa palavra, em vista do que ela pode ter de explicativo do seu momento” (Candido, [1943] 2002c, p. 26).

Alegando a existência de momentos históricos que exigem a uma atitude participativa, Candido manifesta a preferência pelo “crítico partidário, que tem um credo – político, religioso, filosófico ou literário -, ao eterno disponível, que o é sob o pretexto de não cair no sectarismo e permanecer aberto a todas as sugestões da obra” (*Idem*, p. 26).

Para além das referências alusivas em “Ouverture” (“Rejeito, portanto, integralmente – como por mais de uma vez já o tenho feito em artigo - o conceito impressionista que faz da crítica aventura de personalidade [...]” [*Idem*, p. 25] ou ainda a discussão momentos e épocas históricas e as tarefas que cabem ao crítico)⁸³, prova incontestemente de sua profunda atenção aos autores consagrados e desafios legítimos no interior da crítica literária desse período, Candido registra sua divergências em relação a Lins no rodapé “Um crítico”, datado de 18 de julho de 1943 e dedicado o exame da segunda série do *Jornal de Crítica*, publicada em 1943⁸⁴. Embora o tom elogioso predomine no artigo, destacando a dedicação

⁸³ Em outras ocasiões Candido também alude a certos princípios da visada crítica de Lins, para deles discordar. No rodapé “De leitor para leitor”, publicado em 06 de agosto de 1944, Candido caracteriza a crítica literária como essencialmente um exercício de leitura – equiparando a figura do crítico e o leitor num mesmo patamar: “Ora, leitor, se há alguma coisa que nos liga, é ela [a leitura], sem dúvida nenhuma. Sante-Beuve – uma espécie de parente rico dos críticos – **disse que o crítico é aquele que lê melhor que os outros e os ensina por isso a ler. Duvido, leitor, ao menos no meu caso. Confesso-te que não senti estalo algum no dia em que comecei a vir contar ao público o resultado das minhas leituras. A partir daí, li como dantes lera, e nada me leva a crer que o fizesse melhor que o meu semelhante**” (Candido, [1944] 2001/2002a, p. 195 – grifos nossos).

⁸⁴ Cf. Bolle (1979). Resenhando, no décimo número da revista *Clima*, o primeiro volume do *Jornal de Crítica* (1941), reunião dos rodapés literários assinados por Lins ao longo de 1940, Candido destacava a “atitude crítica” (ou “metacrítica) do colega de ofício, marcada pela convicção de que o crítico “é a última instância no processo explicativo” (Candido, 1942a, p. 67). Em desacordo com a “concepção extremamente individualista” assumida por Lins, pelo fato dele desdenhar de “um aspecto de capital importância no crítico”, qual seja, o “de servir como que de agente de ligação entre uma obra e seu tempo”, o que implica “na busca dos ligamentos através dos quais uma obra se prende ao seu momento histórico e social”, Candido, opondo-se “ao crítico gideano [referência ao escritor francês

integral de Lins ao seu ofício, num meio no qual “quem não reconhece em si mesmo nenhuma vocação específica se põe a fazer crítica de livros”, Candido comenta o empenho do crítico pernambucano em averiguar “a determinação, na obra literária, daquilo que é eterno, que transcende às contingências”, tornando-a “uma aventura da personalidade, um esforço para inserir na mesma ordem de que participa a essência da obra literária” (Candido [1943] 1999a, p.17). De acordo com Candido, porém, “por mais completa que possa ser a participação de um crítico no núcleo essencial de uma obra, é fora de dúvida que só há um meio para se chegar a eles: os seus sinais exteriores; toda aquela parte que significa neles ligação com o tempo, contingência, relatividade” (*Idem*). Em sua opinião, Lins ainda “não possui um método”, mas “se encaminha para ele”, a partir da alternância entre dois princípios em tensão: o impressionismo estético, decorrente do individualismo, “a consciência que, como a do artista, não quer se comprometer para não se limitar”, e as solicitações da atividade do mundo, “que arrasta o intelectual para o turbilhão dos acontecimentos e das paixões políticas”. Se na primeira fase a posição do crítico pernambucano tendia mais ao primeiro aspecto, no volume sob apreciação “ele se aproxima muito mais da consideração do aspecto cultural da criação literária. É o que me leva a crer que, num futuro não remoto, o seu método surgirá, tendo como característica uma síntese feliz do seu essencialismo personalista e da valorização justa do condicionamento cultural das obras” (*Idem*, p. 18).

É notável o resoluto empenho do jovem crítico em desacreditar as tendências idealistas que predominavam nas análises críticas do período. Da leitura de *Faces descobertas* – publicado em 1944 -, segundo livro de Carlos Burlamarqui Kopke, Candido afirma:

“Quer como crítico de ficção e poesia, quer como crítico de idéias, o sr. Carlos Burlamaqui Kopke manifesta preocupações que poderiam ser chamadas de essencialistas. Quero sugerir com este vocábulo impreciso a sua tendência de procurar o sentido por assim dizer metafísico das obras. Parece-nos que ele se coloca sempre ante de um livro como que diante de um absoluto. Da Beleza, da Poesia, do Sentido. Quando fala da missão do intelectual, se refere a um certo padrão eterno de conduta” (Candido, 1944a, p. 5).

De acordo com Candido, o intento analítico de Kopke é menos uma explicação do que “um esforço de comunhão” da realidade misteriosa da poesia com o “drama mental” do escritor (*Idem*). Ao

André Gide]”, reivindica o crítico “orgânico, o crítico funcionalista, por assim dizer, que busca numa produção não apenas o seu significado artístico, mas a sua conexão com as grandes correntes de ideias da época, e a sua razão de ser em face do ‘estado’ de um dado momento”. Isso não significa, conforme o “sr. Álvaro Lins rejeita com toda razão”, “predomínio do social em arte”: “o fato de um crítico querer reconhecer numa obra o seu significado diante do caráter de uma época – e as suas muitas relações – não implica em afirmar determinismo algum, nem voltar a Taine. Significa, apenas, que ele não quer considerar a obra segundo metáfora de [Jean] Cocteau – do balão que se desprende de todo das contingências terrenas, para se elevar no espaço, solto, livre, incondicionado e perfeito”. De igual maneira, Candido exige que os críticos definam suas posições, pois a “disponibilidade eterna de certos críticos – que têm mais sensualidade literária do que inteligência – não significa isenção de ânimo, mas ausência de caráter intelectual”. Cf. Candido (1942a).

proceder dessa maneira, o autor encontrar-se-ia nas antípodas “do verdadeiro espírito crítico, ou seja: objetivo. Com efeito, o resultado da crítica deve ser uma objetivação. Ela deve poder extrair da obra analisada um julgamento tão desligado quanto possível do eu crítico, que o nosso autor pretende nunca esquecer, a fim de que este julgamento se torne um bem comum” (*Idem*). Por sentir-se “tanto mais à vontade para comentá-lo e tanto mais livre para apreciá-lo quanto me acho em posição bastante diversa da sua”, Candido assevera que

“[...] para a compreensão e o aproveitamento humano de uma obra o critério cultural (sentido largo) me parece melhor e mais sólido do que o critério metafísico, porventura mais profundo e mais poético, porque é uma ilusão. O primeiro tende a incorporar o trabalho no patrimônio da história da cultura; o segundo, como que o limita aos prazeres de uma aventura pessoal” (*Idem*).

No rodapé “Problema de jurisdição”, datado de 11 de julho de 1943, pode-se encontrar uma definição precisa da posição assumida por Candido. Respondendo a certos leitores que o haviam acusado, em “umas duas admoestações escritas e umas quatro orais”, de “deslizar frequentemente para fora da crítica literária e invadir canteiros do próximo”, conferindo “uma notória preferência a livros que não são romances nem contos. De evitar a ficção, numa palavra [...]”, Candido esclarece que a “especificação das funções do crítico varia na razão direta da complexidade e conseqüente diferenciação do trabalho cultural de uma sociedade” (Candido, 1943b). Num meio marcado pela incipiente diversificação funcional, “em que não raros os indivíduos são ao mesmo tempo poetas, romancistas, críticos, escritores políticos, sociologizantes, filosofantes, é difícil dizer quais os limites precisos entre o crítico da literatura e o de ciências morais ou filosofia” (*Idem*), o encarregado de tal seção se vê obrigado a dar conta das solicitações que o ambiente lhe faz. Ressalvando que na revista *Clima*, “minha escola de crítica”, “procurou-se fazer uma seleção nítida entre certos gêneros de crítica”, afirma que “meus leitores nunca me viram, e provavelmente nunca me verão falar de livros de teatro, de cinema, de música, de pintura ou de economia. Quanto ao resto...” (*Idem*). Em vista disso, ele anuncia que o método mais adequado, até mesmo imposto por sua época, é aquele que consegue captar nas obras literárias

“[...] o que há de mais fundamente cultural, isto é, o que nelas significa o caráter comum de todas as obras de uma cultura. Assim, o crítico pode ser literário e analisar uma obra como *Casa-Grande & Senzala* ou *Raízes do Brasil* ou *História Geral das Bandeiras*. Contando que considere nelas, como em *Éramos seis* ou no *Moleque Ricardo* o denominador que aparenta umas às outras as diferentes manifestações de uma fase da cultura” (*Idem*).

Para tanto, é necessário um ponto de vista, um princípio norteador:

“[...] creio que não pode haver ofício mais interessante e, como desculpa vossa, mais útil do que levar para as coisas literárias certos princípios de ordem sociológica e filosófica. Daí o interesse com que, partindo de uma formação filosófica ou sociológica, é possível ao crítico embrenhar-se pela literatura, procurando interpretá-la funcionalmente, buscando nela a repercussão da época e a sublimação dos traços da cultura; selecionando, não raro, voluntariamente, os livros que mais se prestam a esse tipo de estudo. Não garanto a superioridade do método, que procuro por em prática. Mas confesso que o acho bom. E, sobretudo, útil” (*Idem*).

Não se pode encontrar uma definição mais precisa da moldura social em que a obra literária está engastada. Condicionamento histórico-social, momento cultural e histórico, espírito de época, eis, num apanhado geral, as expressões analíticas utilizadas por Candido, quase sempre de maneira cambiável, para designar a preocupação com os nexos entre a produção literária e seu contexto social. Em boa medida, tal postura torna-se critério de aferição da qualidade literária e princípio de seleção dos autores que merecem a atenção do crítico - atitude arriscada⁸⁵, que tendia a transformar, de maneira instrumental, a obra literária em veículo de combate.

Ao completar um ano à frente de sua coluna na *Folha da Manhã*, Candido constata, em “Um ano”, publicado em 09 de janeiro de 1944, a manutenção integral das diretrizes delineadas no rodapé de estreia. Com maior ênfase, porém, insiste, de um lado, na convicção de que os elementos de ordem contextual constituem mesmo o substrato da própria obra literária e, de outro, no rechaço completo à perspectiva essencialista. Alertado por “mais de um leitor e mais de um amigo” do prejuízo, nos rodapés, de relegar a sondagem da essência perene da matéria artística em proveito do acentuado interesse pela apreciação de seus condicionantes, Candido reafirma que, em sua opinião, “o que se chama *essência* de uma obra não passa da hipóstase das suas *condições*” (Candido, 2002d, p.33 – grifos do autor). Nesse sentido, “descobrir aquilo que condiciona é explicar a razão e a natureza do fenômeno da duração artística – embora seja mais estético e mais profundo aceitar o incondicionado, o que importa na hipótese, para mim inadmissível, da transcendência dentro da criação” (*Idem*). Embora não ignore a realidade acabada e autônoma da obra literária - tendência seguida atualmente por “boa parte da crítica norte-americana tendo encontrado um teórico recente e brilhante no professor René Wellek, em seu estudo sobre os períodos literários” (*Idem*, p. 35) -, ele assevera, com convicção, que:

“A verdade é que o condicionamento social e histórico da literatura não é apenas a sua moldura, mas - sem que isso implique num atentado à sua autonomia – a própria substância da sua realidade artística e a condição

⁸⁵ E que leva a situações paradoxais: no rodapé “Vinte anos e...”, dedicado a Marcel Proust, um dos autores preferidos de Candido, o elogio ao escritor francês, “na homenagem do vigésimo aniversário de sua morte”, vem acompanhado da constatação de que a data “para a significação funcional de sua obra, [revela-se] quase um atestado de óbito. No amor permanente que dedicamos a Proust (veja bem o plural; se há culpa, compartilho-a com vós outros) há um pouco do amor que dedicamos às coisas mortas. Proust envelheceu. Proust passou; Proust não tem razão de ser; Proust é uma sobrevivência de museu” (Candido, 1943c).

de existência dos elementos que, nela, podem ser chamados de eterno, graças, não a uma misteriosa participação em algo incondicionado, mas uma forte virtude de eloquência e generosidade” (*Idem*, p. 35).

No rodapé “Ficção (I)”, datado de 04 de fevereiro de 1943 e dedicado à leitura de *Dois mundos*, livro de contos de Aurélio Buarque de Holanda, laureado com o prêmio Afonso Arinos pela Academia Brasileira de Letras, Candido indica que

“Se me perguntarem qual o critério mais firme e mais imediato para se julgar uma obra de arte ou de literatura, eu direi que é o critério da sua necessidade. Necessidade, neste sentido, quer dizer a presença de uma série de razões que fazem com que a obra pareça alguma coisa que não poderia deixar de existir [...]. Este caráter é dado à obra por um conjunto de fatores, tanto internos quanto externos, que se reúnem, afinal de contas, para a sua funcionalidade, isto é, a sua razão de ser em função de certos problemas ou, simplesmente, certas características do homem ou da sociedade de uma época. Uma obra autêntica, no sentido próprio, é sempre uma resposta: uma resposta dada por um indivíduo, de mais sensibilidade ou mais penetração do que a média, aos inúmeros problemas que ele vê ou pressente em si, nos outros ou no grupo” (Candido, 1943d).

Ao caráter funcional da obra literária “vem ligar-se o seu valor próprio. **Este, porém, depende em grande parte daquele.** Sendo a arte, de modo geral, um fenômeno de antecipação nas esferas do conhecimento, o valor de uma obra é inseparável deste aspecto de resposta a uma incógnita – de que acima falei” (*Idem* – grifos nossos). Por conseguinte,

“[...] quando, portanto, uma produção do homem vem responder a este esforço de penetração, seja uma máquina que permite um domínio maior sobre a natureza, seja um poema que torna mais claro um canto qualquer da alma – podemos dizer que o seu aparecimento foi necessário, porque ela se integra funcionalmente no conjunto das atividades de uma cultura. Quando se vê que numa obra nada responde a nada; coisa alguma existe que permita sentir a sua eficiência artística – podemos dizer sem medo que esta obra é desnecessária. E tal constatação, a meu ver, é fatal para ela” (*Idem*).

Com efeito, os noventa e dois rodapés redigidos na *Folha da Manhã* assumem um registro predominantemente sociológico, seja em razão do quadro conceitual assumido, seja pelos pressupostos doutrinários adotados, ou, por fim, pelas preferências estéticas e autores privilegiados. Essa perspectiva sociológica fornece os parâmetros para a avaliação das obras analisadas e, nesse sentido, não me parece exagerado afirmar que ao contrário da imagem apregoada por Candido - da sociologia como ponto de vista -, ela constitui então o fundamento central de sua orientação crítica.

Em compasso com tal perspectiva crítica, atravessando de ponta a ponta o conjunto, pode-se identificar a insistente preocupação com o papel do intelectual frente às circunstâncias e contingências

históricas de um período marcado pela agitação e confusão político-ideológica. Desde “Overture”, Candido condena a postura absenteísta e de neutralidade defendida por seus colegas de profissão. No rodapé de estreia, ele conclamava que “o esforço para esclarecer os acontecimentos presentes é a obrigação primeira do intelectual que não sente a vocação da atividade direta e que, por outro lado, não quer encerrar-se num marginalismo que tanto tem de cômodo quanto de pouco louvável” (Candido, [1942] 2002c, p. 28).

Com as mudanças no contexto político nacional, a partir de 1942, provocadas ao mesmo tempo pela reviravolta da posição do país frente à situação externa e pelo crescente descontentamento de setores oposicionistas, a contestação pública volta à tona e a discussão sobre a postura, ética e tarefas dos intelectuais retorna à pauta de discussão. Do que se pode depreender, o problema da participação, para Candido, se reveste de dois sentidos correlacionados: de um lado, a cobrança de engajamento no debate de ideias e nas tarefas de combate ao pensamento reacionário; do outro, certa postura pedagógica de orientação⁸⁶, sobretudo quando relacionada aos pensadores e artistas da sua geração, diante dos rumos da inteligência, sempre alerta aos desvios e distorções das responsabilidades de sua posição pública.

Avaliando o lançamento de *Ensaio do nosso tempo*, reunião de escritos do jovem crítico Otávio de Freitas Júnior⁸⁷, publicado em 1944 e prefaciados por Mário de Andrade⁸⁸, Candido não deixa de sublinhar sua posição, e declara que

⁸⁶ Em resenha assinada no lançamento de *Brigada Ligeira* (1945), publicada na sessão “Livros e autores”, sob sua responsabilidade no efêmero *Jornal de São Paulo*, dirigido por Hermínio Sacchetta, Florestan Fernandes chama a atenção para o modo expositivo de proceder de Candido: “A técnica predileta de Antonio Candido é um espécie de introito quase sempre condensado em que alguns problemas de ordem geral e certos dados de valor informativo são apresentados ao leitor. É uma preparação psicológica, uma tentativa de limitação e que dentro da finalidade pedagógica de sua crítica aparecem como uma necessidade essencial correspondendo ao um duplo apelo: fornecer aos leitores um material mais amplo; e criar através deste uma máxima possibilidade de compreensão máxima dos objetivos e das intenções do crítico, permitindo ao leitor médio um rendimento correlativo da leitura e de aplicação ou desenvolvimento de seu gosto estético. Por etapas ou por momentos, Antonio Candido realiza depois um triciclo – em que trata da localização da obra (...). Situando a obra recente na produção do autor, procurando verificar o seu significado, se houve queda ou progresso, sua relação com a ‘carreira’ literária do autor, etc...E quase sempre por último, entra propriamente na dissecação da obra. Não é possível dizer em que fase procede melhor; nos ensaios mais equilibrados nota-se que é capaz de produzir legítimas joias em todas elas. Em outros, todavia, provavelmente devido às contingências do próprio jornalismo – o que se pode inferir também deste livro – há predominância ou exclusão de uma das fases, o que seria desagradável se Antonio Candido não tivesse um senso apurado das nuances, das gradações. Ou, então, se fosse suficiente medíocre para erigir esse esquema em norma, pretendendo segui-lo rigidamente [...] Esse é um esquema, mas não é um esquema exclusivo e absoluto. Em artigos de jornal as possibilidades de variação são limitadas; assim mesmo Antonio Candido tempera muito os seus artigos com este sal” (Fernandes, 1945b).

⁸⁷ Da mesma geração que Candido, Otávio de Freitas Junior nasceu em 1920, em Pernambuco. De acordo com informações disponíveis na orelha de *Ensaio do nosso tempo*, o autor formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife. Seu livro de estreia, publicado em 1941, intitulou-se *Ensaio de crítica e poesia*, com o qual foi distinguido pela Academia Brasileira de Letras com o prêmio de crítica literária José Veríssimo, de 1942. A essas escassas informações, as únicas que pude encontrar, acrescento que o jovem intelectual já havia publicado um artigo no décimo-segundo número da revista *Clima*, intitulado “A incompreensão política”. Cf. *Clima* (1943).

“Muita gente respeitável acha que a crítica deve se revestir de um plácido equilíbrio, em que todas as qualidades do crítico se fundissem numa ausência de afirmações marcadas, de movimentos fortes, esbatendo-se na moderação dos meio-tons. Primeiro que tudo, é preciso fazer compreender a esses ponderáveis senhores que a crítica é, sobre todas as coisas, participação. Participação estética, intelectual; compenetração, numa palavra. Portanto, movimento afetivo por excelência, no sentido largo. Sem esse não há crítica; há o comentário, a dissertação” (Candido, 1943e).

Na coletânea, identifica, na discussão do “papel da inteligência diante da crise moderna”, uma atitude marcada por tendências conflitantes, quando não incompatíveis, nas quais se misturam

“[...] um tipo cristão de existência, a luta sem tréguas ao fascismo, uma democracia popular, uma ética individualista e essencialista. Rejeita violentamente as implicações direitistas do seu credo religioso e aceita plenamente certos aspectos populares, anti-hierárquicos da política moderna. Quer um estado de coisas em que os homens participem intensamente da existência um dos outros, todos unidos num regime de justiça social. E prega, para isso, a autorealização espiritual pela autoconsciência” (*Idem*).

Nesse amálgama de pontos de vista contraditórios, não obstante a presença de “um ardor e um desejo de servir”, pode-se constatar a

“[...] preocupação central do autor: a luta por um novo humanismo que substitua o anti-humanismo dos dias presentes e passados. Não me parece, contudo, que o Sr. Otávio de Freitas Junior esteja bem orientado nesse sentido. Me parece, mesmo, que não percebe o quanto a sua orientação pouco ou nada resolve. Solução de elite, solução de classe, eis o que ela é. O seu grande trunfo, com efeito, é a crença na reforma graças a uma tomada mais funda de consciência, a uma compreensão mais aguda e mais essencial dos próprios problemas por parte do homem de inteligência. O resto viria depois” (*Idem*).

Solução idealista, restrita à correção moral do espírito, desvinculada da apreensão dos fundamentos econômicos e dos interesses de classe responsáveis pelos avanços das forças reacionárias, a orientação proposta por Freitas Junior gira em torno do personalismo essencialista, “característico dos diferentes espiritualismos, e que no seu caso, milagrosamente, bernanosianamente [referência ao escritor católico francês George Bernanos], não se acha, de modo consciente, combinado com a Reação” (*Idem*). O pensamento adotado pelo crítico pernambucano acaba por afastá-lo das questões essenciais e prementes do tempo, a que Candido exclama:

⁸⁸ O prefácio foi republicado em *Aspectos da literatura brasileira*. Cf. Andrade ([1945] 1978).

“Arrepio-me ao ver um moço, e dos melhores, aceitar a inteligência, não como um instrumento de vida e de reforma; de reajustamento constante do homem com as suas condições de vida, que geram as condições morais – mas como a criação isenta de um enquadramento ideal, espécie de norma para uma pseudo elite intelectual, que toca harpa enquanto Roma arde e salvaguarda a pureza de um Espírito que só tem sentido humano quando se volta para o sangue e a dor dos homens. Clericalismo! Era só o que faltava! (*Idem*).

E, linhas adiante, arremata o artigo:

“[...] não basta ser anti-fascista. Através do gidismo [referência ao escritor francês André Gide] autofágico, da perda em si mesmo, nunca os problemas de convivência humana serão solucionados. Tomá-los como ética privada, vá lá. Há lugar para tudo, e cada intelectual tem o direito de seguir os caminhos que escolheu. Querer, porém, ver neles soluções coletivas de progresso, num livro que pretende agir sobre os outros, é erro. Erro e manivelada na roda-gigante da Reação, que gira, gira, gira, não sai do lugar, e convida os outros para as delícias do Clericalismo! Não faltava mais nada!” (*Idem*)⁸⁹.

Duas semanas depois, no rodapé “Carta para Pernambuco”, Candido retoma o assunto, motivado pelo recebimento de carta de protesto do autor. De saída, esclarece que havia utilizado o termo clericalismo não no sentido vulgar, mas de acordo com a acepção do escritor francês Julien Benda, para o qual, segundo se sabe, o intelectual deve dedicar-se à defesa de valores eternos, abstratos e universais, mantendo-se afastado das paixões políticas e interesses sociais circunstanciais e práticos⁹⁰. Aproveitando a ocasião para manifestar-se “em que setores e em que termos se faz a participação dos intelectuais na vida de seu tempo”, Candido reivindica a necessidade de se distinguir, claramente, os papéis do cidadão e do intelectual. Enquanto o primeiro se perfaz ao exercer suas obrigações civis básicas, o segundo renuncia aos seus deveres e imperativos morais quando refuga diante dos problemas postos por seu tempo ou então adota “posições anti-históricas”. Ao “pensar o mundo abstencionistamente, forjando filosofias políticas (po-lí-ti-cas) que tendem a desviar o pensamento dos problemas atuais, deixando que a força e o fascismo

⁸⁹ Em “Neo-anti-clericalismo”, nota escrita sob o pseudônimo de Joaquim Carneiro na revista *Clima*, Candido proclama “guerra ideológica contra o clero”. Denunciando a campanha de desmoralização do anti-clericalismo feita pelas forças da Reação, relegando-o “ao rol de coisas ridículas e filistinas”, ele exorta os contemporâneos para que não “tenhamos medo de um ridículo habilmente explorado e nos declaremos rasgadamente anti-clerical, contra o neo-clericalismo que avulta. Como desconhecer o perigo dos reverendos, num momento em que os católicos de boa vontade e dignos deste nome começam a ficar anti-clerical? No tempo em que o magnífico [George] Bernanos traça a biografia sinuosa do atual Papa, feito Marquês por Mussolini como prêmio pelos seus bons serviços ao fascismo?” (Candido, 1944a, p. 84).

⁹⁰ Deve-se lembrar que a polêmica discussão promovida por Benda estava na ordem do dia, não obstante a publicação de *A traição dos clérigos* ter ocorrido em 1927. Uma segunda edição sairia em 1946, motivada, com o desfecho da 2ª Guerra Mundial, pelas discussões sobre a ocupação nazista da França e o movimento da Resistência Francesa.

tenham livre curso no mundo” (Candido, 1943f), o intelectual desvirtua suas funções e obrigações públicas, permitindo o avanço das ameaçadoras à democracia. E, dirigindo-se a Freitas Junior, esclarece:

“Sei que você não é reacionário, meu caro Otávio, e foi o que eu disse no começo do meu artigo sobre o seu livro. Mas sei que você fez o elogio do clericalismo bendaniano e, o fazendo, não há negar que deu um empurrão na traquinada reacionária, que espera do intelectual justamente isso que Benda propõe: a racionalização da não-participação, resultando uma política apolítica que lhe deixa trânsito livre. Não acha? Você deve convir, meu caro Octavio, que é o cúmulo o indivíduo querer, nesta primeira metade do século vinte, pensar a política apoliticamente e os fatos abstencionistamente” (*Idem*).

Das páginas dos rodapés, ideologicamente inflamadas e repletas de chamados ao combate, Candido não poupa nem mesmo intelectuais consagrados, convertendo suas reflexões em denúncias do pensamento católico/conservador. No rodapé “Os mitos e a reação”, datado de 27 de junho de 1943, Candido avalia criticamente o ensaio *Mitos do nosso tempo* (1943), de autoria do crítico literário e pensador católico Alceu Amoroso Lima, não deixando de registrar, de saída, sua profunda admiração e respeito pelo crítico carioca. Não desperdiça, contudo, a oportunidade de demolir os fundamentos ideológicos das preposições levantadas pelo autor. Em primeiro lugar, defende, no lugar de uma explicação “de caráter filosófico, que visa julgar o seu alcance ético de acordo com um ponto de vista ontologista” (Candido, 1943g, p. 5), a adoção de uma perspectiva interessada no

“[...] caráter funcional do mito na sociedade. É evidente que o mito (falamos sempre na acepção dada pelo sr. Tristão de Athayde) não nasce por si, nem pela vontade de um ou mais homens. Os mitos existem porque há necessidade deles em certos períodos da história de uma civilização. Desempenham, e foi o que nunca viu o autor, uma função de ligar os indivíduos a uma coletividade que sofre uma perda de [...] nas suas representações, por um desajustamento qualquer das super-estruturas às infra-estruturas, no sentido que o materialismo histórico dá a essas palavras. Esta função de ligação do mito, enunciada em sentido algo diverso e a propósito do mito-fábula por Lévy-Bruhl (“Les fonctions mentales dans les sociétés inférieures”, p. 434), parece ter escapado ao sr. Tristão de Athayde. É nela, contudo, que se deve ir buscar o sentido dessas valorizações de entidades contingentes que ele chama de mito” (*Idem*, p. 5).

Em lugar da metafísica de fundo religioso propugnada por Athayde, a explicação para o surgimento dos mitos deve ser buscada nos processos dinâmicos da sociedade e com base em pressupostos advindos do materialismo histórico e da escola francesa de sociologia. Segundo Candido,

“[...] toda forma de organização social, toda estrutura social, traz em si mesma os elementos da sua própria contradição. No decorrer do desenvolvimento dialético da sociedade esses elementos vêm à tona e

criam situações propriamente de desorganização social, com processos de correntes de desajustamento, competição, conflito ou acomodação. Ora, quando numa etapa de desenvolvimento dialético os elementos contraditórios (no sentido já mencionado) avultam, começam a haver fenômenos de desequilíbrio, de ruptura de situações, de rude prova para os valores correntes. Daí o aparecimento necessário de representações coletivas que sirvam de norte ao homem em meio à decadência dos valores anteriores, já então inaptos para enfrentar a crise. Naturalmente, num período como esse florescem as representações de fundo passional – os mitos. É de notar que os indicados por ele como tais participam todos dessa natureza de pontos de apoio a coletividades desnorteadas. Longe de virem de crises morais internas do homem, ou da falta de sentido religioso da vida (pois que elas são de caráter semi-religioso) os mitos vêm da existência de contradições extremas numa dada etapa do processo dialético” (*Idem*, p. 5).

Sem deixar de ser um “pensador bem intencionado”, Athayde, de acordo com Candido, “não percebe a que consequências sociais desastrosas o leva o seu senso de absoluto”. Aderindo a “uma orientação nitidamente reacionária”, desatenta ao “perpétuo movimento dialético” de revisão pelos quais os valores passam e à posição classista de sua orientação explicativa, confusa quanto às diferenças entre os conceitos de Classe e Raça e Nação, a perspectiva do crítico literário e pensador católico assume a forma de um “pequeno ramalhete colhido no canteiro da Reação (um pequeno ramalhete colhido no canteiro da Reação (o sr. Tristão de Athayde escreve Eterno Bem, Eterno Mal, Absoluto etc. Eu também quero escrever Reação com erre maiúsculo, para significar o seu perigo e a sua desenfreada atividade nos últimos tempos, aqui e além-mar)” (*Idem*, p. 5).

E fulmina, de forma inapelável:

“[...] o capítulo dos contra-mitos, a esterilidade que marca o pensamento reacionário faz com que o Sr. Tristão de Athayde caia no banal. Interessado em aplicar no mundo moderno conceitos de velha data, ele nada apresenta que se assemelhe a um rumo certo, oriundo das circunstâncias históricas e dirigido num sentido de renovação. Não propõe nenhuma solução nova como propõem, é forçoso reconhecê-lo, as doutrinas presas ao mito da classe. Quer tão somente o restabelecimento de soluções anteriores já usadas, vazias de significação atual. Soluções que, restabelecidas, recolocariam os mesmos problemas que deram nascimento aos mitos que tanto horrorizam o autor [...] Nada propondo de efetivo, remastiga vagos ideais. Ora, num momento em que há ideias vivas, que são soluções novas, o apelo reacionário ao passado é um perigo para o mundo futuro” (*Idem*, p. 5).

* * *

Vinculado como professor-assistente à Cadeira de Sociologia II da FFCL-USP, regida por Fernando Azevedo, Candido, nesses primeiros anos de atividade, ficou incumbido de acompanhar as aulas

do titular e conduzir seminários⁹¹ em colaboração, entre 1942 e 1944, com José Francisco de Camargo, e, entre 1944 a 1947, com Florestan Fernandes. Desde 1943, sob a orientação de Fernando de Azevedo, inscreve-se no doutoramento em Ciências Sociais, participando dos Seminários de Antropologia promovidos por Emílio Willems à frente da Cadeira de Antropologia⁹².

Embora tenha paralelamente cursado, mas não concluído, a tradicional Faculdade de Direito do Largo São Francisco, por recomendação de seu pai, preocupado com o destino profissional do filho, na escolha do curso de Ciências Sociais imperou o interesse pela voga de questões sociais e pelas ideias socialistas, insufladas pelo clima político de radicalização disseminado no decênio de 1930. Com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Candido foi atraído para o curso de Ciências Sociais, no qual recebeu sólida formação científica baseada nos modernos métodos e técnicas de investigação científica pelas mãos dos professores estrangeiros (sobretudo franceses)⁹³ contratados para preencher os cargos e cursos nas disciplinas recém-criadas.

Num momento de afirmação institucional das ciências sociais, lastreada a um só tempo na instituição de um padrão científico de análise e pesquisa e na delimitação de suas fronteiras disciplinares, as páginas de “Notas de crítica literária” funcionam muitas vezes como veículo de divulgação quase que nos moldes de uma resenha bibliográfica⁹⁴. Se nessa altura Candido não investia na produção e publicação de estudos científicos na sua área de formação original⁹⁵, é possível afirmar que ele utilizou a grande imprensa como suporte expressivo para definir algumas das principais linhas de força de sua concepção do estatuto da sociologia.

Em “A crise das ciências do homem”, rodapé datado de 07 de novembro de 1943 e dedicado à leitura de conferência pronunciada por Pierre Monbeig, então professor da Cadeira de Geografia da FFCL-USP, e editada pela Casa do Estudante do Brasil, Candido constata que

⁹¹ Em depoimento, Candido informa: “A princípio, o Dr. Fernando de Azevedo simplesmente nos mandava fazer os seminários. Ele dava uma aula, digamos, sobre educação dos povos primitivos; aí eu, como primeiro assistente, numa outra hora, levava um texto sobre iniciação, por exemplo, explicava e indicava bibliografia” (Candido, 1993c, p. 47).

⁹² “A disciplina de antropologia foi criada logo depois que me formei, e eu a escolhi como uma das subsidiárias do doutorado, participando do seminário dirigido pelo primeiro professor da matéria em nossa Faculdade, Emílio Willems. Ele nos reunia uma vez por semana das quatro da tarde às seis e meia ou sete: Gioconda Mussolini, Egon Schaden, João Francisco de Camargo e eu. Todas as semanas fazíamos relatórios de leitura e sob a direção de Emílio Willems li Radcliffe-Brown (que naquela época vivia em São Paulo uns tempos e ensinou na Escola de Sociologia e Política), Herskovits, Hallowell, Linton, Redfield e outros que me despertaram grande interesse” (Candido, 1993a, p.33).

⁹³ Cf. Peixoto (2001).

⁹⁴ Em várias passagens, aliás, Candido defende a importância e a dignidade da sociologia de seus detratores, não se furtando a nomeá-los e contestá-los publicamente. É o caso, por exemplo, do rodapé “Carta a Luis Martins”, no qual ele protesta contra a “concepção primária da sociologia” (“Gente que ficha e cataloga o número de sapatos das vitrinas, as vezes que um cavalheiro acende o cigarro entre o Viaduto de Santa Ifigênia e o Brás etc”) que “o nosso ilustre Oswald [de Andrade] confraterniza com o sr. Léo Vaz, outro inimigo mal informado desta disciplina infeliz” (Candido, 2002b, p. 252).

⁹⁵ O que somente viria a ocorrer em 1947, com a publicação de “Opinião e classes sociais em Tietê”, na revista *Sociologia*. Cf. Candido (1947).

“O momento é de muita discussão e muita incerteza acerca das ciências do homem, e não é pequeno o número de pessoas, bem ou mal intencionadas (em geral, bem) que metem a boca no sociólogo, no antropólogo, na geografia humana. É de notar que essas pessoas, quase sem exceção, não tem conhecimento especializado de nenhuma delas, e chego mesmo a pensar que as conhecem através somente de duas vias perigosas para a justeza do raciocínio: os manuais e folhetos de propaganda política, onde elas são torcidas e esquematizadas de acordo com conveniências circunstanciais, e as conversas de bar. A segunda via é incontestavelmente mais saudável e tranqüilizadora. Sobretudo, apresenta a grande vantagem de tornar hilariantes os argumentadores a ela afiliados” (Candido, 1943h, p.5).

Acusada pelos seus detratores de não dispor de instrumentos analíticos adequados para intervir e, eventualmente, modificar, de forma racional e esclarecida, os rumos dos processos sociais, “como se fosse possível aos seus especialistas consertarem milagrosamente esse mundo torto”, o que se viu, dentro das ciências humanas, foi uma “tendência a ultra-especialização”, “complexo juvenil” por meio da qual

“[...] procuraram se amparar nas outras [ciências], forcejando para lhes adquirir o rigor e mimetizar as conseqüências. Foi assim que, no domínio das ciências sociais, por exemplo, tivemos os sociólogos que, humilhados, procuram dar à sua ciência o rigor impossível dos números, como se a complexidade do humano neles se acomodasse. E sobretudo tivemos os físicos, os biólogos que, exorbitando a sua atribuição e olhando com condescendência para as ciências não-exatas ou experimentais, doutrinaram e doutrinam sobre elas com a suficiência da ignorância” (*Idem*, p. 5).

Saindo em defesa do primado da concepção e do método sociológicos, Candido proclama que:

“Uma das grandes vitórias da sociologia foi ter-se libertado do analogismo biológico com que a abafavam o organicismo e o evolucionismo. Uma grande vitória, preparada pelo “sociologismo” de Karl Marx, que tendia a explicar a evolução social de um ângulo social, qual seja, o econômico, o da luta de classes. Nunca se acentuará bastante a dívida imensa, fundamental, que as ciências sociais têm para esse grande pensador. Já nas mãos de um biólogo, a sociologia tende a se construir em torno de conceitos de luta, competição, herança, seleção, depuramento, que levam a um certo fatalismo social, onde não adquire o devido realce a mola verdadeira da evolução dos grupos, que são os fatores humanos, sociais” (*Idem*, p. 5).

Reflexo da crise que assola o mundo contemporâneo, marcado pelo “sentimento de culpa das classes burguesas – que não querem tomar contato com as desarmonias, as contradições agudas sem as quais não podem subsistir”, as ciências humanas e sociais, em particular, recorrem, no limite, à “fuga para o requinte da técnica e o delírio da especialização, que acaba por criar o culto do detalhe, e assim

escamotear a visão dramática do conjunto, tornando a ciência um instrumento de despistamento capitalista” (*Idem*, p. 5). Embora estejam voltados para o grande público, já é possível vislumbrar, nesses rodapés, formulações reveladoras de certa concepção de sociologia que Candido continuará a defender em seus escritos mais maduros: a exigência de formação e treinamento acadêmicos como requisitos indispensáveis à produção de conhecimento na área das ciências sociais, afastando com isso os “palpiteiros” e não-especialistas, ao mesmo tempo em que defende uma formação mais abrangente e humanista, que não sucumba aos excessos da especialização. Para ele,

“A sociologia, como a geografia humana, a psicologia, a história e outras parentas, representa um esforço extraordinário de clarificar, de analisar, de compreender. Ora, a clareza é anti-reacionária por excelência. A Reação de todos os países se esconde sempre nas dobras penumbrosas das místicas, das religiões. Clarificar é progredir, é derrubar os tabus. Não é à toa que a filosofia progressista do século dezoito se chamou das luzes- aufklarung. O desejo de não querer ver com lucidez, que o prof. Pierre Monbeig colocou na base da crise das ciências do homem, é, como indiquei, um fenômeno de sentimento coletivo de culpa. De *mauvaise conscience*, como dizem os franceses. O apelo para as forças obscuras abre caminho para as soluções não humanas, desvia o espírito do problema cruciante. A análise de uma estrutura social é uma atividade que pode não ser favorável ao que o poeta chama ‘donos da vida’. E, sobretudo, não é de natureza a gerar a aceitação sem discutir. Não é difícil encontrar uma série de exemplos de repressões contra o ensino da sociologia nos países totalitários e nos candidatos mais ou menos felizes a tal” (*Idem*, p. 5).

Da leitura de *Oeste Paulista* (1944), estudo “antropo-social das populações da Alta Araraquarense, tomando Rio Preto como padrão”, realizado por A. Tavares de Almeida, em rodapé homônimo publicado em 20 de fevereiro de 1944, Candido afirma que, conquanto seja egresso “da literatura jurídica”, o autor “estreia na sociologia com uma obra de primeira ordem pelo rigor do método e pelo espírito que a anima – obra que gostaria de ver nas mãos dos moços das nossas Universidades e dos nossos colégios, estes, parece, mais dirigidos agora para a maior glória do latim que para o conhecimento das questões fundamentais da sociedade em geral e da sua em particular” (Candido, 1944b, p.5). Diversamente da grande maioria das contribuições e estudos produzidos por bacharéis em ciências jurídicas e sociais, “que não têm em geral mais do que algumas noções teóricas, quase sempre obsoletas e irremediavelmente comprometidas por um conceito abstrato e teórico”, *Oeste Paulista* “repousa sobre pesquisas cientificamente concebidas e dirigidas. Ao contrário do que ocorre com frequência entre nós, o sr. Tavares de Almeida observa muito e apresenta muito trabalho prático antes de emitir conclusões modestas – atitude acessível apenas aos estudiosos de boa qualidade” (*Idem*, p. 5).

O crítico aponta, na parte dedicada ao estudo de caráter demográfico, equívocos e descuidos na tabulação dos dados estatísticos, aconselhando o autor, uma vez que seu objetivo consistiu, de acordo com

o subtítulo do trabalho, num “estudo da experiência etnográfica e cultural”, a complementar a análise quantitativa com “maior apelo à observação qualitativa – em que pese a certos sociólogos que pretendem ver a sua ciência reduzida ao rigor impossível e esterelizante, no caso, das ciências exatas” (*Idem*, p. 5). Daí a principal crítica ao estudo: “o método [quantitativo formulado por] Mary Bloom Wessell decalcado pelo autor no caso rio-pretano é insuficiente para o estudo antropro-social valendo como introdução demográfica” (*Idem*, p. 5).

Sustenta que, na parte dedicada ao exame do “melting point rio-pretano”, interessada na adaptação dos indivíduos de acordo com seu fenótipo e baseada em informações extraídas do senso demográfico e de registros civis, o critério elegido é pouco significativo e de difícil manejo, pois a “cor branca, no Brasil, tem um significado vastíssimo, sendo um conceito puramente social, que não pode ser levado a sério nos quadros estatísticos. À discriminação da cor só se pode dar um valor de aparência – todo subordinado que é ao capricho fantasista para a análise quantitativa” (*Idem*, p. 5). Indica ainda insuficiências na maneira como o pesquisador avaliou o tempo de fusão contido no processo de aculturação, cuja variação depende do “background” do ádvana, a sua relação com o grau de cultura recipiente, o tipo de agrupamento segundo o qual se organiza, a natureza da residência (rural ou urbana), a proporção do sexo nas levas, o seu grau de segregamento, etc. [...]” (*Idem*, p. 5).

Nos comentários proferidos por Candido podem-se entrever as modificações na produção do conhecimento sociológico operadas pelas primeiras turmas formadas sob a orientação científica dos professores estrangeiros. Por meio dos elogios e das restrições ao estudo, Candido vai difundindo a legitimidade acadêmica das ciências sociais e o novo padrão de pesquisa que começava a assentar no meio universitário uspiano (recortes analíticos precisos e delimitados, a ênfase na discussão teórico-metodológica, o trânsito disciplinar entre sociologia e antropologia, a primazia do método qualitativo, o interesse no conhecimento dos padrões de vida das classes dominadas). Ao mesmo tempo, reivindica tanto o caráter humanístico das ciências humanas quanto a necessidade de subordinar a produção científica ao compromisso com o esclarecimento e orientação geral da sociedade⁹⁶. Daí concluir que o estudo de Tavares de Almeida consiste numa “obra de grande valor”, ao adotar “critério profundamente humano, de

⁹⁶ Pouco depois, em 1947, ao discursar como paraninfo, Candido condena, na vida universitária, “os processos de afastamento da vida com a hipertrofia da atividade intelectual, porque não raro a disciplina universitária repousa sobre algumas deformações prévias do espírito”. Assediada pelo perigo constante do “culto do saber desligado da vida”, as universidades podem se transformar em “mecanismos estéreis de acumulação científica e produção seriada de doutores, tão inocentes em face dos grandes destinos do homem quanto eruditos e proficientes nas suas especialidades. Vemos, então, o quadro impressionador dos sociólogos que tratam as relações humanas como se fossem relações entre cobaias, dos geógrafos que desconhecem os problemas sociais, dos historiadores que vivem alheios à política, dos filósofos que descaram a inserção humana de suas especulações. E dos físicos, químicos e naturalistas que reduzem o mundo ao detalhe da sua técnica. E dos críticos e filólogos que banem o gosto artístico dos seus trabalhos com o terror dos moralistas ofendidos” (Candido, 2002e, p. 315).

quem quer fazer a ciência servir e ser um instrumento efetivo de construção da sociedade futura na qual todos esperamos” (*Idem*, p. 5).

Com espírito semelhante, Candido dedica ao recém-surgido *A cultura brasileira* (1943), de Fernando Azevedo, duas resenhas consecutivas, publicadas em seu rodapé literário em 12 de dezembro de 1943 e 01 de janeiro de 1943, com o título geral de “A cultura brasileira“. Como se sabe, a redação do livro foi motivada por solicitação proveniente da Comissão Censitária Nacional para que Fernando de Azevedo, que havia declinado o convite para presidir a direção geral dos trabalhos, assinasse um texto introdutório aos resultados do recenseamento de 1940, com o objetivo de oferecer uma interpretação do itinerário cultural brasileiro que auxiliasse na compreensão dos dados obtidos⁹⁷. Com tal incumbência, o autor, à época professor da Cadeira de Sociologia II da FFCL-USP, exorbitou com um volume de fôlego e abrangência, composto por três partes subdivididas em cinco capítulos cada uma, nos quais passa em revista, em primeiro lugar, o substrato físico, as origens étnicas, o padrão de povoamento, os ciclos econômicos produtivos, a evolução social e política e a psicologia do povo brasileiro, para em seguida examinar a produção cultural do país (em suas várias vertentes: religiosa, literária, científica e artística) e, por fim, investigar os mecanismos e instituições de ensino responsáveis pela transmissão da cultura.

Marcando a diferença de método e orientação científica adotados por Azevedo, Candido anota a “oposição simétrica” e o “espírito diferente” - “reflexo da própria personalidade e das tendências de seus autores” - de *A cultura brasileira* em relação a *Evolução do povo brasileiro* (1923), de Oliveira Vianna, originalmente preparado como a apresentação do recenseamento de 1920. Enquanto que na obra de Oliveira Vianna a “imaginação ocupa uma larga parte, fecundando o documento com o ímpeto das interpretações não raro arriscada, procurando conformar a realidade a certos quadros teóricos, resultando uma coerência sedutora, quase estática, dos pontos de vista do autor com os aspectos da realidade por ele selecionados” (Candido, 1943i, p. 5), o livro de Fernando de Azevedo é “completamente diverso. Embora escrito com a presença da sensibilidade e da simpatia criadora, reveste-se de uma objetividade bem mais acentuada e de uma fidelidade cientificamente escrupulosa ao documento. As suas conclusões – este, felizmente, é um livro que conclui – brotam do rigoroso trabalho de pesquisa documentária e bibliográfica, à qual o autor nos dá a impressão, na grande maioria das vezes, de se ter dirigido com o espírito desprevenido de pré-noções deformantes” (*Idem*, p. 5).

Embora aponte as afinidades do estilo oratório adotado por Azevedo com “uma tradição brasileira de discursividade larga”, (“vinda da literatura colonial, que assume os seus contornos mais nítidos e fecundos em Os sertões, e à qual não são estranhas as obras dos nossos sociólogos modernos - Oliveira Vianna, com a sua propensão ao ritmo grandioso, um Gilberto Freyre, na qual ela se sublima

⁹⁷ Para um exame detido das motivações encontradas na origem do livro e seus primeiros leitores, consultar Dimas (1996).

transformando-se e recebendo a contribuição da linguagem liberta”), bem como a semelhança, no plano da composição, do livro com “clássicos dos estudos brasileiros” (“Como Euclides da Cunha, como Sílvio Romero, ele começa por um bosquejo dos suportes físicos da cultura” enveredando pela “caracteriologia do nosso povo e [...] sua evolução social”), Candido não deixa de enaltecer a inovação do método empregado (em lugar de aferrar-se à hipertrofia do fator étnico, investe, de forma precursora, na dimensão institucional) e a originalidade da análise da “nossa história educacional sob o ponto de vista sociológico”. Desse ponto de vista, não me parece mero recurso retórico, tampouco demonstração gratuita de erudição, a comparação com Vianna e, em menor medida, Freyre. Ao explicitar a distância que separa o estudo de Azevedo do ensaísmo das décadas de 1920 e 1930, o que está em vista é, novamente, a defesa do padrão de trabalho científico que se implantava e consolidava no interior da FFCL-USP em contraste com os ensaios histórico-sociológicos que até então predominavam. Pois o aspecto merece maior desconfiança de Candido é o capítulo dedicado à caracterização psicológica do povo, no qual Azevedo não logrou “se afastar do convencional” e que constitui justamente a grande contribuição legada por Vianna e Freyre.

Como bem nota Dimas, a principal discordância de Candido com o livro diz respeito à “concepção política” manifestada pela autor sobre a nossa evolução política e social. Segundo Dimas, divergindo da opinião de Azevedo, que, ao retrair “as vicissitudes de nossa formação e o movimento pendular que nos leva do federalismo à centralização”, chega à conclusão que a ‘sociedade, agora (depois de 1937) centralizada, pois todas as sociedades centralizadas são igualitárias – evolui para o igualitarismo, impelida por grandes reformas sociais e econômicas’ (Dimas, 1996, p. 104), Candido alerta para o fato que

“[...] não me parece que se possa reduzir o problema à generalidade de que se reveste a afirmativa do sr. Fernando de Azevedo. Se temos observado em geral que, nas sociedades ocidentais, os períodos de igualitarismo são precedidos por períodos de centralização autoritária, é preciso considerar que nem sempre estes preparam aqueles. É preciso distinguir cuidadosamente para diagnosticar o caso brasileiro – uma vez que nos fenômenos sociais formas semelhantes nem sempre definem conteúdos semelhantes – a centralização autoritária que é uma necessidade de organização, de racionalização administrativa, ou de imperativo de justiça social, daquela que representa simplesmente um esforço de tomada de poder – as medidas centralizadoras nem sempre se distinguindo do desejo de perpetuação de uma classe, de um grupo ou de um indivíduo” (Candido, 1943i, p. 5).

Não é de admirar, com efeito, que Candido repudiasse a visão otimista e com o tom conciliatório da formulação de Azevedo, É desse período, os anos de intensa militância anti-Vargas, a fase mais contundentemente “engagé”. Nem mesmo no plano conceitual, ele não deixa de registrar seu desagrado com a definição de cultura defendida pelo autor (em grande parte baseada na formulação de Humboldt: “o estudo desinteressado das ciências e das artes”), lembrando que se o adjetivo “desinteressado” tinha razão

de ser no tempo do filósofo alemão, nos dias atuais ele obnubila a “finalidade social do pensamento”. E, nesse passo, os rigores teórico-metodológicos instituídos pela sociologia acadêmica se combinam com às posições político-ideológicas, num movimento constante dos rodapés desse período, nos quais o enquadramento funcional das obras analisadas se tingem do reclamo pelo engajamento nos rumos do debate intelectual.

1. 3. - Crítica literária em tempos de guerra

“Confesso que, por toda a minha vida, mesmo nos momentos de mais agudo esteticismo, nunca fui capaz de perder a preocupação com os fatores sociais e políticos, que obsedaram minha geração como uma espécie de memento e quase de remorso” (Candido, 1992b, p. 234).

Não é possível compreender as posições analíticas e juízos avaliativos de Candido nos rodapés sob exame sem levar em conta seu envolvimento com a militância política. É nesse período que sua filiação doutrinária de esquerda aparece com maior estridência. Ele próprio, em diferentes ocasiões, chamou a atenção para essa questão, reconhecendo a predominância de certo “sectarismo deformante” que o conduzia “para o aspecto ideológico o mais que podia; tendia, às vezes, a fazer a avaliação crítica com base na importância ideológica. Nunca cheguei a ser esquemático, nem fanático, mas um pouco redutor” (Candido, *apud* Jackson, 2002, p. 128).

De acordo com depoimento concedido à revista *Praga*, Candido revelou um interesse precoce pelas ideias de esquerda, ainda em Poços de Caldas (MG), onde passou a adolescência, por meio da influência do pai, “liberal que se interessava pela Revolução Russa e tinha muitos livros a respeito”, o convívio com Teresina Carini Rocchi, imigrante socialista italiana, que lhe “doutrinou contra o fascismo e me comunicou uma espécie de afetividade socialista” e, por fim, a companhia de amigos residentes na cidade, mas provenientes de Santos, que lhe “fizeram ler alguns livros fundamentais, como a *História do socialismo e das lutas sociais* de Max Beer” (Candido, 1996a, p. 7). Com o ingresso na FFCL/USP, esse interesse foi reforçado pelo contato com o professor de filosofia Jean Maügué, “simpatizante comunista e [que] aconselhava a leitura de livros de Marx, com um espírito muito aberto” e, sobretudo, pelo exemplo de Paulo Emílio Salles Gomes, preconizador de um “tipo de socialismo independente” (*Idem*, p. 8). Ex-membro da Juventude Comunista, encarcerado em dezembro de 1935 (na onda repressiva que se seguiu à Intentona Comunista), no presídio Paraíso - de onde fugiu no Carnaval de 1937, para o exílio na Europa -, Paulo Emílio, contatou na França “grupos e pessoas de orientação marxista, mas não stalinistas nem trotskistas” (*Idem*, p. 8), alterando a fundo sua visão política⁹⁸.

Ao retornar ao país, em fins de 1939, ingressar na FFCL/USP e conviver com Candido e os demais integrantes do que viria a ser conhecido por grupo Clima, Paulo Emílio

“[...] começou a nos comunicar essas coisas, a nos dar livros reveladores, como o de Alexandre Barmine, alto funcionário que fugiu para o Ocidente e começou a revelar as iniquidades do regime socialista. Lembro da impressão que tive vendo as atas dos Processos de Moscou. Fiquei petrificado quando li as declarações dos grandes revolucionários de 1917, como Bakurin, Zinoviev, Kamenev, Radek, Piatakov e outros

⁹⁸ Sobre o assunto, ver Candido (1986).

‘confessando’ que eram todos traidores a serviço das potências capitalistas! Foi uma das farsas mais trágicas e mais ignominiosas da história” (*Idem*, p. 8).

Sob o estímulo e a orientação de Paulo Emílio, Candido integrou-se no final de 1942 a um pequeno grupo de intelectuais (composto por Paulo Zingg, Eric Czaskes, Germinal da Costa Feijó e Antonio Costa Correia) que se reúne aos finais de semana para discutir de forma sistemática sobre o momento político e ideológico do país e da conjuntura internacional, redigir documentos e praticar alguns atos contra a ditadura. Dessas tertúlias dominicais surge o *Grupo Radical de Ação Popular* (GRAP), que se ligou, em 1943, a um grupo combativo de estudantes oposicionistas da Faculdade de Direito de São Paulo e comunistas não-alinhados, organizando em conjunto a “Frente de Resistência”, com o objetivo de conjugar esforços contra a ditadura de Vargas, por meio da elaboração e distribuição de manifestos e folhetins e também de pequenos atos de protesto⁹⁹.

Adotando uma fórmula de ativismo marcada, de um lado, pela independência crítica em relação às posições stalinistas como trotskistas e, de outro, pela busca de um modelo de socialismo ajustado à realidade nacional - afastando-se, portanto, das diretrizes impostas pela União Soviética¹⁰⁰ -, o grupo adquiriu certa expressividade, juntando-se a outros na rede clandestina de luta pela redemocratização (nucleada, sobretudo, em torno da Faculdade de Direito de São Paulo)¹⁰¹.

Distanciada do aceso dos embates políticos, centrada na elucubração e intervenção intelectual¹⁰², a militância assumida por Candido reivindicava uma posição independente e autônoma da disciplina e do

⁹⁹ Cf. Gustin; Matos Vieira (1995).

¹⁰⁰ Não se deve perder de vista que as posições políticas não-ortodoxas do grupo muito se beneficiaram: a) do contato com obras e autores estrangeiros, divulgados por Paulo Emílio, e também do intenso interesse editorial despertado pela União Soviética nesses anos. Cf. Wilson Martins (1996); b) certa independência política dos partidos de esquerda situados em São Paulo, bastante influenciados pelos ideais socialistas trazidos na bagagem pela intensa imigração de estrangeiros, sobretudo italianos, para a capital do estado. Cf. Hecker (1988; 1998). Prova disso é a divergência entre o Comitê Central do PCB e o Comitê Regional de São Paulo quanto ao apoio à candidatura de José Américo de Almeida, em 1937, quando se realizariam eleições para a sucessão de Getúlio Vargas, sob o argumento que tal iniciativa representaria, no fundo, uma forma de colaboracionismo com o “fascismo getulista”, o que levou à expulsão do partido de alguns de seus principais dirigentes, dentre os quais Hermínio Saccheta.

¹⁰¹ A passagem como aluno pela Faculdade de Direito de São Paulo, e sua importância para a formação intelectual de Candido é sempre por ele elidida ou, nos melhores casos, minimizada – sequer é mencionada, por exemplo, no memorial acadêmico do autor. Quando referida, o destaque recai sempre sobre a intensa militância vivenciada no interior dela, em contraposição ao ambiente refratário à agitação política da FFCL-USP. Cf. Lafer (2009) e Dulles (1984).

¹⁰² Em suas palavras: “Líamos, analisávamos os acontecimentos, preparávamos documentos e tomamos algumas atitudes práticas na clandestinidade” (Candido, 1986, p. 61). Sobre as leituras realizadas no período, Candido comenta: “No meu tempo de moço, pode-se dizer que o marxismo era extremamente positivista; e nós o aprendíamos em livros de divulgação ou polêmica, como o *Anti-Dühring*, o resumo do *Capital* feito por Gabriel Deville, a *História do socialismo e das lutas sociais*, por Max Beer, o Tratado de materialismo histórico, de Bukarin” (Candido, 1992b, p. 232).

conteúdo doutrinário exigidos pelos tradicionais partidos políticos de esquerda¹⁰³. Nos rodapés, suas incursões políticas privilegiam a bibliografia internacional sobre o marxismo e temas relacionados com a Revolução Russa, implantação do comunismo na URSS e seus principais protagonistas. Resenhando, em 25 de fevereiro de 1943, no rodapé intitulado “À margem”, o livro *Hitler cannot conquer Russia*, de Maurice Hindus - vertido para o português, numa tradução “muito má e revisão abaixo da crítica”, por *A Resistência Russa* -, Candido adverte, de saída, o leitor: “nessa semana não farei crítica literária”, pois, há “certos livros que nos arrastam violentamente para fora da literatura, em pleno jogo das ideias vivas e dos acontecimentos” (Candido, 1943j, p. 5). Ele destaca a espantosa transformação econômica que projetou o país da “extrema carência econômica, de uma agricultura primitiva, de uma indústria apenas esboçada e limitada ao aspecto manufatureiro ao segundo lugar no mundo na produção pesada e a um desenvolvimento agrícola que é o mais perfeito da terra” (*Idem*, p. 5). A eficiência do modelo russo - reconhecida “mesmo pelos que não partilham da doutrina oficial do governo de Moscou” - parece-lhe “devida a dois fatores: compreensão clara da forma de organização econômica compatível com as condições nacionais e execução dos seus princípios dentro de um regime político que mergulhava solidamente nas tradições do país” (*Idem*, p. 5).

Revelando um domínio extenso da literatura sobre a história russa e o movimento socialista europeu, o artigo salienta a correspondência entre a orientação adotada na condução dos processos que culminaram na transformação indicada e características e tradições seculares do povo russo: “Longe de ser uma ruptura total com o passado, assentou a sua construção com a racionalização de alguns de seus mais sólidos princípios”, não podendo “de modo algum, ser a imposição totalmente nova de um tipo de vida a um povo não preparado para recebê-la” (*Idem*, p. 5). Assim,

“O regime soviético é um fenômeno especificamente russo, que foi de encontro a condições favoráveis, propondo solução compatível com os problemas da ‘realidade’ russa’. Foi, portanto, uma revolução que se apoiou nas mais profundas tradições nacionais, e só por isso conseguiu realizar o que realizou” (*Idem*, p. 5).

¹⁰³ Não se enquadrando perfeitamente no perfil social de adeptos indicado por Rodrigues, em análise sobre o PCB (1981), Candido não se ligou aos partidos de esquerda tradicionais. Da igual maneira, os rigores infligidos pela dedicação à causa não coadunavam com o perfil profissional admitido dentro da FFCL/USP – distanciada das questões políticas mais candentes. Não é casual, também, que a modalidade de participação política assumida Florestan Fernandes, no interior do Partido Socialista Revolucionário (PSR), agrupamento de orientação trotskista, por essa mesma época, tenha se restringido à tradução de e introdução a *Contribuição à crítica da economia política*, de Karl Marx. Sobre o assunto, ver Rodrigues (1981); Ridenti (2010); Camurça (1998) e Rubim (1988). Embora sobrevivendo na clandestinidade desde 1937, quando foi extinto e seus quadros e lideranças duramente reprimidos, o PCB, a partir de 1942, com apoio brasileiro aos aliados, encontra uma situação mais favorável para retomar as suas atividades. Em 27 de agosto de 1943 ocorre a chamada Conferência da Mantiqueira, reunião partidária em que a Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP) sai vitoriosa, e o partido adota a linha política de união patriótica com Vargas na luta contra o nazi-fascismo, abandonando a postura crítica em relação ao Estado Novo.

A despeito da rejeição das tendências trotskistas - mas não da admiração da figura e dos escritos de Trotski -, a autobiografia do revolucionário russo, *Minha vida* (traduzida em 1943 por Lívio Xavier), é tratada no rodapé “Uma vida exemplar”, de 04 de julho de 1943¹⁰⁴. Em tempos de domínio absoluto da doutrina stalinista, e do conseqüente repúdio do legado de Trotski pelo PCB, Candido, com indisfarçável satisfação, assinala a importância decisiva desse revolucionário para a concretização da Revolução Russa: se “Lenine foi o Patriarca e o Condutor, teve o seu realizador, o seu deslanchador em Leon Trotski” (Candido, 1943I, p. 5). O rodapé destaca ainda a trajetória revolucionária e participação decisiva de Trotski no momento final da tomada do poder pelos bolcheviques em 1917.

Intercedendo no embate Trotski versus Stalin – ou oposição “entre a Pureza e a Eficiência”-, Candido comenta que não se deve julgar as realizações do segundo como desvios em relação ao ideário comunista¹⁰⁵, tampouco aceitá-las de maneira fatalista: [posição] “aquela em que se colocam certos intelectuais de um oportunismo sem imaginação que, se escudando num *soi disant* motivo dialético, o que estão é, quando muito, se curvando ante não sei que desfibrado *evenemencialismo*, que venera e cultua o sucesso do fato consumado como a verdade suprema” (*Idem*, p. 5). Num momento em que “sentimos no ar a ameaça, diariamente anunciada por quem sabe ver de um neofacismo de após guerra, apesar dos esforços de muitas das Nações-Unidas, torna-se mais dramático e comovente o apelo que faz uma grande vida como a de Trotski, no sentido da inteireza ideológica e da intransigência na defesa dos interesses populares” (*Idem*, p. 5).

E se indaga:

“O apelo de uma vida como a sua transcende as divisões ideológicas para se situar no campo em que se encontram todos os homens interessados em ver justiça na terra. Não é mais o trotskista Trotski quem fala. É um homem cuja vida é exemplo, cuja ação dá confiança na ação, cujo pensamento esclarece o pensamento (...) A vida desse homem foi uma ilustração destas suas palavras. Que exemplo melhor para reinfundir confiança no homem, do fundo do caos em que estamos?” (*Idem*, p. 5).

Embora certa cobrança ideológica e, até certo ponto, um pragmatismo político afetem os juízos críticos de Candido, no conjunto, não há, em nenhum momento, uma defesa intransigente do engajamento

¹⁰⁴ Como Candido informa: “Eu, pessoalmente, no começo dos anos 40, tive muito entusiasmo pelos livros de Trotski, que é de fato um grande escritor, um escritor inspirado. Eu era crítico literário e escrevi um rodapé em 1943 ou 44 sobre a tradução da autobiografia dele, sem saber se a censura do Estado Novo deixaria sair. Mas deixou, o artigo saiu e alguns amigos meus que eram stanilistas ficaram danados, porque naquele tempo para os comunistas Trotski era sinônimo do demônio” (Candido, 1996a, p. 17).

¹⁰⁵ A despeito das divergências, é possível que nesse momento, talvez no esforço de formar uma frente ampla em torno da derrubada da ditadura de Vargas e retomada da democracia, tenha prevalecido o “benefício da dúvida” em lugar da divergência e polêmica. Com o fim do Estado Novo, as diferenças da Esquerda Democrática e, logo depois, do Partido Socialista em relação ao stalinismo são explicitadas. Nesse sentido, é suficiente ler o documento “Repúdio à doutrina do capitalismo de estado”. Cf. Candido (1996b).

estreito ou de dirigismo artístico, que subsume a eficácia da realização literária à propaganda política. Na leitura de *Entre o chão e as estrelas*, do escritor comunista Tito Batini, realizada no rodapé “Não vale a intenção”, de 25 de julho de 1943, Candido lamenta seu desacordo estético com autor, “porque se percebe logo quanto de humanidade e justiça há na sua orientação em face do homem; como é angustiado o brado que levanta em relação à condição da massa proletária e como se orienta decididamente para a sua justa solução” (Candido, 1943m). Não obstante, Batini “não tem a constituição romanesca necessária para dar aos seus ideais um cunho verdadeiro de literatura, operando a passagem da vida à arte” (*Idem*, p. 5). Incapaz de delinear a psicologia de seus personagens - “não se tem a impressão de gente viva, mas de fantoches do autor” -, de modo a articular os acontecimentos por que passa o protagonista do romance com a “sucessão correlata de estados psicológicos que vão se organizando no sentido de uma evolução interior, isto é, da definição de uma existência” (*Idem*, p. 5), Batini confina a vida de seus personagens ao pitoresco e ao acúmulo exterior de sentimento. Daí seu defeito ser não do

“[...] assunto, nem da concepção de vida do autor. O assunto é o mais rico possível; a concepção dos homens em sociedade, a mais justa e a mais propícia para encher os pulmões de um verdadeiro escritor. No Sr. Tito Batini o defeito vem do romancista. O romancista é que é o culpado pelo desperdício do assunto e pela inconsistência que se esvai o problema social exposto. O que vem provar mais uma vez que a honestidade e a boa vontade não bastam para fazer obra de arte. Esta não se nutre apenas da riqueza humana do autor, ou do seu sentido mais ou menos justo das coisas. Requer uma agudeza psicológica, um senso de participação e qualidades de composição sem as quais o resto de nada vale” (*Idem*, p. 5).

São várias as passagens¹⁰⁶ em que Candido resguarda, sem descuidar, o primado da linguagem literária, defendendo sua complexidade e relevância para a análise. Embora sua postura analítica estivesse acima e além dos imperativos partidários e de qualquer rigidez ideológica absoluta, a sensibilidade e a defesa do primado da construção artística da forma literária não se dissociam, contudo, da cobrança da participação e da sintonia com as tendências e dos rumos da inteligência. Nessa altura, os juízos estéticos de Candido estavam claramente subordinados às preocupações de ordem político-ideológica e, por conseguinte, talvez seja mais adequado qualificar a modalidade de intervenção intelectual praticada por ele na grande imprensa como uma crítica literária de fundo sociológico e politicamente orientada, cujos

¹⁰⁶ Cito algumas, em apoio ao meu argumento, aleatoriamente: no rodapé “O romance da nostalgia burguesa”, análise de *A quadragésima porta*, de José Geraldo Vieira, ele comenta: “Um romance não vale propriamente pelas suas diretrizes ideológicas nem pelo seu significado social, mas pela realização artística efetiva [...]” (Candido, 1992c, p. 38); na avaliação do conjunto da obra de Jorge Amado, estampada em três rodapés sucessivos, com os títulos de “Romance e Jorge Amado”, “Jorge Amado II” e “Jorge Amado III”, registra, referindo-se a *Terras do sem fim*: “Ganha mais alcance social através dessa isenção artística [...] que o demagogismo acentuado das primeiras obras do autor” (Candido, 1992d, p.57).

critérios de apreciação valorativa se condicionam, em boa medida, à maior ou menor contribuição das obras para o debate das ideias em conflito em seu tempo.

Pelo exame dos poucos, mas expressivos, rodapés dedicados à análise de poesia pode-se avaliar a extensão de tal compromisso. Proporcionalmente, eles representam cerca de 10% do total de escritos assinados por Candido – e talvez tal desprestígio esteja, em parte, relacionado com a supremacia conferida pelo crítico à crítica de ficção. Em artigo sobre Álvaro Lins, acima mencionado, Candido comenta que “a crítica de ficção é a pedra de toque para se reconhecer o verdadeiro crítico, aquele que funde sensibilidade com poder de analisar. É a mais complexa e a mais delicada” (Candido, [1943] 1999a, p. 16)¹⁰⁷. Se, de um lado, é bem verdade que o período se caracteriza por uma certa entressafra de estreias poéticas promissoras - com exceção, como veremos a seguir, de *Pedra do Sono* (1942), de João Cabral de Melo Neto – de outro, Candido não aborda o lançamento de livros importantes de poetas consagrados do modernismo¹⁰⁸.

Não por casualidade, o primeiro rodapé dedicado à discussão de poesia na *Folha da Manhã* data de 11 de março de 1943 e foi consagrado à leitura de uma tradução argentina da obra poética do russo Vladimir Maiakóvski. No exame da *Antologia de Maiakóvski – su vida y su obra*, traduzido e precedido de estudo introdutório de autoria de Lila Guerrer, Candido, após ajuizar as deficiências do esforço da tradutora (na parte biográfica, “insuficiente informativo”; na parte crítica, reduzido “a tiradas isoladas”, que não integram organicamente um plano pré-concebido), ressalta a importância do problema levantado por Maiakovski, a saber, “o destino da poesia na sociedade”:

¹⁰⁷ Desde o primeiro escrito dedicado à leitura de poesia, publicado no oitavo número da revista *Clima*, em 1942, a propósito do lançamento das poesias completas de Mário de Andrade pela Editora Martins, Candido manifesta certo desconforto diante da análise poética. Em suas palavras: “Não posso aproximar-me da poesia, como crítico, sem sentir certo constrangimento. Porque, para fugir a uma certa crítica detestável de impressões vagas e de tiradas sem sentido, o crítico vai se esforçando por se exprimir em conceitos, que são o resultado de análises em que o seu esforço foi – por mais que não o quisesse – o de intelectualizar as emoções. Submeter a poesia ao processo de expressão crítica é, de certo modo, sacrílego e perigoso. Sacrílego, na mesma medida em que o é a crítica musical intelectualizada; perigosa, na medida em que o crítico sacrifica boa parte da sua experiência poética – passada em regiões e em termos inefáveis – e se intromete pela do leitor adentro” (Candido, 1942b, p. 72).

¹⁰⁸ De acordo com Borba, em artigo publicado no *Anuário Brasileiro de Literatura de 1942-43*: “Quando lançamos um olhar sobre a produção poética publicada em 1942 e 1943, descobrimos nela a presença de alguns nomes mais representativos da poesia brasileira contemporânea: Augusto Frederico Schmidt (*Mar desconhecido*); Carlos Drummond de Andrade (*Rosa do Povo*); Cecília Meireles (*Mar Absoluto*); Vinícius de Moraes (*Cinco elegias*); Afonso Arinos (*Dirceu e Marília*); Adalgisa Nery (*Ar do deserto*)” (Borba, 1942/1943, p. 31). E, acrescento: Cassiano Ricardo (*O Sangue das horas*), Murilo Mendes (*As metamorfoses* – de 1944), Cecília Meireles (*Mar absoluto* – de 1945). Com exceção de Drummond, os demais são ligados à chamada poesia espiritualista, que jamais lhe despertou o interesse. Por outro lado, há que se lembrar que a atenção de Candido recai preferencialmente sobre os poetas de sua geração, cuja produção despontava no cenário literário nacional, preocupado em orientar o sentido geral do movimento que então surgia. No artigo inicial da revista *Clima*, ele declarava: “Reconhecemos, imodestamente, que nossa crítica terá certo interesse num determinado campo: o da crítica aos escritores moços. É a eles que nos dirigimos de preferência, levando-lhes a nossa impressão de gente da mesma idade. E talvez seja útil o depoimento de moços sobre moços” (Candido, 1941a, p. 108).

“Como se sabe, ele sustentava a mais extrema participação do poeta na vida coletiva, impondo-lhe a tarefa de, à maneira de um bardo, cantar os fatos relevantes de seu tempo, os atos circunstanciais dos seus chefes, os slogans doutrinários da sua propaganda. Assim colocado, o problema põe em pé os cabelos individualistas dos poetas liberais, serenos ou atormentados contempladores do próprio umbigo. A questão, porém, não é tão simples. Consiste em saber se a poesia é historicamente temporal ou intemporal – ou, por outras palavras, se o lirismo (última forma que nos resta e que engloba as anteriores) representa uma expansão do individualismo ontologicamente considerado, ou uma equação do mesmo em relação aos homens de seu tempo. No primeiro caso, teremos como consequência lógica a poesia pura. No segundo, a poesia funcional” (Candido, 1943n).

Embora declare que tal discussão “é um velho debate que não vou retomar, certo que nada lhe acrescentaria de novo”, as ponderações de Candido ao longo do artigo revelam a nítida preferência pelo engajamento preconizado pela poesia funcional: “Conclui-se que Maiakovski, contrário à ‘solidão do indivíduo’, aponta ao poeta a participação nos ideais e nos problemas da sua classe, a fim de que sua obra desempenhe nela uma função cultural definida e prática. Se pensarmos bem, veremos que outra não tem sido a atividade dos grandes poetas, porta-vozes do seu grupo e da sua classe (...)” (*Idem*).

Exemplar nesse sentido é o escrito “Sobre poesia”, publicado em 30 de abril de 1944. Recuperando um artigo de Carlos Lacerda - “polêmico, mas perfeitamente justo em suas apreciações de ordem estética” (Candido [1944] 2002f, p. 129) - a propósito do absentismo da poesia de Manuel Bandeira (que autoqualificara sua obra como menor), Candido discute a pertinência de se adotar como critério estético a oposição entre poesia menor, ou seja, marcada pelo lirismo intimista e pela notação emotiva¹⁰⁹, e poesia maior preocupada com a meditação sobre o homem e seus problemas. O rodapé começa assinalando que “a poesia moderna, a partir do simbolismo, tende a ser menor”, já que “a aspiração de grande parte das correntes posteriores foi se limitar aos momentos poéticos, aos momentos

¹⁰⁹ Dividido em três partes sucessivas, o rodapé “Poetas menores hoje”, discute alguns dos lançamentos literários dos anos de 1943 e 1944. No primeiro, datado de 07 de maio, Candido analisa *Oh! Valsa Latejante*, de Sergio Milliet. Ao contrário da expectativa inicial, provocada pela imagem cultivada por Milliet na grande imprensa de “um analista algo seco, inimigo até o extremo de abandonos pessoais”, Candido avalia positivamente o livro, registrando elogios entusiasmados tanto à “necessidade invencível de comunicação, de contato humano, de confiança” quanto à “fiscalização intelectual” que impede o derramado diante “da suspensão da autocritica ou complacência em relação às imagens mais poéticas” (Candido, 2001-2002b). Na semana seguinte, em 14 de maio, em um tom contundente e desabrido, Candido não poupa críticas ao livro de poemas de Jamil Almansur Haddad, intitulado *Poemas*. Embora destaque alguns momentos “bastante altos”, no geral predominam o convencionalismo e a tibieza das imagens poéticas empregadas pelo autor - “poeta fácil e convencional”. Avalia ainda as estreias poéticas de Almir Rodrigues Bento, autor de *Sol* (poemas) - “jovem poeta, cujo livrinho se não é mau, não passa de mediano” - e Eliézer Dêmeneses, que, em *Poemas da hora amarga*, embora ainda não domine plenamente os seus recursos técnicos, suas limitações, no entanto, são superadas pela força poética de alguns momentos (Candido, 2001-2002c). Por fim, a 21 de maio, destaca a “simplicidade que se sobrepõe às outras qualidades e compensa, mesmo, o tom frequentemente adocicado e banal dos temas” de *O menino poeta*, de Henriqueta Lisboa. De igual modo, ressalta a “capacidade de aventura”, o “ímpeto para a experiência, para soluções desconhecidas, para o aumento do vocábulo e da expressão” demonstrada pela poesia do jovem alagoano Lêdo Ivo, com a publicação de *As imaginações*. Cf. Candido (2001-2002d).

raros em que uma emoção agudamente sentida fosse transmitida com pureza ao leitor” (*Idem*, pp. 129-130). Numa palavra: “a poesia passou, em boa parte, a querer ser pura” (*Idem*)¹¹⁰.

Em decorrência dessa linha de raciocínio, não causa espanto a avaliação elogiosa de autores representativos da poesia participante que hoje estão completamente esquecidos. É ilustrativo, nesse sentido, o rodapé “Longitude”, dedicado à leitura de *A voz do grande rio* – publicado em 1944 -, segundo livro de poesia de Rossine Camargo Guarnieri. Saudando-o como o “melhor e o mais forte dos poetas moços de São Paulo [...]”¹¹¹, Candido (1944c) lamenta que Guarnieri tenha se mantido “esquivo ante o público, guardando um silêncio interrompido após a publicação de *Porto Seguro* [1938], há seis anos”. Por isso, “é com prazer que dou a notícia do seu último livro, *A voz do grande rio*” (*Idem*, p. 5).

Esboçando uma tipologia de conotação política – ainda que reconheça o perigo de ser mal compreendido (ao se prestar a “segundas interpretações”) -, Candido sugere que:

“[...] os poetas se organizam segundo um meridiano ideal, havendo os que se colocam à sua esquerda, e à sua direita. Haveria, assim, uma esquerda e uma direita poéticas, usando os termos, não no sentido político corrente, mas relacionados a questões de técnica e de concepção da poesia. A segunda atitude caracterizaria os poetas preocupados sobretudo com a expressão do destino individual, construindo um sistema poético em que sobreleva a necessidade de expansão do eu e da obtenção de uma poesia mais ou menos pura, no sentido de bastante a si mesmo e inimiga do tema poético. A primeira atitude compreende os poetas aos quais a sua própria personalidade aparece irremediavelmente misturada com a dos outros, levando-os a coletivizar as suas emoções em oposição à primeira atividade, que procura individualizá-las ao extremo. Os poetas de direita geralmente não se ultrapassam, criando beleza dentro de condições extremamente individuais de sensibilidade. Nas coisas e nas cenas do mundo, vêm de preferência correlativos objetivos – para usar uma expressão de Eliot – das suas idiossincrasias. São, numa palavra, excessivamente teses. Os poetas de esquerda tentam transpor este individualismo, maior ou menor, abrindo a sua sensibilidade ao mundo e ao semelhante e procurando uma expressão mais total do mundo. São poetas sintéticos, se me permitem a expressão, que, partindo do seu eu (etapa em que permanecem os da primeira categoria), tomam consciência do mundo e o opõem a si mesmos, resultando, como síntese, a poesia” (*Idem*, p. 5).

Aplicada ao exame da tradição poética brasileira recente, tal classificação indica um predomínio maior de poetas à direita do meridiano adotado: “Schmidt, Manuel Bandeira, Vinicius de Moraes, Murilo Mendes – uns mais outros menos” (*Idem*, p. 5). Por outro lado, na vertente oposta, “encontramos apenas

¹¹⁰ Já abordei essa questão em outro artigo. Cf. Ramassote (2009).

¹¹¹ No depoimento concedido a Mário Neme, republicado em *Plataforma da nova geração* (1945), Candido indaga: “Quem é o grande poeta da nossa idade aqui em São Paulo: o único verdadeiro poeta, se não me engano, descontados os inéditos? Rossine Camargo Guarnieri. Qual é a característica da sua poesia? Justamente esta auscultada angustiada, de que lhe falo, do tempo e do homem” (Candido, [1945] 2002f, p.243).

um grande poeta, Carlos Drummond de Andrade [...]. O sr. Rossine Camargo Guarnieri também se coloca ao seu lado, embora muito lhe falte para atingir a posição verdadeiramente poética conseguida por ele e por mais alguns poucos na literatura moderna: Aragon, Spender, Day Lewis, Neruda” (*Idem*, p. 5).

Além disso, o rodapé recusa a convicção, muito em voga à época, de que pelo fato de ser intemporal a poesia não deve “se dirigir aos problemas presentes da coletividade, pois assim se torna demasiado circunstancial” (*Idem*, p.5). Candido afirma que a questão reside em saber “até que ponto o tema, qualquer que ele seja, foi incorporado à sensibilidade do poeta, a ponto de se tornar poesia – isto é, estilização acentuadamente pessoal de qualquer impressão, emoção ou ideia por meio de verso” (*Idem*, p. 5). Alinhada aos desafios de seu tempo, a poesia de *A voz do grande rio* se nutre

“[...] do fato de todo dia, de ontem e agora. Os países que sofreram primeiro de todos os botes do fascismo são como que os heróis que aparecem a cada poema. A Absínia, a Espanha, a China enchem as páginas com a sua dor e a sua paixão. O poeta sofre e canta com os seus irmãos da terra inteira, num movimento intenso de fraternidade. Parece que é este sentimento de compromisso moral, obrigação inelutável de bradar contra a iniquidade, que inflama o poeta e forma a base desse livro [...]” (*Idem*, p. 5).

Indicando certo desequilíbrio no livro de Guarnieri - resultado da ausência de “amadurecimento suficiente dos temas para que eles encontrem a sua forma própria” -, Candido chama a atenção para o fato que não raro o autor lança mão do “slogan, o dístico quase de propaganda ideológica [que] mutila dolorosamente certos poemas que, mais pensados e mais depurados, se teriam tornado obras-primas” (*Idem*, p. 5). Assim, “é deste equívoco que acuso o sr. Rossini Camargo Guarnieri, com tanto mais veemência quanto não se trata de um qualquer, mas de um poeta de primeira qualidade levado ao discursivismo pela sua intenção – aliás muito nobre de transformar o seu verso em arma de combate” (*Idem*, p. 5). Seja como for, “é um livro que é necessário ler, não só porque nele se encontram poemas de vigorosa beleza, mas porque representa das poucas tentativas sérias feitas entre nós no sentido de uma poesia menos personalista e mais humana” (*Idem*, p. 5).

Na mesma direção, o rodapé “Um poeta impuro”, dedicado ao exame de *Poemas* – também publicado em 1944 -, de José Tavares de Almeida, inicia com uma lembrança pessoal: a figura do poeta pernambucano, discursando, de modo inflamado – “dando às palavras uma veemência de tribuno antigo” (Candido, 1944d) -, no grêmio estudantil Centro XI de Agosto da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Na ocasião, Candido teve a “a impressão exata de um último condoreiro, de um líder da Abolição cheio de imagens e bêbado com o som da própria voz. Nunca mais vi o moço de sotaque nortista. Não faz muito tempo que soube tratar-se do Sr. José Tavares de Miranda. Agora, encontro-o num

livro de versos, e a lembrança daquela sessão agitada do XI de Agosto ajuda-me a compreendê-lo melhor” (*Idem*, p. 5).

E é justamente o verbalismo do poeta (“um condor mais polido e manso”) que chama a atenção de Candido. Essa característica relega “para segundo plano o elemento consciente que em geral leva o poeta a construir o poema, organizando-o e podando-lhe os brotos excessivos. O nosso poeta aceita a sua fatalidade oratória e faz bem - porque se ela o torna não raro palavroso e superficial, lhe dá em troca, as mais das vezes, a eloquência que leva o tema acima da banalidade” (*Idem*, p. 5). Nesse sentido, raramente

“[...] o Sr. Tavares de Miranda usa meio tom e nunca se faz o cantor da vida corriqueira ou pequenina. Os seus temas são simbólicos ou gravemente altíssimos. Poesia para ele é exaltação antes de compreensão ou ponto de vista. Aborda o tema pelo exterior, acentuando as qualidades plásticas, as sensações que lhe pode dar, a cor, o som” (*Idem*, p. 5).

E sustenta:

“De minha parte, confesso que o aprecio mais por esta circunstância. Estamos num tempo em que se exagera bastante, a meu ver, as virtudes de despojamento e pureza poética. A pureza está longe de ser um ideal artístico absoluto. E mesmo de ideal humano. Nós todos sabemos o que vai de antivital, de antinatural na concepção semítico-cristã de castidade – por exemplo, que não passa de um ideal, um correspondente moral da pureza poética. Para ser fecunda, para se realizar, toda pureza deve começar por renunciar a si mesma, sob pena de ser um significado extremamente limitado e quase aberrante. E a poesia não escapa à regra. A poesia pura, despida que se nutre das migalhas do silêncio e soluça por não poder atingi-lo, é a negação mesma do esforço artístico, se quisermos ver nela a poesia” (*Idem*, p. 5)¹¹².

Deve-se lembrar, no entanto, que Candido foi dos primeiros a reconhecer o valor literário do estreante João Cabral de Melo Neto, com o seu *Pedra do sono* (1942). O rodapé “Poesia ao norte” assinala a construção rigorosa dos poemas - “dispondo-se os seus elementos segundo um critério seletivo, em que se nota a ordenação vigorosa que o poeta imprime ao material que lhe fornece sensibilidade” (Candido,

¹¹² Com efeito, Mallarmé e, sobretudo, Verlaine são, nesse momento, as *bêtes noires* de Candido. Não obstante reconheça a importância do Simbolismo francês para os rumos da literatura contemporânea, “não só pelos valores próprios que manifestou, como talvez sobretudo pelos caminhos largos e infinitos que abriu”, tornando possível a “desbragada experimentação do cubismo poético, do surrealismo, do dadaísmo”, (Candido, [1944] 2002h, p. 168), Candido, ao encerrar o rodapé sobre José Tavares, exortava: “Não é possível a arte, e, portanto, a poesia, à pureza que esteriliza de certo modo algumas das expressões mais vivas do homem. Como toda gente, leio Mallarmé e gosto muitíssimo dele. É dos meus poetas prediletos. Mas não quero, como muita gente, que todos os seus poemas sejam a poesia – como se pretendeu afirmar durante certo tempo. Quero os elementos humanos que a tornam comunicativa e inteligível. Quero palavras que tenham coragem de ser palavras, e não que queiram virar som puro – porque neste caso vou ao concerto. Quero poetas como o Sr. José Tavares de Miranda, impuro, cheio de demasias, porque sinto nele um calor de vida nem sempre discernível nas *chinoiseries* e no vocábulo puro – coisa, aliás, mal explicadas” (Candido, 1944d, p. 5). Posteriormente a concepção de Candido sobre a poesia finesse secular francesa – e também sua congênere nacional - irá se modificar, tornando-se mais compreensiva. Cf. Pires (2010).

[1943] 2002g, p. 136) - e a influência do cubismo e do surrealismo, dois dos traços que terão longa vida na fortuna crítica do autor pernambucano. Porém, o crítico não deixa de pontificar que a riqueza verbal da obra tem como contrapartida “um certo empobrecimento humano”: pois “o erro de sua poesia é que, construindo o mundo fechado de que falei, ela tende a se bastar a si mesma. Ganha uma beleza meio geométrica e se isola, por isso mesmo, do sentido de comunicação que justifica neste momento a obra de arte” (*Idem*, p.140)¹¹³.

Como se vê, Candido não padece propriamente de insensibilidade poética - conforme o acusam seus detratores e seus adeptos o defendem -, tampouco sua avaliação endosse ingenuamente o engajamento da arte. Trata-se, antes, de uma perspectiva que decorre de uma preocupação mais geral com o afastamento dos intelectuais dos conflitos que assolavam o país e o mundo. Num momento de polarização e acirramento ideológico entre ideários de direita e de esquerda, Candido repele, com veemência, qualquer forma de absenteísmo ou de alheamento dos problemas objetivos que afetavam o destino dos homens¹¹⁴.

¹¹³ Em outra ocasião, ele comenta: “[João Cabral de Melo Neto é] a mais promissora das estrelas poéticas dos últimos tempos [...] (Candido, [1944] 2001-2002d, p.295)”.

¹¹⁴ Não por acaso, em “Antes do Marco zero”, Oswald de Andrade detecta, com precisão, tal aspecto, comentando: “Aliás, o Sr. Antonio Candido é mestre nessas descobertas: a poesia brasileira começou com Rossini Camargo Guarnieri...” (Andrade, [1943] 2001a, p. 68).

1.4. – Dois livros, um concurso

“De certa forma, as diferenças entre este último [Sílvio Romero] e Antonio Candido pertencem às realidades externas e circunstanciais, sendo profundos e marcantes os pontos por que se identificam: Romero foi um Candido gorado, e Antonio Candido é um Romero bem-sucedido. Dedicando ao escritor e político o seu ensaio no livro comemorativo, Francisco Iglésias evidencia, precisamente, a costela romeriana de Antonio Candido, embora seja indiscutível o axioma de que deva ‘ao amplo embasamento em ciência social’ o ‘rigor metodológico’ que o distingue em crítica literária’ (p. 113). A cronologia sugere antes que a argúcia crítica permitiu-lhe no interregno sociológico (aliás todo acidentado) interpretar com mais finura e inteligência fenômenos culturais que os cientistas especializados costumam forçar o trouxe-mouxe nos moldes estreitos e abstratos das teorias. Seja como for, um e outro praticaram pouco e por pouco tempo a crítica propriamente dita, sendo no campo mais amplo da história literária que escreveram as respectivas obras magnas” (Martins, 1983, p. 831).

“O melhor era seguir o preceito de Mário sobre ser melhor aproveitar o conhecimento acumulado. Era, para mim, o caso de Sílvio Romero, cujos livros li na biblioteca de meu pai desde menino. Decidi por ele e em cerca de dez meses mal-amanhei um trabalho sobre seu método crítico”¹¹⁵. É sabido que Candido foi leitor entusiasta, desde a juventude, das obras do crítico sergipano. No prefácio à 1ª edição da *Formação da literatura brasileira* (1959), ele admitia que a “*História da literatura brasileira*, de Sílvio Romero, cuja lombada vermelha, na edição Garnier de 1902, foi bem cedo uma das minhas fascinações na estante do meu pai, tendo sido dos livros que mais consultei entre os dez e quinze anos, à busca de excertos, dados biográficos e os saborosos julgamentos do autor. Nele estão, provavelmente, as raízes do meu interesse pelas nossas letras” (Candido, 2006, p.13).

Quando o edital do concurso para provimento da Cadeira de Literatura Brasileira foi aberto, na data de 19 de outubro de 1944¹¹⁶, Candido já havia, um ano antes, tratado nos rodapés da grande imprensa da principal obra de Sílvio Romero, a *História da literatura Brasileira* (1889). Reeditada pela terceira vez em 1942, sob os auspícios da Editora e Livraria José Olympio, a *História* foi lançada originalmente em 1889, em dois volumes, e encontrava-se fora de catálogo desde o começo do século, quando recebeu uma segunda edição, em 1902. A partir de 1942, acrescidos e bastante ampliados por Nelson Romero, primogênito e responsável pelo espólio do pai, os dois volumes iniciais converteram-se em cinco, modificando o plano original concebido por seu autor¹¹⁷. Em “Literatura Brasileira I”, publicado em 18 de março de 1943, pode-se encontrar registrada a primeira referência a Sílvio Romero, evocada a propósito da análise de duas obras de Nelson Werneck Sodré - quais sejam, *História da Literatura Brasileira* – seus

¹¹⁵ Cf. Candido, 1993b, p. 244.

¹¹⁶ Cf. Diário Oficial de São Paulo (1944) e Dantas (2002).

¹¹⁷ Como lembra Dimas: “Depois da morte do pai, Nelson Romero, confundindo devoção filial com conhecimento de causa, sobrecarregou a *História da literatura brasileira* com mais capítulos, quase dobrando o seu tamanho. Com isso, a partir da terceira edição, que é de 1942, a *História da literatura brasileira* de Sílvio Romero ficou desfigurada e tornou-se um aleijão. O que já era farto, no início, tornou-se verdadeira maçaroca bibliográfica, difícil de suportar em certos trechos, mormente pela descontinuidade interna e cronológica das matérias enxertadas” (Dimas, 2009, p. 80).

fundamentos econômicos (1937) e *Síntese do desenvolvimento literário brasileiro* (1943), esta recém-lançada pela Editora Martins, na coleção Mosaico¹¹⁸. Destacando o pioneirismo e importância central da produção crítica romeriana, cuja obra ainda não havia sido superada no estudo da historiografia literária nacional, Candido registra: “Na realidade, porém, o velho Sílvio, com todos os seus defeitos, continua sem sucessor” (Candido, 1943o, p. 5). Sob esse aspecto, assevera, de modo peremptório: “Creio que eles [os estudos de historiografia literária brasileira] podem ser divididos em duas fases: antes e depois de Sílvio Romero”; na “primeira encontram-se trabalhos de erudição – muitos dos quais de natureza indispensável – e trabalhos de retórica, felizmente mortos e enterrados [...]”; na segunda, a contribuição decisiva de Romero, ainda insuperável. Dessa maneira, o

“[...] velho Sílvio foi para nossa história literária um acontecimento. Até hoje continua a ocupar o primeiro lugar nessa ordem de estudo, uma vez que, para vergonha nossa, não se conseguiu fazer depois dele no Brasil uma obra das proporções da sua, que estivesse para o nosso tempo como a dele para o final do século passado” [...], uma “fonte de quantos cuidem do assunto” (*Idem*, p. 5).

Indicando o espírito “contraditório” e “mobilíssimo de autodidata” do autor, Candido enaltece a tentativa de Romero em “adotar um critério explicativo que permitisse dar às obras e aos autores uma

¹¹⁸ Após delinear o quadro geral das principais historiografias literárias disponíveis, o rodapé seguinte, datado de 28 de março de 1943 e intitulado “Literatura brasileira II”, se volta, por fim, ao exame dos dois estudos assinados por Werneck Sodré. Elegendo como epígrafe uma máxima de La Rochefoucauld (“O maior defeito da penetração não é ficar aquém do alvo, mas ultrapassá-lo”), Candido avalia que Sodré no seu primeiro livro, *História da literatura brasileira – seus fundamentos econômicos*, não atingiu o objetivo visado: “o que o caracteriza é uma completa justeza de propósitos e uma completa ausência de aplicação dos mesmos” (Candido, 1943p). Para Candido, o estudo se decompõe em duas frentes que avançam em séries paralelas: de um lado, uma exposição de nosso desenvolvimento literário; de outro, um esquema de nossa evolução econômica e social. Como ele afirma: “Não se sente o condicionamento, as inter-relações, por todo ele persiste o tom paralelístico, como dois trilhos que o autor bem intencionado tentasse unir num só e que continuassem impavidamente lado a lado, zombando das suas boas intenções” (*Idem*). Em “*Síntese do desenvolvimento literário brasileiro*”, por seu turno, Sodré adota como critério não mencionar nenhum autor literário, esboçando uma história da literatura brasileira destituída de quaisquer referências a autores e marcos cronológicos. O que desgosta a Candido não é propriamente o critério assumido. “O que eu censuro nesse livro [*História da literatura...*] não é seu critério, que me parece perfeitamente viável e aceitável – mas o fato de, na realidade, ele não ter sido aplicável. No de agora [*Síntese...*], apressado e esquemático, censura o autor por ter deixado aberta a porta para o mal-entendido, que logo indicarei” (*Idem*, p. 5). Na tentativa de combater o exagero nominalista, Sodré recai no equívoco oposto, “o que não deixa de ter suas vantagens táticas, mas que representa uma tendência tão má quanto a outra” (*Idem*, p. 5). Pois “embora toda gente de bom senso saiba e aceite, como o sr. Werneck Sodré, que o enquadramento histórico e as infra-estruturas econômicas e sociais dão em grande parte o sentido de uma evolução literária – é preciso acentuar que nisso não reside a importância capital de uma literatura. O maior interesse não está no condicionamento externo – se me permitem – de uma obra, mas no seu aspecto propriamente humano que é a atitude específica assumida pelo escritor diante das diferentes pressões e solicitações de seu meio” (*Idem*, p. 5). Não obstante, ao adotar um critério objetivo e real, substituindo a valorização dos fatores individuais na cultura, Sodré se afasta da falácia espiritualista que, a propósito de um “ontologismo qualquer”, com “suas fórmulas despistadoras como ‘dignidade da pessoa humana’, ‘destino próprio do homem’, ‘irredutibilidade do destino do homem’, não ‘contribuem para o estabelecimento de uma visão clara do nosso destino social e da relação do homem com as coisas’” (*Idem*, p. 5).

moldura filosófica e social”, bem como valoriza “a sua maneira de encarar o fenômeno [que] pode ser aceita ainda hoje. Com efeito, concebeu uma história da literatura em que fosse mostrada a ligação das produções do espírito com as condições mesológicas, os fatores étnicos, o desenvolvimento histórico e o ambiente social” (*Idem*, p. 5).

Nesse rodapé, Candido já ressaltava a originalidade do método crítico de Romero, que amainou em suas análises o fatalismo mesológico de Buckle, revelou a influência do sincretismo racial sobre a “caracteriologia dos nossos homens de letras” e indicou “o sentido dos estudos folclóricos para a compreensão do nosso povo”. Por tudo isso,

“[...] sacudiu problemas e riscou diretrizes cuja importância o futuro veio demonstrar. A aplicação que fez de suas ideias filosóficas e científicas ao estudo de nossa literatura, se peca frequentemente pelo extremismo, tão comum no seu tempo de afirmadores desbragados, representa essa coisa simples e espantosa: - aplicação de fato, interpretação de fato, à luz de princípios. Porque o que vemos ainda hoje, com frequência, são os estudiosos que expõem a sua teoria do condicionamento das literaturas para, em seguida, esquecendo-a, procederem ao estudo delas segundo um critério impressionista e circunstancial” (*Idem*, p. 5)¹¹⁹.

¹¹⁹ Até onde pude averiguar, é no rodapé “Classificação”, datado de 09 de maio de 1943, que se pode encontrar a referência que teria desagradado Guilherme de Almeida. Discorrendo sobre a abundância de classificações literárias em nossa literatura, Candido retoma o rodapé “Literatura Brasileira II”, para informar que: “Lendo o rodapé a que me referi, amigos meus vieram me procurar, dizendo que a tal divisão não era original do sr. Nelson Werneck Sodré, mas do sr. Guilherme de Almeida. E me mostraram uns, no número 6 de ‘Clima’ uma conferência sobre o Romantismo Brasileiro; outros, uma obra intitulada ‘Do sentimento nacionalista na poesia brasileira’, de 1926” (Candido, 1943q). Avaliando a divisão sugerida por Guilherme de Almeida, Candido assinala que ela “não se ajusta maciamente sobre a realidade móvel e viva do desenvolvimento literário – como não é mesmo possível classificação nenhuma”, obrigando, por vezes, o autor “o a escamotear certas evidências para confirmar a sua tese”, o que apenas mostra “a relatividade das divisões desafiadas pela extrema complexidade dos fatos” (*Idem*, p. 5). E concluiu, confrontando: “O critério adotado pelo sr. Nelson Werneck Sodré, porém, é claro e não padece dúvida. Como o sr. Guilherme de Almeida, e dezesseis anos depois, ele partiu do aristotélico ‘nihil est in intellectu quod non fuerit prius in sensu’. Para apanhar melhor todo o panorama, aumentou o número de etapas, alargando o critério para toda a literatura, e não só para a poesia, fundamentando-o melhor que o seu predecessor e criador de sistema. As etapas homônimas nem sempre correspondem nos dois autores. O que para o sr. Guilherme de Almeida é sentimento da nacionalidade, não passa para o sr. Nelson Werneck Sodré de sentimento de autonomia, o que parece mais justo. No fundo, porém, se procurarmos o princípio segundo o qual se constituíram as duas divisões, encontraremos o mesmo ponto metodológico de partida. E encontraremos a prioridade evidente da tentativa do sr. Guilherme de Almeida, que, ela sim, é uma classificação, pois que o seu autor arriscou a determinação da correspondência cronológica dos seus ciclos literários, fazendo coincidir com ambos um determinado período do nativismo e, depois, do nacionalismo. E o que me interessa no rodapé de hoje é fazer uma ratificação ao que disse da divisão do sr. Nelson Werneck Sodré. Continuo a achá-la muito boa e julgo-a muito fecunda. Acontece, porém, que não posso mais considerá-la totalmente original, após ter sido posto ao corrente dos estudos do seu predecessor, onde encontramos a sua não mencionada fonte. E como uma das funções da crítica é dar a César o que lhe pertence, é com satisfação que me retifico” (*Idem*, p. 5). Não me parece que os comentários críticos sobre o estudo de Guilherme de Almeida sejam descabidos ou injustificados, a ponto de provocar, dois anos depois, uma retaliação. Parece-me, antes, que o voto em Oswald não comprometeria a decisão final, tampouco o avaliador...

Como se pode perceber, o reparo de Candido não recai sobre a concepção naturalística da obra literária, mas sim sobre a natureza extremada das apreciações críticas de Romero. Embora afirme que, desde o início, a sua candidatura ao concurso tivesse como pretensão última conquistar a livre-docência¹²⁰, não nos deixemos iludir pelas declarações propaladas pelo próprio Candido, muito a posteriori: nessa altura, todos os seus esforços e investimentos intelectuais convergiram para a obtenção da vaga de professor titular da Cadeira de Literatura Brasileira. Em realidade, é possível afirmar que ele apresentou à banca examinadora dois estudos correlacionados, um completando o outro: a tese sobre Sílvio Romero (doravante MCSR), na qual discorreu sobre “um tema de metodologia literária” e defendeu, com veemência, a adoção de um método científico de estudo da literatura e sua contraparte, *Brigada Ligeira* (1945), coletânea de ensaios assinados na grande imprensa dedicados à leitura e avaliação crítica da moderna literatura brasileira, lançado pela Editora Martins pouco antes da abertura do concurso. Se a tese visava a revelar o domínio do autor com questões de ordem metodológica no âmbito dos estudos literários, o volume de artigos ilustrava na prática a capacidade analítica de Candido, restringindo, como veremos, a seleção dos rodapés à matéria da cadeira em disputa.

No prefácio de MCSR, Candido, inclusive, chama a atenção para o “papel que compete às diferentes modalidades de crítica” – ‘cuja função é esclarecer e sistematizar’ -, “desde a história literária até a resenha de jornal, e delas depende em boa parte a formação e o desenvolvimento da consciência literária” (Candido, 1988, p. 9). Embora seja possível ler MCSR como um acerto de contas com o naturalismo crítico do polígrafo sergipano Sílvio Vasconcelos da Silveira Ramos Romero (21/04/1851 - 18/07/1914) e, em consequência, como um esforço de reavaliação e auto-superação da produção crítica de Candido na grande imprensa nos últimos quatro anos (somando-se aí as colaborações para a revista *Clima* e os rodapés da *Folha da Manhã*), uma apreensão mais detida revela, contudo, vários níveis de complexidade. Como tentarei demonstrar, se de fato o estudo explicita – sobretudo no capítulo “O problema crítico e Sílvio Romero” - um redirecionamento nos pressupostos que embasavam as concepções do autor a respeito da abordagem do fenômeno literário, em contrapartida é inegável a manutenção de certas posições e procedimentos assumidos na grande imprensa.

* * *

¹²⁰ Em diferentes ocasiões Candido comentou o assunto: “A Faculdade estava ainda se organizando, sem congregação autônoma, sem quadros suficientes em muitas matérias, de modo que foi permitido que qualquer portador de diploma superior pudesse se candidatar. Aí vi a minha chance: se aprovado, mesmo que não tirasse a cadeira, receberia o título de livre-docente, que trazia embutido o grau de doutor em letras, isto é, um eventual passaporte para carreira futura” (Pontes, 2001b, p. 25); “Mas ganhei a livre-docência, que era meu alvo, e com isso fiquei doutor em letras” (Candido, 1993a, p. 37).

Concluído na véspera da data de encerramento do prazo de inscrições, quando o autor, extenuado, não teve forças para assinar as considerações finais, o estudo sobre Sívio Romero impressionou a banca examinadora e o seu círculo restrito de leitores¹²¹. Ao decidir-se pela escolha de um “tema de metodologia literária”, Candido possivelmente adotou a estratégia de entroncar sua própria produção crítica numa linha de continuidade e sucessão legítimas com “primeiro grande crítico e o fundador da crítica no Brasil” (*Idem*, p. 9), demonstrando, de um lado, reconhecer profundamente os desafios legítimos (genealogia de autores, questões de método, impasses e preocupações) da modalidade de trabalho simbólico por ele praticada, e, de outro, a adoção de uma proposta de crítica literária pautada por critérios científicos. Desse ângulo, Sívio Romero “permanece como um grande marco, ao qual é necessário voltar se quisermos compreender a formação do espírito crítico na literatura pátria” (*Idem*, p. 9), um dos principais protagonistas no “grande movimento renovador da mentalidade brasileira na segunda metade do século XIX [...]”, “esforço de revisão ideológica de que brotou o pensamento moderno no Brasil, e pode-se dizer sem medo que lançou as bases mais sólidas para a compreensão de nossa literatura” (*Idem*, p. 9)¹²².

Redigido entre 1º de fevereiro e 11 de março de 1945¹²³, quando Candido já se encontrava afastado das páginas da grande imprensa e conforme o “espírito de especialização do trabalho intelectual [aprendido] com os nossos mestres da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, orientados segundo os critérios mais fecundos da ciência moderna” (Candido, 1988, p.10-11), o estudo não revela, à primeira vista, quaisquer resquícios das posições e orientações políticas assumidas pelo autor nos rodapés literários da *Folha da Manhã*¹²⁴. Se lembrarmos, porém, que Sívio Romero foi um intelectual combativo, engajado nas principais causas sociais de seu tempo, defensor da abolição da escravidão e da instauração do regime republicano, talvez as razões que ditaram a escolha do tema não possam ser tão-somente atribuídas à familiaridade com a obra do polígrafo sergipano ou então ao curto

¹²¹ Embora o editor José Olympio tenha manifestado, à época, interesse em lançá-lo em edição comercial, e tenha sido publicado como o primeiro Boletim de Teoria Literária e Literatura Comparada, em 1963, a primeira edição do estudo somente viria a público em 1988, lançada pela coleção Passado & Presente, da Edusp. No ano de 1945, o livro foi resenhado por Florestan Fernandes no *Jornal de S. Paulo* (1945) e comentado por Sergio Milliet em sua coluna fixa de crítica literária no *Estado de S. Paulo* (1945). Cf. Fernandes (1945) e Milliet (1945).

¹²² É de se notar que, ao contrário da expectativa inicial, Romero não é qualificado como o fundador da crítica sociológica no Brasil – ou da “interpretação sociológica da literatura”, tal como ele é sempre retratado -, mas antes da “crítica no Brasil”, o que apenas reforça minha sugestão.

¹²³ Cf. Dantas (2002).

¹²⁴ Nem poderia ser diferente, dada a atmosfera refratária à discussão política imperante no interior da FFCL-USP: “Na Faculdade de Filosofia não se falava de política, com um corpo docente formado quase apenas por estrangeiros, uma ditadura de arrocho no país e a norma que estrangeiro não se manifestava sobre assuntos políticos locais. Os professores italianos eram na maioria fascistas, no entanto mantinham reserva total. Os franceses se dividiam, mas nós apenas indiretamente ficávamos sabendo qual era a posição ideológica deles. Apenas Maügué não escondia o seu pensamento. Sabíamos que Roger Bastide pertencera na mocidade ao Partido Socialista Francês, do qual Lévi-Strauss teria sido simpatizante. Monbeig era provavelmente um republicano radical, ‘radical-socialista’ na terminologia do seu país. Mas, repito, o único cuja posição era conhecida, porque ele não escondia, era Maügué, simpatizante do Partido Comunista e marxista a seu modo. Os estudantes eram despolitizados ao extremo, salvo algumas simpatias platônicas pela esquerda” (Candido *apud* Pontes, 2001b, p.21).

período da inscrição do concurso¹²⁵. Exemplar, nesse sentido, a escolha de Romero entre os intelectuais valorizados por Octávio Brandão, um dos membros fundadores do Partido Comunista Brasileiro (PCB), no volume *Os intelectuais progressistas*: Tavares Bastos, Tobias Barreto, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto (1956)¹²⁶. Descontada a adoção de um critério patriótico e o excessivo dogmatismo do autor – as deficiências e limitações de Romero são explicadas pelo desconhecimento da bibliografia marxista –, o fato é revelador da reputação amealhada pelo bacharel entre os intelectuais de esquerda. Na visão de militante comunista¹²⁷, o polígrafo sergipano “não foi um contemplativo abstrato. Foi um militante, combatente, atacante. Escritor de ideias progressistas. Polemista independente. Publicista multiforme. Batedor, pioneiro, precursor em toda uma série de domínios” (Brandão, 1956, p. 58).

Além disso, não me parece implausível que na escolha também tenha pesado o fato de Sílvio Romero ser um dos principais representantes da chamada Escola de Recife, movimento intelectual precursor na divulgação dos métodos científicos e das ciências sociais no Brasil. Num momento de afirmação da hegemonia do ensino e da pesquisa em ciências sociais praticados no interior da FFCL-USP, em disputa com as faculdades de Direito e, em menor medida, Medicina pelo monopólio explicativo dos fenômenos sociais, o estudo reivindicava, de forma sutil, um novo espaço institucional e renovados parâmetros explicativos de análise e interpretação. Como lembra Chacon, a propósito da progressiva difusão da sociologia no Brasil, “o eixo geográfico do debate foi se deslocando do Nordeste, recifense e baiano, onde girava em torno das respectivas Faculdades de Direito e Medicina, rumo ao Centro-Sul do Brasil, acompanhando a maior expansão econômica desta última região” (Chacon, 1977, p. 95).

¹²⁵ Nas palavras de Candido: “Sem insistirmos sobre o fato de ter sido sempre um democrata decidido, republicano antiautoritarista, lembremos que sentia agudamente a instabilidade social de seu momento e a irrupção dos novos fatores de recomposição do equilíbrio coletivo”. E ainda: “Encarava a evolução histórica como um processo de extinção das oposições de classe, pelo seu nivelamento [...]. O realismo literário, de que era representante em crítica, significava, para ele, democratização da literatura. Mencionando as etapas do desenvolvimento desta, assim caracterizava a mais recente: “[...] finalmente, *co-participação* cada vez mais geral de todos, pela *democracia*, representada especialmente no *romance-moderno*” (Candido, 1988, p. 125 – grifos do autor).

¹²⁶ Cf. Brandão (1956). Na mesma direção, Nelson Werneck Sodré, outro marxista insuspeito, dedica-se ao exame dos fundamentos científicos da *História da literatura brasileira*, no capítulo “Sílvio Romero (um guerrilheiro desarmado)” de seu livro *A ideologia do colonialismo*, asseverando: “Está claro que Sílvio Romero assumia uma posição a que não se poderia negar aplauso. Não fugia ao debate dos problemas que interessavam a sua gente: trazia esse debate para o texto de suas obras, ainda as menos especializadas nesse sentido. Por tratar de literatura, não se entendia escusado de abordar temas estranhos ao que era específico de sua tarefa circunstancial. Muito ao contrário, pregava a participação, falava em deveres a que não se podia faltar, e mencionava a falha de embair o povo. Tinha pois uma posição definida. Pregava que todos a tivessem. Acentuava a obrigação nesse sentido [...]” (Sodré, 1984, p. 53).

¹²⁷ No capítulo final, intitulado “Os intelectuais progressistas da atualidade”, Brandão declara: “No presente, os intelectuais progressistas [“os comunistas e os nacional-libertadores”] e o movimento nacional-libertador são os continuadores dialéticos das grandes tradições nacionais e os herdeiros dos intelectuais progressistas do passado, como Castro Alves, Tavares Bastos, Tobias Barreto, Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Lima Barreto” (Brandão, 1956, p. 159).

* * *

Com a finalidade de “acompanhar a evolução do pensamento de Sílvio Romero no tocante à crítica literária”, o estudo se desdobra em três frentes de análise: a) na primeira, procede ao “estudo do ambiente cultural em que se formou o seu espírito e das influências que sofreu”; b) em seguida, passa à “análise da sua obra do ponto de vista do método crítico e de seus fundamentos”; c) por fim, ajuíza “o significado histórico da sua crítica”. E o autor adverte:

“Procuramos não acentuar demasiado nenhum destes três aspectos, mas como que os difundir na evolução do pensamento literário de Sílvio. Não nos interessou, com efeito, nem um estudo erudito de fontes literárias, nem de literatura comparada, nem de sociologia do conhecimento. Os três aspectos mencionados são por assim dizer os três andaimes que utilizamos para fundamentar o objetivo principal da obra” (*Idem*, p. 10).

Dividido em duas partes correlacionadas, a estrutura analítica do estudo “comporta dois aspectos: discussão do problema crítico em Sílvio, ou aspecto propriamente metodológico, e estudo da função cultural que exerceu, ou aspecto propriamente histórico. Pensamos que os dois aspectos se complementam, e que a sua junção nos permite falar em trabalho de história literária, pois que, separados, o primeiro importaria numa obra de estética e o segundo numa obra de sociologia do conhecimento” (*Idem*, p. 10).

Do ponto de vista compositivo, não estamos longe do andamento reflexivo e analítico correntemente adotado por Candido nos rodapés assinados na *Folha da Manhã* - e assinalado, com precisão, por Florestan Fernandes, em resenha já comentada: a) em primeiro lugar, o autor recupera o repertório de questões com as quais a crítica literária no Brasil envolveu-se em seus primórdios; b) em seguida, passa à reconstrução minuciosa da trajetória intelectual de Romero, seguida de um balanço crítico de seus pressupostos e fundamentos; c) por fim, se dedica à apreensão do significado social do conjunto de sua produção crítica, expressão, no plano das ideias, da ascensão da burguesia brasileira na segunda metade do século XIX.

No capítulo inicial, Candido retraça as origens da crítica literária no Brasil, recuando aos pioneiros da crítica literária no país, com vistas a “compreender o estado em que [a crítica] se encontrava no Brasil antes de Sílvio Romero” e ressaltar as modificações operadas por ele e seus companheiros de geração. Na esteira do processo de emancipação política e afirmação da identidade nacional, surge, com os representantes da primeira geração de escritores românticos, “um interesse apaixonado pela literatura”, período em que o “problema crítico já havia sido proposto e debatido, embora de maneira incipiente, quando entraram em campo os jovens da geração de Setenta, armados com os recursos espetaculares da

divulgação científica do seu tempo” (*Idem*, p. 17). A partir de uma avaliação geral das principais áreas de contribuição (a pesquisa erudita de fontes, antologias, florilégios, historiografias, manuais de retórica e poética e debates publicados nas revistas literárias e na imprensa), autores ilustres (Francisco Adolfo Varhagen, Joaquim Norberto e Januário Barbosa e Pereira da Silva, cômico Fernando Pinheiro e Sotero dos Reis) e limitações analíticas (arrolamentos informativos baseados em critérios obsoletos; julgamento literário com base nas regras do gênero e do bom gosto; obediência servil e medrosa à rotina), conclui que, não obstante não ter “recebido um só princípio diretor, uma única ideia geral”, Romero em contrapartida muito se beneficiou do “acervo de trabalhos eruditos, realizados por um Varnhagen, um Norberto, um Pereira da Silva. Valeu-se das antologias reunidas por eles, dispensando-se do trabalho de pesquisar fontes pouco acessíveis; valeu-se das notas com que alguns deles esclareciam detalhes, retificavam datas, estabeleciam pontos contestados” (*Idem*, p. 29). Suas fontes principais de influência foram tomadas a autores alemães e franceses – aqueles mediados através destes – num esforço de atualização e incorporação das ideias científicas em voga na Europa nas últimas décadas do século XIX. Buckle, Taine, Haeckel e Spencer lhe forneceram os fundamentos de seus juízos críticos. Nas palavras de Candido: “Graças à divulgação das novas ideias sobre filosofia e literatura, formou-se no Brasil, no decênio de Setenta, uma geração de tendências eminentes críticas, animada do desejo de esquadrihar a cultura nacional e dar-lhe orientação diversa” (*Idem*, p.32).

Dividindo a trajetória crítica de Romero em três etapas sucessivas (correspondentes aos anos de 1870-1880; 1880-1888; 1888-1914), Candido se coloca a tarefa de “acompanhar o mais minuciosamente possível as etapas do pensamento literário de Sílvio” (*Idem*, p.57), explorando, sobretudo, a coerência do projeto intelectual romeriano¹²⁸ e a importância decisiva dos escritos iniciais, os quais estabeleceram “alguns princípios fundamentais, [que] ele nunca mais abandonou, e os foi apurando à medida que os anos corriam e podia meditá-los à luz das realidades brasileiras” (*Idem*, p. 71).

Após acompanhar a “marcha das ideias” do pensamento crítico de Romero em três capítulos consecutivos, Candido procede, no capítulo “O problema crítico em Sílvio Romero”, a um esforço de

¹²⁸ Em resenha já mencionada, Florestan chama a atenção para a importância de tal perspectiva, ao que parece bastante inovadora à época: “O mito principal era o das contradições de Sílvio Romero. Nenhum beletrista reconhecido como tal ignoraria que a personalidade mais incongruente, mais sujeita às instabilidades psicológicas das paixões, mais contraditórias da literatura portuguesa era Sílvio Romero. E convenhamos que as suas respostas violentas, o seu tom malcriado nas polêmicas e a maneira desabrida com que defendia suas afirmações, mesmo as equívocas, favoreceram e alimentaram o mito. A função do crítico, todavia, é atravessar o cipal do estabelecido, é subir a corrente – mesmo indo ao encontro das afirmações imprecisas espalhadas aqui e acolá pela própria personalidade estudada. É uma tarefa duríssima essa, bastante prejudicada por numerosas pistas falsas. No caso de Sílvio Romero, Antonio Candido desceu ao âmago da questão [...]”, indicando que as inflexões daquele seriam “consequência do desenvolvimento mental de Sílvio Romero – sujeito, como qualquer outro, às influências das leituras, ao alargamento progressivo do horizonte cultural. Candido chega a uma verdadeira revelação: o crítico sergipano não é contraditório! Há uma firmeza, uma transformação lenta, uma fixação definitiva, básicas no processo psíquico romeriano – que constitui uma das partes fundamentais do trabalho de Antonio Candido (os três capítulos intitulados a ‘a marcha das ideias’)” (Fernandes, 1945b).

síntese e caracterização dos fundamentos metodológicos assumidos por ele. Quem se dispuser a ler com atenção o capítulo pressentirá, rapidamente, a coexistência de dois critérios de apreciação distintos: de um lado, a valorização do caráter antecipador e da reativação da agenda temática e, em parte, do tratamento analítico conferido por Romero aos temas e questões sociais por ele abordados; de outro, a rejeição e o descrédito de parte de seus pressupostos críticos.

Sob a influência do afluxo do ideário científico que aportou no Brasil no final do século XIX e com o propósito, ambicioso e autoconfiante, de “submeter a cultura de seu país a um processo integral de crítica, a fim de desbastá-la das excrescências incômodas e mostrar-lhe o caminho certo” (*Idem*, p.95), Romero, “desconfiado da rigidez das explicações científicas” (*Idem*, p.100), soube atenuar, na opinião de Candido, os efeitos do meio ambiente, destacar a importância da mestiçagem, identificar os aspectos peculiares da sociedade brasileira e ressaltar o progressivo processo de autonomização cultural do país em relação à Portugal – “o que fez dele o mais livre dos críticos deterministas” (*Idem*, p. 100).

Em consequência, Candido declara: “Não há dúvida que Sílvio pode ser considerado um crítico naturalista, como dizia. Ou sociólogo, como se definiu mais tarde, pois o seu critério era antes o de uma sociologia naturalista. Cientifista ou científicista foram também qualificativos que imperturbavelmente adotou. Sociólogo demais para ser chamado naturalista, excessivamente naturalista para sociólogo, talvez fosse melhor, de um ponto de vista moderno, chamar de *cultural* à sua crítica, como faz Antonio Soares Amora” (*Idem*, p. 100 – grifos do autor). Por todo o estudo repontam expressões como “um critério que hoje chamaríamos de...”, “...como se diria hoje”, “...como ele mesmo diria se vivesse hoje”, índices do esforço de atualização e aproveitamento crítico do caráter antecipatório das análises romerianas¹²⁹.

Abstraída a obsolescência do quadro teórico-conceitual, a ênfase, entre outros, no estudo da dinâmica das relações raciais¹³⁰, dos fenômenos étnicos e aculturativos¹³¹, da imigração¹³², das tradições e

¹²⁹ Procedimento análogo é acionado por Candido na avaliação dos pressupostos sociológicos embutidos na produção literária de Euclides da Cunha. Em “Euclides da Cunha, sociólogo”, indagando-se a respeito dos “fundamentos de uma possível sociologia euclidiana, para, em seguida, analisar os seus princípios”, Candido afirma que, não obstante a impressão que o quadro teórico-conceitual empregado por Euclides (assentado na influência do meio físico e da constituição racial) “hoje nos pareceria demasiado mecânico, porque hoje, em sociologia, damos relevo a fatores de ordem especificamente social, mas que a seu tempo era de preceito, por corresponder às concepções, dominantes então, do naturalismo científico” (Candido, 2002i, p. 174), não se deve menosprezar a contribuição do autor de *Os Sertões* (1902), na medida em que ele supera as insuficiências e equívocos desse arcabouço e o “apego exagerado aos fatores mesológicos ou na antropologia física” (*Idem*, p.176), ao conseguir captar “a realidade mais profunda do homem brasileiro do sertão” (*Idem*, p. 181). Para uma leitura atenta das implicações deste ensaio, comparando sua versão impressa com a original, para a concepção de sociologia defendida por Candido e seu estatuto epistemológico, ver Jackson (2002).

¹³⁰ “Numa época em que o preconceito de raça deformava a visão dos melhores espíritos, e em que a fuga para o indianismo tentava fornecer um alibi romanesco para a realidade inegável do mestiço, colocou em termos seguros o problema deste” (Candido, 1988, p. 50). E ainda: “Nunca louvaremos bastante a clarividência com que aplicou no Brasil o estudo do fator étnico. Esse sentido mestiço de nossa civilização, que hoje é corrente, amolda-se pouco aos melindres locais, bastando lembrar a celeuma levantada há dez anos, por *Casa-Grande & Senzala*, num meio cujos preconceitos se embalam suavemente ao som do arianismo de Oliveira Vianna” (*Idem*, p. 98).

cultura popular¹³³, em lugar do debate sobre a realidade social a partir de aspectos jurídico-institucionais, aproximaria, por essa via, Romero da agenda temática e do trânsito disciplinar entre sociologia e antropologia imperante entre as primeiras gerações da FFCL-USP¹³⁴. Como lembra Ventura: “A sociologia se iniciou, portanto, de pelo menos duas formas no Brasil. Uma, a partir da reflexão de Tobias Barreto, como ciências jurídica, que dava prosseguimento à tradição bacharelesca do direito português e brasileiro. A outra forma foi lançada por Romero, que projetou à sociedade leis e princípios biológicos e orgânicos derivados do naturalismo e do evolucionismo [...]” (Ventura, 1991, p. 155)¹³⁵. Se, por um lado, Candido condena as limitações do naturalismo sociológico, por outro ele revalida a importância pioneira do autor, em compasso com o programa de estudos que se implementava no âmbito das ciências sociais praticadas em São Paulo. Com isso, anulava-se, em grande parte, o caráter superado dos parâmetros científicos assumido pelo crítico sergipano, ao mesmo tempo em que se reabilita a sua contribuição e se reafirma a sua permanência para o debate no âmbito das ciências humanas.

Por outro lado, embora não deixe de enaltecer, em vários momentos, o esforço promovido por Romero de superação da orientação crítica até então adotada pelos estudiosos ligados ao movimento romântico, bem como, pelo que se pode depreender do texto, subscrever a importância do estudo sociológico da literatura¹³⁶ e da dimensão engajada da crítica romeriana¹³⁷, Candido, não obstante,

¹³¹ “Mais atilado do que seus contemporâneos, Sílvio apreendeu o caráter verdadeiro da civilização brasileira: não apenas fusão étnica, que nunca foi integral, mas aquilo que hoje chamaríamos aculturação, processo social advindo do contato das etnias formadoras, que ele não só distinguia perfeitamente, como erigiu em critério interpretativo por excelência, dando-lhe o nome sugestivo de mestiçagem moral e pondo-o na base da sua teoria da literatura pátria” (*Idem*, p. 106).

¹³² Decorrente do interesse do autor pelo processo de independência cultural do país em relação à ex-Metrópole, “seu profundo interesse pelo problema da imigração, dos mais constantes da sua atividade de escritor e publicista” (*Idem*, p. 99).

¹³³ “Neste capítulo dos Estudos sobre a poesia popular brasileira pode-se dizer que estão os germens das ideias que, cinquenta anos mais tarde, serão desenvolvidas e devidamente fundamentadas, à luz do progresso científico, na grande obra que é *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre” (*Idem*, p. 60).

¹³⁴ Cf. Arruda (1999).

¹³⁵ Para além da convergência da “criação dos cursos universitários de Ciências Sociais – Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, Universidade de São Paulo, Universidade do Distrito Federal”, a “criação da cadeira de sociologia nos cursos secundários, resultado da nova política educacional”, a “multiplicação das coleções de livros sobre problemas brasileiros, publicados principalmente nas Coleções Brasileira, Coleção Azul, Documentos Brasileiros” e a “publicação de compêndios de Sociologia, escritos principalmente por jovens escritores”, Bastos lembra que “o abandono do discurso jurídico, até então o instrumento explicativo da realidade, e a adoção do discurso sociológico como código competente para dar conta do social” constituiu também “um componente fundamental do processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil [...]” (Bastos, 1998, p. 147).

¹³⁶ “Do ponto de vista da sociologia, não resta dúvida que é legítimo, e mesmo necessário, o estudo da arte e da literatura enquanto expressões de um determinado momento, numa sociedade determinada. É o seu papel estudar tudo aquilo que integra a obra *na* sociedade e aquilo que a obra incorpora *da* sociedade” (*Idem*, p. 107 – grifos do autor).

¹³⁷ “Neste trabalho [em que Romero discute o problema estético do valor], digamos de humanização da crítica, vai ainda mais longe, pregando francamente a crítica participante, como se diria hoje; não lhe basta que o crítico afirme um julgamento de valor estético; é preciso, como complemento, que ele afirme um julgamento de valor humano, social [...]. Como a ciência, a arte tem sentido na medida em que contribui para melhorar a sociedade [...]”. Como

condena o “seu menoscabo pelo aspecto especificamente literário da literatura, em proveito da hipertrofia de considerações de outra ordem, que nunca deveriam ter passado de subsidiárias” (*Idem*, p. 104). Ao contrário do julgamento francamente reabilitador das formulações sócio-antropológicas do autor, a parte dedicada à avaliação dos fundamentos da visada crítica recebe comentários restritivos e, em parte, é rejeitada. Mais exatamente, o aspecto que incomoda Candido não é tanto os fundamentos da abordagem naturalista, desde que considerada sua inadequação diante dos avanços da discussão científica na área das ciências humanas¹³⁸, mas a insensibilidade de Romero para a dimensão estética da literatura - “notamos nele, como nos demais deterministas, um menoscabo pelo aspecto especificamente literário da literatura, em proveito da hipertrofia de considerações de outra ordem, que nunca deveriam ter passado de subsidiárias” (*Idem*, p. 104). De acordo com a apreciação de Candido,

“[...] é necessário, todavia, estabelecer desde o início que, como ponto de partida, temos de conceber a literatura, não como absoluto incriado, mas à maneira de um produto, segundo queria Sílvio; produto como os outros, condicionado pela evolução cultural. A pesquisa das suas raízes nos levaria, portanto, ao mesmo ponto de que partimos para analisar os fenômenos sociais: infra-estrutura física, biológica, psicológica. Porém, assim como este condicionam, mas não determinam e, sobretudo, não explicam o fato social, com muita razão não explicam o fenômeno literário, de natureza diversa. Para chegar a este, a crítica deverá ser literária” (*Idem*, p. 102).

O problema reside, em particular, no fato que “a crítica sociológica e naturalista, portanto, levou-o a desprezar o problema da apreciação estética – para a qual não tinha, aliás, muito pendor – limitando-o às generalizações e ao problema da expressão do momento através da obra” (*Idem*, p. 108). E assevera:

“Com efeito, um dos maiores perigos para os estudos literários é esquecer esta verdade fundamental: haja o que houver e seja como for,

explica Candido, Romero, embora rejeitando a concepção de arte pela arte, não “endossa a arte de propaganda, como diríamos hoje [...]”. E, em nota, comenta: “O problema debatido por Sílvio é, como se sabe, nuclear para os críticos de tendências socialistas. O pensador marxista Jorge Plekanov tem a respeito um ensaio – A arte e a vida social – em que chega mais ou menos às mesmas conclusões que Sílvio, neste opúsculo, e que será consultado com proveito, dada a sua formulação muito mais clara sobre o assunto [...]” (*Idem*, p. 69).

¹³⁸ Conforme ele anota: “Do ponto de vista da história literária, concebida como disciplina autônoma, é preciso tomar o condicionamento social apenas como uma das premissas, e indagar sobretudo a relação existente entre a obra e as outras obras, a obra e a sua filiação etc. É preciso, numa palavra, e se pudermos nos exprimir assim, procurar estabelecer um determinismo literário, mais importante, para ela, do que o determinismo histórico, sociológico ou natural. O estudo das ligações entre a produção intelectual e o meio social é objeto, hoje em dia, de disciplinas sociológicas renovadas, inclusive a sociologia do conhecimento, o que veio simplificar extremamente o problema da crítica sociológica. Esta, portanto, passa a ser uma crítica literária, como outra qualquer, que acentua o condicionamento social, do mesmo modo por que a crítica psicológica explora de preferência as raízes psíquicas, e a crítica filosófica, o problema dos valores. É um aspecto da crítica literária, e não mais, como no tempo de Sílvio, o pressuposto de que só o estudo dos determinantes sociais pode explicar a produção artística e intelectual” (*Idem*, p. 108)

em literatura a importância maior deve caber à obra. A literatura é um conjunto de obras, não de fatores, nem de autores. Uns e outros têm grande valor e vão incidir fortemente na criação; devem e precisam ser estudados; não obstante, são acessórios, quando comparados com a realidade final, cheia de graça e força própria, que age sobre os homens e os tempos: a obra literária” (*Idem*, p. 102).

Apoiado na leitura das obras de T.S. Eliot¹³⁹, alguns autores associados ao New criticism¹⁴⁰ e de artigos de Mário de Andrade, Candido defende a adoção de uma nova concepção científica de crítica literária, não mais baseada em homologias com as ciências naturais, mas ancorada em critérios estritamente literários:

“É erro dizer que esta crítica seja científica – como ele o fazia. Científico em literatura significava, no século XIX, aplicar ao seu estudo os métodos de outras ciências. Mesmo quando rejeita qualquer confusão da crítica e das ciências do homem com a biologia, Sílvio insiste em que elas devem adotar os seus critérios de explicação, que são os mesmos para todos os fenômenos da vida e do espírito. Hoje, só podemos conceber como científica a crítica que se esforça por adotar um método literário científico, um método específico, baseado nos seus recursos internos. Estabelecimento de fontes, de textos, de influências; pesquisa de obras auxiliares, análise interna e externa, estudo da repercussão; análise das constantes formais, das analogias, do ritmo da criação: esta seria a crítica científica, a ciência da literatura. Apoiada nas conclusões das outras ciências, ela não passa de cientificista, como dizia, a sério, o nosso Sílvio” (*Idem*, p. 110).

Atendo à circulação internacional e à recepção interna dos postulados do *new criticism* no país, cujos parâmetros de exigência de rigor científico contrapunham-se ao impressionismo e o autodidatismo vigente nos estudos literários e na grande imprensa, a proposta de Candido expressa ao movimento de especialização do trabalho intelectual e artístico e a progressiva autonomia do campo artístico que começam a tomar corpo em meados da década de quarenta e que envolveu grande parte dos praticantes da

¹³⁹ “Em 1943 desenvolvi grande interesse pela poesia inglesa e quis ler o que havia na biblioteca da Cultura Inglesa. Para isso era preciso pedir licença especial, depois de uma entrevista com o chefe, que era [Alfred Reginald] Radcliffe-Brown. Ele me olhou severamente, perguntou se falava inglês, qual o meu interesse na cultura inglesa, se satisfez com a minha resposta, autorizou e eu pude inclusive levar para casa coisas importantes como o primeiro dos Four quartets, de Eliot, “East Cocker”, ainda não incorporado ao volume” (Candido *apud* Pontes, 2001b, p. 21). Com efeito, os quatro últimos rodapés literários assinados por Candido na *Folha da Manhã*, dedicaram-se, após traçar um panorama da tradição poética inglesa do século XX, à leitura do conjunto da obra poética de T.S. Eliot, destacando suas principais técnicas e procedimentos artísticos. Cf. Candido (2000e).

¹⁴⁰ Os rodapés redigidos a partir do início de 1944 explicitam as leituras empreendidas no período. Em “Antologias”, datado de 26 de março, Candido menciona *Reading poems – A introduction to critical study*, de Wright Thomas e Stuart Gerry Brown (Candido, 1944d); em “Última nota”, publicado em 28 maio, cita *Modern poetry and tradition*, de Cleanth Brooks (Candido, 1944e); na revista *Clima*, número 14, edição de setembro de 1944, resenha *D. H. Lawrence and Susan his Cow* (1939), de William York Tindal. Cf. (Candido, 1944b).

crítica literária e escritores em atividade¹⁴¹. Como lembra Johnson, “coincidindo com a Segunda Guerra Mundial, houve um aumento da influência cultural norte-americana, sobretudo, mas não de modo exclusivo, através do cinema e da comunicação de massa. No campo da crítica, esta influência expressou-se através do impacto do new criticism [...]” (Johnson, 1995, p. 179)¹⁴².

* * *

O último capítulo, “A obra de Sílvio Romero e seu momento”, se dedica ao exame do significado histórico e da funcionalidade social da obra de Sílvio Romero. Expressão da “ascensão da burguesia e o predomínio do espírito urbano sobre a mentalidade ligada ao domínio rural” (*Idem*, p.115), o naturalismo crítico no Brasil – e também “o realismo e o naturalismo, o romance urbano e social, batendo em brecha a Pasárgada romântica, preferindo a observação ao sonho e o presente à tradição” (*Idem*, p.117) - defendeu a “mentalidade científica e [...] uma orientação intelectual liberta do formalismo colonial e do beletrismo romântico” (*Idem*, p. 117). Num país “entorpecido pelas humanidades clássicas mal assimiladas, que sob certos aspectos constituíram verdadeiro fenômeno de inércia cultural”, o movimento promovido pelos corifeus da Escola do Recife, que em pouco tempo se espalhou para outras províncias do país, coincidiu com as primeiras tentativas da “burguesia tomar a si a direção econômica e política da nação” (*Idem*, p. 116). Coligada ao crescente poderio dos grandes fazendeiros de café, herdeiros da hegemonia econômica da cana-de-açúcar, os quais, pela “própria natureza de sua lavoura”, tornaram-se “partidários da mão-de-obra livre e da descentralização política” (*Idem*, p. 117), a

“[...] presença da burguesia numa sociedade aristocrática não implica, aliás, a morte imediata desta – pelo contrário -, assim como o proletário existente no seio da sociedade burguesa não significa o seu fim próximo. Este só advém, num e noutro caso, com o desenvolvimento das contradições econômico-sociais, que pressupõem justamente a coexistência” (*Idem*, p. 117).

Conforme já afirmei, a estrutura da tese não se distancia da perspectiva analítica e reflexiva adotada nos rodapés assinados na grande imprensa: o interesse do autor recai sobre a correspondência entre grupos e camadas sociais e as formas de pensamento que lhes são próprias, alinhando-se ao programa

¹⁴¹ Cf. Camilo (2001; 2009).

¹⁴² Avaliando o panorama da crítica literária brasileira nesse período, Martins comenta que: “Ora, testemunhando do inegável recuo da influência francesa, são justamente os autores norte-americanos que se encontram nas fontes da renovação do nosso pensamento crítico a partir dessa década, até que os franceses retomassem a iniciativa cerca de vinte anos mais tarde” (Martins, 2001, p. 206).

clássico da sociologia do conhecimento defendida pelo sociólogo alemão Karl Manheim e ao materialismo dialético de Karl Marx – ambos citados entre as referências bibliográficas.

Na caracterização da estrutura social e da dinâmica das classes e grupos sociais em disputa no Brasil do século XIX transparecem certas obsessões temáticas e leituras frequentadas por Candido desde os primeiros passos de sua produção intelectual - e que terão vida longa em sua trajetória. Com base nos principais escritos de Oliveira Vianna, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Fernando de Azevedo, conjunto que lhe fornece os parâmetros de análise, Candido delinea o processo de formação e ascensão histórica da burguesia brasileira, cuja origem social remonta ao século XVII e se avoluma no seguinte, perfazendo, na primeira metade dos oitocentos, uma classe urbana composta, de um lado, por “comerciantes portugueses e brasileiros – parte do capitalismo comercial desenvolvido desde o século XVIII e incrementado com abertura dos portos”, e, de outro, pelas “profissões liberais, o funcionalismo público e as ocupações intelectuais, vias preferidas de aburguesamento para os indivíduos brancos ou mestiços, vindos do povo” (*Idem*, p. 120). Nesse movimento, “apareciam no Brasil sinais inconfundíveis de vida por parte das classes médias urbanas, quer na esfera das profissões comerciais e industriais, quer no setor da pequena intelligentsia burguesa avançada” (*Idem*, p. 121).

Ressalvando que os contornos da estratificação social no país nunca foram rigidamente demarcados, Candido destaca, de um lado, a importância “da massa de instáveis”, cuja inserção, diagnosticada sobretudo pelos estudos de Oliveira Vianna e Caio Prado Junior¹⁴³, se dava, em “relativa instabilidade”, entre “o duro contraste senhor-escravo”, e de cujo interior “iam ser talhados muitos agrupamentos políticos e sociais do Império, inclusive alguns que encaramos aqui sob o nome genérico de burguesia ou que lhe serviam de instrumento de combate: soldados, oficiais, apaniguados, funcionários, bacharéis, intelectuais” (*Idem*, p. 121).

De outro lado, Candido assinala o perfil ideológico dessa burguesia ascendente, marcado, de modo geral, pela defesa de um certo reformismo liberal, comprometido, até certo ponto, com as transformações sociais, desde que assegurada a manutenção dos privilégios e interesses de classe. Examinando o famoso “Discurso em mangas de camisa”, de autoria de Tobias Barreto, Candido indica, com precisão, seu ideário:

“E o que quer ele para remediar? O mesmo que queriam as classes médias e os capitalistas, pela boca dos seus mandatários ou intérpretes

¹⁴³ Em nota, Candido comenta: “O capítulo X – ‘Função política da plebe rural’ [de *Populações Meridionais do Brasil*], contribuição valiosa para o estudo do problema dos nossos desqualificados sociais; Azevedo Amaral, *A aventura política do Brasil*, sobretudo os capítulos VII, ‘Perda do sentido econômico’, VIII, ‘Desnacionalização da economia’, e IX, ‘Reação das forças vivas’, que analisam o nosso desenvolvimento político e social no século XIX, debatendo o problema do radicalismo político, da transformação econômica e da ‘ascensão social das classes parasitárias’; Prado Júnior, Caio, *Formação do Brasil contemporâneo* – Colônia, cap. Sobre a ‘Organização social’, p. 267-95, onde está a melhor análise e interpretação que conhecemos do problema” (*Idem*, p. 121).

políticos e intelectuais: liberdade de ação. Tobias não pedia a igualdade: ‘Eu não sou socialista, não engrosso o número dos que cuidam poder, com um traço de pena, extinguir os males humanos, quase irremediáveis’ [...] Como “típico progressista burguês”, sua reivindicações se restringem à “valorização da inteligência e do trabalho produtivo, maneira com que o bacharel mestiço propunha a questão do advento das classes médias à primeira plana social. Liberdade de comerciar, proteção ao esforço individual, reconhecimento do valor da ciência, isto é, carreira aberta ao talento, supressão do privilégio” (*Idem*, p. 123).

Daí as posições contraditórias assumidas por Romero, misto de conservadorismo e progressismo: consciente da “instabilidade social do seu momento e da irrupção dos novos fatores de recomposição do equilíbrio coletivo”, mas avesso ao ideário programático do socialismo utópico; analista clarividente da contribuição legada pelo mestiço e, ao mesmo tempo, defensor da desigualdade inata das raças e da tese do branqueamento da população e purificação da herança racial. Em certo sentido, é possível depreender dessa análise uma espécie de genealogia das primeiras manifestações e colorações ideológicas que serão assumidas pelo pensamento radical¹⁴⁴ de classe média, culminando, nas décadas de 1930 e 1940, no interior da FFCL-USP, na adoção de uma visão não-aristocrática do Brasil, consubstanciada no deslocamento do “eixo dos estudos do plano mais ou menos senhorial em que eles se encontravam, nas mãos de estudiosos como Oliveira Vianna e mesmo Gilberto Freyre e incluíam em seu repertório a vida das camadas humildes, sem projeção social de revelo” (Candido, 1995b, p. 310).

Se isso é verdade, o interesse de Candido por Romero, para além do “esforço de auto-superação”¹⁴⁵, também indica a presença de relações de oposição e divergência mas também semelhança e afinidade mútuas. Nesse sentido, não poderia haver autor mais adequado para os propósitos perseguidos por Candido, tampouco parece fortuita a sua escolha como objeto de estudo, permitindo, simultaneamente, a realização de um balanço crítico de suas atividades na grande imprensa, a confirmação de suas posições e de seu alinhamento político à esquerda e ao pensamento radical, a valorização das ciências sociais implementadas na FFCL-USP e a redefinição de parte de seus pressupostos analíticos no âmbito da crítica literária.

¹⁴⁴ Em “Radicalismos”, Candido define como segue o pensamento radical: “Gerado na classe média e em setores esclarecidos das classes dominantes, ele não é um pensamento revolucionário, e, embora seja fermento transformador, não se identifica senão em parte com os interesses específicos das classes trabalhadoras, que são o segmento potencialmente revolucionário da sociedade. De fato, o radical se opõe aos interesses de sua classe apenas até certo ponto, mas não representa os interesses finais do trabalhador. É fácil ver isso observando que ele pensa os problemas na escala da nação, como um todo. Desse modo, passa por cima do antagonismo entre as classes; ou por outra, não localiza devidamente os interesses próprios das classes subalternas, e assim não vê a realidade à luz da tensão entre elas e as dominantes. O resultado é que tende com frequência à harmonização e à conciliação, não às soluções revolucionárias” (Candido, 1995b, p. 266). Sobre o assunto, ver Jackson (2002).

¹⁴⁵ Cf. Schwarz (1993).

* * *

Por incentivo do amigo e futuro editor José de Barros Martins, Candido decide reunir em livro parcela expressiva dos rodapés publicados na *Folha da Manhã*, com o objetivo imediato de robustecer o currículo profissional para concorrer à vaga do concurso da Cadeira de Literatura Brasileira¹⁴⁶, que viria a ocorrer, conforme vimos, entre 23 de julho e 04 de agosto de 1945. Publicado no oitavo volume da coleção Mosaico¹⁴⁷, no final do primeiro semestre¹⁴⁸, *Brigada Ligeira* privilegiou análises de romances de literatura brasileira, o que, conforme expresso no prefácio, conferiu certa unidade ao volume. Dedicado a Alfredo Mesquita - patrocinador da revista *Clima* e responsável por atribuir “a seção de crítica literária” ao autor - e a Lourival Gomes Machado - que “dois anos depois” empurrou-o “para a aventura mais ampla e comprometedora do rodapé de jornal”, o livro de estréia de Candido traduz, com precisão, a justaposição entre crítica literária, sociologia e política no centro de seu projeto intelectual, sem deixar de cristalizar certas posturas por ele assumidas na grande imprensa (entre outras, o estatuto científico da crítica literária, as adesões e compromissos intelectuais, os parâmetros estéticos e ideológicos de avaliação, as preferências e rejeições literárias).

¹⁴⁶ Em depoimento sobre o editor, Candido declara: “No ano seguinte me inscrevi para o concurso de Literatura Brasileira na Faculdade de Filosofia da USP e este [Martins] sugeriu que eu reunisse alguns artigos do meu rodapé semanal para formar um volume da mesma coleção [Mosaico], pois sendo muito moço e sem bagagem, isto incorporaria o currículo” (Candido, 2011, p. 188). A mesma informação foi repetida em entrevista a mim concedida em 2011. Sobre a Livraria e Editora Martins e seu proprietário, ver Silva Brito (1967) e Pontes (2001a). É provável que a expectativa imediata do concurso tenha influído na própria declaração, algo contraditória, de modéstia, incluída no prefácio, na qual o autor projetava, num futuro próximo, a realização de estudos mais alentados: “daí a ideia de reunir os que travavam de romances neste brigada ligeira com que saio a campo, esperando, futuramente, poder alinhar os couraceiros numa crítica mais trabalhada e profunda, liberta das limitações de rodapé. É claro, portanto, que a ligeireza da brigada vem do seu caráter jornalístico, e não dos autores estudados...” (Candido, 1992c, p. 15). Se a escolha do título alude à imagem de combate, participação, engajamento, sinalizando a posição política de esquerda a qual o autor ostentava, por outro lado assumia o caráter efêmero e perecível das páginas do jornal, anunciando o progressivo adensamento do que virá, desde que amparado em condições (institucionais?) adequadas.

¹⁴⁷ De acordo com Hallewell, em 1943, foi “iniciada a ‘Coleção Mosaico’, de volumes finos e de pequeno formato (17 cm de altura), de obras contemporâneas brasileiras, em sua maioria de crítica literária. Os dois primeiros volumes foram *Síntese do desenvolvimento literário no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, e *Baile das quatro artes*, de Mário de Andrade [ambos resenhados por Candido]. Entre as seguintes, encontravam-se *A poesia afro-brasileira*, de Roger Bastide (também de 1943), *Mar de sargaços*, (1944) e *Portulano* (1945), Affonso Arinos de Melo e Franco Sobrinho e *Brigada Ligeira*, de Antonio Candido (também de 1945). Esses livros não tiveram boa vendagem: além de o público para livros de crítica literária ser pequeno, as livrarias não demonstraram entusiasmo devido ao pequeno tamanho dos livros (e consequentemente baixo preço) e a coleção foi interrompida no número doze” (Hallewell, 1982, p. 416).

¹⁴⁸ Em “Digressão sobre Oswald de Andrade”, Candido comenta: “Quando veio a oportunidade de compor *Brigada Ligeira*, a convite do amigo José de Barros Martins, para a mesma Coleção [Mosaico], decidi voltar aos artigos e reuni-los num ensaio mais elaborado, que é ‘Estouro e libertação’. O livro saiu no segundo semestre de 1945 [...] (Candido, 1995a, p. 70). Em entrevista a mim concedida, Candido afirma que a impressão do livro atrasou e ele entregou aos membros da banca as provas, que foram aceitas. Ocorre, porém, que resenhas de *Brigada Ligeira* foram publicadas já no final primeiro semestre, e exemplares com dedicatória (para Florestan Fernandes e Fernando de Azevedo) consultados (localizados, respectivamente, na Coleção Florestan Fernandes da Biblioteca Comunitária da UFSCar e Acervo Geral da Biblioteca Central da UnB) indicam o final de abril como a data provável de publicação, colocando em dúvida a datação indicada por Candido.

Organizado paralelamente à redação de “Introdução ao método crítico de Sílvio Romero” ([1945] 1988), o processo de seleção dos rodapés de *Brigada Ligeira* sinaliza, por sua vez, uma estratégia de depuração dos excessos do engajamento então defendido por Candido. Deixando de fora artigos de circunstâncias, gêneros não-literários (biografias, estudos históricos, historiografias literárias, traduções, palestras, coletâneas de ensaios, livros de crítica etc.), textos de cunho programático ou polêmicos e os rodapés dedicados à poesia¹⁴⁹, o autor também excluía as contingências temporais mais evidentes – retocando ou elidindo trechos significativos dos artigos escolhidos¹⁵⁰.

¹⁴⁹ Nesse ponto discordo de hipótese levantada por Vinícius Dantas, para quem: “Tomando o volume de *Brigada Ligeira*, lembro apenas que o recorte das obras de ficção aí estudadas denota uma preocupação com a continuidade de uma produção que, vinda do modernismo, passando por José Geraldo Vieira, José Lins do Rego e Cyro dos Anjos, desembocava claramente nas experiências de Fernando Sabino, Clarice Lispector e Rosário Fusco. Quem sabe tal continuidade não fosse possível de ser estabelecida em poesia, mesmo já estando publicado o livro de João Cabral. Mas esta exclusão se prestou para algumas sumidades insinuarem – é bom não esquecer – que Antonio Candido padecia de uma certa insensibilidade poética e por isso só analisava obras em prosa. Os artigos escolhidos demonstram o infundado dessa opinião” (Dantas, 2004, p. 55). Em primeiro lugar, creio que a exclusão dos rodapés de poesia se deveu à excessiva ênfase na defesa da poesia participante por parte do crítico, o que entrava conflito com a redefinição pela qual ele passava. Esses rodapés, como vimos, evidenciam que a cobrança do engajamento político dos autores estudados, levou, de um lado, a uma valorização exagerada de poetas hoje esquecidos e, de outro, a uma visão bastante reticente das tendências poéticas intimistas e formalistas, que se insinuavam nessa altura, mas que culminariam logo mais na chamada Geração de 45. De outro, a sugestão do organizador de *Textos de intervenção*, parece-me, incorre em certa “ilusão retrospectiva”, ao pressupor a existência de uma linha de continuidade cumulativa, cujo delineamento geral não se afasta muito da noção de tradição literária que será depois estudada na *Formação da literatura brasileira* (1959). Ao contrário, em *Brigada Ligeira*, como logo veremos, não parece haver um movimento cumulativo, mas de superação das limitações na quais se debatiam o romance da década de 1920 (ainda preso a modalidades passadistas e ideológicas de representação literária), passando pelo movimento promovido pelo romance de trinta (que, ao reajustar o equilíbrio entre o sistema literário e social, inaugura o romance brasileiro) até chegar à geração literária surgida na primeira metade da década de 1940, marcada pela inclinação cada vez mais acentuada para o romance intimista, reflexo da crise da sociedade burguesa.

¹⁵⁰ É o caso do último parágrafo do rodapé “Fogo Morto”, apreciação do livro de mesmo título de José Lins do Rego, excluído da versão em livro: “E, além e mais do que isso, é um livro plenamente realizado, o único a dar tal impressão de todos os que apareceram no ano passado. Um livro em que se sente o criador em cheio, embora tenha os inevitáveis defeitos de toda obra literária”. Cf. Candido (1944f). Igualmente, insere como nota de rodapé em “Estratégia”, em que examina *O amanuense Belmiro*, uma referência ao livro *História da família Versiani*, de autoria de Rui Veloso Versiani dos Anjos, objeto de análise no rodapé “Apostila de amanuense”, datado de 08 de outubro de 1944. Cf. Candido (1944g). Por fim, e com maior significado, a polêmica com Oswald a respeito do julgamento da obra de Tito Batini também é excluída da versão final de “Estouro e libertação”, composta da junção dos artigos “Romance e expectativa” (1943r), “Antes de Marco Zero” (1943s) e “Marco Zero” (1943t). Sobre a polêmica com Oswald, ver Pontes (1998) e, sobretudo, Andrade (2004). Em resenha já citada, Florestan lamenta a seleção efetuada por Candido, talvez não atentando para as implicações que estou apontando: “Afinal não era uma brigada ligeira que nós, o público, esperávamos. Eram os couraceiros em dois volumes, ou talvez mais, respeitosamente divididos em: I – Prosa; II – Verso. A parte mais original e mais pessoal, também, de sua produção, que deu à crítica brasileira um novo atributo: o de poder competir com os demais gêneros, o de ser criadora a seu modo, rasgando fronteiras mais largas para a inteligência, desdobrando um campo riquíssimo para o crítico literário (...). Nesses artigos não se colocou – ‘verbi gratia’ – o rodapé de estreia, os debates sobre a crítica e sua experiência de crítico, os artigos que pareciam desconversa, como aquela magnífica pela da Ratoeira, de Leitor para Leitor etc. – entre o público e o crítico um amortecedor inevitável: as obras e os escritores estudados. Por isso lamentei que Antonio Candido nos passasse uma rasteira, frustrando as boas intenções de seu público e adiando *sine die* – para um vago futuramente – a possibilidade de apreensão compreensiva de sua grande obra de crítico literário. Nós, de fato, saímos perdendo com a redução. Os ensaios reunidos em *Brigada Ligeira* estão longe de dar uma ideia, sequer relativa e aproximada, do que rebarbativamente poder-se-ia chamar de centros de interesse de do crítico Antonio Candido. E tampouco nos

Se o esforço de neutralizar os aspectos mais salientes dessa orientação política e ideológica condicionou a organização do material reunido em *Brigada Ligeira*¹⁵¹, os contornos mais gerais da crítica praticada por Candido não foram totalmente relegados. Isso porque a seleção e reunião efetuadas por ele são também um meio de reafirmar a trama entre áreas de pesquisa e frentes de atuação profissional na qual estava envolvido. De igual maneira, as escolhas permitem ainda colocar em foco as diferenças geracionais que marcaram o ingresso de Candido no cenário intelectual do começo dos anos 1940, deslindando nos rodapés as diversas relações entre as posições políticas e os acertos artísticos dos principais escritores modernistas.

Aprendidos na sequência em que foram dispostos, os artigos de *Brigada Ligeira* revelam um duplo encadeamento: uma reflexão sobre a prosa modernista brasileira em compasso estreito com uma análise sociológica das transformações sociais - a dinâmica de classes, os impasses dos intelectuais e o realinhamento ideológico - pelos quais o país passou no decurso das décadas de 20, 30 e 40¹⁵². Subvertendo a ordem cronológica em que os rodapés foram publicados¹⁵³, a entrada das análises, em minha opinião, foi concebida de modo a formar um panorama do romance modernista – bastante apropriado, aliás, tendo em vista as pretensões do crítico em relação ao concurso da Cadeira de Literatura Brasileira. Conjugando, de um lado, o exame das características internas dos livros avaliados (traços estilísticos, construção dos personagens, composição e técnica narrativa empregada) com comentários analíticos sobre as modificações de ordem econômica, social e ideológica no período em curso, e, de outro, o interesse pelos impasses entre concepção e realização literária de boa parte dos autores

indicam, de modo essencial, tudo que há de fecundo e novo na atitude e nos critérios de análise crítica utilizados” (Fernandes, 1945c).

¹⁵¹ Não se pode esquecer, ademais, que a escolha também se pautou pela percepção da centralidade – inclusive do ponto de vista do êxito de público – dos autores selecionados. Como afirma Miceli: “Nesses casos, o crítico se mostra receptivo às circunstâncias mutantes do mercado editorial, em pleno estouro da literatura de ficção, às exigências de uma camada emergente de leitores, antenado às condições prevalecentes naquela etapa expansiva do sistema literário. Até mesmo a preferência de Candido em recolher as resenhas sobre ficção brasileira contemporânea, inclusive de autores que eram carros-chefe de vendas, demonstra a sensibilidade aguçada do jovem crítico para as tendências dominantes do período. Tais incursões eram temperadas por uma persistente conduta política de esquerda, em aceno explícito de conversa com o ideário desses escritores” (Miceli, 2009, p. 250).

¹⁵² Intuição semelhante, sem contudo aprofundar o problema, encontra-se em Aguiar (2000).

¹⁵³ Dispostos na ordem em que foram escritos, teríamos a seguinte sequência de autores: Érico Veríssimo, Ciro dos Anjos, Oswald de Andrade, Jorge Amado, José Geraldo Vieira, José Lins do Rego, George Bernanos, Rosário Fusco, Fernando Sabino e Clarice Lispector.

selecionado¹⁵⁴, Candido institui uma certa linha de continuidade entre as obras, na qual a prosa de ficção procurava seu lugar em meio à crescente especialização do trabalho intelectual¹⁵⁵.

Num primeiro bloco, composto pelos artigos “Estouro e libertação”¹⁵⁶ e “Um romancista da decadência”¹⁵⁷, Candido observa que os autores selecionados não conseguem se desgarrar dos influxos estilísticos e ideológicos que remontam aos anos de 1920. Enquanto José Geraldo Vieira causa a impressão de não ter sido incomodado pela renovação promovida pelo romance de trinta, o primeiro volume do ciclo *Marco Zero* de Oswald de Andrade fracassa porque a técnica pontilhistica utilizada não se coaduna à proposta de romance mural. Em que pese a distância entre o cosmopolitismo do primeiro - “suprema afirmação literária” das classes dominantes, alheada dos problemas nacionais e sustentada por uma economia agrária voltada para o mercado internacional – e do misto de intenções ideológicas avançadas e realização passadista do segundo, a técnica literária excessivamente intelectualista de ambos expressa a cosmovisão de uma burguesia que se viu mergulhada no cosmopolitismo litorâneo do Encilhamento ao *crack* de 1929¹⁵⁸. Em ambos, Candido flagra, por trás da antinomia entre o ímpeto programático (afresco social, romance ecumênico) e as técnicas literárias empregadas (pontilhismo, esteticismo catolicizante), o inelutável débito ideológico e os limites da consciência de classe.

¹⁵⁴ Com precisão, Miceli repara que tal interesse não estava enunciado no “paradigma norteador” delineado no programa de trabalho do rodapé de estreia. De fato, são apenas nos rodapés selecionados em *Brigada Ligeira* que desponta o esforço de reflexão a respeito da margem de descompasso entre os desejos expressivos defendidos explicitamente pelos autores e o efeito das estruturas mentais das classes e grupos sociais dos quais eles se originam, não podendo ser encontrado nas demais análises. Cf. Miceli (2009).

¹⁵⁵ No rodapé “O romance vendeu sua alma”, publicado no sexto número da revista *Clima*, em novembro de 1941, Candido já chamava a atenção para “o abandono constante e progressivo, por parte dos artistas, do aspecto artístico da sua obra” diante da concorrência com os principais meios de comunicação de massa e da tendência a adentrar em “campo alheio e receber as mais disparatadas transfusões. Filosofia, sociologia, política, estética – todas estas e muitas coisas mais constituem o verdadeiro recheio da boa ficção contemporânea”. (Candido, 1941b, p. 27).

¹⁵⁶ O artigo examina a produção romanesca de Oswald de Andrade e foi suscitado pela publicação de *A Revolução melancólica*, em 1943. A decisão de abrir o volume com um extenso e detido ensaio sobre o conjunto da produção romanesca de Oswald de Andrade, que, ao lado de Mário Pereira de Souza Lima, sem dúvida tratava-se de um dos principais concorrentes do concurso, certamente não foi casual. Parece-me que ao inclui-lo entre os autores analisados, Candido enquadrava-o na condição de escritor de ficção, não o reconhecendo como um par profissional, tampouco pesquisador na área das Letras, colocando em questão a legitimidade de Oswald para concorrer ao concurso.

¹⁵⁷ Leitura de *A quadragésima porta*, romance de José Geraldo Vieira também publicado em 1943.

¹⁵⁸ Não me parece casual, também, a escolha de Oswald e José Geraldo Vieira para abrir o livro. Ambos colocam em evidência as diferenças que separam a primeira geração modernista daquela a que Candido pertence. Mais uma vez, quem toca no assunto é Florestan Fernandes, em resenha citada: “Este ensaio [sobre José Geraldo Vieira] tem um valor simbólico. Porque permitiu a eflorescência da geração do testamento e o da ‘nova geração’. O sr. Sergio Milliet, antecipadamente, intuiu com grande penetração que ao contrário dele os ‘chatos-boys’ não iriam apreciar o romance de José Geraldo Vieira” (Fernandes, 1945b). Infelizmente não pude encontrar o escrito de Milliet mencionado. No volume 2º volume dos *Diários críticos*, ele resenha o livro, mas não faz nenhuma menção ao conflito geracional indicado. Ademais, “Estouro e libertação” reafirma as intenções programáticas da crítica científica defendida por Candido, ao reivindicar uma análise objetiva e isenta da prosa de ficção oswaldiana, constituída a partir de “juízos cuidadosamente formados, e não oriundos das conversas de café ou da informação apressada” e dissociando o escritor “do personagem de lenda” (Candido, 1992e, p. 18).

No centro do livro estão três artigos dedicados aos principais representantes do romance de 30. Ao abandonar a representação pitoresca e exótica das camadas populares - mero objeto de contemplação estética -, em favor de um retrato sensível de sua realidade objetiva e complexidade humana, essa geração inaugura “o romance brasileiro”¹⁵⁹. Nesse sentido, os principais escritores dessa geração “vão viver menos obsessivamente voltados para a Europa; vão aceitar o povo, realizando e dando sentido humano ao programa estético dos rapazes de Vinte-e-Dois” (Candido, 1992c, p. 47). Essa conscientização é concomitante à aceleração das profundas transformações econômicas e sociais operadas no meio rural e operário, que tende a integrar as grandes massas da população à vida moderna:

“[...] a força do romance moderno foi ter entrevisto na massa, não assunto, mas realidade criadora. Os escritores aprenderam, no sentido pleno, com os trabalhadores de engenho, os estivadores, os plantadores de cacau, os operários de fábrica. Através dos livros, toda essa massa anônima criou, de certo modo, transfundindo o seu vigor e a sua poesia na literatura europeizada da burguesia” (*Idem*, p. 48).

Aferrados às narrativas de cunho marcadamente social, denunciando as mazelas e injustiças das realidades locais e regionais, incorporando ao gênero categorias e tipos sociais até então relegados pelos “escritores burgueses”, a geração de romancistas de 30 empreendeu a “valorização do povo”, incorporando-o ao nosso “patrimônio estético e ético” (*Idem*, p. 48). Combinando de forma equilibrada a denúncia social - as condições aviltantes dos trabalhadores da zona cacauzeira da Bahia, a decadência dos engenhos da zona da mata do nordeste e as vicissitudes das camadas médias urbanas das grandes capitais, por exemplo - com o pleno domínio dos meios de expressão literários, as obras maduras de Jorge Amado (*Terras do sem fim*), José Lins do Rego (*Fogo Morto*) e Érico Veríssimo (*O resto é silêncio*) - em cuja disposição sequencial pode-se divisar a transição do escritor de engajamento político mais declarado para as convicções mais discretas e ambíguas -, representam, ao que tudo indica, o ideal de romance almejado por Candido¹⁶⁰. Para ele, as realizações literárias analisadas revelam a síntese feliz operada por cada autor - em Jorge Amado, a dialética entre documento e poesia; em José Lins do Rego, a tensão entre a nostalgia

¹⁵⁹ É bastante significativa a quase completa ausência de interesse pelo romance introspectivo, apesar da publicação de obras importantes entre os anos de 1942 e 1944: *Inácio* (de Lúcio Cardoso), *O lodo das ruas* e *O anjo de pedra* (ambos Octávio de Farias) são alguns exemplos. Em depoimento recente sobre Mário de Andrade, Candido comenta episódio - uma conversa com o escritor paulista e Fernando Sabino (de passagem por São Paulo), em que ambos defendiam o mérito literário de Octávio de Faria -, no qual teria dito que os romances do ciclo burguês eram “prolixos” e não questionavam a “ordem burguesa”: “Eles não tiram o sono de Roberto Simonsen” (Candido, 2008a, p. 50).

¹⁶⁰ Como Candido recorda: “Quando comecei a fazer crítica literária, pouco depois de 1940 (auge do Estado Novo, da censura, do arrocho), senti que uma das tarefas era fornecer blindagem ideológica para os romancistas mais significativos do decênio de 30 - coisa que hoje há de parecer incompreensível, pois eles se tornaram incorporados aos hábitos de leitura como coisa óbvia. Mas basta lembrar a vigorosa e não raro brilhante campanha de um escritor de direita, Otávio de Faria, contra eles e os modernistas de 22. Basta pensar as celeumas levantadas pelo clero de então e pela opinião bem pensante” (Candido, 1993d, p. 66).

e o inconformismo social diante do universo decadente de sua região; em Érico Veríssimo, oscilação entre a representação da psicologia diferencial das classes sociais e o destino individual de seus membros.

Embora membros originários da classe burguesa, os principais romancistas do período procuraram se “desburguesar”, pondo de “lado uma série de valores próprios à burguesia litorânea”¹⁶¹ para entronizar no universo literário um retrato menos lírico e pitoresco das classe populares, num esforço “de renovação, de revisão de valores, de reajustamento do sistema de equilíbrio social e literário”. Nesse passo, a discrepância entre as intenções literárias e a origem de classe do autor tende a, senão desaparecer, ser atenuada em favor de “uma espécie de consciência da massa através da simpatia criadora dos artistas que se dirigiam a ela”. Em consequência, “o romance começa, pois, a não ser mais romance para classe. É ainda de classe, porque os seus autores não podem se desprender da sua, burguesa. Mas porfiam em atenuar esta circunstância por uma reação ao que até então fora a literatura burguesa, tentando menos fornecer à burguesia o tipo de romance que lhe convinha, e que ela queria, do que criar livremente no sentido mais amplo do povo” (Candido, 1992c, p. 47).

No terceiro e último bloco - iniciado, significativamente, por “Estratégia” -, a atenção se volta para as experiências literárias surgidas no início da década de quarenta. Realizando a passagem dos veteranos do romance de 30 para os jovens estreadores do decênio seguinte, a análise do romance de estreia de Ciro dos Anjos, *O amanuense Belmiro* - originalmente lançado em 1937 (ano de instauração do Estado Novo) -, representava um marco fronteiro, demarcando um antes e depois na trajetória evolutiva da prosa de ficção do período. Não constituindo um lançamento literário, Candido justifica sua decisão de abordá-lo com uma referência à distinção formulada por Almeida Salles entre escritores táticos (que se valem do impulso criativo) e estrategistas (que concebem o ato criativo como um “largo afluoramento definitivo de um largo trabalho anterior”), para anunciar que ao ler o artigo lembrou-se imediatamente de Ciro dos Anjos “um dos maiores dentre os poucos estrategistas da literatura brasileira contemporânea” (Candido, 1992f, p. 79). Sem deixar de elogiar a beleza, elegância e equilíbrio da prosa do escritor mineiro, nem tampouco abordar a influência machadiana e a relação entre autobiografia e romance, aspectos destacados na recepção imediata da obra¹⁶², a atenção de Candido retém-se no processo mais geral e nos responsáveis pela defecção pelo qual passa a intelectualidade após a implantação do regime

¹⁶¹ No conjunto, Candido distingue diferentes modalidades de representação literária decorrentes desse processo de desburguesamento: “Uns escritores se colocavam no ponto de vista do burguês decadente para chegar ao povo. Outros procediam à análise impiedosa da própria classe, como o sr. Graciliano Ramos para a pequena e o sr. Octavio de Faria, vindo de outra corrente, para a grande burguesia. Escritores como a sra. Rachel de Queiroz procuravam mostrar o que há de sofrimento e de virtualidade na existência do povo e nos seus movimentos. O sr. Ciro dos Anjos, em Minas, fazia o processo do intelectualismo pequeno burguês, mostrando as perspectivas desoladoras e paralisantes do seu requinte sem seiva” (Candido, 1992c, p. 47).

¹⁶² Sobre o assunto, ver Nobile (2005). Deve-se lembrar que a narrativa se passa em 1935, outro ano emblemático na história brasileira, no qual ocorre a formação, crescimento e fechamento da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e da Intentona Comunista. Cf. Bueno (2006, p. 551).

ditatorial de Vargas. Burocrata lírico, enredado na malhas do serviço público¹⁶³, Candido vislumbra na postura de Belmiro

“[...] o destino do intelectual na sociedade, que até aqui tem movido uma conspiração geral para belmirisá-lo, para confiná-lo nas esferas em que seu pensamento, absorto nas donzelas Arabelas, nas Vilas Caraibas do passado, na autocontemplação, não apresenta virulência alguma que possa pôr diretamente em cheque a ela, sociedade organizada. Criando-lhes condições de vida mais ou menos abafantes, explorando metodicamente os seus complexos e cacoetes, os poderosos desse mundo só o deixam em paz quando ele se expande nos campos geralmente inofensivos da literatura personalista, ou quando entra reverente no seu séquito” (*Idem*, p. 84).

Pelo que se pode depreender do argumento de Candido, as estruturas opressivas de poder insulam os intelectuais em meros exercícios de autocontemplação e são responsáveis pela linha excessivamente personalista que passa a dominar o panorama literário do início dos anos de 1940¹⁶⁴. Por força dessas estruturas ocorre uma radical separação entre figuração estética e as preocupações de ordem político-social, rompendo, como ele observará anos depois, “a coexistência relativamente harmoniosa que tinha assegurado o amplo movimento do decênio de 30” (Candido, 2000a, p.116).

É nesse contexto intelectual e político que a obra de autores estreados da primeira metade dos anos quarenta é lida. Singularizada pelo predomínio do romance introspectivo, desligada do meio social envolvente e pairando no jogo desinteressado da inteligência, a narrativa revelada nesse período reflete as agudas contradições sociais e a crise de consciência que marcariam o fim da civilização burguesa¹⁶⁵. Comparada à imagem do peru hipnotizado e paralisado, a ficção autocentrada e ensimesmada dentro do “círculo magnético do próprio eu” de *A marca*, de Fernando Sabino, padece da paralisia vital que impede a transformação do “conflito em solução dinâmica do progresso” (Candido, 1992g, p.89). Nesse sentido,

“[...] num tempo como o nosso, a linha excessivamente personalista do romance aparece, não raro, como defesa das posições já gastas da inteligência e da sociedade. Numa última palavra, - e usando termos

¹⁶³ A esse respeito, ver o terceiro capítulo de Miceli (1979).

¹⁶⁴ Embora não ressurgisse nos demais artigos, a impressão que se tem é que Candido associa o avanço da literatura introspectiva ao abafamento político causado pelo Estado Novo, o que, em certa medida, não deixa de corresponder aos fatos. No já citado estudo de Bueno, a compreensão do assunto se amplia, mostrando que o arrefecimento do romance social (ou proletário) em detrimento das tendências intimistas deveu-se tanto à incapacidade de renovação do gênero quanto ao realinhamento ideológico provocado pela instauração do Estado Novo. Sobre a relação entre intelectuais e o mercado de postos criados nos setores público e privado entre 1920 e 1945, ver Miceli (1979).

¹⁶⁵ No rodapé “Esclarecendo”, datado de 9 de junho de 1944, tal questão se torna explícita: “devido ao desenvolvimento das suas contradições internas, a burguesia entrou em crise e, com ela, as suas ideologias. Nada mais natural que a crise se manifestasse no romance, um dos instrumentos mais autênticos destas [...]. Anarquizado, escapando aos quadros que o contiveram cerca de dois séculos, atirando-se à busca de novos campos, numa aventura que é das mais grandiosas da história literária, o romance é bem reflexo da crise estrutural e ideológica da burguesia [...]” (Candido, 2000-2001e, p. 189).

rebarbativos, pelos quais me desculpo, - se opõe ao desenvolvimento dialético da personalidade e da sociedade, procurando breçar o vir-a-ser por meio do prolongamento indefinido das oposições do ser e do não-ser. Nisto não vai um julgamento de valor estético, mas antes histórico, em relação à literatura personalista, setor que, justamente por ser reflexo dos conflitos do nosso tempo, tem sido dos mais brilhantes da literatura deste fim de civilização burguesa” (*Idem*, p. 92).

Deixando de lado as intenções críticas e progressistas do romance de 1930, a literatura surgida no início da década de 1940 está condenada “a ver proliferarem as narrativas dos introvertidos, os dramas íntimos, as análises dos fracassos e das lutas inglórias do eu introjetado com um mundo que se torna, cada vez mais, áspero e insuportável para as consciências sensíveis. O delírio da introversão parece uma das características da literatura do nosso tempo” (*Idem*, p. 89). É nítida a diferença de tratamento conferido por Candido no exame dos escritores de sua geração. Convencido do rebaixamento artístico provocado pelos efeitos do contexto de crise de valores da sociedade burguesa, em lugar de apontar as discrepâncias ou acertos entre as técnicas literárias empregadas e a consciência de classe dos escritores, como havia feito com as duas primeiras gerações modernistas, ele coloca em primeiro plano a desordem e confusão moral que marcam a produção literária de sua época.

Nessa direção, *O agressor*, de Rosário Fusco, constitui um exemplo indicativo da consciência burguesa em crise: “desvairada ante o divórcio cada vez mais pronunciado entre as suas ideologias e a sua significação social” (Candido, 1992h, p. 107). Tal como a avaliação da produção romanesca de Érico Veríssimo, o romance de estreia do escritor de Cataguases suscita comentários sobre a assimilação crítica de correntes literárias estrangeiras. Embora Candido constatare que os recursos técnicos utilizados por Veríssimo são inspirados em autores estrangeiros (especialmente os ingleses) a linguagem, os temas, os personagens e os sentimentos seriam “essencialmente brasileiros”. Ao contrário do que sucede com a obra do escritor gaúcho, Candido não reconhece no romance de Fusco uma assimilação efetiva das correntes super-realistas surgidas na Europa, indicativas de uma “crise de evolução na história intelectual do Ocidente”. Daí o caráter de exercício assumido pelo livro, uma “tentativa de transplantar a planta estrangeira para a terra pátria”. (*Idem*, p. 106).

Destacando, dentre os romancistas estreantes, Clarice Lispector, que havia publicado em 1944 *Perto do coração selvagem*, Candido revela que a leitura deste suscitou-lhe “verdadeiro choque” por tratar-se de “uma tentativa impressionante de levar nossa linha canhestra para domínios pouco explorados, forçando-a a adaptar-se a um pensamento cheio de mistério”, Candido afirma que a realização obtida é, contudo, “nitidamente inferior aos propósitos”. No entanto, ao contrário do estilo objetivo empregado por Sabino, que ao menos soube se livrar dos “passes de cabotinismo” que afetam e desacreditam o romance introspectivo, e da simples “ginástica mental” destituída de uma tradição local que referencie a tentativa de romance surrealista proposta por Fusco, a jovem escritora ousou, ainda que não tenha sido

completamente bem sucedida, forjar novos recursos estilísticos (“imagens novas, novos torneios, associações diferentes das comuns e mais fundamente sentidas”) para exprimir os estados d’alma e a vida interior de seus personagens, num momento de agudização das contradições e crises que acometem a burguesia.

Com efeito, são poucas as análises de literatura estrangeira produzidas por Candido em suas colunas. Talvez o romance *Monsieur Ouine*, de George Bernanos, seja o principal representante desse filão¹⁶⁶. Além, é claro, do desafio estético que o romance impunha à recepção crítica¹⁶⁷, é provável que a decisão de incluir “Paixão dos valores” para encerrar *Brigada Ligeira* tenha ocorrido em função do renome do escritor francês, então refugiado no Brasil. Escritor católico consagrado, monarquista e antitotalitário Bernanos residiu entre os anos de 1938 a 1945 em pequenas cidades do interior do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Nessa estadia, escreveu livros panfletários e artigos de jornal condenando a ascensão dos regimes nazi-fascistas e a política colaboracionista de Vichy na França, e pregando um catolicismo mais progressista, sensível às questões sociais.

Lançado primeiramente no Brasil - onde sua redação foi concluída -, *Monsieur Ouine* recebeu uma avaliação elogiosa de Candido. De acordo com o crítico, numa conjuntura marcada pela “paixão dos valores”, o retrato da pequena aldeia francesa traçado por Bernanos exprime a obsolescência dos princípios valorativos que até então sustentavam os alicerces da civilização do Ocidente. No comportamento doloroso dos personagens, perdidos em uma situação de incerteza e desagregação, percebe-se o equilíbrio instável das condutas: “o indivíduo como que solicitando perigosamente as mais desencontradas possibilidades, numa verdadeira aposta, consigo próprio e com a vida, para a eleição de novos valores – aposta que pode levar à salvação ou à perda irremissível” (Candido, 1992j, p. 113). Trata-se, pois, de “um dos romances capitais de nosso tempo, como uma grande obra que é necessário ler, pelo que tem de permanente no seu sentido apocalíptico e no seu admirável estilo” (*Idem*, p. 117). Eis o modo como Candido encerra sua apreciação de *Monsieur Ouine* e, também, *Brigada Ligeira*. Juízo significativo para se refletir tanto acerca de uma civilização em vias de reconstrução após um sangrento conflito armado mundial como sobre um país que começava a dar adeus a uma longa ditadura em direção a um futuro ainda incerto.

¹⁶⁶ Não se deve esquecer que os três últimos rodapés redigidos por Candido enfocaram a obra poética de T.S. Eliot, outro nome de peso no cenário literário mundial. Ocorre que, de um lado, a diretriz adotada pelo livro excluiu as apreciações de poesia e, de outro, o conteúdo dos artigos era “deliberadamente informativo”. Cf. Candido (2000b). Devo a indicação a Vinicius Dantas, em conversa pessoal.

¹⁶⁷ Sobre a recepção crítica do livro no país, ver Almeida (2000).

1.5 – Agruras de Teseu

Em fins de janeiro de 1945, Candido se demite do cargo de crítico literário titular do jornal *Folha da Manhã*, em solidariedade aos companheiros de redação¹⁶⁸. Quase simultaneamente, participa de maneira ativa do I Congresso Brasileiro de Escritores, marco na contestação pública ao regime de Vargas, já em franco declínio. Integrante da delegação de São Paulo e da Comissão de Redação, o evento, ocorrido entre os dias 22 e 27 de janeiro, na cidade de São Paulo, aglutinou, momentaneamente, parcela expressiva da intelectualidade brasileira de vários estados, em suas distintas e divergentes posições e opções políticas, na luta contra a ditadura instalada pelo Estado Novo. Na cerimônia de encerramento, a leitura da “Declaração de princípios”, que defendia a legalidade democrática, a liberdade de expressão e de pensamento e a realização de eleições diretas, causou comoção e impacto “por ter sido a primeira vez que uma declaração contra a ditadura era feita na presença de pelo menos duas mil pessoas, com aquela força de adesão coletiva” (Candido, 1992k, p. 100).

Oito meses depois, por indicação de Plínio Barreto¹⁶⁹, titular da seção “Livros Novos” do *Diário de S. Paulo*, e que pedira demissão para reassumir as suas atividades e o cargo de diretor, juntamente com Julio de Mesquita Filho, na redação do jornal *Estado de S. Paulo*, após a empresa ser reavida pela família Mesquita, Candido retorna às páginas da grande imprensa, no rodapé de crítica literária no novo veículo¹⁷⁰, de propriedade do jornalista e empresário cultural Assis Chateaubriand. Redistribuídos pela

¹⁶⁸ Sacchetta comenta o ocorrido: “Certo dia o Octaviano Alves de Lima [fazendeiro de família tradicional ligado ao comércio de café e proprietário da *Folha da Manhã Ltda.*, de 1931 a 45] apareceu na redação para me comunicar um fato importante: havia vendido o jornal. Vendera para um grupo liderado por Costa Neto. O dr. Nabantino Ramos, que faria parte do escritório de Costa Neto, iria assumir a direção da empresa. Respondi ao Octaviano que as ‘Folhas’, também naquele momento, acabavam de perder seu secretário-geral (...) O fato é que eu sai e comigo saíram mais de 50 companheiros. Fundamos um novo diário, o ‘Jornal de S. Paulo’, financiado pelo grupo da rádio Record (...)” (Sacchetta, 1981, p. 325). Em publicação recente sobre a trajetória do jornal, Souza Pinto comenta: “A mudança de donos das *Folhas* em 1945 está cercada de histórias de intriga e traição. Getúlio Vargas é o pivô do episódio na versão contada pelo advogado e político João Baptista Ramos, irmão de um dos novos sócios, José Nabantino Ramos. Segundo ele, o ditador, irritado com a oposição da *Folha da Manhã*, mandou que Fernando Costa, então interventor do Estado de São Paulo, desse um jeito de tirá-lo de seus proprietários [...] Pela redação correu a notícia de que o jornal passara às mãos da ditadura getulista. Dezenas de jornalistas – inclusive membros da redação, como o poeta Guilherme de Almeida e Hermínio Sacchetta – pediram afastamento” (Souza Pinto, 2012, p. 29).

¹⁶⁹ Nascido em Campinas (SP), em 20 de junho de 1882, Plínio Barreto iniciou sua vida profissional na redação do jornal *Estado de S. Paulo*, onde ingressou aos quatorze anos - atuando, inicialmente, como revisor e, a partir de 1898, como redator. Formado em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco, paralelamente às atividades da magistratura, exercidas na capital e em cidades do interior, torna-se redator-chefe (1916-1918) da *Revista do Brasil* e, pouco depois, dirige o *Diário da noite* (1926). Após a morte de Júlio de Mesquita, em 1927, passa a responder pelo cargo de diretor-chefe do jornal *Estado de S. Paulo*, até a intervenção do governo federal, em 1940. Afastado do jornal, torna-se colaborador no *Diário de S. Paulo* (1940-1947), com as colunas “Últimos livros” e “Crônicas forenses”.

¹⁷⁰ Nas palavras de Candido, em entrevista a mim concedida: “Quando a ditadura caiu, em 1945, o jornal [*Estado de S. Paulo*] foi recuperado pela família, depois de cinco anos. Com isso Plínio Barreto voltou para o Estado, mas não para fazer crítica literária. E indicou-me para substituí-lo. Assim eu fui chamado. Pulei de alegria. Estava numa situação financeira desgraçada. Com o pouco dinheiro que eu tinha, tive que pedir emprestado para editar minha tese.

cadeia dos *Diários Associados* para outros jornais do país, ampliando o raio de abrangência e o número de leitores, ao todo foram sessenta e oito rodapés redigidos, semanalmente, entre 20 de setembro de 1945 e 27 de fevereiro de 1947. Desse total, apenas três foram aproveitados - e muito posteriormente - em livros do autor (*Observador Literário/1959*)¹⁷¹ e alguns poucos foram recolhidos em revistas (*Literatura e Sociedade*)¹⁷² ou reimpressos no volume organizado por Dantas (Candido, 2000a)¹⁷³.

À semelhança da proposta de leitura dos rodapés assinados por Candido na *Folha da Manhã*, a apreensão desse segundo o bloco de escritos depende do exame conjugado dos seguintes fatores correlacionados. Em primeiro lugar, os desafios lançados pelo contexto social e pelo clima político-ideológico da retomada da democracia. Com o declínio e queda do Estado Novo, a reestruturação das organizações partidárias e a retomada da vida política (a legalização do PCB, o criação de novos partidos alinhados a Getúlio Vargas), a deposição do ditador por setores descontentes das forças armadas e liberais, as eleições presidenciais e a imediata decepção com a vitória eleitoral do general Eurico Gaspar Dutra, a instalação da Assembleia Constituinte e a promulgação da nova carta constitucional, o cenário não se caracteriza mais pela luta contra o regime ditatorial, mas pelas escolhas e decisões dos rumos futuros do país. Em segundo lugar, a redefinição das prioridades profissionais e acadêmicas de Candido provocadas pela derrota no concurso da Cadeira de Literatura Brasileira. Pouco após o resultado final do concurso, ele passa a dedicar-se aos dois projetos de maior envergadura de sua trajetória intelectual, a tese em sociologia, defendida anos depois com o título original de “Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre a crise nos meios de subsistência do caipira paulista” (1954), e a redação de uma história da literatura brasileira, que resultará por fim na publicação da *Formação da Literatura Brasileira* (1959). Em seguida, sua inserção político-partidária nos quadros da Esquerda Democrática (ED) – após 1947, Partido Socialista Brasileiro (PSB), sucursal de São Paulo. Destaca-se a reflexão sobre a conduta do militante socialista e o desafio de definir e validar a opção ideológica de seu grupo em meio às diversas facções de esquerda que compuseram a base do partido. Finalmente, a posição crítica de Candido diante da renovação literária conduzida pela nova geração de escritores que se afirma no pós-Estado Novo. Como se sabe, a segunda metade da década de quarenta - dividida ao meio, simbolicamente, pela morte de Mário de Andrade-, ficou marcada pelo retraimento do romance social nordestino; o avanço de tendências

Eu me arruinei editando minha tese. Eu receberia 400 mil réis por mês. Depois entendi o motivo: eu não me tornei crítico do *Diário de São Paulo*, mas dos *Diários Associados*. Eles me pagavam por um artigo e depois o reproduziam no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, em Porto Alegre, na Bahia, no Ceará, em Pernambuco. Na verdade, o artigo saía por uns 30 mil réis. Mas, para mim, era bom.” (Entrevista com Candido em 28 de janeiro de 2011).

¹⁷¹ São eles: dois rodapés sobre o filósofo alemão Friedrich Nietzsche, fundidos em “O Portador” (originalmente intitulado “Breve nota sobre um grande tema”), e o rodapé sobre Mário de Andrade, “Lembrança de Mário de Andrade” (originalmente intitulado “Mário de Andrade”).

¹⁷² Na seção “Rodapé” da revista *Literatura e Sociedade*, edições de números 5 e 6, foram republicados, ao todo, quinze escritos.

¹⁷³ Em *Textos de Intervenção* (Candido, 2002a), cinco deles foram coligidos.

formalistas, na prosa e na poesia; a saída momentânea de cena de parte dos principais nomes consagrados das duas primeiras fases do movimento modernista e o surgimento ou então confirmação de novos valores (entre outros, Clarice Lispector, João Cabral de Mello Neto, Guimarães Rosa e Adonias Filho).

* * *

Anunciando, em chamada datada de 20 de setembro de 1945, a nova aquisição, o *Diário de S. Paulo* informava que:

“Antonio Candido, que durante muitos meses escreveu para a *Folha da Manhã*, fazendo o seu rodapé literário, assume hoje as funções de crítico literário do *Diário de S. Paulo*. O autor de *Brigada Ligeira* é, sem dúvida, a mais bela e fecunda vocação de crítico literário que já se revelou em São Paulo, nos últimos anos. No concurso de literatura brasileira, recentemente efetuado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, Antonio Candido foi o melhor candidato que se apresentou à banca examinadora composta pelos srs. Guilherme de Almeida, Afonso Arinos de Melo Franco, Jorge Americano, Gabriel de Rezende Filho e Leo Vaz.

Antonio Candido não conquistou a cátedra. Empatado com o professor Mário de Souza Lima, lente substituto da cadeira, e com Oswald de Andrade, Antonio Candido teve que submeter a um desempate feito pelo Conselho Técnico da Universidade. O desempate foi favorável ao prof. Mário de Souza Lima, muito embora Antonio Candido houvesse obtido média geral mais alta. Moralmente, porém, venceu. Com os seus vinte e sete anos inacabados, Antonio Candido abriu novos rumos à crítica literária, assinando ensaios admiráveis que, reunidos em livro, asseguram-lhe um lugar de relevo entre os maiores críticos do Brasil de nossos dias. A tese que defendeu em concurso versando sobre Sílvio Romero foi considerada como verdadeira obra-prima pela argúcia, pela profundidade, pela sutil lucidez com que mergulhou na essência mesma do pensamento do inolvidável crítico sergipano.

O *Diário de São Paulo* se congratula com os seus leitores pela valiosa aquisição. Todas as quintas-feiras, a partir de hoje, Antonio Candido assinará, neste matutino, o rodapé literário que é publicado na quarta página. Através das colunas do *Diário de S. Paulo*, o autor de *Brigada Ligeira* retomarà contato com o seu público, prosseguindo na tarefa que se impôs de construir uma das obras de crítica mais meditadas de quantas já surgiram no Brasil.

Antonio Candido licenciou-se em Ciências Sociais e Políticas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo em 1941. No ano seguinte foi nomeado para o cargo de 1º assistente da 2ª Cadeira de Sociologia da mesma escola, cargo que exerceu até há pouco tempo. Iniciando-se na literatura, Antonio Candido, estudante ainda, dedicou-se à crítica, tornando-se, em pouco tempo um dos mais autorizados escritores da nova geração. Seus primeiros trabalhos foram publicados na revista *Clima*, da qual foi redator-chefe. Seus ensaios de crítica caracterizam-se pela seriedade com que os autores são estudados, pela sobriedade dos conceitos e por um certo amadurecimento de idéias que revelam na sua personalidade de escol uma sólida e ampla cultura literária, aliada a uma invejável capacidade de discernimento, ausente, aliás, em numerosos críticos de mais idade. É um valor exponencial da cultura brasileira de nossos dias, um homem da geração moderna que assume a partir de hoje as funções de crítico literário do *Diário de S. Paulo*” (*Diário de S. Paulo*, 1945, p. 3).

Durante os oito meses em que Candido permaneceu afastado do exercício da crítica literária na grande imprensa muitos eventos se sucederam. Em âmbito pessoal, como vimos, a defesa da tese sobre

Sílvio Romero permitiu-lhe repensar, em boa medida, sua perspectiva analítica, atenuando as preocupações de ordem política e ideológica em benefício do exame dos desafios estéticos da obra literária; ademais, a frustração com o resultado final do concurso, em agosto, decidido, de maneira polêmica, junto ao Conselho Universitário, provavelmente desapontou as expectativas iniciais de Candido, inclusive infletindo sobre suas prioridades profissionais.

Por outro lado, **e, creio, na mesma proporção**, as repercussões da situação política do país, já se encaminhando para o desfecho e queda do Estado Novo, com eleições marcadas para o mês de dezembro de 1945, certamente permitiram-lhe rever, ao longo dos oito meses que permaneceu afastado, suas posições em face da nova conjuntura que se descortinava. De modo geral, pode-se divisar um reposicionamento mais geral na relação entre intelectuais e política, num movimento amplo de novos arranjos marcados por rompimentos, adesões, denúncias e afastamentos – em alguns casos bastante rumorosos¹⁷⁴. Igualmente, começa a ganhar força o excessivo sectarismo no debate de ideias culminando, em 1947, em acalorada polêmica envolvendo integrantes da delegação comunista no II Congresso Brasileiro de Escritores¹⁷⁵.

São inexistentes os depoimentos de Candido a respeito dos rodapés assinados na coluna do *Diário de S. Paulo*. Com efeito, poucos se recordam – e, quando o fazem, é com surpresa – que ele, após a redação de “Introdução ao método crítico de Sílvio Romero” (1945), militou por ainda mais dois anos como crítico titular nas colunas da grande imprensa. É juízo comum afirmar que os rodapés assinados nesse momento já se beneficiaram da “guinada estetizante” provocada pela tese. Nas raras oportunidades em que comentou o assunto – e ainda de modo oblíquo –, ele salientou a adoção de uma concepção mais “presa aos valores artísticos e à análise pormenorizada” (Candido, 1992, p. 10). Em geral bastante alusivo quando se trata de comentar a própria trajetória, não posso entender de outra maneira a afirmação feita por Candido, na já citada entrevista a mim concedida, de que “nessa segunda fase eu já fiz crítica sem vontade”¹⁷⁶. Minha hipótese, que irei aprofundar ao longo desta unidade, é que o desinteresse de Candido em publicar tal material deve-se ao fato que ele revela os impasses e dilemas a que sua perspectiva analítica chegou nessa conjuntura: o interesse pelas conexões de ordem social e política em conflito com a progressiva adoção de uma perspectiva preocupada com os aspectos técnicos do texto literário; a afirmação da filiação e adesão política diante da necessidade de afastar-se da excessiva politização que assolava o meio intelectual; a continuidade das intervenções na grande imprensa *pari passu* à redefinição de suas prioridades profissionais e acadêmicas em direção à sua área original de formação científica.

¹⁷⁴ É o caso, por exemplo, do rompimento de Oswald de Andrade com o PCB, bastante noticiado na imprensa. Cf. Andrade (1990) e Dantas (2006).

¹⁷⁵ Cf. Moraes (1994) e Camilo (2001).

¹⁷⁶ Entrevista concedida em 28 de janeiro de 2011.

* * *

Mantendo o título fixo de “Notas de crítica literária”, Candido estreou sua coluna no dia 20 de setembro de 1945, em rodapé intitulado “Começando”. Como ordenava o figurino, o artigo principiava pela exaltação do antecessor, que “há mais de trinta anos vem exercendo uma ação persistente e fecunda – quer na primeira fase da *Revista do Brasil*, quer nos áureos tempos do *Estado de S. Paulo*, quer, ultimamente, neste rodapé” (Candido, 2002j, p. 38). Ao substituir Plínio Barreto, cuja sensibilidade literária se aliava a “uma perfeita dignidade intelectual, uma rigorosa ética de ofício em que terá poucos rivais na nossa história literária”, Candido conclama ao leitor, em seu retorno, “um generoso crédito de presente do indicativo, pois de outra maneira não lhe poderei contar os projetos e fazer as necessárias confidências de todo estreante” (*Idem*, p. 38).

Reavaliando as diretrizes gerais que presidiram sua perspectiva analítica, “depois de militar quatro anos na crítica – primeiro em nossa revista *Clima*, depois na *Folha da Manhã*” -, ancorada, como vimos, numa concepção funcional e participante, conclui que semelhante ângulo de abordagem culmina, não raro, na submissão do julgamento estético ao ponto de vista político. Embora compreensível num tempo de radicalismo político – “de luta de vida ou morte contra o fascismo, dentro e fora do país” -, segundo ele os extremos foram em regra lamentáveis e a consequência mais perigosa “foi a passagem do critério mais vasto da ideologia para o sectarismo estreito dos partidos” (*Idem*, p.40). Alinhado ao “espírito do tempo e, por assim, dizer, às necessidades da hora”, convicto de que “o ambiente literário me pareceu alheio demais ao drama do nosso tempo; críticos e leitores me pareceram muito ligados à simples emoção estética, enquanto Roma ardia” (*Idem*, p.41), talvez em decorrência “dos meios que frequentava” e também do interesse apaixonado pelos “problemas da sociologia do conhecimento” e da “relação das ideologias com as estruturas sociais”, Candido admite, de modo bastante sutil, que incorreu, não raro, em excessivo dogmatismo, aspecto que acabou por afetar a apreciação objetiva e serena que convém imperar sobre as preferências e convicções pessoais do crítico. Rompendo com o passado, apelando à generosidade – e, por que não? indulgência - do leitor por crédito no “presente do indicativo”, proclama a obrigação de, doravante, liquidar o “sectarismo em nome da liberdade do espírito e, ao iniciar os meus rodapés, declaro-lhe guerra sem tréguas” (*Idem*, p.40). Deixando de lado a preocupação em “integrar a obra no momento”, assume o primado do critério estético como parâmetro avaliativo a ser seguido, reivindicando nela “a sua autonomia e sua independência, acima das paixões nem sempre límpidas do momento” (*Idem*, p. 43).

De acordo com a bibliografia especializada sobre o assunto¹⁷⁷, é possível identificar no contexto cultural pós-Estado Novo a ocorrência de dois processos correlatos: de um lado, na esteira das mudanças

¹⁷⁷ Cf. Candido (2000c), Camilo (2001), Bosi (2006); Aguiar (2001); Antelo (1984); Denis (1994).

morfológicas em curso desde o começo da década de 1940 (ampliação do mercado editorial de livros e do sistema de ensino secundário e superior, aumento do número de jornais e periódicos, consolidação de associações de classe profissional dos escritores), a progressiva autonomização do campo literário e a especialização do trabalho artístico, que passa a se orientar por critérios mais formais, seja no âmbito da produção literária, seja no dos estudos literários; de outro, em decorrência da restauração da vida partidária, extinção da censura e volta à normalidade do funcionamento das instituições políticas, uma acentuada politização do debate intelectual, expressa, entre outros, pela adesão de um grande número de escritores e intelectuais aos quadros do PCB, o surgimento de periódicos de esquerda e o interesse crescente por temas vinculados à URSS e ao socialismo.

Não conheço outro crítico literário que tenha redefinido sua perspectiva analítica em tão pouco tempo e com tal radicalidade. Desde o título do rodapé, “Começando” (mais correto ou apropriado talvez fosse “Recomeçando”), Candido faz questão de marcar o início de uma nova fase, passados pouco mais de dois anos desde a sua estreia na *Folha da Manhã*. Ao leitor atento dessas páginas iniciais, porém, não escapam as ambiguidades e desconfortos da nova posição proposta. Em primeiro lugar, trata-se de escoimar os excessos do sectarismo partidário (“Beltrano é bom escritor porque é comunista; Fulano é mau escritor porque é fascista” [*Idem*, p.40]), ao mesmo tempo em que anuncia, publicamente, sua fidelidade política - “partidário do socialismo” (*Idem*, p.40). Daí a preocupação central em distinguir as fronteiras que separam a estética e da ideologia, garantindo a “isenção necessária do crítico”: procedendo como um “agnóstico em relação às ideologias”, a ele cumpre em princípio não tomar partido, deixando para um segundo momento, posterior à avaliação estética, a análise ideológica, “sem dúvida útil, mas não necessária” (*Idem*, p.42).

É possível que, assumindo uma postura menos engajada, e menos desgastante e vulnerável a acusações de sectarismo, abrindo mão das polêmicas e das invectivas mais contundentes, renunciando ao proselitismo sócio-político e à retórica de combate que por vezes repontavam nos artigos da *Folha da Manhã*, Candido estivesse resguardando sua imagem, para evitar futuros dissabores, como havia ocorrido, meses antes, com o concurso da Cadeira de Literatura Brasileira. De igual maneira, numa conjuntura marcada pela ascensão da literatura introspectiva e o acentuado formalismo da geração de poetas que despontava, a manutenção das posições iniciais possivelmente redundaria em uma avaliação negativa irrestrita dos principais lançamentos literários¹⁷⁸.

Por outro lado, a ênfase demasiada na dimensão literária poderia, no entanto, redundar no esvaziamento do caráter politicamente orientado da postura analítica de Candido, correndo o risco de

¹⁷⁸ Como lembra Martins “É preciso não perder de vista, entretanto, o fato já assinalado de que todo o processo de politização [sobretudo após a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial] coincidiu com a emergência de uma das gerações mais deliberadamente estetizantes de nossa história literária [...]” (Martins, 1996, p. 220).

isenção e absenteísmo, em abandono das posições anteriormente firmadas. Antecipando possíveis acusações de incoerência ou capitulação, ele se resguarda:

“Quando, porém, fazemos crítica, não propriamente literária, mas ideológica, o problema muda de aspecto. Aí, temos que pegar o touro pelos chifres. Suponhamos uma obra como *A crise do mundo moderno*, do padre Leonel França. Não cabe, evidentemente, apreciação estética nem isenção ideológica, mas, pelo contrário debate pró ou contra, porque o material imediato do trabalho crítico, neste caso, são ideias do autor. O aspecto principal do nosso trabalho, portanto, estará na sua discussão, problema secundário na crítica propriamente literária” (*Idem*, p.43).

Em parte isso é correto: há de fato uma preocupação mais acentuada com aspectos da composição e fatura literária, e os comentários sociológicos de fundo quase desaparecem nos artigos. No entanto, como veremos a seguir, sua postura, no essencial, permanece a mesma: as preferências e rejeições literárias, os autores frequentados, os critérios analíticos e a alternância entre rodapés dedicados ao exame da prosa de ficção e poesia e outros consagrados a temas de ordem política e ao debate de ideias. Talvez seja mais exato afirmar que, nessa segunda fase, estética e política se bifurcam em blocos estanques e separados, não havendo, como antes, justaposição de interesses. Em vista disso, Candido sintetiza que “resumirei a questão dizendo que pretendo tratar a literatura cada vez mais literariamente, reivindicando a sua autonomia e sua independência, acima das paixões nem sempre límpidas do momento. Por outro lado, pretendo, na crítica de idéias, afirmar as que me parecem incertas e perigosas. Devo esclarecer que entendo por perigosas sobretudo as reacionárias, e tanto mais, quanto mais à direita se situarem”. (*Idem*, p. 43)

De modo quase sempre alusivo, ele repassa suas posições, assume o sectarismo que lhe afetava os juízos estéticos (“meios que frequentava”, interesse acentuado pela “sociologia do conhecimento”) e, já na parte final, avança uma explicação para tal inflexão, ao comentar que durante os nove [sic] meses em que ficou “afastado da crítica, pude observar com atenção a atividade crítica no Brasil. Vi os mestres como Tristão de Athayde, Plínio Barreto, Álvaro Lins, preferirem a certa altura o debate político. Apenas Sergio Milliet, sereno e persistente, não abandonou o tom literário” (*Idem*, p. 43). A menção é expressiva daquilo que comentei páginas atrás: parece fora de dúvida que a redefinição dos princípios analíticos não se deveu apenas à redação da tese “Introdução ao método crítico de Sílvio Romero”, prendendo-se, em igual medida, ao realinhamento mais geral dos intelectuais em face da conjuntura política pós-Estado Novo.

Iremos acompanhar as dificuldades que tal postura engendra, e a inexistência, nessa altura, de uma fórmula capaz de conciliar as exigências da posição participativa com a preocupação com os elementos da fatura literária. Desse dilema, e dos impasses daí advindos, se nutre, a maioria dos rodapés assinados por

Candido nesse segundo bloco, inclusive com a presença de rompantes de ordem pessoal e declarações de frustração e auto-questionamento.

* * *

A admoestação feita por leitores da *Folha da Manhã*, acima transcrita do rodapé “Problema de jurisdição”¹⁷⁹, poderia ser, sem grandes alterações, reiterada pelos que acompanhavam os artigos do *Diário de S. Paulo*. Se, de fato, as considerações, as passagens e os apontamentos de ordem sociológica declinam sensivelmente, deixando espaço para a análise das características técnicas das obras analisadas, em compensação a matéria tratada nos rodapés permanece heterogênea, abrangendo desde avaliações de lançamentos literários e científicos, discussões políticas, transcrições de trabalhos do autor em andamento até temas circunstanciais.

Novamente, os rodapés dedicados à leitura de poesia são expressivos dos contornos e limites específicos das posições assumidas por Candido. Do ponto de vista programático, “Duas notas de poética”, publicado em 06 de dezembro de 1945, e “Percalços do infinito”, datado de 10 de janeiro de 1946, constituem tentativas gerais de compreensão dos principais aspectos da produção poética que surge no período. Em face das declarações de princípios acima anunciadas, é de supor que o juízo crítico de Candido em relação às tendências poéticas então prevaletentes tivesse sofrido uma profunda reformulação. Já vimos que a sua principal divergência com elas, no período em que atuava na *Folha da Manhã*, consistia no alheamento dos poetas diante da conjuntura histórica de fins do Estado Novo, bem como o excessivo hermetismo, lamentando a quase inexistência de uma produção engajada e participativa entre os autores que surgiam.

Conforme assinala a bibliografia disponível, a segunda metade dos anos quarenta foi marcada pelo apogeu da produção poética, iniciativas editoriais, promoção de eventos, polêmicas e repercussão dos integrantes da chamada Geração de 45¹⁸⁰. Despontando no cenário intelectual nacional do início da década, seus principais integrantes foram, progressivamente, ganhando destaque e chamando a atenção de

¹⁷⁹ Recordando: [...] “deslizar frequentemente para fora da crítica literária e invadir canteiros do próximo”, conferindo “uma notória preferência a livros que não são romances nem contos. De evitar a ficção, numa palavra [...]” (Candido, 1943b).

¹⁸⁰ Desde o seu surgimento, a Geração de 45, designação criada por um de seus principais representantes, o poeta paulista Domingos de Carvalho Silva, no ano de 1947, suscitou polêmicas e desconfiança entre os principais críticos atuantes no período. Salvo engano, desconheço um estudo abrangente que problematize os principais pontos controversos levantados pela recepção crítica dos luminares dessa geração poética: o número de integrantes (e a inclusão ou não entre eles de João Cabral de Mello Neto é emblemática); a conexão com os postulados defendidos pela Nova Crítica; o próprio ideário estético do grupo; suas relações com o Modernismo (de rejeição e, ao mesmo tempo, influência). Sobre o assunto, ver, entre outros: Bosi (2003); Campos (1966); Camilo (2008-2009) Merquior (1996), Sant’Anna (1986).

leitores e críticos do período. Marcada, no plano formal, pelo retorno a fórmulas poéticas convencionais e passadistas e, do ponto de vista temático, pela inclinação em direção ao transcendentalismo e à meditação sobre questões de natureza universal e metafísica, o ideário dessa geração foi pontuado a um só tempo por um acentuado formalismo e pela rejeição de parte das conquistas estéticas modernistas, aspectos que provocaram acaloradas celeumas no meio intelectual.

Como era de se esperar, Candido não ficou imune ao aparecimento dessa fornada de jovens poetas. Ao retomar o exercício da crítica militante, quando os seus principais nomes já amalhavam certa influência e destaque¹⁸¹, Candido consagra grande parte dos rodapés dedicados à leitura de poesia à avaliação da contribuição e principais características do movimento. Para além do interesse como crítico literário pelos principais lançamentos, não se pode esquecer, como Gomes Junior recorda, que nessa altura o *Grupo Clima* e a Geração de 45 não se distinguiam aos olhos dos observadores da época, dividindo, por exemplo, as páginas de *Plataforma da Nova Geração* (Gomes Junior, 2002).

Em “Duas notas de poética”, Candido constata que ao afastar-se da música e da dança, a poesia despiu-se “dos elementos descritivos, narrativos, pinturescos, didáticos, reflexivos – para concentrar-se na obtenção problemática dos momentos de poesia”, passando a “viver na atmosfera rarefeita das pesquisas intangíveis” (Candido, 2002, p. 153). Com efeito, o limite da poesia pura é o silêncio, “fonte da nova música poética, e as palavras deviam depurar-se, despojar-se de toda substância habitual a fim de aprenderem com ele a negar as dimensões da vida” (*Idem*, p. 155).

Recorrendo, mais uma vez, à poesia condoreira (“poesia maior”, como já vimos) de Castro Alves como contraponto para esclarecer sua argumentação, Candido comenta que nem mesmo esta, marcada pela grandiloquência, deixou de lançar mão do silêncio como recurso expressivo, graças ao qual, como no poema “Navio negreiro”, do bardo baiano, “a corrente lírica pode se ampliar num eco sonoro e criar a atmosfera para a corrente seguinte” (*Idem*, p. 154). Nela, porém, o silêncio predomina como condição, não como objetivo. Presenciando “a reta de chegada desse propósito arrojado”, que remonta ao movimento simbolista, a técnica do silêncio se aninhou no cerne da poesia moderna, numa busca desabalada pela auto-suficiência. Ao lado do silêncio, o mistério, e sua contraparte, o hermetismo, representam outras duas categorias que a poesia moderna herdou da teoria da poesia pura. Constituindo um “estímulo e convite” (“Estímulo ao nosso conformismo permanente, convite para escaparmos da banalidade” [*Idem*, p. 156]), a obscuridade, a princípio, é parte constitutiva e elemento constante de toda a poesia. Em sua busca de auto-

¹⁸¹ Segundo Campos, o ano de 1945 é “basilar” na consolidação do movimento, com a publicação de *Rosa extinta*, de Domingos Carvalho da Silva, *O engenheiro*, de João Cabral de Mello Neto, *Predestinação*, de Geraldo Vidigal e *Ode e Elegia*, de Lêdo Ivo. Cf. Campos (1966). De acordo com Silva, o apogeu ocorrerá no biênio de 1947-48, com o lançamento da *Revista Brasileira de Poesia* e realização do I Congresso de Poesia em São Paulo e o II Congresso de Poesia do Ceará. Cf. Silva (1980).

realização, porém, a poesia moderna transforma esta condição em fim, desembocando no silêncio e no hermetismo.

Embora o tom predominante não seja mais o da acusação do afastamento da poesia dos problemas humanos, tal como nos rodapés da *Folha da Manhã*, o conteúdo substantivo dos comentários permanece, no fundo, nos mesmos termos: a influência perniciosa do Simbolismo, o excessivo hermetismo e obscuridade e a incomunicabilidade como traços predominantes. Em “Percalços do infinito”, rodapé com que arremata suas considerações sobre a “jovem poesia brasileira”, identificando, na condição de “advogado do diabo”, seus principais aspectos, Candido acusa-a de um “certo desejo profundo de dar à poesia um aspecto de portentoso mistério. É um *quid* imponderável, cuja propriedade é comunicar ao mais banal dos gestos, à coisa mais prosaica, um halo de nebulosa grandeza, situando-a além das contingências de tempo e espaço” (Candido, 2001/2002f, p. 298). Vislumbra nela “uma infiltração excessiva de transcendência e mistério”, cuja ocorrência baseia-se, de um lado, na utilização de um repertório lexical limitado (“temos no seu estoque: cavalos, com ou sem asas, pombas, havendo acentuada predileção pelos cavalos, cabelos, olhos, braços e seios; telefones e rodas; árvores e folhas; nuvens, não contando os anjos, que não sei bem se devo colocar entre os instrumentos, os bichos, as partes do corpo” [*Idem*, p. 299]) e, de outro, no uso reiterado de associações poéticas inusitadas, utilizadas nem sempre com a “devida parcimônia”. Para Candido, o poeta compromete a qualidade de sua poesia ao não subordinar tais técnicas a “certa ‘necessidade’, a uma pertinência estética ou psicológica na conjunção das palavras ou imagens”, não ocultando, com isso, “a sua preguiça mental e incapacidade de pesquisa” (*Idem*, p. 300).

Além da “falta de esforço para renovar o vocabulário herdado e abuso mecânico de uma conotação superficial e pouco pensada”, outra característica censurada aos jovens poetas brasileiros é a “de estarem maltratando o mundo sensível e se encaminhando para uma desagradável grandiloquência, que transforma em regra banal e desapaixonada as exceções sublimes do mistério e do inefável” (*Idem*, p. 301). Ao contrário dos principais poetas modernistas, que “procuraram revigorar e revalorizar o estoque de imagens poéticas, apegando-se por isso, entre outras coisas, ao registro do mundo exterior, a fim de dar ingresso em poesia a uma série de objetos proscritos ou não recolhidos”, a atual geração, segundo Candido, busca evadir-se do mundo concreto, “infundindo nas imagens da vida uma dose máxima de abstração, a ponto de transformar o cotidiano em chafariz permanente de milagres” (*Idem*, p.301). Do ponto de vista humano, “há perigos enormes nesse exclusivismo em cultivar apenas as ‘emoções que se agrupam em torno da palavra infinito’, como dizia Hulme. É a invasão do desmesurado, que parecendo exaltar o humano, nada mais faz do que hipertrofiá-lo, isto é, desumanizá-lo. Com efeito, em muitos livros recentes, encontramos pouca fibra, pouca atitude realmente viril ante a criação” (*Idem*, p.302).

Excessos, hermetismo, silêncio, atmosfera de mistério, a impressão é que Candido não abdicou das premissas que norteavam suas análises, conquanto o tom de denúncia seja substituído pela linguagem

neutra da constatação (ainda que implicitamente seja possível espreitar um juízo de valor que também não se alterou)¹⁸². Prova disso é o exame do lançamento do segundo livro de João Cabral de Melo Neto - *O Engenheiro* (1945)¹⁸³, reunião de 22 poemas dedicados a Carlos Drummond de Andrade e epigrafados com a frase do arquiteto Le Corbusier “...machine à émouvoir...” -, no rodapé “Poeta e poetisa”, datado de 13 de dezembro de 1945. De modo elucidativo, o texto registra a permanência, como critério avaliativo da poesia cabralina, da cobrança a respeito da meditação sobre os problemas do homem. Já vimos acima que, na análise de *Pedra do sono*, Candido saudou o poeta pernambucano como uma das estreias mais promissoras da nova geração de poetas brasileiros, acusando-lhe, contudo, de “certo empobrecimento humano”, ao construir um mundo poético rigoroso e fechado em si mesmo. Em *O Engenheiro*, Candido nota um avanço na concepção poética de João Cabral de Melo Neto: ao libertar-se da “experimentação preliminar” do livro de estreia, pôde realizar “uma aventura lírica muito mais significativa e, dirigindo-se livremente aos valores da inspiração, dar-lhe um conteúdo emocional mais rico que o de *Pedra do Sono*” (Candido, 1945a, p.4). Entre o mundo da criação natural e o da criação artificial suscitada por ele, mas que não se confunde com a realidade que o incitou, ocorre a “aceitação da natureza posta no mesmo plano que o mundo da arte. O resultado consiste numa síntese em que o poeta, depois de ter criado um mundo à parte, volta ao mundo natural e o interpreta novamente. E não ficamos sabendo quais as leis que predominam, tanta é a fusão de ambos. Ora, a natureza nos parece interpretada segundo as leis da engenharia poética, ora o mundo forjado por esta parece regido pelas leis da natureza” (*Idem*, p.4).

Dessa maneira,

“Graças a essa posição humana e compreensiva, o sr. João Cabral dá dignidade à poesia intelectualista, frequentemente construída sobre as ruínas do mundo exterior e provida de um orgulho insuportável hoje em dia. Em *O Engenheiro*, e apesar do nome, não encontramos mais o preconceito, corrente até pouco, de que a liberdade e a autonomia do artista consistem em substituir a natureza pela mecânica” (*Idem*, p.4 - grifos nossos).

¹⁸² Mais uma vez Candido privilegia a leitura de poetas da sua geração, não se debruçando sobre lançamentos importantes surgidos nos anos de 1945 e 1946, tais como Vinícius de Moraes, com *Poemas, sonetos e baladas* (1946); Murilo Mendes, com *Mundo Enigma* (1947); Augusto Frederico Schmidt, *Poesias escolhidas* (1946); Carlos Drummond de Andrade, *A rosa do povo* (1945). Por outro lado, e acredito que alinhado com a nova postura assumida, não são objeto de comentários autores como Rossini Carmargo Guarnieri, antes reputado como grande poeta da nova geração surgida em São Paulo, que publica o libelo *3 Poemas: Poema para Luís Carlos Prestes. Louvação ao Partido Comunista do Brasil. Canto de esperança em louvor de Estalingrado* (1946) e José Tavares de Miranda, outro poeta anteriormente louvado por Candido, que imprime *Galbados infernos* (1946).

¹⁸³ Deixo de lado a polêmica sobre a inclusão de João Cabral de Melo Neto entre os representantes da geração de 45 por uma simples razão: tal questão foi formulada *a posteriori* – e, em parte, pelos próprios agentes -, não se impondo nessa altura. Sobre o assunto, ver Nunes (2007).

Confirmando a opinião emitida por Candido de que João Cabral representava “um dos poetas mais promissores da sua geração”, ao *O Engenheiro* não falta o conteúdo humano e compreensivo ausente na obra de estreia e reclamado pelo crítico, merecendo, dessa feita, a admiração incondicional.

* * *

Com a dissolução da Frente de Resistência, rompida em maio de 1945 em função da divergência de linhas e perspectivas ideológicas de seus membros integrantes¹⁸⁴ e também da atração provocada pela organização da União Democrática Nacional (UDN), bem como a aproximação das eleições, marcadas para o começo de dezembro, Candido, acompanhando os antigos companheiros do GRAP, forma a União Democrática Socialista (UDS), agrupamento que passou a se reunir na casa de Paulo Emílio Salles Gomes. De duração efêmera e escassa capacidade de mobilização, a agremiação, no entanto, passa a contar em seus quadros com o apoio de membros de grupos trotskistas, do Partido Socialista Brasileiro (PSB) de 1932, de um grupo de metalúrgicos do Bosque da Saúde e de intelectuais negros.

Pouco tempo depois, chega a São Paulo a notícia de articulações para a formação da “Esquerda Democrática” (ED) no Distrito Federal. Enviado como delegado, Paulo Emílio entra em contato no Rio de Janeiro com João Mangabeira, Domingos Vellasco e Hermes Lima, retornando à capital paulista com a incumbência de formar um núcleo da Esquerda Democrática. Diante disso, a continuidade da União Democrática Socialista perde sua razão de ser, e o grupo se desfaz, ocorrendo uma nova cisão.

De formação doutrinária heteróclita, envolvendo militantes e organizações provenientes de diferentes matizes políticos, o “Manifesto da Esquerda Democrática”, texto programático lançado em 24 de agosto de 1945, procura alinhar uma diretriz de atuação comum entre os diversos grupos, julgando oportuno “afirmar e precisar as linhas ideológicas fundamentais de seu pensamento público, para completa homogeneidade de seus quadros”¹⁸⁵. Apoiando a candidatura do Eduardo Gomes para a presidência da República, que concorre pela sigla da UDN, a ED se lança na campanha eleitoral com três candidatos (são eles: João da Costa Pimenta, Germinal Feijó e Jurandir Magalhães) em coalizão, ainda, com o Partido Republicano (PR), formando a chapa UDN/PR/ED.

Nas palavras de Candido, os componentes egressos da UDS consideravam a Esquerda Democrática como uma organização de posições “bem menos radicais”, de modo que ele mesmo se

¹⁸⁴ Composta, como já observamos, de militantes socialistas independentes, comunistas não-alinhados e estudantes liberais opositores oriundos da Faculdade de Direito de São Paulo. Nas palavras de Paulo Emílio Salles Gomes: “Bem, começa a cair a ditadura e chega para nossa ilusão unitária a hora da verdade. Aí começamos a ter reuniões decisivas, nas quais nossas diferenças com os liberais antes irrelevantes, revelaram-se cruciais. Se a defesa do stalinismo nos separava dos comunistas, a defesa do capitalismo nos afastava dos liberais” (Benevides, 1979, p.95).

¹⁸⁵ Cf. “Manifesto da Esquerda Democrática”. In: Chacon (1985).

desinteressou “por um período e passei a acompanhar um pequeno grupo de operários gráficos liderados por Eric Czaskes, à margem da ED” (Candido, 1996a, p. 11). Internamente dividida entre alas e facções de tendências até mesmo contrárias, definindo “por vezes penosamente a sua identidade ideológica, a partir dos diferentes grupos que a constituíram e foram lentamente assimilados” (Candido, 1995c, p. 10), o elemento aglutinador mais geral repousava, de um lado, no repúdio à doutrina stalinista e à política do Partido Comunista Brasileiro (PCB), e, de outro, na repulsa à herança getulista.

“Mas para nós foi também um alívio, porque agora não se tratava mais apenas de lutar contra a ditadura (o que favorece a união dos opositoristas apesar das diferenças ideológicas), mas de lutar pelo socialismo (o que leva à decantação ideológica)” (Candido, 1996a, p. 11), observou Candido a propósito do rompimento interno entre os grupos formadores da Frente de Resistência. Com efeito, a impressão geral que a retomada da democracia abriria possibilidades reais de reformulação do país, mesmo diante da inesperada¹⁸⁶ vitória do General Gaspar Dutra no pleito de 1945, representando o continuísmo da política varguista, conduzia o debate não mais para a derrubada do Estado Novo, mas para o conjunto de reformas e decisões que deveriam ser tomadas na condução desse processo, inclusive contando com a possibilidade de instauração do socialismo no país.

É bem possível que os rodapés “Na escala do homem”, publicado em duas partes em 14 e 21 de março de 1946, e “Silone”, dividido em três partes sucessivas nas datas de 17, 24 e 31 de janeiro de 1946, não obstante a temática algo afastada da realidade local¹⁸⁷, refiram-se, de maneira indireta, mas sugestivamente, tanto aos processos internos de disputa pela linha de atuação política hegemônica dentro da ED, quanto aos dilemas da condição militante. O primeiro dedica-se à leitura de “A l’échelle humain”, opúsculo escrito na prisão durante o ano de 1941 por Léon Blum, dirigente máximo do Partido Socialista Francês. Aproveitando a ocasião para empreender um balanço crítico com as principais tendências e grupos de esquerda em atividade em nível internacional e, de modo oblíquo, no país, Candido revela, mais uma vez, sólidos conhecimentos da trajetória histórica e linhas de atuação dos principais partidos socialistas europeus, e inicia seus comentários pela observação que, na conjuntura do pós-guerra, se verifica na política europeia um processo de revalorização dos antigos partidos socialistas. “Depois da guerra de quatorze, a Revolução Russa e a formação concomitante ou imediatamente sucessiva dos partidos comunistas privou-os da posição de vanguarda e dos elementos mais combativos. Desde fins do

¹⁸⁶ De fato, as pesquisas em comícios indicavam a vitória do candidato Eduardo Gomes. No entanto, por influência conjugada de campanha difamatória, promovida pelo político paulista Hugo Borghi, que teria atribuído a Eduardo Gomes uma afirmação pejorativa em relação aos operários (chamados de “marmiteiros”), e, principalmente, do movimento queremista, bem como a votação expressiva obtida pelos recém-criados Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrático (PSD), o resultado surpreendeu a todos, dando a vitória nas urnas ao General Gaspar Dutra.

¹⁸⁷ Semelhante procedimento, acima destacado, foi utilizado por Candido nos rodapés de cunho político publicados na *Folha da Manhã*: centrados no exame da situação internacional, aludiam, contudo, à realidade local em afinidade com o ideário assumido pelo GRAP.

século XIX os partidos socialistas – a Social Democracia da Segunda Internacional - iam se distinguindo por um amaciamento progressivo da tática a par de uma visível atenuação de certos princípios teóricos mais agressivos” (Candido, 1946b, p. 4) – não raro desembocando no reformismo e abandono das teses revolucionárias. Com o término da Segunda Guerra, porém,

“[...] as perspectivas mudaram. Os partidos socialistas saíram retemperados do drama da ocupação ou da luta e, hoje, constituem de novo uma das esperanças modernas de democracia social. Diante do russismo dos comunistas, a sua independência assumiu novo significado. A pecha de social-chuvinismo deixou em grande parte de ter sentido, desde que os comunistas se atiraram ao mais desbragado nacionalismo. O seu espírito democrático contrastou salutarmente com o caudilhismo comunista e sua própria linha de evolução pareceu mais coerente do que os ziguezagues a que a política da URSS obrigou os seus seguidores pelo mundo afora” (*Idem*, p.4).

Ao contrário dos principais partidos socialistas internacionais, que se “recusam a confundir a Rússia com o socialismo e praticam a mais ampla democracia na sua organização”, após a III Internacional os partidos comunistas foram se transformando “cada vez mais em instrumentos dos interesses russos (processo acelerado durante a década de 30), se tornando absolutamente inaceitáveis para muitos socialistas conscientes. Entre o reformismo quase sempre cor-de-rosa dos partidos social-democratas e a absorção dos comunistas pelos dirigentes soviéticos, a alternativa foi dura, enquanto o fascismo engordava” (*Idem*, p. 4). Diante desse quadro, observou-se a tendência de “se formarem ou acentuarem, nas diferentes seções da II Internacional, alas esquerdistas, combativas, acolhendo comunistas pouco dispostos a engolir a máquina soviética, socialistas decididos a reencetar as perdas tradições revolucionárias e independentes de toda espécie” (*Idem*, p. 4). Nesse processo, embora os trotskistas tenham ostentado “um alto nível teórico (...) e geral proibidade de seus seguidores, o trotskismo foi e ainda é outro tipo inaceitável de russificação do problema revolucionário” e “nunca passou e provavelmente nunca passará de fração sem perspectivas amplas” (*Idem*, p. 4).

Embora voltado para o exame da conjuntura política internacional, não me parece equivocado identificar nos comentários de Candido um diagnóstico da situação e principais tendências e partidos nacionais da esquerda em atividade. Denunciando as incoerências e os equívocos dos partidos comunistas, prostrados diante do excessivo servilismo e fidelidade aos ditames da política externa russa, Candido certamente tinha em mente as posições assumidas por sua expressão local (a aliança com Vargas, a adoção da linha política moderada, a tese da “união nacional”)¹⁸⁸. De modo análogo, os pequenos agrupamentos

¹⁸⁸ É sabido que, com a volta à legalidade, o PCB, apoiado no carisma pessoal de Luis Carlos Prestes e na simpatia despertada pela URSS após o final da guerra, atraiu para suas fileiras um amplo número de correligionários e simpatizantes, obtendo expressiva votação nas eleições de 1945, ao eleger 14 deputados federais e um senador.

trotskistas, anti-stalinistas, mas ainda caudatários da influência soviética, representam uma força política de pouca expressão, numericamente reduzida, incapaz de promover o conjunto de medidas e reformas sociais, econômicas e políticas necessárias para a transformação da situação presente¹⁸⁹.

Num momento em que a Esquerda Democrática ainda não havia estabilizado sua identidade ideológica em meio à disputa entre as distintas e divergentes tendências aglutinadas sob sua bandeira, é possível especular se o rodapé não constitui uma defesa enfática da precedência da ideologia política do grupo de que proveio Candido. Como lembra Gustin (1995), a então prioridade da ED consistia, internamente, na constituição de seu perfil partidário em meio ao amálgama de orientações abrigadas em suas hostes, e, externamente, na distinção das demais agremiações de esquerda em atuação.

Ao lado disso, a preocupação com a postura militante – outro traço característico da militância partidária da ED -, também ocupa uma posição central nas reflexões de Candido, sendo o tema tratado elipticamente na apreciação das obras do escritor comunista italiano Ignazio Silone. Publicada, em três partes¹⁹⁰, a leitura das principais obras de Silone (a saber, *Fontomara* [1930], *Pão e vinho* [1937] e *A semente sob a neve* [1940]) destaca a ética política veiculada pelos romances, cuja força “reside na compreensão de que os problemas da existência transcendem o político, e sua busca visa, através e além dele, o humano. Procura, enquanto artista e revolucionário, sem por isso desligar-se da ação, chegar ao conhecimento das molas que impelem a política e devem sobrelevar na nossa estima. Isso, num tempo em que os totalitarismos procuram transformar a rica harmonia das possibilidades humanas em atributos monótonos de uma onipotente essência política” (Candido, 1946e, p.4). Tomando como fio condutor de seus comentários as dúvidas e dilemas vividos pelo protagonista dos romances *Pão e Vinho* e *A semente sob a neve*, Pietro Spina, revolucionário socialista que, ao retornar disfarçado como padre para sua região de origem, procura despertar a consciência de classe entre os camponeses, mas logo percebe a “impotência

Nesse processo, centenas de intelectuais aderiram ao partido e nessa altura foi montada uma “rede de aparelhos de difusão, que incluía oito jornais diários, semanários e revistas culturais e de variedades, uma agência de notícias, duas editoras, uma distribuidora de livros, um serviço de telejornal depois transformado em produtora experimental de filmes” (Moraes, 1994, p. 137).

¹⁸⁹ Dentre os principais grupos trotskistas em atividade no período, destacam-se: Partido Operário Leninista (POL), Comitê Central Provisório (CCP) e Partido Socialista Revolucionário (PSR). Cf. Karepovs; Marques Neto (2007).

¹⁹⁰ Em texto recente, Candido recorda que “Em 1946 fiz no auditório [da Biblioteca Municipal Mário de Andrade] uma palestra o romance brasileiro anterior a 1920 e outra sobre Silone, então muito lido por aqui. A palestra era patrocinada pelo Instituto Cultural Ítalo-Brasileiro e o organizador, engenheiro italiano stalinista, deu em seguida aos jornais uma versão alterada do que eu disse, a fim de depreciar aquele notório anti-stalinista...” (Candido, 2007a, p. 126). Ao que tudo indica, a conferência causou agitação, a ponto de Candido, no rodapé “Teseu” (que veremos adiante), incluir, ao final, a seguinte nota explicativa: “O repórter deste jornal deu uma nota muito amável sobre a palestra que consagrei a Silone, na Biblioteca Municipal, na terça-feira da semana passada. Muito lhe agradeço a atenção, mas devo retificar uma opinião por mim enunciada e por ele interpretada de modo algo diverso. Segundo a notícia, eu teria finalizado ‘afirmando que o romancista, revolucionário de início, adota, finalmente, através de seus personagens, uma filosofia de adaptação social’. Ora, creio ter deixado bem claro exatamente o contrário: contestando os que fazem de Silone um réu cristão anti-partidário e descrente da ação revolucionária, afirmei que a experiência de seus personagens conduz a uma revalorização da conduta revolucionária, à luz da comunhão moral de homem a homem. De qualquer modo, agradeço efusivamente a gentileza do meu colega” (Candido, 1946d).

das fórmulas partidárias para agir com certa eficiência no meio dos ‘cafoni’” (*Idem*, p. 4), Candido destaca o caráter ético e humano da doutrina socialista, preconizando uma espécie de ética ou modo de ser que, ao mesmo tempo, prescinde e transcende filiações e imposições partidárias para se manifestar.

E pondera, concluindo sua leitura:

“A grande descoberta experimentada por ele é que o socialismo depende, para frutificar, não de concepções abstratas que justifiquem imolações inumeráveis, mas do reconhecimento da identidade fundamental de homem a homem, logo, do sentimento apaixonado da pessoa alheia. Todo socialista precisa passar por esta constatação básica, sem a qual se mecanizará facilmente. E em vez de fundamentar o sentimento socialista sobre a semelhança estereotipada de homens-unidades sociais, vê-lo-á animar-se graças ao reconhecimento das características individuais, tornando-se concepção orgânica de vida. Para tanto é preciso, como sentiu Spina desde *Pão e Vinho*, uma refundição da alma, uma ‘mudança do coração’ – *a change of heart* – como diz o soneto famoso de Auden” (Candido, 1946g).

No essencial, a discussão gira em torno da conduta do militante de esquerda, e, sobretudo, do perigo representado pelo excesso de servilismo aos quadros e às deliberações do partido, reivindicando ao mesmo tempo a autonomia e independência dos ideais políticos em face de seu suporte institucional e a condenação explícita da elucubração política distanciada da realidade dos indivíduos, responsáveis ambos pelo descrédito da doutrina e pela incapacidade de promover as reformas econômicas e sociais por ela preconizadas.

Com a redemocratização do país, tem início o processo de reordenamento da nova ordem político-institucional, instalando-se, em fevereiro de 1946, os trabalhos da comissão constituinte, cuja carta magna será promulgada sete meses depois. Redigida com o auxílio de representantes dos principais partidos políticos do período, a nova carta constitucional, que vigorou até 1964, apesar da adoção de dispositivos e medidas de natureza liberal, manteve intacta a relação entre Estado e instituições sociais e a herança autoritária anterior¹⁹¹. Certamente atento à concepção conservadora que norteou a redação do projeto constitucional, Candido aproveita o lançamento do livro *Sombras do túnel* (1946), coletânea de notas e artigos de circunstâncias redigidos por Osório Borba durante o Estado Novo, para manifestar, no rodapé “Literatura de combate”, datado de 04 de julho de 1946, sua opinião sobre a publicação e, também, sobre

¹⁹¹ Nas palavras de Campello de Souza: “[...] o advento do pluralismo partidário, de eleições diretas, e o retorno à separação formal dos poderes do Estado, determinados pela Carta Constitucional de 1946, foram superpostos ou acoplados à estrutura anterior” (Campello de Souza, 1990, p. 105-106); Faoro, por sua vez, comenta que “as realidades novas e emergentes não encontravam expressão no texto constitucional, liberal na essência, mas restrito na perspectiva democrática, inibidor da equação dos conflitos operários e restritivo nas possibilidades de viabilizar reformas de ordem social e política” (Faoro, 1981, p. 17-18).

o andamento da Assembleia Constituinte. Julgando oportuna a publicação dos escritos do jornalista e ex-deputado de esquerda, por manterem “viva a nossa consciência do período de ditadura fascista de que saímos, sem que ainda tenhamos saído da unha-de-gato de seus vícios políticos” (Candido, 1946h, p.4), Candido identifica no livro a divisão em duas partes: a “que ataca os homens e os fatos do Estado Novo, enquanto sintomas de uma situação fascista, anti-democrática, e a parte em que alarga a sua luta contra a ideologia fascista, empreendendo simultaneamente o elogio e a defesa da democracia” (*Idem*, p.4). De acordo com o crítico, “o núcleo das ideias de Osório Borba é o horror indignado e ativo contra orientações e ações reacionárias; a sua preocupação básica, o esforço para denunciar todas as máscaras que elas assumem, de preferência as mais disfarçadas (...)” (*Idem*, p.4). Com efeito, desde 1934, quando foi eleito deputado por Pernambuco, seu estado natal,

“Osório Borba foi dos poucos deputados de então que, sem serem socialistas, foram decidida e esclarecidamente anti-fascistas. Naqueles tempos, lembro-me muito bem, o anti-fascismo era quase um privilégio dos socialistas de vários matizes. Os chamados democratas, cavalheiros liberais e sinceramente respeitadores das liberdades públicas, ou viam o fascismo com indiferença ou, na maioria dos casos, não deixavam de ver nele um bom instrumento contra o malfadado comunismo [...]. Deste modo, não foram capazes de prever que os desfechos das manobras do sr. Getúlio Vargas e auxiliares contra as liberdades constitucionais deviam desabrochar num tipo qualquer de fascismo ou semi-fascismo, qual foi o ainda quente Estado Novo [...]. Foi preciso a ditadura, foi preciso a guerra, foi preciso, sobretudo, a derrocada do fascismo, para que o anti-fascismo deixasse de ser, no Brasil, um sentimento privativo dos socialistas” (*Idem*, p.4).

Diante da confusão que assolava a comissão constituinte, na qual “não faltará, de novo, quem agite no ar as fórmulas salvadoras do braço forte e da preservação das ‘nossas tradições’”, Candido recomenda que Sombras do túnel, de autoria do companheiro de partido, seja distribuído entre seus membros, “não para os conservadores reacionários ou demagogos estadonovistas, que a estes não adianta, mas para os democratas liberais, mais ou menos conservadores na hora decisiva, que muitas vezes pecam por falta de informação” (*Idem*, p.4). E avalia:

"Hoje, temos de novo uma Câmara, onde, é verdade, nem só os socialistas são anti-fascistas, mas onde ainda há campo para as maiores confusões. Aproveitando a crise, não faltará, de novo, quem agite no ar as fórmulas salvadoras do braço forte e da preservação das “nossas tradições”. O fascismo pode não brotar apenas de onde se espera, isto é, dos grupos sucessores da extinta Ação Integralista Brasileira. Nos grupos conservadores, formalmente não totalitários, há ótimas condições de germinação de seus bacilos. São eles, na verdade, que dão força aos outros, aventureiros ou iluminados, pouco importa; que os incluem nas suas chapas se valem das suas ligações, dão-lhes oportunidades. Porque sabem que ninguém melhor que eles representam as “nossas tradições”,

isto é, os seus interesses, dos quais são uma espécie de tropa de choque ideológica e militante” (*Idem*, p.4).

* * *

Com o malogro do concurso para a Cadeira de Literatura Brasileira, Candido começa a redefinir suas prioridades profissionais, concentrando esforços em sua área original de formação acadêmica. Desde 1943 matriculado na Especialização da Cadeira de Sociologia II, acompanhando os Seminários de Antropologia ministrados por Emílio Willems e os cursos oferecidos por Roger Bastide, passa a definir seu tema de pesquisa de doutorado, a partir, como vimos, das discussões em sala de aula e do estímulo advindo de atividades extra-classe promovidas por Roger Bastide com os alunos nos arredores de São Paulo e cidades circunvizinhas, com a intenção de levantar material para pesquisas sobre as práticas e manifestações folclóricas da região.

Em paralelo, inicia a redação, a partir de encomenda do editor José de Barros Martins, de uma história da literatura brasileira, que deveria abranger, a princípio, dois volumes. A proposta inicial perdurou por algum tempo, até Candido abandonar o plano original e redefinir o escopo do projeto. O resultado viria a público em 1959, com o lançamento da *Formação da Literatura Brasileira* (FLB)¹⁹². Nos rodapés “A delgada avena”, datado de 11 de abril de 1946, “Notas para um livro”, publicado em 29 de agosto de 1946, “Reflexões críticas” (apenas parcialmente), de 19 de dezembro de 1946 e “Anotações” (também parcialmente), o autor transcreve trechos que dão notícia do livro em andamento, discutindo aspectos da poesia árcade.

Em “A delgada avena”, Candido adverte que: “Sem tempo para escrever o meu artigo costumeiro, lanço mão do subterfúgio de transcrever algumas notas dum caderno de rascunho – notas sobre literatura arcádica brasileira que, espero, o leitor interessado lerá, mais tarde, num livro que tenho agora em preparo” (Candido, 1946n, p. 4). Reagindo contra o “velho hábito de censurar os pré-românticos pelo fato de não se terem libertado corajosamente da convenção clássica sob o seu aspecto de arsenal greco-romano; se não censurar, pelo menos lamentar que não o tenham feito, voltando às vistas para as belezas e inspirações locais” (*Idem*, p.4), o crítico alinha três argumentos: a) “a literatura colonial era, de fato, simples aspecto da literatura portuguesa”; b) dada tal concepção, o “cenário americano serviria, no máximo, para lhe dar um gosto de exotismo, mas de forma alguma torná-la-ia autônoma” (*Idem*, p. 4); c) o

¹⁹² Como indica Jackson, “essa obra [*Formação da literatura brasileira*] resultou de uma encomenda do editor José de Barros Martins em 1945, que imaginou a realização de uma história da literatura brasileira em dois volumes. Tratava-se, entre outras coisas, de engrossar o coro dos que se indignaram com o resultado do concurso para a cadeira de Literatura Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo” (Jackson, 2009, p. 271).

aparelhamento neoclássico serviu “como agente cultural por excelência na nossa literatura. Graças a ele, com efeito, selava-se a nossa comunhão com o mundo latino e a cultura europeia” (*Idem*, p.4).

Nesse sentido,

“[...] o período pré-romântico de nossa literatura, pobre como afirmação localista expressiva, foi a condição mesma de nossa autonomia literária (...); os nossos escritores estavam assegurando universalidade às primeiras manifestações intelectuais do país. Seria ridículo exigir, deles, que se rebelassem em nome de um princípio que ainda não predominava, qual seja, o do particularismo literário e da exaltação do detalhe concreto e presente” (*Idem*, p. 4).

Não é difícil identificar, nesses comentários iniciais, um dos princípios gerais que irão ancorar a concepção de história literária na *Formação da Literatura Brasileira*: radicalmente antitéticos no que toca à atitude estética, arcadismo e romantismo encontram-se, contudo, irmanados pelo mesmo desejo de assumir a atividade literária como parte do esforço de construção do país. No conjunto, Candido enfatiza nos rodapés a importância do arcadismo na literatura luso-brasileira como fator de equilíbrio e de revigoramento artístico, ao “apresentar um corretivo drástico ao restolho alambicado e grotesco do barroco poético, em Portugal e no Brasil” (*Idem*, p. 4); ressalta o papel fundamental das academias literárias, as quais conferem “segurança e estabilidade a ”toda corrente literária que aspira perpetuar-se, transmitindo o que reputa suas verdades e suas descobertas” (*Idem*, p. 4), compara a “diferença fundamental entre a simplicidade de Cláudio e a de Gonzaga: aquele é simples e nobre; este é simples e gracioso” (*Idem*, p. 4); indica, por fim, a importância da “destinação pública da literatura”, para a diferenciação dos períodos do arcadismo e romantismo (enquanto o “arcade sempre, quase sem exceção, prefigurava um público de sala, um leitor em voz alta, um recitador. O poeta romântico, mais ecumênico, antevia um público vasto, desconhecido, ou um leitor trancado no quarto, apaixonado pelo ideal, segregado momentaneamente dos outros homens” [*Idem*, p. 4]).

Inversamente, Candido publica rodapés que depois serão aproveitados (em versões ampliadas, aprofundadas ou parcialmente modificadas) em outros trabalhos. É o caso, por exemplo, de “Ciências Sociais”, datado de 12 de setembro de 1946, que registra trechos e passagens que irão reaparecer em “Sociologia: pesquisa e estudo”, estampado na revista *Sociologia* em 1949, “Informação sobre a sociologia em São Paulo”, publicado em 1954 no jornal *Estado de S. Paulo* em edição comemorativa do quarto centenário da cidade de São Paulo, e “A sociologia no Brasil”, artigo de encomenda surgido em 1959 na Enciclopédia Delta-Larousse¹⁹³. Nesse primeiro esboço de balanço crítico da formação da sociologia no Brasil, encontram-se já assentados, de um lado, a recusa de um estilo científico que prescindia da liberdade expressiva e da intuição do pesquisador (e que desembocará, posteriormente, na

¹⁹³ Cf. Jackson (2006).

reivindicação da sociologia como “ponto de vista”) e, de outro, os parâmetros de apreensão do processo de aclimação e consolidação das ciências sociais no país, com especial ênfase no projeto universitário que teve lugar em São Paulo. Assim é que à constatação da inegável contribuição das ciências humanas “na tarefa de interpretar o comportamento e a própria natureza do homem segundo métodos objetivos de pesquisa”, a ponto de constituir um retrocesso “exigir, de novo, uma volta pura e simples ao eixo ontológico, socrático de que nos fala Brunschvieg¹⁹⁴, porque, tudo parece indicá-lo, apenas por meio da intensificação da linha sociológica poderemos superar o sociologismo e chegar a concepções mais livres e mais completas” (Candido, 1946o, p.4), segue a indagação quanto à pertinência e eficácia o rigor científico nas áreas das ciências humanas:

“[...] se todas as nossas técnicas de pesquisa, revisões de conceitos, reexplicações da vida, não nos levam para longe do objetivo, confundindo-o em vez de esclarecê-lo; e se a posteridade não chegará a encarar tudo o que fazemos em sociologia como uma espécie de floração das tendências lúdicas do espírito, uma espécie de golfinho ou minueto da inteligência nos séculos XIX e XX...” (*Idem*, p. 4).

Não estamos distantes, pois, dos princípios que irão nortear, mais à frente, a postura geral da produção sociológica do autor¹⁹⁵: rigor científico versus a liberdade expressiva (em contraste à aridez do discurso sociológico, a elegância da filosofia, que “frequentemente, analisando a maneira direta e subitânea por que um La Rochefoucault, um Matias Aires e [mais longe, muito mais alto] um Platão atingem, desde logo, o cerne do homem, com uma sentença ou uma pequena exposição” [*Idem*, p. 4]). O aspecto original, e que depois será suprimido, consiste na discussão da influência das ciências humanas na “libertação progressiva do indivíduo”, com impactos, inclusive, na doutrina socialista (unificando, desse modo, as atividades profissionais com a militância política):

“Basta lembrar que um dos maiores movimentos de libertação de que há notícia, o socialismo moderno, se baseia, em grande parte, nas indicações sociológicas e econômicas de homens como Saint-Simon, Proudhon, Marx e Engels. Embora as ditas ciências tenham, igualmente, servido para os piores sofismas revolucionários tenha a impressão de que, posto tudo na balança, o seu ativo é bem maior que o seu passivo. Sobretudo nesse momento em que o estudo do homem através das

¹⁹⁴ O parágrafo inicial do rodapé será retomado em “Sociologia: ensino e estudo”, publicado na revista *Sociologia* em 1949. Em “Ciências Sociais”, temos: “A constituição da sociologia, na primeira metade do século XIX, em seguida à obra dos pensadores do século anterior, observa Brunschvieg em um dos seus livros, significa o desvio do pensamento ocidental do eixo ontológico, estabelecido por Sócrates, para o novo eixo sociológico, estabelecido por Hegel, Marx e Comte”. No artigo científico de 1949, a passagem fica como segue: “Segundo Brunschvieg, o pensamento ocidental, centrado desde Sócrates pelo ‘eixo ontológico’, deslocou-se com Hegel para o ‘eixo sociológico’, originando deste modo uma visão nova do homem” (Candido, 1949, p. 275).

¹⁹⁵ Sobre o assunto, ver Jackson (2002).

relações sociais e da cultura vai assumindo um ritmo tão intenso, apaixonando com tanta força milhares e milhares de estudiosos. “Não se trata mais de explicar o homem, mas de mudar-lhe sua vida”, dizia Marx no início de sua carreira. Talvez a orientação moderna das ciências humanas se pautasse mais ou menos por esta ideia, contanto que a mudança seja entendida como processo inseparável do esclarecimento teórico e cada vez maior dos móveis que orientam a nossa conduta. E quem sabe não está destinado a elas o privilégio de colaborar cientificamente com os imperativos morais da liberdade?” (*Idem*, p. 4).

É diante desse quadro geral que Candido passa a discorrer sobre os avanços das ciências humanas em São Paulo – “a formação lenta mas firme de uma corrente paulista nestas ciências”, que já começa a “trazer alguma contribuição original” (*Idem*, p. 4). Resultado da criação de “dois centros de estudo que se organizaram, há uns doze anos, em torno da Faculdade de Filosofia da Universidade e da Escola Livre de Sociologia e Política”, a “fase científica da sociologia” emergiu da contribuição de educadores que introduziram “no país os novos métodos de ensino e começaram a encará-los do ponto de vista sociológico” (destacando as traduções de Emile Durkheim por Lourenço Filho e as obras de Fernando de Azevedo - *Princípios de sociologia* [1934] e *Sociologia Educacional* [1940]).

Seguindo adiante com a reconstituição das linhas gerais desse processo formativo, o rodapé evidencia a colaboração de pesquisadores estrangeiros contratados em ambas as escolas mencionadas: na FFCL/USP, a importância dos trabalhos de Paul-Arbusse Bastide (“interessado também em sociologia educacional, deu curso sobre problemas de método, esclarecendo ao mesmo tempo aspectos importantes para a nossa história cultural como o Positivismo”), Claude Lévi-Strauss (que “deixou o gosto pela antropologia cultural e os estudos de sociologia primitiva”), Roger Bastide (o qual, por sua vez, “aprofundava a interpretação do negro brasileiro, exercendo grande influência com os seus belos cursos de sociologias especiais”), Pierre Monbeig (que, em geografia humana, “dava aos seus estudantes o exemplo de uma sociologia concreta, profundamente ligada aos problemas sociais e ao discernimento das relações com o meio”); na ELSP, “Samuel Lowy, a princípio, Donald Pierson, depois, insistiu sobre a sociologia experimental, treinando equipes de pesquisadores. O segundo com o livro “Branços e pretos na Bahia”, revelou-se um dos maiores sabedores da nossa sociologia”. Aos nomes citados se juntam dois alemães radicados no Brasil, “Herbert Baldus e Emílio Willems”, “representando as correntes modernas de antropologia. O primeiro publicou, em 1937, um dos livros mais firmes sobre cultura indígena: *Ensaio de etnologia brasileira*; o segundo, tendo publicado em 1939 “*Assimilação e populações marginais no Brasil*”, acaba de lançar *Aculturação dos alemães no Brasil*, verdadeiro marco que, pode-se dizer, inaugura definitivamente entre nós os estudos científicos de contatos culturais seguidos de mudanças” (*Idem*, p. 4).

Destacando na geração de “discípulos ou continuadores”, fruto em grande medida da orientação obtida com mestres citados, os principais estudos monográficos produzidos ou em andamento, Candido registra

“[...] o trabalho de Lavínia Costa Vilela, sobre danças afro-brasileiras; o de Lucila Herman, sobre variações da estrutura social de Guaratinguetá; o de Lourival Gomes Machado, sobre o método da ciência política; o de Egon Schaden, sobre mitologia heroica de algumas tribos brasileiras; o de Mário Wagner Vieira da Cunha, também sobre mitologia heroica; o de Otávio da Costa Eduardo sobre negros do norte do Brasil. Em economia e estatística, o trabalho de Eduardo Alcântara de Oliveira, sobre centros de população no Brasil; o de Dorival Teixeira Vieira, sobre a evolução da moeda brasileira; o de Roberto Pinto de Sousa, sobre crédito internacional” (Idem, p. 4);

e, em andamento, informa que

“[...] sei que Mário Wagner prepara uma monografia de comunidade paulista; que Florestan Fernandes tem dois bastante adiantados, um sobre organização social, outro sobre aculturação religiosa sobre os sírios em São Paulo; Gioconda Mussolini termina um estudo monográfico de comunidade litorânea; Lourival Gomes Machado estuda problemas de teoria política setecentista; Egon Schaden pesquisa mudança cultural numa tribo litorânea; José Francisco de Camargo defenderá tese sobre aspectos econômicos da imigração; Welman Galvão de França Rangel, sobre misticismo religioso em populações rurais” (Idem, p. 4)¹⁹⁶.

E com isso Candido arremata seus comentários, aludindo à indefectível polêmica sobre o excessivo tecnicismo e a ausência de sensibilidade da nova geração intelectual que então despontava:

“[...] o que se nota, com a simples enumeração de alguns trabalhos, é a diversidade das vocações e das preferências. Há os que se dirigem à pesquisa, há os que preferem a teoria, há os que preferem as culturas primitivas, há os que preferem aprender os mecanismos dos fenômenos que têm lugar sob os nossos olhos. E como o movimento se estende, creio que não é exagero prever, para o futuro, a escola paulista de ciências humanas, de que me falava um amigo nalguns dias. E quem sabe não estará aí a forma porque São Paulo contribuirá de preferência para a cultura brasileira, já que nos últimos decênios o espírito crítico parece, nestas paragens, fazer uma concorrência tão acentuada nos criadores de ficção e poesia?” (Idem, p. 4).

¹⁹⁶ É digno de nota que Candido não mencione, nessa extensa listagem, o trabalho de Gilda de Mello e Souza sobre a moda no século XIX. Pruridos de cônjuge? Dificuldade de enquadrar o tema do estudo na hierarquia de linhas de pesquisa legítimas e parâmetros de cientificidade que começavam a ser requeridos dentro da FFCL-USP? Sobre o assunto, ver Pontes (2007; 2009) e Aguiar (1999; 2007).

Quando comparados, o artigo, por assim dizer, “matricial” e os dois outros que dele derivam relevam diferenças que, a meu ver, não se restringem apenas à distância temporal (respectivamente, 1947, 1954 e 1959) da redação de cada um deles, tampouco dizem respeito tão-somente às circunstâncias e ao veículo de publicação, que impõe restrições (entre outras, linguagem acessível ao leigo, espaço reduzido, interesse jornalístico) ou ainda ao escopo diferenciado (ao contrário dos dois primeiros, preocupados com a formação da sociologia na cidade de São Paulo, “A sociologia no Brasil”, como o próprio título indica, tem uma abrangência maior). Se o espaço reduzido de um rodapé literário de poucas laudas não permite a reconstrução detalhada de todas as instituições e agentes implicados nesse processo, é possível evidenciar a ocorrência de aspectos centrais das disputas políticas e acadêmicas pela precedência e legitimidade da instauração do saber sociológico entre FFCL-USP e ELSP.

Ao contrário de “Informação sobre a sociologia em São Paulo” e, em menor medida, “A sociologia no Brasil”, a contribuição precursora dos bacharéis e juristas não recebe a atenção de Candido, talvez em razão da disputa, mais acirrada à época, entre FFCL/USP e a Faculdade de Direito pela interpretação legítima do mundo social. Em compensação, no ensaio de 1954, ganha revelo a figura do jurista Paulo Egídio Oliveira Carvalho, cujos ensaios e cursos mantiveram vivo o interesse sociológico na capital. Já o verbete de 1959, de maior amplitude regional, além da importância de Paulo Egídio, Sílvio Romero e Lívio Teixeira são elencados como representantes desse primeiro momento formativo, indicando uma apreensão mais arejada do processo, ao delinear uma linha de continuidade cuja origem precede e de certo modo antecipa o processo de institucionalização universitária.

No mesmo sentido, “Informação sobre a sociologia em São Paulo” distingue as diferenças entre a FFCL/USP e a ELSP, aspecto que não estava contido no rodapé literário. Enquanto na segunda “as ciências humanas adquiriam realce de disciplinas predominantes, e se focalizavam na formação de técnicos, com interesse concreto pela investigação da realidade, reforçado pelo mecenato que lhe dispensavam as grandes organizações do patronato industrial”, na primeira “as ciências humanas eram uma peça de conjunto mais vasto, nele se entrosando, e derivando dessa inter-relação, ao lado de um sentido integrativo acentuado, acentuado pendor pela teoria incentivado pelo caráter filosófico do ensino, de inspiração francesa” (Candido, 1954, p. 514). Para além da indicação dos perfis acadêmicos diversos, a distinção expressa o papel da contribuição de cada uma no contexto da sociologia praticada em São Paulo: a polarização entre pesquisa empírica versus preocupações de cunho teórico e especulativo – e seus desdobramentos: intervencionismo em contraste com reflexão pura. Nessa linha, as concepções subjacentes ao ideário de cada uma das instituições responsáveis pelo desenvolvimento das ciências

sociais na capital surgem apenas em “Informações sobre a sociologia em São Paulo”, explicitando a competição implicada na instalação das duas escolas¹⁹⁷.

Ainda quanto ao aproveitamento posterior em outros estudos de rodapés inicialmente publicados na grande imprensa, “Reflexões críticas”, datado de 19 de dezembro de 1946, e “Duas notas”, surgido em 16 de janeiro de 1947, contêm apontamentos sobre a obra de Machado de Assis que ressurgirão, de maneira aprofundada, em “Esquema de Machado de Assis”, conferência originalmente pronunciada por Candido nas universidades da Flórida (Gainesville) e Wisconsin (Austin), respectivamente em abril e maio de 1968, depois publicada em *Vários escritos* (1970). Nos dois rodapés já se encontram esboçados alguns dos aspectos que serão futuramente objeto do interesse e análise de Candido.

Em “Reflexões críticas”, Candido dedica parte do rodapé (a outra metade registra apontamentos sobre poesia árcade) a comentar, em curtas notas, o “deleite com que faz sofrer humilhações aos personagens” (Candido, 1946p, p.4). Fascinado pelo encanto de *Esau e Jacó* (revendo, inclusive, seu juízo sobre o livro, lido na adolescência, quando ele “deixou-me com impressão de longa e falsa sutileza, depois de uma única leitura, feita aos 17 ou 18 anos”, após uma conversa esclarecedora com Damasco Pena, “mestre e amigo” (*Idem*, p. 4) -, chega à conclusão que se trata de um “romance dos *connaisseurs* machadianos, pouco atraente para quem não estiver ambientando com a maneira do escritor” (*Idem*, p. 4); de maior interesse, as condições literárias, e suas exigências, responsáveis pelo estilo sinuoso do escritor. Deixando de lado as motivações psicológicas atribuídas, em regra, na explicação da origem da prosa digressiva machadiana, Candido sugere que o desempenho da atividade de cronista, colaborando em muitos jornais e revistas de senhoras, influenciou decisivamente na cristalização desse traço literário, obrigando-o a se adaptar às exigências internas desse gênero:

“A dupla atividade (cronista e escritor para senhoras) beneficia o escritor na medida em que o obrigam a ser ágil e gracioso, mas prejudicam na medida em que o levam ao preciosismo e à futilidade. Machado encontrou a arte de ligar as necessidades amenas do cronista às reticências do humorista e aproveitar a graça para nutri-las de sutileza,

¹⁹⁷ Embora propalada pelos próprios protagonistas, de modo a marcar a distinção identitária entre as linhagens institucionais, estudos recentes demonstram que tal clivagem não correspondia, completamente, à realidade. Em ensaio sobre os primeiros anos de existência da *Revista de Antropologia*, Peixoto e Simões declaram que o exame de seu conteúdo “convida-nos a nuances dicotomias continuamente repostas nas avaliações sobre a produção sociológica em São Paulo, por exemplo a que coloca a USP e ESP em cantos opostos do ringue, em termos de formação teórico-metodológica e de produção intelectual. Diferenças à parte, o fato é que as duas instituições foram mais parceiras que oponentes, colaborando na formação de pesquisadores (Emilio Willems foi professor nas duas escolas), trocando alunos (lembremos que Florestan Fernandes e Gioconda Mussolini, entre muitos outros, passaram pela seção de estudos pós-graduados da ESP), participando de projetos comuns e das mesmas revistas [...] Não se trata de negar as diferenças entre feitos institucionais e orientações metodológicas, como dito, mas de pensar, com base na leitura da revista, como há um repertório de questões e preocupações partilhados por todos aqueles envolvidos com a pesquisa antropológica e sociológica em São Paulo nos anos de 1950” (Peixoto; Simões, 2003, p. 388).

refinando o preciosismo por meio da finura. Não obstante, reponta a cada página o cronista feminino, e não raro toda a sua engenhosa argúcia se resolve em pernosticismo” (*Idem*, p. 4).

Em “Duas notas”, declara haver no escritor fluminense “certas coisas que só mesmo chamando demoníacas. Haja vista os sadismos da desforra, já mencionados numa nota precedente – a pachorra com que humilha os personagens” (Candido, 1946q, p. 4). Compare-se, nesse sentido, com as palavras que abrem a sexta subseção do ensaio “Esquema de Machado de Assis”: “Pessoalmente, o que mais me atrai nos seus livros é um outro tema (...): a transformação do homem em objeto do homem, que é uma das maldições ligadas à falta de liberdade verdadeira, econômica e espiritual. Este tema é um dos demônios familiares da sua obra, desde as formas atenuadas do simples egoísmo até os extremos do sadismo e da pilhagem monetária” (Candido, [1970]1995d, p. 34).

Assinalando que o pessimismo machadiano encontra-se distante do “de Aloísio, Flaubert ou Eça de Queirós” por não prover da “tristeza ante a desarmonia de um mundo (uma sociedade) que poderia ser harmonioso, provém da constatação de uma desarmonia irremediável, metafísica e não social” (Candido, 1944q, p.4), sugere que deve ser buscado em autores do século XVIII – em particular Voltaire e Sterne. Tal juízo fornece, nessa altura ainda de modo embrionário, um dos esteios que, em “Esquema de Machado de Assis”, irão compor o “tom machadiano”, matriz ficcional caracterizada, entre outras coisas, pelo arcaísmo da técnica, voltando as costas para as modas dominantes na segunda metade do século XIX.

Por fim, é possível especular se, a exemplo dos rodapés sobre a poesia árcade, os escritos sobre Machado de Assis não consistiam, inicialmente, em notas para um capítulo a ele dedicado, mas afinal excluído, da *Formação da Literatura Brasileira* (1959). Como ele irá sustentar no prefácio: “O preparo deste livro, feito por etapas, de permeio a trabalhos doutra especialidade, no decorrer de muitos anos, obedeceu a um plano desde logo fixado, por fidelidade ao qual respeitei, na revisão, certas orientações que, atualmente, não teria escolhido (...) a exclusão do Machado de Assis romântico no estudo da ficção, que não quis empreender, como se verá, para não seccionar uma obra cuja unidade é cada vez mais patente aos estudiosos” (Candido, 2006, p. 14).

* * *

Acima verificamos que os comentários sobre o primeiro e segundo volumes do *Jornal de Crítica*, respectivamente surgidos em 1942 e 1943, de Álvaro Lins, seja na resenha assinada no décimo número da revista *Clima*, seja no rodapé “Um crítico”, da *Folha da Manhã*, serviram, ao mesmo tempo, para Candido definir, em contraste, sua própria perspectiva analítica e medir forças com o principal nome da crítica militante em atividade. Ao retomar o exame e a avaliação do quarto tomo do *Jornal de crítica*, publicado

em 1946, percebe-se, novamente, o empenho de Candido em qualificar e delinear dimensões de sua proposta analítica e identidade intelectual por meio da abordagem da obra do crítico pernambucano¹⁹⁸. Projetando seus próprios conflitos na leitura do volume, ao orientar o andamento da reflexão em conformidade com questões que o perturbam, não parece fortuito que a leitura empreendida por Candido aborde justamente os impasses vividos por ele nessa conjuntura.

Advertindo sobre o perigo de um crítico “falar de outro”, pois “geralmente temos nossos pontos de vista mais ou menos firmados a respeito do ofício”, Candido conclui que a crítica literária é “um gênero literário como os outros, e não há razão para deixá-lo de lado num rodapé que procura mais ou menos informar o leitor sobre o movimento literário. Com estas precauções iniciais, passo a abordar a 4ª série do *Jornal de crítica* do sr. Álvaro Lins, mestre de todos nós que lidamos com a crítica no Brasil” (Candido, [1947] 1999a, p. 18). Descendo à análise do livro, Candido aponta o predomínio de estudos de teoria literária em detrimento da interpretação das criações artísticas, tornando-o “um exemplar mais típico de crítica de ideias [literárias, filosóficas ou políticas], até aqui praticado por ele com maior parcimônia” (*Idem*, p. 19). Nesse sentido, é inegável a “passagem (não digo evolução) da atitude mais puramente estética para a atitude mais participante”. Daí ter conferido à sua obra “aquele caráter de literatura empenhada, *littérature engagée*, de que fala Sartre; empenhada e não ancilar, isto é, servindo o homem e o espírito, mas evitando, o mais possível, subordinar o significado específico da obra literária ao seu aproveitamento puramente ideológico” (*Idem*, p. 20). Atitude, a propósito, afinada com o ânimo combativo de Lins, cujos estudos repousam sobre uma “tensão constante entre o espírito de crítico e um temperamento de lutador”, “numa combinação que tende mais para o julgamento do que para a interpretação ou comentário” (*Idem*, p. 20).

Dividido em duas partes complementares, “para não correr o risco de parecer contraditório”, o rodapé seguinte destaca, na primeira, a importância da crítica participativa, cujo apogeu se situa no século XIX, com a presença de críticos “universais e eficientes que eram, ao mesmo tempo (não raro), pensadores, educadores no sentido largo, concebendo a crítica enquanto atitude geral do espírito e se sentindo obrigados a intervir na vida espiritual e social” (*Idem*, p. 21). Ressalvando os limites desse tipo de abordagem, sempre equivocada “quando o crítico baseia o seu critério em teorias políticas”, Candido afirma, porém, que

¹⁹⁸ Ao contrário dos rodapés na *Folha da Manhã*, nos quais Candido dedicou-se à apreciação de vários colegas de profissão (Álvaro Lins, Otto Maria Carpeaux, Carlos Kopke, Fidelino de Figueiredo, Nelson Werneck Sodré, entre outros), no *Diário de S. Paulo* apenas Lins foi objeto de análise. E não faltaram publicações de importância: em 1945, surgem os livros *O crítico literário* e *Estética literária*, de Alceu Amoroso Lima; no ano seguinte, *Interpretações*, livro de estreia de Wilson Martins.

“[...] em um tempo como o nosso, o crítico só pode enriquecer a sua obra se tomar consciência dos problemas sociais e organizar o seu pensamento em relação a eles. Cada época tem os seus problema-chave, e os sociais, não se pode negar, ocupam a primeira plana em nossos dias. E a consciência é de tal modo solicitada por eles que se torna quase impossível não ter posição política definida, se não na militância, pelo menos no campo teórico. Quando cuida ardentemente de política e questões sociais, o sr. Álvaro Lins está trazendo, para a sua época uma contribuição a que o homem de inteligência não se deve furtar” (*Idem*, p.22).

Invertendo o problema, a segunda parte defende, ainda que de modo desconfiado, a posição contrária, isto é, a importância de se preservar, isolados e imaculados, os critérios literários e os ideológicos – atitude, conforme vimos, defendida por Candido desde a retomada da militância na grande imprensa. O trecho que segue é bastante expressivo do dilema que venho argumentando:

“[...] o sr. Álvaro Lins reconhece a necessidade do crítico situar-se politicamente, embora distinguindo dois reinos, senão independentes, pelo menos autônomos: o da Literatura e o da Política. Esta separação, muito recomendável para impedir o aviltamento da Arte, significa, não de menos e em que pese a necessidade que temos nós de praticá-la, uma cunha metida na unidade espiritual do crítico. Praticando-a, o sr. Álvaro Lins, e a maioria dos contemporâneos, se divide e, por assim dizer, se dilacera, porque opõe, dentro do pensamento, o aspecto de interpretação estética ao aspecto da participação política” (*Idem*, p.23).

Semelhante modo de proceder, “dominante entre os críticos bem intencionados”, se baseia num equívoco que pode resultar num “desfibramento progressivo da crítica literária” (*Idem*, p. 23). A separação radical entre estética e ideologia provoca a fragmentação da unidade de pensamento que caracterizava os “velhos críticos”. Se, por um lado, tal situação é benéfica para a literatura, pois a imparcialidade permite distinguir em meio à confusão e instabilidade de valores que assolam a conjuntura imperante à época, por outro lado a crítica pode perder a sua “enfibratura que dá acesso às visões sólidas da vida”. Seja como for, imposta pela inexistência de uma sociedade repousada sobre padrões estáveis, “enquanto vivermos no mundo que vivemos, a maior tarefa, em crítica, ainda será a de preservar a imparcialidade e pureza da literatura, opondo um dique ao seu aproveitamento ilícito” (*Idem*, p. 24)

Possivelmente respondendo às intervenções políticas de Lins em alguns rodapés (entre outros, “Um partido socialista”, “Cristianismo e política”, “A questão de Maritain”), Candido finaliza suas considerações pelo confronto e explicitação das divergências que separam sua posição de “socialista independente de tendência marxista” da radicalização e inconformismo crescente da postura de “democrata católico”, “chegando a posições ainda há bem pouco tempo inconcebíveis sob a pena de um católico”. Pois

“[...] durante a guerra muitos intelectuais católicos brasileiros chegaram a certo inconformismo, bastante acentuado no terreno político. Ao lado da influência de Jacques Maritain e da guerra espanhola, da penetração do socialismo na democracia cristã, do pensamento social dos dominicanos, puderam conviver com Georges Bernanos, sentir a sua ação de presença, ler semanalmente os seus artigos inflamados, por vezes terríveis” (*Idem*, p. 24).

Embora reconheça o mérito e validade dessa “abertura de espírito” – a qual, inclusive, se aproxima de “vários pontos da crítica marxista” – Candido, contudo, pondera que, aprisionado “na quadratura do círculo” do pensamento católico, para o qual as contradições e iniquidades sociais se resolvem “menos em termos econômicos e políticos do que pela revivescência do espírito cristão”, “mais cedo ou mais tarde se elevará”, no caminho de Lins, “o drama da ortodoxia e da heresia” (*Idem*, p. 25). Pois, para eles,

“[...] o problema se coloca, antes de mais nada, em termos de destino pessoal e se resolve, se me permitem, com medidas de pedagogia: mudar o homem, para que mude a sua existência. Para nós, o destino pessoal, não se prolongando em perspectivas metafísicas, deve ser resolvido com medidas de social: mudar a existência para que o homem mude. Praticamente, esta divergência pode levar o católico radical a rejeitar medidas drásticas e intervenções bruscas, mas decisivas, preferindo refugiar-se nas atitudes de consciência. Por isso mesmo, acho perigosa certa tendência de muitos socialistas modernos: o repúdio aos caminhos atuais da solução russa os leva a acentuar com tamanha ênfase o fundamento ético, o conteúdo espiritual, o respeito à pessoa (pressupostos do verdadeiro socialismo), que podem ser conduzidos a desprezar outras verdades não menos fundamentais, embora mais contingentes, de ordem econômica e revolucionária. O resultado será um involução (de consequências imprevisíveis se as massas forem atingidas) até o velho socialismo utópico, totalmente sem sentido nas atuais condições do problema social” (*Idem*, p. 27)¹⁹⁹.

Enredado entre alternativas excludentes, as soluções apresentadas por Candido são, nessa altura, por vezes vacilantes, não recebendo um tratamento analítico satisfatório²⁰⁰. É o caso, por exemplo, da

¹⁹⁹ Para além do respeito e admiração, arrisco conjecturar que Lins tenha convidado Candido para assinar o prefácio do volume no intuito de requisitar de um jovem crítico que encarnava o padrão moderno e universitário do pesquisador das letras o respaldo intelectual necessário para ratificar a validade da modalidade de trabalho que o bacharel autodidata produzia, nessa altura começando a cair em descrédito. Como veremos adiante, já em 1943, ainda residindo nos Estados Unidos e pouco antes do início de sua ruidosa e imprecatória cruzada contra a crítica impressionista na coluna “Correntes Cruzadas”, publicada no suplemento literário do jornal *Diário de notícias*, Afrânio Coutinho já enviava aos jornais do país colaboração na qual condenava a crítica de rodapé.

²⁰⁰ É difícil não inferir que os impasses vivenciados por Candido ao longo de sua trajetória intelectual como crítico literário não tenham se refletido nas discussões (disseminadas em cursos, seminários, etc.) promovidas à frente da área de Teoria Literária e Literatura Comparada na FFCL/USP, a partir de 1961, avançando para a produção intelectual de seus orientados – notadamente no conjunto de trabalhos por ele orientado sobre os principais nomes da crítica literária brasileira. Basta lembrar suas palavras no prefácio do livro de Salete Cara: “Este livro [*A recepção crítica*] faz parte de um conjunto (não organizado, mas premeditado) de estudos sobre a crítica brasileira, feitos no

tensão entre crítica científica e gosto literário, a qual percorre os rodapés desse segundo bloco, sendo debatida em várias passagens. Em “Presente do indicativo”, espécie de desdobramento do rodapé de estreia, ele reitera a opinião já externada em “De leitor para leitor”, publicado na *Folha da Manhã*, quando sustentou o exercício da crítica literária como atividade de leitura, colocando no mesmo patamar o crítico profissional e o leitor comum. Vulnerável, pelas próprias condições de produção, aos “preconceitos do momento”, à “moda” e à “pressão coletiva” e submetida, ao mesmo tempo, aos “calos inevitáveis da deformação profissional”, que impelem o seu praticante a ler em demasia, podendo fazê-lo “ir perdendo as qualidades do bom leitor pelos vícios do leitor apressado”, a crítica de rodapé não pode se valer, no ritmo acelerado das colaborações semanais, dos “critérios objetivos da história literária: análise e comparação textual, gênese e filiação dos temas, etc” (Candido, 1945d, p. 4). Como paliativo para remediar “tais males”, sugere uma “terapêutica de leitura”, colocando o “problema da crítica como um problema de leitura, tanto para o crítico quanto para o público, dirigindo-se a ele de leitor para leitor” (Idem). Isso não significa um retorno ao impressionismo (“que não chega a ser crítica”), tampouco o cortejo com o dogmatismo (“que a ultrapassa”), mas a indicação e sugestão, em meio “a dezenas de obras, cujo contato profissional me impõe, aquelas poucas que merecem ser acrescentadas à pequena meia dúzia” (Idem, p. 4).

Mas será no rodapé “P.S”, publicado em 07 de novembro de 1946 - portanto já nos últimos meses de atividade na grande imprensa -, que a tensão irrompe com maior dramaticidade, trazendo para o primeiro plano a relevância do conflito. Com certa dose de perplexidade – e também desconforto – Candido constatava o fracasso ao não ter conseguido transfundir a beleza artística das páginas de “Thesée” nos três rodapés dedicados ao curto romance de André Gide (“os meus artigos pecam justamente por não acentuarem no “Thesée” o que é mais forte e exclusivo – os meios artísticos, o timbre pessoal do autor” [Candido, 1946r, p. 4]). Neles, sobleva o esforço de “compreender, generalizar, extrair as grandes linhas”, deixando, contudo, “de lado o trabalho do tato e do gosto artístico” (Idem, p. 4). Na busca da explicação para tal inclinação, Candido, ao reler as obras de “Sílvio Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo”, verifica em todos a reduzida sensibilidade literária (“o que impressiona o leitor prevenido é a falta de gosto: acentuada, por vezes completa”) em contraste com a notável capacidade “de situar um livro no momento, levantar uma hipótese de conjunto, estabelecer influências, interpretar o conteúdo social e

âmbito da disciplina de Teoria Literária e Literatura Comparada da Universidade de São Paulo. Os diversos autores trabalharam individualmente e com independência, usando os pressupostos e os métodos que desejavam (também nisso houve premeditação), mas em geral mostraram interesse em abordar os críticos do passado recente e remoto sob dois aspectos: a eventual singularidade da sua obra e as correlações dela com o momento (...) O trabalho de Salette de Almeida Cara se situa nessa moldura virtual, pois quer de um lado averiguar se, e em que medida, **os críticos do passado perceberam que a obra literária tem traços de especificidade, a serem procurados no que se chamou depois a função poética da linguagem; mas de outro lado quer também indicar de que maneira sentiram os nexos da obra com as contingências do momento histórico**” (Candido, 1983, p. vii – grifos nossos).

filosófico, transmitir, numa palavra, todo o jogo de forças que constitui, por assim dizer, a mecânica literária” (*Idem*, p. 4).

Avançando no tempo, Candido observa que situação análoga aflige os principais críticos de sua geração: “Homens como Tristão de Athayde e Álvaro Lins são bem mais sensíveis do que Sílvio e Veríssimo: basta comparar os respectivos estilos. No entanto, e apesar de reconhecer em ambos duas grandes organizações críticas, eu não ousaria dizer que o gosto literário, refinado e sutil, está entre as qualidades mais fortes” (*Idem*, p. 4). Novamente, o que predomina é a “tendência dominante para a interpretação social ou filosófica da literatura”:

“Somos capazes de desmontar uma obra, caracterizar-lhe uma ideologia, as tendências, ligações com o presente e passado; mas somos geralmente incapazes de fazer sentir o ‘quid’ em virtude da qual são obras de arte. Em suma, as mais das vezes, como se o gosto fosse qualidade secundária, pois, mesmo quando possuímos, costumamos utilizá-lo apenas na leitura e nas conversas, jamais no artigo” (*Idem*, p. 4).

Refletindo sobre os fatores responsáveis por esse estado de coisas, Candido identifica a influência do didatismo, isto é,

“[...] num meio de poucas tradições culturais e poucos recursos de cultura, temos que tirar de nós mesmos e do nosso vizinho umas iscas de instrução. Obtidas dificilmente elas nos parecem dignas de apreço maior do que merecem, e tudo, para nós, passa a ser matéria de instrução e aprendizado. A sensibilidade, a emoção, o aperfeiçoamento do instinto literário e artístico nos parecem invasões perigosas de um primarismo pré-cultural, a que procuramos fugir (...). Por isso, diante de uma flor, quererá logo dizer o nome complicado da família a que pertence, e um crítico se sentiria desonrado se não extraísse uma sociologia dos livros de Jorge Amado, uma filosofia de Octávio Faria e uma psico-patologia de Graciliano Ramos” (*Idem*, p. 4).

Reconhecendo, por outro lado, que a “literatura não pode ser considerada coisa específica”, a demandar “uma crítica pura, mallarmeana”, sustenta, com efeito, que as obras literárias distinguem-se das outras pela “personalidade do artista e pelos meios técnicos que ele emprega. Da confluência desses dois fatores brota o ‘quid’, a centelha que caracteriza uma dada obra e a torna diversa das demais” (*Idem*, p. 4). É, pois, na apreensão desse ‘quid’ que deve prevalecer o trabalho “de simpatia literária e compreensão estética, de cuja união se nutre o gosto” (*Idem*, p. 4). Proclamando uma inversão das categorias analíticas “mais estimadas”, Candido, em paralelo às constantes habitualmente pesquisadas (“do meio, do conteúdo psicológico, da mensagem, dos valores, do sentido”), reivindica o exame do

“estilo, composição, ritmo, trama, urdidura, balanceio, linguagem, etc.” (*Idem*, p. 4), facultando, dessa forma, o contrapeso ao estudo não-literário de um livro ou autor.

Incapaz, nessa altura, de formular uma perspectiva analítica que apanhasse a unidade estético-social de seu objeto, oscilando entre o exame alternado da função social e da especificidade da obra literária, Candido manifesta nesse rodapé o profundo desconforto e, sobretudo, a indecisão entre o enfoque privilegiado nos aspectos da linguagem e a ênfase na historicidade da literatura, como se elas fossem dimensões separadas, de conjugação impossível. Na ausência de uma solução crítica eficaz, que permita a Candido conciliar o impasse – de resto, tensão de longa tradição nas letras nacionais²⁰¹ -, resta apenas o lamento e a insatisfação com os resultados alcançados.

* * *

De acordo com estudos especializados²⁰², o ano de 1945 marca um momento de renovação literária promovido pela consolidação de uma nova geração de escritores que havia despontado no começo da década. Em paralelo ao esgotamento do romance social do nordeste e o recolhimento temporário de parte dos principais nomes das primeiras gerações modernistas²⁰³, constata-se a afirmação ou surgimento de novos valores literários, ampliando as direções e as possibilidades ficcionais no pós-guerra. De um lado, aprofunda-se a tendência já trilhada por alguns autores na década de 1930 em direção a uma prosa de ficção de caráter intimista, marcada pela sondagem da consciência, da conduta moral e dos problemas interiores; de outro, o regionalismo assume uma nova perspectiva, deixando para trás a notação estética predominantemente neonaturalista em direção à valorização de temas metafísicos e universais e a experimentação da linguagem.

Das principais críticas de prosa de ficção assinadas por Candido, transparece certa ambiguidade e indecisão, em parte decorrente dos dilemas enfrentados a respeito do estatuto e alcance da análise crítica, em parte da reflexão sobre os limites e a perniciosidade do sectarismo. A impressão que se tem é que justamente num momento de transição, quando a vida literária e política passa por redefinição acentuadas, Candido não dispõe de parâmetros de aferição nítidos e definidos, oscilando entre a participação e o esteticismo, a defesa do realismo literário e o endosso da experimentação formal²⁰⁴.

²⁰¹ Cf. Barbosa (1974).

²⁰² Bosi (2006); Coutinho (1997); Martins (1996).

²⁰³ São os casos, por exemplo, de Oswald de Andrade, Erico Veríssimo e Carlos Drummond de Andrade, que somente voltariam a publicar material inédito entre fins da década de 1940 e começo de 1950.

²⁰⁴ Se tal interpretação estiver correta, ela poderia explicar a subsistência inédita do material até hoje.

Exemplar, nesse sentido, é a análise de *Abdias* (1945), lançado em fins de 1945. Ao contrário do destaque obtido e a repercussão causada com *O amanuense Belmiro* (1937), o segundo romance de Ciro dos Anjos suscitou menor interesse por parte da crítica. Poucos meses depois do surgimento do romance, no rodapé “À sombra do amanuense”, datado de 16 maio de 1946, após alguma hesitação (“Não o li, porque não consegui abri-lo. Deixei-o de lado e fui ouvindo opinião de críticos e amigos – todas elas favoráveis e algumas, mesmo, afirmando que o autor fizera obra melhor que o Amanuense” [Candido, 1946i, p.4]), Candido decide, enfim, registrar seus comentários. Segundo ele, a grandeza de *O amanuense Belmiro* repousa na subordinação da “forte linha introspectiva” aos “dados da vida de todo dia”. Diversamente, por exemplo, de Clarice Lispector e Lúcio Cardoso, Ciro dos Anjos “não viola a realidade sensível, não baralha a ordem normal da vida, nem recorre à inflação do fantástico” (*Idem*, p.4). Aferrado à minúcia dos detalhes concretos (“uma bicicleta, um papagaio livros empilhados, jardins, viagens de bonde, cenas de secretaria, largos de cidadezinhas” [*Idem*, p.4]), o tom reflexivo-sentimental de *O Amanuense Belmiro* é ressaltado, justamente, pelo seu engate no lastro empírico do cotidiano vivido na Vila Caraíbas: “a realidade fornece uma pequena isca e a fantasia desencadeia a sua fome acumulada de ideal” (*Idem*, p.4). Em *Abdias*, ao contrário, “o romancista perde o condão graças ao qual soube inserir o sonho na realidade, a vida interior no mundo, o passado no presente. O condão, para tudo dizer numa palavra, que era a sua própria força de romancista” (*Idem*, p.4). Em outras palavras, o segundo livro de Ciro dos Anjos padece de introspecção em excesso. Destituído da concretude cuja força do detalhe desencadeava as meditações e estados d’alma do protagonista de seu livro de estreia, o novo romance de Ciro dos Anjos converte-se num simulacro de Belmiro, cuja atmosfera, personagens e situações não conseguem atingir o nível de excelência do primeiro livro:

“[...] um livro bastante inferior” [...]. “Durante as suas trezentas páginas o sr. Ciro dos Anjos tenta inutilmente criar uma atmosfera fechada e rica quanto a do livro anterior. Não há solidez, não há golpes certos de intuição artística. *Abdias* é uma sombra de Belmiro. Todos, neste livro, são sombras dos personagens fortes do outro livro” (*Idem*, p.4).

Admitindo que talvez sua visão esteja distorcida pela falta de objetividade, ainda obsedada pelas “teimosas imagens do meu livro predileto”, uma vez que o novo romance foi, de modo geral, bem acolhido pela crítica - “estou, mesmo, bastante inclinado a supor que o erro seja meu” -, a questão central subjacente ao juízo formado por Candido é a ausência de referente documental.

Em direção semelhante, não é de se estranhar que o romance de estreia do escritor baiano Adonias Filho, *Servos da morte* (1946), seja repudiado por Candido como uma aposta romanesca ambiciosamente frustrada, em rodapé de mesmo título, datado de 15 de agosto de 1946. Inserido numa “linha bastante rica do nosso romance, linha de certo modo dostoiévskiana, no reconhecimento de um núcleo obscuro e

contaminado no pensamento do homem [...]”, que “corrói os personagens de Octávio de Faria, cria paroxismo na obra de Lúcio Cardoso, faz desvairar o sr. José Geraldo Vieira, destrói o homem dentro do homem do sr. Oswaldo Alves e dá a Luís da Silva, em *Angústia*, invencível sensação de imundície”, *Servos da morte* “bem poderia se chamar a apoteose do ódio”, movida “ao compasso da vingança e da loucura” (Candido, 1946j, p. 4). Incapaz de fixar o drama existencial dos personagens, cuja intensidade psicológica não aprofunda, o romancista se perde “na horizontal”, caindo na monotonia de um acúmulo sucessivo de situações repisadas. Se nos romances em que “as relações humanas predominam sobre a pesquisa psicológica” os personagens não precisam, necessariamente, ser complexos, “ter na consciência um poço sem fundo”, num livro como *Servos da morte*, que aspira ser “vertical e essencial”, tal horizontalidade torna impossível a “vibração dramática, a verdade artística” (*Idem*, p.4).

Finalizando seus comentários, Candido comenta que ao ler “*Servos da morte*, livro de estreia, não sei por que me lembrei de outro livro de estreia, que analisei no início da minha carreira de crítico: *Janelas fechadas*, do sr. Josué Montello. Escrito segundo a concepção neo-realista, descritivo na técnica e social no intuito, equilibrado na língua e convencional na composição, ele se caracterizava pela modéstia de propósitos” (*Idem*, p.4). Publicada no terceiro número da revista *Clima*, em agosto de 1941, a resenha de *Janelas fechadas*, destaca a concepção bem realizada do romance de estreia do escritor maranhense Josué Montello, “um estreante que há certamente de progredir – o nosso futuro romancista de costumes, continuador das boas tradições realistas, que não devemos reprovar por causa dos seus exageros e deficiências” (Candido, 1941c, p.71). Dotado de qualidades apreciáveis (“de descrição, de detalhe, de boa escrita, de visão externa”), Candido faz votos que “Montello domine a sua exuberância e consolide os seus dotes, pois eu gostaria, sinceramente, de ver um verdadeiro neo-realista no país” (*Idem*, p.71). E conclui com um trecho tão significativo do que venho argumentando que, apesar da extensão, vale a pena ser citado na íntegra:

“Na casa de meu pai há muitos aposentados; na literatura também. Uma tradição que não deve se perder é a da boa história, contada com simplicidade, com harmonia, e que é construída com dados imediatos da existência, se me permitem a expressão. Há escritores que penetram os subterrâneos do espírito, que remexem o subsolo confuso do homem, e trazem à luz aspectos novos, mecanismos ignorados. Através deles, da sua intuição, da sua profundidade divinatória, os problemas do ser e do agir se aclaram de maneira inesperada. São os Dostoievski, são os Julien Green, são os Charles Morgan. São entre nós – guardadas as proporções devidas – Graciliano Ramos e Lúcio Cardoso, dotados de uma capacidade tão comovedora de penetração. Há contudo outros domínios; há outras vocações. Existe uma literatura que se aplica à vida como ela nos aparece; que lida com os seus problemas diários, com os aspectos imediatos do comportamento, com os sinais externos da incógnita humana. O seu processo narrativo é mais chão, seus quadros o mais reais

possível; traça o seu caminho sem apelar para os ambientes de mistério ou para a magia da construção” (*Idem*, p. 71).

Como se vê, por trás do louvor “da modéstia de propósitos” do livro de Josué Montello, cujo lançamento passou sem “bulha nem matinada e deixou a sensação agradável de história bem contada”, é possível entrever no conselho oferecido pelo crítico a Adonias Filho a sutil sugestão de deixar de lado a linha do romance introspectivo em favor de uma concepção realista de literatura²⁰⁵.

Em oposição à atmosfera carregada de drama e tragédia do romance de Adonias Filho, quase como um antídoto aos excessos do romancista baiano, Candido destaca o “realismo sólido, de uma solidez balzaquiana” dos romances do literato e ativista político italiano Ignazio Silone. Retomando o exame do conjunto de sua obra, após tê-la apreciado a partir “do aspecto ideológico (...), a mensagem ética nela contida, deixando mais ou menos à margem, ou pelo menos não desenvolvendo, considerações de ordem mais estritamente literárias” (Candido, 1946l, p.4), o rodapé “Apêndice”, surgido em 10 de outubro de 1946, dedica-se “à compreensão dos livros de Silone do ponto de vista da arte literária”, “adendo aos artigos do começo do ano”. Para Candido, ao entrelaçar a natureza e o homem num universo orgânico e, em parte, cambiável, Silone reforça a ligação profunda dos personagens com os meios materiais de existência e geografia física e humana circundantes. Assim, “se quisermos sentir a comunhão que liga os personagens de Silone à terra e aos seres, é preciso ler os seus livros com os cinco sentidos. Maneira simples e elementar de compreensão – mas como não abordar com singeleza um escritor sob cuja pena o maior elogio é chamar simples e boas às coisas dignas?” (*Idem*, p.4).

Construídos de maneira “antes tradicional, com os recursos adquiridos e consagrados do diálogo esclarecedor, da descrição, da intervenção moderada do romancista na marcha da narrativa” (*Idem*, p.4), Silone, de acordo com Candido, confere aos seus livros “um lastro sociológico e ideológico, de maneira que a obra de arte resulte numa verdadeira interpretação da vida” (*Idem*, p.4). Não se pense, porém, que sua escrita reproduza a realidade: à “medida que os seus romances se sucedem, as exigências da linguagem literária e o pendor para a exposição alegoria os vão tornando cada vez menos naturalistas, se bem que mais reais. A realidade, com efeito, reside, para Silone, menos na cópia do que na interpretação” (*Idem*, p.4). Com base em recursos expressivos relativamente simples, mas de ampla comunicabilidade, Silone exprime em suas obras uma “concepção nítida e profunda das relações humanas”, configurando “uma das maiores mensagens da literatura revolucionária contemporânea” (*Idem*, p.4).

Difícil não concluir, a partir de tais indicações, a profunda diferença de tratamento entre o romance introspectivo e o social e a manutenção, ainda que como pano de fundo, de uma ótica sociológica

²⁰⁵ É de se notar, nesse sentido, que vários romances dessa linhagem surgem no período e, novamente, não são abordados por Candido: Clarice Lispector lança seu segundo livro, *O Lustre*, em 1946; Octávio de Faria publica, em 1947, *Os renegados*; Lúcio Cardoso, por sua vez, *A professora Hilda*, em 1946.

incrustada na orientação analítica de Candido. De maneira sutil, mas indisfarçável, o elogio a Ignazio Silone deixa à mostra a preferência pelo romance político, desde que não se descambe para o proselitismo e dirigismo artístico, como será o caso de *Seara Vermelha* (1946), de Jorge Amado, lançado em 1946, objeto de análise do rodapé “Seara Vermelha”, datado de 28 de novembro de 1946. Abandonando as regiões topográficas privilegiadas pelo autor nos escritos anteriores (o contexto urbano de Salvador, a zona cacauzeira do sertão da Bahia), o romance acompanha as desventuras de uma família de camponeses do sertão baiano que, por força da estrutura fundiária espoliativa, acaba se dispersando ao acaso da migração – provocando a adesão de parte de seus membros a distintas modalidades de revolta social: o banditismo, a revolta messiânica e a insurreição comunista de 1935. Reconhecendo ser um “romance bem traçado”, de cujo prólogo partem três narrativas dotadas de certa autonomia, que se fecham no epílogo, elas correspondem “à teoria que o autor quer mostrar: a má organização da propriedade territorial gera a miséria, que conduz ao desespero e se exprime pelo cangaço e pelo desvario místico; a solução é reorganizar a propriedade segundo um plano socialista” (Candido, 1946m, p.4). As três partes, no entanto, “são desiguais no valor e na execução artística. O estilo e a própria língua variam consideravelmente, oscilando segundo os altos e baixos de uma inspiração irregular” (*Idem*, p. 4).

Insinuando que as atribuições do mandato político como deputado federal, como representante de São Paulo, pelo Partido Comunista Brasileiro, cargo para o qual o escritor baiano fora eleito no ano anterior, seriam responsáveis pelo desleixo com a linguagem, azinhavrada de “excesso de pronomes pessoais e relativos, ecos, frases confusas, circunlóquios inúteis” (*Idem*, p. 4), Candido avalia que, se não chega a prejudicar o livro, tal defeito atenua a “magia, ou o relevo poderoso com que sabe conformar a realidade” (*Idem*, p. 4). E indaga:

“De outra forma, como explicar semelhante regresso artístico? Como explicar a presença de páginas belíssimas e bem feitas (as dos dois primeiros capítulos da segunda parte) ao lado de outras, incoordenadas e, sobretudo, pessimamente redigidas, com erros grosseiros de língua, de lógica, de gosto, de ouvido (sobretudo as da primeira parte)?” (*Idem*, p. 4).

Implicitamente, o que está em jogo é a condenação, como boa parte da recepção crítica, do excessivo engajamento do escritor e os efeitos nocivos da atuação partidária para o malogro da obra. Embora reconheça que o assunto seja de primeira ordem e que poderia ter produzido um grande romance, Candido, no entanto, constata seu direcionamento ideológico, peça de retórica comprometida com o discurso partidário do PCB. Mesmo aferrando-se ao âmbito da composição literária, os comentários sucintos e sempre de esguelha sobre as posições políticas do autor deixam entrever, no limite, que eles são os fatores indicados como responsáveis pelo insucesso obtido: ao subsumir a realização artística à estreita

bitola do partidarismo, Amado não atingiu a qualidade e equilíbrio alcançados em, por exemplo, *Terras do sem fim*. Nesse sentido, não me parecem gratuitas as constantes alusões à filiação partidária do escritor baiano, tampouco creio que sua implicação esteja limitada ao desleixo da linguagem (composta de termos vulgares, jargão partidário, palavras de ordem), os altos e baixos que acabam por corromper o romance. Embora não esteja explicitada, no centro das considerações reside o problema da ingerência dos partidos políticos e suas repercussões no romance de cunho realista.

É importante insistir nesse ponto para mostrar que a valorização dos elementos e fatores literários não implicou no abandono do quadro de princípios analíticos, adesões ideológicas, predileções estéticas e intersecções disciplinares, compondo um quadro de referências e reflexões que, em suas linhas gerais, permanece o mesmo, ainda que modo atenuado, reformulado ou então subentendido na obra de Candido. Não obstante, desobedecendo, em parte, às diretrizes e prescrições programáticas assumidas em “Começando”, o rodapé dedicado à leitura de *Sagarana* – sem sombra de dúvida o ponto alto das análises de romances assinadas por Candido nesse segundo bloco e o principal lançamento literário do período -, de Guimarães Rosa, recorre a considerações de ordem sociológica e política a fim de saudar, com verdadeiro entusiasmo, a renovação literária provocada pelo surgimento do livro de estreia do escritor mineiro. Segundo o crítico, o êxito de público e crítica do livro resulta da sintonia do romance regionalista com as inflexões do sistema de governo federalista no país. Acompanhando as reviravoltas do movimento de centralização e descentralização política, essa vertente literária desponta, “gloriosa, avassaladora”, na República Velha, quando vivíamos o “federalismo extremo” da chamada “política dos governadores”, perde força posteriormente à crise de 1939 e a Revolução de Trinta (quando, “após alguns protestos nem sempre platônicos”, se instaura, com o Estado Novo, uma fase de fortalecimento e intervencionismo estatal) e ressurge com o final da ditadura de Vargas e a retomada de democracia. Com a restauração da autonomia local, garantida pela constituição de 1946, “agora a moda é ser bairrista, e o porta-voz mais autorizado da tendência é o sr. Gilberto Freyre, pai da voga atual da palavra ‘província’” (Candido, 2002n, 184). Na esteira desse movimento, o alvoroço causado pelo surgimento do livro de Guimarães Rosa não se apoia, contudo, na existência de “um certo sabor regional”, mas, justamente, por transcender a ideia de região:

“[...] a província do sr. Guimarães Rosa, no caso Minas, é menos uma região do Brasil do que uma região da arte. Com detalhes e locuções e vocabulário e geografia cosidos de maneira por vezes quase irreal, tamanha é a concentração com que trabalha o autor [...] Por isso sustento, e sustentarei, mesmo que provem o meu erro, que *Sagarana* não é um livro regionalista como os outros, porque não existe região igual à sua, criada livremente pelo autor com elementos caçados analiticamente e, depois, sintetizados na ecologia belíssima de suas histórias” (*Idem*, p. 185).

Na avaliação de Candido, o livro de contos de Guimarães Rosa recupera produtivamente todos os elementos expressivos e convenções literárias da tradição do romance regionalista (o retrato pitoresco do sertanejo, o exotismo do léxico, a tendência descritiva), redefinindo-os “num regionalismo muito mais autêntico e duradouro, porque criou uma experiência total em que o pitoresco e o exótico são animados pela graça de um movimento interior, em que se desfaz as relações de sujeito e objeto para ficar a obra de arte como integração total da experiência” (*Idem*, p. 186).

Para encerrar este capítulo, gostaria de recuperar uma sequência de três rodapés dedicados à discussão de *Thésée* (1944), do escritor francês André Gide, os quais permitem flagrar a dimensão profunda dos impasses que rondavam Candido nesse momento. Após caracterizar o racionalismo *sui generis* do autor de *Os subterrâneos do Vaticano*, espírito inconformado, defensor do auto-descoberta e avesso a quaisquer imperativos e compromissos morais, Candido passa a considerar a mais recente narrativa do autor, “livro mais sereno, mais firme, mais otimista e menos fugidio que Gide escreveu. É o mais positivo, em contraposição a muitos anteriores, nos quais as afirmações não raro se dissolvem, ou se ocultam, graças a uma rede engenhosa e bem dirigida de negações” (Candido, 1946t, p. 4). Da alegoria proposta por Gide, na qual Teseu adentra no labirinto de Creta para matar o Minotauro e, com isso, conquistar a si mesmo, “definindo e executando tarefas de ordem pessoal e de ordem coletiva”, Candido afirma que:

“Com ‘Teseu’ é provável que Gide tenha querido dizer a última palavra a respeito das relações do individualismo com o ‘don de soi’, dualidade que percorre sua obra. A formação pessoal aparece, então, condicionada por um processo baseado, principalmente, na extrema variedade e mobilidade das atitudes, em busca de todas as experiências, para acrescentar alguma coisa ao eu. Mas a presença imperiosa dos outros homens, experimentada por Gide nos contatos com o cristianismo, a princípio e, depois, com o comunismo, leva a consciência a encontrar um ponto de apoio exterior e, nela fundada, servir. Entre as duas etapas, encarnadas aqui pelo Teseu-aventureiro e pelo Teseu-legislador, se coloca o processo de preparação, a propedêutica, que permite escolher entre as várias sugestões da vida; coloca-se, numa palavra, o problema de definir a atitude moral. E ao cabo, parece que Gide vê um modo de conciliar o ato gratuito com a norma ética, numa filosofia das etapas, ou da sucessão de tarefas: “Há um tempo de vencer, dizia eu a Piritoo, de purgar a terra de seus monstros, depois um tempo de cultivar e fazer frutificar a terra felizmente purgada: um tempo de libertar os homens do temor, depois de um tempo de ocupar a sua liberdade, de fazer render e florescer a abundância” (*Idem*, p. 5).

Nesse sentido, o herói do romance oferece uma resposta à “antinomia da disponibilidade e da realização”, pois sua conduta garantiu a conquista da “liberdade interior sem sufocar os traços de humanidade”. Distanciando-se da imagem de autor prostrado diante da liberdade individual e dos prazeres

sensoriais, cujo alheamento havia provocado, anteriormente, a contestação de Candido, em *Thesée*, ao contrário, a fórmula proposta pelo escritor francês merece louvores. No espírito irrequieto de Gide, a transição de posições individualistas para coletivistas foi marcada por uma coerência consigo mesmo “que leva ao rompimento incessante dos equilíbrios alcançados” (*Idem*, p. 5).

Como não sentir nessas palavras os dilemas pelos quais Candido passava? É possível reconhecer nos comentários de Candido uma projeção das vicissitudes enfrentadas por ele no exercício de suas atividades profissionais e militância política. Ao aprovar a conduta invocada por Gide na narrativa de Teseu, misto de sacrifício e desprendimento, Candido sinaliza os desafios da posição intelectual almejada para si mesmo: equidistante entre a participação e a independência intelectual, sem anular cada uma delas e resguardando-se das antinomias e de exclusões mútuas. Sacrifício, dever e disciplina coexistem, paradoxalmente, com liberdade, maturidade e serenidade. Assumindo por si mesmo o risco de engajar-se sem temor no fluxo dos acontecimentos, conservando-se lúcido e disponível para as tarefas da inteligência, a posição reivindicada por Teseu, e endossada por Candido, supõe a liberdade da escolha com a vontade de participar. Equação de difícil conciliação, e que, pela energia despendida na leitura de *Thesée*, calava fundo em Candido nesse momento.

Com o rodapé “Anotações”, comentários gerais sobre a poesia árcade, parnasiana e modernista, Candido se desligava da crítica literária militante. Será apenas no final dos anos cinquenta, quando idealiza o *Suplemento Literário* do jornal *Estado de S. Paulo*, dirigido pelo amigo Décio de Almeida Prado, que Candido retomará os artigos na grande imprensa, mas de maneira esporádica e já num momento da trajetória profissional em que a coexistência da produção de conhecimento no âmbito da crítica literária e as obrigações profissionais junto à Cadeira de Sociologia II - somando-se a isso a hegemonia paulatinamente conquistada pelo padrão de trabalho científico e agenda temática da Cadeira de Sociologia I, - começavam a se tornar insustentáveis.

1.6. Da crítica e da nova crítica

Conforme se pode apurar em depoimentos fornecidos por Candido, a decisão de transferir-se da Cadeira de Sociologia II da FFCL-USP para o setor das letras suscitou certa hesitação e intranquilidade. Assolado por incertezas, dificultado pela inexistência de uma vaga institucional nas cadeiras de Literatura Brasileira e congêneres, mas, ao mesmo tempo, motivado por circunstâncias acadêmicas desfavoráveis “para dar continuidade a seu verdadeiro interesse intelectual: a literatura e a cultura em sentido amplo” (Pontes, 1998, p. 176), numa conjuntura marcada pela progressiva hegemonia do padrão de trabalho e da agenda de pesquisas associadas à Cadeira de Sociologia I²⁰⁶, Candido decidiu declinar o convite recebido para assumir a Cadeira de Sociologia da Educação, que seria criada caso ele aceitasse dirigi-la, anunciando, em 1956, que deixaria a função de professor-assistente para dedicar-se integralmente aos estudos literários. Em suas palavras:

“[...] comuniquei-lhe [a Fernando Azevedo] logo depois da defesa da tese que pretendia largar da sociologia para cuidar apenas de literatura, pois nunca me considerei sociólogo, mas apenas docente de sociologia, o que era outra coisa [...]. Provavelmente por iniciativa de Fernando Azevedo resolveram propor para mim a criação de uma nova cadeira, Sociologia da Educação, matéria que me interessava, mas isso só serviu para apressar minha decisão. Resolvi que o ano de 1956 seria o último como assistente de sociologia e, por isso, me afastei do departamento, passando 1957 em licença-prêmio. Não sabia bem o que iria fazer. Pensei em voltar à crítica literária nos jornais e cheguei a esboçar um plano com Antonio Olavo Pereira, da Editora José Olympio, que sugeriu a distribuição dos rodapés por vários jornais do país, de modo a multiplicar o lucro. Pensei também em associar a isto o ensino de literatura no curso colegial. A única certeza é que não voltaria a ensinar sociologia” (Candido *apud* Pontes, 2001, p. 27).

Um ano antes, Candido fora convidado por Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, para organizar e dirigir o projeto de criação de seu suplemento literário. Declinando o posto de diretor, aceitou, contudo, idealizar o plano da publicação. E sugeriu o nome do amigo e colega de

²⁰⁶ No dizer de Pontes: “Animada por um ‘espírito’ cientificista, afeita à ideia positivista de pesquisa como sinônimo de análise sistemática da realidade, e ‘encarnada’ de forma exemplar na figura de Florestan Fernandes, ela [concepção de sociologia dominante na época] ‘expulsou’ de seus horizontes, quando não dos seus espaços de atuação institucional e de seu universo discursivo, o ensaio e as dimensões estéticas dos fenômenos sociais. A transferência de Gilda de Mello e Souza para a área de estética e a de Florestan para a cadeira de Sociologia I, no ano de 1954, bem como a mudança de Antonio Candido, em 1958, para Assis, após 16 anos de inserção na cadeira de Sociologia II (antes da sua volta em 1960 para a Universidade de São Paulo, como professore de literatura e não mais de sociologia) são indícios extremamente significativos da oposição entre ciência e cultura que se estabeleceu, na época, na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo” (Pontes, 2007, p. 87).

Clima, Décio de Almeida Prado, para dirigi-lo. Editado entre 06 de novembro de 1956 e 01 de abril de 1967, o formato editorial do *Suplemento Literário do Estado de S.Paulo*, de acordo com a sua “Apresentação”, estampada no número inaugural, seria composto de colunas fixas (nas áreas de “Literatura brasileira”, “Letras estrangeiras”, “Teatro”, “Cinema”, “Música”, “Arte”, “Últimos livros”, “Revistas das revistas”, “Crônica dos Estados” e “Resenha bibliográfica”) e colaborações livres e eventuais, reunindo nomes consagrados nas áreas indicadas e jovens intelectuais que começavam a se afirmar no meio acadêmico paulista.

Do total de 43 contribuições (distribuídas nas seções de “Literatura Brasileira” e “Resenhas bibliográficas”) assinadas por Candido entre 06 de outubro de 1956 e 11 de junho de 1960, 20 foram republicadas em livros do autor (*Observador Literário* [1959] e *Tese e Antítese* [1964]), coletâneas (*Textos de intervenção* [2002]) e revistas acadêmicas (*Remate de Males* [1999]). Com exceção da resenha de *Society and education*, de Robert J. Havighurst e Berenice L. Neugarten, os demais escritos dedicam-se aos estudos literários, avaliando lançamentos de autores consagrados (João Guimarães Rosa, Carlos Drummond de Andrade), biografias literárias e históricas (*Marcel Proust*, por George Painter; *Evaristo da Veiga*, de Otávio Tarquínio de Souza; *Gonçalves Dias*, de Mary Apocalypse), livros de crônicas e viagens (*Dez anos*, de Gustavo Corção; *Passeio a Sabará*, de Lúcia Machado de Almeida), traduções (*As minas do Rei Salomão*, de Henry Rider Haggard, por Eça de Queirós; *Uma temporada no inverno*, de Arthur Rimbaud, por Lêdo Ivo), edições críticas (da poesia de Alvarenga Peixoto, preparada por Domingos Carvalho da Silva), entre outros.

De volta às páginas da grande imprensa, como colaborador eventual, mas assíduo, das seções de “Literatura Brasileira” e “Resenhas Bibliográficas”, Candido encontrava à sua frente um panorama significativamente mudado. Ao longo da década de 1950, o movimento editorial e jornalístico na área da crítica multiplicara-se consideravelmente. Os principais jornais em circulação no eixo Rio de Janeiro-São Paulo mantinham cadernos e suplementos dedicados à discussão e ao estudo de obras e tendências literárias (dentre os quais se destacam: o “Suplemento Dominical” do *Jornal do Brasil*, criado em 1956; o “Suplemento Dominical” da *Folha da Manhã*, editado desde 1950; e também os suplementos dos jornais *A Manhã*, *Diário de Notícias*, *A noite* e *Correio Paulistano*). De igual maneira, o mercado de livros foi tomado por uma enxurrada de estudos, ensaios, panoramas e historiografias versando sobre a literatura brasileira (são os casos, por exemplo: *História da literatura brasileira*, de 1954, de autoria de Antonio Soares Amora; *Antologia dos poetas brasileiros da fase colonial*, de 1952, organizado em dois volumes por Sergio Buarque de Holanda; *Introdução ao Romantismo no Brasil*, de 1950, por José Aderaldo Castello; *Panorama da Poesia Romântica no Brasil*, de 1959, por Edgar Cavalheiro; *O Verso Romântico*, de 1959, assinado por Péricles Eugênio da Silva Ramos; *A literatura no Brasil*, quatro volumes surgidos em 1955, 1956 e 1959, organizados por Afrânio Coutinho; *Panorama do Movimento Simbolista*

Brasileiro, de 1952, em três volumes por Andrade Murici; *Introdução ao Estudo do Simbolismo*, de 1953, por Wilson Martins)²⁰⁷.

Com a crescente consolidação institucional dos cursos de letras, as condições de produção e o perfil de trabalho intelectual no âmbito dos estudos literários se alteram em direção à adoção crescente de modelos e paradigmas estrangeiros de análise pautados pelo espírito de cientificidade e rigor, com especial destaque para a nova crítica anglo-americana²⁰⁸. Não há, indubitavelmente, exemplo mais representativo dessas transformações do que a reorientação intelectual ocorrida na trajetória crítica do baiano Afrânio Coutinho. Nascido em Salvador (BA), em 15 de março de 1911²⁰⁹, filho de Eurico da Costa Coutinho, engenheiro civil e descendente de senhores de engenho da região do recôncavo baiano, e Adalgisa Pinheiro dos Santos, neta de Romualdo dos Santos, livreiro, editor e proprietário da livraria Catilina, Coutinho cursou o ensino primário em escola pública da capital e o secundário no Colégio Nossa Senhora da Vitória (Irmãos Maristas). Em 1926, ingressa no curso de medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, formando-se em 1931, aos vinte anos. Sem vocação para exercer a profissão escolhida, assume em 1932 o cargo de bibliotecário da Faculdade de Medicina da Bahia, ocupação em que permanecerá durante os dez anos seguintes.

Suas primeiras colaborações na imprensa local e nacional surgem em 1933, encaminhando artigos de crítica de literária para os jornais *A Tarde*, *O Imparcial* e *O Estado da Bahia* e também para o *Diário de Notícias*, *O Jornal* e as revistas *Festa*, *A Ordem* e *Revista do Brasil*. Nessa altura, influenciado pelos princípios doutrinários do humanismo personalista cristão, difundidos pelas obras de Jacques Maritain, Daniel Rops, Denis de Rougemont e Emmanuel Mounier, defende a necessidade de reformas sociais e políticas baseadas em princípios cristãos em seu livro de estreia, *Daniel Rops e a ânsia do sentido novo da existência* (1936).

Em 1935, já casado com Vanda de Faria, filha da numerosa prole do famoso advogado e jurista baiano Rogério Gordilho de Faria, ingressa no magistério, lecionando literatura brasileira, história geral, história da filosofia e sociologia em diversos estabelecimentos de ensino secundário da capital baiana (Colégio Nossa Senhora da Vitória [1936-1938]; Nossa Senhora Auxiliadora [1936-1941]; Ginásio Nossa Senhora da Soledade [1940-1941]) e história moderna e contemporânea em nível superior (Faculdade de Filosofia da Bahia [1941]),

²⁰⁷ Para um levantamento abrangente dos volumes publicados nessa época, ver Martins (1983).

²⁰⁸ Conforme lembra Martins: “Em 1962, a ‘velha crítica’, assim entendida a que recusava as metodologias formalistas, continuava tão numerosa como sempre, mas eram, indubitavelmente, estas últimas que predominavam, pelo menos em termos de prestígio [...]” (Martins, 1983, p. 687).

²⁰⁹ As informações que seguem foram extraídas, em sua grande maioria, do volume de homenagem *Miscelânea de Estudos Literários* (1984).

Seu livro de estreia na crítica literária, *A filosofia de Machado de Assis* (1940), se dedica ao rastreamento, das possíveis fontes de influência do pessimismo machadiano – ou, em suas palavras, “seu ódio à vida” –, indicando a centralidade da obra filosófica de Montaigne e, sobretudo, Blaise Pascal no seu conceito de homem e em sua concepção de vida. Como era de se esperar, o ensaio não se afasta do modelo ensaístico predominante, no qual se misturam comentários e opiniões pessoais (um arrazoado confuso e genérico sobre a atmosfera político-ideológica vigente no país após a Revolução de 1930, no qual imperou a “hipertrofia do político” e deformações de ordem “moral, sentimental, intelectual e espiritual”, situação para a qual o autor sugere, como alternativa, a exaltação dos valores universais e o retorno à espiritualidade e ao cultivo “arejado da filosofia”) e indicações sobre o “problema psico-social do mulato brasileiro” para “compreender o caso Machado de Assis” (os conflitos íntimos decorrentes da origem humilde, da doença congênita e do desajustamento no processo de ascensão social), para finalmente se dedicar à sondagem das fontes e pontos de influência de pensamento pascaliano sobre o autor de *Memórias póstumas de Brás Cubas* (1881).

Ao que consta, o lançamento do estudo foi mal recebido por parte dos principais nomes da crítica do período²¹⁰. É o caso, por exemplo, de resenha assinada Álvaro Lins em sua coluna no *Correio da Manhã*. Embora não deixe de ressaltar certas qualidades do estudo (“excita a discussão, o debate de ideias, as sugestões”) e do autor (dotado de “considerável erudição que se dirige em todos os sentidos e que tão abundante e tão heterogênea se apresenta neste livro”)²¹¹, Lins detecta, nos argumentos de fundo do livro, desencontros de opiniões e formulações, desvios e digressões extraliterárias, objetivos parcialmente atingidos, inconsistências metodológicas e uso imoderado da linguagem – resultado, em alguma medida, do espírito “inquieto e transbordante” do ensaísta baiano.

De modo mais virulento, Sergio Buarque de Holanda, em sua coluna no jornal *Diário de Notícias*, constata que o estudo se ressentia de certa “imprecisão, paradoxalmente unida a um dogmatismo sem freios” (Buarque de Holanda, 1996, p. 307). Ao exagerar indevidamente a suposta influência em Machado de Assis do pensamento do filósofo francês Blaise Pascal, sobretudo na conformação de uma forte negatividade e visão pessimista diante da condição humana, Coutinho incorreria numa “simplificação traidora”, que o exame da obra de ambos os autores confrontados não admite autorização e endosso. E conclui:

²¹⁰ No que segue, me aproximo de Cruz Rocha (2011), com a ressalva, porém, que tive contato com o seu estudo quando as linhas gerais do meu argumento já se encontravam traçadas e o levantamento de informações parcialmente realizado. Ao tomar conhecimento da análise empreendida pelo professor de Literatura Comparada da UERJ, certifiquei-me que estava no caminho certo e pude aprofundar minhas ideias e referências bibliográficas.

²¹¹ Elogios que não deixam, contudo, de conter certas restrições pertinentes: “O autor deste ensaio – um nome bastante conhecido pelos seus numerosos artigos de jornal – encontra-se numa posição intelectual muito propícia aos estudos literários. Apresenta-se como um católico, um afirmativo, um dogmático, mas na mesma proporção, como um espírito muito compreensivo, muito lúcido, muito sensível a todas as manifestações literárias. E marcando tudo o que faz com os sinais de uma ardente seriedade” (Lins, 1941b, p. 175).

“Diante dos aspectos que procurei apontar no livro do sr. Afrânio Coutinho, da fragilidade tão patente dos seus argumentos em favor de uma tese artificial e forçada, não sei esconder a impressão de que o autor não chegou a formar uma convicção bem definida a respeito do que sustenta. Suas frases sucedem-se como um pensamento ainda nebuloso, mal descansado, à procura de um ponto onde se arrime e ganhe segurança” (Idem, p. 312)²¹².

Por indicação do conterrâneo e amigo íntimo Otávio Mangabeira, assume em 1942, nos Estados Unidos, o cargo de secretário da edição brasileira das *Seleções do Reader's Digest*, passando a residir em Nova York. Nos cinco anos em que lá viveu, recicla sua formação intelectual prévia²¹³, acompanhando cursos na Universidade de Columbia, onde entra em contato sobretudo com autores associados às modernas correntes críticas norte-americanas e inglesas, profere conferências sobre literatura brasileira, colabora com projetos editoriais locais e envia, de forma esporádica, artigos à grande imprensa brasileira, divulgando as novas leituras e parâmetros de análise e interpretação da obra literária que passam a orientar sua atividade intelectual²¹⁴.

²¹² É fora de dúvida que as críticas negativas recebidas na grande imprensa tenham desestabilizado o autor. Basta lembrar que na folha de rosto da primeira edição de *A filosofia de Machado de Assis* anunciava-se, em preparo, o volume *Ensaio contemporâneos* (estudos críticos), possivelmente uma coletânea de artigos do autor assinados na grande imprensa, que não obstante nunca veio a lume.

²¹³ No discurso de posse da Cadeira de Literatura Brasileira do Colégio Pedro II, na data de 26 de maio de 1952, ele comenta: “Ao desarvoramento e falta de direção, substituíra-se uma convicção firme e uma diretriz linheira. Ao vício, tão comum entre nós, e de que participara, de borboletear sem pousada, foi-se opondo a tendência a restringir a mira, na certeza de que ninguém serve bem muitos senhores” (Coutinho, 1952, p. 13).

²¹⁴ Em rodapé datado de 13 de julho de 1943, redigido em Nova Iorque, Afrânio Coutinho, em seu habitual tom inflamado, interpelava: “haverá porventura hábito mais grotesco do que este, tão comum entre os nossos críticos, de inaugurarem os seus rodapés com uma introdução em que, pretendendo dar a sua posição, não vão além de uma série de considerações mais ou menos ocas e de algumas barretadas à plateia? Onde as tomadas de posição, as afirmações doutrinárias, as classificações dos problemas? Aliás, não é esse costume apenas que é preciso arguir, tratando-se do problema da crítica no Brasil. É a própria instituição do rodapé, que é condenável por todos os aspectos como um dos responsáveis pelo atraso, ou, por que não dizer, pela inexistência da crítica literária entre nós [...] O que se afigura inadiável entre nós é a destruição do mito do rodapé. Enquanto considerarmos o rodapé a última palavra em crítica, jamais teremos crítica literária, e ipso facto literatura. Os rodapés não merecem o respeito e a veneração de que são cercados, o prestígio que se lhes empresta. Não devem ser vistos senão como meros registros de livros, sem nenhum valor de julgamento, nem para o bem nem para o mal. Para que se sinta o vazio dos rodapés basta que procuremos neles o critério que os norteia, o padrão de valores, suas diretivas e normas de interpretação. No Brasil, dificilmente encontraremos mais de um rodapé que possa expor esse corpo doutrinário, e que não se resuma no critério do ‘gostei’ e ‘não gostei’ [...] A grande crítica, inclusive, de contemporâneos, se exerce nos livros, nas boas revistas literárias, em estudos sérios, amplos, assentados. É desta maneira que está sendo construída a crítica americana. Confundindo crítica com rodapé – e a prova disto é que os seus autores os publicam depois em livros tais como apareceram nos jornais, sem nenhuma modificação, como obras definitivas de crítica – teremos sempre uma crítica aleatória, inconsistente, sem padrões nem guias, condicionada à impressão pessoal, às flutuações dos motivos e objetivos pessoais do autor, ao seu caráter, às circunstâncias do ambiente em que ele se move, às imposições de natureza extraliterária, política ou social [...]”. Ao contrário da situação brasileira, a vida literária norte-americana distingue, de forma nítida, “crítica e review de livros, entre crítica e reportagem, crônica, registro. Essa distinção é que seria necessário introduzir no Brasil”. (Coutinho, Afrânio, 1969, pp. 21-23).

Retornando ao país em 1947, instala-se na cidade do Rio de Janeiro, sendo nomeado por Clemente Mariani, à frente do Ministério da Educação e Saúde, catedrático interino da Cadeira de Literatura Brasileira do Colégio D. Pedro II, da qual se torna titular em concurso realizado entre 24 de novembro e 09 de dezembro de 1951²¹⁵. Na ocasião, apresenta como tese “Aspectos da literatura barroca”, trabalho pioneiro de síntese e divulgação dos principais autores, modelos teóricos e estudos modernos sobre o conceito de barroco, extraídos de uma extensa revisão bibliográfica da crítica e historiografia literárias e história da arte²¹⁶.

Ao lado das aulas no Colégio D. Pedro II, torna-se ainda professor catedrático interino da cadeira de História Moderna da Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette, em 1948; no ano seguinte, substitui a catedrática titular da Cadeira de Literatura Brasileira na mesma instituição. A partir de 1950, torna-se colaborador eventual de cursos introdutórios e de extensão universitária em matérias relacionadas à crítica literária na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil.

Lançando mão das páginas da grande imprensa e de iniciativas editoriais para propagar suas ideias, assume, em 30 de maio de 1948, a coluna “Correntes Cruzadas”, mantida no “Suplemento literário” dominical do Diário de Notícias. Três anos depois, lança *Correntes cruzadas*, volume que reúne, conforme informa o prefácio, uma seleção dos rodapés sob sua responsabilidade. De acordo com ele, trata-se de uma “seção de debate de ideias literárias, e, mais que isso, de provocações e debates, no bom sentido. O seu autor acredita na fecundidade do debate e da controvérsia, infelizmente, entre nós, transformados em polêmica pessoal” (Coutinho, 1951, p.1).

Em que pese a inclinação prolífica (e redundante, anoto) do autor, sua doutrinação ardorosa pela renovação da crítica literária no país pode ser resumida em uma série de diretrizes fundamentais, reiteradas, de forma insistente²¹⁷: a) necessidade de “criação de uma consciência crítica para a nossa literatura, que venha a corrigir a atitude acrítica e empírica, segundo a qual a literatura é um produto exclusivo das forças inconscientes, telúricas, selvagens, virgens, primitivas, expressão do gênio local, indisciplinado, original”; b) tal consciência “só se cria pelo estudo superior e sistemático de letras, estudo universitário, em que pese à nossa descrença, de origem romântica, na viabilidade e eficiência do aprendizado de letras [...] Esse estudo sistemático desenvolverá a crítica sobre bases científicas e

²¹⁵ Realizado entre 24 de novembro e 09 de dezembro de 1951, perante Comissão julgadora formada por Clóvis Monteiro, Candido Jucá Filho, Abgar Renault, Afonso Arinos de Melo Franco e Cassiano Ricardo, obtiveram indicação unânime para as duas cátedras os candidatos Álvaro Lins (196 pontos) e Afrânio Coutinho (187 pontos), tendo sido nomeados, por decreto de 04 de janeiro de 1952, para o Externato e para o Internato, respectivamente. Cf. Coutinho (1952).

²¹⁶ Sobre o assunto, ver Gomes Júnior (1998).

²¹⁷ As mesmas diretrizes podem ser encontradas, com maior ou menor ênfase, em outros livros do autor: *Da Crítica e da Nova Crítica* (1957), *Críticas e Poética* (1968), *Crítica e Críticos* (1969), *Notas de Teoria Literária* (1976), *Evolução da Crítica Literária Brasileira* (1977), *Caminhos do Pensamento Crítico* (1980).

filosóficas, acentuando o papel da teoria e dos princípios, pois sem uma concepção geral da Literatura é vã qualquer procura de método crítico [...] O instrumento dessa reforma de conceitos e métodos de trabalho intelectual terá de ser o ensino superior de letras ministrado nas Faculdades de Filosofia e Letras. Criando melhores professores de letras e investigadores literários, estes, por sua vez, melhorarão o ensino de letras no curso secundário. Daí sairão melhores poetas, melhores trabalhadores intelectuais. Não serão mais autodidatas os homens de letras”; c) a defesa “da perspectiva estético-literário na apreciação da literatura contra o predomínio do método histórico. Isso não significa, todavia, abandono das contribuições históricas, mas apenas a colocação do método histórico no seu devido lugar, que não é, na consideração da literatura, o primeiro. A crítica é, acima e antes de tudo, crítica-poética, no sentido aristotélico, e a história só vale na medida em que é um auxiliar na compreensão da obra” [...]; d) a adoção de uma postura crítica pautada por critérios objetivos e científicos, (“a crítica literária não é mais que um conjunto de métodos e técnicas para o estudo e interpretação do fenômeno literário”) sem recorrer, tal como boa parte dos críticos naturalistas o fizeram, à transposição de critérios e métodos de outras disciplinas (notadamente a biologia e a física) cujos objetos não eram “o fato literário. Cada ciência cria o seu próprio método de acordo com o seu objeto [...] A crítica jamais será uma ciência, mas poderá absorver cada vez mais o espírito científico, realizando dentro de seus domínios as revoluções metodológicas e científicas que lograram outras disciplinas”. Nesse sentido, “o grande mestre da crítica literária científica é Aristóteles, que deixou na Poética as normas para o assunto. O primeiro passo é a correta observação do fato literário, na sua intimidade, ou intrínseco do fato literário; a análise de seus elementos, isolados ou combinados; o estudo de seus processos de produção e recepção e, por último, o julgamento de seu valor”; d) a renúncia ou, ao menos, a relegação para segundo plano de preocupações de ordem biográfica ou contextual, em favor do exame do núcleo intrínseco ou essência estética da obra literária (Coutinho, 1952, pp. V-XXIII).

Embora a obstinada pregação de Coutinho não tenha sido a responsável pelo declínio de prestígio do rodapé literário, erodido pela progressiva perda da centralidade da literatura no interior do campo intelectual, é inegável que sua campanha pela renovação dos parâmetros teórico, metodológicos e conceituais do exercício da crítica literária teve bastante repercussão no meio intelectual²¹⁸. Prova disso são as contendas e polêmicas travadas com Álvaro Lins, principal alvo visado por Coutinho²¹⁹. De acordo com ele:

²¹⁸ Disso não decorre, como lembra Martins, que “as outras críticas (histórica, sociológica, ideológica ou impressionista) houvessem desaparecido, antes pelo contrário [...]. No começo da década de sessenta, a ‘velha crítica’, assim entendida a que recusava as metodologias formalistas, continuava tão numerosa como sempre, mas eram, indubitavelmente, estas últimas que predominavam, pelo menos em termos de prestígio [...]” (Martins, 1983, p. 688).

²¹⁹ Sobre o assunto, confira Castro Rocha (2011). Para se avaliar os termos a que as alterações chegaram, ver Coutinho (1963).

“O debate, que [ele próprio] inaugurou entre nós, em torno de algumas ideias fundamentais, debate que prosseguirá com a consciência da prestação de um serviço útil, foi estimulado pela persuasão de serem pertinentes os pontos de vista reivindicados. Vários sinais o comprovam: de um lado, uma vaga e insegura, não convencida e não convincente, reação de alguns expressa às vezes apenas nas entrelinhas. Adeptos de velhos conceitos empedernidos, mas geralmente acatados, sentiram-se, em face do trabalho revisionista nela empreendido, na necessidade de justificar-se, desconfiados de que tais postulados foram abalados ou postos em dúvida. Muitos, para combater as novas doutrinas, foram por elas atraídos e conquistados ou forçados a tomar conhecimento de suas teses, e, ainda outros, a tomar posição, por vez primeira, diante dos problemas e ideias nela colocados. Esses os sintomas negativos, Mas, há ainda a convicção de que tais noções constituem a vanguarda do pensamento da época, a vertente ascensional, correspondente a uma aspiração generalizada das gerações novas, como o prova o fato de que há coincidências de ideias, no particular da renovação dos métodos críticos, em vários países do mundo, inclusive o Brasil” (Coutinho, 1952, p. IV).

No prefácio de *Páginas avulsas* (1958), reunião de rodapés literários assinados por Plínio Barreto, Candido sai em defesa da crítica impressionista, reivindicando sua validade e sugerindo sua reabilitação. Constatando a voga crítica de “certo dogmatismo que procura desacreditar a eficácia das impressões pessoais”, que sustenta ser possível “chegar a um resultado preciso, universalmente válido, acessível a qualquer espírito armado de método”, Candido defende a inevitabilidade da quota de subjetivismo em toda investigação intelectual, sendo portanto sua presença recomendável e benéfica: “Para escândalo de muitos, digamos que a crítica nutrida do ponto de vista pessoal de um leitor inteligente – o malfadado ‘impressionismo’ – é a crítica por excelência e pode ser considerada, como queria um dos seus mais altos e repudiados mestres, aventura do espírito entre os livros” (Candido, 2002o, p. 46). Isso não implica em prejuízo ao “trabalho de investigação erudita, análise estrutural, filiações genéticas, interpretação simbólica, atualmente preferidas pelo investigador da literatura, prestes a enxergar de novo a toga do retórico”. Antes, ela garante “a ligação entre a obra e o leitor, a literatura e a vida cotidiana”; do contrário, “se ela não existir, perder-se-á este ligamento vivo, e os críticos serão especialistas, no sentido que a palavra assumiu na ciência e na técnica. Ora, isto poderia ser riqueza de um lado, mas, de outro, empobrecimento essencial, **pois as águas ondulantes da literatura revelam muitos dos seus arcanos aos barcos ligeiros, que as singram familiarmente, mais do que á perspectiva solene dos couraçados**” (*Idem*, p. 46 – grifos nossos).

Não se trata, porém, de mero paradoxo o fato de Coutinho fazer uso das páginas da grande imprensa e de iniciativas editoriais para propagar suas ideias. Por força das vicissitudes pelas quais passou o processo de institucionalização acadêmica no Rio de Janeiro, acuado pela ingerência e pressões de

grupos de interesse confessionais e governamentais em franca disputa, os núcleos universitários cariocas, nessa altura, não operavam “como o centro da vida intelectual e científica”, “em condições de impor requisitos acadêmicos mínimos de acesso, promoção e desempenho na carreira [...]” (Miceli, 2001, p. 118). Com efeito, Coutinho não encontrou, nesse momento, espaço acadêmico disponível no ensino superior – e, extrapolando, nem sequer havia as condições acadêmicas e operacionais e recursos financeiros adequados para a implementação institucional de seu projeto de reformulação do estudo e pesquisa no setor de letras.²²⁰ Com a fundação da Faculdade Nacional de Filosofia, em 1941, o crítico católico e membro da Academia Brasileira de Letras Alceu Amoroso Lima assume a Cadeira de Literatura Brasileira e também a Cadeira de Literatura Brasileira da Pontifícia Universidade Católica, criada pouco antes, em 1941 (e reconhecida oficialmente em 1946). Para a função de professor-assistente, convida o médico e escritor modernista Jorge de Lima, convertido ao catolicismo desde 1935, próximo do Centro Dom Vital e ligado aos beneditinos cariocas²²¹, e já assistente da Cadeira de Literatura Portuguesa no curto período (1940-1941) em que ela foi regida por Fidelino de Figueiredo²²². Para além da sintonia ideológica e doutrinária, o que chama a atenção é a ausência, em ambos, de formação acadêmica específica para exercer as atribuições do cargo²²³, bem como o controle exercido pelos grupos católicos no processo de instalação do ensino superior das ciências humanas no Rio de Janeiro²²⁴.

²²⁰ Como se sabe, por insistência do Cardeal D. Leme, seu confessor e mentor espiritual, que desejava a presença de um intelectual católico na instituição, Amoroso Lima se candidata e, em 29 de agosto de 1935, se elege para a vaga da cadeira de número 40. Cf. Amoroso Lima (1973).

²²¹ Segundo seu biógrafo, a partir de 1935, Jorge de Lima “Passou a frequentar o Centro Dom Vital. Colaborou na revista, inscreveu-se no seu curso de palestras. O Ministério da Educação organizou uma série de conferências ‘Os nossos grandes mortos’. Jorge foi convidado a participar da iniciativa. Pronunciou uma notável conferência sobre ‘D. Vital, Herói e Santo’ (Cavalcanti, 1969, p.145).

²²² “A esse tempo, o prof. Amoroso Lima (Tristão de Athayde), convidou-o para seu assistente, na Cadeira de Literatura, na Escola de Filosofia, onde também serviu com o mestre Fidelino de Figueiredo, na qualidade de professor assistente de Literatura Portuguesa” (Cavalcanti, 1969, p. 120).

²²³ Nesse aspecto, o próprio Amoroso Lima reconhece: “Só lamento não ter me preparado sistematicamente para a profissão. E de nela ter ingressado e sempre me mantido como autodidata, com esse espírito amadorístico, que terá sido porventura a nota típica, com seus percalços e também com as suas vantagens, de toda a minha vida intelectual” (Amoroso Lima, 1973, p. 225). Sobre os primeiros tempos do curso de Letras da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil – constatação em larga medida coextensiva aos demais cursos em outros centros ou instituições de ensino que se implantavam pelo país -, Coutinho declara: “Não havia no Brasil tradição de ensino superior em Letras. A criação em 1939 das Faculdades de Filosofia, em cuja estrutura foi engastado esse ensino, com o objetivo de preparar professores de ensino secundário, introduziu o ensino universitário de Letras, embora com esse objetivo profissional, restrito portanto. Isso, porém, não produziu efeitos imediatos quanto ao professorado universitário. A primeira geração, constituída ou de professores estrangeiros ou de figuras exponenciais do magistério, das profissões liberais, da atividade intelectual ou literária, recrutados ou nomeados para esse objetivo, deram conta da tarefa do melhor modo possível, a maioria deles, sem formação universitária, não passando de autodidatas e improvisados no magistério” (Coutinho, 1983, p. 207).

²²⁴ “Em 1939, a extinção da Universidade do Distrito Federal por decisão do governo central abre espaço à criação da Faculdade Nacional de Filosofia, sob tutela ostensiva de uma combativa liderança católica em sintonia permanente com o Ministro Capanema até a queda do Estado Novo” (Miceli, 2001, p. 101). De acordo com Lima, a contratação dos professores franceses que integraram a recém-criada Faculdade Nacional de Filosofia “ocorreu sob um rígido controle doutrinário, através da mediação de Georges Dumas que, seguindo orientações emanadas de Alceu

Descendente de uma abastada família de comerciantes no ramo têxtil, Alceu Amoroso Lima nasceu em 11 de dezembro de 1893, no bairro do Cosme Velho (RJ). Era filho de Manuel José Amoroso Lima, homem culto e refinado, melômano e amante das viagens, que abandonou o seminário e o curso de engenharia civil para seguir os passos de seus parentes, imigrantes portugueses que enriqueceram com o comércio de tecidos, e de D. Camila da Silva Amoroso Lima, que alfabetizou e instilou no filho o gosto pelas letras. Ao longo da infância privilegiada, viajou à Europa e recebeu aulas particulares em casa com a mãe e com o Prof. João Kopke, matriculando-se aos nove anos no Ginásio Nacional (antes, Colégio Pedro II), no qual obtém o bacharelado em ciências e letras em 1908. Após passar um ano na Europa, ingressa na tradicional Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, concluindo os estudos em 1913. Durante a graduação, tornou-se diretor da revista estudantil *Época*, onde publica seus primeiros escritos – contos e comentários jurídicos.

Para comemorar a formatura, viaja novamente a Paris em fins de 1913, onde se encontra, assiduamente, com Graça Aranha e frequenta cursos na Sorbonne e no *Collège de France*, assistindo as conferências de Henri Bergson. Com a deflagração da guerra, interrompe a temporada na capital francesa, retornando, por Portugal, ao Rio de Janeiro. Desde os últimos anos de sua graduação, estagia, por cinco anos, no escritório de advocacia de José Carneiro de Souza Bandeira, jurista, escritor e professor de origem pernambucana (tio de Manuel Bandeira). Em seguida, graças aos contatos familiares, torna-se adido do Ministério das Relações Exteriores, trabalhando durante o ano de 1917 na seção de arquivos ao lado de Ronald de Carvalho.

Em 1818, casa-se com Maria Teresa de Faria, filha de Alberto Faria e Maria Teresa de Almeida, família de grande prestígio e posição social no meio carioca. Deixando o ministério, passa a trabalhar com o pai na área de advocacia da Companhia Cometa, fábrica têxtil de propriedade da família. Seis anos depois, com o falecimento do patriarca, assume o controle da empresa, em cujo comando permanece por mais de duas décadas.

No mesmo período, em 17 de junho 1919, a convite de Renato Toledo Lopes, estreia na crítica literária, assumindo a seção “Bibliografia”, de *O Jornal*, com o pseudônimo de Tristão de Athayde, onde permanece, com algumas interrupções, até 1946²²⁵. Em pouco tempo, notabiliza sua reputação como crítico atualizado e sensível, dotado de grande erudição e bagagem filosófica, No artigo de estreia, declara

Amoroso Lima, indicado Diretor da faculdade, procedeu à escolha de intelectuais ligados à Igreja Católica. No que se refere à contratação de professores brasileiros, tudo leva a crer que se procurou atender principalmente a interesses políticos, em detrimento dos critérios técnicos e da realização de concursos. A divergência nas indicações efetuadas acabou levando Alceu a recusar-se a assumir o cargo de Diretor da Faculdade, ficando apenas com a cátedra de Literatura Brasileira” (Lima, 1997, p. 64).

²²⁵ De acordo com Villaça: “Ficou em *O Jornal* até 1946. Foi um longo exercício semanal da crítica literária. Tristão de Athayde foi realmente crítico militante [...]. Interrompeu, é certo, algumas vezes a crítica. Assim, quando seu pai morreu, em 1923. Depois da conversão religiosa, em 1928. Só retomaria a crítica em 1936. Cumpriu, pois, quase vinte anos de crítico no jornal que em 1924 Assis Chateaubriand compraria de Renato Lopes” (Villaça, p. 52).

sua aversão ao qualquer programa pré-definido, defendendo que o “que interessa nas críticas é a obra estudada e quanto mais objetivamente o for, melhor recebemos a informação. Aqui, a personalidade do crítico não nos afeta, e antes irritará se desconhecer a discrição necessária” (Amoroso Lima, 1966, p. 61).

Rememorando os primeiros passos de sua atividade como crítico literário, descreve:

“[Em 1919] Estávamos em pleno domínio do impressionismo e portanto do subjetivismo crítico integral. Depois da geração dos críticos naturalistas, que haviam dado à crítica certa sistemática, ou tainiana ou spenceriana ou brunnetieriniana, a crítica fora apenas impressionista [...] Quando me lancei à aventura, ainda eram as ideias de Anatole France, de Jules Lemaître e de Rémy de Gourmont que me cantavam na cabeça, como reação contra o didatismo dos Brunetières ou dos Lanson. Se algum princípio me guiava, pois, nos primeiros passos nesse novo terreno improvisado, no qual pisava sem nenhuma ideia pré-concebida e estrutural, era o da aversão à crítica acadêmica e universitária. Era pois o mais absoluto individualismo crítico. A crítica me aparecia e procurava praticá-la como uma forma escrita do bom-gosto e do prazer estético” (Amoroso Lima, 1966, p. 31).

Data de 1922 seu livro de estreia, *Afonso Arinos*, ensaio sobre o autor de *Pelo Sertão* (1898), figura frequente na casa de seus pais durante a infância. Na introdução, sob a influência de Benedetto Croce, de cuja obra extraiu a epígrafe do ensaio (“Genio e gusto sono sostanzialmente identici”), propugna, na tentativa de superar as limitações contidas nas correntes críticas anteriores (impressionista, didática, acadêmica, histórica, moralista, verbalista, pedagógica, sociológica e psicológica), a adoção de um método expressionista, preocupado não mais com a análise das “impressões do próprio crítico e sim as das obras e autores por ele analisados e sintetizados”, valendo-se, para tanto, da transfusão do espírito da obra no espírito do autor, “numa fusão preliminar da alma do crítico com a do autor, na transformação da análise objetiva em síntese expressiva, na individuação do juízo estético [...]” (Amoroso Lima, 1966, p. 537)²²⁶.

No ano de 1918, é apresentado por Afrânio Peixoto a Jackson de Figueiredo, jornalista e agitador católico, natural de Sergipe, figura de proa na organização do movimento católico leigo na década de 1920, e criador, com o então bispo D. Leme, da revista *A Ordem* (1920) e do Centro Dom Vital (1922). A partir de 1924, estreita com ele relações, por meio de uma intensa correspondência. Sob sua influência, converte-se ao catolicismo, em 1928, mesmo ano da morte, por afogamento, do mentor. Daí em diante, torna-se a principal liderança militante do laicato católico, assumindo vários encargos institucionais e a posição de um dos principais porta-vozes autorizados dos reclamos e diagnósticos da Igreja Católica. Sua disponibilidade ideológica, prioridades profissionais e interesses intelectuais se voltam para a consolidação ou a criação de uma rede de organizações paralelas à hierarquia eclesiástica sob a gestão de

²²⁶ Sobre o método crítico de Alceu Amoroso Lima em seu livro de estreia, ver Candido (1993h).

intelectuais leigos (Centro Dom Vital, revista *A Ordem*, Ação Universitária Católica, Junta Nacional da Ação Católica Brasileira, Liga Eleitoral Católica, Instituto Católico de Estudos Superiores, Associação de Educação Familiar e Social), inserindo-se em áreas reputadas de influência estratégica para a ordenação religiosa (membro do Conselho Nacional de Educação, reitor e professor Universidade do Distrito Federal, professor da Faculdade Nacional de Filosofia) e deixando em segundo plano as atividades literárias²²⁷. Como não poderia deixar de ser, os efeitos dessa profunda reorientação ideológica (que renunciou a posição cética e absenteísta da juventude para aderir ao pensamento católico ultramontano) interferem nos juízos emitidos em sua prática crítica. Se a solidez e alcance de sua bagagem e informação cultural, bem como sua constante preocupação com a especificidade da realização artística impediram reducionismos, injustiças ou equívocos clamorosos, por outro lado o subjugamento da apreciação valorativa do “*métier literário*” às exigências dos princípios da concepção religiosa e moral foi inevitável²²⁸.

Em 1947, torna-se professor titular da cadeira sob sua direção, defendendo a tese “O crítico literário”, logo publicada pela Livraria AGIR Editora, fundada em 1946. Espécie de sùmula ou balanço de suas observações e de sua experiência no terreno da crítica, entendida como forma de arte, ainda que distinta e autônoma da atividade criadora, “uma visão da vida através das obras alheias e, simultaneamente, uma concepção das obras alheias através da vida” (p. 15), o estudo discorre, em tom normativo e sentencioso, sobre os atributos e os deveres morais que devem nortear a psicologia do crítico (uma visão geral ou filosofia da vida que não se confunda com a sua visão particular da obra; um equilíbrio justo entre a obra alheia e a sua própria visão; a reserva e objetividade diante dos apelos da propaganda e da vida literária, bem como da influência contida na amizade ou discórdia com o autor submetido à análise, as etapas e critérios envolvidos no ato de leitura e na redação do artigo); a natureza da crítica (divididas em duas modalidades: superiores e inferiores, de acordo com o seu maior ou menor afastamento da verdadeira crítica, isto é, construtiva, integrativa, humanista e criadora) e, por fim, as condições de exercício consciente e responsável dessa função (sintetizadas nos “10 Mandamentos da Lei do crítico”: honestidade; objetividade; receptividade; cultura; inteligência; sinceridade; coragem; independência; largueza de espírito; humildade).

Como se pode depreender, Amoroso Lima praticava e difundia uma proposta de crítica perfeitamente ajustável em parâmetros impressionistas²²⁹. Sua posição central no controle das principais

²²⁷ Ao que consta, Alceu se afasta das atividades regulares de crítico literário em 1929, retomando-a em 1936. Em 1946 deixa de colaborar com *O Jornal*, abandonando em definitivo a militância crítica. Em 1927, inicia a reunião dos artigos assinados na grande imprensa ao longo da década de vinte nos sucessivos volumes da série *Estudos*, datados de 1927, 1928, 1930 (2 vol.), 1931, e 1933.

²²⁸ Nesse ponto, acompanhamento de perto a excelente análise de Lafetá (2000).

²²⁹ Segundo Lima: “Na área de Letras, o Prof. Alceu Amoroso Lima, titular da Cadeira de Literatura Brasileira da UFRJ e da PUC-RJ não se enquadrava no padrão especializado que se desejava impor aos cursos superiores.

instâncias de consagração e postos de trabalho no sistema de produção cultural da época, (Centro Dom Vital, Faculdade Nacional de Filosofia, Academia Brasileira de Letras, Editora AGIR, imprensa diária carioca, etc.) resultante da autoridade intelectual e estatutária conquistadas nas diversas frentes em que se dividiu, garantia-lhe, de um lado, uma espaiada “presença literária” e, de outro, certa imunidade diante dos ataques desfechados à crítica de rodapé e à ausência de preparo profissional específico no setor das letras²³⁰.

É somente em 1963, com a aposentadoria de Amoroso Lima, que Coutinho torna-se finalmente professor interino da Cadeira de Literatura Brasileira, das qual se torna catedrático titular dois anos depois, em concurso no qual apresenta a tese *A tradição afortunada* (o espírito de nacionalidade na crítica brasileira). Em 1966, é designado, junto a dois outros docentes, para elaborar, em comissão, o regimento e implantar a nova unidade da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, resultante do desdobramento da Faculdade Nacional de Filosofia da antiga Universidade do Brasil, por força da Reforma Universitária, instituída pelo Decreto nº 60.445-A, de 13 de maio de 1967²³¹.

* * *

Embora o retorno às páginas da grande imprensa tenha oferecido a Candido certo desafio quanto as incertezas que rondavam o futuro de sua carreira nessa altura, a decisão de abandonar o cargo de professor-assistente de sociologia permanecia latente. No final de 1957, essa tensão profissional começa a ser dissipada com o convite de Antonio Soares Amora, nomeado coordenador-geral do processo de implantação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis²³², para que Candido integrasse o grupo de professores indicados. Como ele recorda:

Formado em direito, Alceu chegou a lamentar a sua falta de preparo sistemático para o magistério, atividade que exerceu sempre com o amadorismo próprio aos autodidatas” (Lima, 1997, p. 122).

²³⁰ Não é casual que os postulantes aos cargos se situem, via de regra, em relação a ele, seja para referendar a sua importância e influência na vida intelectual ou então para filiar-se à sua orientação crítica, seja para contestar, com maior ou menor veemência, os efeitos das posições ideológicas assumidas por ele no âmbito dos juízos literários. É o caso, por exemplo, de Álvaro Lins, em cujo rodapé de estreia, já comentado, não deixa de lhe prestar homenagem: “Podemos dizer, mesmo contando com José Veríssimo e Sílvio Romero, que o sr. Tristão de Athayde representa a mais completa organização de crítico de toda a nossa literatura. Há vinte anos que ele exerce o seu ofício como um mestre incontestado. Costuma-se afirmar, no entanto, que depois do seu famoso ‘adeus à disponibilidade’ de 1927 já não é o mesmo crítico dos primeiros anos. Acredito que não é tanto assim, que se procura, de propósito, uma dissociação onde só existe unidade. Se é certo que hoje o sr. Tristão de Athayde leva demasiado longe, na literatura, as suas afirmações religiosas e morais, se é certo que faz, muitas vezes, exigências éticas onde só deveriam caber exigências estéticas, também é inegável que as suas maiores qualidades críticas permanecem intactas. O catolicismo não as alterou; não as poderia alterar” (Lins, 1941a, p. 15).

²³¹ Cf. Coutinho (1983).

²³² Segundo Oliveira (2008), a nomeação de Amora para o cargo, ocorrida em 22 de agosto de 1957, promulgada pelo Governador Jânio Quadros, deve-se a três fatores: a) por influência da esposa de José Santilli Sobrinho, mais importante político da região de Assis e principal animador da criação da Faculdade, Prof^a. Maria Aparecida de

“Foi quando um amigo meu, José Quirino Ribeiro, a par dos meus problemas, sugeriu a Antonio Soares Amora que me convidasse para ensinar literatura brasileira na Faculdade que este ia dirigir em Assis, uma das três que o Governo do Estado estava criando no interior. Amora me convidou no fim de 1957, eu aceitei e comecei a participar no primeiro semestre de 1958 das sessões de organização da nova Faculdade, no Instituto de Estudos Portugueses. Ela começaria a funcionar em 1959, mas se instalaria em 58, com alguns professores que dariam cursos preparatórios para o vestibular” (Candido *apud* Pontes, 2001, p. 28).

Habilitado a assumir a vaga oferecida pela posse do título de livre-docente em literatura brasileira, obtido no concurso de 1945, Candido não hesitou em afastar-se do cargo e deixar a FFCL-USP, aventurando-se numa nova experiência profissional na qual vislumbrava uma opção promissora para desfazer o impasse a que chegara sua carreira, permitindo selar em definitivo seu compromisso com a crítica literária. Não obstante tenha participado dos trabalhos para a implantação, Candido ficou impedido de se dirigir para Assis durante a primeira metade do ano de 1958 pelo fato de já ter assumido o compromisso de ministrar o curso de “Organização Social Brasileira” para o segundo ano da graduação em ciências sociais na FFCL-USP²³³.

À maneira de um ritual de passagem, cuja lógica, desvelada pioneiramente por Arnold Van Gennep²³⁴, se funda numa sequência tripartite (afastamento, período transitório de liminaridade e reintegração à comunidade de origem do indivíduo), os dois anos e meio passados em Assis demarcaram uma nítida transição entre as etapas da trajetória acadêmica de Candido. Essencial no processo de reconversão simbólica de sua identidade profissional, a passagem por Assis, acima de tudo, garantiu-lhe o respaldo acadêmico necessário para legitimar a condição de professor e pesquisador da área de Letras. E tal fato não passou despercebido aos olhos de Candido: “foi bom passar dois anos fora da USP. Quando voltei, no começo de 1961, as pessoas já estavam habituadas à minha nova condição” (Candido, 1993a: 37)²³⁵.

Campos Brando Santilli, que conhecia o trabalho de Amora; b) ao prestígio de Amora como professor, bem como o fato de ele ter organizado na década de cinquenta a criação do Instituto de Estudos Portugueses na FFCL-USP; c) às relações pessoais de Amora com Jânio Quadros, que se conheceram quando ambos lecionaram Língua Portuguesa no ensino secundário.

²³³ Cf. Ramassote (2010a).

²³⁴ Cf. Gennep (2001).

²³⁵ A propósito da ambiguidade profissional que enredava Candido até esta altura, o depoimento de Teresa Vara, aluna do curso de Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, é bastante significativo. Segundo ela, “não sabia nada sobre o mestre que se dispunha a passar dois anos na Faculdade de Assis, aliás, nós, os seus alunos, não sabíamos nada sobre ele, apenas que terminara uma pesquisa na área de ciências sociais, que só posteriormente viríamos a conhecer quando publicou *Os Parceiros do Rio Bonito*” (Vara, 1999: 229).

No esforço de legitimar a sua nova condição profissional, além do afastamento temporário para o interior do estado²³⁶, Candido retoma o investimento em sua produção na área de letras, lançando ou reeditando, quase simultaneamente, estudos de importância para a estabilização da identidade intelectual como crítico literário e da posição institucional recém-adquirida. Em 1959, vêm a lume *O Observador Literário*, reunião de rodapés publicados por Candido na grande imprensa; os dois tomos da *Formação da Literatura Brasileira* e, pouco depois, em 1961, no formato de boletim acadêmico, a tese “Introdução ao método crítico de Sílvio Romero”.

Reunindo a parte mais expressiva dos escritos publicados no *Suplemento Literário*, acrescida de alguns ensaios de período mais recuado²³⁷, *O observador literário* chega às livrarias em fins de dezembro de 1959, inaugurando a coleção *Ensaio*, patrocinada pela Comissão Estadual de Literatura. No sintético, mas expressivo prefácio, datado de março de 1958, o autor esclarecia:

“Quando um crítico olha para trás e considera as centenas de notas que publicou, ao sabor das sugestões do momento, vê que na absoluta maioria devem ficar onde estão; no jornal, feito para durar vinte e quatro horas. Outras, porém, lhe parecem menos momentâneas, merecedoras de abrigo mais durável, se surge quem as queira recolher. Assim se juntaram estas, com um mínimo de arbítrio, embora em espírito de passeio: dos antigos brasileiros aos brasileiros de agora, destes para os estrangeiros, daí para certas evocações. Ordem que procura oferecer ao leitor alguma variedade e comunicar-lhe as preocupações do autor, dispersivas porque visam cercar de muitos lados as faces da vida refletidas na literatura, que para **alguns é o meio principal de enxergar mais claramente os homens**. Se não podemos ser criadores, sejamos ao menos observadores literários” (Candido, 1959a, p. 8 – grifos nossos).

É possível que o título escolhido por Candido aluda à querela envolvida entre a concepção de crítica literária como gênero criativo versus método científico. Pois na impossibilidade de encarnar a figura do criador literário, cabe ao crítico assumir a postura de observador (e, por associação, com os requisitos de objetividade e impessoalidade). De certo modo, as palavras do prefácio reeditam as discussões e polêmicas que dividiam o meio literário, polarizadas entre a tradição histórico-sociológica e as recém-difundidas tendências e orientações formalistas. Não se esquivavam, porém, de marcar a posição

²³⁶ Embora a mudança da prestigiosa FFCL/USP para uma incipiente unidade de ensino do interior do Estado, possa, à primeira vista, ser concebida como um refluxo em sua carreira, a passagem de dois anos em meio de Antonio Candido pelo curso de Letras de Assis, ocorrida entre o segundo semestre de 1958 e o final de 1960, demarcou uma inflexão de fundamental importância para os desdobramentos de sua trajetória profissional no setor das Letras. Cf. Ramassote (2010a).

²³⁷ Mais especificamente, “Os artigos que compõem este livro foram publicados entre 1943 e 1959, nos seguintes periódicos: *Folha da Manhã*, *Diário de S. Paulo*, *Estado de S. Paulo* e *Revista Brasileira de Poesia*” (Candido, 1959a, p.8).

do autor. Sem repudiar as exigências de rigor teórico-metodológico e a influência construtiva dos padrões de rigor científico defendido pela nova crítica, Candido, de modo sutil, defendia uma concepção de crítica não apenas como reflexão sobre a especificidade da dimensão estética e da qualidade estética da obra, mas, sobretudo, como forma de conhecimento da realidade.

Deixando de fora as resenhas bibliográficas e os artigos que tratam de lançamentos literários, a despeito da avaliação positiva recebida por grande parte deles, Candido reúne nas três partes do livro escritos menos presos às contingências imediatas. Ao contrário da proposta de *Brigada Ligeira*, centrado, como vimos, na produção romanesca do modernismo brasileiro, *Observador Literário* enfeixa, à primeira vista, material heterogêneo e desconexo. Embora afirme tê-los agrupados “com um mínimo de arbítrio, embora em espírito de passeio”, a coletânea pode ser encarada como uma espécie de sismógrafo das tendências e dos impasses pelos quais passavam os estudos literários em fins da década de 1950.

Em primeiro lugar, na contracorrente do veemente rechaço da relevância de fatores extratextuais para a compreensão da composição literária, parte dos ensaios de *O Observador Literário* reivindica a contribuição do conhecimento de elementos da experiência existencial dos autores analisados para a compreensão mais completa da expressão estética. Tal ênfase é particularmente presente nos ensaios reunidos na primeira parte do volume. É o caso, por exemplo, de “Entre pastores”, ensaio que abre a primeira parte do volume e se dedica à discussão da inexistência de vestígios e informações sobre as atividades literárias praticadas por Tomás Antonio de Gonzaga antes da redação de *Marília de Dirceu* (1792), sugerindo, a partir de indicações levantadas por estudiosos, o provável aproveitamento de grande número de poemas anteriores do autor em torno do nome da amada; Além disso, indica uma possível fonte de inspiração poética, no tocante à Lira nº1 da Primeira Parte de sua principal obra, provinda de um soneto assinado por Pedro Antônio Corrêa Garção.

Ao examinar o conjunto da obra ficcional de José Lins do Rego, em “A compreensão da realidade”, por sua vez, o crítico sustenta que os romances do escritor paraibano se caracterizam pela passagem progressiva do memorialista ao ficcionista, “da verde e espontânea adolescência literária” de *Menino de engenho* à “maturidade grandiosa” de *Fogo Morto*” (Candido, 1992, p. 153). Daí ser possível “arriscar um paradoxo e dizer que apenas aparentemente a memória constitui o elemento fundamental na sua arte, - pois ele cresceu à medida que foi se libertando dela” (*Idem*, p. 156).

Com efeito, em diversos rodapés publicados no *Suplemento literário* e que permaneceram inéditos constata-se a preocupação de investigar a repercussão de elementos e pormenores de caráter biográfico, desde que integrados à estrutura interna da composição artística. Em “Retratos”, publicado em 16 de novembro de 1957, discutindo a escassez de informações e documentação iconográficas (retratos, gravuras, estampas, pinturas) referentes aos principais nomes da literatura brasileira colonial, constata que a

“[...] crítica progride e se depura, abandona as impurezas de que antes se nutria, informa que a obra literária é um ente autônomo, de que interessa apenas a realização formal. As condições sociais são inoperantes. A biografia dos autores só serve para desviar a atenção dos problemas essenciais. O homem responsável pela obra nada significa em face dela. Mas um vizo persistente, talvez mau hábito, nos leva a pensar cada vez mais nesses responsáveis irresponsáveis. De tal forma que o nosso tempo vê, simultaneamente, o máximo de formalismo, desandando em gramática, e o máximo de modo biográfica, desandando em bisbilhotice” (Candido, 1957a, p. 4).

Em direção semelhante, ao resenhar a biografia *Marcel Proust*, redigida pelo estudioso inglês George D. Painter, comenta que seu autor “sente-se à vontade para contestar a moderna atitude de desconfiança, e mesmo repulsa em face do elemento biográfico como requisito de interpretação crítica. E, com bom senso e coragem, pede ao leitor que o julgue, não pelas modas vigentes, mas segundo a eficácia do seu trabalho de reconstrução. Cuidado necessário pois no curso da leitura percebemos que, de fato, **a interpenetração estabelecida entre vida e obra faz o livro sair do estrito gênero biográfico, tornando-se a cada momento subsídio crítico**” (Candido, 1960, p.2 – grifos nossos).

De maneira mais substantiva, Candido reflete, no rodapé “Perenidade da biografia”, sobre a necessidade humana quase atávica de “contar histórias sobre outros homens”: “heróis civilizadores que servem para explicar a origem das coisas úteis; antepassados míticos, para justificar os laços de parentela e a posse dos bens; autores de gesta que fornecem padrão ideal para o comportamento. Parece que sem o ponto de referência da personalidade não nos sentimos ajustados às coisas, e que os nossos próprios atos se tornam mais nítidos quando imitados dum alto modelo” (Candido, 1999c, p. 67). Acompanhando as transformações internas do gênero, Candido constata que as narrativas de natureza biográfica passaram do elemento lendário, predominante nas “biografias dos antigos”, nas quais ocorria a “transposição de qualidades semidivinas e heroicas ao plano humano”, para o “elemento informativo”, imperante na “voga imensa” de literatura biográfica em “nosso tempo” – “uma das mais generosas fontes de prestígio autoral e êxito editorial” (*Idem*, p. 67). Com o avanço da reflexão teórico-conceitual e das técnicas e procedimentos de pesquisa nas disciplinas humanísticas (“da filosofia da história, da história econômica e social, da sociologia”), qual o sentido e o destino da biografia como método, pergunta-se Candido. Segundo o autor, ela se “tornou, de um lado, busca do pitoresco pessoal, motivada pelo fascínio que sempre nos causa o conhecimento do homem, de qualquer homem que sirva para receber a projeção de nossos problemas; de outro, uma técnica para interpretar a história e conhecer os fatos sociais, do ângulo das pessoas neles envolvidas” (*Idem*, p. 69).

Em certa medida, os ensaios que compõem a terceira parte de *O Observador literário*, “evocações” de escritores e personalidades importantes para a formação do perfil intelectual e da conduta ética e política de Candido, se integram a essa ordem de preocupações. Com exceção do ensaio sobre Teresina

Rocchi, presença marcante na adolescência do autor passada em Poços de Caldas e decisiva em sua adesão ao ideário socialista, nos demais artigos o resgate da dimensão humana dos evocados é realizado pelo exame de registros pessoais, íntimos ou literários - a volumosa correspondência legada por Mário de Andrade, as poucas e despojadas cartas despachadas a familiares por um anônimo Tenente dos Voluntários da Pátria durante a Guerra do Paraguai, a função desempenhada pelo tema da viagem na vida e nos romances de Oswald de Andrade. Para além da importância dos autores e indivíduos selecionados na definição da identidade intelectual e política de Candido, herdeiro do movimento modernista e militante de agremiações partidárias de esquerda, a sondagem das repercussões da trajetória de vida em suportes materiais escritos não deixa margem de dúvida sobre a posição assumida por Candido: as exigências de absolutização e hipóstase da abordagem intrínseca do texto, bastante em voga no período, não deveriam eliminar a preocupação com fatores externos e com a dimensão humana e vivida cristalizada no plano da ficção.

Na decisão de incorporar ao livro o perfil traçado de Teresina, ademais, pode-se espreitar certa correspondência com as posições e comportamento políticos do autor nessa conjuntura – uma espécie, por assim dizer, de *alter ego* no qual ele se projeta. Afastado da militância partidária desde o começo da década de 1950, quando se desliga das atividades regulares do PSB, Candido, contudo, jamais deixou de lado suas convicções socialistas. Ao delinear o retrato da imigrante italiana, chama a atenção para o amálgama coerente que ela costurou a partir de princípios e tradições políticas díspares, bem como autores de procedência diversa. Em suas palavras:

“Argumentava contra o fanatismo com o *Mahomet*, de Voltaire, pela emancipação feminina com Mary Shelley, contra a miséria com Zola, pela fraternidade com Victor Hugo, contra a guerra com a baronesa de Suttner, pela união operária com Proudhon, contra o capitalismo com Marx, pela violência com Bakunin, pela cooperação com Kropotkin, contra Deus com Sébastien Faure, pela exaltação do indivíduo com Nietzsche, pela pureza da vocação com Romain Rolland [...] Embora bastante lúcida e culta para estabelecer diferenças, criticar, expor as respectivas diretrizes teóricas, para ela o anarquismo, o socialismo, o anti-clericalismo, eram galhos no fundo conciliáveis do mesmo tronco” (Candido, 1959b, p. 98).

Distante de qualquer suporte partidário, a militância socialista de Teresina se perfaz através de uma certa “afetividade socialista”, marcada pelo ecletismo e pelo senso intransigente de igualdade. Com efeito, há também um pouco disso na conduta adotada por Candido a partir de então: menos eclético, talvez; afastado, como ela, do dia-a-dia dos quadros do partido; mas não menos comprometida com os deveres morais e a ética humanista de fundo envolvidos na luta pelo socialismo.

Não se deve concluir, porém, qualquer rejeição, por parte de Candido, aos novos parâmetros de estudo e ao padrão científico de rigor metodológico de pesquisa na área da crítica literária. Para citar dois exemplos, um deles já destacado, “Entre pastores” e “A vida em resumo” recorrem, respectivamente, a elementos de edição crítica e pesquisa erudita para fundamentar as hipóteses sobre a provável produção poética de Gonzaga anterior ao surgimento de sua obra mais conhecida e da análise técnica do vocabulário, imagens, versificação e de influências literárias no estudo analítico do poema bilaquiano. Como já mencionamos, o livro foi organizado quando Candido já se encontrava instalado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis²³⁸, ministrando o curso “Introdução aos estudos literários” e completamente envolvido com a docência na área das letras²³⁹.

Os artigos que compõem a segunda parte do livro se dedicam ao estudo de autores e questões de importância decisiva para os expoentes da nova crítica anglo-americana, não deixando, contudo, de questionar certas limitações ou impasses de natureza metodológica decorrentes dos pressupostos adotados por seus principais defensores.

Em “As rosas e o tempo”, Candido percorre o tema poético do convite amoroso em versos de François Villon, Basílio da Gama, Tomás Antonio Gonzaga e, com maior atenção, na poesia metafísica inglesa de Andrew Marvell, reabilitada por escritos críticos de T.S. Eliot. Em lugar de limitar-se a um rastreamento de afinidades e influências temáticas destacadas de dados e circunstâncias contextuais objetivas, esse percurso é empreendido com base em indicações sobre o status da mulher como um precioso bem de troca, cuja circulação encontra-se submetida a normas sociais precisas, comentários sobre a inscrição histórica do “imaterial amor cortês”, concebido como uma “força civilizadora, uma necessidade social imperiosa, ante a desenfreada bestialidade da Alta Idade Média” (Candido, 1992m, p. 161) e de observações sobre a situação social do poeta Dirceu.

De modo análogo, o comentário interpretativo realizado por Candido da imagem da “donzela dos jacintos” do poema “A terra estéril”, de T.S. Eliot, no artigo “La figlia che piange”, é precedido de uma longa e ponderada discordância sobre a relevância de se dispor de um conhecimento pormenorizado da totalidade das imagens de um poeta, pois

“[...] normalmente dispomos duma intuição mais ou menos limitada, cuja incidência abrange determinada zona de poesia. Frequentemente essa zona varia com a idade, os dias, e mesmo as horas dos dias, de tal

²³⁸ Em prefácio redigido em 1992, quando do relançamento de uma segunda edição do livro, em conjunto com *Brigada Ligeira*, ele comenta que o livro “foi organizado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, atualmente parte da Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita, onde ensinei Literatura Brasileira de meados de 1958 ao fim de 1960” (Candido, 1992a, p. 9).

²³⁹ Em entrevista, ele declara: “[Em Assis] Fiz os estudos e me preparei para os muitos cursos que dei mais tarde na USP. Aprendi técnicas de análise e li muito sobre teoria literária. Foram dois anos e meio de aprendizado integral” (Candido, 1993e, p. 113).

maneira que se por vezes somos capazes de ampliar o âmbito da nossa compreensão, não é raro perdermos a sensibilidade para certas emoções, na passagem de um período para outro. A proporção permanece, deste modo, e nós temos os nossos poetas, dentro de cuja obra elegemos os nossos poemas, nos quais, ainda, selecionamos as nossas imagens. O que chamamos *compreensão* de um poeta consiste em generalizar o significado desses aspectos nos quais se fixou a nossa contemplação” (Candido, 1992n, p. 171 – grifos do autor)²⁴⁰.

Embora relegados ao segundo plano na análise literária, o escrutínio do referente sociológico e o interesse pela sondagem do perfil ideológico dos autores não deixam de figurar em artigos de *O Observador Literário*. Discrepando dos ensaios acima indicados, datados da década de quarenta, quando foram originalmente publicados na coluna assinada por Candido na *Folha da Manhã*, “Uma dimensão entre outras” e “O portador” partem ambos da discordância de juízos estabelecidos, reconsiderando avaliações consagradas sobre a obra romanesca do escritor francês Stendhal e sobre a obra do filósofo alemão Friedrich Nietzsche. No primeiro, dedicado, em particular, à leitura da *Cartuxa de Parma*, Candido destaca a coexistência harmoniosa do “romance de análise” e do “romance social” na obra do escritor francês, para discorrer sobre o “homem stendhaliano”, encarnado pelos principais personagens criados pelo autor: figuras com algum traço excepcional, traçadas pelo autor com isenção de ânimo e imparcialidade, e às voltas com problemas relacionados à ascensão social pelo mérito ou esforço. Segundo Candido, Stendhal “concebia um homem fundamentalmente ligado ao tempo e ao grupo, cujas paixões se ordenassem conforme um e outro; por isso é de fato um cronista, como queria Thibaudet, sem deixar de ser um psicólogo, cheio de realismo e medida, não sabendo como separar a análise individual do necessário complemento social, que esclarece e lhe dá sentido” (Candido, 1992o, p. 192).

Encerrando o segundo bloco, “O portador” questiona a identificação da reflexão filosófica de Nietzsche como precursora do nazismo²⁴¹. Para Candido a “obra de Nietzsche nos pretende sacudir, arrancar deste torpor, mostrando as maneiras pelas quais negamos cada vez mais a nossa humanidade, submetendo-nos em vez de nos afirmarmos” (Candido, 1992p, p. 198). Insurgindo-se contra o “comodismo e a flacidez moral” e a “participação submissa no grupo”, fustigando a “hipocrisia” e “debilidade” da consciência burguesa europeia de fins do século XIX, o filósofo alemão procurava romper

²⁴⁰ Não foi certamente por casualidade que, ao reeditar o livro, em 1992, Candido tenha feito acrescentar um ensaio escrito em 1948, na *Revista Brasileira de Poesia*, sobre a ideologia política fascista esposada por Ezra Pound. Cf. Candido (1992q).

²⁴¹ Em entrevista, Candido comenta que o ensaio foi motivado por influência do pai, admirador do filósofo alemão: “Eu não me conformava que o guru do meu pai fosse considerado uma das fontes do pensamento nazista. Achava que aquilo não podia ser verdade. Li todos os livros de Nietzsche que eram do meu pai e tive um curso sobre ele dado pelo professor Jean Mangué, em 1940. Eu não sou nietzschiano, mas por causa do meu pai tinha que escrever aquele artigo de 1946 intitulado ‘O portador’ e reproduzido muito mais tarde no volume sobre Nietzsche da coleção *Os pensadores*” (Candido, 1993e, p. 95).

com uma “série de hábitos tacitamente aceitos”, anunciando o lançamento das “bases de uma nova ética”, fundada na “exaltação do homem vital e sem preconceitos” (*Idem*, p. 198).

* * *

Não parece ter sido aleatória a decisão tomada por Candido de retirar do “semi-ineditismo” a tese sobre Sílvio Romero, publicando-a como primeiro Boletim Bibliográfico do curso de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFCL-USP, criado em 1961. Ao reeditar a monografia, Candido acrescenta-lhe uma nova introdução, bastante significativa da nova condição profissional e definição que havia recentemente conquistado. Redigido em maio de 1961, quando dava início às atividades do curso, Candido identificava a coexistência de dois motivos que o levaram a retomar o estudo monográfico de 1945: em primeiro lugar, por “marcar o ponto de partida das posições críticas a que cheguei, pois foi escrevendo esta tese que as defini pela primeira vez de maneira sistemática, após os primeiros anos de tateio em revistas e jornais, orientado apenas pela alegre confiança dos vinte anos e algumas ilusões que aqui superei, mas que até hoje me são atribuídas. Superei-as graças ao contato com certas obras inglesas e americanas, registradas na bibliografia, e pela verificação prática da insuficiência dos pontos de vista que inicialmente procurei aplicar” (Candido, 1988, p. 14).

O segundo motivo que estimulou a reedição residia na

“[...] discussão desenvolvida a propósito da crítica naturalista apresente certa atualidade, num momento de revisão das ideias críticas entre nós. Sob este aspecto, poder-se-ia falar em progênie vivaz de certos defeitos de Sílvio, embora nem sempre das suas grandes atualidades. Como ele, alguns praticantes de nossa crítica têm pendor acentuado por tudo que é acessório em literatura. Haja vista a mania classificatória e metodológica, que substitui a investigação e análise pela divisão dos períodos; a discussão de origem e limites cronológicos; a catalogação de escritores em agrupamentos mais ou menos inócuos; o debate gratuito sobre definições; a mania polêmica e reivindicatória. Ainda mais, o nacionalismo por vezes deformante, que subordina a apreciação a critérios de funcionalidade – agora, paradoxalmente, de parceria com um alegado rigor de análise formal, que corresponde simetricamente ao ‘cientismo’, de que se gabava o velho Sílvio. Junte-se a isto o alvoroço na divulgação de ideias estrangeiras, sem muito sistema, sem digestão adequada, com uma fome comovedora de autodidata – que tudo quer aproveitar e, sem perceber, acaba no ecletismo e na ilusão da originalidade. O resultado é que a obra literária sai do foco, aparecendo como pretexto, tanto nos escritos dos atuais paladinos, quanto nos dele. E, do mesmo modo por que Araripe Júnior e José Veríssimo, com menos praça de método, fizeram mais trabalho de crítica propriamente dita. Todavia, assim como a atividade propagandística e polêmica de Sílvio foi decisiva, apesar de periférica, é útil o generoso barulho de alguns dos

próceres atuais, sobretudo no jornal, que é o seu campo predileto, sendo o seu gabarito adequado. Façamos votos para que a posteridade retenha deles tanto quanto reteve de Silvio Romero” (*Idem*, p. 14).

Em vista disso:

“[...] a reimpressão do presente livro talvez sirva para mostrar a glória e a miséria dos dogmatismos, e fazer ver aos jovens (penso sobretudo nos meus alunos) de que modo as visões parciais do processo crítico e da natureza da obra literária têm a sua função histórica e o seu risco teórico. Silvio achincalhava o que lhe parecesse ‘esteticismo’; muitos dos críticos atuais repelem (de boca) o recurso a qualquer ‘fato externo’. Em ambos os casos, posições parciais, apresentadas com a mesma imodéstia, deformando a inteligência plena do fenômeno literário, que se quer integralmente apreendido” (*Idem*, p. 14).

Nesse longo trecho, as alusões à mania classificatória, o excessivo dogmatismo, o gosto pela polêmica gratuita, a importação e adoção acrítica de sistemas teórico-metodológicos gestados no exterior se dirigem, de forma velada mas indisfarçável, à insistente predição promovida por Afrânio Coutinho pela profissionalização dos estudos literários. É correto afirmar, tal como o faz Sússekind, que “a trajetória de Candido e Afrânio [Coutinho] lembra por vezes o conto ‘Duelo’, de Guimarães Rosa. Nele há um confronto esperável, mas, mesmo quando seguem trilhas próximas, os oponentes (Toríbio Todo e Cassiano Gomes) parecem deixar escapar sempre o encontro fatal. Sem que, no entanto, o rastro do outro, do antagonista, jamais desapareça de todo” (Sússekind, 2003, p. 24). De fato, nunca houve entre ambos um enfrentamento frontal, não obstante tenham repontado, de forma críptica, escaramuças aqui e ali²⁴². Se, por um lado, Coutinho convidou Candido a participar da redação do capítulo “O escritor e o público”, de sua *A literatura no Brasil* (1952), por outro lado, um ano após o lançamento da *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos* (1959), republicou o livro *Conceito de literatura Brasileira* (1960), acrescentando-lhe uma resenha em que contestava “o critério histórico-sociológico adotado pelo crítico”, para reafirmar suas próprias proposições sobre o assunto²⁴³. Na opinião de Coutinho, em lugar da periodização estilística, Candido esposou um critério histórico-sociológico, a essa altura já inadequado e obsoleto -

²⁴² Mas, também, cumpre dizê-lo, pontos de convergência. Em rodapé incluído em *Correntes Cruzadas*, datado de 14 de maio de 1950, Coutinho concorda com um “excelente artigo de Antonio Candido [que] trata do problema do ensino da Literatura na universidade, e o faz em termos e conclusões absolutamente conformes com o que tem sido mais de uma vez sustentado aqui” (Coutinho, 1953, p. 31). É possível que Coutinho esteja se referindo ao rodapé “A literatura e a universidade”, acima comentado.

²⁴³ Com razão, Gomes Junior lembra que o relançamento “pode ser interpretado como uma resposta às proposições de Antonio Candido ao seu conceito de ‘formação’ aos marcos cronológicos que excluem o barroco da época formativa da literatura brasileira. Isso parece claro, pois, afora as dezessete páginas dedicadas ao livro de Candido, a quase totalidade do pequeno ensaio consiste na repetição de ideias expostas anteriormente em outros textos, particularmente na *Introdução a Literatura no Brasil* [...]” (Gomes Júnior, 1998, p. 15).

“[...] é retardatária a posição dos que ainda usam tais conceitos cedidos, como é o caso do livro de Antonio Candido. É uma obra que surgiu atrasada. Deveria ter sido publicada em 1945, quando elaborada. Então ficaria com o significado de obra de transição entre a concepção crítico-historiográfica de Sílvio Romero, a que se liga pela sua conceitualização sociológica e as novas aspirações ao estabelecimento de critérios para o estudo do fenômeno literário, que o livro namora, embora tentando repelir, e que constituem as preocupações atuais da nova crítica brasileira no que tange ao estudo da literatura do passado e do presente” (Coutinho, 1981, p. 49).

Contesta ainda a validade dos marcos cronológicos adotados por Candido, asseverando que a literatura brasileira “não começou no movimento arcádico-romântico. Vem de antes, partiu do instante em que o primeiro homem europeu aqui pôs o pé, aqui se instalou, iniciando uma nova realidade histórica, criando novas vivências, que traduziu em cantos e contos populares, germinando uma nova literatura [...] E com ele [o homem brasileiro] se ‘formou’ a literatura brasileira, tendo bastado para isso que um homem novo sentisse vontade de exprimir os seus sentimentos e emoções diante da realidade nova. O público era escasso, mas existia, de conformidade com as condições sociais da época” (*Idem*, p. 38). Por fim, adentrando em assunto de sua especialidade, condena a “incompreensão do papel da literatura barroca, ou antes, do espírito barroco no Brasil, fenômeno que vem sendo posto em revelo ultimamente. A visualização do barroco brasileiro põe por terra de todo a tese de Antonio Candido de que a literatura brasileira teve a sua ‘formação’ com o período arcádico-neoclássico-romântico. Pois essa ‘formação’ se deu com o barroco, com a mão barroca dos jesuítas e sob o influxo espanhol” (*Idem*, p. 39).

Embora não rejeite os pressupostos científicos da nova crítica, a postura de Candido diante do assunto é bem diversa, conforme o prefácio sustenta: em lugar da condenação *in limine*, a recuperação crítica da tradição crítica inaugurada por Romero: “avaliar o sentido de sua obra só pode ser tentado em dois planos solidários: indagar a sua validade em face de nossas concepções atuais de crítica, e em face do que era a crítica do seu tempo. Se ficarmos apenas no primeiro, ignoraremos por completo a sua função histórica; se ficarmos apenas no segundo, seremos incapazes de avaliar a sua contribuição histórica” (Candido, 1988, p. 13). É fora de dúvida que a reedição da tese tinha como objetivo consolidar uma identidade profissional, acadêmica e intelectual condizente com sua nova posição institucional. Já reconvertido à pesquisa e ao ensino da literatura à frente do curso de TLLC, Candido registrava no novo prefácio um movimento estratégico e significativo de, ao mesmo tempo, realinhar sua própria trajetória na área das letras e indicar os fundamentos do programa crítico que seria seguido nos anos seguintes.

1.7. – Modernização concluída

“A seguir pede a palavra o professor Zeferino Vaz, para ler a seguinte declaração: ‘Ao tomar conhecimento, pelos jornais, da resolução da banca examinadora do concurso de Literatura Brasileira de deixar ao Conselho Universitário a escolha do catedrático efetivo, de vez que ela apontara dois candidatos igualmente classificados, imediatamente pensei em dar meu voto ao professor Souza Lima. É que, se um grupo de competentes conclui que dois dos candidatos têm iguais ***, não via razões de consciência que me impedissem de o que me é mais conhecido e ao qual me ligam até laços afetivos [...] Todavia, estudando os antecedentes de Antonio Candido, verifiquei com surpresa que se trata de um jovem formado pela Faculdade de Filosofia que ainda não completou trinta anos, que nem sequer fez o curso regular de letras, pois o seu licenciamento foi feito na seção de sociologia. Ora, se com tão pouca idade e sem curso especializado conseguiu Antonio Candido emparelhar-se com um veterano e renomado especialista e sobrepujar mesmo outros igualmente renomados, é muito difícil deixar de concluir que ele é senhor de brilhante inteligência, *** literário e notável capacidade de trabalho. A posse de uma só dessas qualidades não seria suficiente para explicar tal resultado. Os antecedentes desse jovem permitem-me prever a que culminâncias chegará quando decorrerem mais vinte anos, e alcance a idade propecta de seu ilustre competidor [...] Essas são as razões pelas quais, recalçando as minhas simpatias *** no interesse da faculdade, dou meu voto ao professor Antonio Candido para ocupar a Cadeira de Literatura Brasileira’

(Declaração de Zeferino Vaz, constante em trecho da Ata da 210ª Sessão do Conselho Universitário, realizada em 09/08/1945)

Aos 29 de novembro de 1973, o Diário Oficial do Estado de São Paulo anunciou a abertura de concurso para o provimento de cargo de Professor Titular junto ao Departamento de Linguística e Línguas Orientais, disciplina de Teoria Literária e Literatura Comparada, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH). Conforme consta do informe oficial, as inscrições ocorreriam ao longo dos próximos 180 dias, e os critérios obedeceriam as disposições contidas nos artigos 98 e parágrafos e 147 do Estatuto da USP (Decreto nº 52.326 de 16 de dezembro de 1969) e artigos 1º e 2º da Portaria GR 1732 verbis. Discriminava ainda as provas requeridas pelo concurso, instituindo: I – julgamento de memorial em que o candidato deverá referir, de modo explícito: a) produção científica; b) atividade didática; c) atividades de formação e orientação de discípulos; d) atividades profissionais vinculadas à matéria em concurso, bem como as referentes a planejamento e organização de novos serviços; II – prova didática; III – prova de arguição.

No dia 27 de maio de 1974, a secretaria do referido departamento recebeu o pedido de inscrição de Antonio Candido de Mello e Souza. Examinando a documentação apresentada pelo candidato, os funcionários constataram que ela atendia as exigências do artigo 204 e parágrafo único do Regimento Geral da USP (Decreto 52.906/72), encaminhando o processo para a Congregação. Em seguida, em reunião ocorrida a 12 de junho de 1974, esta, por sua vez, aceitou a inscrição de Candido e indicou os seguintes nomes para compor a Comissão Julgadora do concurso em pauta: na condição de titulares, os

professores Antonio Augusto Soares Amora²⁴⁴, José Cavalcanti de Souza²⁴⁵, Celso Ferreira da Cunha²⁴⁶, Guilhermino César²⁴⁷ e Temístocles Linhares²⁴⁸; como suplentes, Isaac Nicolau Salum e Otto Maria Carpeaux. Poucos dias depois, em 20 de junho, Eurípedes Simões de Paula, Diretor da FFLCH-USP, encaminhou comunicado oficial convidando os indicados, os quais aceitaram prontamente a incumbência.

Entre os dias 03 e 04 de julho, a Comissão Julgadora conduziu o andamento do concurso, providenciando a elaboração do horário das provas e a organização dos pontos para a Prova Didática, o sorteio do ponto, a avaliação do desempenho do candidato na Prova Didática²⁴⁹, a apreciação da Prova da

²⁴⁴ Principal responsável pela passagem de Candido, no final da década de cinquenta, da Cadeira de Sociologia II, do Departamento de Sociologia da FFCL-USP, para o cargo de professor de Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Instituto Isolado de Ensino Superior do Governo do Estado de São Paulo (atualmente integrado à UNESP), campus de Assis (SP), Antonio Augusto Soares Amora nasceu na cidade de São Paulo (SP) em 18 de abril de 1917. Formou-se em Letras clássicas e português na FFCL-USP (1937-39), tornando-se primeiro-assistente da Cadeira de Literatura Portuguesa em 1942, regida por Fidelino de Figueiredo. No ano seguinte, se inscreve no doutorado pela mesma cadeira, defendendo, em 1946, a tese “O Nobiliário do Conde D. Pedro de Barcelos”. Em 1947, defende a livre-docência, com o estudo “El-Rei Dom Duarte e o ‘Leal Conselheiro’”. Em 1955, torna-se catedrático com a tese “Manuel Pires de Almeida – um crítico inédito de Camões” e funda o Instituto de Estudos Portugueses, na Universidade de São Paulo, organismo importante no desenvolvimento do ensino e pesquisa de Literatura Portuguesa. Em 1959, atendendo pedido do então governador do estado de São Paulo, Jânio Quadros, assumiu a responsabilidade de coordenar a implantação institucional da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, dirigindo-a nos seus cinco primeiros anos. Desde o início de sua trajetória intelectual, investe na publicação de livros e artigos sobre literatura portuguesa e brasileira e coordenação de projetos editoriais, dentre os quais se destacam: *Teoria da Literatura* (1944), *Pequena biblioteca de literatura brasileira* (1946), *História da literatura brasileira* (1955). Sobre a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, ver Oliveira (2008). Sobre a passagem de Candido por ela, ver Ramassote (2010a).

²⁴⁵ Não foi possível encontrar nenhuma informação biobibliográfica sobre o autor em dicionários especializados ou demais fontes de pesquisa consultadas.

²⁴⁶ Celso Ferreira da Cunha nasceu em Teófilo Otoni (MG), a 10 de maio de 1917. Bacharelou-se pela Faculdade Nacional de Direito e pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil. Professor do Colégio D. Pedro II (1935-1952); catedrático desde 1952; livre-docente da Cadeira de Literatura Portuguesa desde 1948; catedrático de Língua Portuguesa da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil desde 1956, professor de Estudos Brasileiros e Filologia Portuguesa da Universidade de Sorbonne, Paris (1952-55); diretor da Biblioteca Nacional desde 1956; Secretário da Educação e Cultura da Guanabara, em 1960.

²⁴⁷ Guilhermino César da Silva nasceu no distrito de São Manuel, depois Eugenópolis (MG), a 15 de maio de 1908. Cursou o ensino secundário no Ginásio de Cataguases (MG), bacharelando-se pela Faculdade de Direito de Belo Horizonte, da Universidade de Minas Gerais. Iniciou a trajetória literária ainda jovem, integrando o grupo que fundou a revista *Verde*, de Cataguases, ao lado de Ascânio Lopes, Rosário Fusco, Enrique de Rezende e outros. Fundou, em Belo Horizonte, com João Dornas Filho e Atilio Viváqua, a revista *Leite Crioulo*, em 1928. Nesse mesmo ano, estreia com livro de poesia *Meia pataca*, publicando, em seguida, o romance *Sul*. Foi professor da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais. Fez carreira, no entanto, lecionando Literatura Brasileira nas Faculdades de Filosofia da Universidade Católica e da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

²⁴⁸ Temístocles Linhares nasceu em Curitiba (PR), a 11 de fevereiro de 1905. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, instituição na qual se tornou Professor Catedrático de Literatura Brasileira, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Foi ainda professor de Literatura Brasileira e História do Brasil na Universidade de Coimbra (Portugal).

²⁴⁹ Apenas a título de curiosidade, a Lista de Pontos constava de: 1. Função da Literatura; 2. Literatura e fatores sociais; 3. Literatura e fatores psíquicos; 3. Literatura como sistema; 5. Autonomia da obra literária; 6. Forma e estrutura da obra literária; 7. Fundamentos teóricos da interpretação literária; 8. O texto literário: leitura estética e leitura ideológica; 9. O meio e a personagem: aplicação em romance naturalista; 10. Correntes e tendências da crítica contemporânea. E o ponto sorteado foi o nº 7. Todas as informações relativas ao concurso foram extraídas de documentação constante da pasta funcional de Candido depositada no Setor Administrativo da Faculdade de

Arguição e, por fim, o exame do Memorial entregue. Ao término dos trabalhos, nos quais Candido recebeu a nota máxima de todos os avaliadores, a Comissão Julgadora emitiu o seguinte parecer:

“Pelo memorial, pela arguição que lhe foi feita e pela prova didática, o candidato evidenciou, mais uma vez, suas excepcionais qualidades de Professor, de pesquisador e sua autoridade em Teoria Literária e Literatura Comparada. Em face dos elementos, acima mencionados, e das notas obtidas, conforme constam no respectivo boletim, a Comissão Julgadora indica, unanimemente, “cum laude”, o Professor Doutor Antonio Candido de Mello e Souza para o provimento efetivo do cargo de Professor Titular desta Faculdade” (Concurso para provimento efetivo do cargo de professor titular, 1974, Fls. 60).

Desta vez o resultado não poderia ser outro, e por várias razões. Já estava distante a indefinição profissional - mas não intelectual, conforme venho mostrando – que marcou o início da carreira profissional de Candido. Desde 1958, quando ele se desligou das atribuições da Cadeira de Sociologia II, e, por extensão, do Departamento de Sociologia e Antropologia da FFCL-USP, para assumir a Cadeira de Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, do Instituto Isolado de Ensino Superior do Governo do Estado de São Paulo (atualmente integrado à UNESP), retornando à instituição de origem dois anos depois para fundar e se tornar o principal responsável pela cadeira de Teoria Literária e Literatura Comparada (doravante TLLC)²⁵⁰, sua reputação como pesquisador e estudioso de literatura, até então firmada nas páginas da grande imprensa e publicações de coletâneas e estudos literários, foi, gradualmente, se notabilizando. Treze anos depois, ao defender a titularidade, ela se tornava praticamente incontestável.

Para além da consolidação institucional da área de TLLC e, em consequência, a afirmação da identidade intelectual de Candido como crítico e estudioso de literatura, a realização do concurso para professor titular, nos primeiros ares de abertura democrática, também pode ser vista como um ato de natureza política. Como se sabe, mesmo após as demissões arbitrárias e aposentadorias compulsórias, ocorridas em fins da década de sessenta, a FFLCH passou quase todo o decênio seguinte sofrendo a ameaça constante de desmanche e intervenção, permanecendo suscetível ao controle ideológico, a inquéritos e punições administrativas e à repressão policial. Em boa medida, a abertura e realização de um concurso para titularidade representava, em meio a circunstâncias bastante adversas, uma afirmação da

Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Cf. Processo de inscrição ao concurso de professor titular, nº 74.1.27.8.6.

²⁵⁰ Sobre a curta, porém decisiva, passagem de Candido pela Faculdade de Assis, cf. Ramassote (2010a).

autonomia e independência acadêmicas diante da interferência, perseguição e pressão ilegais exercidas externa e internamente²⁵¹.

Ao contrário do sucedido no malsinado concurso de 1945, quando não dispunha de respaldo acadêmico para chancelar sua passagem para o setor das Letras – desconsiderando-se, é claro, a manobra interna perpetrada pelo Conselho Universitário -, afinal suas credenciais restringiam-se, como vimos, aos dois anos de militância crítica na grande imprensa e ao recém-lançado *Brigada Ligeira* (1945), o concurso para professor titular do Departamento de Linguística e Línguas Orientais, disciplina de Teoria Literária e Literatura Comparada, encontrava Candido numa posição bem diferente: aos 56 anos de idade, sua autoridade e influência já estavam plenamente consolidadas para não haver nenhuma surpresa desagradável, tampouco concorrente disposto a competir com ele pela vaga.

Com efeito, a partir de 1961, Candido promoveu uma fulgurante trajetória acadêmica à frente do curso de TLLC, espraiada por diferentes iniciativas e frentes de atuação. Desde a sua criação, na qual ele se torna o principal professor, orientador e responsável, tem início a montagem de um projeto de ensino e pesquisa bem-sucedido, articulado em vários níveis: na readequação do currículo do curso de Letras e na organização da “Especialização” e, depois de 1970, Pós-Graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada; na definição de áreas de ensino e estudo (principais gêneros literários e contribuições mais atualizadas e inovadoras no campo da teoria literária), autores privilegiados (com destaque para os principais escritores ligados ao movimento modernista) e temáticas de pesquisa (em diversas áreas: levantamento de marginalias e de fontes primárias, estudos de literatura comparada e da história da crítica literária no Brasil); no recrutamento e contratação, entre alunos e orientandos, de futuros professores; no estímulo à aquisição de acervos intelectuais e pessoais de grandes intelectuais e escritores (incorporando tal espólio ao meio universitário, assim como supervisionando o seu acesso e consulta); na captação de recursos financeiros para pesquisa (através de bolsas de pesquisa da recém-criada Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo - Fapesp); na implementação de amplos projetos coletivos de pesquisa, e, sobretudo, na formação e treinamento acadêmico e profissional de, pelo menos, três gerações de críticos literários²⁵².

Colocando em prática o modelo de crítica científica defendido, como vimos, já no quinto capítulo da tese sobre Sílvio Romero e, posteriormente, em rodapés na grande imprensa²⁵³, Candido, como se pode

²⁵¹ Isso pode explicar o convite feito a Otto Maria Carpeaux para participar da banca examinadora. Como se sabe, o intelectual austríaco, radicado no Brasil, foi um opositor ferrenho do regime militar. Sobre o controle ideológico na USP, ver: *O livro negro da USP: o controle ideológico na Universidade* (1979).

²⁵² Sobre o assunto, consultar Ramassote (2006; 2010b).

²⁵³ Datam de 13 e 20 de junho de 1946 dois rodapés – ou melhor, um rodapé repartido em duas partes, levando o mesmo título: “A literatura e a universidade” -, publicados no *Correio de S. Paulo*, nos quais Candido discute as deficiências do ensino de literatura brasileira no interior do “nosso sistema universitário”. Embora generalize suas considerações – “nossas jovens Faculdades de Filosofia”, englobando, como ele indica, as de São Paulo e do Rio de

averiguar pelas ementas de curso, materiais didáticos e documentação produzidas ao longo da década de sessenta²⁵⁴, põe em marcha, dentro da FFCL-USP, um irreversível e irresistível processo de adensamento e expansão das atividades institucionais.

Em certo sentido, e embora de maneira algo acidentada e pontilhada de momentos de tensão²⁵⁵, cheia de idas e vindas, sua trajetória crítica, emergindo dos rodapés na grande imprensa, passando pela pesquisa e titulação acadêmica com a monografia sobre Sílvio Romero e chegando, finalmente, à inserção profissional no curso de TLLC, encarna de maneira exemplar as transformações pelas quais os estudos literários percorreram, em suas linhas gerais, no país²⁵⁶.

Por outro lado, o êxito obtido por Candido *não foi conquistado apenas em razão das estratégias profissionais e do perfil dos investimentos acadêmicos por ele realizados*. É fato que, quando comparado à Cadeira de Literatura Brasileira, sua área de principal interlocução, o curso de TLLC adquiriu, em pouco tempo de atividades, uma proeminência irrefutável. Migrando do Departamento de Sociologia e

Janeiro -, não havendo menção direta à Cadeira de Literatura Brasileira da FFCL-USP, os dados apresentados por Candido a ela, sem dúvida, se referem: “No Brasil, em pleno século XX, ao se iniciar fase nova da cultura superior, as universidades não discriminam da portuguesa a literatura nacional [...] No ano de 1939, funcionaram, pela primeira vez nossa histórica cultural, cátedras superiores de literatura pátria. Os decretos incluíram-no currículo de duas sub-seções: a de Língua Neo-Latinas e a de Letras Clássica. No primeiro currículo, os alunos deveriam estudá-las na 3ª, isto é, última série; no segundo, na 1ª série. Geralmente, os encarregados reúnem as duas turmas em duas aulas semanais, mais duas de seminários, a cargo do Assistente; e a isto se tem resumido o estudo da literatura brasileira” (Candido, 2000b, p. 235). E conclui: “não tem havido ‘ensino’, mas apenas ‘aulas’ de literatura brasileira no ensino superior” (*Idem*, p. 235). Dividindo a literatura em duas frentes, a criação, “que é a sua principal e razão de ser” e a exegese, “que a prolonga e auxilia a desempenhar o papel que lhe compete”, Candido destaca o papel da segunda, “cuja função é estudar, esclarecer e integrar a primeira no complexo da cultura – obra da crítica sob os seus mais variados aspectos: história e crítica literária, história das ideias etc. Conjunto que constitui, no todo ou na parte, a por alguns chamada ciência da literatura” (*Idem*, p. 236). “Sem ela, a criação não encontra quadros, perde alguns de seus mais sólidos estímulos e não consegue transformar-se em fator eficiente de ação cultural nem manter acessa a chama da tradição” (*Idem*, p. 236). Como medidas corretivas às deficiências apresentadas pelos cursos universitários de literatura brasileira, Candido propõe, ao encerrar o artigo, as seguintes iniciativas: “a primeira coisa a se fazer é instituir de fato um “curso” de literatura brasileira, e não reduzir o seu ensino a matéria complementar do estudo da língua portuguesa. Três anos de currículo normal e mais cursos de aperfeiçoamento. Discussão do problema crítico, estudos de teorias literárias, da evolução das ideias, do condicionamento histórico-social [...] Preparo de teses, bolsas de estudo para pesquisas nos Estados. Um vasto programa, que faria da literatura nacional, como é seu direito, o núcleo central das seções de Letras das atuais Faculdades de Filosofia, e não uma das muitas “matérias” perdidas num canto do currículo” (Candido, 2000c, 242).

²⁵⁴ Cf. Ramassote (2006; 2010a).

²⁵⁵ De acordo com uma discípula e colega: “Teve uma carreira mais semeada de tropeços do que seu trato ameno deixa transparecer” (Galvão, 1999, p. 46).

²⁵⁶ Não me parece casual que justamente na década de setenta muita tinta tenha sido gasta na denúncia do insulamento da crítica no interior da academia, renunciando sua vocação pública e combativa, refugiando-se numa linguagem árida e sensaborona, num processo irreversível de especialização. Numa verdadeira inversão da correlação de valores, alguns autores questionavam o excessivo formalismo e especialização da crítica literária produzida no Brasil, identificando a revivescência do ensaísmo, com a ampliação do espaço para a resenha de literatura na grande imprensa. Cf. Sússekind (2003; 2004); Costa Lima (1981). Tal prognóstico, como se sabe, não foi confirmado pela história. Pelo contrário, o panorama atual revela o desprestígio cada vez maior dessa modalidade de produção intelectual, relegada ao mero release informativo dos lançamentos literários. Cf. Santiago (2004b); Moura (2004).

Antropologia, em cujo âmbito já se encontravam programas de pesquisa e iniciativas acadêmicas plenamente implementadas – e, diga-se, em franca competição e disputa pela hegemonia na área²⁵⁷ –, Candido deparou-se, por assim dizer, com menor resistência e concorrência para impor-se como uma liderança institucional incontestada na área das Letras. Já tive a ocasião de indicar certas semelhanças entre Candido e Florestan Fernandes (a despeito das igualmente notáveis diferenças quanto à origem social, formação cultural, interesses intelectuais e modelos de investigação científica) no que concerne ao padrão de atuação profissional realizados a partir do momento em que o primeiro assume a direção do curso de TLLC. Como escrevi alhures:

“Quando examinados em conjunto, os projetos intelectuais de Candido e Florestan, no tocante à condução da rotina institucional das áreas que lideravam, trazem à tona vários pontos convergentes: ambos renovaram o repertório de referências bibliográficas e autores estudados, formularam amplos projetos investigativos desenvolvidos pelos alunos, redefiniram a hierarquia de objetos legítimos de estudo e pesquisa entre os pares profissionais, lançando as bases para a consolidação do exercício profissional acadêmico das disciplinas científicas a que dedicaram seus esforços” (Ramassote, 2010b, p. 26)²⁵⁸.

Situação bastante diversa ocorreu na Cadeira de Literatura Brasileira²⁵⁹. Nela, ao longo do período considerado por este estudo, imperou um modelo e padrão de trabalho intelectual afinado aos moldes do erudito tradicional²⁶⁰. Conforme indiquei no primeiro capítulo, são pouquíssimas as menções a Mário Pereira de Souza Lima, intelectual e pesquisador, ao que tudo indica, parcialmente deslocado nesse encargo. Sua grande contribuição, de acordo com a escassa literatura disponível, foi realizada na área de estudos da gramática e da filologia, dentre a qual se destaca a publicação da já mencionada *Gramática*

²⁵⁷ Sobre o assunto, cf. Arruda (2001), Jackson (2007b), Pulici (2008) e Pontes (1998).

²⁵⁸ Quem primeiro chamou a atenção para tal semelhança foi Jackson (2004). Procurei avançar na direção por ele sugerida em Ramassote (2006; 2010b).

²⁵⁹ Ao contrário do curso de Ciências Sociais da FFCL-USP, cuja trajetória institucional encontra-se bem documentada e já dispõe de um corpus apreciável de estudos analíticos, não se pode, salvo engano, encontrar nenhuma pesquisa congênere dedicada ao curso de Letras ou, mais especificamente, à Cadeira de Literatura Brasileira. Assim, tive que me valer de escassa – e, diga-se de passagem, de difícil acesso – documentação acadêmica primária, passagens significativas em fontes secundárias, depoimentos de ex-professores e ex-alunos e entrevistas com ex-professores (José Aderaldo Castello) e professores ainda na ativa no atual Departamento de Literatura Brasileira (Antonio Dimas). De modo que minhas considerações registradas nesta parte são baseadas naquilo que foi possível recuperar e graças à contribuição, inestimável, dos entrevistados, não sendo amparada em uma pesquisa sistemática.

²⁶⁰ Expressão utilizada por Bourdieu para definir os contornos das práticas científicas difundidas sobretudo pelos cursos de filosofia e seus principais representantes na França. Cf. Bourdieu (2005). Ao referir-se a Mário de Souza Lima, Candido destaca: “homem de grande saber que era sobretudo gramático e não tinha produção no campo literário” (Candido, 1993a, p. 36). Em entrevista a Heloisa Pontes ele novamente indica: “Mário de Souza Lima, versado em gramática e homem de muita leitura” (Candido *apud* Pontes, 2001b, p. 25).

expositiva da Língua Portuguesa, editada em 1937 na prestigiosa coleção Biblioteca Pedagógica Brasileira, dirigida por Fernando de Azevedo²⁶¹. Na quase totalidade, sua produção científica restringiu-se aos estudos submetidos às exigências acadêmicas dos concursos de que participou²⁶². Profissionalmente, sua atuação acadêmica foi marcada, prioritariamente, pelas aulas ministradas na graduação, no Curso de Especialização e atividades culturais e de extensão diversas²⁶³.

²⁶¹ Com efeito, as escassas referências encontradas a respeito de Mário de Souza Lima enaltecem sempre sua contribuição aos estudos gramaticais. Cf. Moisés; Paes (1980); Bechara (1998); Chaves de Melo, (1967).

²⁶² Até onde pude averiguar, com base nos volumes do Anuário da FFCL-USP e em uma cópia do currículo profissional de Souza Lima, cedida por Eduardo Martins, são eles: *Theoria da Construção Grammatical* (1923), tese para concurso à Cadeira de Português do Ginásio Oficial de S. Paulo, do qual ele se tornou lente; *Gramática expositiva da Língua Portuguesa* (Para uso das escolas secundárias). Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série 2º Livros Didáticos, vol. 70. Companhia Editora Nacional, S. Paulo, 1937; *Gramática Portuguesa – S. Paulo*, 1945 (2.ª Edição acrescida de uma parte de *História da Língua e Gramática Histórica*); “Os problemas estéticos na poesia brasileira do parnasianismo ao modernismo” (Tese de concurso à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de S. Paulo). S. Paulo, 1945; “Afonso Pena Junior – A Arte de Furtar e o seu autor”, in revista Serviço Social, Ano VI, nº 43, Dez. de 1946. É bastante provável que nem toda a produção intelectual de Souza Lima esteja listada no currículo. Em Guelfi (1987), identifiquei o nome de Souza Lima entre os colaboradores da revista *Novíssima* (1923- 1926), órgão de divulgação dos postulados estético/políticos da corrente Verde-Amarela dentro do movimento modernista (Guelfi, 1987, p. 39). A versão do currículo que tenho em mãos não está datada. Presumo, porém, que tenha sido redigida no final dos anos sessenta, uma vez que indica, entre os cargos docentes ocupados por seu autor, a função de “Professor Titular e Coordenador do Instituto Central de Letras da Universidade de Brasília (1964-1965)”. Em estudo sobre a intervenção militar e demissão de professores na Universidade de Brasília (UnB) depois do Golpe de 1964, Salmeron comenta que Souza Lima “trabalhou na UnB poucos meses, tendo-se exonerado com os demais docentes. Depois de demitir-se, o presidente da República, Castelo Branco, pediu-lhe que voltasse para a universidade. Respondeu que somente voltaria se os docentes demitidos pelo reitor fossem readmitidos e, em caso de acusação de alguém, que se fizesse um processo público e justo” (Salmeron, 2007, p. 118). Por fim, em acervo pessoal de José Aderaldo Castello, depositado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), conferi que na data de 04 de novembro de 1966, Souza Lima recebeu, da Congregação da FFCL-USP, o título de Professor Emérito. Em seu discurso de saudação, Castello destaca que ele foi “o organizador de uma das cadeiras mais importantes desta Faculdade, do ponto de vista humanístico e da cultura brasileira. Desde então, ao mesmo tempo se impôs no Departamento de Letras, que também seria criado sob a sua orientação; destacou-se na Congregação e no Conselho Técnico, órgãos em que teve atuação marcante durante anos consecutivos (...). No Departamento de Letras, colaborou decisivamente na reformulação de currículos; propôs a criação das Cadeiras de Linguística Geral e de Teoria Geral da Literatura (hoje Teoria Literária e Literatura Comparada); opinou sobre o curso de Línguas Orientais, em particular o de Língua Russa; foi ainda um dos criadores do IEB” (Castello – Arquivo pessoal, Caixa nº 22).

²⁶³ Conforme informações extraídas dos volumes dos *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras*, entre agosto de 1947 a janeiro de 1949, Souza Lima, a convite do Departamento de Estado dos Estados Unidos, permaneceu nesse país realizando conferências nas Universidades de São Francisco e Stanford, Palo Alto, Califórnia, nas quais ministrou, durante um ano, cursos de História do Brasil, Literatura e Instituições Brasileiras. Além das atividades docentes, realizou na Universidade de Stanford, a pedido do Departamento de Línguas Românicas, “uma revisão da parte portuguesa e brasileira da Biblioteca Geral, organizando uma bibliografia de mil livros, cuja aquisição deixou encaminhada ao sair dos Estados Unidos”. Colaborou, ainda, com o professor Ronald Hilton, “ilustre continuador do saudoso professor Percy A. Martin na edição do “Who’s Who in Latin América”, e grande propugnador dos estudos brasileiros em Stanford”. Por fim, por solicitação do “tenente-coronel F.B. Keller, do Exército Norte-Americano, chefe do Departamento de Línguas Românicas da Army Language School, de Monterey, Califórnia, auxiliou na organização dos cursos de Português daquele importante estabelecimento destinado a militares. A sua contribuição verificou-se em sugestões referentes à parte didática e metodológica e na indicação de dois professores brasileiros”. (Cf. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1939-1949*, vol. I e II, pp. 503-505). De volta ao país, representou a Universidade de São Paulo no Congresso realizado na Academia Brasileira de Letras em comemoração ao centenário de Rui Barbosa, e foi eleito presidente da Seção de Literatura.

Do ponto de vista institucional, até onde pude apurar, a Cadeira de Literatura Brasileira, ao longo dos anos sob a direção de Souza Lima, sempre se manteve despreocupada com a criação de grupos correlacionados de pesquisa, intensa produção intelectual, projetos editoriais acadêmicos, orientação e publicação de pesquisas, entre outras medidas indicativas da ampliação das atividades institucionais numa determinada área. Nesse sentido, é expressivo que, durante duas décadas, a cadeira tenha requisitado e mantido apenas um professor-assistente (José Aderaldo Castello)²⁶⁴ e orientado pouquíssimos estudos²⁶⁵.

Com efeito, será apenas sob a direção de José Aderaldo Castello que a Cadeira de Literatura Brasileira começará a conquistar o destaque e a proeminência hoje adquiridos – não obstante, em muitos aspectos, ele tenha sido um continuador de Souza Lima²⁶⁶. Descendente de uma família abastada de senhores de engenho do município de Moçamba, interior do Ceará, José Aderaldo Castello, após concluir o ensino secundário na capital de seu estado natal, rumou para São Paulo, “atraído pela tradição do Largo São Francisco”. No curso Pré-Jurídico do Liceu Pan-Americano, foi aluno de Antonio Soares Amora, que lecionava “História Universal da Literatura”. Encantado com as aulas do jovem professor formado pela FFCL-USP, abandonou “os objetivos” que lhe “trouxeram a São Paulo” e optou “pelo estudo de Letras”²⁶⁷. Em 1941, ingressa no curso de Letras Clássicas da FFCL-USP, bacharelando-se em 1943 e licenciando-se no ano seguinte. Conforme vimos, com a saída de Manoel Cerqueira Leite²⁶⁸, imediatamente após o concurso da Cadeira de Literatura Brasileira, em 1945, Castello torna-se seu

²⁶⁴ Diversamente do que sucedeu como as demais cadeiras do curso de Letras, as quais contavam com professores colaboradores, associados e, em regra, diversos instrutores de ensino. Cf. *Guia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, 1966. E, também, das principais cadeiras do curso de Ciências Sociais, cujo número de assistentes, aliás, sempre foi maior do que a estrutura acadêmica podia comportar, motivo de constante reivindicação e embate dentro do Conselho Universitário. Cf. Pulici (2009); Romão (2006).

²⁶⁵ Os seguintes estudos foram defendidos junto à Cadeira de Literatura Brasileira: “A introdução do romantismo no Brasil”, doutorado de José Aderaldo Castello, sob a orientação de Mário de Souza Lima, em 1950; “José Lins do Rêgo e o movimento regionalista e tradicionalista: contribuição para o estudo do modernismo”, tese de livre-docência defendida por José Aderaldo Castello em 1958; “Graciliano Ramos: Autor e ator”, doutorado de Rolando Morel Pinto, defendido em 1960, sob a orientação de Mário de Souza Lima. Cf. Lima (1997).

²⁶⁶ Cf. Matos (2003); *Informe - USP* (2006).

²⁶⁷ Informações extraídas do acervo pessoal de José Aderaldo Castello depositado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Cf. José Aderaldo Castello, Caixa nº 07.

²⁶⁸ Nas palavras de José Aderaldo Castello, proferidas em conversa pessoal, a candidatura de Manoel Cerqueira Leite significava demitir-se da cadeira, abdicando de continuar a exercer atividades profissionais ao lado de Mário Pereira de Souza Lima. Ao que consta, após o concurso, ele retornou à função de auxiliar de ensino da Cadeira de Literatura Portuguesa, permanecendo no cargo até 1949. De agosto de 1947 a janeiro de 1949, por ocasião da estada de Souza Lima nos Estados Unidos, Cerqueira Leite “foi indicado para substituí-lo, como de direito, um livre-docente, tendo recaído a escolha sobre o professor Manuel Cerqueira Leite” (*Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1939-1949*, p. 503). Em 1952 é designado auxiliar de ensino para a Cadeira de Língua Espanhola e Literatura Espanhola e Hispano-americana. Entre 1957 e 1959, transfere-se para a Cadeira de Língua e Literatura Italiana da mesma faculdade. Em 1959, por fim, “vai para Araraquara a fim de criar a Cadeira de Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa e Literatura Brasileira, na Faculdade de Filosofia que aí se instala. Ocupa a Cátedra de Literatura Brasileira até 1968, quando se aposenta”. Cf. Cerqueira Leite (1972b); E também: *Guia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras* (Universidade de São Paulo), 1954. Obtive ainda algumas informações no Arquivo Pessoal de José Aderaldo Castello, Caixa nº 20.

professor-assistente, assumindo-a, em caráter interino, em 31 de agosto de 1963 (ano da aposentadoria de Mário de Souza Lima), e efetivando-se como titular dois anos depois, em agosto de 1965. Nesse período de tempo, dá sequência às etapas de titularidade da carreira, defendendo em 1950 tese de doutorado – “Introdução do Romantismo no Brasil” -, tornando-se Livre-Docente em 1958 – apresentando o estudo “José Lins do Rego e o movimento regionalista e tradicionalista: contribuição para o estudo do modernismo” - e, finalmente, obtendo a titularidade com “Realidade e ilusão em Machado de Assis: para uma visão unitária de sua obra”, em 1965.

Na esteira e, sem dúvida, sob a influência das iniciativas empreendidas por Candido na direção do curso de TLLC, a dinâmica interna da Cadeira de Literatura Brasileira se revigora, ajustando-se em direção aos modernos parâmetros de ensino e pesquisa acadêmica já instituídos em outros cursos e/ou áreas - salta à vista, nesse aspecto, a semelhança desse processo em relação ao modelo institucional promovido pelo curso de TLLC²⁶⁹. Como neste, ocorre também a promoção de um programa de pesquisas integradas em arquivos²⁷⁰, a publicação sistemática dos resultados obtidos, a orientação de contingente expressivo de pesquisadores²⁷¹, diálogo estreito com o Setor Cultural do Instituto de Estudos Brasileiros²⁷², contratação de profissionais para compor o quadro docente da cadeira²⁷³.

²⁶⁹ Algumas dessas iniciativas, inclusive, em parceria com Candido, como a organização dos volumes da antologia *Presença da literatura brasileira* (cujo primeiro tomo surge em 1963). Cf. Castello (2009).

²⁷⁰ Como se sabe, Castello coordenou durante a década de setenta amplo projeto de pesquisas voltado para o levantamento e estudo sistemático dos principais periódicos modernistas. O roteiro de pesquisas pode ser encontrado em Castello (1970). Rachel Lima contabiliza 37 estudos realizados no âmbito do projeto até a data de 1995. Cf. Lima (1997).

²⁷¹ Sobretudo nas temáticas do projeto de pesquisa sobre os periódicos modernistas e estudos dedicados à literatura regionalista nordestina. Cf. Lima (1997).

²⁷² Sobre o assunto, ver Caldeira (2002).

²⁷³ Não pude averiguar em detalhe o padrão de recrutamento do núcleo original que passa a compor o quadro docente da Cadeira de Literatura Brasileira a partir de meados da década de sessenta, pois não obtive sucesso nas várias vezes em que recorri ao Setor Administrativo da FFLCH-USP à procura de memoriais acadêmicos e pastas funcionais dos principais professores do Departamento de Literatura Brasileira. Com base, porém, em informações prestadas pelos entrevistados e texto redigido por Castello (1968), é possível registrar algumas informações pertinentes. Ao assumir a cátedra, Castello indica Rolando Pinto Morel, professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, para o cargo de professor-assistente, função por ele exercida até 1967, quando pede demissão e se transfere para a cadeira de Literatura Italiana. Para substituí-lo, José Carlos Garbuglio, também professor em Assis, é indicado. Assumem o cargo de professor-instrutor Neusa Pinsard Caccese e Aliette Fontana, ambas orientandas de Castello. Por sugestão de Candido, Décio de Almeida Prado deixa os encargos da Escola de Arte Dramática para assumir o ensino de disciplinas relacionadas ao Teatro Brasileiro, a partir de 1966. Da geração mais jovem, Antonio Dimas chamou a atenção de Jose Carlos Garbuglio, que facilitou, juntamente com Candido, sua passagem de Assis para a FFCL-USP. José Miguel Wisnik e Roberto Brandão foram indicados, ao que consta, por Candido. Flávio Aguiar foi aluno de Décio de Almeida Prado, e orientando de Walnice Nogueira Galvão, sendo possivelmente indicado por eles. Em 1970, Alfredo Bosi se transfere da Cadeira de Língua e Literatura Italiana para a Cadeira de Literatura Brasileira. Dois de seus orientandos, Zenir Campos Reis e Alcides Villaça, são também a ela incorporados, provavelmente por sua indicação. Como se pode perceber, Castello não fez discípulos, e a ampliação do quadro docente da cadeira de Literatura Brasileira, para suprir as necessidades de ampliação das atividades de ensino, se fez por meio, sobretudo, da influência e das boas relações dele com Candido, e da ingerência das demais lideranças intelectuais emergentes envolvidas nesse processo.

Desde a sua criação, por sinal, a Cadeira de Literatura Luso-Brasileira, da qual a Cadeira de Literatura Brasileira se desmembrou, ostentou um perfil alinhado à beletrística e à retórica, com acentuada inclinação para a discussão da produção literária com base em critérios filológicos e históricos²⁷⁴. Seu primeiro responsável, Otoniel Mota, após atuar por algum tempo no ministério eclesiástico, passa a lecionar as disciplinas de Língua Portuguesa e Grega em colégios secundaristas do interior do estado de São Paulo. De volta à capital, exerce as funções de pastor da Primeira Igreja Presbiteriana Independente e, logo em seguida, é nomeado diretor da Biblioteca do Estado de S. Paulo. Com a incorporação desta à Biblioteca Municipal de São Paulo, passa a reger a Cadeira de Literatura Luso-Brasileira da FFCL-USP, permanecendo no cargo entre os anos de 1935 a 1937²⁷⁵, após os quais passa à Cadeira de Filologia.

Substituindo-o, Fidelino de Figueiredo, já então renomado crítico literário de origem portuguesa, assume no ano de 1938, a convite do governo de São Paulo, os encargos da Cadeira de Literatura Luso-Brasileira. Nascido em Lisboa, Portugal, em julho de 1888, formou-se pelo Curso Superior de Letras de sua cidade natal. Após concluí-lo, passou a atuar na administração pública, inicialmente como técnico do Departamento de Educação Pública (1914, 1917-1919 e em 1927), depois como Deputado Nacional, pelo pequeno município de Silves (1918-1919), situado na sub-região de Algarve. Ao desembarcar no Brasil, já dispunha de um sólido e cosmopolita currículo docente na área de Literatura Portuguesa²⁷⁶ e de um

²⁷⁴ Característica de ensino que, sem dúvida, não se restringia à FFCL-USP. Rememorando o início da carreira de estudioso e mais tarde professor de literatura, Afrânio Coutinho comenta que o “ensino literário, por força de legislação imposta pelos professores de português, não era ensino literário, mas puramente filológico. O texto era mero pretexto para comentários filológicos sobre a língua do autor. As obras didáticas e antologias eram referidas de anotações de pé-de-página, exclusivamente de ordem filológica” (Coutinho, 1983, p. 185).

²⁷⁵ Nascido em Porto Feliz (SP), em 16 de abril de 1878, Otoniel Mota, após realizar os primeiros estudos em sua cidade natal, matriculou-se no curso anexo preparatório à Faculdade de Direito, abandonando-o para se dedicar aos estudos de Teologia. Filiado à Igreja Presbiteriana desde a juventude, cursou o Seminário Presbiteriano em São Paulo, completando os estudos teológicos em 1900 e recebendo ordens sacras em 1901. Ao lado de Eduardo Carlos Pereira e de outros, participou do movimento religioso de 1903, de que resultou a criação da Igreja Presbiteriana Independente, a primeira organização eclesiástica protestante, de caráter nacional, surgida no Brasil. Nela permaneceu até 1938 quando, em companhia de outros pastores dissidentes, organizou a Igreja Cristã de São Paulo, de orientação acentuadamente liberal. No exercício do ministério eclesiástico, foi pastor nos municípios de Santa Cruz do Rio Pardo, Jaú, Campinas e, finalmente, São Paulo, onde presidiu, durante muitos anos, a Primeira Igreja Presbiteriana Independente. Também foi colaborador assíduo dos principais órgãos da imprensa religiosa protestante do Brasil. Como filólogo e professor, teve atuação destacada no magistério secundário e superior desde 1907, quando foi nomeado Catedrático de Língua Portuguesa do então recém-criado Ginásio do Estado de Ribeirão Preto, de onde foi transferido, em 1912, para o de Campinas, no qual lecionou até 1925. Foi ainda professor de Língua e Literatura Grega na Faculdade Paulista de Letras e Filosofia, de 1931 a 1934; na Faculdade de Teologia, ficou responsável por disciplinas relacionadas com a Filologia e a Linguística. Com a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, em 1934, assumiu a Cadeira de Literatura Luso-Brasileira, regida durante os anos de 1935 e 1936. Autor de um extenso número de estudos nas áreas de teologia e filologia, além de ensaios sobre história e de alguns trabalhos de ficção, Cf. “In Memoriam” do *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de 1951*, P. 169-171; e também o verbete “Mota, Otoniel”, em Correia de Melo (1954). E ainda Silveira Peixoto (1971).

²⁷⁶ Por razões políticas, deixa Portugal em 1927, iniciando sua carreira internacional como docente na Universidade de Madri (1927-1931). Daí em diante, passa a lecionar na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade da Califórnia (1931 e 1937); Universidade Nacional do México (1931); Universidade de Columbia (1931); professor do

número extenso de publicações a respeito de história e crítica literária²⁷⁷. Dentre as primeiras providências tomadas por ele ao assumir o cargo, consta a solicitação do desdobramento da Cadeira de Literatura Luso-Brasileira em duas disciplinas autônomas, o que foi realizado, como vimos, em 1939²⁷⁸.

Como se pode concluir, a partir desse apanhado sumário de informações, talvez o perfil de trabalho intelectual praticado e cultivado no âmbito da Cadeira de Literatura Brasileira nos primeiros anos de funcionamento não se ajustasse, por completo, ao projeto intelectual defendido por Candido em seus artigos na grande imprensa, em *Brigada Ligeira* (1945) e, sobretudo, na tese sobre Sílvia Romero²⁷⁹. Sem entrar no mérito da decisão final do concurso de 1945, a escolha de Mário Pereira de Souza Lima para continuar a regê-la somente reforça, entre outras coisas, tal inclinação²⁸⁰, e pode-se dizer que ele desdobra e prolonga, em suas grandes linhas, o projeto delineado pelos seus antecessores.

Quando decidiu concorrer à vaga de professor titular, Candido, portanto, encontrava-se no apogeu de sua influência e produtividade. Com o apoio de um grupo de professores da FFCL-USP (em especial, João Cruz Costa, Fernando Azevedo e o próprio Mário Pereira de Souza Lima)²⁸¹, retorna, em fins de 1960, à instituição de origem para assumir a direção do curso de TLLC. Amparado, de um lado, na inserção institucional singular do curso e, de outro, em princípios do padrão de trabalho intelectual e modelo de atuação profissional disseminados no âmbito do curso de Ciências Sociais, Candido, em pouco tempo, assumiu uma posição acadêmica de destaque. Desincumbido de seguir o programa de ensino e o conteúdo programático tradicional da graduação do curso de Letras²⁸², e beneficiado pelas reformas universitárias de meados e do final da década de sessenta, ele pode enveredar por temáticas imprevistas,

Instituto de Altos Estudos da Academia de Ciências de Lisboa (1932), entre outros. Cf. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – 1937-1938*.

²⁷⁷ Entre outras: *História da crítica literária em Portugal* (1910); *A crítica literária como ciência* (1912); *História da Literatura Romântica* (1913); *História da Literatura Realista* (1914); *História da Literatura Clássica* (1917-1924), 4 volumes; *Interpretações* (1933); *O dever dos intelectuais* (1935).

²⁷⁸ Cf. Amora (1994).

²⁷⁹ Como já informei, não tive acesso ao memorial acadêmico redigido por Candido como parte da documentação requerida para o concurso de 1945. É bem provável que nele o autor tenha delineado seu programa de trabalho, aspecto importante para a compreensão do desfecho infausto do ocorrido.

²⁸⁰ Não pude identificar quem foi o responsável pela indicação de Souza Lima para o cargo. De acordo com depoimento pessoal de Eduardo Vieira Martins, embora não fosse proveniente de uma família tradicional, Souza Lima dispunha a seu favor de um amplo capital de relações sociais, sobretudo com os Matarazzo (de cujos filhos foi preceptor) e os Mesquita (seus principais trabalhos foram impressos nas gráficas do jornal Estado de S. Paulo). Somando-se a isso o fato de ter editado sua gramática na coleção coordenada por Fernando de Azevedo, é provável que o convite tenha partido do grupo de empresários e educadores que esteve à frente da criação da FFCL-USP.

²⁸¹ Cf. Candido (2001).

²⁸² Em entrevista a mim concedida, para minha dissertação de mestrado, Candido observou a respeito da criação do curso que “não foi aprovada a cadeira, mas o curso de ‘Teoria Geral da Literatura’. E também eu fui contrato como professor colaborador não como professor titular. Mas professor colaborador em nível de titular. Eu ganhava como titular mas não pertencia, por exemplo, à congregação”. Entrevista com Antonio Candido em 15/06/2005.

oferecendo cursos regulares e monográficos sobre os principais nomes do movimento modernista²⁸³, promovendo seminários interdisciplinares²⁸⁴, colóquios informais²⁸⁵ e cursos voltados para a discussão da bibliografia mais atualizada no campo da teoria literária²⁸⁶. Nesse processo, pôde ainda contar com o constante auxílio de bolsas de pesquisa²⁸⁷, a disponibilidade de acervos bibliográficos e biblioteca pessoais²⁸⁸ e a parceria com editoras comerciais²⁸⁹.

Rompendo com o modelo universitário dominante nos cursos de Letras, Candido colocou em prática um modo de organização do trabalho quase que inteiramente antitético em relação às práticas e posturas afeitas ao que qualifiquei de erudito tradicional: articulando estreitamente docência, pesquisa científica e orientações acadêmicas, estimulou a realização de trabalho coletivo, a escolha de objetos e temas a partir de materiais de arquivo e registros laterais (anotações marginais, textos de imprensa, projetos inacabados) dos principais nomes do modernismo brasileiro (pela primeira vez estudados dentro

²⁸³ Raquel Lima menciona que Alceu Amoroso Lima, Jorge de Lima, Ciro dos Anjos e Guilhermino César, quando professores respectivamente da Faculdade Nacional de Filosofia do Rio de Janeiro (os dois primeiros) e na Universidade Federal de Minas Gerais (os dois últimos), trouxeram para dentro de sala de aula a leitura e estudo dos principais autores modernistas. Presumo, porém, que não se tratava de cursos monográficos, mas apenas tópicos ou seções de parte da material curricular. Cf. Lima (1997). Seja como for, Candido abordou em seus cursos a produção poética de Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, entre outros. Cf. Ramassote (2006; 2010b).

²⁸⁴ Em 1961, o curso para o 4º ano, dedicado à “Teoria e Análise do Romance”, ao final do semestre letivo, por iniciativa de Candido e deliberação dos alunos, promoveu um Seminário Interdisciplinar em que se aprofundaram questões relacionadas ao tópico personagem. Para o evento, Candido convidou Anatol Rosenfeld, Paulo Emílio Salles Gomes e Décio de Almeida Prado, colaborando em suas respectivas áreas de interesse e estudo. Cf. Candido (1987).

²⁸⁵ Durante 1966 a 1970, a estrutura curricular do curso ficou organizada do seguinte modo: *Teoria Literária A e B*, ministrada por Antonio Candido, e *Teoria e História do Cinema*, sob a direção de Paulo Emílio Salles Gomes, ambas em regime obrigatório; *Sociologia da Arte*, a cargo de Ruy Coelho, *Estética*, lecionada por Gilda de Mello e Souza e, finalmente, *História da Arte*, oferecida por Walter Zanini, todas em caráter eletivo.

²⁸⁶ Na Especialização, em 1969, o curso oferecido versou, no segundo semestre, sobre “Teorias críticas contemporâneas: New criticism, Estilística e Estruturalismo”; em 1970: “Teorias crítica contemporâneas: Formalismo Russo, Estruturalismo”. Cf. Candido (1974).

²⁸⁷ Em depoimento, Candido informa: “Os estudos superiores de Letras (Literatura e Línguas) começaram no Brasil com a fundação da Universidade de São Paulo em 1934. Creio que depois disso o fato mais importante neste setor foi o apoio dado pela FAPESP a partir de 1963. A princípio este apoio foi tímido e meio desconfiado. Mas em seguida se tornou amplo e mais confiante, ao longo das diferentes gestões da Fundação. Eu fui o primeiro professor que pediu e obteve bolsa para um orientando trabalhar na investigação sobre literatura [...] Com efeito, sempre houve uma certa resistência dos cientistas, não, é claro, quanto à validade intrínseca das Letras, pois são homens de cultura e saber; mas quanto á legitimidade dos estudos que elas comportam. Insensivelmente, faz-se certa confusão entre a Literatura e os estudos Literários [...] A partir do momento em que a FAPESP sentiu bem esta diferença entre atividade criadora e atividade investigadora, as barreiras diminuíram” (Forjaz, 1989, p. 33).

²⁸⁸ São os casos das bibliotecas de João Guimarães Rosa e Mário de Andrade, adquiridas pouco depois pelo recém-criado Instituto de Estudos Brasileiros (IEB). Cf. Caldeira (2002).

²⁸⁹ Sobretudo com a Editora Duas Cidades, onde boa parte dos principais estudos orientados por Candido, bem como seus principais livros, foi publicada. Em artigo recente, Massi destaca as relações de amizade de Candido com o fundador da Editora Duas Cidades, José Petronillo Santa Cruz, ou Frei Dominicano Benevenuto Santa Cruz. Cf. Massi (2012).

da academia)²⁹⁰ e a adoção de recortes de pesquisa circunscritos, ampliando as fronteiras e a própria noção de estudos literários. Sob sua supervisão e estímulo, plasmou-se um dos segmentos hegemônicos da crítica literária contemporânea, cuja coesão intelectual e institucional conferiu a seus membros componentes uma identidade profissional que nos permite, ainda hoje, reconhecer um certo estilo de trabalho distinto de outros centros de pesquisa ou vertentes de estudos.

Em compasso com a consagração rapidamente alcançada na direção do curso e, depois, área de TLLC, Candido revitaliza sua produção intelectual, publicando no período seus principais livros e estudos avulsos²⁹¹. Entre 1961 e 1974, surgem *Tese e antítese* (1964), *Os parceiros do Rio Bonito* (1964), *Literatura e Sociedade* (1964), *Presença da literatura brasileira*, em parceria com José Aderaldo Castello, e *Vários Escritos* (1970), além de importantes artigos como “Literatura de dois gumes” (1966), “O significado de Raízes do Brasil” (1969), “Dialética da malandragem” (1970), “Literatura e Subdesenvolvimento” (1970), “A literatura e a formação do homem” (1972), “O mundo-provérbio [Ensaio sobre o I Malavoglia]” (1972), “Degradação do espaço [Estudo sobre a correlação funcional do ambiente, das coisas e do comportamento em *L’Assomoir*]” (1972), “A passagem do dois ao três [Contribuição para o estudo das mediações na análise literária]” (1974), entre outros.

Em meados da década de setenta não pairava mais nenhuma dúvida sobre a posição ocupada por Candido no cenário da crítica literária brasileira contemporânea, referência incontornável no debate, e a sua situação profissional, até então oscilante, estava finalmente resolvida.

²⁹⁰ Até então, vigorava a máxima, sintetizada na afirmação de Fidelino de Figueiredo, para quem “Só se estuda autor morto, porque a obra já está fechada e você pode fazer a avaliação” (Candido *apud* Galvão, 2009, p. 50). Redefinindo os critérios classificatórios de validade e pertinência na área, Candido passou a orientar estudos sobre literatura brasileira contemporânea, dois quais se destacam um conjunto sobre o modernismo e outro sobre a crítica literária no Brasil. Cf. Ramassote (2006; 2010b).

²⁹¹ É importante lembrar que até 1961, a produção intelectual de Candido restringia-se à publicação de *Brigada Ligeira* (1945), *Ficção e Confissão* (1956), *O observador literário* (1959) – todos produtos dos rodapés assinados na grande imprensa nas décadas de quarenta e no final dos anos cinquenta - e *Formação da literatura brasileira* (1959).

SEGUNDA PARTE:
A SOCIOLOGIA CLANDESTINA DE ANTONIO CANDIDO
(UMA NOVA INCURSÃO)

“Teem alguns pretendido que os caipiras, tabaréos, matutos, capichabas, nomes varios da mesma casta de gente, conforme as provincias, sejam os habitantes das zonas do interior do nosso paiz. Pura e simplesmente os habitantes do centro. Isto sem mais nada.

Ora, a inexactidão deste conceito salta aos olhos. Ninguem, em bom juizo, salvo em polemicas irritadas, cahirá no desconcerto de chamar – matuto, tabaréo ou caipira a um cidadão da culta Paulicéa, de Ouro Preto, de Bello Horizonte, de Juiz de Fora, de Campinas ou de Curitiba...

Entretanto, não erraria quem tal denominação dêsse a certos habitadores ali das cercanias de Irajá, Inhauma, Macacú, Mauá ou Santa Cruz [...].

Quizeram varios definidores achar o caipira no representante as nossas raças cruzadas, quando esse representante habitava os sertões [...] É evidente, ainda neste caso, o engano. Vão lá chamar caipiras e tabaréos aos jovens morenos (é como se designam em geral os mestiços) de Theresina, de Paracatú, de Caxias, do Crato, de Diamantina, ou da cidade de Goiaz...vão lá chamar especialmente em se tratando das moças, das beldades da terra e esperem o resultado...

Tem havido que considere o caipirismo (desculpe o meu amigo o pesadume do vocábulo em ismo), uma qualidade profissional, vindo a ser a classe que fornece por este Brasil em fora os individuos que exercem os misteres singularmente brasílicos de tropeiros, vaqueiros, canoeiros (dos rios do interior), carreiros, garimpeiros e outros truculentos nomes em eirós, cuja lista não quero alongar [...].

Assim, pois, não é a zona, nem a raça, nem a profissão que outorgam o direito de ser caipira, matuto, tabaréo, capichaba ou mandioca, nome este usado nalgumas paragens do actual Estado do Rio de Janeiro [...]

Esse privilegio, cujo significado e cuja extensão o meu querido José Piza vae, por certo, muito melhor do que eu, esclarecer e definir, não se origina tambem de certos conglomeratos, se assim posso fallar, de desclassificados, barbarescos, rudes, incultos, com tendências depredadoras, que em varias épocas e em regiões diversas do Brasil enorme, se teem formado, como sejam – os balaaios, os cabanos, os bem-te-vis, de passadas eras, e os jagunços, os cangaceiros et reliqui dos dias de hoje. Não: o tabaréo vem de mais longe, tem raizes historicas e sociaes mais fundas, perfeitamente explicaveis pela indole dos povos de que descendemos, por nossa formação colonial, pela nossa estrutura nacional hodierna [...]

O caipira, o matuto, o tabaréo é, fundamentalmente e acima de tudo -, o homem do campo, o homem do matto, o homem da roça, repito, qualquer que seja a sua côr, a sua profissão e a zona que habite [...].

Assim, pois, a cidade e a roça eis os dois polos opostos; eis, os dois termos da grande antinomia social brasileira, e de todos os povos que são, como o nosso, escravos dessa formação communitaria, tão brilhantemente descripta por Le Play e seus discipulos [...]

(Romero, Silvio. “Que é um caipira? (Carta a o Dr. José Piza)” In: _____. *Provocações e debates*: contribuições e debates para o estudo do Brasil social, Porto Livraria Chardron, de Lello & Irmão, Editores, 1910, pp. 204-210).

2.1. Literatura e Sociologia

Entre os anos de 1959 e 1974, as prioridades profissionais e intelectuais de Antonio Candido se voltaram, de um lado, para a consolidação do curso de Teoria Literária e Literatura Comparada (TLLC) e, de outro, para a publicação de parte de seus estudos literários de maior envergadura. Ao longo dessa década e meia, sua reputação como professor e pesquisar no setor das letras se notabilizou e cristalizou em

definitivo, seja pela atuação à frente das atividades docentes do curso, seja pelo surgimento de trabalhos e ensaios que marcaram época na vida intelectual de São Paulo.

Embora tenha se desligado em meados de 1958 das atividades de ensino e de pesquisa junto à Cadeira de Sociologia II, no Departamento de Sociologia e Antropologia da então FFCL-USP, não se pode descartar os dezesseis anos em que Candido atuou profissionalmente e produziu conhecimento como primeiro-assistente nesse espaço institucional. Conforme Jackson (2002) informa, entre os anos de 1947 e 1957, ele investiu na redação de sua tese de doutorado e na publicação de 13 artigos em sua área de formação acadêmica. Encomendados ou circunstanciais, extraídos da pesquisa de doutorado sobre o mundo rural caipira ou de considerações sobre tendências no desenvolvimento da sociologia da educação e da estrutura e funcionamento interno da escola, de balanços críticos sobre a formação das ciências sociais no país ou tomadas de posição do autor a respeito do estatuto científico da sociologia, de estudos sobre a formação e composição da família patriarcal brasileira ou do estilo de vida da nobreza europeia, tal conjunto explicita as principais diretrizes analíticas e o repertório de questões que mobilizam a reflexão sociológica formulada por Candido.

Esta segunda parte dedica-se à sondagem circunstanciada das possíveis intersecções entre crítica literária e ciências sociais em dois momentos significativos da obra de Candido: os ensaios “Dialética da malandragem” (1970) e “De Cortiço a cortiço” (1993). Não obstante a migração de área disciplinar tenha provocado uma inflexão em sua carreira acadêmica, do ponto de vista intelectual, conforme venho indicando, é possível rastrear uma certa continuidade de assuntos e questões de fundo responsável pela articulação interna do conjunto de sua produção intelectual. Cada vez mais interessado no processo de redução estrutural a que se submete a obra literária, isto é, como ele qualificaria anos depois, “processo por cujo intermédio a realidade do mundo e do ser se torna, na narrativa ficcional, componente de uma estrutura literária [...]” (Candido, 1993f, p. 9), é de supor que tal inclinação analítica prenda-se a premissas da produção intelectual do autor na área das ciências sociais.

Em que pese alguns ensaios de extensa repercussão terem discutido os pressupostos e mecanismos envolvidos no processo de formalização estética de circunstâncias sociais, pouco se aprofundou sobre as origens dos fundamentos dos padrões de sociabilidade discernidos por Candido em suas leituras analíticas de clássicos do romance brasileiro. Em vista disso, pretendo, num primeiro momento, extrair da parte dos escritos sociológicos do autor dedicados ao mundo rural caipira uma série de princípios e padrões interpretativos que, a meu ver, repercutem na apreensão do universo de relações humanas incrustados nos romances *Memórias de um sargento de milícias* (1855) e *O Cortiço* (1890). Em particular, irei realizar uma leitura pormenorizada de “The Brazilian family” (1951), “A vida familiar do caipira” (1954) e *Os parceiros do Rio Bonito* (1964), cotejando-os com informações ligadas à experiência familiar e pessoal do

autor em Cássia (MG); à interlocução com parte dos principais autores vinculados ao pensamento social brasileiro e aos cursos oferecidos por ele à frente da Cadeira de Sociologia II.

É possível que “Dialética da malandragem” e “De Cortiço a cortiço”, relativamente libertos de injunções práticas da carreira acadêmica ou profissional e preparados por longos anos, representem, de maneira mais fidedigna, os desafios e as ambições intelectuais mais acalentadas por seu autor, permitindo-lhe articular de modo bem sucedido as duas frentes de interesse e pesquisa nas quais ele se dividiu. À luz da apreensão das grandes linhas do esquema sociológico construído por Candido, retorno aos ensaios para avançar no conhecimento das indicações do autor a respeito dos elementos externos transpostos no plano da estrutura interna dos romances. Longe de se restringir apenas a uma questão de método, tal movimento analítico pressupõe uma interpretação mais geral sobre a organização social brasileira, a qual se encontra estilizada numa estrutura literária articulada.

Como o leitor verá, esta parte retoma, aprofunda e eventualmente retifica as considerações do ensaio “A sociologia clandestina de Antonio Candido”²⁹², surgido de minha pesquisa de mestrado e dedicado ao exame dos referenciais sociológicos que ancorariam as reflexões do autor nos ensaios “Dialética da malandragem” (1970) e “De Cortiço a cortiço” (1993), relacionando-os, respectivamente, à própria obra de Candido na área das ciências sociais e à preocupações temáticas desenvolvidas pela chamada “escola paulista de sociologia”. Dessa feita pretendo voltar à carga, mas ampliando o escopo da análise e articulando mais informações, pois já não estou plenamente satisfeito com minha primeira investida. Com o auxílio de novos dados e o avanço da reflexão, acredito que posso levar adiante e aprofundar o que já registrei alhures. Não se trata, porém, apenas um acerto de contas com minha crescente insatisfação. No fundo, retomo o artigo porque desde então ele tem guiado minhas elucubrações, e cheguei à conclusão que os ensaios acima mencionados unificam as diversas frentes de investigação e veios analíticos deste estudo, articulando a produção intelectual de seu autor na área das ciências sociais e na da crítica literária; a militância política e os compromissos acadêmicos; as influências e débitos intelectuais e a intervenção crítica em debates específicos e localizados.

²⁹² Cf. Ramassote (2008).

2.2. – Malandragem, família extensa e descentralização político-administrativa

“Como o antropólogo social que estabelece tipos conduz todos seus argumentos em termos de exemplos particulares em vez de padrões generalizados, ele é constantemente tentado a atribuir importância exagerada àqueles aspectos da organização social que são relevantes nas sociedades das quais ele próprio tem experiência direta” (Leach, 1969, p. 93).

Em 1970, Antonio Candido publica na *Revista do Instituto Estudos Brasileiros* (IEB) talvez o seu mais célebre ensaio, “Dialética da malandragem”, uma leitura inovadora do romance *Memórias de um sargento de milícias* (1855), de Manuel Antonio de Almeida (1831-1861). Preparado durante quase uma década²⁹³, o estudo representou o amadurecimento de um esforço analítico perseguido ao longo da carreira profissional do crítico - “depois de muitos tateios e tendo já quarenta anos” (Candido *apud* Jackson, 2002, p.129) - e preocupado em estabelecer de modo sistemático uma equação sofisticada entre expressão literária e contexto social. Desde o surgimento de “Estrutura e função do Caramuru” (1961), a ambição de Candido havia se voltado para a formulação das diretrizes de uma abordagem que levasse “em conta a dimensão da sociedade sem fazer crítica sociológica, mostrando efetivamente (não apenas postulando teoricamente) a sublimação dos dados sociais e psicológicos em estrutura estética” (*Idem*, p. 129).

É possível acompanhar a prolongada e intermitente redação de “Dialética da malandragem” por meio de depoimentos disponíveis e inferências extraídas de indicações bibliográficas. Ao que consta, suas origens remontam ao curso de graduação “O romance romântico brasileiro: Manuel Antonio de Almeida e Alencar”, oferecido por Candido, como “matéria completiva” da Cadeira de Literatura Brasileira do bacharelado em Letras da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, em 1960²⁹⁴. Nele, foi empreendida durante o ano todo, em aulas “particulares”, com a “única aluna que escolheu literatura brasileira”, a leitura e análise dos romances *Memórias de um Sargento de Milícias* (1853) e *Senhora* (1875), de José de Alencar (1829-1877). De acordo com Teresa Pires Vara, a aluna em questão, o romance de Manuel Antonio de Almeida teve a composição do trecho perscrutada de modo exaustivo, na tentativa de

“[...] captar a trama, o tecido, a combinação dos fios narrativos, os elementos de ligação de um capítulo para o outro (os elementos conectivos como ele denominava), os cortes e a costura, até chegar bem próximo de entender o princípio estrutural que explicava o romance como um todo [...]; depois ele me mostrava um desenho complexo das correlações que Manoel Antônio de Almeida ia tecendo entre as personagens, ‘fazendo um tocar no outro de modo a garantir a fluidez do romance’ (Vara, 1999, p. 230).

²⁹³ Cf. Vara (1999).

²⁹⁴ Cf. Ramassote (2010b).

Dez anos, portanto, separam as primeiras referências registradas da versão finalmente publicada. Antes disso, porém, Candido já havia tratado das *Memórias de um sargento de milícias* no capítulo “Manuel Antônio de Almeida: o romance em moto-contínuo”, da *Formação da Literatura Brasileira* (1959), registrando algumas impressões e formulações que serão retomadas em “Dialética da malandragem”. Em primeiro lugar, Candido chama a atenção para o caráter “excêntrico” do romance no conjunto de livros da corrente literária romântica, em desacordo, segundo a opinião dos próprios contemporâneos “com os padrões e o tom do momento” (Candido, 2006, p. 531). Numa época marcada pela “exaltação sentimental e vocação retórica” causou estranheza a “imparcialidade com que [o romance] trata os personagens, rompendo a tensão romântica entre o Bem e o Mal por meio de nivelamento divertido dos atos e caracteres” (*Idem*, p. 531).

Em seguida, passa a abordar a questão da influência da tradição picaresca sobre as *Memórias*, para concluir que, ao contrário dos “picarescos espanhóis e seus discípulos franceses e ingleses”, os quais “investiam vigorosamente pelos espaços físicos e sociais”, o autor fluminense, “pelas próprias condições de evolução literária da sua terra”, adotou uma “posição intermediária”, restringindo a matéria romanesca ao “Rio do primeiro quartel do século XIX, no ambiente popular de barbeiros e comadres, de que ia se diferenciando a nossa vaga burguesia, e fora do qual só restava a massa de escravos e o reduzido punhado de recentes cortesãos” (*Idem*, p. 532).

Adentrando pela análise estética, afirma que, do ponto de vista estrutural, “a lei principal das *Memórias* é o movimento. A impressão que nos deixa é de sarabanda – bizarra e alegre sarabanda em que os grupos vão e vêm, os pares se unem e se separam, as combinações são por vezes estranhas, mas nada é irremediável” (*Idem*, 533). Daí sua composição estar “subordinada à lógica do acontecimento, que por sua vez obedece ao movimento mais amplo do panorama social” (*Idem*, p. 534). Alinhavados pelas peripécias do personagem principal, a sequência de situações que se sucedem expressa a visão “desencantada e imparcial” do autor, “o romancista de costumes”, por excelência, em nossa literatura romântica (*Idem*, p. 535).

Quando surgiu, “Dialética da malandragem” redefiniu as categorias de percepção e apreciação de um romance considerado menor e que até então havia suscitado escasso interesse crítico, influenciando as direções subsequentes de suas condições de recepção. Reavaliando, de saída, as interpretações precursoras consagradas das *Memórias de um sargento de milícias* – analisado, entre outros, por José Veríssimo, Mário de Andrade e Josué Montello –, a respeito da linhagem picaresca a que se filiaria o romance, Candido sustenta que “um cotejo objetivo” revela que a “análise da picaresca espanhola faz ver que aqueles dois livros [*Lazarillo de Tormes*, de 1554, e *Vida y hechos de Estebanillo González*, de 1645] nada motivaram de significativo no de Manuel Antonio de Almeida, embora seja possível que este haja

recebido sugestões marginais de algum outro romance espanhol ou feito à maneira dos espanhóis, como ocorreu por toda a Europa no século XVII e parte do XVIII” (Candido, 1993g, p. 21).

Diante disso, “o que se pode fazer de mais garantido é comparar” as principais características de Leonardo Filho, protagonista, juntamente com o pai, Leonardo Pataca, do romance, com as “do típico herói ou anti-herói picaresco, minuciosamente levantadas por [Frank] Chandler na sua obra sobre o assunto” (*Idem*, p. 21). Em primeiro lugar, ao contrário da picaresca tradicional na qual “o próprio pícaro narra as suas aventuras, o que fecha a visão da realidade em torno de seu ângulo restrito” (*Idem*, p.21), o romance de Manuel Antonio de Almeida adota a narrativa na terceira pessoa, recurso que permite uma variação mais abrangente do ângulo de visão e confere uma perspectiva mais dinâmica que permite acompanhar, além das peripécias do protagonista, o destino dos personagens secundários; em segundo lugar, embora compartilhe com seus homólogos espanhóis a origem humilde, Leonardo Filho não foi abandonado à própria sorte, e acaba sendo adotado pelo Padrinho, que “toma conta dele para o resto da vida e o abriga da adversidade material” (*Idem*, p. 22); por fim, sua posição social contrasta vivamente com condição servil assumida pelos pícaros, princípio importante na estruturação da narrativa, “pois passando de amo a amo o pícaro vai-se movendo, mudando de ambiente, variando a experiência e vendo a sociedade no conjunto” (*Idem*, p.23).

Em decorrência, conclui que, em lugar do pícaro, Leonardo Filho encarnaria

“[...] o primeiro grande malandro que entra na novelística brasileira, vindo de uma tradição quase folclórica e correspondendo, mais do que se costuma dizer, a certa atmosfera cômica e popularesca de seu tempo, no Brasil. Malandro que seria levado à categoria de símbolo por Mário de Andrade em *Macunaíma* e que Manuel Antonio com certeza plasmou espontaneamente [...]” (*Idem*, p. 27).

De acordo com Candido, o malandro, como o pícaro, “é espécie de um gênero mais amplo de aventureiro astucioso, comum a todos os folclores” (*Idem*, p. 26). Afastado do pragmatismo dos pícaros, a malandragem encarnada por Leonardo Filho aproxima-o do “trickster imemorial [...], dele fazendo, menos um ‘anti-herói’ do que uma criação que talvez possua traços de heróis populares, como Pedro Malasarte” (*Idem*, p. 26).

Não me parece aleatória a menção à conhecida narrativa popular, assunto abordado por Candido, décadas antes, quando ainda exercia a crítica literária na grande imprensa. No rodapé “Pedro Malasarte”, publicado na *Folha da Manhã* e datado de 29 de outubro de 1944, a leitura do romance *Vida e Aventura de Pedro Malasarte*, de autoria de José Vieira, suscitou comentários significativos sobre sua particular filiação à tradição picaresca. Saudado como um “livro de qualidade a garantir-lhe um lugar de primeira plana no moderno romance brasileiro”, o romance, na opinião do jovem Candido, se entronca na “corrente de

fecundação da literatura erudita pelo folclore”: “romance rural, folclórico pela inspiração, ou melhor, pelo tema, e picaresco, no velho sentido espanhol, pela sua mais íntima essência” (Candido, 1944h, p. 5). Baseado nas proezas do famoso ciclo do herói popular, o romance, no entanto, descreve-as de forma racionalista e a partir de uma linguagem clássica e sóbria, procurando explicá-las e desvendar sua possível gênese, fundindo-as numa sequência biográfica que as humaniza. Embora profundamente apoiado em fontes folclóricas, as quais lhe fornecem “temas” e “elementos de trabalho”, sobressai no entanto a caracterização psicológica do herói e o seu significado literário, “à luz do qual pode ser definido como romance picaresco” (*Idem*, p. 5).

Nas palavras de Candido,

“[...] um romance picaresco se apresenta, quase sempre, como **suma sociológica**, visão variada e extensa da sociedade. As peripécias servem para pôr os personagens em contato com toda espécie de gente, do rei ao mendigo, proporcionando deste modo um estudo dos costumes e das condições várias dos homens. Pedro, autêntico pícaro, frequenta capitães-mores, estalajadeiros, saltimbancos, caçadores, tropeiros, militares, aventureiros, padres, fazendeiros – sempre com o pé na estrada, deixando a vida compor-se ao léu caprichoso dos encontros, pernoites, mil vicissitudes duma existência errante e sôfrega de experimentar-se” (*Idem*, p. 5 – *grifos do autor*).

Segundo Candido, uma característica do romance picaresco encontra-se, no entanto, ausente nessa obra: “a sujeição aos quadros do tempo, que o transforma em livro de costumes e dá alcance histórico à sua moral” (*Idem*, p. 5). Ao refugiar-se “no folclore – que tende ao intemporal – sem contudo nele perder-se, o sr. José Vieira como que transcende o romance picaresco. Liberta-o da sua contingência, da sua minúcia histórica e geográfica, dando-lhe um enquadramento largo, e mesmo frouxo, como se não quisesse abrir mão do elemento poético, sacrificá-lo à limitação do romance de costumes. Fez, desse modo, um puro romance de aventuras, um ‘Gil Blas’ sem a moral – isto é, o cinismo – mas também a pujança de vida” (*Idem*, p. 5).

Das poucas manifestações do gênero picaresco no Brasil, cuja “impossibilidade cronológica” não permitiu entre nós uma “influência fecundante”, Candido afirma que o interesse do romance reside em sua inscrição histórica, situado “na etapa final do Brasil-Colônia”, numa “época em que seria viável entre nós o gênero picaresco”. Mas se o romance retrata apenas vagamente os contornos do século XVIII, entrevistados sobretudo pelas indicações de costumes e pela fala dos personagens, tal fato, entretanto, não “deve nos preocupar”, pois a inexistência de uma localização histórica precisa discrepa das intenções artísticas do autor, mais preocupado em relegá-la “rumo às indeterminações do folclore” (*Idem*, p.5).

É fácil perceber, a partir desse breve resumo, algumas das principais questões debatidas em “Dialética da malandragem”²⁹⁵. No romance de Manuel Antonio de Almeida predomina o “dinamismo próprio dos astuciosos de história popular. Por isso Mário de Andrade estava certo ao dizer que nas *Memórias* não há realismo em sentido moderno; o que nelas se acha é algo mais vasto e intemporal, próprio da comicidade popularesca” (Candido, 1993g, p. 26). Essa “costela folclórica” explica a “modalidade bastante peculiar” de realismo que se manifesta no romance, uma “fábula realista”²⁹⁶ contando, entre outros, com a presença de personagens de cunho arquetípico, a intervenção dos desígnios insondáveis do destino no curso da narrativa, a duplicação do protagonista nas figuras de Leonardo Pataca e Leonardo Filho.

Após desfazer o equívoco da filiação à tradição picaresca e proclamar que as *Memórias* inauguram uma linhagem malandra na novelística brasileira, cujas expressões maiores seriam *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade, e *Serafim Ponte Grande* (1933), de Oswald de Andrade, Candido passa a considerar o panorama peculiar retratado pelo romance, notando que o universo ficcional descrito pelo escritor carioca não deve ser considerado como “reprodução fiel da sociedade em que a ação se desenvolve” seja em razão dos restritos limites topográficos descritos, seja devido ao conjunto das camadas sociais delineadas na obra. De fato, o perímetro espacial retratado abrange apenas o núcleo urbano central da cidade do Rio de Janeiro, a partir do qual nenhum “personagem deixa o seu âmbito e apenas uma ou duas vezes o autor nos leva ao subúrbio” (*Idem*, p. 31). Quanto à estratificação social, constata o crítico que quase todos os personagens são oriundos do setor remediado da sociedade joanina, composto por “um tipo de gente livre modesta, que hoje chamaríamos pequena burguesia” (*Idem*, p.31). Com isso, foram suprimidas a descrição da camada dirigente – os grandes proprietários de terra, os comerciantes bem-sucedidos, a alta cúpula administrativa e os profissionais liberais “despencados recentemente na capital pacata do Vice-Reinado” (*Idem*, p. 32) - e da camada básica, composta em sua grande maioria por escravos. Em decorrência,

“[...] é provável que a impressão de realidade comunicada pelo livro não venha essencialmente dos informes, aliás relativamente limitados, sobre a sociedade carioca do tempo do Rei Velho. **Decorre de uma visão mais profunda, embora instintiva, da função, ou “destino” das pessoas nessa sociedade; tanto assim que o real adquire plena força quando é parte integrante do ato e componente das situações.** Manuel Antonio, apesar de sua singeleza, tem uma coisa em comum com os grandes realistas: a capacidade de intuir, além dos fragmentos

²⁹⁵ Nem mesmo a comparação com *Macunaíma* (1928), de Mário de Andrade, deixa de comparecer. Para Candido, ao contrário da rapsódia modernista, que se vale de extenso material etnográfico como ponto de partida para reforçar o elemento maravilhoso, José Vieira “reduz a lenda à realidade, apresentando as histórias de Pedro como perfeitamente normais [...]” (Candido, 1944h, p. 5).

²⁹⁶ Sobre o assunto, mas com interesses e implicações bem distintas, ver Waizbort (2007).

descritos, certos **princípios constitutivos da sociedade** -, elemento oculto que age como totalizador dos aspectos parciais” (*Idem*, p. 35 – grifos nossos).

No entender de Candido, a “eficiência e durabilidade” do romance de Manuel Antonio de Almeida não se prendem à dimensão documentária, mas antes derivam do processo de redução estrutural - ou formalização estética - que transfigura no plano da composição ficcional os contornos de circunstâncias de ordem social vigentes no país naquele período, “profundamente significativas como modos de existência” (*Idem*, p.36). Atentando para dinamismo “do sistema de relações dos personagens” na economia textual das *Memórias*, Candido identifica um princípio de código de conduta definido pela ausência de regras inflexíveis, favorecendo a alternância displicente entre os polos da ordem e desordem, coextensivo tanto à estrutura interna do romance quanto ao “ritmo geral da sociedade, vista através de um de seus setores” (*Idem*, p.45).

E assim chegamos ao ponto que me interessa discutir: qual o referente contextual que articula a leitura do romance de Manuel Antonio de Almeida em “Dialética da malandragem”? Em ensaio dedicado ao exame dos fundamentos marxistas e do andamento dialético do método crítico empregado por Candido no ensaio, Roberto Schwarz observa:

“[...] é certo que em ‘Dialética da malandragem’ a forma literária recebe um tratamento mais estruturado que a realidade social. Esta diferença não aparece na exposição que fizemos, pois procuramos salientar o jogo entre as estruturas literária e histórica, que é o centro do ensaio. Assim, entre as várias observações de Antonio Candido sobre a história social brasileira, insistimos na que este efeito é principal, naquela que constrói a dialética da ordem e desordem a partir da situação dos homens livres e pobres no interior da ordem escravista. Entretanto, no corpo do estudo este argumento é um entre outros, embora dominante, e estão mencionados igualmente a precariedade da ordem matrimonial, cercada de mancebias e uniões fortuitas por todos os lados, e o modo meio lícito e meio ilícito pelo qual se formam famílias, fortunas, prestígios e reputações no Brasil urbano da primeira metade do século XIX. É um conjunto de observações organizadas pela sua *afinidade* com a alternância da ordem e desordem, e portanto com a forma das *Memórias*, mas não é uma *totalidade*. Antonio Candido é estrito na construção crítica da forma e na descrição de sua pertinência social, mas no plano da história prefere uma construção mais solta. Será o sentimento de que num trabalho de literatura o lado histórico da questão deve ser tratado sem aparato excessivo? Convicção teórica, preocupação didática ou estética, o fato é que a opção pela singeleza expositiva faz que o crítico prefira a indicação sociológica oportuna à esquematização completa” (Schwarz, 1997, pp. 149-150 – grifos do autor).

Ao concederem maior atenção ao método crítico do que aos modelos sociológicos contidos nos ensaios centrais de Candido, seus principais intérpretes pouco atinaram, paradoxalmente, para a relevância

dessa questão no próprio entendimento do processo de “redução estrutural” a que se submete a obra de ficção. Para deslindar, em filigrana e talvez correndo o risco de certo exagero, os pressupostos subjacentes aos modelos sociológicos embutidos em “Dialética da malandragem” e, em seguida, “De Cortiço a cortiço” (1993), efetuei uma longa digressão sobre parte substantiva da produção sociológica do autor. Em particular, concentrarei minha reflexão em “The Brazilian Family” (1951), “A vida familiar do caipira” (1954) e *Os parceiros do Rio Bonito* (1964).

Nesse percurso, pretendo destacar: a) a importância da experiência familiar e pessoal do autor nas escolhas temáticas e temas privilegiados de pesquisa sociológica; b) o diálogo crítico dos pressupostos do esquema explicativo construído por Candido com autores e obras centrais do pensamento social brasileiro – endossando, rejeitando e reavaliando princípios, noções e categorias explicativas cristalizadas por elas e que se tornaram referências obrigatórias na compreensão da formação social do país; c) a centralidade desse conjunto de autores nos cursos de sociologia oferecidos por ele na condição de professor-assistente da Cadeira de Sociologia II;

2.3. Retratos de família

“A família representa uma experiência pessoal para todos. É impossível considerá-la como tema de pesquisa sem ser influenciado pelas impressões e pelas ideias mais íntimas de cada um. E é da mesma forma impossível escrever sobre a família sem despertar nos leitores lembranças de experiências e de problemas pessoais (Mitterauer & Sieder *apud* Rêgo, 2008, p. 13)

“[...] os parentes mortos e vivos.
Já não distingo os que se foram
Dos que restaram. Percebo apenas
a estranha ideia de família
viajando através da carne”

Carlos Drummond de Andrade – *Retrato de família*

Originalmente publicado no volume *Brazil: portrait of a half a continent* (1951), organizado por T. Lynn Smith e Alexander Marchant, “The Brazilian Family”²⁹⁷, conforme Jackson informa, foi encomendado pelos organizadores “a Fernando de Azevedo que, impossibilitado, sugeriu o nome de Antonio Candido para o substituir” (Jackson, 2002, p. 46). Ao aceitar o convite, em meio à redação da tese de doutorado, Candido dava vazão à sua forte atração pela temática – até certo ponto, poder-se-ia afirmar que a investigação dos princípios que regulam as práticas e representações da sociabilidade familiar, bem como a sua importância na formação do país, ocuparam o centro das preocupações de parte substantiva da produção sociológica do autor.

O ensaio se volta para o “estudo sociológico da família brasileira”, com base na análise sócio-histórica das transformações de sua estrutura interna, função social e fundamento moral no decorrer dos séculos XVI à primeira metade do XX. Embora pretenda oferecer “uma visão geral do problema”, em boa parte válida e extensiva às demais regiões do país, Candido esclarece que suas considerações referem-se, sobretudo, à “área histórica de influência paulista” (Candido, [1951] 1974b, p. 1), donde provêm os exemplos coligidos e a experiência pessoal do autor. Para tanto, recorre a fontes bibliográficas de ordem diversa (clássicos de nossa historiografia, autores literários, compilações de documentos primários) e, em particular, à releitura dos modelos analítico-interpretativos consagrados sobre o estudo da família patriarcal brasileira. Ganham destaque as obras de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre, este último considerado “nossa grande autoridade na sociologia da família” (*Idem*, p.16).

²⁹⁷ Para a elaboração deste segmento, utilizei uma versão mimeografada traduzida com fins didáticos para o curso - segundo consta da página de rosto - de “Sociologia I”, 2º semestre de 1974, na UNICAMP. Sempre que necessário, cotejei a tradução com a versão original, em alguns casos procurando aprimorar as construções sintáticas do texto traduzido. Agradeço a Luiz Carlos Jackson pela cópia fornecida. O tradutor não foi identificado.

Partindo do pressuposto de que a família patriarcal colonial “foi a base sobre a qual se desenvolve a moderna família conjugal, cujos traços só podem ser entendidos se examinarmos sua origem” (Candido, [1951] 1974b, p. 1), Candido inicia sua análise pela consideração do perfil societário e procedência geográfica dos colonos portugueses, oriundos em sua maioria das “zonas rurais e das camadas média e baixa da sociedade” (*Idem*, p. 1). Em consequência, eles “devem ter pertencido ao tipo mais conservador na participação cultural, e terem sido mais ligados à velha estrutura patriarcal familiar do que as camadas mais altas e as populações urbanas” (*Idem*, p. 2). Sua “figura clássica”, representada em fontes literárias e difundida no imaginário local, é a de “um líder de grupo, truculento e autoritário, um homem de costumes rudes e possuidor de alto senso de dignidade” (*Idem*, p.2).

Segundo Candido, por razões adversas – entre as quais, a escassez de mulheres brancas, a disponibilidade, no início, de mulheres índias e, pouco depois, negras “subjugadas por sua condição servil aos desejos dos conquistadores” (*Idem*, p. 3), assim como a necessidade de contrair uniões com chefias de etnias indígenas, para garantir a paz e favorecer as alianças políticas – o modelo típico da familiar patriarcal não encontrou, inicialmente, condições internas favoráveis para se aclimatar. Em seu lugar, imperou o recurso às uniões conjugais “irregulares”, de cujas relações sexuais efêmeras e circunstanciais surgiram um grande número filhos ilegítimos e mestiços, os quais, por sua vez, vieram a compor “uma camada social que provocou sérios problemas do ponto de vista do status e da acomodação sócio-cultural” (*Idem*, p.4).

Do impasse causado pela coexistência precária entre o modelo de organização familiar portuguesa, destituído de condições ideais para aqui se enraizar, e o contrafluxo de uniões irregulares, gerando numerosa prole de mestiços e bastardos, a família patriarcal assumiu no país uma “estrutura dupla”, amparada em dois núcleos correlatos: um núcleo central, composto pelo chefe de família, sua esposa e descendentes legítimos, legalizado e interessado na conservação de sua posição social e de seu patrimônio econômico amealhado; e, ao seu redor, um núcleo irregular, complexo e difícil delimitação (segundo ele, a “família household” [*Idem*, p. 10]), formando um numeroso apêndice constituído por indivíduos de procedência diversa e que mantinham diferentes relações com os chefes de família – parentes distantes, concubinas do chefe e seus filhos ilegítimos²⁹⁸ ou de criação, afilhados, serviçais, agregados, aderentes e escravos (*Idem*, pp.4 e 10). Com efeito, no decorrer do processo de colonização,

“[...] graças à mistura étnica, o regime escravocrata e a baixa densidade da população, o abastardamento tornou-se muito comum, criando uma situação de fato na qual o núcleo da família legal funcionava como eixo

²⁹⁸ Segundo Candido, parte dos filhos ilegítimos, em especial os de “pele branca ou pai ilustre”, era acolhida, com relativa facilidade, no seio do núcleo familiar central, absorção favorecida pela maneira “extremamente tolerante” com que os bastardos eram tratados na Península Ibérica. Sob os cuidados de outros parentes, os frutos de uniões irregulares recebiam em geral os mesmos benefícios de seus irmãos e parentes legítimos.

de sustento. Na periferia, graças à devassidão dos brancos e às sobrevivências da poligamia africana e indígena, ele deve ter sido a regra, e só lentamente foi modificado pelas transformações nas funções da família patriarcal” (*Idem*, p. 11).

De acordo com esta estrutura dúplice, no núcleo legal imperava a mais rígida hierarquia interna e a submissão dos demais membros à autoridade incontestada e “praticamente ilimitada” do chefe de família – que não raro se traduzia no direito de executar filhos rebeldes e filhas que se extraviavam... -, cuja dominação “correspondia às necessidades da organização social de um imenso país sem política e caracterizado por uma economia que dependia da iniciativa em larga escala e do comando sobre uma numerosa força de trabalho de escravos” (*Idem*, p. 4). “Líder familiar, desbravador de florestas, caçador de índios, criador de gado, plantador de cana de açúcar, mineiro, guerreiro e chefe político” (*Idem*, p.14), a Coroa Portuguesa, destituída de recursos suficientes para assumir a direção da empreitada, transferiu à iniciativa pessoal dos grandes proprietários poderes quase absolutos para promover as mais diversas iniciativas necessárias à consolidação da ocupação e povoamento do território recém-descoberto. Em função das “necessidades de organização social de um país sem política e caracterizado por uma economia que dependia da iniciativa em larga escala e do comando sobre uma numerosa força de trabalho de escravos” (*Idem*, p. 4), a autoridade paterna adquiria uma centralidade quase absoluta, o núcleo familiar constituindo o “grupo dominante no processo de socialização e integração”, no interior do qual as distâncias encontravam-se rigidamente demarcadas e reguladas por uma inflexível hierarquia, marcadas por deferências, formas de tratamento e um senso estreito de honra doméstica.

Diversamente, porém, da imagem exagerada - “como muitos têm escrito” - da “completa submissão da mulher”, prostrada diante dos desmandos e caprichos do marido, Candido ressalta sua participação ativa na condução das atividades e assuntos domésticos, complementando as atividades do cônjuge, ou então, em alguns casos (por invalidez do companheiro ou viuvez), assumindo a direção dos negócios da família²⁹⁹.

²⁹⁹ Como veremos em detalhe a seguir, o interlocutor é, sem dúvida, Freyre. Embora tenha indicado em *Casa-Grande & Senzala* (1934) que a mulher, em decorrência “das circunstâncias econômicas da nossa formação patriarcal”, tornara-se “tantas vezes vítima inerme do domínio ou do abuso do homem; criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido” (Freyre, 1996, p. 51), o sociólogo pernambucano não deixa de registrar, em *Sobrados e Mucambos* (1936), que “através de toda época colonial, houve mulheres, sobretudo senhoras de engenho, em quem explodiu uma energia social, e não simplesmente doméstica, maior que a do comum dos homens. Energia para administrar fazendas, como as Donas Joaquinas do Pompeu; energia para dirigir a política partidária da família em toda uma região, como as Donas Franciscas do Rio Formoso; energia guerreira, como a das matronas pernambucanas que se distinguiram durante a guerra contra os holandeses [...]. As senhoras de engenho desse feitiço amazônico, embora mais femininas de corpo, não foram raras. Várias famílias guardam a tradição de avós quase rainhas que administravam fazendas quase do tamanho de reinos. Viúvas que conservaram e às vezes desenvolveram grandes riquezas. Quase matriarcas que tiveram seus capangas, mandaram suas surras, foram conservadoras ou ‘liberais’ no tempo do Império” (Freyre, 1985, p. 95).

Como forma de garantir a “preservação do status e dos bens econômicos numa sociedade cheia de raças misturadas e aventureiros” (*Idem*, p. 8), mas também “se defender, prosperar e produzir”, o núcleo legal recorria à prática, largamente disseminada, de incentivar uniões matrimoniais dentro do mesmo grupo, instaurando vínculos de solidariedade entre parentes de vários graus³⁰⁰. Tal situação permitia sua integração a “grupos maiores”, juntos constituindo “o sistema social por excelência do Brasil patriarcal, o qual se baseava na solidariedade do parentesco” (*Idem*, p. 8). Estabelece-se, então, uma estrutura familiar abrangente, constituída por meio da aliança de parentesco e compadrio, resultando na ampliação de seu raio de abrangência e ação para além das dependências das grandes propriedades territoriais e “formando um poderoso sistema de dominação econômica e política e, assim, para a aquisição e manutenção de prestígio e status” (*Idem*, p. 8).

Longe da proteção e do amparo conferido pela família patriarcal, aqueles que não se enquadravam em sua estrutura dúplice (em sua grande maioria os filhos ilegítimos renegados e os libertos, sobre os quais pesavam, de forma combinada, os conceitos de “ilegitimidade”, “mistura racial” e “ausência de status social”) ficavam, via de regra,

“[...] excluídos da periferia do grupo familiar e eram incluídos aos elementos menos considerados da população, contribuindo para a formação da grande massa dos degradados socialmente, os vagabundos e elementos desordeiros, que constituíam grandes porções de nossa população no século XIX. Com a cessação das bandeiras e da corrida do ouro a massa dependente de homens livres desempregados, a maioria deles mestiços, ficaram gradualmente separados dos grupos que as mantinham, isto é, das famílias patriarcais às quais serviam como agregados e tornavam-se um substrato social e anônimo [...]” (*Idem*, p. 12).

Nesse substrato “não-familiar”, “consequência dramática da economia latifundiária”, destituído da malha protetora entretecida pela coexistência dos dois núcleos indicados, seus integrantes, “rejeitados pelos grupos familiares e criados fora deles”, se “reproduziam a esmo e viviam fora das normas regulares de conduta” (*Idem*, p. 14). Abandonados à própria sorte, essa “massa dependente de homens livres desempregados” (*Idem*, p. 12) viria a formar, nos séculos XIX e XX, as “classes baixas da nova sociedade” (*Idem*, p. 15).

Em compasso com as profundas transformações do país em sociedade urbano-industrial quando o artigo foi redigido, ele se encerra pela discussão do conjunto de fatores correlatos responsáveis pelas

³⁰⁰ “As relações entre homens e mulheres estavam relacionadas diretamente com o tipo de casamento considerado como um ato demasiadamente importante para ser deixado á vontade das partes interessadas; para um barão do império, fazendeiro de Minas Gerais, bons cães de caça vinham de acasalamentos bem selecionados por parte do dono, porque só ele sabia quais eram os bons pedigrees; deixados a si mesmos, logo deteriorariam e perderiam suas qualidades especiais” (Candido, [1951] 1974b, p.8).

modificações operadas na estrutura e mentalidade da família patriarcal brasileira, cuja solidez forneceu durante três séculos as “bases de nossa civilização”, mas que, nos “últimos cento e cinquenta anos”, sofreu uma série ininterrupta de restrições em suas funções econômicas, políticas e específicas (procriação e disciplina dos impulsos sexuais) provocadas “pelas ações dos processos sociais, culturais e econômicos como a urbanização, industrialização, proletarização, imigração e aculturação” (*Idem*, p. 15).

* * *

Não faltava ao autor, com efeito, experiência pessoal acumulada sobre os padrões de sociabilidade e a lógica das relações de parentesco predominantes nas famílias patriarcais extensas e multifuncionais³⁰¹. Como se sabe, Candido descende, pelo lado paterno, de setores tradicionais oligárquicos da região sudoeste do estado de Minas Gerais³⁰². Seu trisavô, Silvério José de Souza Mello (1780 – 1843), foi proprietário de terras e da Fazenda Pedra Branca na localidade da Freguesia de Santana das Lavras do Funil [atualmente Lavras] (MG). Por razões desconhecidas, alterou a ordem do sobrenome, casando-se em 1810 com Maria Inocência do Lago, com quem teve doze filhos, quatro homens e oito mulheres.

Pela altura da década de 1840, quase toda a descendência dos Mello e Souza, por iniciativa do terceiro filho, segundo varão, Jerônimo Pereira Mello e Souza (1814-1891), migra para a freguesia vizinha de Passos (MG), possivelmente atraída, de um lado, pelo crescimento econômico provocado pela progressiva substituição das atividades de subsistência e da produção, em escala reduzida, de açúcar e seus derivados pela pecuária extensiva e, de outro, motivada pela fracassada tentativa de criação de uma Província Independente, episódio que ficou conhecido como “Revolução de 1842” e que envolveu principalmente as Vilas de Campanha, Lavras e adjacências³⁰³.

³⁰¹ Em volume de memórias, Ana Luisa Escorel, filha primogênita de Candido, descreve com sensibilidade o ambiente familiar de sua infância, ressaltando a imensa importância para os Mello e Souza da preservação e perpetuação do patrimônio de genealogias, personagens e histórias familiares. Cf. Escorel (2010).

³⁰² O que segue deriva de materiais documentais e bibliográficos recolhidos e conversas com moradores e pesquisadores dos municípios de Cássia (MG) e Passos (MG), visitados breve e intermitentemente pelo autor em março, abril e agosto de 2013. Em particular, gostaria de reiterar meus agradecimentos a Ronaldo de Barros, Maria do Carmo Borges Campos e José Armando Cardoso. Pude ainda conversar com os historiadores Antonio Theodoro Grilo, nascido e profundo conhecedor da história de Passos, e com José Jobson de Arruda, professor da FFLCH-USP, natural de Cássia.

³⁰³ De acordo com Antonio Grilo, em estudo sobre a história político-administrativa da Câmara Municipal de Passos, “várias famílias se mudaram para a nossa Freguesia [Passos], motivadas por uma somatória de fatores: fugir das possíveis ‘devassas’ e inquéritos e encontrar alternativas econômicas melhores, salientando-se, neste caso, a atração que a fertilidade das terras ribeirinhas do Rio Grande exercia [...]. Dentre as famílias, destacam-se as de José Caetano Machado, a do futuro Barão de Passos, Jerônimo Pereira de Mello e Souza, e a de Urias Antonio da Silveira” (Grilo, 1998, p. 17).

Conforme as fontes consultadas informam³⁰⁴, a ocupação humana da região de Passos prende-se à descoberta de depósitos auríferos na região conhecida como Sertão de Jacuí, nos idos de 1700, por exploradores paulistas que vieram sobretudo de Taubaté e de Mogi das Cruzes e atravessaram o estreito do Rio Grande. Em torno de faisqueiras que progressivamente se fixaram nessa paragem, foram se assentando núcleos de moradores permanentes, alguns dos quais edificaram ranchos para o pernoite de tropeiros e abriram pequenos comércios para atender viajantes. Com o esgotamento das reservas de ouro nas lavras circunvizinhas, já em fins do século XVIII, aventureiros e garimpeiros se dispersaram pelo território, muitos deles passando a requisitar sesmarias ou se apossando de terras devolutas, para se concentrar em atividades agropastoris³⁰⁵. Nesse processo, surgem as primeiras fazendas e, em seus arredores, roças e sítios do futuro arraial de Nosso Senhor dos Passos, as quais se multiplicam ao longo do Período Regencial, pois iniciativas governamentais e o clima de instabilidade política favoreceram a afluência de novas famílias de entrantes, com especial destaque para as de Candeias (MG): Manoel José Lemos e seu cunhado João Pimenta de Abreu. Por iniciativa deles, foi realizada a construção de nova capela (capela curata), cemitério e a requisição de instalação de um Juizado de Paz (1831).

Após um período inicial dedicado à produção de gêneros alimentícios básicos de subsistência, produção artesanal de derivados de laticínios e cultivo de açúcar e seus derivados para abastecimento das áreas mineradoras circunvizinhas, as atividades econômicas se concentraram na criação e comercialização da pecuária bovina para abastecer a região de São Paulo e Campinas e, principalmente, os abatedouros da corte, em virtude da existência de vastas pastagens apropriadas para a engorda (ou invernada) do gado magro adquirido no “sertão dos goiases”. Como lembra Grilo, esse sistema envolvia um conjunto de agentes que garantiam a realização exitosa dos negócios: de um lado, comerciantes (ou “capitalistas”), enriquecidos com as transações econômicas do sistema de invernada; de outro, contratados por tarefas e empreitadas, “ponteiros”, “boiadeiros”, “tropeiros”, “capatazes” e “camaradas”³⁰⁶, os quais devotavam lealdade e prestavam favores (algumas vezes pegando em armas) aos seus contratantes³⁰⁷.

Com a alta lucratividade do negócio e a entrada de uma nova leva de famílias abastadas (dentre as quais, conforme mencionamos acima, os Mello e Souza), o povoado eleva o curato à categoria de paróquia, com o título de Senhor Bom Jesus dos Passos, em 1840. Pouco depois, foi pleiteada a elevação da paróquia à categoria de vila, o que ocorreu em 9 de outubro de 1848. Em 7 de setembro de 1850, realizou-se a solenidade da instalação da vila, com a posse do seu primeiro governo municipal.

³⁰⁴ Cf. Grilo (1990); (1998) e (2012).

³⁰⁵ Uma síntese instrutiva das sucessivas inversões das orientações político-econômicas nas Minas Gerais dos séculos XVII e começo do XIX pode ser encontrada em Arruda (1990).

³⁰⁶ Cf. Grilo (2012).

³⁰⁷ Cf. Grilo (2000).

Finalmente, em 14 de maio de 1858, a vila foi elevada à cidade e teve a sua denominação reduzida para Passos.

Ex-tropeiro de produtos agrícolas para Lavras e Baependi³⁰⁸, comerciante com lojas de fazenda na freguesia de Carmo do Pouso Alto [atual Carmo de Minas], prestamista e, por fim, senhor de terras e escravos, pecuarista e líder político destacado em Passos, Jerônimo Pereira amealhou uma considerável fortuna e prestígio social, exercendo influência na vida econômica e política da região. Casado com Bárbara Áurea Lopes (1822-1906), descendente de família abastada, teve com ela uma filha carnal e legítima, Maria Bárbara de Mello, “assumindo ainda a tutela, quando da morte de seus pais, de quatro irmãs menores e a criação de outras três meninas” (Maria Eufrosina, supostamente fruto de seu relacionamento com uma escrava; Emília Ambrosina de Mello e Blandina Esmeraldinda da Silveira). Com a instalação da Câmara Municipal de Passos, em 1850, é eleito e empossado vereador (atuando como secretárias nas primeiras sessões)³⁰⁹. Em virtude de suas constantes atividades filantrópicas e doações financeiras para a construção de benfeitorias públicas e religiosas (entre outros, doação de sobradão para a fundação da Santa Casa, construção da Igreja do Rosário), membros da Câmara pleitearam junto ao Governo Imperial o título nobiliárquico de Barão de Passos, comenda que lhe foi outorgada em 1871³¹⁰.

Em 1850, em parceria com o irmão mais novo, João Candido de Mello e Souza (1820-1899), futuro Barão de Cambuí, o cunhado deste, Domingos Pimenta de Abreu, e seu amigo e compadre Manuel Pinto dos Reis, adquiriu uma imensa gleba no vale do Rio São João, a maior parte situada em território da que seria, a partir de 1866, a Freguesia de Santa Rita de Cássia, cujo povoamento efetivo data do decênio de 1840. Dessa extensa propriedade fundiária, foram desmembradas a Fazenda Cachoeira ou do Barão, administrada por Jerônimo Pereira de Mello e Souza (que, a partir de então, passa a explorá-la indiretamente, pois manteve residência fixa em Passos); a Fazenda Toco d’Óleo, por Francisco José de Mello e Souza (primogênito da família, figura apagada que não casou nem deixou herdeiros), a Fazenda da Prata, por João Candido de Mello e Souza e a Fazenda da Barra da Cachoeira, por Manoel Pinto dos Reis.

De acordo com a escassa bibliografia existente³¹¹, a primeira notícia a respeito da existência do interesse despertado pela região de Cássia, então conhecida por Sertão do Rio São João, foi registrada em

³⁰⁸ Para uma descrição acurada das atividades desempenhadas pelo tropeiro, ver Goulart (1961).

³⁰⁹ Faço uso, nesse trecho, de informações estampadas nos artigos de Candido publicados no jornal *A vanguarda* e reunidas em publicação não-comercial, confeccionada por um parente cassiense do autor, a que tive acesso graças à Ronaldo Barros. Cf. Candido (2008a).

³¹⁰ Em estudo célebre, Alcir Lenharo sustenta que tropeiros e comerciantes da região do Sul de Minas Gerais, monopolizando um fluxo de abastecimento contínuo de gêneros alimentícios de primeira necessidade para os mercados do Rio de Janeiro, articularam-se em nível regional e se projetaram no espaço político da Corte, após 1822. Cf. Lenharo (1979).

³¹¹ Cf. Pádua (1988) e Azevedo Barros (1990). E ainda: *Enciclopédia de municípios brasileiros* (1958) e Alvarenga (1994).

1755, em documento oficial de auto de posse requerido à Cúria Metropolitana de São Paulo pelo sertanista paulista Pedro Franco Quaresma, em expedição pela paragem. Atraídos pela descoberta de ouro na região, aventureiros e bandeirantes formaram um núcleo de povoamento inicial, que deu origem a um pouso de tropeiros que interligava os atuais sudoeste de Minas e São Paulo. Pouco a pouco, no local foram se assentando moradores fixos, aos quais se somaram, com o refluxo da mineração, um contingente populacional disperso (provindo, em especial, de Lavras, Perdões, São Tomé das Letras, São João Del Rey e Prados) que se arrancha no local e cultiva as primeiras roças de plantação e fazendas de criação de gado. No ano de 1844, fazendeiros assentados nas imediações – são eles: Manoel Lourenço da Cunha, José Diogo Carrijo da Cunha, Roque Portes Vieira e João Batista da Cunha - doaram 18 hectares de terras para a formação do patrimônio do futuro município. Em 1846, ocorre o levantamento de uma capela em homenagem a Santa Rita de Cássia³¹².

Em decorrência da disponibilidade de terras férteis apropriadas para a pecuária extensiva, fazendeiros e comerciantes de Passos interessaram-se pelo arraial que surgia. Segundo Azevedo Barros:

“A partir de 1850, com a vinda de abastados fazendeiros, como Jerônimo Pereira de Mello e Souza (Barão de Passos), João Candido de Mello e Souza (Barão de Cambuí), Domingos Pimenta de Abreu, Manoel Pinto dos Reis e tantos mais que aqui adquiriram grandes latifúndios, Santa Rita iniciou uma caminhada para o desenvolvimento e riqueza. Estes foram os pioneiros na engorda do boi, desbravando matas para a formação de pastagens. Foram os construtores de abastadas sedes em suas fazendas, os que deram grande impulso na nossa cidade no século passado. A pecuária em grande escala, alicerçada nas terras descansadas e férteis, que formavam excelentes pastagens, já em 1874, conseguiu a exportação de 10.000 bois gordos por ano. Dez anos depois, em 1884, este número já ultrapassava de 15.000 reses. Os invernistas, aqueles que invernavam, engordavam o boi, é que dominavam todos os negócios, os que faziam o dinheiro correr para o arraial. Tudo girava em torno dessa riqueza” (Azevedo Barros, 1990, p. 21)³¹³.

³¹² Cf. Azevedo Barros (1990).

³¹³ A centralidade da invernada na dinâmica econômica do local pode ser atestada pelo seguinte informe, contido no *Anuário de Minas Gerais*, impresso em Belo Horizonte em 1907: “Indústria – A principal é a pastoril. Os engenhos de açúcar em todo o município são em número de 28, cuja produção é insuficiente para o consumo do município; a produção é diminutíssima quase que para consumo dos cultivadores. Existem nesse município algumas boiadas (novilhadas) mestiçadas de zebu, destinadas ao corte, e há criação deste gado em algumas fazendas em pequena escala, visto que as pastagens são próprias para a engorda e não para criar. Ressalta nestas informações o quase exclusivismo da indústria pastoril – a engorda anual de 30 mil reses. Representa essa cifra de 60 mil reses quase metade do gado consumido anualmente no Rio, mas a exportação de gado de Santa Rita, como a do de Passos, também se encaminha para São Paulo e Campinas. Poucos são os fazendeiros que se dedicam ao cultivo de cereais” (*Anuário de Minas Gerais*, 1907 – sem indicação de página).

Em pouco tempo os efeitos da prosperidade econômica se fizeram sentir: o arraial elevou-se a distrito, com denominação de Santa Rita de Cássia, por meio da Lei Nº 720, de 16 de maio de 1855³¹⁴. Onze anos depois se tornou freguesia, pela lei Nº 1271, de 2 de janeiro 1866. O decreto Nº 21, de 2 de fevereiro de 1890, elevou a freguesia a vila, criando o município, desmembrado de Passos.

Na execução das atividades pecuárias (derrubada das matas, cultivo do capim gordura, criação do gado e condução de comitivas), a mão-de-obra utilizada, dada a escassez de escravos disponíveis na região, provinha de pequenos sitiantes (parceria ou arrendamento) do local. De acordo com Pádua: “Os pequenos posseiros, plantando para a subsistência e vendo os produtos de sua lavoura em escala reduzida e de modo excepcional, com a chegada dos grandes proprietários das fazendas de gado, foram progressivamente se transformando em ‘agregados’ e ‘camaradas’” (Pádua, 1988, p. 48).

Seguindo de perto as iniciativas econômicas e as realizações políticas do irmão mais velho, João Candido de Mello e Souza começou a vida como tropeiro, passando a atuar como comerciante e político em Passos e, na sequência, tornou-se fazendeiro em Cássia, onde se dedicou à pecuária extensiva e ao fabrico do açúcar e seus derivados. Por volta de 1845, contraiu núpcias com Matilde Pimenta de Abreu (1827-1889), filha da extensa prole do Alferes João Pimenta de Abreu (1784-1864), uma das principais famílias de Passos, com quem teve dez filhos. Passando a residir em definitivo em Cássia a partir da edificação da sede da Fazenda da Prata (o que não o impediu, contudo, de continuar participante da vida política de Passos, onde presidiu a Câmara, em 1854 e 1876, e exerceu o mandato de vereador em 1875 e 1876), sob sua iniciativa, foram construídos, entre outros, uma nova igreja matriz da cidade (auxiliado, na empreitada, por Jerônimo Pereira de Mello e Souza) e o prédio da Cadeia Pública. Por seus serviços prestados, foi agraciado pelo Imperador D. Pedro II com o título de Barão de Cambuí³¹⁵.

Por volta de 1880, parte da propriedade fundiária onde se localizava a Fazenda da Prata, sede da família, foi repassada, por sua vez, a um dos seus filhos, Antonio Candido de Mello e Souza (1851 –

³¹⁴ A designação atual – Cássia – foi-lhe dada pela lei Nº 747, de 20 de setembro de 1919.

³¹⁵ Em artigo publicado no jornal *A Vanguarda*, que circula semanalmente em Cássia desde 1915, Candido comenta: “Em 1888, estava no poder o Partido Conservador que, como era hábito, tratou de obter distinções para os correligionários, a fim de recompensar o apoio e reforçar o prestígio social de seus quadros. Era o momento de aproveitar as cartas na mão e distribuir postos da Guarda Nacional, condecorações, alguns títulos de nobreza. Foi quando o Dr. José de Barros Cobra, apelidado ‘Cobrinha’, advogado em Caldas, deputado geral pelo 12º Distrito Eleitoral de Minas, a que pertencia a nossa zona, sugeriu Imperador D. Pedro II que fizesse Barão o Coronel João Candido de Mello e Souza, conservador fiel e chefe político de grande prestígio local (havia sido, inclusive, Presidente da Câmara da cidade de Passos, a cujo município pertencia o distrito de Santa Rita de Cássia, onde era fazendeiro). O imperador concordou, dizendo: ‘Mas qual há de ser o nome do título?’ O Dr. Cobra respondeu: ‘Poderia ser Barão de Santa Rita de Cássia’. Numa demonstração de sua famosa memória, e da minúcia com que conhecia o país, o Imperador observou: ‘Não, porque o irmão dele já é o Barão de Passos, ali perto’, - querendo dizer que preferia espaçar geograficamente os locais ligados aos títulos. E pediu a um auxiliar que trouxesse o mapa de Minas. Estendido este sobre a mesa, D. Pedro foi correndo o dedo pelo Sul e parou a certa altura dizendo: ‘Cambuí. Bonito nome. Há de ser Barão de Cambuí’” (Candido, 2008b, p. 24). Cf. ainda (Candido, 2008d).

1921)³¹⁶. Não fugindo à regra, ele casou-se, em primeiras núpcias, com sua prima em primeiro grau, Blandina Esmeraldina da Silveira (1860 – 1891). Com ela, Antonio Candido teve dez filhos, sendo o sexto Aristides Cândido de Mello e Souza, pai do futuro crítico literário e sociólogo. Após a morte prematura da primeira esposa, contrai novo matrimônio, do qual surgiram outros seis filhos.

Nascido na Fazenda da Prata, em 20 de setembro de 1885, Aristides Candido de Mello e Souza realizou seus primeiros estudos na Escola do Professor Cornélio Alves de Souza, em Cássia³¹⁷. Em 1897, aos doze anos, foi encaminhado pelo pai, junto com seu irmão mais velho, Urbano Candido de Mello e Souza, e um primo, João Pimenta de Abreu, para o Colégio Diocesano de Uberaba (MG), cujo corpo docente era formado por “padres seculares brasileiros” e “frades dominicanos franceses”. Ao final de dez meses de internato, o trio retorna à sede da fazenda e, ao contrário de seu irmão mais velho, que não suportara as condições insalubres, os desconfortos e os constantes castigos corporais Aristides decide perseverar em sua trajetória escolar em Uberaba, no que foi auxiliado pelo dominicano Frei Rosário, que lhe ensinou a língua francesa e tornou-se seu correspondente até a idade adulta. Um ano depois, regressando à Fazenda da Prata para passar as férias escolares, ouviu do coronel, orgulhoso do desempenho e da aplicação demonstradas pelo filho, que ele poderia afinal decidir sobre a sua permanência ou remoção para um novo estabelecimento de ensino.

Com a anuência do patriarca, Aristides solicitou sua transferência para o Ginásio Nogueira Gama, em Jacaré (SP), em 1899. Após dois anos, decide mudar-se novamente, ingressando no recém-criado Ginásio Estadual de Campinas, onde inicia a formação de sua biblioteca pessoal e participa ativamente da vida estudantil e mundana local. No sexto ano de curso, facultativo e que conferia o grau de Bacharel em Ciências e Letras, adoece e, por essa razão, retorna à Cássia. Após se recuperar, presta os exames finais no Curso Anexo da Faculdade de Direito de São Paulo.

Diplomado, ingressa em 1905 na prestigiosa Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, passando a residir no bairro da Lapa. Novamente, não resiste ao ritmo intenso dos estudos e sucumbe, enfermo, poucos meses depois do começo das aulas. Para se reestabelecer, viaja até Poços de Caldas (MG) e se instala na casa de parentes, “fazendeiros das imediações”, de onde faz enviar uma carta de recomendação ao afamado médico e futuro sanitarista Miguel Pereira, cuja casa passa a frequentar, ao retornar à capital, tornando-se seu assistente particular. Em 1910, conclui a graduação e defende tese de doutorado, intitulada “Novos sinais nas Hemiplegias Orgânicas”, aprovada com distinção e publicada pela Universidade do Brasil.

³¹⁶ Segundo conversa com Candido, o Barão de Cambuí deixou várias fazendas aos seus descendentes diretos: Fazenda Santa Cruz, Palmital, Snata Maria, Barra Bonita e Morro Redondo. Entrevista com Antonio Candido em 15 de agosto de 2013.

³¹⁷ Informações extraídas de Candido (2008c) e *A vanguarda* (1995) e Escorel (2010).

Nos anos seguintes, entremeia temporadas de estudo na Europa (dezembro de 1911 a dezembro de 1912), o trabalho em uma clínica em Araguari (MG) – de 1913 a 1915 - e curso de aperfeiçoamento no Instituto Manguinhos, tornando-se aluno de Carlos Chagas. Em 1916, ingressa, por concurso, no serviço público, na vaga de bacterologista do Departamento Nacional de Saúde Pública. Um ano depois, casa-se com Clarice de Carvalho Tolentino (1893- ***), que conhecera na casa de Miguel Pereira³¹⁸, de quem era cunhada³¹⁹.

O falecimento de Miguel Pereira em fins de 1919 deixa Aristides Candido de Mello e Souza “profissionalmente isolado e sem apoio”, e como o “número de clientes ainda fosse pequeno”, decidiu regressar com a esposa e o primeiro filho, nascido em 1918, a Cássia, para “assentar aquele começo de vida” (Escorel, 2010, p. 258). Em junho de 1920, retorna ao Rio de Janeiro e reassume o cargo público, bem como começa a se preparar para concurso da Faculdade de Medicina. Seus planos fracassam, no entanto, por força de complicações pessoais de saúde e pela morte do pai, fatores que o fazem retornar à cidade natal em 1922, com mais dois filhos. Em 1928, aceita o convite de Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, Presidente do estado de Minas Gerais, para assumir a direção da implantação dos serviços termiais, em fase de finalização, na cidade de Poços de Caldas (MG).

³¹⁸ Miguel Pereira descende de proprietários de terras da região, onde nasceu em 1871. Aprendeu as primeiras letras com a avó e aos doze anos foi enviado ao Colégio D. Pedro II. Aos dezenove anos, ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde defendeu tese sobre Hematologia Tropical. Pouco depois, contrai núpcias com Maria Clara Tolentino. Na mesma instituição que se graduou, torna-se professor de Patologia Interna, em 1909. Em 1918, foi um dos principais porta-vozes da Campanha Sanitarista, sob o governo de Wenceslau Brás. No ano seguinte, falece em sua casa. Cf. Barbosa (1968).

³¹⁹ Pelo lado materno, o bisavô de Antonio Candido foi Antônio Nicolau Tolentino (1810 - 1884), funcionário público do alto escalão do Segundo Império. Nascido em 1810 em uma família de lavradores pobres da região do Arraial da Praia Grande (depois Vila Real e, por fim, Niterói), realizou estudos na Aula de Comércio do Rio de Janeiro, ingressando jovem no serviço público. Aos vinte e sete anos, já era segundo escriturário da Contadoria Geral do Tesouro Nacional. Por essa época, Tolentino mantinha relações amorosas com uma chapeleira italiana, que lhe deu duas filhas. Em 1843, foi promovido a inspetor interino da Alfândega do Rio de Janeiro, e condecorado no grau de cavaleiro com a Ordem de Cristo e Ordem da Rosa, sinais patentes de reconhecimento de suas qualidades. Com a ascensão social, precisou “liquidar a mancebia”, e “deu um jeito de descartar a mãe das filhas e ficar com estas” (Candido, 2007, p. 26), casando-se em 1845 com Mariana Siqueira Botelho de Araújo Carvalho (1823-), moça jovem de 22 anos, descendente de família tradicional de fazendeiros de Inhaúma e que também “possuía muitas terras na Barra da Tijuca” (*Idem*, p. 27). Um ano depois, teve seu primeiro filho, que recebeu seu nome. Demitido inesperadamente do cargo de inspetor interino da Alfândega, assumiu a Segunda Contadoria da Diretoria Geral de Contabilidade, no posto de contador, ou contador-chefe. Em 1851, nasceu o seu último filho, José de Carvalho Tolentino, o qual, por sua vez, formou-se em medicina no Rio de Janeiro e contraiu núpcias com Laura Carneiro de Mendonça, oriunda da oligarquia rural mineira, cuja família “se mudara de Paracatu para a parte meridional da Zona da Mata e a Província do Rio de Janeiro, por ter estado envolvidíssima na Revolução de 1842, que acarretou prisão, processo, exílio, perseguição para vários de seus membros [...]” (*Idem*, p. 113). A partir de 1881, José de Carvalho Tolentino tornou-se o principal acionista do segundo consórcio de concessão do serviço de captação e reserva de água em Poços de Caldas, bem como foi um dos construtores do primeiro hotel e balneário da localidade, onde viveu até 1896, quando vendeu suas ações e voltou para o Rio de Janeiro. Em 1898, faleceu aos 47 anos, “pouco depois de ter deixado a empresa de Poços de Caldas, de que era novamente diretor, e inaugurado o seu segundo balneário” (*Idem*, p. 117), deixando dois filhos – cujos nomes não consegui averiguar - e duas filhas - Clara e Clarice Tolentino. As informações sobre a biografia de Antonio Nicolau Tolentino foram compulsadas em Candido (2007b) e, ainda, Marras (2004).

De acordo com os termos estipulados pelo contrato, em outubro de 1928 rumo para a Europa, para se familiarizar com as modernas técnicas terapêuticas na área, frequentando “serviços de reumatologia e fisioterapia” e visitando “estações balneárias da França, Alemanha, Checoslováquia e Itália, com um estágio de permeio em Berlim, para frequentar cursos e hospitais” (Candido, 2008, p. 21). Assume em dezembro de 1929 o cargo, à frente do qual permanece até 1936, quando é destituído por determinação de Benedito Valadares, então governador. “A partir de então, voltou à clínica privada, até a doença que o atingiu em meados de 1941 e causou sua morte em 31 de março de 1942, na cidade de São Paulo, onde estava se tratando. Tinha 56 anos” (*Idem*, p. 22).

A partir do apanhado de informações sobre a extensa parentela dos Mello e Souza, é inegável concluir que “The Brazilian Family” condensa aspectos da trajetória social de seu autor – uma espécie de autorretrato sociológico³²⁰. Não fugindo à regra das famílias abastadas da região do sudoeste de Minas Gerais³²¹, a fortuna deles foi conquistada com base na combinação de atividades agropastoris e comerciais e na ocupação de cargos administrativos e políticos, sendo preservada ou ampliada por meio de casamentos endogâmicos ou alianças conjugais com membros da elite tradicional da região. Mais do que isso, seu destino social ilustra o padrão mais geral das estratégias de reorientação profissional em direção às carreiras intelectuais por parte de herdeiros de troncos familiares tradicionais em declínio ao longo da República Velha, tal como desvelado por Miceli (1979).

Por outro lado, não se pode esquecer que a centralidade do estudo analítico dos fundamentos da formação social do país figurou como objeto de ensino privilegiado dos cursos de sociologia oferecidos por Candido junto à Cadeira de Sociologia II. De acordo com documentação de ordem acadêmica coligida em fontes diversas (*Anuários, Guia de curso, Memorial, etc.*), os primeiros cursos oferecidos por Candido para a graduação em Ciências Sociais da FFCL-USP datam de 1948 (até então suas atividades como professor-assistente se restringiam à condução de seminários dos cursos oferecidos por Fernando de Azevedo, em colaboração, entre 1942 e 1944, como José Francisco de Camargo, e, entre 1944 a 1947, com Florestan Fernandes). Em 1948, ele ministra os cursos de “Sociologia Educacional” (2º ano de

³²⁰ Em entrevista realizada com Candido, ele afirmou que, na redação do artigo, aproveitou dois casos extraídos da experiência familiar. No primeiro, cita um trecho de correspondência entre o Barão de Cambuí e seu irmão quatro anos mais moço, Luciano Candido de Mello e Souza, para indicar o senso de respeito e as formas de tratamento vigentes. Eis o trecho: “Por volta de fim do século XIX um sexagenário escreveu a seu irmão mais velho: Vossa Excelência, Barão de C. e meu caro irmão; Eu escrevo esta a Vossa Excelência, etc.” (Candido [1951] 1974,b, p. 5); no segundo, menciona o caso da matriarca da família de sua mãe, Josefa Roquete Carneiro de Mendonça Franco, sua trisavó, que se envolveu e tornou-se uma liderança da Revolução Liberal de 1842, sendo presa, algemada e processada: “Mesmo na história política do país, há vários exemplos de mães de famílias com fortes habilidades de liderança como por exemplo: Dona Josefa Carneiro de Mendonça, uma das líderes da Revolução Liberal de 1842 em Minas Gerais” (*Idem*, p. 6). Cf. ainda Candido (2007b).

³²¹ Cf. Andrade (2008).

Pedagogia); “Morfologia Social”, 1º semestre (1º ano de Ciências Sociais); Seminários e colóquios (2º ano de Ciências Sociais)³²².

A partir de 1954³²³, Candido passa a oferecer, até o seu desligamento da Cadeira de Sociologia II, em fins de 1958, a disciplina “Organização Social”, para os alunos do 2º ano do curso de Ciências Sociais. Segundo consta dos programas de curso do Departamento de Sociologia e Antropologia (anos de 1955 e 1958) e Programas aprovados pela Congregação (ano de 1954), as discussões abordadas pelo curso envolviam os seguintes tópicos:

“ORGANIZAÇÃO SOCIAL

2º Ano de Ciências Sociais

(2 aulas semanais durante o ano letivo)

I

- 1.- O fato da organização social
- 2.- Fundamentos naturais da organização
- 3.- Fundamentos sociais da organização
- 4.- Estudo particularizado dos grupos

II

- 5.- As condições do meio e sua influência na organização: Nuer
- 6.- Organização de um bando nômade: Nambicuara
- 7.- Organização de um povo primitivo: Tupinambá
- 8.- Organização em agrupamentos rústicos de São Paulo
- 9.- Organização do Brasil Colonial
- 10.- Organização do Brasil Moderno
- 11.- Organização do Brasil Contemporâneo
- 12.- Revisão dos conceitos em face dos exemplos estudado

³²² Em 1949, Candido substitui o professor catedrático nos cursos do 1º semestre; “Sociologia Educacional” (2º ano de Pedagogia); Seminários (2º ano de Ciências Sociais); em 1952, “Fundamentos sociológicos da educação” (1º ano de Pedagogia), “Teoria dos partidos políticos” (3º ano de Ciências Sociais), em colaboração com Lourival Gomes Machado, e “A função da escola na aculturação” (Especialização); em 1953, “Noções de sociologia” (1º ano de Ciências Sociais); “Introdução à sociologia” (1º ano de Pedagogia); em 1954, “Noções de sociologia” (1º ano de Ciências Sociais, 1º ano de Pedagogia e 2º ano de Filosofia, em conjunto), “Fundamentos sociológicos da educação” (1º ano de Pedagogia) e “Organização Social” (2º ano de Ciências Sociais); em 1955, “Organização Social” (2º ano de Ciências Sociais); “Prática de ensino da Sociologia” (4º ano de Ciências Sociais); em 1957, não oferece cursos, passando o ano todo em licença prêmio; em 1958, “Organização Social” (2º ano de Ciências Sociais). Cf. *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo* (1939-1949 Vol.I e II; 1950; 1951; 1952); *Guia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo* (1954); *Programas Aprovados pela Congregação para o Ano Letivo* (1952; 1953; 1954; 1955; 1958).

³²³ Em 1952, Candido delineou um curso, em caráter eletivo, com duração de dois anos, de “Sociologia da Literatura”, que seria oferecido inicialmente para os alunos do 2º ano de Ciências Sociais. Sua ementa chegou a ser publicada no “Programas Aprovados pela Congregação para o Ano Letivo de 1952”, mas a intenção não saiu do papel. Em entrevista concedida a Peirano, Candido comenta que desistiu da proposta por considerá-la exorbitante diante do número reduzido de professores da FFCL-USP e as necessidades mais prementes de lecionar os cursos básicos. Cf. Peirano (1992). Em entrevista a mim concedida, ele justificou de outro modo: a ausência de alunos interessados o fez desistir da ideia (Depoimento concedido ao autor em 28/01/2011). Seria o curso “Organização Social Brasileira” uma forma de oferecer, ao menos, uma disciplina com conteúdo mais afeito aos seus interesses intelectuais, substituindo a proposta de curso que não obteve êxito?

Bibliografia

I

Max Sorre, *Les Fondaments de la géographie humaine*, 4 vols; Darryl Forde, *Habitat, Economy and Society*; M. Halbwachs, *La Morphologie Sociale*; A. Alihan, *Human Ecology*; D. Pierson (Org.) *Estudos de ecologia humana*; Hiller, *Social Relations and Structures*; Sorokin, *Society, Personality and Culture*; McIver, *Society*; Maunier, *Essai sur les groupements sociaux*; Homans, *The Human Group*; D. Pierson (Org.) *Estudos de Organização Social*; Bouthoul, *Traité de Sociologie*; K. Marx, *Crítica da Economia Política* (port.); Toennies, *Comunidad y Sociedad* (esp. e fr.); Idem, *Princípios de Sociologia* (esp.); Simmel, *Questões Fundamentais de Sociologia* (ingl.); Idem, *Sociologia*, 2 vols. (esp.); M. Weber, *Economia y Sociedad*, 4 vols. (esp., 1.ºingl.); Wiese e Becker, *Systematic Sociology*; W.C. Cox, *Caste, Class and Race*.

II

Evans-Pritchard, *The Nuer*; Lévi-Strauss, “La vie familiale et social des Indiens Nambikwara”; Florestan Fernandes, *Organização social dos Tupinambá*; Idem, *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*; D. Pierson, *Cruz das Almas*; E. Willems, *Cunha*; Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*; Gilberto Freyre, *Casa-Grande e Senzala*; Idem, *Sobrados e Mucambos*; Fernando de Azevedo, *Canaviais e engenhos na vida política brasileira*; Estudos sobre o Brasil moderno, que serão indicados em aula, de: Octavio da Costa Eduardo, Roger Bastide, Diegues Junior, J. Norberto Macedo, Tavares de Almeida, Lucilla Herman, E. Willems, P. Monbeig, J. Lambert; V. Santa Rosa; Barbosa Lima Sobrinho, Lynn Smith, Lynn Smith and A. Marchant (Org.), J.L. Lebrete; Josué de Castro, G. Mortara; Oliveira Viana; publicações do IBGE, Ministério da Agricultura, Secretaria da Agricultura, etc., etc”

Como se pode constatar pelo material acima estampado, o conteúdo do curso girava, sobretudo no segundo semestre, em torno dos principais estudos interpretativos sobre a formação da sociedade brasileira. Como se sabe, na Cadeira de Sociologia II, em função da origem e perfil social de parte de seus integrantes e do cultivo de um padrão de trabalho intelectual receptivo ao ensaísmo e às virtualidades literárias, predominaram temas de estudo e objetos de pesquisa culturais³²⁴.

* * *

Como vimos, em “The Brazilian Family” a concepção de família patriarcal não se restringe à família nuclear. Sinônimo de família extensa, sua estrutura organizacional corresponde a uma vasta rede

³²⁴ Conforme anota Arruda, em estudo sobre a contribuição teórica da reflexão sociológica de Maria Isaura Pereira de Queiróz, “os temas de eleição de Maria Isaura e Antonio Candido são muito assemelhados, o que deixa a entrever a presença de forte sensibilidade para os problemas da estrutura agrária brasileira, apontando para determinantes extra-acadêmicos. Originários de famílias rurais, trouxeram para a profissão um olhar cultivado na experiência social precedente e que, possivelmente, orientou as suas escolhas. Não é casual que ambos manifestaram interesses pelos estudos da família, como assunto central de análise, ou como categoria importante ao entendimento de certos fenômenos” (Arruda, 1999, p. 41). Sobre o perfil da Cadeira de Sociologia II, ver Pontes (1998). E ainda: Pulici (2008) e Spirandelli (2011).

de parentela, constituindo o centro estruturante de equilíbrio e coesão da sociedade colonial em formação, em consonância com os modelos explicativos clássicos contidos em parte das principais obras do chamado pensamento social das décadas de 1920 e 1930.

Admitida pelo próprio Candido em entrevista³²⁵ e perceptível em passagens e notas no traçado do próprio texto, é central a influência dos principais estudos de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre na constituição dos argumentos de base de “The Brazilian Family”, sobretudo no que diz respeito à primazia da família patriarcal como unidade colonizadora e o progressivo retraimento de suas funções a partir do início do século XIX; à precedência do núcleo familiar privado sobre o poder público; e à descentralização administrativa e a fragilidade do aparelho estatal. Por outro lado, é também possível discernir algumas sutis, mas significativas, divergências diante de ambos, vinculadas, de um lado, aos distintos esquemas teórico-interpretativos assumidos por cada um e, de outro, aos seus respectivos diagnósticos acerca da modernização do país.

É sabido que os anos cinquenta e sessenta marcam cronologicamente os primeiros esforços de revisão dos principais postulados do modelo da família patriarcal defendido pelos estudos precursores das décadas anteriores. Como lembra Eni de Mesquita Samara:

“[...] Antonio Candido de Mello e Souza, Emílio Willems, Donald Pierson, Oracy Nogueira, Thales de Azevedo e Charles Wagley, entre outros, escreveram sobre a organização e estrutura dessa família, o casamento e o divórcio. Nota-se, já nessa fase, a preocupação com as diferenças regionais e entre as classes sociais. Além disso, buscavam também entender o efeito das mudanças que ocorriam na sociedade brasileira sobre a estrutura da família. No entanto, ainda permanecia intocável a ideia de que a família era constituída de uma rede intrincada de relações e de que era impossível pensar o Brasil sem pensar a família” (Samara, 2003, p. 304).

Nessa altura, já estava distante³²⁶ a imagem idealizada propugnada por Oliveira Vianna em *Populações meridionais do Brasil* (1920) de que os primeiros colonizadores, sobretudo das regiões de São Paulo e Pernambuco, pertenciam à nobreza urbana de extirpe portuguesa - “espíritos do melhor quilate intelectual e da melhor cultura”, “fidalgos de sangue, descendentes autênticos das mais notáveis e ilustres casas da Península” (Vianna, 1987, p. 27)³²⁷. Preocupado em caracterizar a especificidade da origem e

³²⁵ Cf. Jackson (2002).

³²⁶ Cf. Wehling (1993); Brandão (2007).

³²⁷ No “Addendum”, incluído na quarta edição do livro, de 1938, Vianna admite o exagero na descrição da opulência dos antigos paulistas: “Documentos históricos, numerosíssimos, revelam, ao contrário da opulência e do luxo, uma extrema modéstia de viver” (Vianna, 1987, p. 280). Cf. Brandão (2007).

evolução do povo brasileiro, em sua “organização social e na mentalidade coletiva” (*Idem*, p.14)³²⁸, a partir de um arcabouço teórico-metodológico apoiado nas contribuições das “ciências novas”, “de um valor inestimável para a compreensão científica do fenômeno histórico”, entre as quais se destacam a antropo-sociologia de G. Vacher de Lapouge (1854-1936), a psicologia coletiva de Gustav Le Bon (1841-1931) e, sobretudo, a escola sociológica de Pierre Guillaume-Frédéric Le Play (1842-1903)³²⁹, Oliveira Vianna exalta o protagonismo da aristocracia rural no processo de ocupação e desbravamento do novo território, rechaçando a hipótese de que os povoadores pioneiros seriam formados por criminosos e degredados.

Em nossa “nobreza territorial”, Oliveira Vianna distingue uma dupla camada – os latifundiários de origem nobre, “com o sangue das mais fidalgas linhagens da Península” (*Idem*, p.28), e os de origem plebeia, “lavradores do Minho, de Trás-os-Montes, das Beiras, da Extremadura”, mas que aos poucos atingem grandes fortunas, tornando-se proprietários de “latifúndios valiosos, de vastos currais, de importantes engenhos, de copiosa escravaria” (*Idem*, p. 29) e passando a predominar do século XVIII em diante. Inicialmente residindo nos centros urbanos, numa rotina de vida de “perpétua festa, uma ininterrupta troca de folganças e prazeres”, por força das exigências imperiosas de acompanhamento contínuo das atividades produtivas nas grandes fazendas, tem início o progressivo deslocamento de “nossa aristocracia colonial para o isolamento dos engenhos, para a vida rústica e tranquila das fazendas e dos campos de criação” (*Idem*, p.32).

Em consequência do isolamento provocado pela ruralização no processo de ocupação do novo território, afirma Oliveira Vianna, a solidariedade vicinal declina e a ordem familiar se reforça, aglutinando toda a vida social à sua volta. Derivada da matriz portuguesa, mas profundamente modificada pelas condições impostas pela influência do modo de vida nos latifúndios, as classes dominantes se “organiza[m] à maneira austera e autoritária da família romana” (*Idem*, p. 49). Ao contrário do padrão existente entre a população pobre rural, “estrutura instabilíssima”, cuja “particularidade de organização enfraquece e dissolve o poder do pater-famílias”, sobressaindo a “mancebia”, a “ligação transitória” e a “poliandria difusa”, na família das classes senhoriais é

“[...] imensa a ação educadora da pater-famílias sobre filhos, parentes e agregados, adscritos ao seu poder. É o pater-famílias que, por exemplo, dá noivos às filhas, escolhendo-o segundo as conveniências da posição e da fortuna. Ele é quem consente no casamento do filho, embora já em maioridade. Ele é quem determina a profissão, ou lhe destina uma

³²⁸ Como se sabe, o plano inicial do autor envolvia o estudo das regiões norte, centro-sul e extremo-sul, as quais geraram três sociedades distintas: a dos sertões, a das matas, a dos pampas, cada uma com seus tipos específicos respectivos - o sertanejo, o matuto e o gaúcho. Em 1952, surgirá postumamente o segundo volume dedicado ao “campeador rio-grandense”; o terceiro, interessado no “sertanejo nordestino”, nunca foi escrito. Cf. Brandão (2007).

³²⁹ Cf. Carvalho (2002) e Reis (2006).

função na economia da fazenda. Ele é quem instala na sua vizinhança os domínios dos filhos casados, e nunca deixa de exercer sobre eles a sua absoluta ascendência patriarcal. Ele é quem os disciplina, quando menores, com um rigor que hoje parecerá bárbaro, tamanha a severidade e a rudeza. Por esse tempo, os filhos têm pelos pais um respeito que raia pelo terror. Esse respeito é, em certas famílias, uma tradição tão vivaz, que é comum verem-se os próprios irmãos cadetes pedirem a benção ao primogênito. Noutras, as esposas chamam ‘senhor’ aos maridos, e esses ‘senhoras’ às esposas. O sentimento de respeito aos mais velhos e de obediência à sua autoridade, tão generalizado outrora no nosso meio rural, é também uma resultante dessa organização cesarista da antiga família fazendeira” (Vianna, 1987, p. 50).

No interior das grandes propriedades do engenho e da fazenda, domina o elemento branco e prevalecem as tradições arianas, mantidas por meio do recurso aos casamentos endogâmicos entre parentes próximos. Com ela convivem os agregados “de melhor extração”, em geral mestiços livres que residem “em pequenos lotes alforados, em toscas choupanas, circundantes ao casario senhorial”, e assumem a condição de “foreiro ou arrendatário” (*Idem*, pp. 66-67), e os escravos que habitam o “vasto colmeial das senzalas” (*Idem*, p.66).

Recebido com entusiasmo pelo meio intelectual de sua época³³⁰, imprimindo-se uma segunda tiragem dois anos depois (1922), *Populações Meridionais do Brasil*, a partir da década de 1940, passa, contudo, a ser alvo de objeções e acusações de racismo, apologia do latifúndio rural e defesa do autoritarismo político. Em *Casa-Grande & Senzala* (1936), Gilberto Freyre, apoiado no avanço e intensificação dos estudos sobre a família patriarcal, contesta a opinião de que a colonização do país tenha sido empreendida pelos aristocratas “dólico-louros”, “como imaginou o arianismo quase místico de Oliveira Vianna” (Freyre, 1996, p. 218)³³¹. Em seu lugar, destaca a presença maciça de indivíduos originários da “plebe moçárabe” e de “mouros cristianizados”, em geral artesãos e especialistas em ocupações manuais diversas, aos quais se juntam, em menor escala, “representantes da pequena e sólida nobreza agrária” (*Idem*, p. 220).

Lançado em 1933, pela Livraria Schmidt Editora, *Casa-Grande & Senzala* causou sensação ao reformular boa parte dos lugares-comuns explicativos do pensamento científico então vigente sobre a nossa formação social (centrados, em especial, no exame dos efeitos da degenerescência racial, da adversidade do clima e das idiosincrasias do caráter nacional). Beneficiada pela formação acadêmica e

³³⁰ Excetuando-se o artigo “Sociologia ou apologética?”, de Astrogildo Pereira, um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que contestava a afirmação de Vianna sobre a inexistência de luta de classes no país, demonstrando, com exemplos extraídos do livro, a sua centralidade ao longo de nossa formação social e histórica. Cf. Pereira (1944). E Brandão (2007).

³³¹ Em suas palavras: “Pesquisas mais minuciosas sobre o assunto [qual seja, o perfil social e étnico do colonizador], como em São Paulo o estudo dos inventários e testamentos do século XVI, tendem a revelar que a colonização do Brasil se fez muito à portuguesa. Isto é: heterogeneamente quanto a procedências étnicas e sociais. Nela não terão predominado nem morenos nem loiros” (Freyre, 1996, p. 218).

intelectual obtida por seu autor nas universidades norte-americanas, frequentadas durante os anos de 1918 e 1921, nas quais entrou em contato, por meio de cursos e leituras, com a antropologia cultural e, em especial, a orientação relativista defendida por Franz Boas³³², a interpretação de Freyre da formação da sociedade patriarcal no Brasil, vista sob o ângulo da intimidade doméstica e do aporte das diversas etnias envolvidas nesse processo, enaltecia a mestiçagem e a contribuição civilizatória de nativos e africanos, bem como a façanha, capitaneada por portugueses, de fundação de uma nova civilização em terras tropicais.

Adaptação bem-sucedida do arcabouço familiar português às contingências práticas enfrentadas na conquista das terras recém-descobertas (a “penúria de gente branca” para as tarefas exigidas pela colonização, bem como a “escassez de mulheres brancas” entre os adventícios, exigindo os favores sexuais das mulheres nativas e, pouco depois, africanas; o deslocamento da base da colonização de atividades meramente extrativas para a “produção local de riquezas”, por iniciativa de particulares, auxiliados pela mão-de-obra escrava), facilitada pela singular predisposição e plasticidade do colono peninsular para a vida nos trópicos³³³, a família patriarcal “reuniu, sob a base econômica da riqueza agrícola e do trabalho escravo, uma variedade de funções sociais”, “econômicas” e de “mando político” (Freyre, 1996, p. 23).

Destacando-se como a instituição social básica e inclusiva no processo de ocupação e povoamento, indexando à sua volta tanto a escravaria quanto a população livre e pobre, a qual lhe devia obediência e fidelidade absolutas, suas características se definem como segue: “Na zona agrária desenvolveu-se, com a monocultura absorvente, uma sociedade semifeudal – uma minoria de brancos e brancarões dominando patriarcais, polígamos, do alto das casas-grandes de pedra e cal, não só os escravos criados aos magotes nas senzalas como os lavradores de partido, os agregados, moradores de casas de taipa e de palha, vassalos das casas-grandes em todo o rigor da expressão” (Freyre, 1996, p. xlix)³³⁴. Sua extensão geográfica, longe de se restringir ao “engenho de cana, ao patriarcalismo nortista”, “expressão exclusiva do açúcar”, ressurgiu em outras regiões do país - na “antiga zona fluminense e paulista dos

³³² Para uma apreciação minuciosa e esclarecedora do período formativo de Freyre passado nos Estados Unidos, ver Pallais-Burke (2005).

³³³ Como explica o autor, a “singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos” resulta da influência concomitante da localização geográfica fronteiriça de Portugal, da natureza racial e cultural sincrética do português, marcada pela influência – que remonta à pré-história - de vários grupos étnicos, numa região de trânsito e trocas culturais intensas e, finalmente, da experiência acumulada no século anterior em entrepostos e feitorias em colônias da Ásia e África.

³³⁴ Ou ainda: “A casa-grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas de pessoas da casa. Espécie de parentes pobres nas famílias europeias. À mesa patriarcal das casas-grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Muleques de estimação. Alguns saíam de carros com os senhores, acompanhando-os aos passeios como se fossem filhos” (*Idem*, p. 352).

cafezais” -, resultando, antes, de circunstâncias econômicas ligadas à “monocultura escravocrata e latifundiária em geral” (*Idem*, p. lxiii).

* * *

Embora sua origem imediata se subordine ao artigo encomendado por Lynn Smith e Alexandre Marchant, não me parece impróprio afirmar que “The Brazilian Family” representa um esforço mais geral de caracterização da composição dos grupos sociais e das condições econômicas, sociais e político-administrativas envolvidas no processo de colonização e do povoamento do país, as quais repercutem, conforme se pode depreender da leitura da primeira parte de *Os parceiros do Rio Bonito* (1964), em aspectos da vida cultural e da sociabilidade do caipira paulista. Espécie de preâmbulo sociológico sem o qual não se pode compreender, a rigor, a emergência dos fundamentos da sociabilidade rústica, sob o prejuízo de segmentar uma linha de continuidade na reflexão do autor a respeito da formação e modernização do país, “The Brazilian Family” encontra-se em estreita conexão com a tese de doutorado defendida pelo autor.

Principal contribuição de Candido na área de sua formação acadêmica e intelectual de origem, uma “prova de competência” e “obrigação moral” com a disciplina que ensinava³³⁵, “Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre a crise nos meios de subsistência do caipira paulista” dedicou-se ao estudo da obtenção dos meios de vida como fator de sociabilidade entre os caipiras paulistas. A pesquisa de campo foi realizada, em particular, no núcleo de moradores dos bairros rurais do Morro Grande e da Roseira, encravados em terras de propriedade da Fazenda Bela Aliança, situada, por sua vez, na área rural do município de Bofete (SP). Subdividida em três partes correlacionadas, a primeira dedica-se à reconstituição histórica das condições de vida caipira tradicional, recorrendo a informações extraídas de compilações de documentos primários, escritos de viajantes e cronistas, estudiosos do assunto e depoimentos de “velhos caipiras de lugares isolados” (Candido, 2001a, p. 23). Em seguida, a análise se volta para a caracterização pormenorizada dos padrões alimentares locais - plantio, obtenção e preparo dos gêneros cultivados, técnicas e regime de trabalho empregados, conteúdo e níveis nutritivos da dieta. A terceira e última trata dos efeitos desagregadores provocados pela urbanização e industrialização no modo de vida tradicional caipira, colocando em risco a continuidade dos padrões mínimos de sociabilidade e subsistência que a sustentam.

³³⁵ Levada à defesa no Departamento de Sociologia e Antropologia da FFCL-USP, em 25 de outubro de 1954, a tese foi examinada por banca composta por Fernando Azevedo (orientador), Roger Bastide, Aroldo Azevedo, Egon Schaden e Paul Arbousse-Bastide, os quais lhe conferiram a nota final de 9.92. Informação extraída de “Ata de defesa”, depositada no Setor de Pós-Graduação da FFLCH-USP.

Em virtude da decisão de restringir seus comentários, na primeira parte da tese, aos “aspectos referentes à obtenção dos meios de vida” e às “formas de vida social que permitem aos agrupamentos rústicos a sobrevivência enquanto grupo”, deixando de lado a análise do “sentido” e o delineamento do “panorama geral” da “expansão geográfica dos paulistas nos séculos XVI, XVII e XVIII”, não se pode encontrar na primeira parte do estudo senão apontamentos e indicações sumárias relevantes para a compreensão das determinações histórico-sociais subjacentes à formação da cultura tradicional caipira, as quais remontam, a meu ver, ao ensaio “The Brazilian Family”. Nele, Candido assinala que, com o refluxo das atividades mineradoras, em fins do século XVIII, a massa de homens livres pobres que gravitam nas franjas periféricas da família patriarcal começa a se desprender dos grupos que a mantinha, formando um estrato social anônimo que se sedentarizou, abrandou os costumes e se fixou seja em núcleos populacionais já existentes, engrossando o ralo contingente demográfico de povoados, freguesias e vilas, seja em novas áreas de ocupação surgidas das atividades subsidiárias da prospecção de metais e pedras preciosas e do apresamento de indígenas. À rápida regressão econômica provocada pelo esgotamento das lavras, corresponde a “fixação generalizada do paulista ao solo, em seguida ao fim dos ciclos bandeirantes, no século XVIII, [que] fez com que se espraiasse pela capitania, até os limites do povoamento, uma população geralmente marcada pelas características acima definidas [e que veremos logo adiante]. Um lençol de cultura caipira, com variações locais, que abrangia partes das capitanias de Minas, Goiás e mesmo Mato Grosso” (Candido, 2001b, p. 103). Segundo ele, condicionados pelo intenso e incessante fenômeno de mobilidade promovido pelos bandeirantes, cristalizaram-se princípios organizatórios da vida social e cultura caipira nucleados em torno de unidades de povoamento razoavelmente estáveis e relativamente dispersas, isoladas e autárquicas, nas quais imperaram a adaptação humana às condições e recursos ambientais (por meio, sobretudo, da incorporação de conhecimentos e técnicas de grupos indígenas que povoavam a região), a prevalência da pequena propriedade e do sistema econômico fechado e voltado quase exclusivamente à subsistência, a centralidade das relações familiares e do parentesco (efetivo ou simbólico) e a importância integrativa das formas espontâneas de auxílio vicinal coletivo e das atividades lúdico-religiosas.

Não é por outra razão que em “A vida familiar do caipira”, tese subsidiária apresentada pelo autor para a obtenção do título de doutorado, ao esmiuçar a composição interna e os códigos de conduta que definem a “família caipira”, Candido declare que a expressão indica “uma modalidade de organização familiar que entronca diretamente no tipo chamado patriarcal, desenvolvida no Brasil nos tempos da Colônia” e reivindica a ocorrência de “padrões [que] são essencialmente os mesmos registrados por viajantes e estudiosos para a família patriarcal, variando naturalmente conforme o papel que desempenham no processo de produção, pois ele condiciona formas diferentes de participação cultural. Num e noutro caso, com efeito, a família desempenha função econômica importante; mas a organização

do trabalho, a distribuição dos bens e o papel na vida política variam sensivelmente de um para outro” (Candido, 2001c, p. 288 – grifo do autor). Embora certas práticas culturais estivessem desgastadas ou em vias de tornarem-se obsoletas à época da condução da pesquisa de campo, em decorrência das transformações desencadeadas pelo processo de modernização, Candido identifica a centralidade da família nuclear, erigida sobre a autoridade praticamente inconteste e por uma inflexível hierarquia do pater famílias sobre os demais membros, cujas distâncias são marcadas por deferências, formas de tratamento cristalizadas e um senso estreito de honra doméstica, e a grande importância das obrigações recíprocas garantidas pelo compadresco (a “afinidade espiritual dos compadres”) e do compadrio (a sua contraparte efetiva).

Em que pese, contudo, a proeminência da família nuclear monogâmica entre os “lavradores humildes”, a “unidade por excelência” ou “estrutura fundamental” da sociabilidade do homem rústico se sedimenta em torno do bairro rural, definido como o “agrupamento de algumas ou muitas famílias, mais ou menos vinculadas pelo sentimento de localidade, pela convivência, pelas práticas de auxílio mútuo e pelas atividades lúdico-religiosas” (2001b, p. 81). É o sentimento de localidade, e não a proximidade territorial, que define os seus limites e os seus moradores, periodicamente reafirmado em ocasiões de conagração coletivo – em especial, de um lado, o mutirão e as formas espontâneas de auxílio vicinal e, de outro, o calendário de festejos e atividades lúdico-religiosas.

* * *

São poucos, a rigor, os estudos científicos³³⁶ dedicados à análise dos desclassificados sociais – os homens livres pobres na ordem escravocrata. Ao focar esse segmento social, Candido não deixou de dialogar de perto com as indicações de Oliveira Vianna a respeito da “função política das plebes rurais”, tal como manifestada em *Populações Meridionais do Brasil* e, em particular, as análises de Caio Prado Junior sobre o papel desempenhado pela “camada intermediária” registradas em *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia* (1941).

No capítulo “Função política da plebe rural”, Oliveira Vianna enfatiza a origem mestiça desse segmento – ou, mais precisamente, apenas os “mestiços inferiores” -, “oriundos do cruzamento de tipos

³³⁶ Na constatação de Laura de Mello e Souza: “Objeto de estudo bastante problemático, não costuma povoar as preocupações dos nossos pesquisadores. Excetuando-se o período republicano – cujos estudiosos se voltam cada vez mais para a história da classe operária nacional -, torna-se difícil reunir títulos que tratem especificamente das populações pobres. O grande marco neste assunto continua sendo *Homens livres na ordem escravocrata*, de Maria Sylvia de Carvalho Franco, estudo magistral sobre os homens livres do Vale do Paraíba nas suas relações com o poder e com a economia mercantil. E para frisar o atraso que apresentamos neste campo, é preciso não esquecer que foi Caio Prado Jr. quem até hoje – tendo-se passado quase 40 anos – melhor colocou o problema do papel da ‘camada intermediária’ na nossa história” (Mello e Souza, 1982, p. 15).

étnicos menos ricamente providos de qualidades eugênicas”, de “nenhum valor próprio” e de importância economicamente secundária, vivendo de modo instável e nômade, sob o resguardo da “desocupação, [d]a ociosidade e [d]a vagabundagem”, inaptos às tarefas que exigem disciplina e regularidade. Seus integrantes, segundo o autor, são arregimentados preferencialmente para os confrontos e rivalidades entre clãs senhoriais. Como forma de se proteger, em segurança e tranquilidade, da “anarquia branca” (isto é, do caráter arbitrário e faccioso do aparato administrativo e jurídico, incapazes de assegurar “aos moradores a integridade e intangibilidade do seu patrimônio jurídico” [Vianna, 1987, 134], dos desmandos de autoridades de alta patente, como também de conflitos violentos com os demais grupos étnicos “inferiores”) que domina, “de alto a baixo, desde os primeiros séculos, toda a sociedade rural” (*Idem*, p. 134), seus integrantes se abrigam à sombra dos poderosos, devendo-lhes fidelidade e obediência, única “forma militante da solidariedade social em nosso povo” (*Idem*, p. 145).

Em 1942, com a publicação de *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*, Caio Prado Junior dava sequência ao programa de estudos da história da formação política e social do país a partir do esquema conceitual e metodológico marxista inaugurado com *Evolução política do Brasil* (1933). Desdobramento do processo de expansão ultramarina europeia, a conquista e ocupação do território brasileiro assumiu o sentido de uma colônia de exploração, destinada a fornecer, com base na produção monocultora em larga escala e com o auxílio do trabalho compulsório escravo, produtos primários tropicais e minerais visando ao abastecimento do mercado externo.

Reverberando em praticamente todas as dimensões da vida social da colônia (dos investimentos e modelo econômicos à composição da estrutura social, da organização política às formas culturais), a lógica meramente mercantil que presidiu a colonização e a ocupação do país engendrou um modelo de estratificação social marcado pela existência de três camadas sociais, sobrepostas da seguinte maneira: no topo superior da hierarquia, os grandes proprietários rurais, pequena minoria de abastados senhores de engenho e de fazendas, “dirigentes da colonização nos seus vários setores”; no extremo oposto, a multidão de escravos, “a massa trabalhadora”. Entre ambas - “categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização” (Prado Júnior, 1999, p. 281) -, “comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação nenhuma” (*Idem*, p. 281), subcategoria intersticial subdividida em três partes: “os que vegetam miseravelmente nalgum canto mais ou menos remoto e apartado da civilização, mantendo-se ao deus-dará, embrutecidos e moralmente degradados” (*Idem*, p.282); os que “se encostam a algum senhor poderoso e em troca de pequenos serviços (...) adquirem o direito de viver à sua sombra” (*Idem*, p.283); e a “casta numerosa dos vadios” (*Idem*, p. 283).

Em especial, os capítulos “Organização Social” e “Vida Social e Política”, do segmento “Vida Social”, apresentam considerações importantes para a questão que me interessa. Após indicar os efeitos

degradantes da retomada circunstancial da escravidão moderna, um “corpo estranho”, que “perdeu sua razão de ser”, destituído de lastro social e moral numa conjuntura histórica já guarnecida de “outras formas de trabalho mais evoluídas” (*Idem*, p.270), Caio Prado trata com minúcia das possibilidades de inserção social e das condições de vida do “setor imenso e inorgânico das populações desenraizadas” (*Idem*, p. 342). No ambiente socioeconômico atrofiado e sufocante constituído durante o período colonial, cuja produção encontrava-se orientada quase exclusivamente para o mercado externo, com exceção da “economia de subsistência”, a iniciativa em direção a “outras atividades de vulto” ficou inibida. Diante disso, são restritas as possibilidades de atuação da população liberta no incipiente mercado de trabalho colonial, fragilizado pela concorrência com as grandes unidades monocultoras, as quais solicitam extensos domínios territoriais e a onipresença do “poder absorvente da escravidão” (*Idem*, p. 278). Nas palavras do autor:

“Vimos as condições gerais em que se constitui aquela massa popular – a expressão não é exagerada -, que vive mais ou menos à margem da ordem social: a carência de ocupações normais e estáveis capazes de absorver, fixar e dar uma base segura de vida à grande maioria da população livre da colônia. Esta situação tem causas profundas, de que vimos a principal mais saliente e imediata: a escravidão, que desloca os indivíduos livres da maior parte das atividades e os força para situações em que a ociosidade e o crime se tornam imposições fatais. Mas, alia-se, para o mesmo efeito, outro fator que se associa aliás intimamente a ela: o sistema econômico da produção colonial. No ambiente asfíxiante da grande lavoura, vimo-lo noutra capítulo, não sobra lugar para outras atividades de vulto. O que não é produção em larga escala de alguns gêneros de grande expressão comercial e destinados à exportação, é fatalmente relegado a um segundo plano mesquinho e miserável. Não oferece, e não pode oferecer campo para atividades remuneradoras e de nível elevado. E assim, todo aquele que se conserva fora daquele estreito círculo traçado pela grande lavoura, e são quase todos além do senhor e seu escravo, não encontra pela frente expectativa alguma” (*Idem*, p. 285).

Em descompasso com o crescimento populacional dessa camada intermediária, sempre à mercê dos arrancos e da duração do intervalo de prosperidade dos sucessivos ciclos econômicos postos em movimento no período colonial, sem alternativas de inserção profissional, prostrados diante do desprezo às atividades manuais, associadas ao trabalho servil não restavam aos seus integrantes senão a execução de ofícios que, por razões diversas, fossem interditados aos escravos ou, então, a arregimentação por potentados para as milícias particulares³³⁷. De acordo com o diagnóstico apresentado por Caio Prado:

³³⁷ Segundo Caio Prado: “É entre estes desclassificados que se recrutam os bandos turbulentos que infestam os sertões, e ao abrigo de uma autoridade pública distante ou fraca hostilizam e depredam as populações sedentárias e pacatas; ou pondo-se a serviço de poderosos e mandões locais, servem os seus caprichos e ambições nas lutas de campanário que eles entre si sustentam” (*Idem*, p. 284). O autor não considera tal situação como inteiramente

“Nessas condições, não é de admirar que tão pequena margem de ocupações dignas se destine ao homem livre. Se não é ou não pode ser proprietário ou fazendeiro, senhor de engenho ou lavrador, não lhe sobraram senão algumas raras ocupações rurais – feitor, mestre de engenhos, etc.; algum ofício mecânico que a escravidão não monopolizou e que não se torna indigno dele pela brancura excessiva de sua pele; as funções públicas, se, pelo contrário, for suficientemente branco; as armas ou o negócio, negociante propriamente ou caixeiro. Nesta última profissão, ainda esbarra com outra restrição: o comércio é privilégio dos ‘reinóis’, os nascidos no Reino. Os naturais da colônia encontram aí as portas fechadas, não por determinações legais ou preconceitos de qualquer natureza, mas por um uso estabelecido de longa data, e ciosamente guardado pelos primeiros instalados, justamente os reinóis, que por convenção tácita, mas rigorosa, conservam para si e para seus patrícios um monopólio de fato” (*Idem*, p. 279).

Ao contrário da solidez e coesão mantidas pela instituição social da escravidão, na qual senhor e escravo integram ambos “uma célula orgânica que é o clã patriarcal” (*Idem*, p.342), a respeito do “setor imenso e inorgânico de populações desenraizadas, flutuando sem base em torno da sociedade colonial organizada” sequer “se pode em ao menos falar em ‘estrutura’ social, porque é a instabilidade e incoerência que a caracterizam, tendendo em todos os casos para estas formas extremas de desagregação social tão salientes e características da vida brasileira, e que notei em outro capítulo: a vadiagem e a caboclicização” (*Idem*, p.344)³³⁸.

Embora “The Brazilian family” reitere, praticamente com a mesma terminologia (“estrato social amorfo e anônimo”, “vagabundos e elementos desordeiros” [Candido, [1951] 1974b, p.12], “na periferia, graças à devassidão dos brancos e a sobrevivência da poligamia africana e indígena, [o abastardamento], deve ter sido a regra” [*Idem*, p.11]), as imagens depreciativas legadas por Caio Prado Junior e Oliveira Vianna sobre, respectivamente, a camada intermediária e a plebe rural, em *Os parceiros do Rio Bonito* Candido recupera positivamente a importância sociocultural e a dignidade humana do homem livre pobre, por meio da figura do caipira paulista.

perniciosa, uma vez que o recrutamento “canaliza sua natural turbulência e lhes dá um mínimo de organização e disciplina” (*Idem*, p. 284). Semelhante opinião é compartilhada por Oliveira Vianna. Segundo ele, “essa massa de mestiços ociosos e inúteis, que vemos pulular, como um transbordo das senzalas, nas terras dos latifundiários, tem agora à sua atividade uma aplicação superior [defesa do domínio e de seus arredores]. Dela é que vão sair os elementos combatentes, indispensáveis à defesa do domínio. O vadio das estradas, o caçador bandoleiro, o rixento, o brigão, o valente dos engenhos, é agora o seu guarda, o seu infante, o seu soldado. Sob a garantia de sua bravura, o labor agrícola se opera tranquilo e fecundo, construindo a riqueza e dando à aristocracia colonial a base de seu poder” (Vianna, 1987, p. 72).

³³⁸ Não se imagine, porém, que a avaliação do autor seja meramente negativa. Como destacam Dias (1989) e Ricupero (2000), serão justamente os homens livres e pobres, desvinculados das grandes unidades produtoras e envolvidos com a atividade econômica voltada para o mercado interno os agentes responsáveis pelos fundamentos da constituição de uma futura nacionalidade brasileira. Cf. Dias (1989) e Ricupero (2000).

Em particular, no capítulo “O caipira e sua cultura”, Candido retifica, ponto a ponto, as declarações e juízos emitidos por ambos a partir de uma série de inversões sistemáticas na imagem então prevalecente sobre o homem rural do país. Contrastando o perfil moral e os padrões organizatórios e comportamentais da “aristocracia rural” e das “camadas plebeias” no capítulo “Psicologia do tipo rural” de *Populações Meridionais do Brasil*, Oliveira Vianna ajuíza que enquanto a primeira constitui “ainda hoje o melhor de nosso caráter”, o “centro de polarização dos elementos arianos da nacionalidade”, refletindo em seus “sentimentos e volições, nas suas tendências e aspirações” qualidades e virtudes herdadas da “alma peninsular” e preservadas pela ação conjugada de alianças matrimoniais endogâmicas e o conformismo moral asseguradas pelo meio rural, as últimas se caracterizam por uma “desorganização sensível na moralidade”, por conta da “profusa mistura de sangue bárbaros” (Vianna, 1987, pp. 47-49).

Admitindo ser “tarefa difícil por delicada e sutil, discriminar todas as particularidades atributivas que diferenciam a mentalidade do homem da cidade da mentalidade do homem do campo – o city-folk do country-folk, ou melhor, o cidadão daquilo que a ironia urbana, trocando os homens de pura formação rural, chama o tabaréu, o caipira, o matuto” (*Idem*, p. 50), identifica que as principais qualidades de caráter disseminadas entre os homens do campo – a saber, a probidade, a respeitabilidade, a independência moral e a fidelidade à palavra dada, - só “fulgem com brilho inconfundível” entre a nobreza agrária, sendo desconhecido ou, ao menos, não praticado o sentimento de respeitabilidade pela massa da população rural. No mesmo sentido, os padrões de casamento e a estrutura familiar se distinguem radicalmente entre ambos: nos grupos superiores predomina uma estrutura familiar estável, baseada na conjugalidade e na organização à maneira cesarista, sob o domínio irrestrito do pater famílias; nas classes inferiores, imperam a mancebia, a ligação transitória e a poliandria difusas, fatores de instabilidade que incidem diretamente sobre a autoridade do progenitor.

Não me parecem aleatórias as considerações de Candido sobre a conduta e perfil do caipira paulista expostas na primeira parte do estudo. Ao ressaltar, no capítulo “Rusticidade e economia fechada”, os mecanismos de assimilação e aculturação envolvendo o conquistador português e os diversos grupos e etnias indígenas locais, refletidos em aspectos da cultura materiais (padrões habitacionais, vestuário, utensílios domésticos e de trabalho e lazer) e padrão de povoamento (baseado, como vimos, no isolamento e dispersão), Candido não perde a oportunidade de tecer considerações sobre o caráter do caipira paulista, marcado pela “esquivança”, “laconismo” e “rusticidade”, “fixados na tradição pelas impressões de administradores, viajantes e memorialistas”. (Candido, 2001b, p. 53). Em lugar, porém, de explicar a vigência de tais traços comportamentais a partir de aspectos raciais ou de psicologia social, defende que eles se originam no “próprio tipo de economia e povoamento, que ilhava as choupanas e os bairros pela agricultura itinerante de subsistência” (*Idem*, p. 55).

Contrariamente à dependência material e clientelística da plebe rural em relação aos grandes proprietários, Candido sustenta que o caipira paulista dispunha de liberdade para se deslocar para a vastidão quase ilimitada de novas áreas despovoadas e cultiváveis tão logo as condições do solo tornavam-se imprestáveis. Em rechaço explícito às formulações de Oliveira Vianna acerca da independência do grande domínio rural e do fazendeiro, Candido reivindicava que “o sentido sociológico de autarquia-econômico-social não deve, porém, ser buscado, no latifúndio, largamente aberto às influências externas, graças à sua própria situação de estrutura-líder: e sim no bairro caipira, nas unidades fundamentais do povoamento, da cultura e da sociabilidade, inteiramente voltadas sobre si mesmas” (*Idem*, p. 106). E, a respeito do caipira, constatava: “Esse caçador subnutrido, senhor do seu destino graças à independência precária da miséria, refugou o enquadramento do salário e do patrão, como eles lhe foram apresentados em moldes traçados para o trabalho servil. O escravo e o colono europeu foram chamados, sucessivamente, a desempenhar o papel que ele não pôde, não soube ou não quis encarnar” (*Idem*, p. 107).

Longe de se restringir, porém, a uma discussão de ordem teórico-metodológica, transparece nas páginas finais da “Conclusão” da tese uma simpatia profunda quicá decorrente da solidariedade intraclasses de um membro de setores tradicionais empobrecidos preocupado com o destino social dos despossuídos. Não se pode descartar ou esquecer o reflexo da experiência social e familiar do autor na compreensão desse processo. Embora os dados disponíveis sejam insuficientes para se aprofundar com completa segurança, há indícios que parte da descendência dos Mello e Souza sofreu um lento e irreversível processo de decadência econômica, possivelmente arruinada pela ação conjugada das sucessivas partilhas da propriedade fundiária entre a numerosa descendência, da inapetência da ou desinteresse pela gestão administrativa dos assuntos da fazenda e da concorrência comercial de municípios circunvizinhos³³⁹. Em narrativa memorialística já mencionada, a filha de Antonio Candido, Ana Luiza Escorel revela que as terras herdadas por Aristides de Mello e Souza – 200 alqueires localizados na intersecção das Fazendas Palmital e Santa Maria³⁴⁰ - foi arrendada, em 1940, por dez anos a um sobrinho para a compra de 60% do valor de um casarão em Poços de Caldas, onde ele se estabeleceu, deixando para trás em definitivo o projeto de se estabelecer no Rio de Janeiro. Sua súbita morte, porém, agravou o progressivo retrocesso material e o rebaixamento social enfrentados pela família, e a viúva e os filhos mais velhos pediram

³³⁹ Conforme Pádua informa: “A partir de 1920, e especialmente a partir de 1930, a pecuária, baseada na engorda de bois, começa a desativar-se dentro do município. A concorrência com outros centros que possuíam maiores vias de comunicação com os mercados consumidores foi um dos fatores que contribuíram para isto. De Cássia, o gado ainda era levado até Três Corações [MG], tocando as boiadas, caminhando pelas estradas, perdendo peso e percorrendo uma grande distância” (Pádua, 1988, p. 72). E ainda: “No final da década de 1920, a instalação de um frigorífico na cidade de Barretos contribuiu ainda para enfraquecer a lucratividade da pecuária de corte no município. Tornou-se difícil a concorrência do boi engordado em Cássia com aquele de regiões mais próximas a Barretos: a viagem das boiadas demorava por volta de dez dias, o que fazia o gado perder peso” (*Idem*, p. 77).

³⁴⁰ Informação conferida com Antonio Candido em entrevista realizada em 15 de agosto de 2013.

dinheiro emprestado a um parente em melhores condições financeiras para saldar a dívida contraída, a qual viria a ser quitada, após alguns anos, com a venda em definitivo da fazenda arrendada.

Em fins de 1955, quase concomitantemente à data de defesa da tese, a Fazenda da Prata, com a construção da Usina Hidrelétrica de Peixotos³⁴¹ (depois Mascarenhas de Moraes), foi inundada, submergindo a sede, as benfeitorias, as pastagens, as plantações e os animais. Iniciada nos primeiros anos da década de 1950, com a obtenção de concessão federal para a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL), a instalação da usina provocou a desapropriação de extensas porções de propriedades rurais nos municípios de Ibiraci, Passos, Cássia e Delfinópolis (o mais afetado), atingindo ribeirinhos do Rio Grande, grandes proprietários e sitiantes das regiões circunvizinhas³⁴².

À progressiva desativação das principais fazendas da região, se avoluma o êxodo de trabalhadores rurais para o núcleo urbano do município. Como lembra Pádua, em estudo sobre o processo de construção da identidade coletiva dos moradores da Vila Dr. Gaspar, bairro criado em Cássia na década de setenta,

“[...] muitos deles [siantes e agregados], após perderem seu pedaço de terra, passam a procurar a cidade, ocupando seus espaços periféricos (bairros) e fundos de horta. Na cidade, voltariam ao campo primeiro como ‘camaradas’, depois como volantes. Lavradores sem terra, sem lugar nas fazendas, pobres, até hoje continuam perambulando entre o campo e a cidade, em busca de trabalho. São eles os principais responsáveis pelo crescimento da periferia das cidades da região e também os principais ofertantes de serviços subalternos urbanos e rurais” (Pádua, 1988, p. 49).

Além disso, ao manter no título da tese o topônimo original do município de Bofete, Candido deixa transparecer sua atitude diante do traumático e vertiginoso avanço do processo de modernização, ameaçando cada vez mais o estilo de vida quase que absolutamente autárquico dos bairros rurais – não fosse a necessidade de “sal, religião e justiça” e as intermitentes transações comerciais dos produtos agrícolas excedentes³⁴³. Em “O caipira em face da civilização urbana”, Candido reivindica a urgência de planejamento racionalmente orientado que conduza, senão a assimilação, ao menos a acomodação satisfatória do caipira paulista aos padrões de sociabilidade propostos pela civilização urbana. Caso

³⁴¹ A Usina Hidrelétrica de Peixotos foi inaugurada oficialmente em 29 de abril de 1957

³⁴² É possível acompanhar nas páginas do jornal *A Vanguarda*, entre os anos de 1952 a 1957, o desenrolar dos fatos em reportagens, editoriais e cartas-abertas. De modo geral, as queixas recaíram sobre, de um lado, a convicção que os quilowatts de energia gerados beneficiariam o estado de São Paulo, e, de outro, o valor irrisório da indenização proposto pela CPFL aos prejudicados. Cf. *A vanguarda* (1952;1953;1954; 1955; 1956 e 1957).

³⁴³ “Diz o Florestan que foi ele que me sugeriu o [título] atual [inicialmente “Persistência e Mudança”], mas é confusão dele. Lembro perfeitamente o momento em que percebi o partido que poderia tirar da ambiguidade da palavra ‘parceiro’, que é quem trabalha segundo o sistema de parceira, mas é também ‘companheiro’, ‘associado’. Rio Bonito era o nome antigo de Bofete e *Os parceiros do Rio Bonito* é sugestivo, com um ar literário do tipo ‘Os cavaleiros da Távola Redonda’. Além disso era costume dos antropólogos mudarem o nome dos lugares que estudavam” (Candido *apud* Jackson, 2002, p. 142).

contrário, “a urbanização do campo se processará cada vez mais como um vasto traumatismo cultural e social, em que a fome e a anomia continuarão a rondar o seu velho conhecido” (Candido, 2001b, p. 281). É de supor, pelo que se depreende da exposição do texto, que o autor defenda a possibilidade de aplicação prática, por parte dos poderes públicos, dos conhecimentos obtidos pela investigação sociológica – designando tal iniciativa “de política rural baseada cientificamente”, com vistas a amparar os grupos caipiras afetados pelo processo de modernização, garantindo-lhe as condições necessárias para lidar com a transição de modo menos traumático: “Aqui chegando, o sociólogo, que analisou a realidade com os recursos metódicos de quem visa resultados objetivos, cede forçosamente a palavra ao político, ao administrador, e mesmo ao reformador social que jaz latente em todo verdadeiro estudioso das sociedades modernas – voltando-se para soluções que limpem o horizonte carregado do homem rústico” (*Idem*, p. 280).

Para tanto, evoca, ainda que, é preciso dizê-lo, de forma genérica e imprecisa³⁴⁴, a necessidade de se “cogitar no problema da reforma agrária”, tendo em vista a injustificada utilidade pública ou privada do grande latifúndio, a que se alinha um argumento de ordem moral, que sustenta a importância de se garantir certos direitos sociais inalienáveis a todos os segmentos da população, a partir do conceito de “bens incompreensíveis” (isto é, “que não podem ser negados a ninguém”: “a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc.”)³⁴⁵ forjado pelo padre dominicano francês Louis-Joseph Lebret (1897-1966), responsável pela criação do centro de pesquisas e debates teóricos “Economia e Humanismo” e autor prolífico nas áreas de economia, sociologia e doutrina religiosa³⁴⁶.

³⁴⁴ É possível que a maneira algo elusiva com que o assunto é tratado no texto da tese deva-se às exigências de cientificidade e rigor teórico-metodológico que imperavam no meio acadêmico uspiano, restando os ardores políticos do autor.

³⁴⁵ Anos depois, em conferência pronunciada em curso organizado pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, da qual se originou o ensaio “O direito à literatura”, Candido retoma a distinção entre “bens compreensíveis” e “bens incompreensíveis”, para defender o direito à fruição da arte e da literatura, dado o caráter humanizador de ambas. Cf. Candido (1995e).

³⁴⁶ Em entrevista, Candido esclarece: “Em 1947 o Aziz Simão e eu nos aproximamos dos dominicanos. Fiquei amigo do Padre Lebret e participei um pouco do movimento Economia e Humanismo. O padre Lebret nos disse naquela ocasião uma coisa que calou fundo em mim: ‘O futuro da humanidade está nas mãos dos socialistas independentes e dos cristãos convertidos ao cristianismo...’ Ele fez em São Paulo notáveis palestras sobre o movimento operário e as teorias políticas, para chegar à explicação da sua, que era uma espécie de socialismo cristão” (Candido *apud* Azevedo; Maués, 1997c, p. 42). Em artigo a respeito do criador da Livraria Duas Cidades, Massi comenta que o primeiro encontro entre Candido e Lebret “se deu em junho de 1947, quando o dominicano francês, a convite da Escola de Sociologia e Política de São Paulo para ministrar uma série de palestras, manifestou o desejo de conhecer pessoas próximas ao pensamento socialista. Antonio Candido e Aziz Simão foram ao convento dos dominicanos, na rua Caiuby, 126, nas Perdizes” (Massi, 2012, p. 29). Ainda segundo o autor, Lebret voltou anos depois a São Paulo, a convite do governador Lucas Nogueira Garcez, onde permaneceu entre 1952 e 1958, influenciando entre outros Alceu Amoroso Lima, D. Hélder Câmara, André Franco Montoro e Plínio de Arruda Sampaio” (*Idem*, p. 29).

É bastante razoável supor que a “afetividade socialista” ou o “radicalismo de esquerda”³⁴⁷ do autor se insinuaram na decisão de investir num estudo sobre a “tradição esquecida” do caipira paulista. De acordo com a bibliografia disponível sobre o assunto, as diretrizes do projeto agrário defendido pelo núcleo paulista do PSB no decorrer de meados da década de 1940 até 1964 baseou-se, em suas linhas gerais, em formulações programáticas contidas em documento redigido em fins de 1948 pelo militante Fúlvio Abramo. Apresentado à “Convenção Estadual do Partido Socialista Brasileiro”, em setembro daquele ano, “Contribuição para o estudo das posições socialistas em torno da Questão Agrária” proclamava o estabelecimento de “medidas imediatas” que deveriam ser transformadas em projetos de lei e que lutavam pela extensão de direitos trabalhistas aos trabalhadores do campo, garantindo o estabelecimento de horário da jornada de trabalho e férias remuneradas; estímulo à organização de associações rurais, com a sindicalização livre de ônus (imposto sindical), na base regional e com preferência para o modelo cooperativo; limitação da área da propriedade rural dos grandes proprietários às suas possibilidades imediatas de exploração e devolução do resto às cooperativas de trabalhadores usufrutuários; eliminação de intermediário particular; criação de um Banco Rural Central e de agências em todas as regiões do país; criação de código de higiene e código de terra.

Na avaliação do problema, Candido condena a improdutividade econômica do latifúndio ao mesmo tempo em que exalta um certo comunitarismo de fundo cristão, alinhando-se, ao que parece, à uma certa sensibilidade anticapitalista de origem romântica, influente na tradição intelectual marxista. Conforme Löwy e Sayre (1995) revelam, nos escritos de Marx e alguns de seus seguidores (Rosa Luxemburgo e György Lukács) tal visão de mundo se caracteriza por uma crítica mais ou menos radical da civilização industrial-burguesa e as marcas dessa influência respondem por uma preocupação acentuada com a degradação da natureza, o desenraizamento social e cultural, a quantificação e mecanização do mundo, a dissolução dos vínculos sociais e o desencantamento do mundo.

* * *

Após essa longa – e, espero, produtiva – digressão por parte substantiva da obra sociológica de Candido, retomo a leitura de “Dialética da malandragem”, a fim de espreitar a importância dos postulados acima delineados na compreensão dos padrões de relacionamento interpessoal transfigurados ficcionalmente no romance de Manuel Antonio de Almeida. Embora não configurem uma totalidade, como reclama Schwarz, as diversas observações do ensaio que remetem à experiência social e histórica do

³⁴⁷ Cf. Jackson (2002).

Brasil oitocentista evocam e, ao mesmo tempo, cristalizam os conhecimentos adquiridos pelo autor a respeito da sociabilidade dos homens livres pobres no país.

Ao restringir o entrecho às descrições das ações de “um tipo de gente livre e modesta, que hoje chamaríamos pequena burguesia” (Candido, 1993g, p. 31), o ângulo e a matéria-prima do romance recaem justamente sobre a “camada intermediária” ou “plebe rural”- ainda que, nesse caso, já assentada no meio urbano fluminense do começo do século XIX. Impossibilitados pela rígida e excludente divisão de trabalho então vigente, que impedia sua integração aos setores produtivos senão de forma assistemática e esporádica, não restavam alternativas aos “poucos livres [que] trabalhavam” e “outros [que] flauteavam ao Deus dará” que não fossem colher “as sobras do parasitismo, dos expedientes, das munificências, da sorte ou do roubo miúdo” (*Idem*, p. 45). Não encontrando um mercado de trabalho livre plenamente constituído na organização econômica do país, permanecendo numa posição intermediária entre os grandes proprietários e a massa de escravos, em consequência das principais características do sistema produtivo, os homens livres pobres constituíam um contingente populacional virtualmente descartável – seja pela impossibilidade de concorrer com o afluxo constante da mão de obra escrava até, ao menos, 1850, seja pela autossuficiência dos grandes domínios rurais.

Nas palavras de Candido:

“Na limpidez transparente do seu universo sem culpa, entrevemos o contorno de uma terra sem males definitivos ou irremediáveis, regida por uma encantadora neutralidade moral. Lá não se trabalha, não se passa necessidade, tudo se remedeia. **Na sociedade parasitária e indolente, que era a dos homens livres do Brasil de então, haveria muito disto, graças à brutalidade do trabalho escravo, que o autor elide junto com outras formas de violência**” (*Idem*, p. 54 – grifos nossos).

Por outro lado, degradado e estigmatizado pela associação e proximidade com a condição servil, o regime de trabalho metódico e sistemático não atraía o interesse e a atenção dos homens livres pobres, que, desencorajados ou então decididos a não adotar uma ética valorativa do trabalho que pouco a pouco se implantava no país, preferiam, enquanto perdurassem as condições mínimas requeridas para garantir sua própria subsistência, dedicar-se à prestação de serviços ocasionais e intermitentes, não se submetendo à rigorosa disciplina imposta pela jornada extenuante de exploração da mão de obra numa sociedade assentada sobre a escravidão. Daí a diferença crucial, apontada por Candido, do protagonista com a tradição picaresca espanhola, na qual o pícaro assume, via de regra, a condição de escravo. Ao contrário deste, e apesar da origem humilde, Leonardo Filho não tem necessidade de ganhar a vida, por ser “abrigado da adversidade material” pelo Padrinho, que se ofende “quando a Madrinha sugere que lhe mande ensinar um ofício manual” (*Idem*, p. 23).

Amparado pelas relações de compadrio, as quais, ao mesmo tempo, lhe garantem o sustento material e lhe conferem proteção e apoio, Leonardo Filho recorre, sempre que necessário, às obrigações

contraídas por seus “pais espirituais” para socorrer-se em suas enrascadas e contratempos. Nessa perspectiva, o gráfico ilustrativo, presente no corpo do ensaio³⁴⁸, destinado a rastrear o cabo-de-força existencial que arrasta o protagonista do romance, de forma continuada, para os hemisférios positivo da ordem e negativo da desordem, suprimido da versão do ensaio incluída em *O discurso e a cidade*, e possivelmente uma “homenagem” ao espírito e às “exigências” do estruturalismo³⁴⁹, permite também identificar a extensão e a capilaridade do compadrio - Leonardo Filho é uma espécie de ego a partir do qual se articulam os laços de descendência e aliança que giram ao seu redor -, mecanismo através do qual opera um extenso sistema de trocas materiais e de serviços³⁵⁰.

Esparsas, mas significativas, as indicações sociológicas espalhadas ao longo do ensaio se subordinam ao princípio estrutural da “ordem e desordem” que as alinhava e lhes confere sentido –

“[...] essa organização bruxuleante fissurada pela anomia, que se traduz na dança dos personagens entre lícito e ilícito, sem que possamos afinal dizer o que é um e o que é o outro, porque todos acabam circulando de um para outro com uma naturalidade que lembra o modo de formação das famílias, dos prestígios, das fortunas, das reputações, no Brasil urbano da primeira metade do século XIX” (*Idem*, p. 45).

Antes, porém, de avançar por essa questão, gostaria de recuperar um aspecto do debate realizado por Mariza Corrêa no contundente ensaio “Repensando a família patriarcal brasileira” (1994). Com o objetivo de contestar a primazia e o exclusivismo conferidos, entre os principais estudos sobre a família no Brasil, ao modelo ideal dominante da “família patriarcal”, apesar da extensa variedade - e mesmo predomínio - de formas de organização alternativas, a autora, na tentativa de “sugerir a existência de um panorama mais rico”, reavalia, criticamente, os pressupostos infusos no retrato delineado pelos “textos principais da literatura sobre família no Brasil” (Corrêa, 1994, p. 18)³⁵¹.

Para tanto, seleciona para uma “cuidadosa análise ‘interna’”, as obras de Gilberto Freyre, “especialmente *Casa-Grande & Senzala* (1933) e o ensaio (ainda clássico) de Antonio Candido, ‘The Brazilian Family’ (1951)” (*Idem*, p. 18). Em sua opinião, ambos compartilham a “ilusão” de que “o estudo da forma de organização familiar do modelo dominante numa determinada época ou lugar, possa substituir-se à história das formas de organização familiar da sociedade brasileira” (*Idem*, p. 19). Ao exorbitarem a extensão territorial e temporal da

³⁴⁸ Bem entendido, presente na versão original, estampada na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (IEB), e republicado em, pelo menos, duas outras ocasiões: na edição crítica das *Memórias de um sargento de milícias*, elaborada por Cecília de Lara (1978); e no volume *Conhecimento, linguagem e ideologia*, organizado por Marcelo Dascal (1989).

³⁴⁹ Cf. Schwarz, 1997, p. 148.

³⁵⁰ Sobre o assunto, ver Arantes Neto (1975).

³⁵¹ Para um balanço bibliográfico sobre o tema, ver, entre outros, Fukui (1986) e Mesquita (1989a; 1989b; 2003).

“[...] forma familiar vigente entre as camadas ‘senhoriais’”, ambos incorrem, indistintamente, num mesmo equívoco: o contraste entre essa sociedade multifacetada [descrita pela autora, páginas antes, em suas grandes linhas e nos aspectos que interessam ao seu argumento], móvel, flexível e dispersa, e a tentativa de acomodá-la dentro dos estreitos limites do engenho ou da fazenda: lugares privilegiados do nascimento da sociedade brasileira” (*Idem*, p. 24).

Assentado num padrão dualista, cindido entre o “núcleo familiar onde imperava o patriarca e uma massa anônima totalmente entregue ao reino da natureza, sem qualquer norma cultural a regê-la”, o modelo proposto por Candido, diz a autora, convalida a ideia de que a “sociedade colonial brasileira pudesse ser equiparada a uma ‘sociedade primitiva’, sem Estado [...]” (*Idem*, p.25). Daí a possibilidade de se concluir que, para Candido, os habitantes do Brasil colonial “que não viviam dentro ou em volta da casa grande” estariam sujeitos à “inexistência de qualquer tipo de norma de comportamento [...]” (*Idem*, p.25)³⁵². Na opinião de Corrêa, ao conferir importância exagerada ao núcleo familiar na organização da sociedade brasileira do período, Candido atenua a influência do aparelho estatal na constituição da ordem social.

Com efeito, Candido sustenta, ainda que não explicitamente, em “The Brazilian Family” a fragilidade da implantação do aparelho estatal no país no decorrer do período colonial, suplantado pelo poderio e influência adquiridos pela família patriarcal e pelos grandes domínios rurais. Em sua opinião, “pode-se dizer que ela [família patriarcal] constituiu a organização fundamental do período colonial [...], dividida em duas partes: a familiar e a não-familiar” (Candido, [1951] 1974b, p. 14). Em outras palavras:

“A estrutura da família patriarcal e a mentalidade nela formada constituíram então, durante quase três séculos, poucos pontos de apoio sobre os quais se sustentavam as bases de nossa civilização. A estrutura do tipo romano era uma organização necessária a fim de erguer e pôr em ação uma força centrípeta que reagrupasse e harmonizasse todas as particularidades e todas as discordâncias, revelando surpreendente poder de adaptação para envolver e prender em seus tentáculos não só os membros da família mas todos os tipos de agregados e a turbulenta senzala de africanos. Era um instrumento de disciplina que produzia a ordem que não se teria estabelecido no caos de um povo em formação, sem estas poderosas instituições automaticamente centralizadas” (*Idem*, p. 15).

É inegável que Candido segue de perto duas das diretrizes básicas das principais obras escritas por Oliveira Vianna nos anos vinte e por Gilberto Freyre na década seguinte: de um lado, a precedência do

³⁵² Em entrevista a Jackson, Candido admite que “Mariza Corrêa diz com razão que eu trato da sociedade brasileira como se não houvesse Estado, só família [...]. Mas o Estado era forte e eu exagerei demais a importância da família. Chego a dizer que o Brasil pode ser dividido em família e não-família” (Candido *apud* Jackson, 2002, p.166).

núcleo familiar sobre o poder público, desempenhando múltiplas funções, as quais, a rigor, não estariam sob sua alçada; de outro, e o seu progressivo declínio – ou redução de funções – iniciado com a chegada da Corte real portuguesa ao Brasil, nos primeiros anos do século XIX.

Centrando o enfoque na “história íntima” da família patriarcal³⁵³, Freyre ressalta em *Casa-Grande & Senzala* a importância dela como o sustentáculo da organização social, “unidade colonizadora” ao longo do período colonial. Com efeito, em diversas passagens de seu amplo painel da formação da sociedade patriarcal, agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica e híbrida em sua composição social, o sociólogo de Pernambuco destaca o predomínio da esfera familiar sobre a organização da ordem pública. Encarnada na casa-grande, ela sobrepunha-se ao poder de Estado e da Igreja, ambas afrontados pelo senhor de engenho: “Vencido o jesuíta, o senhor de engenho ficou dominando a Colônia quase sozinho. O verdadeiro dono do Brasil. Mais do que os vice-reis e os bispos. A força concentrou-se nas mãos dos senhores rurais. Donos das terras. Donos dos homens. Donos das mulheres.” (Freyre, 1996, p. lvii). E, de forma mais enfática:

“A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistemas econômico, social e político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o bangüê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo da família, com capelão subordinado ao pater famílias, culto dos mortos, etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o tigre, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo)” (*Idem*, p. lviii).

Para concluir que a “família, não o indivíduo, nem tampouco o Estado nem nenhuma companhia de comércio, é desde o século XVI o grande fator colonizador no Brasil, a unidade produtiva, o capital que desbrava o solo, instala as fazendas, compra escravos, bois, ferramentas, a força social que se desdobra em política, constituindo-se na aristocracia colonial mais poderosa da América (*Idem*, p. 18).

Lançado em 1936, *Sobrados e Mucambos*, como esclarece seu subtítulo, investiga “a decadência do patriarcado rural e o desenvolvimento do urbano”, dando sequência ao estudo “de certos aspectos mais íntimos da história social da família brasileira” (Freyre, 1985, p. xxxviii), iniciado três anos antes com

³⁵³ “A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: de sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamos; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas credences da senzala. O estudo da história íntima de um povo tem alguma coisa de introspecção proustiana; os Goncourt já o chamavam ‘ce roman vrai’ [...] Nas casas-grandes foi até hoje onde melhor se exprimiu o caráter brasileiro; a nossa continuidade social. No estudo de sua história íntima despreza-se tudo o que a história política e militar nos oferece de empolgante por uma quase rotina de vida: mas dentro dessa rotina é que melhor se sente o caráter de um povo” (Freyre, 1996, p.lxv).

*Casa-Grande & Senzala*³⁵⁴. Levando a efeito uma análise detalhada das profundas transformações da “fisionomia da sociedade colonial” desencadeadas pelo processo de urbanização e pelo fortalecimento do poder central que se acelerou com a transferência da família real portuguesa e sua corte para Brasil, no começo do século XIX, o estudo acompanha o lento e inexorável declínio do prestígio do patriarcado rural, erodido tanto pela construção institucional de uma ordem pública cada vez menos privatista e mais permeável à interação, mobilidade e diferenciação social, à ascensão de novos agentes e setores profissionais liberais, quanto à modificação das relações humanas envolvendo o equilíbrio de forças entre o patriarca e o filho, a mulher e o homem, o brasileiro e o europeu. Nesse processo lento e sem rupturas radicais, mas antes acomodações e conciliações, pouco a pouco o aparelho estatal se afirma, beneficiando-se do apoio de setores ligados à comercialização e dos jovens bacharéis em direito.

No capítulo “Função simplificadora do grande domínio rural” de Populações meridionais do Brasil, Oliveira Vianna trata dos efeitos perversos da desmedida importância adquirida pela grande propriedade sobre o restante da organização social do Brasil colônia. Em decorrência da independência e da autossuficiência dos extensos domínios rurais uma “ação poderosa simplificadora” se irradia para toda a “estrutura das nossas populações rurais” (Vianna, 1987, p. 117), dificultando o desenvolvimento dos setores comercial (que se torna uma atividade secundária em face da independência e capacidade produtiva dos engenhos e grandes fazendas, impedindo a emergência de uma poderosa burguesia comercial), industrial (anulando a formação de fabricantes e artesãos dada a multiplicidade de ofícios e oficinas incorporadas ao domínio agrícola) e impedindo quaisquer formas de associativismo (corporações urbanas que se atrofiam e se tornam dependentes dos grandes latifúndios) que não se pautem pela organização familiar. Igualmente, a sua extensão e influencia provocam a atrofia das “classes” a ela subordinadas – os “operários agrícolas”, “foreiros”, “sitiantes” e “pequenos proprietários” – tornando-os, dependentes ou então, no limite, desnecessários.

Reflexo do predomínio do ruralismo e do grande latifúndio, “centro da gravitação do mundo colonial”, “com as suas leis e sua autonomia organizada” (*Idem*, p. 58), e destituída de “quadros sociais completos”; “classes sociais definidas”; “hierarquia social organizada”; “classe média”; “classe industrial”; “classe comercial”; “classes urbanas em geral” – “a nossa sociedade rural lembra um vasto e

³⁵⁴ Na introdução de *Casa-Grande & Senzala*, Freyre já anunciava a continuação do estudo: “O propósito de condensar num só volume todo o trabalho, não o consegui infelizmente realizar. O material esborrou, excedendo os limites razoáveis de um livro. Fica para um segundo estudo de outros aspectos do assunto – que aliás admite desenvolvimento ainda maior” (Freyre, 1988, p. lxxiii). No prefácio à 1ª edição de *Sobrados e Mucambos*, por seu turno, reafirma: “A tentativa de reconstituição e de interpretação de certos aspectos mais íntimos da história social da família brasileira, iniciada em trabalho anterior, é agora continuada, dentro do mesmo critério e da mesma técnica de estudo” (*Idem*, p. xxxviii). E: “Continuação de estudo já publicado, este ensaio resulta da mesma série de pesquisas. De modo que os andaimes foram os mesmos, não sendo preciso conservá-los todos em volta agora do desenvolvimento mais livre – porém de modo nenhum autônomo, e sim condicionado por aquelas bases – que tomou o assunto, em sua nova fase” (*Idem*, xlvii).

imponente edifício, em arcabouço incompleto, insólido, com os travejamentos mal ajustados e ainda sem pontos firmes de apoio” (*Idem*, p. 130). Nessas condições, sobreleva o domínio dos clãs rurais, cujo poderio privado não encontra limites e instituições sociais que lhe equiparem.

De acordo com o diagnóstico de Oliveira Vianna, a extrema descentralização e, ao mesmo tempo, a privatização do poder público, resultado da autarquia incontestada dos clãs rurais, imperavam até, pelo menos, o começo do século XVIII. É somente a partir da descoberta das minas de ouro que se coloca para a metrópole “o problema do acautelar o erário real, garantindo-lhe a exata safra dos diamantes e a segura arrecadação dos quintos de ouro” (*Idem*, p. 182). De maneira lenta, difícil e gradual, num processo cheio de idas e vindas, que se arrasta por, pelo menos, cento e cinquenta anos, a soberania do poder central avulta e se impõe (e cujo apogeu deu-se ao longo do Segundo Império, após o qual sobrevém a instabilidade republicana), restringindo com isso a altiva independência dos potentados territoriais locais, por meio de intervenções militares e pela promulgação de medidas legais e administrativas que retiraram das mãos deles a grande maioria das funções legislativas e repressivas³⁵⁵.

Ora, a alternância displicente e tolerante entre o terreno do lícito e do ilícito somente seria possível no universo social retratado pelo romance *Memórias de um sargento de milícias* em razão da frouxidão dos mecanismos repressivos encarregados do cumprimento da lei e da aplicação das punições. Nessa direção, a imagem do Major Vidigal surpreendido de uniforme e tamancos quando da visita inesperada de Maria Regalada, a Comadre e Dona Maria à sua casa, bem como os motivos que o levaram a perdoar Leonardo Filho, condensariam não apenas o ziguezague entre os polos da ordem e da desordem, mas sobretudo a fragilidade do poder público no país, incapaz de garantir sua autoridade em meio a uma “organização [social] bruxuleante fissurada pela anomia” (Candido, 1993g, p. 45), que caracterizaria a sociabilidade própria dos homens livres pobres. Encarnação da ordem, “manifestação de uma consciência exterior, única prevista no seu universo” (*Idem*, p. 41), “única força reguladora de um mundo solto” (*Idem*, p.42), o “relativo fair play” de Vidigal expressaria, de forma inequívoca, a frouxidão político-administrativa característica do país, “mundo apenas entrevisto durante a narrativa” (*Idem*, p. 41)³⁵⁶. Daí o romance retratar

³⁵⁵ Segundo Carvalho, há “nítida mudança valorativa na avaliação que o autor faz da nobreza rural em sua obra” (Carvalho, 2002, p. 911). Se na primeira parte do livro ela é “vista com simpatia e admiração”, e o latifúndio aparece com traços positivos – ao promover a miscigenação e a educação moral –, na segunda parte essa mesma nobreza passa a ser chamada de “caudilhagem, de potentados, de promotores da anarquia branca, de obstáculo à formação de um povo e de uma comunidade política” (*Idem*, p. 911). E, nesse passo, sobreleva a posição política conservadora do autor em face aos desafios de sua própria época, na defesa da consolidação de um Estado centralizador e intervencionista para coibir as tendências centrífugas e o “espírito de clã” prevaletentes com a instauração do regime federativo republicano e a promulgação da Constituição de 1891, que ameaçavam a construção de uma verdadeira unidade nacional.

³⁵⁶ Na *Formação do Brasil Contemporâneo*, a questão recebe um tratamento diverso, embora o diagnóstico da fragilidade da estrutura administrativa do poder chegue às mesmas conclusões. Segundo o autor, o aparato

“[...] a vasta acomodação geral que dissolve os extremos, tira o significado da lei e da ordem, manifesta a penetração recíproca dos grupos, das ideias, das atitudes mais díspares, criando uma espécie de terra-de-ninguém moral, onde a transgressão é apenas um matiz na gama que vem da norma e vai ao crime” (*Idem*, p. 51)³⁵⁷.

* * *

Retomando, na parte final do ensaio, o indefectível contraste entre Brasil e Estados Unidos, de ampla ressonância nos clássicos do pensamento social brasileiro (colônia exploração versus colônia de povoamento; português católico em contraste com o norte-americano protestante; o legado ibérico em confronto com o americanismo), Candido sustenta que, de espírito democrático e tolerante, avessa ao preconceito racial e à perseguição religiosa, as formas espontâneas de vida social retratadas pelas *Memórias* contrastam diametralmente com a formação histórica dos Estados Unidos, na qual “desde cedo” imperou a “presença constritora da lei, religiosa e civil, que plasmou os grupos e os indivíduos,

administrativo implantado na colônia não foi, com exceção do efêmero regime de “donatarias”, senão “uma mera repetição pura e simples” do arcabouço já existente em Portugal, não se criando “nada de original” (Prado Júnior, 1999, p. 301). Não atentando para a extensa dimensão territorial e a dispersão dos núcleos de povoamento e replicando “fielmente o que se praticava no minúsculo Reino”, a adoção de uma estrutura centralizada, concentrando e reunindo a máquina burocrática apenas nos principais centros urbanos, resultou numa engenharia institucional inadequada e ineficaz, impedindo sua atuação de forma eficiente em “todos os recantos de tão vasto território” (*Idem*, p.302). Inadaptada às necessidades peculiares da colônia, as regiões distantes permaneciam praticamente desgobernadas e desprovidas das circunscrições competentes que garantissem o funcionamento e execução das atividades jurídico-administrativas. Daí o “espírito de indisciplina que reina em toda parte e em todos os setores” e o “solapamento da autoridade pública, a dissolução de seus poderes que se anulam muitas vezes diante de uma desobediência e indisciplina sistemáticas” (*Idem*, p. 309). Em síntese, a administração pública colonial padecia de “falta de organização, eficiência e presteza de seu funcionamento”; se assentava na “confusão de funções e competências”; e permaneceu corroída, do ponto de vista ético, pela “imoralidade e corrupção” (*Idem*, pp. 333-336).

³⁵⁷ Pouco antes da publicação de “Dialética da malandragem”, em curso oferecido sobre o cangaço na realidade brasileira, organizado por José Aderaldo Castello junto ao Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), Candido rastreia a presença do banditismo e do jaguncismo na prosa de ficção mineira, desde Cláudio Manuel da Costa e Bernardo Guimarães, passando por Afonso Arinos, Lúcio Cardoso, Passos Maia, Mário Palmério, até finalmente chegar a Guimarães Rosa. De modo análogo à malandragem, o banditismo e jaguncismo são interpretados como fenômenos sociais fundados na inexistência de uma ordem pública plenamente constituída, garantindo a vigilância e a repressão do comportamento indisciplinado e violento. Em suas palavras, ambos avultam “onde a pressão da lei não se faz sentir, e onde a ordem privada desempenha funções que em princípio caberiam ao poder público” (Candido, 1995f, p. 147). Manifestados sobretudo em áreas rurais, “menos atingidas pela influência imediata da civilização urbana”, enquanto que o jaguncismo converte o empregado fiel (“camarada”) em capanga armado para a defesa dos interesses de seu mandatário, colocando-o à serviço das “lutas políticas, as querelas de interesse econômico ou às formas sertanejas de policiamento” (*Idem*, p. 153), o banditismo pode ocorrer de forma isolada, ligado a crimes e violências pontuais, motivadas por desordens, excessos ou vendetas pessoais. De uma forma ou de outra, boa parte dos romances analisados se referem à região de Passos e Cássia, ambas suscetíveis a esse tipo de fenômeno. São os casos do romance *Guapé, Reminiscências* (1933), de Passos Maia, e *Chapadão do Bugre* (1966), de Mário Palmério. Não é casual que Passos tenha sido palco do célebre “massacre do fórum”, em 1909. Sobre o assunto, ver Grilo (2000 e 2012). Em nota ao ensaio, Candido registra: “Agradeço a Paulo de Mello Carvalho a comunicação de relatos inéditos e velhos jornais de Cássia, MG, que mostrei aos estudantes durante o curso, ilustrando com a realidade os níveis de elaboração literária. Agradeço igualmente ao Dr. Raul de Azevedo Barros, da mesma cidade e profundo conhecedor da história local, a oportunidade de consultar documentos e ler os raríssimos opúsculos de Antonio Celestino” (Candido, 1995f, p. 179).

delimitando os comportamentos graças à força punitiva do castigo exterior e do sentimento interior do pecado” (Candido, 1993g, p. 50). Enquanto a nação brasileira, despojada de culpabilidade e repressão interna, “se abriu com maior largueza à penetração dos grupos dominados ou estranhos”, engendrando “formas de sociabilidade [que] atuaram com maior desafio” e que abrandaram “os choques entre a norma e a conduta”, sua homóloga americana inclinou-se para a acentuada introjeção da lei, provocando o “endurecimento do grupo e do indivíduo confere a ambos grande força de identidade e resistência, mas desumaniza as relações com os outros” (*Idem*, p. 50).

É possível que o paralelo avançado por Candido entre as *Memórias de um sargento de milícias* e *A letra escarlata* tenha sido inspirado em considerações registradas por Roberto Schwarz no ensaio “A letra escarlata e o Puritanismo”, incluído em *A sereia e o desconfiado* (1965), dado o contato estreito ao longo da década de sessenta entre mestre e discípulo. Publicado em 1965, quando o jovem crítico atuava como professor assistente junto ao curso de TLLC, seu livro de estreia reúne “artigos e trabalhos escolares dos anos anteriores, sobre temas diversos. São estudos voltados para a relação da coerência ou incoerência formal com o conteúdo ideológico das obras” (Schwarz, 1990, p. 2). De caráter heterogêneo, abordando uma ampla variedade de autores e tradições literárias distintas, mas unificados, contudo, pela discussão sobre o alcance e os limites do realismo artístico, a primeira publicação de Schwarz cristaliza, de forma compacta, a experiência intelectual e acadêmica passada por ele na primeira metade da década de 1960³⁵⁸.

Examinando as contradições internas da composição narrativa de *A letra escarlata* (1850), Schwarz argumenta que Nathanael Hawthorne “desobedecerá as regras do que escreveu”, permanecendo numa “posição intermediária e minada” (Schwarz, 1981, p. 137) diante dos impasses da contraditória natureza humana e das concepções valorativas puritanas, cristalizadas pelo romancista norte-americano nas primeiras páginas de sua obra-prima. Num “romance carregado de intenções artísticas”, que resvala no “drama de ideias”, ao não enveredar pela proposta libertária e desmistificadora encarnada pela personagem adúltera Hester Prinne, o narrador acaba reiterando o esquema valorativo de pecado, natureza e sociedade do qual partiu: “embora estufada de intenções e símbolos, com visíveis ambições de Shakespeare, a prosa não cresce muito, e o romance elaboradíssimo acaba sem alcançar a grandeza que estava à porta” (*Idem*, p. 149).

³⁵⁸ Com efeito, desde o último ano da graduação em Ciências Sociais (1957-1960) na FFCL-USP, Schwarz decidiu investir na carreira de crítico literário, publicando artigos na grande imprensa. Em encontro decisivo com Candido, que, então, lecionava no curso de Letras da Faculdade de Ciências e Letras de Assis, recebeu estímulos e, pouco depois, o convite para integrar, em seus primórdios, a equipe de assistentes do curso de TLLC. Por recomendação dele, obtém, em 1961, uma bolsa de estudos no Departamento de Literatura Comparada da Universidade de Yale, sob a orientação de René Wellek. De volta ao país, no final de 1963, o jovem crítico foi nomeado professor-assistente do curso, encarregando-se das aulas de “Introdução aos Estudos Literários” para os alunos do primeiro ano da graduação em Letras. Sobre a trajetória intelectual do autor, ver Rodrigues (2012) e Cevasco; Ohata (2007).

Deixando de lado a discussão sobre a postura analítica do crítico, centrada na leitura atenta das discordâncias registradas entre os propósitos do artista e a “autonomia incontável das formas”³⁵⁹, importa destacar sua descrição vigorosa da natureza repressiva da moral puritana, recheada de interdições, de negações e de um inescapável sentimento de pecado e de culpa. Nessa atmosfera pesada e lúgubre, na qual a espontaneidade e a liberdade estão proscritas, as categorias fundamentais da sociedade puritana encontram-se internalizadas e naturalizadas na percepção moral de seus habitantes e solidificadas na ordem estabelecida.

Por outro lado, e com maior importância, “Dialética da malandragem” se insere na discussão sobre a natureza do subdesenvolvimento e a dependência econômica e cultural do país, debate que mobilizava grande parte das intervenções intelectuais de fins da década de 1960 no país. Como lembra Sorj: “Na verdade, a noção de dependência foi uma espécie de campo intelectual comum à intelectualidade latino-americana dos anos 60 e início dos anos 70, campo que adquiriu diversos significados, na maioria dos casos bastante imprecisos” (Sorj, 2001, p. 23).

Em texto publicado em 1970 em tradução francesa na revista *Cahiers d'Histoire Mondiale*, intitulado “Literatura e subdesenvolvimento”, Candido discutia, precisamente, as “relações entre subdesenvolvimento e cultura” para a compreensão de “certos aspectos fundamentais da criação literária” (Candido, 2000c, p.140). Retomando a distinção formulada por Mário Vieira de Mello “para o caso brasileiro”, mas também “válida para toda a América Latina” (*Idem*, p. 140), entre “país novo” - prevalente na década de 1930 e implicada com a imagem de uma nação que dispunha virtualmente em si de “grandes possibilidades de progresso futuro” -, e “país subdesenvolvido” - predominante nos anos sessenta e centrada na constatação da pobreza e na atrofia “que nos separa dos países ricos” -, o autor destaca o impacto das altas taxas de analfabetismo, da dependência cultural, da ambiguidade das influências externas e do sentimento nativista no cerne da produção literária nacional e, em menor medida, na latino-americana.

No auge da ditadura militar, o elogio da “malandragem” e do “mundo sem culpa” que lhe é correspondente, em contraposição à rigidez da repressão puritana, expressava, de modo oblíquo mas inequívoco, uma crítica ao autoritarismo que predominava num momento agudo de desmando político, supressão das liberdades individuais, perseguições e arbitrariedades no seio dos movimentos sociais. É o que constata Roberto Goto, em estudo dedicado à sondagem do “modo como o ensaio [“Dialética da malandragem”] constrói sua representação de malandros e da malandragem” no “contexto político e cultural” em que ele foi publicado. De acordo com o autor, a partir do “final dos anos 60, as representações da malandragem [até então propaladas sobretudo por meio da música popular brasileira],

³⁵⁹ Expressão utilizada pelo autor, em ensaio recente, ao comentar o método crítico de Gilda de Mello e Souza, e que pode, perfeitamente, ser estendida a ele próprio. Cf. Schwarz (2012).

transformando-se em objeto de reflexão e consumo de um círculo mais restrito, intelectualizado, de classe média ou alta, entraram na linha de produção de análises teóricas que andaram pelos campos da sociologia, antropologia e da crítica da cultura, literatura, teatro, canção popular – campos entre os quais o caráter do assunto estabeleceu, não raramente, um tráfego disciplinar” (Goto, 1988, p. 12).

Afastado da militância partidária desde o início da década de 1950³⁶⁰, quando progressivamente se desligou dos quadros do Partido Socialista Brasileiro (PSB), e completamente envolvido com a implementação do curso de TLLC ao longo do decênio seguinte, Candido não emitiu, salvo engano, declarações políticas sobre a conjuntura histórica de opressão e autoritarismo pela qual passava o país – não obstante não tenha deixado de manifestar gestos de solidariedade e apoio em âmbito reservado. É apenas em face do recrudescimento do regime militar, e influenciado pela passagem no primeiro semestre de 1968 pelos EUA³⁶¹, que Candido começa a reativar seu engajamento e participação políticas – empregando suas energias e disponibilidade, ao longo dos anos setenta, em comissões docentes ou civis (Comissão Paritária Central, em 1968; Comissão Justiça e Paz, em 1979), associações (vice-presidente da Associação dos Docentes da USP – ADUSP), colaborações na imprensa alternativa e entrevistas à revistas de grande circulação (jornal *Opinião*, revista *Isto é*), revista de perfil contestatário (membro da comissão de redação de *Argumento*), publicações (*Livro Negro da USP: o controle ideológico da faculdade*), greves docentes (em especial, a do ano de 1979) – culminado, em 1980, na participação das reuniões e deliberações que desencadearam a criação do Partido dos Trabalhadores (PT)³⁶².

³⁶⁰ De acordo com Hecker, a retomada da vida democrática e a participação do partido em pleitos eleitorais – culminando na campanha presidencial de 1950 – provocaram divergências de orientação no tocante a alianças políticas e revelaram a precariedade e a insuficiência de quadros para compor chapas e concorrer a cargos eletivos, resultando em votações inexpressivas e coligações questionáveis. Segundo o autor: “Em São Paulo, alguns componentes arrefeceram a sua militância, ou mesmo deixaram o partido – sirvam de indícios o afastamento de teóricos como Antonio Candido, Lourival Gomes Machado, Arnaldo Pedrosa D’Horta, todos absorvidos pelas exigências profissionais; e a suspensão da circulação da Folha Socialista” (Hecker, 1998, p. 142).

³⁶¹ “No primeiro semestre de 1968 eu fui professor visitante na Universidade de Yale, e isso influiu na minha disposição de voltar à atividade política, porque pude ver o empenho com que os colegas americanos e estrangeiros lá radicados participavam de causas como a luta contra a guerra do Vietnã ou a luta pelos direitos dos negros. De volta ao Brasil encontrei a faculdade em polvorosa e fui eleito para a Comissão Paritária Central, que trabalhou intensamente dia e noite durante meses numa atmosfera de grande entendimento entre professores e alunos. Passávamos o tempo todo em reuniões, debates, seminários experimentais, passeatas, defesa da faculdade e, afinal, o conflito que nos expulsou da Maria Antonia a partir da Universidade Mackenzie, com apoio da polícia e grupos reacionários” (Candido *apud* Azevedo; Maués, 1997c, p. 41). Sobre a influência do contexto da Guerra do Vietnã nos campi norte-americanos, ver Sahlins (2004).

³⁶² Na mesma entrevista, Candido comenta que em 1976 ele retomou a atividade política organizada, “num encontro de que participaram alguns exilados de volta à terra, como Fernando Henrique, Almino Afonso, Plínio Sampaio, se não me engano, e alguns antigos militantes do PS: Febus Gikovate, Costa Correia e eu. Creio que com o intuito de estudar a possibilidade de um novo partido de esquerda. Esses amigos acharam que era preciso alguém dar uma entrevista falando de socialismo, para sondar, e eu fui encarregado, porque não tinha sido preso, nem exilado, nem perseguido e portanto não corria risco. Então dei a Jorge de Cunha Lima a entrevista que saiu na revista *Isto é*, em 1977 [...] Participei de vários encontros prévios do grupo que formaria o PT, mas pensando que era melhor ficar no MDB, como faziam os comunistas. O que me fez decidir pelo PT foram apelos de Mário Pedrosa e sobretudo o ponto de vista de Febus Gikovate, que já estava doente e nos dizia que o PT seria o que nós tínhamos tentado em vão

Sinal inequívoco dos tempos: o curso oferecido por Candido na pós-graduação da área de TLLC no ano de 1969, originalmente dedicado à leitura de quatro romances hispano-americanos, tratou ao final de “Leitura política dos textos literários: o Ricardo II, de Shakespeare”, discussão certamente alusiva ao regime autoritário em voga, compondo um sugestivo paralelo com a realidade do país no final dessa década³⁶³.

na mocidade: um partido nascido da classe operária, sem ortodoxia rígida, capaz de agregar de maneira democrática os elementos progressistas da população [...] Com esses estímulos de velhos companheiros e a minha própria convicção interior de que o PT era o primeiro partido brasileiro de esquerda nascido da iniciativa de operários e destinado a trazer afinal uma fórmula independente para a luta do socialismo, eu me decidi. Fui do grupo fundador e estava presente nas primeiras reuniões, no Colégio Sion” (Candido apud Azevedo; Maués, 1997c, p. 42).

³⁶³ A respeito do curso, ver Ramassote (2006; 2010b). Para uma ideia aproximada do conteúdo ministrado, confira Candido (1996c).

2.4. - Raça, classe e mercado

É possível rastrear nos rodapés de crítica literária assinados por Candido na grande imprensa os primeiros apontamentos sobre a questão racial na obra de Aluísio Azevedo. Em “Aluísio”, estampado no *Diário de S. Paulo* em 09 de janeiro de 1947, após refletir sobre a influência romântica no “tom geral” de *O mulato* (1881) - “romance sincrético naturalista-romântico” -, Candido comenta que, não obstante o livro de estreia do escritor maranhense constitua “um romance de tese contra o preconceito de cor, o próprio Aluísio revela certa discriminação (talvez inconsciente) ao caracterizar o aspecto somático de Raimundo [...]” (Candido, 1947, p. 5). E especula se tal fato seria decorrente da ausência “de coragem de retratar um mulato chapado, inadmissível até para um homem sem preconceitos, como ele, para herói nobre de romance” ou então da intenção do autor de “mostrar a odiosidade da linha de cor, se exercendo sobre indivíduos praticamente brancos do ponto de vista somático” (*Idem*, p. 5).

Para o crítico, na caracterização psicológica do protagonista, Aluísio faz questão de

“[...] dotá-lo abundantemente daquelas características ordinariamente negadas ao mestiço: discrição, moderação, modéstia, tato, recato. Em Raimundo, nem sombra de pernosticismo, loquacidade ou exibicionismo, embora os seus censores de má vontade falem em ‘pacholice’, das ‘fumaças’ e da pretensão, normalmente atribuídos aos mulatos e que eles teimam, injustamente, em discernir no pobre Raimundo [...]. Mais discretamente e talvez sem querer, Aluísio entreabre o véu do problema que será mais tarde tão bem analisado por Pierson: **o preconceito é de casta, mais que de raça**. De um lado, com efeito, mostra que o português não tem repugnância física pela negra, antes a requesta, como o pai de Raimundo José da Silva e o Dias, que vai passar certos dias por semana com uma mulata mais as filhas. De outro lado, e sobretudo fazendo certos personagens se referir à ocorrência de mestiços nesta e naquela família de prol, um presidente, etc. E mostrando como os mestiços que se fazem passar por brancos e como tal são aceitos dada a posição social, assumem, por sua vez, atitude intolerante de discriminação [...]. Raimundo, praticamente branco, passa, no entanto, por preto, ao contrário do personagem citado. É que, embora doutor e rico, nascera escravo, filho de escrava. O supremo insulto que lhe fazem ‘a alforria na pia’. O preconceito, neste caso, se prende ao fato do cativo, à abjeção social da pessoa. E será mais forte quanto mais próxima à condição servil. Longe dela, Raimundo não terá problema, como não os teve, por exemplo (um entre mil...) o Barão de Cotegipe. Mas era filho da escrava Domingas, e o choque ao preconceito se tornava demasiado contundente, como foi mais ou menos o caso de Gonçalves Dias no Maranhão” (*Idem* – grifos nossos).

Com efeito, pouco antes, no rodapé “Mestiçagem e literatura”, publicado na *Folha da Manhã* na data de 22 de agosto de 1943, por ocasião do lançamento das biografias *A vida de Gonçalves Dias*, de autoria de Lúcia Miguel-Pereira, e de *A vida de Tobias Barreto*, redigida por Hermes de Lima, Candido

discutia o “problema da mestiçagem e da sua influência na nossa cultura artística e intelectual” – sustentando que “a nossa literatura é, em grande parte uma literatura de cor. Antes do sr. Gilberto Freyre, Sílvio Romero já dizia que todos no Brasil são mestiço quando não física, psicologicamente” (Candido, 1943u, p. 5). Divergindo da crítica carioca, que “se preocupa demais com o aspecto étnico” para explicar “as linhas de caráter” do poeta maranhense, Candido propugna que

“[...] o caso do mestiço brasileiro é um problema cultural, mais do que biológico ou psicológico. É um dos interesses que apresenta para o estudioso da criação artística é o caráter de sintonia que este assume do seu desajustamento. Daí a fecundidade do método que o estuda do ponto de vista da marginalidade, acentuando, de preferência, o fundamento social de fenômenos que parecem ser étnicos. A sra. Lúcia Miguel-Pereira, insistindo com muita razão na influência da mestiçagem sobre Gonçalves Dias, não acentua explicitamente o fato fundamental de esta circunstância adquirir relevo graças à sua condição de filho natural de um homem modesto. Um problema, portanto, social” (*Idem*, p. 5).

Pois “a prova é que homens como o Barão de Cotegipe – João Maurício Wanderley, dos tais Wanderleys de cabelo loiro e olho azul do sr. Gilberto Freyre – com as suas ventas de mulatão, viviam acima e fora do preconceito, que não se estendia no Brasil a tão nobres figurões”. De modo semelhante, “o caso do capitão-mor de Koster é o símbolo da linha de cor – linha eminentemente social, caprichosa como poucas, atingindo os indivíduos socialmente inferiores e rodeando respeitosa e bem colocados” (*Idem*, p. 5)³⁶⁴.

* * *

Conforme Vinícius Dantas nos informa, a versão acabada do ensaio “De Cortiço a cortiço”, publicada em 1993 na revista *Novos Estudos CEBRAP*, resulta da junção de duas versões parciais publicadas na primeira metade da década de 1970³⁶⁵. Provavelmente decorrente das discussões dos cursos

³⁶⁴ Recuperando as formulações de Everett Stonequist em *The Marginal Man* (1937) sobre as alternativas de soluções acomodatórias adotadas pelo homem marginal frente aos grupos em presença (que são três possibilidades: “acomodação no grupo superior, acomodação no grupo inferior, situação intermediária de instabilidade mais ou menos durável”), para avaliar as posições e atitudes assumidas por Gonçalves Dias e Tobias Barreto diante das expectativas dos grupos dominantes, Candido constata que “a integração mais fácil de um, a resistência encontrada pelo outro, contribuíram para distribuir de maneira e em proporções diversas o coeficiente de mulatismo de cada um” (*Idem*, p. 5).

³⁶⁵ Em volume organizado por Dantas, ambas as versões foram reproduzidas de maneira justaposta, numa “montagem em duas colunas”, com o título de “Duas vezes ‘A passagem do dois ao três’” (Candido, 2002p). A primeira versão, intitulada “A passagem do dois ao três”, foi publicada inicial e integralmente na *Revista de História*, da Universidade de São Paulo (nº 100, vol. L, ano XXV, 1974). Nesse artigo, Candido toma como interlocutor privilegiado para sua análise o livro *Análise estrutural de romances brasileiros* (1972), de Affonso Romano de Sant’Anna. A segunda versão consiste na transcrição, reduzida às suas partes iniciais e finais, de uma palestra

oferecidos por Candido na Universidade de Yale – ministrado em 1968: “Le milieu et sa représentation dans le roman naturaliste” – e na graduação da área de TLLC – realizados nos primeiros semestres dos anos de 1969 e 1970: “A representação do meio no romance naturalista” –, o ensaio, um dos pontos altos da produção intelectual do autor, se inicia pela discussão do estatuto e da influência da realidade extra-artística em confronto com a interferência e a mediação de outras obras na composição estética do texto literário – um problema, portanto, de “filiação de textos e de fidelidade aos contextos” (Candido, 1993i, p. 124).

Ao contrário de seu mestre Émile Zola, cujo ciclo Rougon-Macquart, e, em especial, *L'Assomoir* (1887), serviram de fonte de inspiração e empréstimo “não apenas [para] a ideia de descrever a vida do trabalhador pobre no quadro de um cortiço, mas um bom número de motivos e pormenores, mais ou menos importantes” (*Idem*, p. 125), Aluísio Azevedo, em *O Cortiço* (1890), concentrou “no mesmo livro uma série de problemas e ousadias que Zola dispersou entre os vários romances de sua obra cíclica” (*Idem*, p. 126). Em sua obra-prima, o escritor maranhense soube aproveitar de forma bem-sucedida os estímulos dos modelos estrangeiros ao mesmo tempo em que buscou “reproduzir e interpretar” as circunstâncias específicas do contexto social da capital do país em fins do século XIX, resultando “num encontro feliz dos dois procedimentos” (*Idem*, p. 25).

Assim é que, diversamente do cortiço francês retratado em *L'Assomoir*, já apartado da natureza e verticalizado “em seus seis andares na paisagem urbana espremida pela falta de terreno”, seu símile nacional é “horizontal ao modo de uma senzala” (*Idem*, p. 134) e adentra pelas cercanias, invadindo terrenos baldios e avançando em direção à uma pedreira. Ao acompanhar o processo de ascensão social de seu proprietário, a habitação coletiva, que inicialmente se expande de forma desorganizada, adquire aos poucos “um perfil mais urbano e um mínimo de verticalização” (*Idem*, p. 34). Com o enriquecimento progressivo de seu proprietário, João Romão, o antigo cortiço, chamado Carapicus, se transforma na Vila São Romão, passando por uma série de reformas e ampliações, ditadas pela “vontade orientada do ganhador de dinheiro” e segundo um ritmo mais “mecânico que planejado” (*Idem*, p. 135). Daí a existência, subjacente à organização da narrativa, de um princípio estrutural que se define pela “dialética do espontâneo e do dirigido”, a qual “manifesta a acumulação do capital, que disciplina à medida que se disciplina, enquanto o sistema metafórico passa do orgânico da natureza para o mecânico do mundo urbanizado” (*Idem*, p. 136).

É possível que as considerações de Candido sobre as modificações da paisagem urbana e dos seus padrões de sociabilidade correspondentes sejam inspiradas nas análises de Gilberto Freyre nos capítulos

pronunciada por seu autor no II Encontro Nacional de Professores de Literatura (Rio de Janeiro, 30/7 a 2/8/1975), designada, em sua origem, de “Literatura – Sociologia: análise de *O Cortiço* de Aluísio Azevedo” e publicada em Cadernos da PUC (Série Letras e Artes), nº 28, 1976.

“O Engenho e a Praça: a Casa e a Rua” e “O Sobrado e o Mucambo” de *Sobrados e Mucambos* (1936). Ao dedicar-se, de um lado, à apreciação da remodelagem das vias urbanas e da arquitetura doméstica dos sobradões e mucambos e, de outro, ao vislumbre das alterações dos padrões de sociabilidade e estilos de vida adotados pelos cidadãos. Em compasso com o intenso crescimento urbano e demográfico, a expansão e a diversificação de um mercado de trabalho de abastecimento, a centralização e aparelhamento do arcabouço administrativo e burocrático do governo e as sucessivas obras de infraestrutura promovidas nas principais cidades do país, o complexo das casas-grandes e senzalas é progressivamente substituído por casarões assobradados, reduzidos em suas dimensões espaciais e complexidade social, e mucambos e palhoças espalhados pelas áreas e setores habitacionais mais desprezados. Nesse processo, o realinhamento do traçado público (com o alargamento das vias, instalação de iluminação a gás, a publicação de códigos de conduta) e dos partidos construtivos das casas de residência (a disposição e o número de cômodos, a qualidade dos materiais empregados, os móveis e a decoração interna, a adoção de modas, usos e costumes estrangeiros), evidencia o progressivo adensamento dos núcleos cidadãos e a crescente europeização pela qual passava o país.

É no interior desse contexto profundamente alterado que se inscreve o “universo das relações humanas” retratadas por Aluísio Azevedo em seu principal romance. Encravado na freguesia de Botafogo, região afastada da área central da cidade do Rio de Janeiro, ocupado por diversos grupos raciais em confronto – negros e mestiços libertos, homens livres pobres e imigrantes recém-chegados ao país em busca de melhores condições de vida –, o cortiço se transforma, na visão de Candido, numa alegoria do país, um “Brasil em miniatura, onde brancos, negros e mulatos eram igualmente dominados e explorados por esse bicho-papão dos jacobinos, o português ganhador de dinheiro que manobrava tantos cordéis de ascensão social e econômica nas cidades” (Candido, 1993i, p. 139).

* * *

Uma segunda frente analítica avançada pelo estudo diz respeito ao conteúdo ideológico incrustado no ditado dos três pés, a qual encaminha a discussão de Candido sobre a dinâmica das relações raciais presente no romance. Com o propósito de explicitar os princípios e fundamentos do modelo sociológico subjacente a tal questão, começo reproduzindo, esquematicamente, o elemento responsável pela construção de seu argumento: o pequeno ditado humorístico popular – “variante brutal” de afirmação recolhida por A. J. Antonil, em *Cultura e opulência no Brasil* (1711), a qual, por sua vez, parafraseia um versão do Eclesiastes, 33:25³⁶⁶-, corrente na cidade do Rio de Janeiro no final do século XIX que

³⁶⁶ Eis a passagem completa, extraída de do célebre livro de Antonil: “No Brasil, costumam dizer que: para o escravo são necessários três PPP, a saber: PAU, PÃO e PANO. E posto que comecem mal, principiando pelo castigo que é o

apregoava o seguinte: “para português, negro e burro, três pês: pão para comer, pano para vestir, pau para trabalhar”. Segundo Candido, o teor discriminatório nele contido facultaria uma via de acesso privilegiada ao “universo das relações humanas d’*O Cortiço*” (Candido, 1993i, p. 129).

Numa primeira aproximação, o enunciado do ditado popular ostenta uma concepção detratora e xenófoba a respeito do imigrante português e do negro, reduzindo brutalmente o valor humano de ambos ao compará-los ao universo da animalidade. No entanto, ao examiná-lo com maior atenção, Candido detecta a existência de uma conotação implícita em seu significado inicial: a presença de uma visão derogativa do trabalho que transparece na “feroz equiparação do homem ao animal, entendendo-se (e aí está a chave) que não é o homem na integridade do seu ser, mas o homem = trabalhador” (*Idem*, p.129). Em consequência, o “dito não envolve, portanto, uma confusão ontológica, mas sociológica, e visa ocultamente a definir uma relação de trabalho (ligada a certo tipo de acumulação de riqueza), na qual o homem pode ser confundido com o bicho e tratado de acordo com essa confusão” (*Idem*, p. 129).

Identificado o substrato ideológico do ditado, Candido direciona sua análise para a demonstração da correspondência estrutural entre o universo valorativo apresentado por ele e o enfoque narrativo presente no romance de Aluísio Azevedo. Peça estratégica para se compreender o perfil classista embutido na visão de mundo do narrador do romance, o dito, segundo Candido, remonta à ilusão do brasileiro livre desse período que

“[...] favorecido pelo regime da escravidão, [acaba] encarando o trabalho como derrogação e forma de nivelar por baixo, quase até a esfera da animalidade, como está no dito. O português se nivelaria ao escravo porque, de tamanco e camisa de meia, parecia depositar-se (para usar uma imagem usual do tempo) na borra da sociedade, pois ‘trabalhava como um burro’. Mas enquanto o negro escravo era de fato confinado sem remédio às camadas inferiores, o português, falsamente assimilado a ele pela prosápia leviana dos “filhos da terra”, podia eventualmente acumular dinheiro, subir e mandar no país meio colonial” (*Idem*, p. 130).

A partir da investigação da correspondência estrutural entre o ponto de vista do emissor virtual do ditado e a perspectiva do narrador do romance, Candido caracteriza uma série de relações pressupostas na atitude mental e na conduta daquele, sobretudo no que concerne ao relacionamento social e ao ajustamento inter-racial com os demais integrantes da estrutura socioeconômica do país, as quais se

pau, contudo, prouvera a Deus que tão abundante fosse o comer e o vestir como muitas vezes é o castigo, dado por qualquer causa pouco provada ou levantada, e com instrumentos muitas vezes de muito rigor, ainda quando os crimes são certos, de que se não usa nem com brutos animais, fazendo algum senhor mais caso de um cavalo que de meia dúzia de escravos, pois o cavalo é servido e tem quem lhe busque capim, tem pano para o suor e sela e freio dourado...Castigar com ímpeto, com ânimo vingativo, por mão própria e por instrumentos terríveis e marcá-los na cara e chegar talvez aos pobres com fogo ou lacre ardente, não seria para se sofrer entre bárbaros, muito menos entre cristãos católicos” (Antonil, 1982, p. 91).

encontram transfiguradas no interior do “universo das relações humanas” do romance. E é exatamente no tratamento conferido a essa dimensão que Candido, a meu ver, acaba aproximando-se de uma fonte de inspiração importante para a execução de sua argumentação: as pesquisas sobre a dinâmica das relações raciais no país realizadas pela escola paulista de sociologia.

Nessa linha de raciocínio, gostaria de recuperar, num primeiro momento, algumas formulações contidas em *Branços e negros em São Paulo: ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações atuais e efeitos do preconceito de cor paulistano* (1955), redigido em parceria por Florestan Fernandes e Roger Bastide. Marco inaugural das pesquisas uspianas a respeito das relações raciais no país, patrocinado pela UNESCO com apoio da revista *Anhembi*³⁶⁷, seus autores, segundo informa Arruda, “responsabilizaram-se pela pesquisa em São Paulo, realizada entre 1949 e 1951, e o conjunto de trabalhos escritos a propósito da investigação acabaram por revelar a construção de uma perspectiva inovadora sobre o problema” (Arruda & Garcia, 2003, p. 98).

Como se sabe, ao contrário das perspectivas analíticas precedentes sobre o assunto, marcadas, grosso modo, pela orientação racialista ou culturalista, a pesquisa coordenada por Florestan e Bastide encarou a temática racial a partir da sondagem das funções assumidas pelo preconceito e discriminação raciais à luz do processo mais geral de modernização e formação da estrutura de classes da cidade de S. Paulo³⁶⁸. Com o propósito de rastrear as “raízes históricas” do preconceito racial, o artigo inicial do

³⁶⁷ “Este livro [*Branços e negros...*] tem uma história recente e curta. Ele foi ‘precipitado’ com a vinda de Alfred Métraux ao Brasil, com o objetivo de conseguir colaboração de especialistas brasileiros para um projeto de estudos da UNESCO, sobre as relações entre negros e brancos na sociedade brasileira. Independentemente disso, entretanto, ele estava em elaboração, pois Paulo Duarte pedira a Roger Bastide que organizasse uma investigação sobre o mesmo fenômeno, a ser patrocinada por Anhembi. Quando Métraux travou os primeiros contatos com os estudiosos do assunto, o plano deste trabalho já estava montado e algumas de suas partes em desenvolvimento. Graças à boa vontade dos colaboradores, que atenderam ao apelo de Roger Bastide, os dois planos foram fundidos e unificados, dando-se maior amplitude à pesquisa de campo e à contribuição da psicologia social. A responsabilidade financeira pelo custeio parcial da coleta de dados recaiu sobre a UNESCO e a Reitoria da Universidade de São Paulo” (Bastide; Fernandes, 1971, p. 10). Como se sabe, o ciclo de pesquisas da UNESCO realizado na década de 1950, após o término da Segunda Guerra Mundial, ainda sob o impacto do holocausto, teria o propósito de promover um conjunto integrado de atividades intelectuais dispostas a “combater a ideologia racista que serviu de suporte para a montagem e operação da máquina infernal nazista” (Maio, 2000, p. 124). Nos anos de 1951 e 1952, o Brasil é eleito como uma área de investigação privilegiada para o exame das relações raciais em razão da convicção, à época, de que o país representava um modelo de convivência harmoniosa e aceitação das diferenças raciais, com o objetivo “de oferecer ao mundo lições de civilização à brasileira em matéria de cooperação entre raças” (*Idem*, p. 116). Entre as regiões selecionadas como lócus empírico para as investigações encontrava-se a Bahia (para cujas investigações foram encarregados Thales de Azevedo e Charles Wagley), Pernambuco (chefiada por René Ribeiro), Rio de Janeiro (a cargo de Luis A. Costa Pinto) e São Paulo (coordenada por Florestan Fernandes e Roger Bastide). A respeito do Projeto Unesco, confira Maio (2000). Sobre a vertente paulista, ver ainda Schwarcz (1996;1999), Peixoto (2000). Por fim, a respeito das divergências existentes entre os pesquisadores responsáveis, ver: Peixoto (2000).

³⁶⁸ Acompanhando boa parte do pensamento social brasileiro, a bibliografia relativa à problemática racial poderia ser escandida, de acordo com Oracy Nogueira, em artigo recuperado por Maio (2000), em três frentes de interesse e estudo: a) a primeira, “vinculada aos estudos afro-brasileiros (Nina Rodrigues, Arthur Ramos, Melville Herskovits, René Ribeiro, Édison Carneiro e Roger Bastide), estaria voltada à investigação da dinâmica aculturativa, preocupada então em delimitar a influência das culturas africanas no processo de constituição de uma cultura brasileira” (Maio,

volume, redigido por Florestan Fernandes e intitulado “Do escravo ao cidadão”, apresenta uma descrição detalhada da evolução das atividades e ciclos econômicos pelas quais a província de São Paulo passou entre os séculos XVI e primeira metade do XX, concentrando-se no reflexo desse processo na formação do “padrão de composição racial da população escrava” e nas tendências à especialização profissional a que a “população de cor” foi confinada.

Segundo o autor, embora seja possível identificar a presença do negro em terras paulistas desde os primeiros movimentos da ocupação da região, por força de rarefação demográfica e penúria material de seus habitantes imperaram nos dois primeiros séculos de colonização a utilização sistemática e a “acentuadíssima predominância” de indígenas nos trabalhos servis. É somente “pelos fins do século XVII, com a localização de minas auríferas pelas paulistas, que começa a se formar o primeiro fluxo regular e apreciável de escravos negros para estas regiões” (Fernandes, 2008, p. 31).

Não obstante o rápido refluxo das atividades mineradoras, a “continuidade na procura e exploração de braços negros” foi garantida pelo paulatino deslocamento da produção econômica para a agricultura e a pecuária. Com a intensificação do cultivo do café na região do chamado Oeste paulista, em meados do século XIX, favorecido pelas condições ecológicas favoráveis e a crescente demanda internacional, o contingente de escravos negros na população do estado de São Paulo continua a aumentar progressivamente. As transformações de ordem econômica, sociodemográfica e institucional desencadeadas na capital do estado pela reconversão dos lucros auferidos vão beneficiar, em sua maior parte, os “imigrantes europeus e muito pouco os mulatos e negros libertos” (*Idem*, p. 59). Nas palavras do autor: “Todas as ocupações de alguma representação social permaneciam como privilégios das pessoas livres e brancas, pois só excepcionalmente, graças a certos mecanismos de atribuição de status que serão examinados no segundo capítulo, é que os ‘homens de cor livres (‘pardos’ ou ‘negros’) conseguiram acesso a tais ocupações” (*Idem*, p. 61).

Na transição do regime de trabalho servil para o assalariado, a forte competição com os imigrantes europeus, atraídos em levadas sucessivas para as tarefas produtivas nas fazendas de café e atividades secundárias nos centros urbanos, resultou numa situação que as “oportunidades surgidas com a instituição do trabalho livre foram aproveitadas pelos imigrantes e pelos então chamados ‘trabalhadores nacionais’,

2000, p. 124); b) a segunda, cujo principal representante foi Gilberto Freyre, preocupa-se em “revelar as formas de inserção do negro na sociedade brasileira, os impactos resultantes e o lugar que tradicionalmente vem sendo atribuído à raça negra” (*Idem*, p. 124); c) a terceira, a sociológica (Donald Pierson, e, principalmente, os cientistas sociais envolvidos com o Projeto UNESCO), que, não obstante o reconhecimento da produção intelectual anterior, valoriza em particular as variadas formas de interação racial entre brancos e negros” (*Idem*, p. 124).

geralmente brancos ou mestiços (na maioria de descendência cabocla), que constituíam sob o regime servil uma camada social ‘livre’, mas dependentes e sem profissão definida. Em resumo, com o desaparecimento da escravidão o elemento negro perdera sua posição no sistema econômico de São Paulo” (*Idem*, p. 59). Ao “trabalhador negro, recém-egresso da escravidão e por ela deformado”, desprovido das “condições de resistir à livre competição com o imigrante europeu” (*Idem*, p. 58) e reabsorvido lentamente no âmbito das novas condições impostas pelo regime de trabalho assalariado, restaram apenas as atividades profissionais subalternas, aquelas “mais humildes e mal remuneradas” (*Idem*, p. 51).

Com efeito, no capítulo “Cor e estrutura social em mudança” o autor se volta para as implicações sociológicas da posição econômica subalterna ocupada pelo elemento negro na configuração dos padrões de ajustamento inter-racial no estado de São Paulo. Segundo ele, a estratificação social paulista “nunca representou o produto de diferenças de raça ou de cor”, posto terem sido razões puramente econômicas que impuseram as sucessivas substituições de mão-de-obra. Sustenta o autor que “estamos diante de um caso típico de estratificação social em que as diferenças de situação econômica e social, fundamentais e determinantes, são igualmente significativas quando consideradas em termos de raça e de cor. Ou, em outras palavras, que à estratificação social de São Paulo corresponde ou se superpõe uma estratificação interétnica e racial” (*Idem*, p. 93).

Sob o regime de trabalho escravista, uma série de associações culturais se cristalizou em torno da cor, que se tornou “uma espécie de índice da condição social da pessoa” (*Idem*, p.94), traço distintivo por meio do qual se poderia presumir a situação social de indivíduos isolados. Daí a função social do preconceito de cor e da discriminação racial na antiga sociedade de castas de São Paulo: a preservação da ordem senhorial vigente, operando por meio da manutenção de normas de conduta e códigos jurídicos de natureza segregacionistas. Não obstante a desagregação do regime de trabalho escravista e a ascensão coletiva dos negros e mestiços ao estatuto jurídico-político de cidadãos, o autor constata que as condições estruturais e culturais anteriores à Abolição não se alteram profundamente, persistindo representações e estereótipos associados ao padrão de tratamento assimétrico das relações raciais e na posição diferencial ocupada por negros, mestiços e brancos na estrutura social da cidade de São Paulo.

Na primeira metade da década de 1960, Florestan retoma o assunto e o material coletado na pesquisa da Unesco, com a publicação, em dois volumes, de *A integração do negro na sociedade de classes* (1964). Redigido, “um tanto às pressas, entre janeiro de 1963 e abril de 1964” (Fernandes, 2008, p. 21), como exigência acadêmica para provimento da Cadeira de Sociologia I, regida pelo autor, de maneira provisória, desde 1954, quando Roger Bastide decidiu retornar à França e o nomeou seu primeiro-assistente, o estudo, nas palavras de Arruda, “ocupa posição incontestável” no conjunto “da reflexão de Florestan Fernandes sobre as relações raciais no Brasil [...]”. Trabalho mais alentado nascido da lavra do

sociólogo neste campo, a obra expressa o amadurecimento das suas análises referentes à condição social dos ex-escravos e descendentes e demarca um momento de viragem na sua compreensão do Brasil. A integração do negro na sociedade de classes coroa um processo de reflexão e, ao mesmo tempo, aponta para problemas e temas futuros, a serem contemplados pelo autor” (Arruda, 1996, p. 195).

Interessado em deslindar as dificuldades de inserção profissional e os dilemas morais enfrentados por negros e mulatos frente aos padrões social instituídos pela “ordem social competitiva” que emerge com a desagregação do regime escravocrata, Florestan constata que ambos partem do “pior ponto de partida”: desassistidos de garantias e proteção oficiais, deformados pelas condições de vida forjadas pela escravidão e destituídos de recursos materiais e de condições subjetivas para enfrentar o novo regime jurídico-econômico, suas chances de inserção no mercado de serviços e comércio em expansão com o crescimento da cidade e aumento do contingente populacional ficam bastante reduzidas. Preteridos pelos empregadores ou eliminados pela concorrência de imigrantes estrangeiros, melhor preparados às suas implicações econômicas e sociais do trabalho livre, os “homens de cor” são relegados às ocupações mais degradantes e mal remuneradas.

Diante da inexistência de uma transição gradual, que lhes facultassem a aquisição da mentalidade e dos comportamentos necessários ao novo estilo de vida, a rapidez com que a ordem social competitiva se expandiu e consolidou na cidade de São Paulo provocou heteronomia e exclusão social. Refugiados no mito da democracia racial, representação ilusória ou consciência falsa que deita raízes nas avaliações edulcoradas das condições de existência sob o regime escravocrata e que, ao mesmo tempo, isentava de quaisquer responsabilidades os membros da elite dirigente diante do drama coletivo da “população de cor” que os culpabilizava pelo seu destino melancólico, os padrões de ajustamento racial que pressupunham a vigência de critérios anacrônicos e assimétricos de atribuição de status e papéis sociais ao negro e ao mulato foram perpetuados de modo quase intacto mesmo com a abolição da escravidão e o advento da República, representando obstáculos estruturais e resistências dinâmicas à emergência efetiva da democracia em todas as suas dimensões.

E com essas considerações podemos retomar o ensaio “De Cortiço em cortiço”, evidenciando o cerne da questão que me levou a essa longa digressão pelo trabalho de Florestan Fernandes: só se pode compreender devidamente a natureza da visão de mundo discriminadora e xenófoba compartilhada pelo emissor virtual do dito popular e pelo foco narrativo que coordena a estruturação do romance, quando levamos em consideração a influência da discussão promovida pela escola de sociologia paulista na caracterização do preconceito racial infundido no dichote. Num trecho posterior do ensaio, ele é retomado por Candido para “insistir no seu baixo caráter de formulação ideológica” (Candido, 1993i, p. 132) e descrever com maior minúcia o seu emissor latente, isto é, o brasileiro abastado do final do século XIX. Observemos mais atentamente essa descrição, pois são notáveis as sintonias de padrões de comportamento

dos representantes da camada senhorial da elite paulista descritos por Candido e por Florestan Fernandes.

Eis a passagem:

“[...] o tipo de gente que o [dito] enunciava sentia-se confirmada por ele na sua própria superioridade. Essa gente era cônica de ser branca, brasileira, livre, três categorias bem relativas, que por isso mesmo precisavam ser afirmadas com ênfase, para abafar dúvidas num país onde as posições eram tão recentes quanto a própria nacionalidade, onde a brancura era o que ainda é (uma convenção escorada na cooptação dos “homens bons”), onde a liberdade era uma forma disfarçada de dependência. Daí a grosseria agressiva da formulação, feita para não deixar dúvidas: eu, brasileiro nato, livre, branco, não posso me confundir com o homem de trabalho bruto, que é escravo e de outra cor (...)” (*Idem*, p. 132).

Ainda que assimilados de modo particular, pode-se detectar uma estreita relação das considerações de Candido com os resultados obtidos pela pesquisa coordenada por Florestan Fernandes e Roger Bastide. É o caso, por exemplo, do empenho das elites ilustradas na manutenção de suas prerrogativas de classe, potencialmente em risco nesse momento, recorrendo ao preconceito de cor e à discriminação social como componentes decisivos na manutenção da desigualdade social entre as camadas constitutivas da estrutura social de São Paulo. O trecho a seguir, extraído de uma das versões preliminares já mencionadas da versão final do ensaio de Candido, torna essa suposta fonte de inspiração mais evidente:

“Vemos, então, que uma leitura orientada pelos traços culturais e sociais incorporados à estrutura literária mostra que, neste romance, o Branco é por excelência, não o que tem cor branca, mas o que pertence ou vai pertencer à camada dominante. Sobretudo o Português. E ainda: que o Negro não é o de cor preta, mas todos os que pertencem às camadas sociais cujos membros são, no limite, tratados como escravos, isto é, aqueles sobre os quais recai o trabalho produtivo. É a massa brasileira do *Cortiço*, feita de brancos, negros, mulatos, caboclos, cafusos. Os portugueses que, em vez de tenderem à classe dominante, tendem à classe dominada, se equiparam essencialmente ao Negro, como Jerônimo. Portanto, Negro = Trabalhador. **A classificação étnica inicial se refaz, é redefinida segundo critérios sociais e econômicos**” (Candido, 2002p, p. 66 - grifos nossos).

É muito provável que Candido tenha tomado conhecimento dos principais diagnósticos e resultados alcançados pelo conjunto de pesquisas realizadas pela chamada escola paulista de sociologia acerca das relações raciais no país, uma vez que nesse período ele continuava vinculado ao corpo docente da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo como professor de sociologia e, principalmente, considerando-se seu íntimo relacionamento afetivo e intelectual com o principal mentor e coordenador das pesquisas, o sociólogo Florestan Fernandes: “Fomos companheiros de trabalho, dia a dia, durante uns 15 anos; e temos uma intimidade sem reservas [...]” o que possibilitou, dessa forma, atestar o surgimento “da

cadeia de preocupações e raciocínios que levaram Florestan às suas posições pessoais” (Candido, 2001d, p. 14)³⁶⁹.

Para arrematar esta discussão, vejamos, rapidamente, os comentários de Affonso Romano de Sant’Anna sobre o ensaio de Candido em pauta, os quais podem auxiliar na confirmação de nossas sugestões. Em estudo publicado em 1977, “Curtição: O Cortiço do Mestre Candido e o Meu”, Sant’Anna retoma parte das questões e objeções apontadas por Candido em “A passagem do dois ao três”, preocupando-se “não digo em responder, mas em refazer alguns pontos do meu exercício analítico” (Sant’Anna, 1977, p. 214). Na avaliação do poeta e crítico mineiro radicado no Rio de Janeiro

“[...] outro dado que mereceria ser mais problematizado entre os selecionados pelo Professor Candido é o elemento racial, ou melhor, da cor das pessoas descritas. **Assim o Mestre faz a seguinte afirmativa não de todo precisa em relação ao texto do romance:** ‘Em termos de cor o grupo pobre é mais complexo, porque formado por brancos, mestiços e negros, enquanto no Sobrado só há brancos. Ou, por outro lado, nem todos os brancos estão no Sobrado, mas nele só há brancos’” (Sant’Anna, 1977, p. 229 - grifos nossos).

Nessa direção, Sant’Anna adverte que, ao contrário do que Candido afirma, podemos encontrar de fato três empregados domésticos negros alojados no sobrado: Valentim, Leonor e Isaura. Daí a inoperância do ditado selecionado por Candido, que não abarca todas as relações sociais possíveis descritas no interior do romance. Por fim, o autor conclui, a partir novamente de um trecho destacado “A passagem do dois ao três”, que

“[...] não há, é verdade, o elemento racial, o negro, que a frase coligida pelo Mestre tem, mas segundo se depreende de sua afirmação o negro é mais aspectual que estrutural, pois ‘Negro não é o da cor preta, mas todos os que pertencem às camadas sociais cujos membros são, no limite, tratados como escravos, isto é, aqueles sobre os quais recai o trabalho produtivo’” (*Idem*, p. 231).

³⁶⁹ Esse último aspecto pode ser corroborado, em larga medida, pela leitura do conjunto de depoimentos realizados por Candido sobre Florestan Fernandes, reunidos no volume *Florestan Fernandes* (2001). Nele, Candido reitera alguns dos principais achados explicativos resultantes desse ciclo de pesquisas, verificando a influência marcante dessa temática para o desenvolvimento da obra do sociólogo paulista. Além disso, no ensaio “A Faculdade de Filosofia no centenário da Abolição” (1995g), ao evidenciar a contribuição da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo para a transformação nos estudos sociais sobre a sociedade brasileira, ressalta a importância da pesquisa sobre as relações raciais aí efetuadas no desvendamento dos mecanismos de opressão e manutenção das desigualdades sociais, obstáculos para a construção de uma democracia plena no país.

O romance de Aluísio Azevedo descreve, de fato, a presença de três empregados domésticos negros abrigados no sobrado do comendador Miranda, constituindo uma rede de relações sociais interativas em diferentes níveis com seus proprietários. Contudo, devemos observar que na medida em que os empregados negros encontram-se inseridos num ambiente espacial marcado pela riqueza e pelo prestígio - na expressão empregada por Candido, um “lugar de rico” -, coabitando e gravitando diretamente na vida íntima dos membros principais da família do próspero comerciante de tecidos e comendador, a característica racial prévia deles é redefinida em função da posição e do status social adquirido pela permanência no interior do casarão. Ao afirmar que no bojo do sobrado encontram-se apenas brancos, Candido não desconhece a ordem de fatos apresentada pelo romance, mas, ao contrário, considera-a numa outra perspectiva, interessada na conexão dos privilégios de classe e desigualdades econômicas, preconceitos raciais e exclusão social.

* * *

Ao aproximar “Dialética da malandragem” e “De cortiço a cortiço”, no último segmento analítico deste, Candido fornece um ponto de partida fecundo para se rastrear as linhas de força e de continuidade subjacentes a ambos, compondo uma espécie de díptico. De acordo com ele, se a “dinâmica das *Memórias de um sargento de milícias* dependia de uma dialética da ordem e desordem”, “cujo movimento de bailado e ar de fábula” esvanecia o “trabalho e as obrigações de todo o dia” e o “dinheiro brota meio milagrosamente de heranças e subterfúgios”, em *O Cortiço*, por sua vez, encontra-se presente o

“[...] mundo do trabalho, do lucro, da competição, de exploração econômica visível, que dissolvem a fábula em sua intemporalidade. Por isso falei aqui em jogo do espontâneo e do dirigido, concebidos, não como pares antinômicos, mas como elementos antitéticos. Espontâneo -, mais como tendência, ou como organização difusa, à maneira da sociabilidade inicial do cortiço, fortemente marcada pelo espírito livre do grupo. Dirigido -, que é a atuação de um projeto racional” (Candido, 1993i, p. 151).

Com efeito, é possível apreender as análises literárias empreendidas por Candido em sequência e subordinadas à reflexão de um problema de fundo comum: os efeitos decorrentes, no âmbito das relações interpessoais, da integração à ordem econômica capitalista. Para avançar nessa questão, recorro, novamente, aos principais estudos sociológicos do autor. Nas páginas finais de “The Brazilian family”, ao analisar a série ininterrupta de restrições das funções familiares nos últimos cento e cinquenta anos, provocada, como vimos, pela urbanização, industrialização, proletarização, imigração e aculturação, Candido identifica, entre outras, o declínio da solidariedade interna ao grupo de parentesco, restringindo

sua importância e atuação ao âmbito da família nuclear. Embora sobreviva entre populações tradicionais das regiões norte e nordeste, que “ficaram mais ou menos imunes ao grande surto da industrialização e imigração”, e também entre imigrantes que adotam, por meio do contato cultural, traços de comportamento semipatriarcal, o espírito de solidariedade “não mais existe no comportamento individualista dos habitantes dos estados do sul” (Candido, [1951] 1974b, p. 17). De igual maneira, suscetíveis à desorganização social e pessoal e a condições deploráveis de vida, a massa proletária das grandes cidades de todo o país, em grande parte composta pelas “massas rurais que foram atraídas pela industrialização”, para não sucumbir ao desajustamento trazido pela rápida mudança no *environment* cultural”, também recorre, sem o mesmo sucesso, “ao sistema de solidariedade intrafamiliar característico do aspecto de vizinhança de sua distribuição ecológica” (*Idem*, p. 18). Não obstante, o “parentesco, como um sistema de prestígio e redistribuição não mais existe fora do grupo conjugal. A designação de parente e primo praticamente desapareceu, compadre e padrinho persistem nas zonas rurais, despidos porém de sua importância e reduzidos a uma mera fórmula nominativa pois os padrinhos raramente funcionam como pais de seus afilhados” (*Idem*, p. 19).

Na terceira parte de *Os parceiros do Rio Bonito*, dedicada, como mencionei, ao exame das consequências disruptivas da urbanização e expansão da economia capitalista acelerada nos meios de subsistência, nas formas de organização e nas concepções de mundo tradicionais do homem rústico do interior do estado de São Paulo, o problema se coloca de maneira semelhante. A passagem de uma economia autossuficiente e largamente autônoma, apoiada em níveis mínimos de sociabilidade e subsistência organicamente entrosados com as restrições ecológicas e com o modo de vida do caipira, para o âmbito da economia capitalista de mercado, “repercute fundo em toda a organização da vida social”, com rupturas drásticas de equilíbrio verificadas “nos planos ecológico, econômico, cultural, social e psíquico” (Candido, 2001b, p. 205). Expostos ao progresso industrial e às flutuações do mercado, ao primado das transações monetárias e à dependência dos centros urbanos, à intensificação do ritmo de trabalho e à fragmentação da plenitude do ajustamento ao meio ecológico circundante, ao desaparecimento de conhecimentos, técnicos e crenças arraigadas e à substituição da indústria doméstica por produtos e equipamentos comprados, o ritmo existencial dos caipiras se esfacela. As condições sociais de existência tradicionalmente prevaletentes são substituídas por uma nova conjuntura na qual repontam a diferenciação e estratificação social, a comercialização da cooperação vicinal, a perda de prestígio do compadrio, a atrofia das atividades lúdicas e religiosas e a substituição do bairro pelos “blocos familiares”. Em face dessa situação de crise e transição, a migração para os centros urbanos circunvizinhos torna-se cada vez mais o recurso aceito e o destino traçado pelos parceiros, onde vão engrossar as fileiras do proletariado, submetendo-se a ocupações subalternas e de remuneração desvantajosa.

Com os devidos ajustes, e levando adiante o paralelo proposto pelo autor, poder-se-ia postular que “Dialética da malandragem” se concentra nos padrões de sociabilidade da “gente livre e modesta” que povoa as Memórias de um sargento de milícias, os quais, a despeito da crônica instabilidade à espreita, garantem proteção, amparo e sustento aos seus integrantes por meio da solidariedade e assistência mútua promovida pelas relações de parentesco (reais ou simbólicas), enquanto que “De Cortiço a cortiço” se dedica às consequências da progressiva incorporação das classes populares à influência da economia capitalista, representadas em O cortiço pelo antagonismo e pelo enfrentamento de classes e raças em disputa pelas escassas oportunidades de emprego disponíveis. Ora, como não reencontrar nessa interpretação os efeitos do processo de modernização espreitado nas análises de “The Brazilian family” e sustentado em *Os parceiros do Rio Bonito*?

Embora não esteja expressamente delineada em “De cortiço a cortiço”, é razoável supor que imperem no meio urbano da cidade do Rio de Janeiro as características e padrões de comportamento acima descritos. A bibliografia sobre o assunto sustenta a existência de rivalidades étnicas e nacionais envolvendo imigrantes portugueses, homens livres pobres e negros libertos em disputa pelos meios de sobrevivência numa conjuntura marcada por intenso processo de crescimento demográfico, acelerada urbanização, consolidação do mercado de trabalho, remodelagem do espaço público da capital e progressiva substituição do regime de trabalho escravo para o trabalho livre³⁷⁰. Em confronto direto, encontram-se, de um lado, imigrantes portugueses, ricos, candidatos a ricos e pobres, beneficiados pela solidariedade de parentesco e pela rede de relações comunitárias, inserindo-se preferencialmente, ao aportar no país, no comércio de varejo e no setor de serviços, ambos monopolizados por conterrâneos; de outro, em nítida desvantagem, brasileiros, negros libertos e mulatos pobres destituídos de qualquer espécie de assistência e despreparados culturalmente para se adaptar à lógica da livre-concorrência, sobrevivendo à margem do mercado ocupacional.

Anti-pícaro por excelência, João Romão encarna, a seu modo, a figura do capitalista, ainda que delineada a partir da “acumulação do capital” em suas fases mais “modestas e primárias”. Sua ascensão social, coroada com êxito quando contrai núpcias com a filha do conterrâneo Miranda e ingressa no universo de relações sociais do sobrado adjacente ao cortiço de sua propriedade, exige a implementação de um projeto racional e dirigido, o qual não mede esforços em seu ascetismo total, tampouco estipula limites morais – recorrendo, não raro, a artimanhas e subterfúgios eticamente condenáveis: a exploração brutal do trabalho servil, a extorsão da renda imobiliária, a usura ou até mesmo o roubo puro e simples. Em contraposição à ideologia da vadiagem personificada por Leonardo Filho, cuja subsistência material e modo de vida são assegurados pela solidariedade parental e do compadrio, o projeto de enriquecimento

³⁷⁰ Cf. Chalhoub (1986); Alencastro (1988); Ribeiro (1990).

adotado por João Romão depende, exclusivamente, das oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho e de sua capacidade individual de manipulá-las em seu benefício.

É possível reconhecer, mais uma vez, a posição assumida pelo autor diante das profundas transformações desencadeadas pelo processo de modernização: o lamento diante do inexorável declínio de padrões de sociabilidade subordinados a um universo valorativo que se baseia em obrigações morais, redistribuição de recursos, colaboração recíproca corrompidos pela lógica mercantil e o afã do lucro, pela racionalidade do cálculo imediatista, pela concorrência impiedosa e a desigualdade sócio-econômica.

APONTAMENTOS FINAIS

Embora tenha se tornado um lugar-comum declarar, peremptoriamente, a vocação sociológica dos ensaios e estudos literários produzidos por Antonio Candido, seja para anatematizá-los, seja para exaltar sua sofisticação teórico-conceitual, são raras as análises interessadas em qualificar o alcance e as implicações envolvidas nesse juízo inapelável. Longe de se restringir à eficácia explicativa dos pressupostos de seu método crítico (dialético, como afixam alguns intérpretes), tampouco à precedência da análise estética em favor da dimensão contextual inclusiva, a originalidade do projeto intelectual do autor se desvela, como procurei demonstrar ao longo deste estudo, pelo cruzamento inovador e altamente criativo de influências e débitos intelectuais distintos, convergência de tradições disciplinares díspares, elementos provindos de sua experiência social e familiar, princípios e formulações derivados de suas atividades de docência e pesquisa e, por fim, convicções e posturas políticas de esquerda.

Desdobramento de reflexões contidas em minha dissertação de mestrado, o interesse em rastrear as conexões temáticas e as preocupações analíticas comuns que perpassam o conjunto de sua obra converteu-se, desta feita, no meu principal objeto de análise. Para efetivá-lo, a primeira providência tomada foi repensar os princípios classificatórios que orientam a apreensão e apreciação de sua produção intelectual, e que a escandem em duas frentes de atuação e reflexão isoladas, intransponíveis, e destituídas de quaisquer pontos de contato ou convergência. Nesse processo, inspirei-me, ainda que bastante *livremente*, na leitura de alguns textos de Michel Foucault (1971), Bruno Latour (1994) e Edmund Leach (1996). Embora afastados do meu universo de preocupações investigativas e tendo em vista a desproporção das respectivas altitudes da generalização, tais autores permitiram-me avançar a compreensão do que apenas esbocei alhures (Ramassote, 2008).

Em lugar, no entanto, de me restringir a uma análise interna interessada na articulação e na coerência lógicas dos princípios subjacentes ao conjunto da produção intelectual de Candido, erigindo uma categoria explicativa ou questão interpretativa abrangente capaz de amarrar todos os seus fios soltos, nesta tese as obras do autor foram concebidas como (arte)fatossociais totais, “pontos de chegada”, para o qual as variáveis analíticas mobilizadas “conspiraram no mesmo sentido” (para usar uma expressão de Claude Lefort, a propósito do “Ensaio sobre a dádiva”)³⁷¹. E, nessa direção, fiz uso de modelos explicativos hauridos da sociologia histórica da vida intelectual, de estudos antropológicos voltados para o próprio trabalho intelectual dos cientistas sociais e, em alguma medida, de questões discutidas no âmbito da sociologia das profissões. Em que pese a natureza disciplinar eclética de tais fontes de inspiração, e

³⁷¹ Cf. Lefort (1967).

deixando de lado as diferenças teórico-metodológicas substantivas entre elas, o esforço principal residiu na exigência de contextualizar as práticas intelectuais de Candido. E, nesse sentido, o estudo se apoiou numa leitura saturada de informações contextuais, ou então, para parafrasear uma expressão cunhada por Robert Darnton, numa “*explication de texte* etnográfica”³⁷².

Bastante lida e comentada - basta consultar o levantamento exaustivo empreendido por Dantas (2002) - a extensa e multifacetada obra do autor ainda não foi submetida a uma investigação sistemática envolvendo a discussão que me propus a avançar nesta tese. Com efeito, são poucos os estudos que abordaram o assunto, e todos eles não deixaram de subscrever uma espécie de “grande divisor” que escande a produção intelectual do autor em duas áreas disciplinares radicalmente apartadas, com tão-somente algumas obras articulando de maneira mais estreita tal intersecção. Paradoxalmente, é tal confluência que os singularizam e, em boa medida, responde pela sua repercussão mais ampla. Não se trata, conforme registrei, de concebê-lo como um sociólogo travestido de crítico literário ou vice-versa. Nesse caso, a análise reduziria a literatura à mera ilustração de teses sociológicas pré-existentes. A relação é mais complexa do que imaginam seus leitores mais apressados ou reticentes. Sugiro que os principais escritos de Candido se caracterizam por uma variação gradual em um *continuum* cujos polos são delimitados pela crítica literária e pelas ciências sociais.

Na primeira parte deste estudo, a ênfase analítica recaiu sobre os rodapés de crítica literária assinados por Candido na grande imprensa e, também, parte dos estudos e livros a eles associados. Para fazer uso de uma expressão cunhada por Pontes (1998), a leitura desse material jornalístico ofereceu, num “registro quase etnográfico”, um panorama abrangente e expressivo dos fundamentos metodológicos, posturas doutrinárias, critérios estéticos e desafios analíticos que alicerçavam a produção intelectual de seu jovem autor, num período em que a sua afirmação intelectual como estudioso de literatura se misturava com compromissos profissionais junto à Cadeira de Sociologia II, na FFCL-USP, e as atividades militantes em pequenos agrupamentos políticos de oposição.

Como vimos, com o prestígio amealhado pela participação na seção de crítica literária da revista *Clima*, quando ainda era estudante no curso de Ciências Sociais (1939-1941) da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL-USP), Candido viabilizou seu ingresso na imprensa diária de São Paulo, assumindo a condição de crítico titular no jornal *Folha da Manhã*, com a obrigação de semanalmente pontificar sobre os principais lançamentos e publicações literárias do momento, em coluna intitulada “Notas de Crítica Literária”.

Escritos no calor dos últimos anos do Estado Novo, numa linguagem muitas vezes inflamada e não poupando sequer figuras renomadas no cenário intelectual, os 92 rodapés assinados por Candido

³⁷² Cf. Darnton (1988).

acusam, para além do juízo crítico dos principais lançamentos desses anos, o enfrentamento sem rodeios de tendências intelectuais prestigiosas (o essencialismo, o culturalismo, o romance introspectivo) e autores consagrados (Álvaro Lins, Gilberto Freyre, Tristão de Athayde, A. R. Radcliffe-Brown)³⁷³, a defesa intransigente da ancoragem social e da sondagem do perfil político na leitura das obras e a valorização de sua contribuição ao esclarecimento dos debates ideológico-doutrinários que sacudiam o país na primeira metade da década de 1940. Em compasso, internamente, com a retomada de manifestações públicas contrárias à ditadura varguista e, no plano externo, ao desfecho da Segunda Guerra Mundial, o autor defende arduamente uma perspectiva analítica engajada, na qual a cobrança de imperativos morais e do posicionamento dos intelectuais se afinava com a militância política vivida por ele em agrupamentos políticos de oposição ao regime autoritário.

Com efeito, é nesse período que sua filiação doutrinária de esquerda aparece com maior estridência. Sob a influência de Paulo Emílio Salles Gomes, Candido se integra sucessivamente a pequenas agremiações (GRAP, Frente de Resistência) para discutir de forma sistemática o momento político pelo qual o país passava e praticar pequenos atos de protesto, na tentativa de fixar uma postura definida pela independência crítica tanto em relação às posições stalinistas como trotskistas e pela busca de um modelo de socialismo ajustado à realidade nacional - afastando-se, portanto, das diretrizes impostas pela União Soviética. Em vários rodapés, ele dá notícia dos princípios doutrinários desse engajamento, seja em escritos dedicados à avaliação da conjuntura política propriamente dita, seja em rodapés que discutem o ideário e as figuras importantes associadas à trajetória dos partidos políticos de esquerda.

Em decorrência da adoção de tal ideário, sua apreciação estética não raro resvalou, conforme ele declarou em várias ocasiões, em certo sectarismo. Não constitui tarefa simples, contudo, qualificar esse auto-propalado dogmatismo³⁷⁴: a dependência do juízo literário à orientação ideológica do escritor e à contribuição política da obra no combate de ideias jamais implicou em obreirismo ou dirigismo artístico³⁷⁵. Desses pecados sua crítica não padeceu: basta lembrarmos o rodapé “Não vale a intenção”, dedicado à discussão de *Chão de estrelas* (1943), do escritor comunista Tito Badini – a sintonia com as orientações professadas pelo autor não impediu o jovem crítico de condenar o esquematismo e a

³⁷³ Sobre o assunto, ver Thomaz; Pina Cabral (2011).

³⁷⁴ “Pessoalmente, como crítico, eu fui meio sectário entre 1942 e 1945, e preconizava uma teoria pragmática, segundo a qual o artista e o escritor deviam produzir obras adequadas às causas sociais. Mas depois mudei, como os meus companheiros, reconhecendo a liberdade de criação em toda a sua plenitude” (Candido, 1997c, p. 39).

³⁷⁵ E tal dimensão não passou despercebida aos colegas críticos em atividade. Em 1952, ao publicar *A crítica literária no Brasil*, Wilson Martins enquadrava Candido na família dos críticos sociológicos, e comentava: “Se, ao que parece, sua crítica se realiza sob um signo exageradamente sociológico, nem por isso deixam de concorrer nela uma cultura estética e um gosto seguro que lhe atenuam o que por esse motivo poderia ter de rígido. Ele mesmo, de resto, já corrige o que há de errôneo numa concepção exclusivamente sociológica da crítica literária [o autor se refere à tese Introdução ao método crítico de Sílvio Romero]” (Martins, 1952, p. 81).

superficialidade do retrato psicológico dos protagonistas do romance. Digamos, então, que seu método crítico se caracterizava por uma análise literária politicamente orientada, na qual o juízo de valor de um autor se subordinava à sua contribuição ao esclarecimento das ideias de seu tempo.

Embora cada um dos rodapés merecesse uma análise detida, tendo em vista o seu interesse para a discussão do debate de ideias e da dinâmica do campo intelectual da primeira metade da década de 1940, a leitura do conjunto *não se tornou um fim em si mesmo*. A partir deles, pude obter uma compreensão mais alargada das discussões avançadas na tese “Introdução ao método crítico de Sílvio Romero” e de certos critérios de escolha subjacentes à organização da coletânea *Brigada Ligeira* (1945).

É correto afirmar que a redação da tese para o concurso da Cadeira de Literatura Brasileira, em meados de 1945, permitiu a seu autor repensar alguns dos pressupostos que norteavam seu método crítico – “divisor de águas”, “primeiro esforço de auto-superação”, eis os termos a partir dos quais ela é concebida. Em particular, o capítulo “O problema crítico em Sílvio Romero” representou, por meio da rejeição da excessiva rigidez dos critérios e fatores explicativos adotados pelo polígrafo sergipano, uma tentativa de superação de certos impasses e reducionismos nos quais o próprio Candido incorria em suas intervenções na grande imprensa, e que se lhe tornavam cada vez mais evidentes pela leitura de trabalhos de divulgação das modernas correntes críticas de origem inglesa e norte-americanas. Ao mesmo tempo, pode-se identificar um esforço de valorização do caráter antecipatório de parte do legado romeriano, em especial no tocante às questões e temas sociais, propugnando sua reapropriação crítica. Em certa medida, tal exaltação se justificaria pelas afinidades eletivas entre o pensamento social de Romero, a agenda temática e o trânsito disciplinar entre sociologia e antropologia imperante entre as primeiras gerações da FFCL-USP.

Por outro lado, não se pode esquecer que a monografia também reforçava o perfil de sua identidade intelectual pública construída nas páginas da grande imprensa. Na escolha do tema, para além da familiaridade com a obra de Romero, lida desde a mocidade em edição disponível na biblioteca da casa paterna, e também o alinhamento a uma crítica científica, pode-se vislumbrar certa ressonância expressiva com o modelo de intelectual combativo, engajado nas principais causas sociais de seu tempo, encarnado pelo crítico sergipano.

Além da apresentação de um estudo original, exigência obrigatória do edital do concurso, Candido lançou, poucos meses antes, seu livro de estreia: *Brigada ligeira* (1945). Aconselhado pelo editor José de BarrosMartins, que lhe sugeriu reunir em livro parcela expressiva de seus escritos na grande imprensa, robustecendo o currículo para concorrer à vaga em disputa, Candido selecionou e refundiu 18 rodapés literários dedicados ao debate de alguns dos principais nomes e lançamentos recentes da literatura brasileira modernista. Nessa direção, sugeri ser possível afirmar que, ao contrário de declarações propaladas pelo próprio Candido que tendem a minimizar a altitude de suas pretensões e investimentos

profissionais, ele apresentou à banca examinadora dois trabalhos correlacionados, um completando o outro: a tese sobre Sílvio Romero, que discorreu sobre “um tema de metodologia literária”, e sua contraparte prática, um apanhado de análises concretas sobre romances brasileiros nas quais o autor dava mostras de sua competência no exercício da crítica militante.

Com tais questões em vista, procurei desvelar os critérios seletivos subjacentes à reunião dos rodapés que integram o livro. Se, por um lado, o autor expurgou os excessos do engajamento que lhe turvavam o juízo crítico, por outro não deixou de marcar sua posição, sendo possível entrever nesse livro de estreia a justaposição entre análise literária, sociologia e política no centro de seu projeto intelectual. Apreendidos na sequência em que foram dispostos, os artigos de *Brigada Ligeira* revelam um duplo encadeamento: a reflexão sobre a prosa modernista brasileira em compasso estreito com a análise sociológica das transformações sociais - a dinâmica de classes, os impasses dos intelectuais e o realinhamento ideológico - pelos quais o país passou no decurso das décadas de 1920, 30 e 40.

Por força de desentendimento interno à empresa *Folha da Manhã*, Candido se afasta das páginas do rodapé em fins de janeiro de 1945, retornando apenas oito meses depois, no jornal *Diário de S.Paulo*. A queda do regime varguista, a frustração com o resultado final do concurso, a cada vez maior familiaridade com a bibliografia de crítica literária de origem inglesa e norte-americana, o arrocho da política cultural de esquerda e as redefinições de suas prioridades profissionais e acadêmicas podem ser elencados como fatores responsáveis pela redefinição da postura crítica anunciada pelo autor em seu rodapé de estreia, intitulado “Começando”. Demarcando novos parâmetros de avaliação e propugnando uma separação radical entre estética e política, os 67 rodapés assinados por ele no *Diário de S.Paulo* encontram-se marcados, segundo minha interpretação, por impasses e dilemas nos quais o interesse pelas conexões de ordem social e política, ao colidirem com a adoção de uma visada mais estetizante e as prioridades profissionais após o malogrado concurso, conflitam com a continuidade das intervenções na grande imprensa, inclusive com a presença de rompantes de ordem pessoal e declarações de frustração e auto-questionamento.

Em vários artigos repontam ambiguidades e, não raro, desconfortos: se há, de fato, uma preocupação mais acentuada com aspectos da composição e fatura literária e os comentários sociológicos de fundo quase desaparecem nos artigos, por outro lado seu autor ainda não foi capaz de encontrar uma fórmula capaz de conciliar as exigências da posição participativa com a atenção à dimensão propriamente literária. Tal aspecto se expressa de maneira exemplar no rodapé dedicado ao livro “Theseé”, do escritor francês André Gide, no qual participação e independência intelectual não se excluem mutuamente; ao contrário, se enlaçam numa posição mais serena, equilibrada e madura.

Em que pesem as declarações programáticas do artigo de estreia, alguns rodapés aludem à situação política enfrentada pelo autor nos quadros da Esquerda Democrática – após 1947, Partido

Socialista Brasileiro (PSB) -, refletindo sobre a conduta do militante socialista e o desafio de convalidar a opção ideológica de sua facção em meio às distintas vertentes doutrinárias que aderiram às hostes do partido na retomada da vida democrática. Os rodapés desse período também revelam os principais investimentos intelectuais de Candido após o concurso de 1945: trechos e passagens da *Formação da literatura brasileira* (1959) e de artigos sociológicos comparecem nas páginas de “Notas de crítica literária”.

Após uma longa ausência das páginas da grande imprensa, a colaboração no projeto editorial do *Suplemento Literário* do jornal *Estado de S. Paulo*, dirigido pelo amigo Décio de Almeida Prado, e o envio, ainda que ocasional, mas com certa constância, de resenhas e artigos literários, sobretudo em seus primeiros números, trouxeram Candido de volta ao veículo de comunicação onde ele deu início à sua trajetória. Nessa altura, porém, as condições de produção e o perfil de trabalho intelectual prevalecentes no âmbito dos estudos literários, bem como o lugar e a centralidade da literatura na vida intelectual do país já haviam sido alterados, de modo irreversível.

Para compreender tais modificações, realizei uma alongada digressão analítica, ainda que com base em poucos e descontraídos dados, destacando a figura do crítico baiano, radicado no Rio de Janeiro, Afrânio Coutinho (1911-2000). Ao retornar dos Estados Unidos, em 1947, Coutinho deu início, na seção “Correntes Cruzadas” do “Suplemento literário” dominical do *Diário de Notícias*, editado no Rio de Janeiro, a uma ardorosa e insistente campanha pela renovação da crítica literária no país, conclamando a erradicação de todo e qualquer impressionismo e/ou autodidatismo, a necessidade imperiosa de formação de profissionais a partir de estudos sistemáticos e universitários e a autonomia absoluta do texto, relegando para segundo plano as preocupações de ordem biográfica ou contextual, em favor do exame da essência ou fórmula estética da obra literária.

Embora Coutinho próprio não tenha se integrado à vida universitária carioca (o que somente viria a ocorrer em 1963, com a aposentaria de Alceu Amoroso Lima, professor de Literatura Brasileira na Faculdade Nacional de Filosofia e da Pontifícia Universidade Católica, desde 1941), tampouco a sua obstinada pregação tenha sido a responsável pelo declínio de prestígio do rodapé literário, erodido, antes, pela progressiva perda da centralidade da literatura no interior do campo intelectual, é inegável que sua campanha pela renovação dos parâmetros teóricos, metodológicos e conceituais do exercício da crítica literária teve bastante repercussão no meio intelectual.

Já desligado das atribuições profissionais e acadêmicas da Cadeira de Sociologia II na FFCL-USP e atuando como professor de literatura, na recém-criada Faculdade de Filosofia de Filosofia, Ciências e Letras de Assis do Instituto Isolado de Ensino Superior do Governo do Estado de São Paulo (atualmente integrado à Unesp), Candido, possivelmente no esforço de legitimar a nova condição profissional, retoma o investimento em sua produção na área de letras, lançando ou reeditando, quase simultaneamente,

estudos de importância para a estabilização da identidade intelectual como crítico literário e da posição institucional recém-adquirida. Em 1959, vêm a lume *O Observador Literário*, reunião de rodapés publicados por Candido na grande imprensa; os dois tomos da *Formação da Literatura Brasileira* e, pouco depois, em 1961, no formato de boletim acadêmico, a tese “Introdução ao método crítico de Sílvio Romero”.

Deixando de fora as resenhas bibliográficas e os artigos que tratam de lançamentos literários, Candido reúne em *O Observador literário* material heterogêneo e desconexo, derivado de parte dos rodapés publicados no *Suplemento Literário* e alguns assinados em sua coluna na *Folha da Manhã* e *Correio de S.Paulo*. Embora afirme, no prefácio, tê-los agrupados “com um mínimo de arbítrio, embora em espírito de passeio”, espereita-se, no entanto, a coexistência de duas frentes de discussão de fundo que os aproxima e unifica: de um lado, a ênfase na investigação da transposição dos elementos de ordem biográfica na fatura das obras literárias, numa conjuntura marcada, como vimos, por uma defesa intransigente da abordagem crítica intrínseca; de outro, o questionamento de certas limitações ou impasses de natureza metodológica decorrentes dos pressupostos adotados por expoentes da nova crítica anglo-americana, bastante em voga nessa altura.

Não se deve concluir, porém, que Candido nutra qualquer rejeição aos novos parâmetros de estudo e ao padrão científico de rigor metodológico na área da crítica literária. Ao contrário, a coletânea enfeixa artigos que recorrem a elementos de edição crítica, pesquisa erudita, análise comparada, entre outras. Sem repudiar as exigências e a influência construtiva dos padrões científicos adotados pela nova crítica, Candido, de modo sutil, defendia uma concepção de crítica não apenas como reflexão sobre a especificidade da dimensão estética e da qualidade literária da obra, mas, sobretudo, como forma de conhecimento da realidade.

O mesmo vale para a reedição da tese *Introdução ao método crítico de Sílvio Romero*. Ao republicá-la no formato de *Boletim de Teoria Literária e Literatura Comparada*, Candido acrescenta um novo prefácio no qual enfatiza as transformações em seu itinerário, em direção crescente a uma abordagem crítica interessada na dimensão interna do texto literário, e, ao mesmo tempo, manifesta sua distância em relação aos exageros desse excessivo clamor textualista, cada vez mais exasperado.

Emoldurando a primeira parte da tese, descrevi em minúcia os dois concursos nos quais Candido participou ao longo de sua trajetória universitária. Se, inicialmente, imaginei que o concurso para o provimento da vaga de professor da Cadeira de Literatura Brasileira da FFCL-USP, ocorrido em meados de 1945, forneceria somente um preâmbulo narrativo visando preparar o leitor para penetrar no cerne do conteúdo investigativo discutido nos sete primeiros capítulos, aos poucos fui-me dando conta que o certame condensava, como uma espécie de microcosmo, as inflexões das condições de produção e o perfil de trabalho intelectual pelas quais passava a crítica literária no país. Para melhor entender o seu

significado e importância, e deixando de lado os aspectos anedóticos e o tom moralista e pró-Candido que sempre ressurgem quando se evoca o assunto, procurei realizar uma cartografia comparada dos concorrentes, confrontando-os em termos geracionais (jovens intelectuais em início de carreira/professores em etapa avançada, com exceção de Oswald de Andrade, “homem sem profissão” que subsistia dos rendimentos auferidos da herança familiar), formação escolar (bacharéis formados preferencialmente pela Faculdade de Direito de São Paulo/recém-egressos de cursos da Faculdade de Filosofia, excetuando-se de Jamil Almansur Haddad, diplomado pela Faculdade de Medicina), temas de pesquisa (temas pouco tradicionais redigidos conforme o padrão monográfico/enfoques tradicionais vazados em estilo ensaístico, o que só é parcialmente correto no caso de Antonio Salles Campos) orientações e alianças políticas (conservadores católicos/ esquerdistas laicos, etc.)

Para além da simetria narrativa, o encerramento da primeira parte da tese com o concurso para provimento de cargo de Professor Titular junto ao Departamento de Linguística e Línguas Orientais, disciplina de Teoria Literária e Literatura Comparada, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), em 1974, permitiu evidenciar o ponto de chegada da trajetória Candido e, ainda, do processo mais geral de institucionalização do curso de Letras no país. Ao candidatar-se à vaga, Candido se encontrava no apogeu de sua influência e produtividade: aos 56 anos de idade, sua autoridade já estava plenamente consolidada para não haver nenhuma surpresa desagradável, tampouco concorrente disposto a competir com ele pela vaga.

Ao assumir em 1961 a direção do curso de Teoria Literária e Literatura Comparada (TLLC), criado por iniciativa de um grupo de professores da FFCL-USP para abrigá-lo em sua nova área de atuação profissional, Candido promove a montagem e manutenção de uma infraestrutura acadêmica bem-sucedida, ao organizar o currículo da graduação e pós-graduação do curso; convocar docentes para compor o programa; recrutar e contratar, entre alunos e orientandos, futuros professores; gerenciar o acervo intelectual e pessoal de grandes intelectuais e escritores (incorporando tal espólio ao meio universitário, assim como supervisionando o seu acesso e consulta); providenciar a captação de recursos financeiros para pesquisa (através de bolsas de pesquisa da recém-criada Fapesp); desenvolver e implementar amplos projetos de pesquisa coletiva, sugerindo temas de investigação particular e, sobretudo, influir de maneira decisiva na formação e treinamento acadêmico de, pelo menos, três gerações de críticos literários.

Por outro lado, o êxito obtido por Candido *não foi conquistado apenas em razão das estratégias profissionais e do perfil dos investimentos acadêmicos por ele realizados*. É fato que, quando comparado à Cadeira de Literatura Brasileira, sua área de principal interlocução, o curso de TLLC adquiriu, em pouco tempo de atividades, uma proeminência irrefutável. Migrando do Departamento de Sociologia e Antropologia, em cujo âmbito já se encontravam programas de pesquisa e iniciativas acadêmicas plenamente implementadas – e, diga-se, em franca competição e disputa pela hegemonia na área –, Candido

encontrou, por assim dizer, menor resistência e concorrência para impor-se como uma liderança institucional incontestada na área das Letras.

Com vistas a corroborar tal afirmação, apresentei material e documentos que foram possíveis coletar referentes à Cadeira de Literatura Brasileira, desde a sua origem, enquanto Cadeira de Literatura Luso-Brasileira (1934), passando pelo exame do perfil e da contribuição intelectual de seus responsáveis: Otoniel Mota (1935 a 1936), Fidelino de Figueiredo (1937-1939), Mário Pereira de Souza Lima (1939-1963) e José Aderaldo Castello (1963-1970). O que importa reter desse apanhado de informações são, de um lado, o perfil institucional ancorado na figura do erudito tradicional e, de outro, os contornos da produção intelectual predominante na área de literatura brasileira, alinhado à beletrística e à retórica, assentado em critérios filológicos e gramaticais.

Amparado, de um lado, na inserção institucional singular do curso e, de outro, em princípios do padrão de trabalho intelectual e modelo de atuação profissional disseminados no âmbito do curso de Ciências Sociais, Candido, em pouco tempo, assumiu uma posição acadêmica de destaque. Desincumbido de seguir o programa de ensino e o conteúdo programático tradicional da graduação do curso de Letras, e beneficiado pelas reformas universitárias de meados e do final da década de sessenta, ele pode enveredar por temáticas imprevistas, oferecendo cursos regulares e monográficos sobre os principais nomes do movimento modernista, promovendo seminários interdisciplinares, colóquios informais e cursos voltados para a discussão da bibliografia mais atualizada no campo da teoria literária. Nesse processo, pôde ainda contar com o constante auxílio de bolsas de pesquisa, a disponibilidade de acervos bibliográficos e biblioteca pessoais e a parceria com editoras comerciais.

Rompendo com o modelo universitário dominante nos cursos de Letras, Candido colocou em prática um modo de organização do trabalho quase que inteiramente antitético em relação às práticas e posturas afeitas ao que qualifiquei de erudito tradicional: articulando estreitamente docência, pesquisa científica e orientações acadêmicas, estimulou a realização de trabalho coletivo, a escolha de objetos e temas a partir de materiais de arquivo e registros laterais (anotações marginais, textos de imprensa, projetos inacabados), relegados em favor da prioridade dada às obras consumadas, dos principais nomes do modernismo brasileiro (pela primeira vez estudados dentro da academia) e a adoção de recortes de pesquisa circunscritos, ampliando as fronteiras e a própria noção de estudos literários. Sob sua supervisão e estímulo, plasmou-se um dos segmentos hegemônicos da crítica literária contemporânea, cuja coesão intelectual e institucional conferiu a seus membros uma identidade profissional que nos permite, ainda hoje, reconhecer um certo estilo de trabalho distinto de outros centros de pesquisa ou vertentes de estudos.

Na segunda parte da tese, privilegiei a análise de dois dos principais ensaios de Candido: “Dialética da malandragem” e “De Cortiço a cortiço”, colocando em evidência a estreita relação entre estudos literários e ciências sociais no conjunto de sua obra. Embora tenha se notabilizado em razão da

originalidade e envergadura de sua contribuição no setor das letras, não se pode esquecer que durante dezesseis anos Candido atuou como docente e pesquisador junto à Cadeira de Sociologia II na FFCL-USP. Nesse período, ele publicou 12 artigos e defendeu a tese *Os parceiros do Rio Bonito*.

Ainda que meu objetivo imediato não tenha sido enfrentar direta e exaustivamente sua produção sociológica, mas tão-somente averiguar em detalhe a repercussão de certas teses e questões sociológicas nos ensaios literários aludidos, concentrei-me no conjunto de estudos ligados ao universo rural do caipira paulista – em particular “The Brazilian family”, “A vida social dos caipiras” e *Os parceiros do Rio Bonito* – para deles extrair um quadro de referências que reaparecerá nas análises literárias do autor. Descendente de fazendeiros do sudoeste de Minas Gerais, Candido não seguiu o destino traçado por boa parte de seus parentes, muitos dos quais enveredaram pela medicina, advocacia e política, sem dúvida por influência do ambiente familiar no qual cresceu, onde recebeu um intenso estímulo para a leitura e o estudo. Não se manteve, porém, insensível à atração exercida pelo ambiente rural do qual provieram os Mello e Souza, transformando em matéria-prima de estudo e pesquisa aspectos centrais da experiência social de sua infância e do modo de vida de seus familiares.

Nucleados em torno do processo de ocupação e povoamento territorial, dos níveis de vida e de sociabilidade, dos padrões conjugais e de sociabilidade, das formas de trabalho e da dieta alimentar, das relações de solidariedade e de auxílio mútuo entre grupos de vizinhança e das práticas lúdico-religiosas, bem como dos efeitos disruptivos do processo de modernização, os fundamentos das teses sociológicas desenvolvidas por Candido nesses escritos foram buscados em quatro frentes de investigação correlatas.

Em primeiro lugar, na história social dos Mello e Souza, na região do sudeste de Minas Gerais. Conforme vimos, a trajetória dos bisavôs paternos de Candido, negociantes e fornecedores de gado para os mercados consumidores regionais e interprovinciais, se confunde com a evolução social e prosperidade dos municípios de Passos e Cássia. À semelhança das principais famílias tradicionais da região, sua fortuna e projeção foram amealhadas pela conjugação estreita de atividades agropastoris, comerciais e ocupação de cargos públicos. Embora a numerosa incidência de casamentos endogâmicos ou alianças com outras famílias de posses tenham garantido a manutenção do patrimônio material conquistado, o fracionamento das terras entre a extensa prole de herdeiros a concorrência mercantil com regiões adjacentes foram responsáveis pela dilapidação do patrimônio financeiro e, também, pela reconversão de parte de seus membros às carreiras liberais, em especial a advocacia e a medicina. Com base no material apurado em Cássia e em publicações dispersas e de difícil acesso, foi possível espreitar o significado profundo desse universo de práticas, relações e valores nos interesses temáticos e na maneira como Candido os abordou.

É evidente, porém, que as teses sociológicas defendidas por ele, em que pese a influência dessa dimensão familiar, foram refratadas pela leitura dos principais estudos dos chamados intérpretes sociais do

país que surgiram nas décadas de 1920 e 1930. Prova disso são as ementas do curso “Organização Social” oferecido por Candido aos alunos de Ciências Sociais da FFCL-USP entre os anos de 1952 a 1958: o conteúdo das discussões girou em torno dos fundamentos da organização social do país, apoiando-se na leitura dos principais clássicos do pensamento social brasileiro.

Não me parece exagerado afirmar, por conseguinte, que um dos grandes *leitmotive* da produção sociológica de Candido reside no estudo dos padrões de sociabilidade e no papel social desempenhado pela unidade familiar na constituição da organização sociocultural do país. A fim de avançar na apreciação dessa questão, empreendi uma leitura intensiva do ensaio “The Brazilian Family”, revelando sua inspiração em aspectos de ordem pessoal e familiar de seu autor e seus débitos intelectuais com as formulações de Oliveira Vianna e Gilberto Freyre a respeito da precedência da iniciativa particular e da família patriarcal no processo de conquista e ocupação das terras recém-descobertas, em detrimento da construção de um espaço público plenamente consolidado. Em linhas gerais, o modelo defendido por Candido se define pela centralidade da família patriarcal como esteio do “o sistema social por excelência do Brasil patriarcal, o qual se baseava na solidariedade do parentesco” (Candido [1951] 1974b, p. 8), “formando um poderoso sistema de dominação econômica e política e, assim, para a aquisição e manutenção de prestígio e status” (*Idem*, p. 8). E, sua composição interna, por uma estrutura dúplice, composta pelo núcleo legal constituído pelo casal e seus descendentes legítimos e, ao redor dele, uma camada periférica, formada por escravos, agregados, concubinas, filhos ilegítimos etc. Além desses, ele identifica um terceiro segmento, não-familiar, constituído de indivíduos socialmente degradados que se desprendem das franjas dessa periferia e se reproduzem ao acaso, num universo ausente de normas regulatórias de conduta.

Ainda que seja produto de uma encomenda para publicação estrangeira, é possível identificar certas linhas de continuidade entre “The Brazilian Family”, “A vida social do caipira” e *Os parceiros do Rio Bonito*. Em primeiro lugar, se origina preferencialmente desse segmento não-familiar o contingente populacional que, com o refluxo da mineração e o subsequente processo de ruralização que assolou o país, se sedentarizou, abrandou os costumes e se fixou tanto em núcleos populacionais já existentes, engrossando o ralo contingente demográfico de povoados, freguesias e vilas, quanto em novas áreas de ocupação surgidas das atividades subsidiárias da prospecção de metais e pedras preciosas e do apresamento de indígenas. Dispersa em várias direções de uma extensa área geográfica, tal massa de homens livres pobres cristalizou-se em princípios organizatórios da vida social e cultura rústicos, nucleados em torno de unidades de povoamento razoavelmente estáveis e relativamente dispersas, isoladas e autárquicas, nas quais imperaram a adaptação humana às constrictões e recursos ambientais (por meio, sobretudo, da incorporação de conhecimentos e técnicas de grupos indígenas que povoavam a região), a prevalência da pequena propriedade e do sistema econômico fechado e voltado quase exclusivamente à

subsistência, a centralidade das relações familiares e do parentesco (efetivo ou simbólico) e a importância integrativa das formas espontâneas de auxílio vicinal coletivo e das atividades lúdico-religiosas.

Em “A vida familiar do caipira”, o autor se volta, por sua vez, para a sondagem sensível e detalhada da composição interna e os códigos de conduta que definem a “família caipira”. De acordo com Candido, a expressão indica “uma modalidade de organização familiar que entronca diretamente no tipo chamado patriarcal, desenvolvida no Brasil nos tempos da Colônia” e reivindica a ocorrência de “padrões [que] são essencialmente os mesmos registrados por viajantes e estudiosos para a família *patriarcal*, variando naturalmente conforme o papel que desempenham no processo de produção, pois ele condiciona formas diferentes de participação cultural. Num e noutro caso, com efeito, a família desempenha função econômica importante; mas a organização do trabalho, a distribuição dos bens e o papel na vida política variam sensivelmente de um para outro” (Candido, 2001c, p. 288 – grifo do autor). Embora certas práticas culturais estivessem desgastadas ou em vias de se tornarem obsoletas à época da condução da pesquisa de campo, em decorrência das transformações desencadeadas pelo processo de modernização, Candido identifica a centralidade da família nuclear, erigida sobre a autoridade praticamente inconteste e por uma inflexível hierarquia do pater famílias sobre os demais membros, cujas distâncias são marcadas por deferências, formas de tratamento cristalizadas e um senso estreito de honra doméstica, e a grande importância das obrigações recíprocas asseguradas pelo compadresco (a “afinidade espiritual dos compadres”) e do compadrio (a sua contraparte efetiva).

Mesmo advertindo, em *Os parceiros do Rio Bonito*, que a família isolada ou “bloco familiar” constitui estado pré-anômico, não se deve esquecer que o bairro rural, unidade por excelência da vida caipira, é composto por *um conglomerado de famílias vizinhas* cuja identidade coletiva é periodicamente reafirmada em atividades de caráter comunal ou lúdico-religiosas. Desse ponto de vista, imperam no interior dos bairros a autossuficiência, o grupo doméstico como unidade sócio-econômica, as atividades associativas, as relações de parentesco e de compadrio, a extensa margem de lazer e a desnecessidade de trabalhar.

Ao contrário, porém, de uma certa tradição intelectual depreciativa da dinâmica existencial dos homens livres e pobres, que os encara sob a ótica da vadiagem e da ociosidade, o esforço de Candido se orientou no sentido da revalorização positiva da importância sociocultural e a dignidade humana do homem livre pobre, por meio da figura do caipira paulista, possivelmente em decorrência de suas convicções políticas de esquerda, mas também em razão de uma certa solidariedade intraclasse que emana de um membro de uma família tradicional cuja patrimônio material encontrava-se em franco declínio.

Em “Dialética da malandragem” (1970), as teses sociológicas acima descritas encontram sua expressão em vários aspectos. Amparando-se nas relações de compadrio, que lhe garantem sustento material e ao mesmo tempo proteção e apoio, sobrevivendo a partir de ocupações temporárias e precárias,

o protagonista das *Memórias de um sargento de milícias* personifica de forma exemplar as alternativas de vida reservadas ao “setor inorgânico” em plena ordem escravocrata. Embora o registro cômico e a neutralidade moral da instância narrativa assegurem uma “aceitação risonha do ‘homem como ele é’”, aberta às “inspirações do ritmo popular” e a “uma espécie de sabedoria irreverente”, (Candido, 1993b, p. 39), Candido não deixa de perscrutar as dificuldades de inserção dos homens livres no incipiente mercado de trabalho existente, somente lhes restando o trabalho ocasional, a atividade de subsistência ou o perambular pelos campos e cidades sem destino certo.

Despojado de um aparato político-administrativo ordenador e centralizador, imperavam na dinâmica do cotidiano popular a alternância entre o lícito e o ilícito, o recurso à solidariedade vicinal e diferentes formas de auxílio mútuo e a inserção precária ou tangencial no mercado de trabalho. Novamente os modelos sociológicos seguidos pelo autor podem ser buscados nas obras de clássicos do pensamento social que destacaram o predomínio ou o prolongamento da esfera privada sobre a organização da ordem pública. Afinal, a alternância entre ordem e desordem somente seria possível num universo onde a presença da lei e da repressão não se fizesse sentir de maneira vigorosa, revelando a fragilidade do poder público nesse período.

Levando adiante a análise, procurei rastrear em “De Cortiço a cortiço” o intenso diálogo do autor com outra fonte sociológica marcante em seu pensamento: os estudos sobre relações raciais efetuados pela escola paulista de sociologia. Ainda que seja possível detectar certas afinidades intelectuais entre o processo de disciplinarização do espaço público surpreendido por Gilberto Freyre em *Sobrados e mucambos* (1936) e leitura de Candido no que diz respeito à “dialética do espontâneo e dirigido”, a principal questão tratada pelo ensaio repousa na discussão sobre os padrões e a dinâmica das relações raciais vigentes no Rio de Janeiro do final do século XIX.

A partir da interpretação do conteúdo ideológico embutido no preconceituoso ditado popular dos três pês, o qual serve de introdução ao universo de relações humanas do romance, Candido desvela uma visão derogativa do trabalho, que equipara, de forma brutal, o português pobre e o negro ao animal. E, nesse passo, suas considerações não deixam de evocar o diagnóstico promovido por Florestan Fernandes a respeito dos padrões de relacionamento racial em São Paulo. Como se sabe, a década de 1950 e a realização da pesquisa representam uma nova etapa na obra e na carreira do sociólogo paulista. Ao aceitar o convite de Roger Bastide para coordenar a pesquisa sobre as relações raciais no Brasil, patrocinado pela UNESCO com o apoio da revista *Anhembi*, Florestan dava início a uma série de pesquisas e escritos sobre o assunto, cujo ponto culminante é a tese de cátedra *A integração do negro na sociedade de classes* (1964). Situando a discussão do preconceito e da discriminação raciais no âmbito da integração de negros e mulatos no mercado de trabalho e na estrutura de classes que emerge após a abolição, o autor contestou com veemência o “mito da democracia racial”, demonstrando, de um lado, a manutenção de modelos

estereotipados e assimétricos nas atitudes e tratamento inter-raciais e, de outro, a extrema dificuldade – e suas consequências nos planos psíquico, emocional, familiar e cotidiano – dos recém-libertos se inserirem profissionalmente em uma ordem social cada vez mais competitiva.

Por fim, apoiando-me em indicação de Candido a respeito da possibilidade de se aproximar “Dialética da malandragem” e “De Cortiço a cortiço” no que diz respeito às diferenças de tratamento da questão dos efeitos disruptivos do processo de modernização, lancei mão novamente dos ensaios sociológicos do autor. Pelo que se pode depreender da leitura de “The Brazilian family” e *Os parceiros do Rio Bonito*, o progressivo avanço da urbanização e industrialização provoca uma série de transformações no modo de vida das camadas populares. A quase completa autarquia, o papel integrativo do bairro rural e a importância da família nuclear se esfacelam com a gradual incorporação de seus membros ao mercado de trabalho assalariado e às suas ingerências, tornando-se cada vez mais difícil a manutenção das práticas associativas e de seus grupos vicinais, que vão minguando ou adquirindo novos significados e arranjos. Despreparados para enfrentar a exploração econômica e a competição profissional do mercado, os caipiras que, sem outra alternativa, migram para os grandes centros urbanos, vão engrossar as fileiras do proletariado fabril. Acuados em posições subalternas, o alegre vivace de outrora se desfaz diante das formas abertas de opressão a que são submetidos.

Com os devidos ajustes, é esse o contexto em que se desenrola a de “De Cortiço a cortiço”. Como se sabe, o processo de modernização do Rio de Janeiro, desencadeado pela vinda da corte real e seus súditos, provocou uma série de profundas transformações na cidade. A abertura dos portos, as obras infraestruturais, a intensa imigração de portugueses pobres e a migração de escravos libertos, mulatos e homens livres pobres das redondezas para a cidade instauram uma forte competição envolvendo raças, classes, nacionais e estrangeiros.

Encerrando esta tese, espero ter convencido o leitor de que a parte mais significativa dos estudos literários de Candido deve ser lida a partir do cruzamento fecundo entre as duas frentes de estudo e atuação em que ele se dividiu desde os primeiros passos de sua trajetória, desafiando injunções de ordem acadêmica, situações profissionais e fronteiras disciplinares. Daí a dificuldade de se desembaraçar os fios do analista literário refinado do não menos sensível cientista social, papéis que ele soube encarnar de maneira engenhosa e indissolúvel.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Acadêmicas

Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – 1936; 1937-1938; 1939-1949 Vol.I e II; 1950; 1951; 1952.

Arquivo pessoal de José Aderaldo Castello depositado no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), 2011.

Candido, Antonio. *Memorial para Concurso de Professor Titular de Teoria Literária e Literatura Comparada, Departamento de Linguística e Línguas Orientais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo*, 1974.

Cerqueira Leite, Manuel. *Memorial para Concurso de Professor Titular da Cadeira de da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara*, 1972.

Guia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras – 1943; 1948; 1954; 1966.

Programas de Curso do Departamento de Sociologia e Antropologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para os anos de: 1952; 1953; 1955; 1958.

Programas Aprovados pela Congregação para o Ano Letivo de: 1953; 1954; 1960; 1962; 1964; 1966; 1967; 1968.

Trecho da Ata da 210ª Sessão do Conselho Universitário, realizada em 09/08/1945.

Souza Lima, Mario Pereira. *Memorial para Concurso de Professor Titular da Cadeira de Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo*, 1945.

Dicionários Especializados

MENESES, Raimundo de. *Dicionário literário brasileiro*. 2ª edição, rev. aum. e atualizada. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978.

MOISÉS; Massaud; PAES, João Paulo (orgs.) *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1980.

Correia de Melo, Luis. *Dicionário de Autores Paulistas*. São Paulo, Comissão do VI Centenário da cidade de São Paulo – Serviço de Comemorações Culturais, 1954.

Rodapés literários

CANDIDO, Antonio. “Notas de Crítica Literária - Santo Antero (I)”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 28/1/1943, p. 5 (1943a).

_____. “Notas de Crítica Literária – Problema de jurisdição”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 7/1/1943, p. 5 (1943b).

_____. “Notas de Crítica Literária – Vinte anos e...”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 04/3/1943, p. 5 (1943c).

_____. “Notas de Crítica Literária – Ficção (I)”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 4/2/1943, p. 5 (1943d).

_____. “Notas de Crítica Literária – Inteligência e momento”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 12/9/1943, p. 5 (1943e).

_____. “Notas de Crítica Literária – Carta para Pernambuco”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 26/9/1943, p. 5 (1943f).

_____. “Notas de Crítica Literária – Os mitos e a reação”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 27/6/1943, p. 5 (1943g).

_____. “Notas de Crítica Literária – A crise das ciências do homem”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 07/11/1943, p. 5 (1943h).

_____. “Notas de Crítica Literária – Cultura Brasileira (I)”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 25/2/1943, p. 5 (1943i).

_____. “Notas de Crítica Literária – À margem”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 25/2/1943, p. 5 (1943j).

_____. “Notas de Crítica Literária – Uma vida exemplar”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 4/7/1943, p. 5 (1943l).

_____. “Notas de Crítica Literária – Não vale a intenção”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 25/7/1943, p. 5 (1943m).

_____. “Notas de Crítica Literária – Um poeta e a poesia”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 11/3/1943, p. 5 (1943n).

_____. “Notas de crítica literária - Literatura brasileira (I)” In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 18/3/1943, p. 5 (1943o).

_____. “Notas de crítica literária - Literatura brasileira (I)” In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 18/3/1943, p. 5 (1943p).

_____. “Notas de crítica literária - Classificações” In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 9/5/1943, p. 5 (1943q).

_____. “Notas de Crítica Literária – Romance e expectativa”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 8/8/1943, p. 5 (1943r).

_____. “Notas de Crítica Literária – Antes de Marco Zero”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 15/8/1943, p. 5 (1943s).

_____. “Notas de Crítica Literária - Marco Zero”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 24/10/1943, p. 5 (1943t).

CANDIDO, Antonio. “Notas de Crítica Literária – Mestiçagem e literatura”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 22/8/1943, p. 5 (1943u).

_____. “Notas de Crítica Literária - Faces descobertas”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 10/9/1944, p. 5 (1944a).

_____. “Notas de Crítica Literária – Oeste paulista”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 20/2/1944, p. 5 (1944b).

_____. “Notas de Crítica Literária - Longitude”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 23/7/1944, p. 5 (1944c).

_____. “Notas de Crítica Literária - Um poeta ‘impuro’”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 3/9/1944, p. 5 (1944d).

_____. “Notas de Crítica Literária – Antologias”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 26/3/1944, p. 5 (1944d).

_____. “Notas de Crítica Literária – Última nota”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 28/5/1944, p. 5 (1944e).

_____. “Notas de Crítica Literária - Fogo Morto”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 30/1/1944, p. 5 (1944f).

_____. “Notas de Crítica Literária – Apostila de amanuense”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 28/10/1944, p. 5 (1944g).

CANDIDO, Antonio. “Notas de Crítica Literária – Pedro Malasarte”. In: *Folha da Manhã*. São Paulo: 5ª feira, 29/10/1944, p. 5. (1944h).

_____. Candido, Antonio. “Notas de crítica literária – Poeta e poetisa”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 13/12/1945, p. 4. (1945a).

_____. “Notas de crítica literária – Poesia em São Paulo”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 20/12/1945, p.4. (1945b).

_____. “Notas de crítica literária – Carta a Jean Géhenó”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 29/11/1945, p.4. (1945c).

“Notas de crítica literária – Presente do indicativo”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 27/09/1945, p.4. (1945d).

_____. “Notas de crítica literária – Mais poetas”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 03/01/1946, p.4. (1946a).

_____. “Notas de crítica literária – Na escala do homem (I)”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 14/03/1946, p.4. (1946b).

_____. “Notas de crítica literária – Na escala do homem (II)”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 21/03/1946, p.4. (1946c).

_____. “Notas de crítica literária – Teseu (I)”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 17/10/1946, p.4. (1946d).

_____. “Notas de crítica literária – Silone (I)”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 17/01/1946, p.4. (1946e).

_____. “Notas de crítica literária – Silone (II)”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 24/01/1946, p.4. (1946f).

_____. “Notas de crítica literária – Silone (III)”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 31/01/1946, p.4. (1946g).

_____. “Notas de crítica literária – Literatura de combate”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 04/07/1946, p.4. (1946h).

_____. “Notas de crítica literária – A sombra do amanuense”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 30/05/1946, p.4. (1946i).

- _____. “Notas de crítica literária – Servos da morte”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 15/08/1946, p.4. (1946j).
- _____. “Notas de crítica literária – Apêndice”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 10/10/1946, p.4. (1946l).
- _____. “Notas de crítica literária – Seara Vermelha”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 28/11/1946, p.4. (1946m).
- _____. “Notas de crítica literária – A ‘delgada avena’”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 11/04/1946, p.4. (1946n).
- _____. “Notas de crítica literária – Ciências Sociais”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 12/09/1946, p.4. (1946o).
- _____. “Notas de crítica literária – Reflexões críticas”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 19/12/1946, p.4. (1946p).
- _____. “Notas de crítica literária – Duas notas”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 16/01/1947, p.4. (1946q).
- _____. “Notas de crítica literária – P.S”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 07/11/1946, p.4. (1946r).
- _____. “Notas de crítica literária – Teseu (II)”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 24/10/1946, p.4. (1946s).
- _____. “Notas de crítica literária – Teseu (Conclusão)”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 31/10/1946, p.4. (1946t).
- _____. “Notas de crítica literária – Anotações”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 27/02/1947, p.4. (1946u).
- _____. “Notas de Crítica Literária – Aluísio”. In: *Diário de S.Paulo*. São Paulo: 5ª feira, 09/1/1947, p. 4.

Referências gerais

- ABRAMOVICH, Fanny. *Quem educa quem?* São Paulo, Summus Editorial, 1985.
- AGUIAR, Flávio. “Brusco lampejo. Digressão sobre a presença de Érico Veríssimo em Brigada Ligeira, de Antonio Candido”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). *Leituras cruzadas*. Porto Alegre, Editora da Universidade/UFRGS, 2000.
- AGUIAR, Joaquim Alves. “Anotações à margem de um belo livro”. In: *Literatura e Sociedade*. Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, número 4, São Paulo, 1999.
- _____. “Feminino-masculino”. In: MICELI, Sergio & MATTOS, Franklin de (Orgs.). *Gilda, a paixão pela forma*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul/Fapesp, 2007.
- _____. “O anjo caído”. *Revista USP*, nº 51, set./out./nov., 2001.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. “Escravos e proletários: imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro, 1850-1872”. In: *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, nº 21, julho de 1998, 1998.
- ALMEIDA, Teresa de. “Bernanos no Brasil: o rastro de uma permanência”. In: NITRINI, Sandra (Org.) *Aquém e além mar - relações culturais: Brasil e França*. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

ALVARENGA, Neiva Maria. *Cássia, minha terra*. Trabalho apresentado como exigência parcial para obtenção do título de Especialização “latu Sensu” em Geografia pela Universidade de Franca. Franca, 1994.

AMERICANO, Jorge. *A Universidade de São Paulo*. Dados, problemas e planos. São Paulo, Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais” Ltda., 1947.

AMORA, Antonio Soares. “Manoel Cerqueira Leite” In: LEITE, Manoel Cerqueira. *Água de cuia*. São Paulo, Editora Brasiliense, Limitada, 1948.

_____. “Fidelino de Figueiredo: sua obra crítica e sua ação na Universidade de São Paulo”. In: *Tradução & Comunicação* – Revista Brasileira de Tradutores. São Paulo, nº 8 – 7-12, jul., 1986.

_____. “Fidelino de Figueiredo na origem dos estudos de Literatura Portuguesa no Brasil”. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, vol. 8, nº 22, Set./Dez., 1994.

ANDRADE, Gênese. “Feira de letras”. In: ANDRADE, Oswald. *Feira das sextas*. Obras Completas. São Paulo: Editora Globo, 2004.

ANDRADE, Mário. “Segundo Momento Pernambucano”. In: _____. *Aspectos da literatura brasileira*. São Paulo: Editora Martins, 1978.

ANDRADE, Oswald. “A Arcádia e a Inconfidência” In: _____. *Do Pau-Brasil à Antropofagia e às Utopias*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1970.

_____. *Os dentes do dragão* – entrevistas. São Paulo: Globo: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

_____. *Ponta de lança*. São Paulo, Editora Globo, [1945] 1991a (Obras completas de Oswald de Andrade).

_____. “Antes do Marco Zero”. In: _____. *Ponta de lança*. São Paulo, Editora Globo, 1991b (Obras completas de Oswald de Andrade).

“ANTONIO CANDIDO, o novo crítico literário do Diário de S. Paulo”. In: *Diário de S. Paulo*. São Paulo: 20/09/1945.

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1982.

ARANTES NETO, Antonio Augusto. *A sagrada família* – uma análise estrutural do compadrio. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas/Editora Brasiliense. Cadernos 5, 1975.

ARNONI PRADO, Antonio. “Raízes do Brasil e o modernismo” In: CANDIDO, Antonio (org.). *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Editora e Fundação Perseu Abramo, 1998.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Mitologia da mineiridade*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1990.

_____. “A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a ‘Escola Paulista’”. In: MICELI, S. (Org). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.2. São Paulo: Editora Sumaré, 1995.

_____. “Dilemas do Brasil moderno: a questão racial na obra de Florestan Fernandes” in *Idéias*, Campinas, 4 (1/2), 1997.

_____. “Desafios de uma geração e originalidade da interpretação”. In: KOSMINSKY, Ethel Volfzon (Org.). *Agruras e prazeres de uma pesquisadora: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queirós*. Marília: Unesp-Marília-Publicações; São Paulo, FAPESP, 1999.

_____. “Florestan Fernandes e a Sociologia de São Paulo” In: _____. *Metrópole e Cultura: São Paulo no meio do século XX*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. *Guerra e paz, Casa-Grande & Senzala: a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Editora 34, 2004.

ARAÚJO, Rosa Babosa de; FALCÃO, Joaquim (orgs.). *O imperador das ideias: Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro, Topbooks, 2001.

AVELINO FILHO, George. “Cordialidade e civilidade em Raízes do Brasil” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, ANPOCS, nº 12, vol. 5, fevereiro de 1990.

AZEVEDO BARROS, Raul. *Anotações à história antiga de Cássia*. Cássia, Edição do Autor, 1990.

BANDEIRA, Manuel. *Noções de história das literaturas*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura S.A, 1969.

BARBOSA, João Alexandre. *A Tradição do Impasse*. São Paulo: Editora Ática, 1974.

BASTIDE, Roger. *Arte e Sociedade*. 3ª Edição. São Paulo, Editora Nacional, 1979.

BASTOS, Élide Rugai. “Gilberto Freyre e a questão nacional” In: ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera; MORAES, Reginaldo (orgs.). *A inteligência brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

_____. “Florestan Fernandes e a construção das Ciências Sociais” In: MARTINEZ, Paulo Henrique (Org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

_____. *As criaturas de Prometeu*. Global, 2006.

BECHARA, Evanildo. *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?* São Paulo, Editora Ática, 1998.

BENEVIDES, Maria Victória. “Paulo Emílio: o Intelectual e a Política na Redemocratização de 1945”. In: *Revista de Cultura Contemporânea*. São Paulo: Cedec/Paz e Terra, v.1, n.2, p. 93-98, jan. 1979.

BETTI, Maria Sílvia. “Na trilha do mestre: Décio de Almeida Prado como formador”. In: FARIA, João Roberto; ARÊAS, Vilma; AGUIAR, Flávio (Orgs.). *Décio de Almeida Prado: um homem de teatro*. São Paulo, Edusp, 1997.

BOLLE, Adélia Bezerra de Meneses. *A obra crítica de Álvaro Lins e sua função histórica*. Petrópolis, Editora Vozes, 1979.

BONELLI, Maria da Glória. *Profissionalismo e política no mundo do direito: as relações dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado*. São Carlos: EdUFSCar: Editora Sumaré, 2002.

BORBA, José Cesar. “Dois anos de poesia”. In: *Anuário Brasileiro de Literatura (1943/1944)*. Rio de Janeiro, Irmãos Pongetti/Zélio Valverde, 1943/1944.

BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Editora Cultrix, 1975.

BOURDIEU, Pierre. *A Ontologia Política de Martin Heidegger*. São Paulo, Papirus, 1989.

_____. *As Regras da Arte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996.

_____. “Para uma ciência das obras” In: _____. *Razões Práticas*. São Paulo, Papirus, 1997a.

_____. “A ilusão biográfica”. In: _____. *Razões Práticas*. São Paulo, Papirus, 1997b.

_____. “Como ler um autor?” In: _____. *Meditações Pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

- _____. *Esboço de auto-análise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. “O programa de pesquisa conservador” In: *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.
- BRANDÃO, Octavio. “Sílvia Romero” In: _____. *Os intelectuais progressistas*. Tavares Bastos, Tobias Barreto, Sílvia Romero, Euclides da Cunha, Lima Barreto. Rio de Janeiro: Organizações Simões Editora, 1956.
- BRASIL, Antônio. *O pensamento crítico de Álvaro Lins*. Rio de Janeiro: J. Olympio; Recife: Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE, 1985.
- BRITO, Mário da Silva. *Martins: 30 anos*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1968.
- CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *IEB: origem e significados*. São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes/Imprensa Oficial do Estado, 2002
- CAMILO, Vagner. *Drummond: da Rosa do Povo à Rosa das Trevas*. São Paulo, Ateliê Editorial, 2001.
- _____. “O aerólito e o zelo dos neófitos: Sergio Buarque de Holanda, crítico de poesia”. In: *Revista USP*. São Paulo, n.80, dezembro/fevereiro, 2008-2009.
- CAMPOS, Augusto. “Dialética da maledicência” In: _____. *À margem da margem*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.
- CAMPOS, Milton de Godoy. *Antologia poética da Geração de 45*. São Paulo: Clube de Poesia, 1966.
- CAMURÇA, Marcelo A. “Intelectualidade rebelde e militância política: adesão dos Intelectuais ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) – 1922-1960”. In: *LOCUS: revista de história*. Juiz de Fora, vol. 4, nº 1, 1998.
- CANDIDO, Antonio. “Apresentação” In: *Clima*. São Paulo, vol. 1, maio de 1941a.
- _____. “O romance vendeu sua alma” In: *Clima*. São Paulo, vol. 6, 1941b.
- _____. “Resenha de *Janelas fechadas*, de Josué Montello”. In: *Clima*, vol. 3, novembro de 1941c.
- _____. “Resenha de *Jornal de Crítica* (2ª série), de Álvaro Lins” In: *Clima*. São Paulo, vol. 10, junho de 1942a.
- _____. “Resenha de *Poesias*, de Mário de Andrade”. In: *Clima*. São Paulo, vol. 8, janeiro de 1942b.
- _____. “Resenha de *A escola dos ditadores*, de Ignazio Silone” In: *Clima*, vol. 12, abril de 1943.
- _____. “Neo-anti-clericalismo” In: *Clima*. São Paulo, vol. 14, setembro de 1944a.
- _____. “Resenha de *D. H. Lawrence and Susan his cow*, de William York Tindall”. In: *Clima*. São Paulo, vol. 14, setembro de 1944b.
- _____. “Opinião e classes sociais em Tietê” In: *Sociologia*, vol. IX, nº 2. São Paulo, 1947.
- _____. “Sociologia, ensino e estudo” In: *Sociologia*. São Paulo, São Paulo, v.11, nº. 3, 1949.
- _____. “Informação sobre a sociologia em São Paulo” In: *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 25/01/1954.

_____. “The Brazilian Family” In: SMITH, T. Lynn & MARCHANT, Alexander (orgs.) *Brazil: portrait of a half continent*. New York, The Dryden Press, 1951.

_____. “Retratos” In: *Suplemento Literário*, de o *Estado de S. Paulo*, ano II, nº 56. São Paulo: 16/11/1957, p. 2, 1957a.

_____. “Prefácio” In: _____. *O observador literário*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura/Comissão de Literatura, 1959a.

_____. “Teresina” In: *O observador literário*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura/Comissão de Literatura, 1959b.

_____. “A sociologia no Brasil” In: *Enciclopédia Delta-Larousse*. Rio de Janeiro: Delta S.A., 1959c.

_____. “Marcel Proust, de George D. Painter” In: *Suplemento Literário*, de o *Estado de S. Paulo*, ano IV, nº 185. São Paulo: 11/06/1960, p. 2. (1960).

_____. (1974) Memorial apresentado para concurso de professor titular de Teoria Literária e Literatura Comparada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 3 de julho de 1974, 1974a.

_____. “A Família Brasileira”. Apostila do curso Sociologia I - 2º Semestre de 1974. Campinas, Unicamp, 1974b.

_____. “Informe político” In: CALIL, Carlos Augusto; MACHADO, Maria Teresa. *Paulo Emílio: um intelectual na linha de frente*. São Paulo: Editora Brasiliense/Rio de Janeiro: Embrafilme, 1986.

_____. “O significado de Raízes do Brasil” In: HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. 18ª edição, comemorativa do jubileu de Ouro. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1986.

_____. *A personagem de ficção*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1987.

_____. *O método crítico de Sílvio Romero*. São Paulo: Edusp, 1988.

_____. “Prefácio”. In: _____. *Brigada Ligeira e Outros Escritos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992a.

_____. “Entrevista” In: *Brigada Ligeira e Outros Escritos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992b.

_____. “Prefácio da 1ª Edição” In: *Brigada Ligeira e Outros Escritos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992c.

_____. “O romance da nostalgia burguesa” In: *Brigada Ligeira e Outros Escritos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992c.

_____. “Poesia, documento e história”. In: *Brigada Ligeira e Outros Escritos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992d.

_____. “Estouro e libertação” In: *Brigada Ligeira e Outros Escritos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992e.

_____. “Estratégia” In: *Brigada Ligeira e Outros Escritos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992f.

_____. “Roda de peru” In: *Brigada Ligeira e Outros Escritos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992g.

_____. “Surrealismo no Brasil” In: *Brigada Ligeira e Outros Escritos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992h.

_____. “Uma tentativa de renovação” In: *Brigada Ligeira e Outros Escritos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992i.

_____. “Paixão dos valores” In: *Brigada Ligeira e Outros Escritos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992j.

_____. “O congresso dos escritores” In: _____. *Teresina, etc.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992k.

_____. “A compreensão da realidade” In: _____. *Brigada ligeira e outros escritos*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992l.

_____. “As rosas e o tempo” In: _____. *Brigada ligeira e outros escritos*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992m.

_____. “La Figlia che Piange” In: _____. *Brigada ligeira e outros escritos*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992n.

_____. “Uma dimensão entre outras” In: _____. *Brigada ligeira e outros escritos*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992o.

_____. “O portador” In: _____. *Brigada ligeira e outros escritos*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992p.

_____. “Notas sobre Ezra Pound” In: In: *Brigada Ligeira e Outros Escritos*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992q.

_____. “Entre pastores” In: _____. *Brigada ligeira e outros escritos*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992r.

_____. “A vida em resumo” In: _____. *Brigada ligeira e outros escritos*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992s.

_____. “Lembrança de Mário de Andrade” In: _____. *Brigada ligeira e outros escritos*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992t.

_____. “As cartas do voluntário” In: _____. *Brigada ligeira e outros escritos*. São Paulo, Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992u.

_____. “Os vários mundos de um humanista”. Entrevista concedida a Gilberto Velho e Yonne Leite. Rio de Janeiro. *Ciência Hoje*, nº 91, vol. 16, junho 1993, 1993a.

_____. “Mário e o concurso”. In: *Recortes*. São Paulo, Companhia das Letras, 1993b.

_____. “Entrevista” In: FREITAS, Sônia Maria de. *Reminiscências*. São Paulo, Maltese, 1993c.

_____. “Érico Veríssimo de 30 a 70”. In: *Recortes*. São Paulo. Companhia das Letras, 1993d.

_____. “Entrevista” concedida a Décio de Almeida Prado, publicada em: MARTINS, Marília e ABRANTES, Paulo (Org.) *Três Antônio e um Jobim*, Rio de Janeiro: Relume/Dumará, 1993e.

_____. “Prefácio” In: _____. *O Discurso e a Cidade*. São Paulo, Editora Duas Cidades, 1993f.

_____. “Dialética da malandragem” In: _____. *O Discurso e a Cidade*. São Paulo, Editora Duas Cidades, 1993g.

_____. “Mestre Alceu em estado nascente” In: _____. *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993h.

_____. “De Cortiço a cortiço” In: _____. *O Discurso e a Cidade*. São Paulo, Editora Duas Cidades, 1993i.

_____. “Digressão sentimental sobre Oswald de Andrade” In: _____. *Vários Escritos*. São Paulo: Duas cidades, 1995a.

_____. “Radicalismos” In: _____. *Vários Escritos*. São Paulo: Duas cidades, 1995b.

_____. “Prefácio” In: GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; MATOS VIEIRA, Margarida Luiza. *Semeando a democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil*. Contagem: Palesa, 1995c.

_____. “Esquema de Machado de Assis” In: _____. *Vários Escritos*. São Paulo: Duas cidades, 1995d.

_____. “O direito à literatura” In: _____. *Vários Escritos*. São Paulo: Duas cidades, 1995e.

_____. “Jagunços e mineiros de Cláudio a Guimarães Rosa” In: _____. *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995f.

_____. “A Faculdade no centenário da abolição” In: *Vários Escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995g.

_____. “Antonio Candido: marxismo e militância”. Entrevista concedida a José Pedro Renzi para a *Praga* – revista de estudos marxistas. São Paulo: Boitempo, nº1, 1996a.

_____. “Repúdio à doutrina do capitalismo de estado”. In: *Praga* – revista de estudos marxistas, São Paulo: Boitempo, nº1, 1996b.

_____. “A culpa dos reis: mando e transgressão no Ricardo II” In: NOVAES, Adauto. *Ética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996c.

_____. “Prefácio” In: BASTIDE, Roger. *Poetas do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1997a.

_____. “Entrevista com Antonio Candido”. In: *Investigações, Linguística e Teoria Literária*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Pernambuco. vol. 7, setembro de 1997a.

_____. “Prefácio”. In: BASTIDE, Roger. *Poetas do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1997b.

_____. “Entrevista” In: AZEVEDO, Ricardo; MAUÉS, Flamarion (orgs.) *Rememória*. Entrevistas sobre o Brasil do século XX. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 1997c.

_____. “Sobre um crítico”. In: *Remate dos males*. Revista do Departamento de Teoria Literária da Unicamp. Campinas, número especial sobre Antonio Candido, 1999a.

_____. “Limites da biografia” In: *Antonio Candido: Remate de males*, número especial, Campinas (SP): Unicamp, 1999b.

_____. “Perenidade da biografia” In: *Antonio Candido: Remate de males*, número especial, Campinas (SP): Unicamp, 1999c.

_____. “A Revolução de 30 e a cultura” In: _____. *A educação pela noite & outros escritos*. São Paulo, Editora Ática, 2000a.

- _____. “A literatura e a universidade (I)” In: *Literatura e Sociedade*. São Paulo, 2000, nº 5, 2000b.
- _____. “A literatura e a universidade (II)” In: *Literatura e Sociedade*. São Paulo, 2000, nº 5, 2000c.
- _____. “Nota prévia” In: *Inimigo rumor*, nº 9. Rio de Janeiro: 7 Letras, novembro de 2000 (2000b).
- _____. “Literatura e subdesenvolvimento” In: _____. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Editora Ática, 2000c.
- _____. “Literatura e cultura de 1900 a 1945”. In: _____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Publifolha, 2000d.
- _____. “Notas de crítica literária – T.S. Eliot (I, II, III e IV)” In: *Inimigo Rumor*, nº 9. Rio de Janeiro: 7 Letras, novembro de 2000 (2000e).
- _____. “Entrevista com Antonio Candido” In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LEENHARDT, Jacques; CHIAPPINI, Lígia; AGUIAR, Flávio (org.) *Érico Veríssimo: o romance da história*. São Paulo: Nova Alexandria, 2001a.
- _____. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001b.
- _____. “A vida familiar do caipira” In: _____. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2001c.
- _____. *Florestan Fernandes*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001d.
- _____. “De leitor para leitor”. In: *Literatura e Sociedade*. Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, número 6, São Paulo, 2001-2002a.
- _____. “Poetas menores hoje (I)”. In: *Literatura e Sociedade*. Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, número 6, São Paulo, 2001-2002b.
- _____. “Poetas menores hoje (II)”. In: *Literatura e Sociedade*. Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, número 6, São Paulo, 2001-2002c.
- _____. “Poetas menores hoje (III)”. In: *Literatura e Sociedade*. Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, número 6, São Paulo, 2001-2002d.
- _____. “Esclarecendo” In: *Literatura e Sociedade*. Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, número 6, São Paulo, 2001-2002e.
- _____. “Percalços do infinito” In: *Literatura e Sociedade*. Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, número 6, São Paulo, 2001-2002f.
- _____. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002a.
- _____. “Notas de crítica literária - Carta a Luís Martins” In: _____. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2002b.
- _____. “Ouverture” In: _____. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2002c.
- _____. “Um ano” In: _____. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2002d.

_____. “Discurso de paraninfo”. *Textos de Intervenção*. São Paulo, Editora Duas Cidades; Ed. 34, 2002e.

_____. “Notas de crítica literária – Sobre poesia” In: _____. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2002f.

_____. “Notas de crítica literária – Poesia ao Norte” In: _____. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2002g.

_____. “Verlaine” In: _____. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2002h.

_____. “Euclides da Cunha, sociólogo” In: _____. *Textos de intervenção*. São Paulo: Editora 34, 2002i.

_____. “Começando” In: _____. *Textos de Intervenção*. São Paulo, Editora Duas Cidades; Ed. 34, 2002j.

_____. “Duas notas de poética” In: _____. *Textos de Intervenção*. São Paulo, Editora Duas Cidades; Ed. 34, 2002l.

_____. “Ordem e Progresso na poesia” In: _____. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2002m.

_____. “Sagarana” In: _____. *Textos de Intervenção*. São Paulo, Editora Duas Cidades; Ed. 34, 2002n.

_____. “Um impressionismo válido” In: _____. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2002o.

_____. “Duas vezes ‘A passagem do dois ao três’” In: _____. *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades, Editora 34, 2002p.

_____. “A vocação crítica”. Entrevista concedida a Manuel da Costa Pinto, publicada na revista *Cult*, vol. 61, 2004.

_____. “Ressonância” In: _____. *O Albatroz e o Chinês*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.

_____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. “Lembranças” In: *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*. BMA, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, nº 63, 2007a.

_____. *Um funcionário na monarquia*. Ensaio sobre o Segundo Escalão. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2007b.

_____. “Depoimento”. In: LOPEZ, Telê Ancona (Org.) *Eu sou trezentos, eu sou trezentos e cinquenta*. Rio de Janeiro, Agir, 2008a.

_____. “Os barões da casa” In: _____. *Artigos de autoria de Antonio Candido* (Extraídos dos textos publicados pela “A VANGUARDA”, jornal editado em Cássia, Sul de Minas Gerais). Cássia, 2008b.

_____. “Um centenário” In: _____. *Artigos de autoria de Antonio Candido* (Extraídos dos textos publicados pela “A VANGUARDA”, jornal editado em Cássia, Sul de Minas Gerais). Cássia, 2008c.

- _____. “Um benemérito” In: _____. *Artigos de autoria de Antonio Candido* (Extraídos dos textos publicados pela “A VANGUARDA”, jornal editado em Cássia, Sul de Minas Gerais). Cássia, 2008d.
- _____. “Um editor paulista (memórias)” In: *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo: Imprensa Oficial, vol. 67, dezembro de 2011, 2011.
- CARA, Salete. *A Recepção Crítica*. São Paulo: Editora Ática, 1983.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. “A vocação meta-disciplinar da Etnografia da Ciência” In: _____. *Sobre o Pensamento Antropológico*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro; Brasília, CNPQ, 1988.
- _____. *Razão e Afetividade: o pensamento de Lucien Lévy-Brühl*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2002.
- CARVALHO, José Murilo. “Introdução a Populações Meridionais do Brasil” In: SANTIAGO, Silviano (coordenação, seleção de livros e prefácio). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar S.A., 2002.
- CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Difel, 1977.
- CASTRO ROCHA, João Cezar. *Crítica literária: em busca do tempo perdido?* Chapecó, Argos, 2011.
- CASTELLO, José Aderaldo. “Cadeira de Literatura Brasileira” In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)*. São Paulo, nº 3, 1968.
- _____. “Introdução” In: NAPOLI, Roselis Oliveira de. *Lanterna Verde e o Modernismo*. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros, 1970.
- _____. “Parceria crítica: Presença da literatura brasileira” In: *Literatura e Sociedade*. Revista do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFLCH-USP. São Paulo, USP/FFLCH/DTLLC, vol. 11, 2009.
- CASTRO FARIA, Luiz de. Oliveira Vianna. *De Saquarema à Alameda São Boaventura, 41 – Niterói: o autor, os livros, a obra*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- CAVALCANTI, Povina. *Vida e Obra de Jorge de Lima*. Rio de Janeiro, Correio da Manhã, 1969.
- CEVASCO, Maria Elisa; OHATA, Milton (orgs.). *Um crítico na periferia do capitalismo: reflexões sobre a obra de Roberto Schwarz*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CHACON, Vamireh. *História das ideias sociológicas no Brasil*. São Paulo. Grijalbo/Editora da Universidade de São Paulo, 1977.
- _____. *História dos Partidos Políticos*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. O cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- CHALMERS, Vera. “Panorama de Telefonema”. In: ANDRADE, Oswald. *Telefonema*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1996.
- CORRÊA, Mariza. (1994) “Repensando a Família Patriarcal Brasileira”. In: ARANTES, Antonio Augusto et alii (Org.). *Colcha de Retalhos*. São Paulo: Editora da Unicamp.
- _____. (1995) “A antropologia no Brasil (1960-1980)” In: MICELI, S. (Org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.2. São Paulo: Editora Sumaré.

_____. *As Ilusões da Liberdade - A Escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

COSTA LIMA, Luiz. *Dispersa demanda: ensaios sobre literatura e teoria*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A., 1981.

_____. “A Versão solar do patriarcalismo” In: _____. *A aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

COUTINHO, Afrânio. *A filosofia de Machado de Assis*. Editora Vecchi, 1940.

_____. *Correntes cruzadas*. Rio de Janeiro: A Noite, 1951.

_____. *O ensino da literatura – Discurso de posse na Cátedra de Literatura do Colégio D. Pedro II*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1952.

_____. *A crítica*. Salvador: Publicações da Universidade da Bahia, 1958.

_____. *No hospital das letras*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1963.

_____. *Crítica e Poética*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1968.

_____. *Crítica e críticos*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, Editora, 1969.

_____. *Da crítica e da nova crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1975.

_____. *Conceito de literatura brasileira*. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

_____. “A criação da Faculdade de Letras da UFRJ” In: _____. *O processo de descolonização literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

COUTINHO, Afrânio (org.). *A literatura no Brasil*. Vol. 6. São Paulo, Global Editora, 1997.

CUNHA, Antonio Brito da. “André Dreyfus” In: *Revista Estudos Avançados*, vol. 8, nº 22. São Paulo, set./dez., 1994.

CRUZ ROCHA, João Cezar. *Crítica literária: em busca do tempo perdido?* Chapecó: Argos, 2011.

DANTAS, Vinícius. *Bibliografia de Antonio Candido*. São Paulo: Duas Cidades; Editora 34, 2002.

_____. “A crítica como intervenção”. Entrevista concedida a Edu Teruki Otsuka e João Carlos Guedes da Fonseca. In: *Vintém - Companhia do Latão*. São Paulo, Editora Hucitec: nº 5, 1º Semestre de 2004.

DANTAS, Vinícius. “As relações de Oswald de Andrade com o Partido Comunista”. In: ABDALA Jr., Benjamin; CARA, Salete de Almeida (orgs.). *Moderno de nascença: figurações críticas do Brasil*. São Paulo, Editora Boitempo, 2006.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos*. Rio de Janeiro: Global, 1988.

DECRETO n. 13.426 de 23 de junho de 1943.

DIÁRIO Oficial de São Paulo. Edição de 19 de outubro de 1944, quinta-feira, página 20.

DIAS, Maria Odila. “Impasses do inorgânico” In: D’INCAO, Maria Angela (org.) *História e Ideal: ensaios sobre Caio Prado Junior*. São Paulo: Editora da Unesp; Editora Brasiliense; Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

D’INCAO, Maria Angela. *Sentimentos modernos e família*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

- DIMAS, Antonio. “Os primeiros leitores de A Cultura Brasileira” In: *Revista do IEB*. São Paulo, vol. 37, 1994.
- _____. “O turbulento e fecundo Sílvio Romero” In: SCHWARCZ, Lilia Moritz; BOTELHO, André. *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2009.
- DULLES, John W. F. *A Faculdade de Direito de São Paulo e a resistência anti-Vargas (1938-1945)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- DUMONT, Louis. “Marcel Mauss: uma ciência em devenir” In: _____. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- FAORO, Raimundo. *Assembleia constituinte: a legitimidade recuperada*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.
- FERNANDES, Florestan. “Antonio Candido II – Os rodapés”. In: *Jornal de São Paulo*. São Paulo: 16/09/1945a
- _____. “Antonio Candido IV – O método crítico de Sílvio Romero” In: *Jornal de São Paulo*. São Paulo: 30/9/1945b.
- _____. “Antonio Candido III – Brigada Ligeira”. In: *Jornal de São Paulo*. São Paulo: 23/09/1945c.
- _____. *A condição de sociólogo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1978.
- _____. *A integração do negro na sociedade de classes: ensaio de interpretação sociológica*. Vol. 1. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- FOLHA DA MANHÃ. “Encerrou-se ontem o concurso de Literatura Brasileira na Universidade”. In: *Folha da Manhã*, São Paulo, 5/08/1945, p. 11.
- FONSECA, Edson Nery da. *Casa-Grande & Senzala e a crítica brasileira de 1933 a 1944*. Recife. Companhia Editora de Pernambuco, 1985.
- FONSECA, Maria Augusta. *Oswald de Andrade: biografia*. São Paulo, Art Editora, Secretaria do Estado da Cultura, 1990.
- FORJAZ, Maria Spina. *As Ciências Sociais na FAPESP*. São Paulo: IDESP, 1989 (Série História das Ciências Sociais, 10).
- FOUCAULT, Michel. “Sobre a arqueologia das ciências (resposta ao círculo epistemológico)” In: NEVES, Luis Felipe Baeta (Org.). *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da sociedade patriarcal*. 31ª Edição. Rio de Janeiro. Record, 1996.
- _____. *Sobrados e Mucambos: Decadência do Patriarcado Rural e Desenvolvimento do Urbano*. 7ª Edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- FUKUI, Lia F. G. “Estudos e pesquisas sobre a família no Brasil” In: SIQUEIRA, Eli Diniz... [et al.]. *O que se deve ler nas ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Cortez: ANPOCS, 1986.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. “A militância não-partidária” In: AGUIAR, Flávio (Org.) *Pensamento e Militância*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.
- _____. “Antonio Candido e José Mindlin”. In: *Literatura e Sociedade*. Revista do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP. São Paulo, nº11, 2009.

GEERTZ, Clifford. "Como pensamos hoje: a caminho de uma Etnografia do Pensamento Moderno" In: *O Saber Local*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2002.

GENNEP, Arnold Van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. *Palavra Peregrina: o Barroco e o Pensamento sobre Artes e Letras no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998 (Ensaio de Cultura, 16).

_____. "Mário outra vez entre os antigos e os modernos" In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Rio de Janeiro, nº 30, 2002.

_____. "Crítica, combate e deriva do campo literário em Alceu Amoroso Lima" In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, vol. 23, nº 2, novembro de 2011.

GOTO, Roberto. *Malandragem revisitada*. Campinas: Pontes, 1988.

GOULART, José Alípio. *Tropas e tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

GRILO, Antonio Theodoro. *História social de Passos*. Passos: Prefeitura Municipal de Passos – Edição Didática, 1990.

_____. *Câmara de Passos: 150 anos*. Passos: Edição Oficial Comemorativa do Sesquicentenário de Passos – Minas Gerais, 1998.

_____. "Apresentação" In: CELESTINO, Antonio. *Os contratadores da morte*. Passos: Edifesp, 2000 [Edição original de 1913].

_____. *Tocaia no fórum: violência e modernidade*. Bauru, SP, Edusc, 2012.

GRYNSZPAN, Mário. *Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 1999.

GUELFY, Maria Lúcia Fernandes. *Novíssima: estética e ideologia na década de vinte*. São Paulo, Universidade de São Paulo/Instituto de Estudos Brasileiros, 1987.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; MATOS VIEIRA, Margarida Luiza. *Semeando a democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil*. Contagem: Palesa, 1995.

HADDAD, Jamil Almansur. *O romantismo brasileiro e as sociedades secretas do tempo*. Tese apresentada ao concurso da Cadeira de Literatura Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1945.

_____. *Álvares de Azevedo, a Maçonaria e a Dança*. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1960.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (sua história)*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor; Editora da Universidade de São Paulo.

HECKER, Alexandre. *Um socialismo possível: a atuação de Antonio Piccarolo em São Paulo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1988.

_____. *Socialismo sociável*. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

HOLANDA, Lourival; FRANÇA, Humberto (orgs.) *Álvaro Lins: ensaios de crítica literária e cultural*. Recife, Editora Universitária (UFPE), 2007.

HOLANDA, Sergio Buarque. *Raízes do Brasil*. 18ª edição, comemorativa do jubileu de Ouro. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1986.

- _____. “A filosofia de Machado de Assis “. In: _____. *O Espírito e a Letras: estudos e crítica literária I, 1920-1947*. São Paulo: Companhia da Letras, 1996.
- INFORME – Informativo da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP: Edição Especial 2004. São Paulo: SDI/FFLCH/USP, 2006.
- IGLÉSIAS, Francisco. “Um historiador revolucionário” In: *Caio Prado Junior: história*. São Paulo: Editora Ática, 1982.
- JACKSON, Luiz Carlos. “A tradição esquecida: estudo sobre a sociologia de Antonio Candido” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 16, nº47, outubro, 2001.
- JACKSON, Luis Carlos. *A tradição esquecida: Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: FAPESP, 2002.
- _____. “A sociologia paulista nas revistas especializadas (1940-1965)”. *Tempo Social*, 16, nº 1, jun., São Paulo, 2004.
- _____. “Sociologia como ponto de vista” In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP, v. 18, nº 1, jun., São Paulo, 2006.
- _____. “Tensões e disputas na sociologia paulistas (1940-1970)”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.22, nº 65, outubro, 2007.
- _____. “Antonio Candido: crítica e sociologia da literatura” In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 2009.
- JOHNSON, Randal. “A dinâmica do campo literário brasileiro”. In: *Revista USP*. São Paulo, nº 26, Junho/Agosto de 1995.
- KANTOR, Iris; MACIEL, Débora A.; SIMÕES, Julio (orgs.). *A Escola Livre de Sociologia e Política*. Anos de formação 1933 – 1953. São Paulo: Escuta, 2001.
- KAREPOVS, Dainis; MARQUES NETO, José Castilho. “Os Trotskistas brasileiros e suas organizações políticas (1930-1966)” In: RIDENTI, Marcelo; REIS, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil*. Vol. 5. Partidos e organizações dos anos 1920 aos 1960. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- KUPER, Adam. *Antropólogos e Antropologia*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves Editora, 1978.
- LAFER, Celso (Org.). *Esboço de figura: homenagem a Antonio Candido*. São Paulo: Livraria Editora Duas Cidades, 1979.
- LAFER, Celso. “Antonio Candido e a Faculdade de Direito”. In: *Literatura e Sociedade*. Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP, número 11, São Paulo, 2009.
- LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades/Ed. 34, 2000.
- LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.
- LEACH, Edmund. “Repensando a antropologia” In: LARAIA, Roque de Barros (org.). *Organização Social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- _____. *Sistemas políticos da Alta Birmânia: um estudo da estrutura social Kachin*. São Paulo: Edusp, 1996. – (Clássicos, 6).

- LEFORT, Claude. “A troca e a luta dos homens” In: Escobar, Carlos Henrique (org.). *O método estruturalista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- LEITE, Manoel Cerqueira. *A crítica funcional – parte II: A poesia compensatória de Amadeu Amaral*. São Paulo, Editora Unidas Ltda., 1972a.
- _____. *A crítica funcional – parte I: Do fato literário, sob o ponto de vista funcional*. São Paulo, Editora Unidas Ltda., 1972b.
- LINS, Álvaro. “Itinerários”. In: _____. *Jornal de crítica*. 1º Série. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1941a.
- _____. “Machado de Assis, exercício literário” In: _____. *Jornal de Crítica*. 1ª Série. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1941b.
- _____. *História literária de Eça de Queiróz*. Porto Alegre, Edição da Livraria do Globo, 1945.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Estudos literários*. Rio de Janeiro: Companhia Aguilar Editora, 1966.
- _____. *Memórias Improvisadas*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- LIMA, Alceu Amoroso et alii. *Miscelânea de estudos literários: homenagem a Afrânio Coutinho*. Rio de Janeiro: Pallas, 1984.
- LIMA, Rachel Esteves. *A crítica literária na universidade brasileira*. 1997. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1997. 2v. 447p.
- LIMA, Hermes. *Travessia: memórias*. Ed. José Olympio, 1974.
- LIMONGI, Fernando. “Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo” In: MICELI, Sergio (Org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.
- LOPEZ, Telê Ancona. *Mário de Andrade: ramais e caminhos*. São Paulo, Editora Duas Cidades, 1972.
- MAIO, Marcos Chor. “O Projeto UNESCO: ciências sociais e credo racial brasileiro” In: *Revista USP*, 46, jun./ago., São Paulo, 2000.
- MARINHO, Teresinha (org.). *Rodrigo e seus tempos*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura/Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.
- MARRAS, Stélio. *A propósito de águas virtuosas: formação e ocorrência de uma estação balneária no Brasil*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2004.
- MARTINS, Rubens de Oliveira. *Um ciclone na paulicéia: Oswald de Andrade e os limites da vida intelectual em São Paulo (1900-1950)*. São Paulo, Unibero, 2001.
- MARTINS, Wilson. *Interpretações*. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1946.
- _____. *A crítica literária no Brasil*. Departamento de Cultura de São Paulo, 1952.
- _____. *A crítica literária no Brasil*. 2 Volumes. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.
- _____. *História da inteligência brasileira*. Volume VII (1933-1960). São Paulo, T.A. Queiroz, 1996.
- _____. “A crítica modernista” In: Coutinho, Afrânio (org.). *A literatura no Brasil*. Vol. 5. São Paulo, Global, 1999.

- MASSI, Augusto. “Revisitando *Dois Cidades*” In: *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo: Imprensa Oficial, vol. 68, 2012, 2012.
- MATOS, Edilene (et al.) *A presença de Castello*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP: Instituto de Estudos Brasileiros, 2003.
- MAUSS, Marcel. “A extensão do potlach na Melanésia” In: _____. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 2001a.
- _____. “Uma antiga forma de contrato entre os Trácios” In: _____. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 2001b.
- _____. “A obrigação de dar presentes” In: _____. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 2001c.
- _____. “Gift-gift” In: _____. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 2001d.
- _____. “Sobre um texto de Posidônio. O Suicídio, Suprema Contraprestação”. In: _____. *Ensaio de Sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 2001e.
- _____. “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas” In: _____. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac e Naif, 2003.
- MEDEIROS, Maria Alice de Aguiar. *O elogio da dominação (Relendo Casa-Grande & Senzala)*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.
- MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1967.
- MELO FRANCO, Afonso Arinos de. *A alma do tempo – memórias (formação e mocidade)*. Rio de Janeiro, Editora Livraria José Olympio, 1961.
- MELLO E SOUZA, Antonio Candido. “Prefácio”. In: GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa; MATOS VIEIRA, Margarida Luiza. *Semeando a democracia: a trajetória do socialismo democrático no Brasil*. Contagem: Palesa, 1995.
- MELO E SOUZA, José Inácio. *Paulo Emílio no Paraíso*. Rio de Janeiro, Record, 2002.
- MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. “Notas sobre os vadios na literatura colonial do século XVIII” In: SCHWARZ, Roberto. *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- MERQUIOR, José Guilherme. “Falência da Poesia ou uma geração enganada e enganosa: os poetas de 45”. In: _____. *Razão do poema*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- MICELI, Sergio. *Poder, Sexo e Letras na República Velha*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.
- _____. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*. São Paulo: Difel, 1979.
- MICELI, Sergio (Org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. Volume 2. São Paulo, Editora Sumaré: FAPESP, 1995.
- _____. “Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais” In: MICELI, Sergio (Org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol. 1. 2ª Edição. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.
- _____. “Retrato do crítico jovem”. In: *Literatura e Sociedade*. Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP, número 11, São Paulo, 2009.

MILLIET, Sergio. *Diário crítico*, vol. III: 1945. São Paulo, Martins, 1981.

_____. *Diário crítico*, vol. IV: 1946. São Paulo: Martins, 1981.

MORAES, Dênis. *O Imaginário vigiado: A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53)*. Rio de Janeiro, Editora José Olympio, 1994.

MOREIRA LEITE, Miriam. “Memória da Faculdade de Filosofia (1934-1994)”. In: *Estudos Avançados*, 8 (22), 1994.

MOTA, Carlos Guilherme. “A universidade brasileira e o pensamento de Gilberto Freyre” In: FALCÃO, Joaquim; BARBOZA de Araújo, Rosa Maria. (org.) *O imperador das ideias – Gilberto Freyre em questão*. Rio de Janeiro, Topbooks Editora e Distribuidora de Livros Ltda, 2001.

MOURA, Flávio. *Diálogo crítico: disputas no campo literário brasileiro: 1984-2004*. 128f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

NEVES, Juliana. *Geraldo Ferraz e Patrícia Galvão: a experiência do Suplemento Literário do Diário de S. Paulo, nos anos 40*. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2005.

NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada*. São Paulo, Edusp, 2000.

NOBILE, Ana Paula Franco. *A recepção crítica de O amanuense Belmiro, de Cyro dos Anjos (1937)*. São Paulo, Annablume, 2005.

NOVAIS, Fernando. “Caio Prado na historiografia brasileira” In: MORAES, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera B.(orgs.) *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

NUNES, Benedito. “A Geração de 45 e João Cabral”. In: NUNES, Benedito; organização em prefácio [de] Adalberto Müller. *João Cabral: a máquina do poema*. Brasília. Editora da Universidade de Brasília, 2007.

O LIVRO NEGRO DA USP: o controle ideológico na Universidade. São Paulo, ADUSP, 1979.

OLIVEIRA, Fábio Ruela de. *A Faculdade de Assis e a formação da UNESP (1958-1964)*. Versão revista de dissertação de mestrado defendida originalmente no Programa de Pós-Graduação de “História e Sociedade” da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP/Campus de Assis/SP, 2008.

PÁDUA, Karla Cunha. *De “troca-tapa” a cidadãos: construção de uma identidade coletiva entre os moradores da Vila Dr. Gaspar durante o processo de integração urbana*. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FAE-UFMG), em 1988. 456pp.

PALLAIS-BURKE, Maria Lúcia. *Gilberto Freyre: um vitoriano nos trópicos*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.

PEIRANO, Mariza. G. S. *The Anthropology of anthropology: the Brazilian case*. Massachusetts, Harvard University. Tese de doutorado. Série Antropológica, Vol. 110. Brasília, 1991.

_____. “O Pluralismo de Antonio Candido” In: _____. *Uma Antropologia no Plural: Três Experiências Contemporâneas*. Brasília: Editora UnB, 1992.

_____. “Antropologia no Brasil (alteridade contextualizada)” In: Miceli, Sergio. (Org.) *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970- 1995)*. São Paulo: IDESP. Antropologia, v. 1, 1999.

_____. “In this context” In: PEIXOTO, Fernanda; PONTES, Heloisa e SCHWARCZ, Lilia. (Orgs.). *Antropologia, histórias e experiências*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2004.

PEIXOTO, Fernanda Arêas. *Diálogos Brasileiros: uma análise da obra de Roger Bastide*. São Paulo, Edusp/Fapesp, 2000.

_____. “Franceses e Norte-americanos nas Ciências Sociais Brasileira (1930 - 1960) in MICELI, Sergio (Org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. v.1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001.

PEIXOTO, Fernanda Arêas; SIMÕES, Júlio Assis. “A Revista de Antropologia e as ciências sociais em São Paulo: notas sobre uma cena e alguns debates” In: *Revista de Antropologia*. São Paulo, Volume 46, nº 2, julho-dezembro de 2003.

PEREIRA, Astrojildo. *Interpretações*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante Brasileiro, 1944.

PEREZ, Renard. *Escritores brasileiros contemporâneos*. 1ª Série. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira S.A., 1971.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. “Antonio Candido: o amor à literatura”. In: _____. *Inútil Poesia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

PINTO, Manuel da Costa. “Os anos de formação de Antonio Candido” In: *Revista Cult*. São Paulo. Setembro, Ano VI, 2002, nº 61.

PIRES, Antonio Donizeti. “Antonio Candido, leitor de poesia fin-de-siècle” In: *Itinerários*, Araraquara, nº. 30, jan./jun, 2010.

PONTES, Heloisa. “Círculo de intelectuais e experiência social” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 12, nº 34, junho de 1997.

_____. *Destinos Mistos*. Os críticos do Grupo Clima em São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. “O mistério do número 8 e a aula inaugural de Lévi-Strauss no Collège de France” In: CATANI, Afrânio Mendes; MARTINEZ, Paulo Henrique (Orgs.). *Sete ensaios sobre o Collège de France*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. “Retratos do Brasil: Editores, Editoras e ‘Coleções Brasiliana’ nas Décadas de 30, 40 e 50”. In: MICELI, Sergio (org.) *História das Ciências Sociais no Brasil*. Vol. I. São Paulo, Editora Sumaré, 2001a.

_____. “Entrevista com Antonio Candido” In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 16, número 47, 2001b.

PONTES, Heloisa “A paixão pela forma” In: MICELI, Sergio & MATTOS, Franklin de (Orgs.). *Gilda, a paixão pela forma*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul/Fapesp, 2007.

PRADO JUNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo: Colônia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.

PROCESSO de inscrição ao concurso de professor titular, nº 74.1.27.8.6.

PULICI, Carolina. *Entre sociólogos: versões conflitivas da “condição de sociólogo” na USP dos anos 1950-1960*. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP, 2008.

RAMASSOTE, Rodrigo Martins. “A sociologia clandestina de Antonio Candido” In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, vol. 20, nº1, 2008.

_____. “Antonio Candido, leitor de poesia (em torno de um artigo de Ítalo Moriconi)”. In: *Estudos de sociologia*. Araraquara, v. 14, n. 27, 2009.

_____. “Antonio Candido em Assis e depois” In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB)*. São Paulo, vol. 50, set./mar., 2010a.

_____. “A formação dos desconfiados: Antonio Candido e crítica literária acadêmica (1961-1970). In: *Cadernos de campo*. São Paulo, vol. 19, n. 19, jan.-dez./2010b.

_____. “Inquietudes da crítica literária militante de Antonio Candido” In: *Tempo Social*. Revista de Sociologia da USP. São Paulo, vol. 23, nº2, 2011.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RÊGO, André Heráclio do. *Família e coronelismo no Brasil: uma história de poder*. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

REVISTA de Antropologia. Edição Comemorativa dos 50 anos da Revista de Antropologia. São Paulo, Vol. 46, nº 2, julho-dezembro, 2003.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *Mata Galegos. Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.

RICUPERO, Bernardo. *Caio Prado Junior e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2011.

RIDENTI, Marcelo. “Artistas e intelectuais comunistas no auge da Guerra Fria” In: *Brasilidade revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

RODRIGUES, Leôncio Martins. “O PCB: os dirigentes e a organização”. In: FAUSTO, Boris (org.) *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Republicano*. Tomo III, vol. III. São Paulo: Difel, 1981.

RODRIGUES, Lidiane Soares. *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestre, discípulos e um “seminário” (1958-1978)*. Tese de Doutorado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Depto. de História, 2012.

ROMÃO, Wagner de Melo. *Sociologia e política acadêmica nos anos 1960: a experiência do CESIT*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

ROMERO, Nelson (Org.) *Sílvio Romero – Trechos escolhidos*. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1959.

ROMERO, Sílvio. *Provocações e debates: contribuições e debates para o estudo do Brasil social*, Porto Livraria Chardron, de Lello & Irmão, Editores, 1910.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. “Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil”. In: MORAES, João Quartim (Org.) *História do marxismo no Brasil*. Vol. III. Teorias. Interpretações. Campinas: Editora da Unicamp, 1988.

RUBIM, Christina Rezende. “Um Pedaco de Nossa História: historiografia da antropologia brasileira”. In: *Boletim Informativo Bibliográfico (BIB)*, nº 44, 1997.

SACHETTA, Hermínio. “Depoimento” In: Mota, Carlos Guilherme; Capelato, Maria Helena. *História da Folha de São Paulo – 1921-1981*. São Paulo: IMPRES, 1981.

- SAHLINS, Marshall. “Uma entrevista com Marshall Sahlins (concedida a Mauro William Barbosa Almeida)” In: PEIXOTO, Fernanda; PONTES, Heloisa; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.) *Antropologias, histórias, experiências*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.
- SALLES GOMES, Paulo Emílio. “Plataforma da nova geração” In: CALIL, Carlos Augusto; MACHADO, Maria Teresa. *Paulo Emílio: um intelectual na linha de frente*. São Paulo: Editora Brasiliense/Rio de Janeiro: Embrafilme, 1986.
- SALMERON, Roberto. *A universidade interrompida: Brasília 1964 – 1965*. Brasília: Editora da UnB, 2007.
- SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1983.
- _____. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, século XIX. São Paulo: Editora Marco Zero, 1989a.
- _____. “A História da família no Brasil” In: *Família e grupos de convívio*. Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 9, nº 17, setembro de 1988/fevereiro de 1989, 1989b.
- _____. “Relendo os ‘clássicos’ e interpretando o Brasil: Freyre e os estudos da família”. In: PEIXOTO, Fernanda Arêas; LEPINE, Claude; KOSMINSKY, Ethel (Orgs.) *Gilberto Freyre em quatro tempos*. Bauru/São Paulo. EUDSC; EDUNESP/FAPESP, 2003.
- SANT’ANNA, Affonso Romano. “Geração de 45: um mal-entendido faz 25 anos”. In: _____. *Música popular e moderna poesia brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- SANTIAGO, Silviano. “Entrevista” In: _____. *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- _____. “Sobre plataformas e testamentos” In: Andrade, Oswald. *Ponta de lança*. São Paulo, Globo, 2004a.
- SANTIAGO, Silviano. “A crítica literária no jornal” In: _____. *O cosmopolitismo do pobre*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004b.
- SANTOS, Luiz Antonio de Castro. “A casa-grande e o sobrado na obra de Gilberto Freyre” In: _____. *O pensamento social brasileiro*. Campinas: Edicamp, 2003.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. “Paradigma e História: a ordem burguesa na imaginação social brasileira”. In: _____. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. “Questão racial no Brasil” In: SCHWARCZ, Lilia K. Moritz & REIS, Letícia Vitor de Souza (orgs.) *Negras Imagens*. São Paulo, Edusp, 1996.
- _____. “Questão racial e etnicidade” In: MICELI, Sergio (org.) *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo, Idesp, vol. 1, 1999
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processos sociais nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Editora Duas Cidades, 1977.
- _____. “Entrevista com Gildo Marçal Brandão e O. C. Louzada Filho” In: *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº. 15. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.

- _____. "A Letra Escarlata e o Puritanismo". In: _____. *A sereia e o desconfiado: ensaios críticos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- _____. (org.) *Os Pobres na Literatura Brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.
- _____. Memorial acadêmico apresentado no Departamento de Teoria Literária do Instituto de Estudos Linguísticos (IEL), UNICAMP, 1990.
- _____. "Antonio Candido: (um verbete)" In: *Revista USP*, nº17. São Paulo: março-maio, 1997a.
- _____. "Pressupostos, salvo engano, de 'Dialética da malandragem'" In: _____. *Que Horas São?* São Paulo, Companhia das Letras, 1997b.
- _____. "Adequação nacional e originalidade literária" In: _____. *Sequências Brasileiras*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- _____. "Gilda de Mello e Souza" In: _____. *Martinha versus Lucrécia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SIGAUD, Lígia. "Apresentação" In: LEACH, Edmund. *Sistemas políticos da Alta Birmânia: um estudo da estrutura social Kachin*. São Paulo: Edusp, 1996. – (Clássicos, 6).
- _____. "As vicissitudes do 'Ensaio sobre o Dom'" In: *Mana*, vol. 5, nº 2. Rio de Janeiro, Outubro de 1999.
- _____. "Doxa e crença entre os antropólogos" In: *Novos Estudos CEBRAP*, nº 76. São Paulo, novembro de 2006.
- SILVA, Domingos de Carvalho. "Neomodernismo" (Verbetes). In: MOISÉS, Massaud; PAES, José Paulo. *Pequeno dicionário de literatura brasileira*. São Paulo, Editora Cultrix, 1980.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Memórias de um escritor (I)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- _____. "Sílvio Romero (um guerrilheiro desarmado)" In: *A ideologia do colonialismo – seus reflexos no colonialismo brasileiro*. Petrópolis, Editora Vozes, 1984.
- SILVEIRA PEIXOTO, José Benedito. *Falam os escritores*. Volume I. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura, 1971.
- SORJ, Bernardo. *A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- SOUZA, Jessé. *Modernidade seletiva. Uma reinterpretação do dilema brasileiro*. Brasília: Editora da UnB, 2000.
- SOUZA, Maria do Carmo Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1964)*. São Paulo, Ed. Alfa-Omega Ltda, 1990.
- SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. "Lições de um praticante – à guisa de uma apresentação" In: CASTRO FARIA, Luis de. *Escritos exumados*. Niterói, EDUFF, 1998, vol. 1.
- SOUZA PINTO, Ana Estela. *Folha*. São Paulo: Publifolha, 2012. – (Folha Explica).
- SPIRANDELLI, Claudinei Carlos. *Trajetórias Intelectuais: Professoras do Curso de Ciências Sociais da FFCL-USP (1934-1969)*. São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2011.

SÜSSEKIND, Flora. “Rodapés, tratados e ensaios” In: _____. *Papéis colados*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

_____. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários & retratos*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2004.

THOMAZ, Omar Ribeiro. “Introdução” In: FREYRE, Gilberto. *Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento de raças e culturas*. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

THOMAZ, Omar Ribeiro; PINA CABRAL, João de. “Radcliffe-Brown v. Antonio Candido: um debate inacabado” In: *Mana*, vol. 17, Rio de Janeiro, Abril, 2011.

VARA, Teresa. “Esboço de figurino” In: AGUIAR, Flávio. *Antonio Candido: pensamento e militância*. São Paulo: Humanitas/Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.

VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil – 1870-1914*. São Paulo. Companhia das Letras, 1991.

VIANNA, Francisco de Oliveira. *Populações meridionais do Brasil: história, organização, psicologia*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; Niterói: Editora da UFF, 1987.

VILHENA, Luis Rodolfo. *Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro 1947-1964*. Rio de Janeiro: Funarte/FGV, 1997.

VILLAÇA, Antonio Carlos. *O desafio da liberdade*. Rio de Janeiro: Livraria AGIR Editora, 1983.

VILLAS BÔAS, Glaucia. “Uma geração de mannheimianos” In: *Mudança provocada: passado e futuro no pensamento sociológico brasileiro*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VITA, Luís Washington. *Tendências do Pensamento Estético Contemporâneo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1967.

WAIZBORT, Leopoldo. *A passagem do dois ao três*. São Paulo: Cosac e Naif, 2007.

WEHLING, Arno. “O Estado colonial na obra de Oliveira Vianna” In: BASTOS, Élide Rugai & MORAES, João Carlos Quartim de (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.